

**O Ensino Primário nas Ilhas de S. Miguel e Terceira:
Dos ideais às práticas educativas nas primeiras décadas do
século XX**

Tese de Doutoramento

Isolina Júlia dos Reis e Reis de Medeiros

Doutoramento em

**História Insular e Atlântica
(Séculos XV – XX)**



O Ensino Primário nas Ilhas de S. Miguel e Terceira: Dos ideais às práticas educativas nas primeiras décadas do século XX

Tese de Doutoramento

Isolina Júlia dos Reis e Reis de Medeiros

Orientador

Professor Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro

Coorientador

Professor Doutor Joaquim António de Sousa Pintassilgo

Tese de doutoramento submetida como requisito parcial para obtenção do grau

de Doutor em História Insular e Atlântica (Séculos XV – XX)

Índice

RESUMO	8
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	10
I Justificação e contextualização	10
II – “Estado da arte”	16
III – Opções metodológicas e fontes	28
IV - Apresentação do Plano	31
CAP. 1 - IDEAIS EDUCATIVOS EM CONFRONTO	34
1.1- O analfabetismo	41
1.2 Regeneração pela educação	50
1.3 - Importância atribuída à escola primária e ao professor	54
1.4 - O positivismo e o cientismo	57
1.5 - Anticlericalismo e laicização.....	61
CAP. 2 – INSPEÇÃO ESCOLAR.....	71
2.1 – Orgânica de funcionamento.....	71
2.2 - Colocação e concursos de professores	84
2.3 – Realização de exames.....	89
2.4 – Prémios e Penalizações	94
CAP. 3 – EDIFÍCIOS ESCOLARES	101
3.1 – Falta de escolas	101
3.2 - Condições físicas e pedagógicas das escolas	113
3.3 - Tipos de escolas	129
3.3.1 – Escolas mistas	129
3.3.2 – Escolas centrais	132
3.3.3 - Escolas alternativas – Particular/Doméstico/cursos livres/cursos ilegais.....	135
CAP. 4 – CONTEÚDOS E MÉTODOS DE ENSINO	144
4.1 – Novos métodos e práticas pedagógicas	144
4.1.1 - Trabalhos manuais	155
4.1.2 - Educação física	161
4.1.3 - Canto coral	165

4.1.4 – A Educação Cívica e a Festa da Árvore	166
4.2 - Museus e bibliotecas escolares.....	177
4.3 - Visitas de estudo, colónias infantis, escolas ao ar livre e “lições de coisas”	183
4.4 - Oficinas.....	190
4.5 – Método da Cartilha de João de Deus	199
4.6 – O Ensino Infantil	211
CAP. 5 – OUTRAS INICIATIVAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	218
5.1 – Comissões de Beneficência e Ensino.....	218
5.2 - Caixas económicas escolares e o “Vintém das escolas”	225
5.3 – Cursos noturnos e missões escolares.....	233
5.4 – Conferências populares.....	256
5.5 – Bibliotecas populares	259
5.6 – Oficinas e ensino técnico - profissional.....	269
5.7 - Festas escolares	280
CAP. 6 - SOCIEDADES BENEMÉRITAS.....	288
6.1 - Século XX - Associação de Caridade Promotora da Instrução	293
6.2 - Sociedade Promotora da Instrução Terceirense.....	300
6.3 - Liga Micaelense de Instrução Pública	304
CAP. 7 – OS PROFESSORES	320
7.1 – Formação Geral	320
7.2 – Cursos e Conferências	328
7.3 – Professores Ilustres	338
7.3.1 - Joaquim Machado Tristão.....	338
7.3.2 - Inácio Cardoso Valadão.....	339
7.3.3 - José Sebastião d`Ávila Júnior	341
7.3.4 - Francisco Faria e Maia.....	342
7.3.5 - Maria Evelina de Sousa	346
7.3.6 - Manuel Inácio de Arruda.....	349
7.4 – O Associativismo Docente	351
CONSIDERAÇÕES FINAIS	367
FONTES E BIBLIOGRAFIA	378
ANEXOS	388

O Ensino Primário nas ilhas de S. Miguel e Terceira

Dos ideais às práticas educativas nas primeiras décadas do século XX

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao Ruizinho e aos meus filhos que tiveram a paciência de me ouvir e perceber as minhas “ausências”.

O trabalho que apresento constituiu o culminar de algum amadurecimento intelectual, de orientação de aprendizagens e de experiências que se devem, não só ao trabalho e persistência pessoal, mas aos professores do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais com quem aprendi ao longo de todos estes anos. Agradeço ao Instituto de Educação de Lisboa que, embora não seja aluna da instituição, me fez sentir sempre em casa.

Aos orientadores, Doutor Carlos Cordeiro e Doutor Joaquim Pintassilgo agradeço a experiente orientação e a paciência demonstrada, perante os múltiplos afazeres da vida pessoal e profissional, permitindo sempre que possível, o partilhar incertezas e o de vencer obstáculos na corrida, desenfreada, contra o tempo.

À Dr.^a Margarida Almeida, arquivista da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, a quem não devo apenas todo o apoio prestado, ao longo da investigação, mas com quem partilhei bons momentos de confraternização e amizade.

Agradeço, igualmente, a atenção e simpatia com que fui recebida na Biblioteca Pública de Angra e de uma forma muito especial, às funcionárias da Câmara da Praia da Vitória com as quais partilhei a sua mesa de trabalho e me fizeram sentir à vontade.

Ao professor Rubens Pavão, pela partilha do saber e da amena “cavaqueira” sobre o ensino primário de ontem, de hoje e de amanhã.

Às amigas que, ao longo deste percurso, tão pacientemente, ouviram e vibraram com as minhas “descobertas”, em especial Aida Roque, Lubélia Viegas e Cristina Falcão.

Por último, quero agradecer a paciência e compreensão das amigas, Alexandrina Maria Raposo e Margarida Freire de Andrade, que me apoiaram, num momento de cansaço, a reler alguns dos capítulos da tese.

Durante todo o período de investigação foram muitas as pessoas que me aconselharam, partilharam a sua experiência e deram o seu contributo competente e desinteressado.

A todos, bem hajam!

Abreviaturas:

BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

CEPD – Circunscrição Escolar de Ponta Delgada

CMPV – CMPV – Câmara Municipal da Praia da Vitória

DEPD – Direção Escolar de Ponta Delgada

IEPD – Inspeção Escolar de Ponta Delgada

LMIP – Liga Micaelense de Instrução Pública

MJD – Museu João de Deus

PSM – Patronato de S. Miguel

SALA – Sociedade dos Amigos das Letras e Artes

Resumo

Pretende-se com este estudo dar a conhecer a história do ensino nas ilhas de S. Miguel e Terceira e destacar a importância que tiveram as sociedades de beneficência, Associação *Século XX*, a Sociedade Promotora de Instrução Terceirense e a Liga Micaelense de Instrução, no combate ao analfabetismo. Estas instituições republicanas, com forte influência da maçonaria, destinavam-se a promover a alfabetização e escolarização, através da implementação de comissões de beneficência, caixas económicas escolares, cursos noturnos, bibliotecas, museus e missões escolares, pelo método de João de Deus. As instituições, com vista à frequência escolar, proviam os meios necessários às crianças pobres e desse modo, garantiam a sua presença na escola. Mas, a democratização do ensino aberto às massas, comportava uma intenção ideológica: criar uma “nova escola” gratuita, obrigatória e laica, onde fossem inculcados os novos ideais e valores republicanos. Ao formar um “homem novo”, mais ativo e participativo na sociedade, era possível alcançar o progresso e a regeneração social. Estes novos ideais, confrontados com uma sociedade tradicional católica geraram, no caso terceirense, grandes controvérsias com a igreja.

Este estudo pretende contribuir para o conhecimento da História da Educação nos Açores que regista uma produção muito reduzida, devido à informação escassa e dispersa, ao mau estado de certos fundos não catalogados e à falta de organização e tratamento documental.

Abstract

This study aims to give visibility to the history of education in São Miguel and Terceira islands and to emphasize the importance of the activities developed by the beneficiary societies, the *Século XX* Association, the Sociedade Promotora de Instrução Terceirense (Terceira Education-Promoting Society) as well as the Liga Micaelense de Instrução (São Miguel Education League) in their long-lasting fight against illiteracy. These republican institutions (deeply freemasonry-influenced) intended to advocate the literacy and the school attendance through the creation of beneficiary commissions,

school savings banks, evening classes, libraries, museums and the implementation of the *João de Deus*' teaching method. Being school attendance their main goal, they would provide all possible means and resources to children so that they would not neglect education. Moreover, this democratization process through the availability of education to the masses held a certain ideological intention: to create a cost-free, compulsory and secular "new school", where the brand new republican ideals and values could be implemented. Only by cultivating individuals and making them more active and more aware of their position in society could social progress be attained. These new ideals that promptly clashed with those of a catholic and conservative society have been the cause (especially in Terceira island) for major conflicts with the Church.

This study intends to enrich the scarce current published facts and general *connaissance* of the History of Education in the Azores as a result of the fact that the information is neither abundant nor concentrated geographically, the poor conditions of certain publications and the lack of proper organization, care and conservation of the historical documents and data.

Palavras – chave: sociedades de beneficência; imprensa pedagógica; instrução; analfabetismo; práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

I Justificação e contextualização

O interesse suscitado pela temática do ensino primário terá surgido, inicialmente, por razões pessoais e profissionais. Por um lado, o exercício da profissão docente, neste ciclo de ensino e a formação em História, propiciaram o questionamento das alterações e adequações que vão sendo feitas, ao longo dos anos, no sistema educativo. Desenvolvem-se, com frequência, um conjunto de ações, de estruturas, de ideias e de projetos “inovadores” com vista ao sucesso educativo sem que, na maior parte das vezes, se questione a sua origem. Por outro lado, o desejo de continuidade do trabalho realizado na dissertação de mestrado: *Revista Pedagógica – 1906-1916 – A Modernidade do Pensamento Pedagógico em S. Miguel nos inícios do século XX*, no âmbito do curso de mestrado *História Insular e Atlântica – Séculos XV a XX*.

O discurso republicano que se caracterizou por uma certa modernidade, transmitiu um conjunto de experiências educativas, permitiu reflexões pedagógicas e divulgou novos métodos de ensino. Ao assumir um papel fulcral na atualidade, o discurso pedagógico serviu como meio difusor dos novos sistemas e práticas de ensino, no arquipélago, que, se não contribuiu totalmente para a sua aplicabilidade, introduziu, pelo menos, ideologicamente, uma nova atitude pedagógica.

A *Revista Pedagógica*, órgão do professorado oficial açoriano, dirigido por Evelina de Sousa, teve um papel preponderante na divulgação do discurso pedagógico. Caracterizaram-na a ligação ao Centro Escolar de Ponta Delgada e, de certo modo, às especificidades regionais, enquadradas no âmbito dos problemas nacionais e no apoio ao Partido Republicano Português (Nóvoa, 1993, p.812). Associou-se à “liga da

imprensa nacional” em 1909, pugnando pela valorização da imagem dos professores açorianos e pela dignificação da carreira docente. A necessidade de valorização da imagem e da função social do professor esteve inerente ao próprio discurso oficial. Impunha-se que fossem criadas condições, sobretudo ao nível da formação que permitissem aos professores adquirir uma cultura pedagógica idêntica à dos colegas de outros países considerados desenvolvidos (Pintassilgo, 1998, p.71).

Mas a vitória republicana em 1910, não veio ao encontro das expectativas de progresso, pelo que houve a necessidade de utilizar um discurso mais direto e mais “agressivo”, na esperança de se alcançar a conquista dos ideais educativos. Os republicanos que tinham dado prioridade ao ensino, devido à instabilidade política, social e económica, viram-se impedidos de colocar em prática projetos anteriormente idealizados, para a sua modernização. Por esse motivo, a partir de 1911, Evelina de Sousa procurou o alargamento do corpo redatorial da *Revista Pedagógica*, aliando-se aos colegas terceirenses. Joaquim Machado Tristão, José Sebastião d’Ávila Júnior, Inácio Cardoso Valadão, todos professores e jornalistas, partilhavam os ideais republicanos e assumiram, na Terceira, uma posição mais radical, a favor da causa do ensino. Terá sido este percurso seguido por Evelina de Sousa, junto dos seus congéneres, que nos suscitou a curiosidade de conhecer o papel que estes tiveram, quais os projetos que desenvolveram e auscultar o impacto que tiveram, na sociedade terceirense.

Para o efeito, houve a necessidade de fazer-se uma abordagem, pela imprensa, à situação do ensino primário, nas primeiras décadas do século XX, nas ilhas de S. Miguel e Terceira e contextualizá-la no âmbito nacional. Através da imprensa foi possível compreender a valorização atribuída ao ensino primário, em S. Miguel e na

Terceira e proceder à recolha de informação relativa a práticas, métodos e atividades aplicadas no ensino.

Atendendo à ligação que alguns periódicos do arquipélago tiveram com a “liga da imprensa,” através dos centros escolares, foi possível a criação do órgão que passou a representar o professorado, a Liga Nacional do Professorado Primário Português. Como coordenador dos centros escolares passou a funcionar como um elo de ligação entre os professores de todas as regiões e a servir de órgão porta-voz da classe. A este movimento se associaram a imprensa das respetivas localidades, os administradores dos concelhos, os presidentes das câmaras e todos aqueles que, pela sua posição social, podiam coadjuvar o movimento a favor da causa (*Educação Nacional*, 1905, n.º 434).

Foi necessário analisar a contribuição dada pelos professores açorianos a este movimento associativo, conhecer as relações de cooperação que se estabeleceram e o papel que tiveram os centros escolares republicanos. A Liga que constituiu um órgão de propaganda com vista à união do professorado também serviu para a formação de professores através da realização de congressos e conferências. Estas serviram como veículo de transmissão e partilha de métodos e práticas pedagógicas e também contaram com a participação de professores açorianos. Foi importante perceber como foram feitas estas representações e saber em que medida é que os conteúdos transmitidos foram sendo aplicados na prática.

A propaganda republicana, através dos periódicos, também fez impulsionar a iniciativa particular, conduzindo à criação de instituições de beneficência e de apoio ao ensino público, contribuindo para o combate ao analfabetismo. Procurou-se desvendar quem foram os seus mentores e impulsionadores, como procederam à angariação de fundos para a criação dessas instituições, como se mantiveram e o papel que tiveram,

não só, no desenvolvimento e expansão da instrução popular, mas no apoio dado às escolas primárias oficiais. Nos projetos implementados por estas instituições com vista à melhoria e modernização do ensino público, como as sociedades beneficentes, caixas escolares, cursos noturnos, missões, bibliotecas e museus houve a necessidade de avaliar os resultados alcançados no processo de alfabetização e escolarização das populações.

Muitas destas instituições tiveram apoio da maçonaria, pelo que numa sociedade tradicional e católica como a açoriana iriam despoletar-se, necessariamente, confrontos ideológicos. Tornava-se emergente o conhecimento das divergências e o confronto que se estabeleceu na sociedade. A criação de um ensino laico era, então, um desejo profundamente republicano e partia da ideia da dissociação da Igreja e o Estado. O republicanismo, ao distinguir escola laica de escola neutra tornou a situação dúbia e alguns republicanos, tal como João de Barros reconheceram que proclamar o laicismo seria interpretado como anticatolicismo (Magalhães, 2010, p. 364). Esta ideia prevaleceu, em alguns setores da sociedade, sobretudo na Terceira, onde a igreja era mais influente, havendo a necessidade de contrapor os discursos e aludir o que era exposto por cada uma das fações.

A valorização atribuída à escola pelos republicanos comportava um fim ideológico e estava associada à ideia de progresso. A importância da escola e do professor, propagada pela imprensa, denunciou as más condições de vida do professorado e das escolas. O projeto renovador republicano que se desejava pôr em prática era incompatível com o modelo da escola tradicional, profundamente clericalista, com base num sistema de ensino teórico-livresco. Impunha-se um novo modelo pedagógico, com base nos princípios da “Escola Nova” e que tinha por base as ciências sociais, humanas e pedagógicas.

Nas ilhas, procurou destacar-se o empenhamento de um núcleo ativo de professores na difusão dos fundamentos e metodologias da *Escola Nova* e relacionar-se as dificuldades de modernização pedagógica com as condições das escolas e a formação dos professores.

Em S. Miguel e na Terceira, manteve-se sempre vivo o entusiasmo sobre as questões de ensino que já se arrastavam desde meados do século XIX e que se acentuaram no princípio do século, relativamente às problemáticas que teimavam em permanecer: o estado deplorável do ensino primário e as elevadas taxas de analfabetismo.

O início do século XX foi marcado, em Portugal, pela agitação política e social, com repercussões no plano cultural e, logo, na política educativa. O País vivia num ambiente pouco propício a inovações culturais e pedagógicas. A instabilidade política económica e social afetou também os Açores e foi agravada pelas condições específicas do arquipélago como, o isolamento e a distância física, relativamente ao continente. Os atrasos das decisões governamentais que caracterizaram esta época, devido a problemas burocráticos, à morosidade das tomadas de decisão resultantes da distância e dificuldade de comunicações com os centros de decisão foram, frequentemente, interpretados como abandono por parte do governo central.

Nos Açores, alguns projetos a favor do ensino e sobretudo, da alfabetização, tinham sido aplicados, em meados do século XIX, pela Sociedade dos Amigos das Letras e Artes que com a partida de Castilho entraram em declínio, acabando por ficar inativos, antes do final do século. Na delimitação temporal do presente estudo contemplou-se a “renovação” deste espírito associativo, a favor do ensino, e a sua intensificação com a criação de outras sociedades, logo no início do século, impregnadas dos ideais republicanos e com forte influência da maçonaria. A situação

económica agravada pela I Guerra e o conseqüente encerramento de algumas instituições, por dificuldades financeiras, justifica o prolongamento até ao final da I República.

II – “Estado da arte”

O presente estudo intitulado *O Ensino Primário nas ilhas de S. Miguel e Terceira: Dos ideais às práticas educativas nas primeiras décadas do século XX*, pretende dar um contributo para a história do ensino, nas ilhas de S. Miguel e Terceira, durante as primeiras décadas do século XX. Atendendo a que se trata de uma continuidade do trabalho realizado, na dissertação de mestrado, como foi referido, houve a necessidade de alargar o campo de investigação à Terceira. Esse estudo centrou-se na análise da *Revista Pedagógica* micaelense e contemplou o período da existência da revista, de 1906 a 1916. Por esse motivo, a área de pesquisa circunscreveu-se à ilha de S. Miguel. Caracterizada por ser de grande modernidade para a época, era dirigida pela professora e jornalista, Maria Evelina de Sousa. Manteve correspondentes no continente e em todas as ilhas, sobretudo na Terceira.

Tendo em conta, o balizamento temporal deste estudo que vai desde o início do século XX, tal como já foi referenciado, anteriormente, na delimitação do objeto, houve a necessidade de nos integrarmos no contexto social, político e económico do século anterior. Atendendo a que foi criada a Sociedade dos Amigos das Letras e Artes, em Miguel, em 1848, começamos por consultar os estatutos desta Sociedade que se encontram no fundo S.A.L.A. Esta sociedade tinha como principal objetivo instruir as classes populares, através da alfabetização de adultos, recorrendo ao ensino gratuito e criando escolas noturnas, em diversas localidades da ilha. Leu-se o relatório da autoria de Torres e publicado em 1850, *A Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em San-Miguel* e consultou-se o volume I das *Escavações* de Supico. Para a contextualização histórica regional, o estudo de Maria Isabel João, *Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas* e ainda, Carlos Cordeiro, *Insularidade e Continentalidade - Os Açores e*

as *Contradições da Regeneração (1851 – 1870)* proporcionaram uma visão não só da economia e da sociedade nos Açores, como ajudaram, a uma melhor compreensão do espírito autonomista. Para o contexto educativo consultou-se o artigo de Torgal, *A Instrução Pública*.

Os ideais republicanos que sobressaíram do discurso pedagógico conduziram a que nos inteirássemos da complexa ideologia republicana, encontrando em Pintassilgo, na *República e Formação de Cidadãos*, o ponto de partida e a base do apoio teórico para esta temática. Num contexto mais abrangente, *Da Cadeira ao Banco*, de Magalhães e a tese de Nóvoa *Le Temps des Professeurs* forneceram informação relativa a variadíssimas temáticas, desde a profissionalização docente até às condições materiais das escolas.

O estudo da *Revista Pedagógica* em termos de impacto nacional e a importância desta, relativamente à ligação que teve com a restante imprensa no arquipélago, bem como com alguns periódicos continentais, foi apoiado em Nóvoa, no *Repertório Analítico (Séculos XIX – XX)* sobre a imprensa de educação e ensino em Portugal. António Nóvoa, entre outros critérios de classificação, referenciou a *Revista Pedagógica* como original, no tratamento de questões pedagógicas de forma inovadora. Utilizando esta mesma base, foi possível encontrar referências a outros periódicos locais, como por exemplo, *A Voz do Professor* da Terceira. Permitiu o conhecimento geral das problemáticas que afetavam o ensino e saber as preocupações manifestadas pela sociedade de cada ilha e se possível, estabelecer comparações. Estes periódicos e os levantamentos locais feitos por Rubens Pavão sobre a regionalização do ensino e *Memórias do Ensino Primário* também deram alguma achega e proporcionaram uma visão mais regionalista, sobre o modo como era visto o ensino primário. Também os dois volumes publicados por Teixeira Dias, *Instituições e Ideais Educativos nos Açores*,

contribuíram para uma visão mais globalizante das instituições de ensino existentes, no arquipélago. Ainda, no contexto da produção local, também foram realizados estudos sobre a Horta. Em 2010, a publicação da obra de Carlos Lobão intitulada, *História, cultura e desenvolvimento numa cidade insular: a Horta entre 1853 e 1883* e a dissertação de mestrado de Carlos Melo, *A Escola do Magistério Primário da Horta no Estado Novo – 1945 a 1974*, permitiram um maior conhecimento das instituições do ensino desta cidade, bem como a sua orgânica de funcionamento. Por último e referente ainda, à produção local, a dissertação de mestrado, *Revista Pedagógica (1906 – 1916) A Modernidade do Pensamento Pedagógico em S. Miguel nos Inícios do Século XX*, por nós defendida, em 2006, que pretendeu dar algum contributo para esta temática.

Ambas as ilhas foram confrontadas com o problema do analfabetismo e, no início do século, procuraram incentivar a iniciativa particular. A incapacidade económica e a morosidade de implementação de projetos governamentais fizeram com que a imprensa incentivasse e mobilizasse a iniciativa privada, de forma a despoletar a criação de associações beneméritas nas ilhas. Como complemento, foram consultados os trabalhos sobre associativismo local, como o de Susana Serpa Silva, de Fernanda Enes e ainda *A Assistência Pública* de Urbano Mendonça Dias que permitiram inteirar-nos da capacidade associativa e filantrópica do povo açoriano. Pudemos concluir que, encontrando-se enraizado o espírito associativista, desde meados do século XIX, não foi difícil despoletar a criação de sociedades. A Associação *Século XX*, a Sociedade Promotora de Instrução Terceirense e a Liga Micaelense de Instrução foram algumas das sociedades fundadas com forte influência da maçonaria. Para além de assegurarem a alimentação, o vestuário e os materiais escolares às crianças pobres, com vista à frequência escolar, desenvolveram inúmeros projetos, desde cursos noturnos, oficinas, missões escolares pelo método de João de Deus, bibliotecas e museus. António Lopes,

com a *Maçonaria Portuguesa e os Açores*, permitiu comprovar a ligação destas sociedades à maçonaria. Para esta temática, também foi consultado o *Dicionário da Maçonaria*, de Oliveira Marques. Para considerações várias, acerca do tipo de educação propiciada por estas instituições complementou-se com Candeias com *Educar de Outra Forma*.

Estas instituições destinaram-se sobretudo a promover a alfabetização e a escolarização. Numa primeira fase, os republicanos depararam-se com um grande número de analfabetos e daí a necessidade de implementação de projetos direcionados para a alfabetização. Mas estas sociedades também se preocuparam com a educação e a continuidade dos estudos após a escola primária e a formação de adultos.

A Liga Micaelense, por exemplo, colocou em simultâneo uma série de projetos, como os cursos noturnos, as oficinas e a criação de laboratórios, com vista à continuidade dos estudos. No caso terceirense, a Sociedade Promotora teve de canalizar, inicialmente, todos os esforços com vista à alfabetização. Candeias diferenciou estes dois conceitos. Na sua perspetiva a escolarização é um processo que implica um contacto estruturado e mais exigente da cultura escrita, diferenciando-a assim, da alfabetização. A escolarização pressupunha a continuidade do conhecimento ou prosseguimento dos estudos após a conclusão da escola primária.

O artigo “Ritmos e Formas de Acesso à Cultura Escrita das Populações”, bem como a tese de Nóvoa, *Le Temps des Professeurs* contribuíram para uma visão generalizada sobre o período em questão e também sobre o analfabetismo. Sempre que foi necessário a consulta estatística, relativamente às questões da alfabetização, consultou-se o projeto de Candeias, *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX*. Atendendo a que o aumento ou diminuição da alfabetização se pode

relacionar com o aumento ou decréscimo populacional, sobretudo por se tratar de uma região propensa à emigração, consultou-se o artigo da revista *Estudo da História* da autoria de Gilberta Rocha e intitulado, *A Sociedade Açoriana – Uma Perspetiva Quantitativa da sua Evolução (1864 – 1940)*.

As instituições com vista à frequência escolar proviam os meios necessários às crianças e desse modo, garantiam a sua presença na escola. Uma das principais razões do analfabetismo nos Açores era o abandono escolar. Por se tratar de famílias pobres as crianças tinham, no tempo das colheitas, de contribuir para o orçamento familiar e abandonar a escola. As sociedades, ao apoiarem comissões de beneficência e as caixas económicas, *Vintém da Escola*, contribuíam para garantir a alimentação, vestuário e material escolar das crianças. Leram-se os escritos coevos, publicados por Inácio de Arruda e Faria e Maia sobre a criação e desenvolvimento de caixas económicas e comissões de beneficência, em países como a Suíça e Bélgica. Assim, *Em Prol da Instrução, Kodaks: Impressões de Viagem, Pela Suíça e pelo Reno, Paisagens* constituíram uma boa base para mostrar a eficácia e o modo de funcionamento das escolas, que também podiam ser geridas pelos alunos. Eram mantidas por doações, produtos de festas e bazares. Ao mesmo tempo, serviam para desenvolver, na criança, o espírito de autonomia propagado pela Escola Nova. Kerschensteiner centrou a sua pedagogia à volta do conceito de “trabalho educativo”. Pertencente à “escola nova” europeia e influenciou, grandemente, os pensadores republicanos. As suas ideias pedagógicas tinham como núcleo central o “conceito de trabalho educativo” sob o ponto de vista pedagógico. Com o fim de nos inteirarmos destes e doutros conceitos pedagógicos consultámos, Ferreira Gomes, *Estudo da História e Pedagogia*, Giles, *História da Educação* e Rogério Fernandes, *O Pensamento Pedagógico em Portugal*.

Também, *A História da Pedagogia* de Abbagnano constituiu um ótimo ponto de partida na pesquisa das questões pedagógicas.

A teoria do trabalho educativo fundamentava-se no positivismo científico que, segundo Magalhães, proclamava o realismo pedagógico como superação da escolástica e do dogmatismo. À escola tradicional de fundamentação apenas teórica sobrepunha-se uma outra, científica e racional. Este novo conceito pedagógico ia, profundamente, ao encontro da forma de pensamento republicano e muitas das correntes e doutrinas europeias serviram-lhe de fundamento filosófico – o positivismo social de Auguste Comte, o positivismo evolucionista de Herbert Spencer, o racionalismo de Durkheim. Segundo Pintassilgo, também as posições que despontavam no movimento da “escola nova” ou “escola progressiva” como as de Dewey, Kerschensteiner, Montessori, Decroly, Claparède influenciaram as concepções educativas destes pensadores que, para além de se adequarem na perfeição à renovação pedagógica que se pretendia implementar, se encaixavam, plenamente, no projeto regenerador assumido pelos republicanos. Para o enquadramento das teorias pedagógicas e sociológicas que fundamentam a Escola Nova, para além da tese de Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos*, também consultámos Candeias, *Sobre a Educação Nova*, António Nóvoa, com *Uma Educação que se diz “nova”* e ainda, Lourenço Filho, *A Introdução ao Estudo da Escola Nova*.

Para os republicanos, a democratização do ensino aberto às massas, comportava uma intenção ideológica: criar uma “nova escola” gratuita, obrigatória e laica, onde fossem inculcados os novos ideais e valores republicanos. Ao formar um homem ativo e mais participativo na sociedade era possível alcançar o progresso e a regeneração social. Estes novos ideais, confrontados com uma sociedade tradicional católica, geraram grandes controvérsias com a igreja.

A laicização da sociedade e a presença dos jesuítas foram dos temas mais debatidos pelos republicanos e causaram, no caso terceirense, lutas “acesas” entre ambos. Houve a necessidade de contrapor os dois discursos, de modo a que a exposição se tornasse mais equilibrada. Assim, para além da imprensa religiosa consultou-se uma série de artigos, na revista *Brotéria*, atendendo a que muita discussão foi gerada em torno da presença jesuíta, dos quais salientamos o artigo de A. Rocha, “A Instrução em Portugal”. Os jesuítas eram acusados de afastar as crianças da escola pública e exercerem influência junto das famílias. Com o intuito de se verificar se fazia alusão ao facto, procedeu-se a uma pesquisa minuciosa do *Boletim do Governo Eclesiástico dos Açores* (em formato digital) do qual apenas, o 3.º volume abordava a criação das lojas maçónicas, na Terceira.

A esta escola tradicional, religiosa e dogmática começou por contrapor-se uma nova escola assente num saber empírico, científico e racional. Esta escola defendeu a utilização do método intuitivo por ser mais racional e que foi, claramente, preconizado por Pestalozzi e Froebel. O primeiro considerou como valor fundamental a clareza do conhecimento fundada na experiência, isto é, na efetiva “intuição das coisas”. Passou a valorizar-se a experiência pessoal da criança e a apreensão direta e sensível dos objetos.

O método intuitivo, considerado mais racional, foi largamente difundido por toda a Europa e começou por se aplicado ao nível da educação infantil, embora fosse defendida a sua aplicação no ensino primário. Considerado também um método natural para o ensino da leitura foi apoiado por aqueles que valorizavam a educação materna. Teoricamente, a mãe que ensinava naturalmente o filho a falar também o ensinaria a ler, mesmo em tenra idade. João de Deus designou o nome de Cartilha Maternal, exatamente por acreditar que a mãe o poderia fazer. Esta corrente defendida por alguns republicanos nos Açores como Evelina de Sousa e Joaquim Tristão não se popularizou

em Portugal, pelo facto de as mulheres portuguesas não saberem ler, nem escrever. Evelina que se associou ao movimento feminista das mulheres portuguesas contribuiu para a educação feminina nos Açores, com alguns projetos, como a criação de uma oficina de rendas para garantir independência financeira da mulher. Este projeto teve o apoio de Ana de Castro Osório e de outras feministas que contribuíram para o seu arranque. Para o enquadramento das temáticas, relacionadas com o feminismo, o papel da mulher na família, a educação das mães e a independência feminina foram consultados: “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX* de Irene Vaquinhas, *Sete Décadas de Feminismo* de Elina Guimarães, *Um Século de Periódicos Femininos* de Ivone Leal, *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio* de Ana Vicente e *Alice Moderno – A Mulher e a Obra* de Conceição Vilhena.

Durante o período em estudo, o conceito de educação infantil foi bastante teorizado e a influência de Pestalozzi e Froebel encontra-se bem patente, em todos os discursos proferidos pelos republicanos e por todos aqueles que acreditavam que a reforma social só seria possível através da reforma do ensino. Apesar de toda a teorização em torno da educação infantil, só, mais tarde, foi criado o primeiro jardim-de-infância em Ponta Delgada, por perceptoras alemãs. Schnurbein, em *As Frauleins Esquecidas* relata-nos o tipo de jardim e as atividades que eram realizadas. Permitiram a contextualização da temática do ensino infantil, as obras: *A Educação Infantil em Portugal* de Ferreira Gomes, *Para a História da Educação de Infância em Portugal – O Discurso Oficial* de Maria João Cardona e ainda, *O Contributo do Método João de Deus para a Educação Pré-Escolar* de Nicolau Raposo.

Uma boa parte da tese centra-se em torno do método da Cartilha Maternal de João de Deus devido à sua aplicação em ambas as ilhas no processo de alfabetização. Por ser considerado um método intuitivo e racional foi defendida a sua aplicação, pelos

republicanos, por se tratar de um método exclusivamente português. A utilização da *Cartilha Maternal*, juntamente com o *Guia Prático*, revisto e atualizado por Maria da Luz Deus, foi importante para se entender o modo como é explorado. Para isso houve a curiosidade, embora ainda no início da investigação, de assistir a aulas práticas no jardim-escola n.º 2 de Coimbra, para que pudéssemos compreender a descrição e aplicação do mesmo. Fernando Vale deu-nos uma perspetiva em torno da Literatura infantil em Portugal (publicação que nos foi oferecida aquando da nossa presença no jardim-escola).

João de Deus Ramos afirmava que os jardins-escola João de Deus datavam da mesma época dos de Decroly na Bélgica e os de Montessori na Itália, sem que se pudessem copiar mutuamente. João de Barros aliou-se a João de Deus Ramos na propagação do método.

João de Deus Ramos manteve grande ligação com os republicanos terceirenses e a Sociedade Promotora da Instrução, pelo que em 1907 se deslocou a Angra do Heroísmo para a realização de uma série de conferências. A sua presença em S. Miguel foi aconselhada a Evelina de Sousa, por Casimiro Freire, um dos fundadores das escolas móveis. Para que nos pudéssemos inteirar da personalidade destes pedagogos consultámos, *Educadores Portugueses*, da autoria de Deusdado, bem como o mais atualizado *Dicionário de Educadores Portugueses*.

A leitura de Rogério Fernandes, *João de Barros – Educador Republicano*, Maria Alice Reis, *A Pedagogia e o Ideal Republicano em João de Barros*, Manuela Azevedo, *João de Deus Ramos – Vida e Obra*, Ferreira Castro, *Chamou-se João de Deus exatamente o nome paterno* e ainda, Barreto, *João de Deus e Educação Nova* contribuiu para a contextualização e conhecimento da vida e obra pedagógica.

Em 1911, João de Barros e João de Deus Ramos foram incumbidos de proceder ao estudo e redação da reforma do ensino primário. Áurea Adão em *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui* e Salvado Sampaio relativamente à legislação foram importante contributo para a análise da Reforma de 1911.

O método de João de Deus foi popularizado pela imprensa e abordado sob vários pontos de vista. Destacou-se a sua teorização pedagógica, a sua eficácia e o modo de aplicação. Para a sua correta aplicação era necessário formarem-se professores primeiro, pelo que a Sociedade Promotora Terceirense proporcionou cursos de formação. Contou não só com a presença de Salazar d'Eça, mas também com a presença de João de Deus Ramos. Em S. Miguel, por exemplo, apesar de não terem faltado professores voluntários para a sua aplicação, foi por diversas vezes mencionado, por Evelina de Sousa, a falta de formação que alguns professores apresentaram na sua aplicação. Apesar de ambas as sociedades sentirem alguma urgência no processo de alfabetização, não descuraram a formação dos professores implementando cursos, congressos, conferências e bibliotecas pedagógicas. Foram consultadas as várias publicações coordenadas por Pintassilgo, sobre as escolas de formação de professores e da sua autoria, *Os Manuais de Pedagogia no Primeiro Terço do Século XX: entre a tradição e a inovação*. Numa visão mais globalizante, A História da Profissão Docente em Portugal de Áurea Adão em *A História da Educação em Espanha e Portugal*.

Para o estudo das bibliotecas destacámos entre outros, *Bibliotecas Particulares e Saberes Pedagógicos* de Mogarro e para as conferências Magalhães, *Da Cadeira ao Banco*. Na visão de Magalhães as Conferências Pedagógicas assumiram um papel importante na formação de professores. Para além de temas práticos e pedagógicos abordados, os professores teceram críticas às Câmaras Municipais, procurando fazer ecoar as suas reivindicações.

As conferências enquanto espaços de partilha de problemas, de interesses e reivindicações constituíram um meio importante para a construção do movimento associativo. Os movimentos que inicialmente se caracterizavam por ser mutualistas foram, aos poucos, adquirindo outros contornos mais reivindicativos. Sobre o movimento associativo consultámos, por exemplo, Felgueiras, *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal*.

A *Revista Pedagógica*, juntamente com outros periódicos da Terceira, associou-se ao movimento nacional da imprensa pugnando, por melhores condições de vida, para os professores com vista a uma maior dignidade profissional. A Liga Nacional de Instrução contribuiu para o movimento associativo enquanto órgão regulador dos centros escolares republicanos. Destes, saíam as “queixas” ao modo de atuação de alguns inspetores e eram feitas denúncias, ao modo como eram geridos os fundos escolares, administrados pelas Câmaras. Para o enquadramento das questões relativas à legislação e organização administrativa durante a I República, apoiamo-nos em Áurea Adão com *O Homem vale sobretudo pela educação que possui* e para o mesmo período, abordando outras temáticas como a obrigatoriedade escolar, construções escolares e assistência escolar utilizamos como base *O Ensino Primário-1911-1969* de Salvado Sampaio. Filomena Lume contribuiu com esclarecimentos vários acerca de questões sobre a inspeção e o seu modo de atuação na *História da Escola em Portugal e no Brasil*.

As Conferências que estavam entre as atribuições de cariz pedagógico eram presididas e dinamizadas pelos inspetores que tinham o papel de representação do poder estatal. Atendendo a que nas ilhas os inspetores assumiram uma posição “autonomista” relativamente a algumas decisões houve a necessidade de conhecer o seu verdadeiro papel, uma vez que se manteve praticamente inalterável a sua ação a partir de 1901.

Procurámos elucidar-nos com a leitura do capítulo IV do livro *A Inspeção do ensino em Portugal – nos finais do séc. XIX e alvares do séc. XX* de Henrique Carneiro e os artigos de Rui Costa com a *Contribuição para a História da Inspeção Permanente da Escola Primária* e ainda com Filomena Lume *Os inspetores do ensino primário: de orientadores a auditores*. Acerca da atividade do inspetor, Lume destaca a confrontação de duas representações diferentes que não são de fácil conciliação. Por um lado, os inspetores identificam-se com um discurso centrado na orientação pedagógica e por outro, identificam-se com um discurso centrado na função fiscalizadora e punitiva, embora, segundo ela, se tenham identificado mais com o primeiro.

Ao fazer a breve abordagem à investigação histórica sobre o ensino primário nos Açores, concluímos ser esta, uma área praticamente marginalizada e de estudos com pouca persistência e coerência temporal.

O período em estudo foi marcado pela instabilidade política económica e social e, portanto, pouco propício a experiências no campo educativo. Nos Açores, as condições económicas foram agravadas pelo distanciamento e pela morosidade das decisões. Apesar da instabilidade, um dos aspetos que marcou o período analisado foi a riqueza ao nível do debate pedagógico, influenciado pelas ideias inovadoras sobre educação. Estas novas ideias favoreceram o aparecimento de um novo conceito de escola.

III – Opções metodológicas e fontes

Na investigação para este estudo foram usados métodos e técnicas tradicionais de pesquisa documental e bibliográfica.

A análise criteriosa e minuciosa da imprensa pedagógica produzida no arquipélago, durante este período, permitiu uma abertura ao conhecimento relativo ao ensino, às práticas e metodologias que foram sendo introduzidas em ambas as ilhas, ou melhor, nos círculos escolares de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. Entre muitos periódicos analisados evidenciaram-se os de ideologia liberal e republicana, *O Tempo*, *O Dia*, *Revista Pedagógica* e *A Voz do Professor* que, associados ao movimento nacional da “liga da imprensa” contribuíram para a denúncia das más condições de trabalho do professorado e para a dignificação da carreira docente. A união da imprensa pedagógica de todo o país, incentivada pelos republicanos, constituiu um importante meio de propaganda a favor da instrução primária, tendo assumido um papel muito significativo na tomada de consciência e para a união da classe do professorado. Foram também os periódicos republicanos que mantiveram uma propaganda ativa dos ideais educativos e pedagógicos e motivaram a iniciativa particular, para a implementação de projetos a favor do ensino. Constituíram, igualmente, um veículo de difusão de novas metodologias e práticas pedagógicas.

Ao contrapor-se um outro discurso educativo por parte da igreja e/ou mais conservador procedeu-se à análise de periódicos religiosos dos quais se destacou o *Peregrino de Lourdes* e o *San Miguel* por forma a obter equilíbrio e imparcialidade na redação.

Foi recolhida a informação de alguns artigos de revistas e livros escritos, durante a época em estudo, contendo a descrição pormenorizada dos sistemas escolares

estrangeiros, sobretudo suíço, belga e alemão, como os escritos de Faria e Maia, Inácio de Arruda e Evelina de Sousa. Foram usadas outras fontes impressas, como os periódicos para este período que contribuíram como elo de ligação entre assuntos e para preenchimento do vazio deixado, pela ausência de fontes.

Ao iniciar-se o percurso de investigação, propriamente dito, houve a necessidade de comprovar-se o impacto que tiveram os projetos desenvolvidos pelas instituições e a permeabilização aos métodos e práticas pedagógicas. Pela análise documental, foi possível corroborar a existência dessas reflexões e ideias e provar a sua aplicabilidade e aceitação, favorecendo a sustentabilidade do nosso estudo. No entanto, a nível da investigação histórica, a falta de tratamento documental e a escassez de documentos criou alguns embaraços, sobretudo na Terceira, pela falta dos fundos relativos ao ensino primário, para este período, tendo sido possível a análise dos livros de atas da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Em Ponta Delgada, apesar da não catalogação da documentação e esta se apresentar um tanto dispersa, temporalmente, foi possível a pesquisa da documentação do fundo da Direção Escolar. Pertencente a este fundo, os copiadores de correspondência da Inspeção Escolar permitiram uma visão mais pormenorizada da ação inspetiva, para este período.

Nas fontes impressas consultamos as *Escavações* de Maria Supico e o fundo S.A.L.A para nos contextualizarmos, relativamente ao século XIX. O fundo da Liga Micaelense (LMIP) constituído por fontes impressas e manuscritas foi indispensável para o estudo aprofundado, desta instituição.

Algumas fontes manuscritas, tal como os copiadores, encontram-se em muito mau estado de conservação, atendendo a que se trata de livros com folhas de papel vegetal.

Os documentos não catalogados, embora bem conservados, do fundo da Patronato de S. Miguel (Associação *Século XX*), permitiram um conhecimento aprofundado da ação desta instituição. Também a correspondência de João de Deus Ramos para a Terceira e S. Miguel, pertencente ao Museu/Biblioteca João de Deus, contribuíram para uma reconstituição e melhor enquadramento das problemáticas sentidas, na implementação das missões escolares pelo método João de Deus e perceber, a aceitação destas, por parte da sociedade de ambas as ilhas.

IV - Apresentação do Plano

Na organização do presente trabalho, *O Ensino Primário nas ilhas de S. Miguel e Terceira: Dos ideais às práticas educativas nas primeiras décadas do século XX*, procuramos expor os conteúdos da seguinte forma:

- No Capítulo 1 começamos por fazer uma abordagem ao impacto que tiveram na sociedade açoriana, em ambas as ilhas, os ideais educativos, tendo-se verificado um confronto entre os setores mais liberais da sociedade e a igreja. Procuramos transmitir os ideais que integraram o discurso educativo republicano, adaptados à realidade das ilhas e que foram distribuídos em subcapítulos e pela seguinte ordem: o analfabetismo; regeneração pela educação; importância atribuída à escola primária e ao professor; o positivismo e o cientismo e o anticlericalismo e laicização.

- No Capítulo 2 debruçamo-nos acerca da Inspeção Escolar e a relação que este órgão teve com os centros de decisão, atendendo a que durante o período de descentralização algumas das suas prerrogativas passaram para as Câmaras Municipais.

Foi considerado apenas um capítulo, o qual foi subdividido em 5 subcapítulos.

No Capítulo 2.1 procurou dar-se uma ideia da orgânica e funcionamento geral da Inspeção e de todo o tipo de procedimento administrativo quer da inspeção direta, quer com os outros órgãos administrativos. Para os pontos seguintes escolheram-se as situações que se mantiveram nas suas atribuições e aquelas em que se registaram situações anómalas: a colocação dos professores; as situações de concurso; a realização de exames; os prémios e penalizações.

- No Capítulo 3 centramo-nos em torno dos edifícios escolares e subdividimos em três subcapítulos: 3.1 falta de escolas, 3.2 condições físicas e pedagógicas, 3.3 tipos

de escolas existentes. Este último, ainda foi dividido: escolas mistas, centrais e escolas alternativas.

- No Capítulo 4 abordamos os conteúdos e métodos de ensino. Este por sua vez foi dividido em seis pontos. No 4.1 desenvolvemos os novos métodos e práticas que foram sendo introduzidos no ensino: trabalhos manuais, educação física, canto coral, a educação cívica e a Festa da Árvore. Aqui abordamos os símbolos, os cultos e os rituais. No ponto 4.2 descrevemos os museus e bibliotecas escolares; no 4.3 mencionamos e descrevemos outro tipo de atividades pedagógicas como visitas de estudo, excursões, aulas ao ar livre e “lições de coisas”. No ponto 4.4 apresentamos as oficinas de trabalho e o modo como estas funcionaram, em parceria com as escolas. No 4.5 abordamos o método da Cartilha de João de Deus, destacando a importância que teve na alfabetização de crianças e adultos nas ilhas e por último, no ponto 4.6, o ensino infantil, onde procuramos demonstrar a teorização que envolveu a sua criação.

- No Capítulo 5 descrevemos outras iniciativas realizadas no âmbito da educação popular, procurando subdividir este, em sete outros pontos: 5.1 comissões de beneficência; 5.2 caixas económicas e *Vintém da Escola*; 5.3 cursos noturnos e missões escolares; 5.4 conferências populares; 5.5 bibliotecas populares; 5.6 ensino oficinas e ensino técnico profissional e, por último, no ponto 5.7, festas escolares.

- No Capítulo 6 apresentamos e descrevemos as Instituições Beneméritas que foram divididas em três capítulos, pela seguinte ordem: 6.1 Associação de Caridade Promotora de Instrução - *Século XX*, 6.2 A Sociedade Promotora da Instrução Terceirense e no 6.3, a Liga Micaelense de Instrução Pública.

- O Capítulo 7 corresponde ao capítulo dos professores. Subdividimos este em quatro pontos. No 7.1 destacamos a formação geral, no 7.2 os cursos e conferências.

Nestas foram apenas consideradas aquelas que eram promovidas por e para professores. No 7.3 procede-se a um breve apontamento biográfico dos professores que se destacaram, na implementação de projetos para a educação e o qual se denominou, de professores ilustres. No ponto 7.4 consideramos todo o tipo de associativismo docente.

Por último, elaboramos o capítulo das Considerações finais, seguidas das fontes impressas e manuscritas e da bibliografia.

Cap. 1 - Ideais Educativos em Confronto

Desde meados do século XIX que o debate educativo se manteve vivo nos Açores, por influência de intelectuais, homens cultos da sociedade, que pretenderam difundir a escola e promover a alfabetização junto das populações.

Em S. Miguel, por influência de Feliciano de Castilho e pela *Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes* por ele criada, em 1848, criaram-se cursos noturnos em todos os concelhos, excetuando o da Povoação. A Sociedade que contava com o voluntariado de muitos professores teria contribuído para a propagação do seu método, conhecido como *Método Repentino* ou de *Lemare*. Em Ponta Delgada, chegaram a registar-se, em 1865, mais de uma dezena de instituições que dependiam da generosidade e empenhamento de personalidades que procuravam alcançar o desenvolvimento intelectual, moral e social em benefício dos mais desfavorecidos (Enes, 2003, p.78). Algumas destas instituições procuraram debelar o grande mal do analfabetismo escolar, criando diversas iniciativas, com vista a promover a frequência escolar, como a atribuição de prémios aos alunos que se distinguissem, a promoção de cursos noturnos e missões escolares e o fornecimento de bens essenciais às crianças pobres, com vista a garantir a frequência escolar.

Na Terceira, também surgiram diversas iniciativas impulsionadas por gente culta da sociedade, de forma a contribuir para o desenvolvimento social, dando algum destaque ao combate ao analfabetismo nas populações. A criação em 1862 da *Sociedade Promotora das Letras e Artes* de Angra do Heroísmo foi um dos exemplos e proporcionou a instrução às classes mais desfavorecidas, através da criação de cursos noturnos (Dias, 2003, p.101).

Estas e outras iniciativas criadas nas ilhas visando o desenvolvimento da educação tiveram um papel significativo na difusão da instrução pública nos Açores. O associativismo que também fazia parte integrante da cultura local e o apoio de inúmeras personalidades contribuíram para o desenvolvimento da sociedade em diversos domínios. A crença na capacidade de aperfeiçoamento da sociedade, os progressos do espírito humanista e de cidadania levaram muitas figuras da elite social micaelense a dedicarem-se à filantropia e à intervenção social (Silva, 2003, p. 53). A preocupação pelos elevados índices de analfabetismo registados nas ilhas que continuava a persistir contribuíra para o surgimento de algumas instituições beneméritas que apoiaram o ensino público.

Indivíduos conhecedores dos meios pedagógicos estrangeiros, europeus e americanos, começaram por denunciar através da imprensa, o estado em que se encontrava o ensino em Portugal, relativamente a outros países estrangeiros. Na imprensa estabeleciam-se relações estatísticas comparativas entre países europeus, relativamente à superfície que ocupavam, ao número populacional e aos gastos despendidos pelos governos na instrução. Concluía-se que em Portugal se gastavam somas irrisórias na instrução, comparativamente com outros países da Europa com menor superfície e população.

A incapacidade dos governos sucessivos, perante o estado da educação e a situação política, social e económica do país que caracterizou esta época conduziu à necessidade de recurso à iniciativa particular. Os Açores não terão fugido à regra e a difusão da instrução nas ilhas só foi possível, graças ao empenhamento da iniciativa particular.

Professores micaelenses e terceirenses acreditavam que sem o apoio da iniciativa particular seria impossível a sustentação de projetos que pretendiam implementar com vista ao combate ao analfabetismo. Faria e Maia, inspetor em Ponta Delgada, no início do século, defendia que “não se deveria esperar tudo do Estado e que este necessitava do esforço coletivo para a concretização de alguns ideais educativos” (Maia, 1909, p.37). Dava como exemplo, a criação de sociedades beneficentes e de bibliotecas escolares criadas na Suíça e que antecederam a iniciativa oficial (Maia, 1927, p.111). Inspirado por tais iniciativas procurou colmatar as insuficiências existentes ao nível das condições físicas e pedagógicas das casas de escola, envolvendo um grande número de benfeitores. Através da realização de conferências e da imprensa local expressou a importância da criação e organização da iniciativa particular como um recurso eficaz na criação de projetos de melhoramento do ensino oficial e da educação.

O debate educativo, no arquipélago, atingiu o auge durante as primeiras décadas do século XX por impulso da ação republicana. A dedicação de professores e intelectuais, na sua maioria republicanos, com ligação aos meios pedagógicos no estrangeiro, contribuíram para a ascensão do debate educativo durante este período. Este terá registado algum esmorecimento e quase se esbateu em anos que coincidiram com o grassar das epidemias nas ilhas que obrigaram ao encerramento das escolas e terá “sofrido” também algum esmorecimento, nos anos posteriores à I Guerra, devido a necessidades mais prementes de natureza económica e social. No entanto, o debate educativo manteve-se sempre vivo, propagado não só pela imprensa, mas por todos aqueles que se dedicavam à “nobre” causa da educação.

Porém, o modo como foram difundidas as questões pedagógicas, no arquipélago, gerou grandes controvérsias entre a igreja e os republicanos. Por um lado, evidenciou-se um discurso marcado por princípios do ideário republicano, profundamente anti

clericalista e outro que se contrapunha a este, assumidamente religioso. O primeiro propagado pela imprensa pedagógica de ideologia republicana e o segundo difundido pela Igreja, em jornais religiosos ou na imprensa local antirrepublicana.

No discurso educativo, começaram por se debater os três princípios fundamentais que se ambicionavam para o ensino: laicidade, gratuidade e obrigatoriedade. Constituindo este último, a obrigatoriedade, o ponto “unificador” das duas facções em disputa, os republicanos e a Igreja. Se aos republicanos interessava a instrução que iria contribuir para a criação da “nova sociedade” não era menos verdade que a igreja era, desde o século XIX, o sustentáculo de algumas instituições de apoio a crianças pobres nas ilhas, a quem ministravam o ensino das primeiras letras. As Associações de Beneficência e Ensino – Filhas de Maria, os Asylos de Infância Desvalida existentes em ambas as ilhas, o Asylo de Mendicidade e a Cozinha Económica na Terceira eram algumas dessas instituições. Por razões financeiras, algumas instituições que inicialmente pertenciam à igreja, como é o caso da Cozinha Económica Angrése dependente da Associação Promotora de Crianças Pobres, foram absorvidas por outras associações laicas, com ligação à maçonaria¹. A Igreja terá deixado de a apoiar, devido à influência da maçonaria e dos elementos pertencentes à Sociedade Promotora de Instrução que passaram a fazer parte da Direção. Esta chegou a acusar a igreja de afastar os antigos sócios da instituição e *O Dia* terá feito referência ao facto, dizendo que “antes recebia mais donativos e havia um maior interesse pela sua manutenção e progresso” (*O Dia*, 1905, n.º 132). Contudo, a realização de “Kermesses” e de festas frequentes pelas senhoras da sociedade terceirense terão garantido os donativos para sua manutenção e permitiu, até, a criação de novas instalações.

¹ A Cozinha Económica de Angra foi uma associação de beneficência criada pela Maçonaria, pela iniciativa da Loja *União e Liberdade* n.º 251. - Marques, A.H.O. (1986). *Dicionário da Maçonaria*. p. 437.

Em S. Miguel, por exemplo, a Associação Filhas de Maria, tinha o apoio da igreja desde a sua criação, embora a escola que lhe estava associada pertencesse à Associação de Caridade Promotora da Instrução *Século XX*, também com ligações à maçonaria. A escola particular desta instituição funcionava desde 1867 e foi sempre sustentada por donativos e por senhoras da sociedade associadas, recebendo crianças pobres do sexo feminino².

Em S. Miguel, contrariamente ao que foi feito na Terceira foi sempre proposta a inclusão das diferentes associações que lutavam a favor do mesmo objetivo – a luta contra o analfabetismo. Maria Evelina de Sousa, diretora da *Revista Pedagógica* chegou a propor a união da Associação *Século XX*, das comissões de beneficência e ensino, da Liga Micaelense de Instrução Pública e da Associação Filhas de Maria. Defendia que entre elas deveria haver uma coesão que as unisse e as agregasse ao elemento oficial, estabelecendo-se, entre todas, um auxílio mútuo, que originaria uma excelente organização da instrução popular.

A implementação de algumas iniciativas por parte das associações laicas apoiadas pela maçonaria como, no caso terceirense, a Sociedade Promotora da Instrução, levou ao afastamento da igreja desses projetos, embora, inicialmente tivessem tido o apoio da igreja. Os cursos pelo método João de Deus para o ensino da leitura teriam despertado curiosidade em alguns párocos, devido à importância que estes também atribuíram à alfabetização e alguns chegaram a manifestar, na imprensa, a eficácia do mesmo. No entanto, a proximidade que a Sociedade Promotora Terceirense tinha com a maçonaria levou ao afastamento dos membros da igreja. Alguns párocos

² Em 1889, a escola da Associação “Século XX” registava a frequência de 47 alunas. Faziam parte da direção Ermelinda Pacheco Gago da Câmara presidente, Maria Isabel Fisher Berquó, tesoureira, Laureana Avelar d’Aguiar, secretária, Thereza Pacheco d’Aguiar e Maria Ana Hasse Berquó d’Aguiar, vogais. – BPARPD. CEPD. *Livro de Inscrição de Escolas Particulares, 1889.*

chegaram a acusar José Sebastião d'Ávila Júnior, Joaquim Machado Tristão e Inácio Cardoso Valadão com ligações de amizade a João de Deus Ramos e principais impulsionadores da Sociedade, de ter ligações à maçonaria. Contudo, ao contrário de outras iniciativas, a igreja nunca fez críticas abertas ao método da Cartilha Maternal, tendo-a utilizado “com algumas restrições na sua aplicação”.

Os ataques desferidos pelos republicanos começaram também por fazer-se, não propriamente às instituições religiosas existentes, mas a escolas que iam sendo criadas pelas ordens religiosas, sobretudo pelos Jesuítas e pelas Irmãs da Caridade. As escolas ou cursos “ilegais” foram proliferando, na Terceira, por influência dos Jesuítas que não estavam autorizados oficialmente a criá-los. Estes eram acusados pelos republicanos de transmitir valores religiosos, atendendo à influência que tinham junto das famílias. A verdade é que “os mestres religiosos não tinham formação legal para a prática do ensino” (*O Tempo*, 1905, n.º 45) ou, pelo menos, não era reconhecida oficialmente a sua formação e não tinham autorização legal para criar escolas em território nacional, continuando impedidos da prática do ensino, pelas leis impostas pelo Marquês de Pombal. O comportamento das ordens religiosas, sobretudo os Jesuítas e as Irmãs da Caridade eram incompreendidos e olhados como uma afronta e abuso de poder pelos republicanos. Durante as duas primeiras décadas do século XX surgiram uma série de periódicos que passaram a denunciar as ações dos párocos contra as atividades promovidas, pelas instituições republicanas.

controlar a atividade religiosa. *O Tempo*, na Terceira, chegou a declarar que a sua existência se devia ao combate à influência dos Jesuítas na ilha, *O Dia* que dizia manter uma vigilância atenta à ação dos párocos e, posteriormente, *A Voz do Professor*, dirigido pelo professor Joaquim Tristão, que denunciava situações de ilegalidade por parte das ordens religiosas. Este fê-lo, alegando que os religiosos moviam influências

junto das famílias, criavam escolas nas freguesias e afastavam a população escolar das escolas oficiais e dos projetos desenvolvidos pelas sociedades beneficentes laicas, com vista à alfabetização e escolarização do povo terceirense. Um dos projetos fundados pela Sociedade e que mais se distinguiram foi a criação de cursos noturnos e missões de alfabetização pelo método João de Deus.

O conflito latente entre os republicanos e a Igreja nas ilhas, sobretudo na Terceira, não era apenas do foro institucional, mas também comportava um fim ideológico, pois “a missão regeneradora” republicana era incompatível com os princípios da igreja.

Assumiu também grande proeminência no discurso, a questão da obrigatoriedade escolar aliada à gratuidade do ensino. Segundo a imprensa, para “a frequência da escola obrigatória, não deveria constituir um impedimento a falta de recursos económicos”. Através da escola massificada, democrática e aberta a todos era possível a regeneração do país, dependendo-se que a valorização dada à escola primária comportava intenções de natureza ideológica (Pintassilgo, 1998, p.66-67). A ideia consistia na transmissão de valores morais e cívicos republicanos, ao maior número de pessoas, por forma a criar o que designavam de uma nova sociedade, com um “homem novo” mais participativo e interventivo em todos os setores da sociedade.

Para além das inúmeras divergências, verificou-se que algumas das preocupações com o ensino presentes nas duas facções em disputa eram comuns, tais como: a criação de instituições beneméritas e os discursos sobre o analfabetismo.

1.1- O analfabetismo

O debate educativo sobre o analfabetismo constituía outro ponto “unificador” dos discursos republicano e da igreja. Através da análise de diversos periódicos de vertente religiosa, *terceirenses* e *micaelenses*, constatou-se que o analfabetismo constituía uma preocupação comum, mas apresentava uma argumentação divergente, tendo sido abordado em diferentes perspetivas.

Os republicanos acusavam a igreja de perpetuar o analfabetismo e responsabilizavam o ensino tradicional pelo atraso em que se encontrava Portugal, remetendo-o, com frequência, para os jesuítas e também para o tempo da monarquia. Por sua vez, os jesuítas alegavam que a missão primordial da sua atividade pedagógica não era ensinar as primeiras letras em todas as aldeias de Portugal. Apesar disso, na maior parte dos seus colégios, fundados em pequenas cidades de província, os jesuítas sustentaram sempre escolas de “ler e escrever” equivalentes às do ensino primário. O mesmo aconteceu na Terceira com a criação de escolas em muitas freguesias da ilha, onde para além do ensino da doutrina, as crianças aprendiam a ler e escrever³. Ao serem responsabilizados pelo analfabetismo, os jesuítas remetiam a responsabilidade da sua existência a outras causas, tais como causas políticas, económicas e “idiossincráticas” e insistindo que, enquanto houvesse pobreza que levasse as crianças a trabalhar nas oficinas, nos campos e no mar não haveriam Ligas de Instrução ou Ligas Populares que conseguissem debelar este mal (Rocha, 1945, vol. XL, p.544). A igreja chegou a reconhecer, na imprensa, que o debelar do analfabetismo era possível pela difusão da cultura e da educação. Por sua vez, os republicanos acreditavam que o progresso era proporcionado pelo desenvolvimento da razão, ou seja, pela difusão da cultura e da

³ ANEXO I – Quadros Parietais (formato A3) – Coleção particular.

educação contra o analfabetismo. Relativamente a este discurso verifica-se algum paralelismo, embora os republicanos atribuam destaque à razão.

Maria Evelina de Sousa, republicana e diretora da *Revista Pedagógica*, designou o analfabetismo como um estado de ignorância que era necessário debelar, expondo-o da seguinte forma:

Combater a ignorância consiste em impedir o desalento, a descrença e o pessimismo que conduz à passividade anuladora de quem crê num fatalismo inexorável e invencível (*Revista Pedagógica*, 1906, n. °1)

Esta forma de ver o analfabetismo era muito comum entre os republicanos nas ilhas, pois a ignorância, segundo eles, mantinha o povo num estado muitas vezes designado de “letargia” ou “apatia” e pouco interveniente nos desígnios da sociedade. Com uma visão ligeiramente diferente, Faria e Maia pensava que, mais importante do que combater o analfabetismo era levar o povo português a compreender a importância da escola, porque só através dela era possível alcançar a consciência coletiva. Esta consistia num “estádio superior de um povo civilizado” o qual Portugal ainda não tinha atingido porque, sem instrução, o povo nunca poderia assumir uma responsabilização democrática. Segundo ele, “a soberania popular não passava de uma mera ficção”. Com base numa forte crença inspirada nas luzes, Faria e Maia, tal como muitos outros republicanos, acreditava que o saber ler e escrever iria impulsionar o desenvolvimento económico e a resolução de problemas sociais. A mudança de mentalidade daí resultante é que conduziria ao alcance do progresso ou da “civilização”. Da evolução pedagógica dependia a evolução mental, resultado do aperfeiçoamento dos processos pedagógicos e desta dependia a evolução social, natural consequência da evolução do pensamento humano, o qual, tendo progredido ou evolucionado, não podia continuar a

aceitar as bases pelas quais se regiam as sociedades precursoras (*Revista Pedagógica*, 1906, n. °16).

Durante as primeiras décadas do século XX, nas ilhas, as elevadas taxas de analfabetismo, apesar das inúmeras tentativas para o debelar, e à semelhança do resto do País, continuavam a persistir. Para os republicanos a educação era primordial para se “atingir o progresso e a evolução da sociedade”, mas perante tão elevados índices de analfabetismo era necessária uma intervenção imediata.

Assim, numa primeira fase, a alfabetização passou a ser o ponto fulcral do discurso republicano. A alfabetização, entendida segundo Candeias, consistia na ausência de qualquer cultura escrita, atendendo a que grande parte da população açoriana nunca tinha frequentado a escola (Candeias, 2000, p. 216).

Antes de inculcar a educação cívica e moral tão pretendida, tornava-se imperioso que a população açoriana primeiro soubesse ler, escrever e contar, pelo que as sociedades beneficentes criadas passaram a priorizar este facto.

Logo no início do século, a Associação de Caridade Promotora da Instrução *Século XX*, em S. Miguel, nos seus estatutos, considerava primordial facultar condições económicas às crianças do ensino oficial, de modo a proporcionar-lhes nas escolas a aprendizagem do ler, escrever e contar. A necessidade do domínio da leitura e escrita pela população analfabeta colocou-se, portanto, como primeira prioridade e muitos foram os projetos desenvolvidos nas ilhas com vista a alcançar uma rápida alfabetização do povo açoriano. As Sociedades dedicaram-se, sobretudo durante esse período, a um processo intensivo de alfabetização.

O analfabetismo era impeditivo da criação da “sociedade nova” republicana onde os cidadãos fossem mais conscientes, participativos, capazes de intervenção no seu

meio social. O analfabetismo constituía, na perspectiva republicana, um impedimento à concretização de quaisquer projetos para o desenvolvimento da sociedade açoriana, pois acreditava-se que o atraso socioeconómico se encontrava intimamente associado ao atraso educativo. Para além da pobreza que obrigava ao trabalho infantil, outro aspeto que contribuía para a privação da alfabetização eram as condições de ordem física, sobretudo na ilha de S. Miguel, devido às distâncias que impossibilitavam ou dificultavam os acessos à escola, em muitas localidades.

Membros benfeitores da sociedade micaelense e terceirense, à semelhança de Faria e Maia partilharam a convicção de que o desenvolvimento da sociedade, mormente no respeitante à educação, só seria possível através da ajuda e do apoio “beneméritos” e, portanto, deveria partir da iniciativa particular. Alguns destes benfeitores eram indivíduos esclarecidos, viajados e conhecedores dos meios pedagógicos europeus e “importaram”, incentivaram e propagaram as novas práticas educativas através da imprensa.

Na imprensa descreviam-se experiências dos países mais avançados da Europa, em que o desenvolvimento do ensino assentara, inicialmente, na benemerência privada e na criação de instituições particulares de apoio ao ensino oficial, encontrando nestes, uma fonte de inspiração. Referências frequentes aos modelos pedagógicos da Suíça, Bélgica, França e Alemanha, abriram as portas ao conhecimento e ao estudo das experiências e sistemas pedagógicos em vigor nesses países. Por outro lado, a proximidade do arquipélago relativamente aos Estados Unidos, também permitiu a ligação e a facilidade de circulação do conhecimento pedagógico.

À semelhança do resto do País, a ligação da imprensa ao movimento da imprensa pedagógica ou “liga da imprensa”, como era designado, constituiu um

importante fator de propaganda da classe que, pouco a pouco, se acentuou desde o princípio do século e que conduziu à criação de associações e instituições a favor da alfabetização. Começaram por envolver a sociedade, concebendo ações beneméritas, como a criação de Sociedades e Ligas de Instrução, com vista à criação não só de cursos noturnos, mas de missões pelo método de João de Deus, escolas móveis, bibliotecas e museus escolares. O objetivo imediato consistia na instrução das classes populares através da alfabetização de adultos e crianças, recorrendo ao ensino gratuito e criando escolas noturnas e diurnas. As escolas contaram com a colaboração de professores e outros membros da sociedade que para isso contribuíram com o seu trabalho voluntariamente. Paralelamente contribuía-se com donativos para instituições já existentes ou criavam-se novas instituições de apoio económico e social. Estas facilitavam aos alunos mais carenciados condições de permanência na escola, através do fornecimento de comida, vestuário e material escolar, mantendo uma colaboração estreita com o ensino oficial.

O analfabetismo nas ilhas também se encontrava estritamente relacionado com o absentismo escolar, tal como no resto do País, pois as crianças em idade escolar contribuíam com o seu trabalho para o orçamento familiar. Era muito comum, a imprensa fazer referência à falta de aplicação da lei da obrigatoriedade escolar, acusando o governo por falta de medidas eficazes. Os republicanos nas ilhas consideravam-na a principal causadora do retardamento do sucesso de alguns projetos. Acreditava-se que a indiferença das populações analfabetas era a causa primordial do analfabetismo por “não terem a compreensão exata dos seus deveres” como foi referido por Faria e Maia (Maia, 1909, p.53). Nos Açores, as opiniões divergiram relativamente à aplicabilidade da lei. Enquanto uns mais radicais achavam que deviam ser aplicadas coimas às famílias, a maioria dos republicanos em S. Miguel e na Terceira,

compreendendo a pobreza em que viviam as famílias, defendiam outras medidas penalizadoras, à semelhança de outros países europeus. Por exemplo, Joaquim Tristão, conhecendo a importância da emigração nas ilhas, defendeu que devia proibir-se a saída para o estrangeiro de pais em que os filhos fossem analfabetos e tivessem mais de nove anos.

Em S. Miguel, a criação da Liga de Instrução Micaelense, juntamente com as comissões de beneficência e caixas escolares teria contribuído para a expansão de cursos noturnos em toda a ilha. A imprensa micaelense, para além da falta de condições das escolas atribuía o analfabetismo ao número reduzido de escolas, tendo em conta o recenseamento escolar e o número de crianças que se propunham frequentá-las. A criação dos cursos noturnos também permitia à população ter acesso à instrução, devido à impossibilidade de frequência durante os horários de trabalho.

No caso da Terceira, a imprensa não apontava a falta de escolas como principal responsável pelo analfabetismo, pois referenciava a existência delas em todas as freguesias da ilha, embora apontasse os horários incompatíveis com os horários de trabalho, como a principal causa da reduzida frequência escolar que se agravava com o tempo das colheitas. Mesmo quando em 1911 se criaram novas medidas para a obrigatoriedade escolar, na Terceira os espaços foram divididos por turnos e a imprensa não salientou o facto da falta de escolas.

Nas ilhas pretendia-se estender o ensino a um universo mais vasto da sociedade micaelense e terceirense, aliando a componente da instrução à do desenvolvimento, visando a perfeitibilidade individual e social, na crença de que o analfabetismo constituía um impedimento à concretização de projetos para o progresso do arquipélago. Para a escolarização do povo era urgente que a escola chegasse a todos os cidadãos e

proporcionasse o conhecimento que anteriormente só era possível a alguns. Ideia bem enquadrada no ideário republicano, a democratização do ensino deveria contribuir para uma escola de massas, com vista à escolarização e, sobretudo à alfabetização popular. A ideia da instrução pública alargada ao povo, em alternativa ao ensino particular e doméstico, passou a ser a principal preocupação republicana, daí a importância atribuída ao ensino primário, ideia retomada do liberalismo (Torgal, 1993, p.613). Apesar de não se registarem condições propícias à massificação do ensino, a grande afluência popular facilitava não só a escolarização como também a transmissão de novos conceitos morais e cívicos. Estes contribuiriam para a formação de um “homem novo”, mais participativo e mais racional, capaz de intervir nos problemas da sociedade e consciente do dever de cidadão. Joaquim Tristão abominava o facto de as crianças abandonarem a escola e o País sem sequer conhecerem as suas instituições políticas, ignorando o que é ser-se cidadão, sem consciência dos seus direitos e deveres.

Para Francisco Faria e Maia, por exemplo, formar os alunos nas escolas primárias públicas seria criar o germen para as gerações de futuro com o objetivo de se criar uma nova sociedade mais democrática e igualitária. Este tipo de reflexão típica do ideário republicano foi, na *Revista Pedagógica*, bem expressa por ele no discurso proferido aquando da abertura da primeira Conferência Pedagógica, realizada em S. Miguel no Ateneu Comercial de Ponta Delgada, no dia 15 de maio de 1906⁴. Na dita conferência, que designou de “Interdependência da Evolução Mental, Social e Pedagógica”, afirmou que só através da escola era possível a concretização de ideais como os da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade –, aspirações que considerava só serem possíveis pela educação e só através dela seria possível

⁴ANEXO II – Conferência de Francisco Faria e Maia, *Interdependência da Evolução Mental e Pedagógica* (publicada ao longo de vários números da *Revista Pedagógica*. (1906).

moralizar e instruir o povo de forma a atingir estes ideais, tornando-os uma realidade social (*Revista Pedagógica*, 1906, n.º 11).

Apesar do esforço coletivo dos açorianos no combate ao analfabetismo, o facto de não terem diminuído as estatísticas levou a que fossem tecidas as mais variadas considerações acerca da razão desse fracasso. A imprensa do arquipélago colocava em destaque as condições sociais e económicas que provocavam “o indiferentismo” das populações, seguidas de razões culturais, atribuindo a falta de propensão para as letras do povo português. Na Terceira, a imprensa culpava também os professores desse fracasso e *A Voz do Professor* referiu-se a eles da seguinte forma:

[...] nem todos os professores se acham possuídos do mesmo ideal, nem animados do mesmo entusiasmo e boa vontade, uns pela incompetência em matéria instructiva, outros tocados pelo indiferentismo.

Aproximadamente na segunda década do século XX, o debate educativo republicano passou a centrar-se na escolarização do povo açoriano. De uma forma generalista, a escolarização trata-se de um contacto estruturado e mais exigente da cultura escrita, diferenciando-a da alfabetização (Candeias, 2000, p.216). A escolarização pressupunha a continuidade do conhecimento ou prosseguimento dos estudos após a conclusão da escola primária.

O jornal *O Povo* da Terceira, bissemanário republicano, foi disso um exemplo. José Cardoso Valadão era seu diretor e, para além das questões políticas locais, o jornal centrou o debate educativo em torno do prosseguimento de estudos, através de conferências, cursos, escolas profissionais e escolas primárias superiores.

A Liga Micaelense de Instrução também expressou alguma preocupação com a formação profissional dos adultos, possibilitando a formação através de escolas móveis

agrícolas e cursos noturnos com vista ao alargamento do conhecimento das populações no que respeitava ao desenvolvimento industrial e agrícola. Num dos relatórios da Liga justificava-se a sua criação da seguinte forma:

A Liga preocupa-se com a formação profissional dos adultos uma vez que as crianças, após a escola primária, se viam impossibilitadas de prosseguir estudos, e era deficiente a formação e habilitação profissional das classes trabalhadoras.

A criação de escolas profissionais, as escolas primárias superiores e a realização de cursos de informação, não destinados à alfabetização, quer em S. Miguel, quer na Terceira, destinavam-se à formação de jovens e adultos que pretendessem prosseguir os estudos após a instrução primária. A Sociedade Promotora da Instrução Terceirense, nos primeiros pontos da base dos seus estatutos, considerou que a realização de cursos livres e de conferências, palestras e saraus literários se destinava a promover o alargamento dos estudos para que este “não se limitasse apenas à ação de ler, escrever e contar”.

Acerca da realização dos cursos livres, *O Tempo* classificou-os como:

[...] uma forma de procurar a adaptação, adequada e compatível, resumida à pequenez do meio, do programa benemerente da Academia de Estudos Livres de Lisboa”. (*O Tempo*, 1906, n.º 248).

A Sociedade Promotora Terceirense, bem como Liga Micaelense de Instrução, ambicionava o desenvolvimento intelectual daqueles que, após a finalização dos estudos no Liceu, na Escola de Habilitação ao Magistério ou na Escola de Desenho Industrial pudessem dar continuidade às suas aprendizagens.

1.2 Regeneração pela educação

A ideia de uma “nova sociedade” almejada pelos republicanos, que se encaixou na perfeição nas novas correntes pedagógicas europeias e a rapidez com que estes a desejaram implementar entrou em profunda contradição com a Igreja.

Nas ilhas e sobretudo na Terceira, onde a igreja tinha maior influência, a nova ideologia teria levado a grandes confrontos ideológicos, pois os novos valores sociais e republicanos que se pretendiam inculcar não se coadunavam com o espírito religioso. Contudo, e como anteriormente referido, alguns membros da igreja colaboraram com algumas iniciativas lançadas pelas instituições beneméritas para o combate ao analfabetismo e, desse modo, foi-se verificando uma “assimilação” embora lenta e desconfiada de algumas práticas pedagógicas, das quais se destacou o método da cartilha Maternal.

Contudo, o projeto renovador republicano que se desejava pôr em prática era incompatível com o modelo da escola tradicional, profundamente clericalista, com base num sistema de ensino teórico-livresco. No arquipélago, a discussão em torno da ideia de escola nova em oposição à escola tradicional, aos meios e recursos tradicionais do ensino em vigor, mereceu atenção especial na maior parte dos periódicos analisados. À escola tradicional deveria contrapor-se uma escola de raiz puramente racionalista, de ensino prático, científico e laico, onde imperasse o “livre pensamento” e onde não fossem inculcados valores “supersticiosos e submetidos às leis da igreja”. Com vista à regeneração social, os novos valores e instituições republicanas deveriam substituir os anteriores, o que passava pela criação de uma nova escola assente nos princípios de liberdade e democracia herdados do liberalismo. Impunha-se assim, um novo modelo

pedagógico, com base nos princípios da “Escola Nova” e que tinha por base as ciências sociais, humanas e pedagógicas.

Para os republicanos, as crianças educadas pelos jesuítas “tornavam-se homens fanatizados e supersticiosos” porque eram incutidas ideias e transmitidos dogmas que, ao contrário do ensino racional, impossibilitavam a sua comprovação. O jornal *O Tempo* fez referência ao facto da seguinte forma:

As crianças afastadas do ensino público viam-se obrigadas a crer sem reflexão, a acreditar sem objeção e dessa forma atrofiava-se-lhes a razão. (*O Tempo*, 1905, n.º 10).

Para além dos aspetos científico e racional nesta ideia encontra-se disseminada a teoria do “livre pensamento”. A criança educada através do raciocínio e da reflexão poderia formular questões e mais tarde, enquanto adulto, saberia assumir os desígnios da sociedade. O Homem detentor de instrução e de conhecimento poderia contestar os valores tradicionais e agir segundo o seu próprio modo de pensar, o que só era possível, numa escola onde fosse dada a valorização ao saber científico e racional. Desta forma, a escola poderia contribuir não só para a criação de um “homem novo” mais racional e interveniente, mas também para o progresso e desenvolvimento de todos os setores da sociedade. Este “homem novo” detentor de um nacionalismo universalista seria capaz de regenerar Portugal da decadência (Magalhães, 2010, p.362).

Na inspiração republicana, o indivíduo a quem se proporcionasse o desenvolvimento físico, moral e cívico, ou seja, o desenvolvimento integral, seria “um homem útil à sociedade e bom de caráter”. A educação, segundo os princípios da educação cívica republicana, tanto proporcionava o desenvolvimento económico como a emancipação política e o aperfeiçoamento moral (Pintassilgo, 1998, p.56). Num contexto mais abrangente, a educação cívica republicana não se compreendia apenas no

sentido restrito, circunscrito apenas ao espaço nacional, mas via o Homem como um cidadão do mundo e com relação de pertença à humanidade. Joaquim Tristão definiu o que considerava poder advir da educação cívica republicana:

[...]. Da educação cívica depende o progresso, independência e integridade das nações, dela emana a paz, união e felicidade dos povos. Só ela une as famílias consubstando-as em um só povo, e os diversos povos em uma só família (*A Voz do Professor*, 1909, n.º3).

Segundo o discurso republicano, a sociedade encontrava-se em decadência e a causa do atraso em que se encontrava Portugal era devido à monarquia e à influência da igreja na sociedade, agravada pela presença dos jesuítas. Simultaneamente pensava-se que a falta de instrução da população portuguesa era a verdadeira causa da decadência nacional e que, eliminando-a, era o único meio de pacificamente se iniciar a evolução social e política.

Para a maioria dos republicanos do arquipélago, a regeneração do país só se faria através da evolução pedagógica e do combate ao analfabetismo. À educação passava a atribuir-se um papel primordial para se alcançar o progresso da sociedade, princípio resultante das influências positivista e iluminista.

A falta de instrução do povo português, aliada a uma fraca situação económica e a grande instabilidade política, marcada por sucessivos governos, não contribuía para alcançar a desejada estabilização. A desestabilização social e política interna, desde meados do século anterior, foi agravada por uma crise política externa provocada pelo Ultimato inglês em 1890 que teria contribuído, ainda mais, para a ideia de decadência que se prolongou nas décadas seguintes.

A República passou a ser encarada por uns como “uma esperança” e para outros “a única esperança”, um período de regeneração social, que ao elevar os feitos gloriosos do passado pretendia fazer emergir Portugal da decadência. Esta ideia regenerativa, de reabilitação da Pátria, contrapunha-se à ideia decadentista e procurava nas memórias e nos feitos gloriosos do passado do povo português motivos de orgulho. Avivar essas memórias era contribuir para o levantamento do orgulho nacional que facilmente se associaria à ideia de progresso. Esta conceção que teve por influência o positivismo assumiu grande importância no pensamento republicano português, durante este período, e por conseguinte, no discurso republicano. Também de influência humanista, esta conceção, atribuía grande valorização ao Homem e à crença na Razão como forma de transformação da sociedade. Deste modo, passou a acreditar-se no desenvolvimento do homem e da sociedade no sentido de uma gradual perfeitibilidade (Pintassilgo, 1998, p.56) Na perspectiva republicana, atingir este “estádio” de perfeitibilidade individual e social só seria possível, se as velhas instituições monárquicas fossem eliminadas, com a convicção de que não era possível erguerem-se novas instituições sobre um sistema escolar que designavam de “caduco”.

1.3 - Importância atribuída à escola primária e ao professor

A “nova sociedade” que se pretendia criar, onde seriam inculcados os valores cívicos republicanos, só era possível, proporcionando a educação e o ensino a todos os portugueses, numa escola assente em três princípios fundamentais: obrigatoriedade, gratuidade e laicidade.

A importância dada à escola constituía um meio de educar as novas gerações, desde a escola primária, dentro dos princípios republicanos e, por conseguinte, dentro dos novos valores educativos. Afastar os jovens da influência “perniciosa” da igreja e inculcar neles os novos valores laicos, lançando o germen da nova sociedade constituía para os republicanos uma das suas maiores ambições.

A imprensa, nas ilhas, teria impulsionado “o projeto regenerador” republicano e divulgado a importância da escola de massas, de modo a que todos tivessem acesso à educação e assim garantir a transmissão dos novos princípios educativos. Acreditava-se que só assim era possível debelar o analfabetismo nas ilhas, mas, simultaneamente, a opinião pública também deveria ser esclarecida sobre a importância da escola, o aperfeiçoamento e os melhoramentos a introduzir no ensino público. A pressão que foi exercida pela imprensa sobre o mau estado do ensino e das más condições de trabalho dos professores permitiu alertar e consciencializar a opinião pública de que o ensino oscilava perante os avanços e recuos das políticas educativas e também em função dos fatores económico-sociais (Grácio, 1988, p.42).

Nos Açores e sobretudo em S. Miguel, a falta de escolas de ensino público e as más condições das mesmas, impossibilitavam a inclusão de todos os alunos em idade escolar e tornava impossível a colocação em prática da obrigatoriedade de frequência. Por outro lado, o abandono escolar que caracterizava as ilhas, devido ao facto de as

crianças contribuírem com o seu trabalho para o orçamento familiar era um dos fatores que também contribuía para o insucesso escolar.

No arquipélago, tentaram-se todos os meios ao alcance para a criação de instituições e sociedades, com vista a debelar o analfabetismo que constituía uma barreira à concretização do ambicionado projeto regenerador. Estas sociedades funcionavam de forma independente, mas também apoiaram de uma forma direta o ensino público oficial através do apoio financeiro, fornecendo refeições, vestuário e material escolar.

A imprensa como aliada iria assumir um papel preponderante, exercendo uma pressão constante, relativamente à imposição da lei da obrigatoriedade escolar sobre a qual se avançaram algumas teorias nas ilhas. A aplicabilidade da lei pretendia proporcionar a instrução ao maior número de pessoas, mesmo àqueles cujos horários de trabalho não permitiam a permanência na escola e constituir um meio de propaganda e difusão dos valores republicanos.

A valorização da escola primária passa a ser difundida pela imprensa, elevando a importância não só dela, mas também do papel do professor. Exultou-se de tal forma o seu papel, que quase se divinizou a figura do professor primário. A ele atribuiu-se-lhe, muitas vezes, a designação de “missionário”, ou “apóstolo da instrução” pois cabia-lhe a missão de transmitir o ideário republicano, ao mesmo tempo que lhes iam sendo inculcadas as práticas de ensino que melhor se adequavam ao novo processo educativo.

Os republicanos viram no professor o único capaz da “missão” não só de combater os velhos padrões educativos, mas, proceder à inclusão de novas práticas como, por exemplo, a “lição de coisas” ou as “escolas ao ar livre” que deveriam sobrepor-se às velhas práticas tradicionais. A ele estava incumbida, também, a tarefa de inculcar os novos valores cívicos que com base numa educação moral e cívica formaria

um novo cidadão mais interveniente e ativo na sociedade. Dessa forma, os valores tradicionais e religiosos iriam, aos poucos, sendo substituídos por valores morais e cívicos laicos. O professor imbuído da ideia de República e dos valores a ela associados era o principal veículo transmissor dos valores republicanos não só dentro da escola, mas também junto das populações. Pretendia-se fomentar o desenvolvimento de uma nova unidade espiritual e moral da Nação em torno da ideia de República (Pintassilgo, 1998, p.113).

Em busca de aliados, os republicanos começaram por expressar, na imprensa, a valorização e o reconhecimento dos professores primários como os principais agentes para a transformação política do país e compreenderam o papel importante que estes poderiam desempenhar na construção das novas instituições, constituindo um formidável elemento para a reconstrução nacional (Nóvoa, 1987, p.527). Além dos professores primários, a propaganda pretendia estimular a iniciativa particular com vista à criação de obras a favor do ensino público, tais como as sociedades beneficentes.

1.4 - O positivismo e o cientismo

Outro ponto em destaque no discurso republicano, nas ilhas, foi a valorização da Razão que estava intimamente associada ao desenvolvimento científico, pois passou a valorizar-se somente o que era possível comprovar pela ciência. O discurso pedagógico manifestou mesmo, algum desprezo por todo o saber dogmático e todo aquele que não fosse demonstrado pela observação e pela experiência.

Pela análise dos periódicos a discussão centrou-se, essencialmente, na oposição entre Religião e Ciência ou Fé e Razão, constituindo um infundável discurso, em que a igreja era identificada com a Fé e os republicanos com a Razão. Chegaram a travar-se contendas inúteis onde republicanos e religiosos pareciam reivindicar o seu poder e autoridade, um sobre o outro.

Segundo a imprensa religiosa, a igreja não se considerava incompatível com o conhecimento racional e dizia aceitar o conhecimento científico desde que este não fosse levado ao extremo. O jornal *San Miguel* contrapunha-se à posição assumida pela *Revista Pedagógica* sempre que esta defendia o cientismo na educação e muitas vezes manifestou-se criticamente em relação a este domínio. Segundo o periódico citado, “a atração pelo cientismo afastava o Homem da crença no sobrenatural” e o desenvolvimento da sociedade passava a depender apenas da ação deste. No entanto, afirmava que apenas contestava a valorização do ensino prático, científico e racional por alegar tratar-se de “um fenómeno de deificação da ciência” e que esta era colocada em foco como se fosse o objeto da felicidade suprema.

O cientismo, na concepção *spenceriana* defendida pelos republicanos, colocava a fé no valor educativo da ciência. Inspirados pelo positivismo, os republicanos apenas aceitavam o conhecimento científico como o único possível para a compreensão da

realidade. De forma concreta e não abstrata, as crianças deveriam, portanto, seguir os métodos de observação e experiência de forma a compreender a manifestação dos fenómenos físicos e naturais.

Para os republicanos, a religião tornava-se incompatível com o progresso, pois este dependia apenas da vontade e ação do Homem enquanto interveniente da sociedade. Joaquim Tristão, em *A Voz do Professor*, na Terceira, reforçava a importância do raciocínio na formação geral do indivíduo, tendo afirmado que sem ele, “nunca conseguiria senão indivíduos, moral e intelectualmente deformados”. Debatia com frequência, que os programas exaustivos e pouco atrativos não recorriam à componente prática. Também Joaquim Tristão, no mesmo periódico, manifestou que a criança para se satisfazer era necessária a motivação para prender a sua atenção e isso só era possível se fosse de encontro à sua natural forma de ser e estar:

A criança não se satisfaz com palavras: quer ver, quer tocar. Além disso como a sua atenção é pouco duradoura, é preciso prendê-la sem a cansar, o que só se pode conseguir com o ensino prático. (*A Voz do Professor*, 1909, n.º 1).

A *Revista Pedagógica* dirigida pela professora Evelina de Sousa, em S. Miguel, também terá sido opositora à prática de um ensino que assentava apenas na memorização, direcionado para indivíduos destituídos de qualquer espírito crítico. A escola tradicional não cativava as crianças e não conquistava a sua confiança, sujeitando-as a longas horas de concentração permanente porque se educava apenas a memória, estagnando a inteligência das crianças. Estas levavam demasiado tempo com a aprendizagem das primeiras letras e quando se encontravam aptas a ampliar os conhecimentos através do prosseguimento dos estudos, verificava-se que não tinha sido desenvolvida a capacidade de observação e iniciativa, a dedução e a memória, de uma

forma racional e subordinada à vida social. Francisco Faria e Maia reconheceu nas páginas do mesmo periódico, que a memória também poderia ser cultivada mas apenas como faculdade retentora dos conhecimentos à qual não deveria dar-se grande predomínio.

Na Terceira, Ávila Júnior designava a escola tradicional como “um espaço de trevas” não só por falta de condições pedagógicas, mas porque predominava o ensino teórico e, ao contrário, considerava a escola moderna um espaço onde “tudo é luz” porque nela todo o ensino é prático. Sobre a escola tradicional ainda acrescenta:

A escola é como um deserto sem oásis: neste ou o viandante morre sem o ter transposto, ou se o chega a transpor fica doente; nella ou a criança estaciona ou fica pior do que quando entrou (*A Voz do Professor*, 1909, n. °1).

Nesta afirmação é bem visível a importância que tinha, para Ávila Júnior, a questionação dos factos, o poder do ensino prático que, ao contrário do teórico/livresco, obrigava as crianças a assimilar sem colocar dúvidas e exemplificava com a metodologia francesa que mostrava conhecer. Daí, a necessidade de criação de uma escola que soubesse cativar as crianças para as atividades escolares, baseada num ensino capaz de proporcionar o desenvolvimento integral. Só um ensino prático e científico poderia combater o ensino tradicional livresco dominante, impondo uma nova atitude pedagógica. Na imprensa das ilhas, a propagação desta nova atitude caracterizava-se, fundamentalmente, pelo ataque ao autoritarismo dogmático e religioso; pela imposição das noções aos alunos condenados ao papel passivo de meros recetores; pela utilização exaustiva da memória, em vez de despertar no aluno as faculdades de elaboração que o conduziria à descoberta dos seus próprios conhecimentos e valorização da ciência.

O conceito pedagógico que então despontara encaixava-se, na perfeição, no modo de pensamento republicano e muitas das correntes e doutrinas europeias serviram como fundamento filosófico ao republicanismo – o positivismo social de Auguste Comte, o positivismo evolucionista de Herbert Spencer, o racionalismo de Durkheim. Também um dos princípios da Escola Nova era o desenvolvimento do espírito crítico, através da aplicação do método científico, baseando o ensino em factos e experiências, na atividade pessoal da criança e nos seus interesses (Nóvoa 1995, p.32).

O método da Cartilha Maternal de João de Deus difundido como o método mais eficaz para o combate ao analfabetismo pela imprensa republicana também foi defendido por se opor ao ensino empírico tradicional. Embora não se tratasse de um método verdadeiramente científico assentava, fundamentalmente, na racionalidade e não na memorização, permitindo a criação de “espíritos livres”, não só relativamente à aprendizagem da leitura, mas com aplicação a todas as outras matérias e em todos os domínios. Concluindo, o saber científico era, portanto, incompatível com o saber teórico-livresco que tinha por base a memorização e que não cedia espaço para a questionação, que tanto caracterizava o “velho” sistema escolar.

Na “nova escola” deveriam imperar novos valores e uma nova organização social não de influência católica, mas de influência positivista, inspirada em Durkheim. Deste modo, e contrariamente ao saber dogmático, deveria valorizar-se o saber prático e racional com base na observação e comprovação científica.

1.5 - Anticlericalismo e laicização

O anticlericalismo e a ideia da laicização do ensino foram os temas com maior predomínio no discurso republicano. A própria imprensa deu voz ao discurso anticlerical, movendo a opinião pública contra a presença dos jesuítas e das Irmãs de Caridade, sobretudo na ilha Terceira. Com a ajuda da imprensa criaram-se instituições, com o intuito de intimidar os clérigos e impedir o prosseguimento da sua obra e das missões que procuravam implementar nas freguesias.

Os republicanos promoveram a laicização e não se coibiram de manifestar o desejo da separação da igreja, não só da Escola, mas de todos os organismos estatais. Na Terceira, por exemplo, num artigo assinado por César Silva e publicado no jornal *O Tempo* em 1908, este considerava a religião uma pertença do foro íntimo de cada um e não tinha cabimento na escola, reconhecendo a escola laica como a escola por excelência. No mesmo artigo teria exultado a proposta apresentada no Congresso nacional em 1908 por Tito de Sousa Lopes sobre o ensino da religião cristã nas escolas, passando a citar:

Afastar do ensino primário o estudo do catecismo [...] representa apenas libertar a escola d'um elemento perturbador do seu funcionamento, mas nem por sombras significará um ataque à religião, a nenhuma religião em particular. (*O Tempo*, 1908, p.762).

Com vista ao ataque a algumas instituições criadas, alguns párocos chegaram mesmo a publicar o que se poderia designar hoje como contrainformação, destacando a influência que as lojas da maçonaria tinham nessas instituições:

Entre estas sociedades secretas, resolvemos apontar uma há pouco formada, cujo fim é corromper a mocidade [...]. É sabido que as lições dos mestres são poderosas para formar o coração e espírito dos alunos, por isso procuram-se todos os cuidados e

artifícios para dar á mocidade mestres depravados que a conduzam nas veredas de Baall, por doutrinas que não são de Deus” (*O Peregrino de Lourdes*, 1905, n. °859).

Na Terceira, mesmo durante o período de propaganda para a implementação do método de João de Deus, eleito pelos republicanos como o método mais eficaz no combate ao analfabetismo, a igreja criou alguns impedimentos à sua expansão. A Sociedade Promotora Terceirense chegou mesmo a promover um curso para preparação dos professores que não conhecessem o método, com o fim de estes se poderem habilitar à sua frequência (*O Tempo*, 1909, n.º 1033). Atendendo a que a propaganda do método partiu de determinadas associações com ligação à maçonaria, a aceitação da sua propagação começou, posteriormente, por encontrar alguns opositores, sobretudo na Terceira, onde o ensino instituído pelas ordens religiosas se encontrava enraizado⁵. A igreja acusava os republicanos de ser maçons e as suas obras pertencerem à maçonaria e às Lojas locais que então vinham a ser criadas. Acerca do que considerava ser um exagero por parte da igreja, Joaquim Tristão manifestou-se da seguinte forma:

[...] todos os indivíduos, todas as associações, todos os que anseiam o bem público, devotados aos seus semelhantes, batalhando para que a luz a todos esclareça e para que a verdade de todos seja património são classificados de maçons. É maçónica a França, a Voz do Operário, a Associação das Escolas Móveis, a Liga Nacional de Instrução, a nossa Sociedade Promotora... (*A Voz do Professor*, 1909, n. °18).

O grande empenhamento que os republicanos dedicaram ao método João de Deus não comportava apenas fundamentos técnico-pedagógicos, mas ideológicos, claramente ligados à maçonaria (Reis, 1979, p.15). A igreja, por exemplo, teve alguma dificuldade na aceitação da ligação da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense à

⁵ A Sociedade Promotora da Instrução de Angra subsidiou a missão das escolas móveis nº 152, realizada nesta cidade, tendo sido dirigida por Salazar d’Eça. Iniciou a 11 de setembro de 1906 com 125 alunos e deu-se por concluída a 13 de janeiro de 1907 com 92 alunos. - Carvalho, A. P., (1991). *Élèments pour l’histoire d’une école de formation des instituteurs de maternelle*. - Lisboa.

maçonaria. A imprensa religiosa também nunca perdia a oportunidade de ripostar com críticas aceras às Lojas maçônicas locais, condenando a sua criação e todos aqueles que lhes pertencessem, porque “corrompia a mocidade e afastava-a dos princípios religiosos” (*O Peregrino de Lourdes*, 1905, n.º 857). A verdade é que a igreja pretendia que o religioso atravessasse todo o espaço social, que nada escapasse ao seu controlo e à sua inspiração (Pintassilgo, 1998, p.85). Pelo facto de se tratar de uma sociedade onde a igreja controlava não só as instituições, exercendo alguma influência sobre a população, mais se acentuou o confronto. Nos confrontos que se estabeleceram, sobretudo na Terceira, o discurso republicano foi-se radicalizando, chegando mesmo a serem criados periódicos apenas com o intuito de promover campanhas contra a influência da igreja. De tal modo sofre radicalização o discurso que o jornal *O Tempo* é submetido a uma devassa, a qual origina indignação e repúdio por parte de toda a imprensa republicana acerca da falta da liberdade de imprensa.

A demasiada influência religiosa da qual se mantinha prisioneiro o ensino tradicional era incompatível com os novos tempos de mudança e as novas pedagogias europeias que iam sendo divulgadas. Nos primeiros anos do século XX, por exemplo, quando a imprensa divulgava com fervor a pedagogia do espanhol Francisco Ferrer identificando-a como uma pedagogia “livre de peias religiosas”, a defesa destas pedagogias teria suscitado também, por parte do clero, reações pouco amistosas na imprensa.

A transmissão dos novos valores republicanos desde a escola primária só era possível tendo por base uma escola laica onde a igreja não exercesse diretamente a sua influência, uma escola afastada de qualquer influência religiosa. Para Ávila Júnior amar a escola laica era amar o Progresso, o Bem, a Justiça, a Verdade e desejar a laicização era desejar o aperfeiçoamento humano (*A Voz do Professor*, 1909, n.º 20). Ávila Júnior

considerava que deviam ser banidos do ensino, todo o tipo de dogmas quer fossem religiosos, quer políticos, visto que a questão fundamental de todo o ensino era formar homens livres e independentes.

O discurso anticlerical sobre os jesuítas era demasiado negativo e intolerante pois também era destacado o facto de serem estrangeiros. Segundo os republicanos estes pretendiam exercer o poder através do ensino, ameaçando a Pátria. Observam-se nos periódicos críticas acesas ao ensino tradicional jesuíta pois “destrói a vontade e o raciocínio”, baseia-se no autoritarismo e no dogmatismo, “cultiva a obediência cega à passividade, fomenta o fanatismo, supersticioso”.

A imprensa periódica local, reconhecendo a ação governativa insuficiente para a resolução do problema do ensino e por conseguinte do analfabetismo incentivou a iniciativa particular a desempenhar um importante papel junto das populações. Algumas das sociedades benemerentes criadas pela influência dessa iniciativa, também eram de origem maçónica, influenciadas pela Liga Nacional de Instrução, foram condenadas pela igreja, ou pelo menos por alguns setores desta, que combatiam as obras junto dos crentes. Alguns clérigos procuraram afastar os alunos das escolas oficiais para os integrar nas suas escolas. Estes factos contribuíram para que se tornasse ainda mais aceso o debate sobre o anticlericalismo.

A proliferação de um ensino laico era então, um desejo profundamente republicano e partia da ideia da dissociação da Igreja e do Estado. O republicanismo ao distinguir escola laica de escola neutra tornou a situação dúbia e alguns republicanos, tal como João de Barros, reconheciam que proclamar o laicismo seria interpretado como anticatolicismo (Magalhães, 2010, p. 364). Embora um ou outro republicano se assumisse abertamente como antirreligioso, raramente nos discursos se faziam críticas

abertas à igreja católica e ao clero regular. Caraterizando-se a sociedade açoriana por ser uma sociedade religiosa-católica não se verificou na imprensa, uma luta contra a religião e a instituição em si. O confronto mais radical arrolou-se na imprensa contra as ordens seculares e contra alguns padres que, radicalmente, também procuraram exercer algum tipo de influência contra as obras republicanas a favor do ensino. Só nestes casos, a missão regeneradora republicana acabou por transformar o espaço escolar num território a ser disputado com a igreja (Pintassilgo, 2013, p. 16).

Para além de jornais diários como *O Tempo* que alertavam constantemente para o facto de se criarem escolas religiosas ilegais na Terceira, também o periódico *A Voz do Professor*, dirigido por Joaquim Machado Tristão, marcou a sua existência no combate à influência excessiva da igreja nas escolas de ensino público que considerava ser perniciosas. Este e outros periódicos incentivaram a propagação da laicização. Daí este tema ter suscitado controversos e entusiásticos discursos, tendo sido desferidos constantes ataques mútuos. O periódico religioso *San Miguel* afirmou que nos comícios, assembleias de propaganda dos republicanos e até nos discursos políticos de Manuel d'Arriga se negava a veracidade de todas as religiões, por “não admitirem nem professarem nenhuma”, atacando de preferência a religião católica por ser a religião do Estado e de quase todos os portugueses (*San Miguel*, 1907, p. 104). Joaquim Machado Tristão, enquanto diretor do jornal e depois como inspetor de Angra, afirmava que “a escola tinha de ser neutra porque cada religião se proclamava como única e verdadeira e a ela cabia apenas ensinar o que estava cientificamente demonstrado” (*O Tempo*, 1911, n.º 1601).

As primeiras denúncias do avanço das ordens religiosas começaram com alguma insistência a partir de 1905, mas em 1909, a questão ainda se arrastava pela imprensa,

como consta da Ata relativa à 3.^a Sessão da Associação do Professorado Primário Terceirense e que foi publicada pelo jornal pedagógico *A Voz do Professor*:

[...] estando a funcionar na maior parte das freguesias da ilha escolas de ensino particular que não satisfazem aos mais rudimentares princípios de pedagogia e higiene e regidas por indivíduos sem as habilitações legais, e com o fim manifesto de prejudicar o ensino e o professorado oficial, propunha que se envidassem todos os esforços para se conseguir a urgente cessação deste abuso, para o que achava conveniente que o jornal orgão da “Associação” _ A Voz do professor _ imediatamente se ocupasse do assunto: O que foi unanimemente corroborado e aprovado. - Joaquim Tristão

Estes cursos acabaram por ser sujeitos a uma inspeção, tendo sido anunciado, posteriormente, no jornal *Diário do Notícias* a 4 de março de 1909:

Pela ilustre inspeção escolar foram mandadas adoptar providencias, acerca do funcionamento de colégios particulares no círculo escolar de Angra do Heroísmo, afim de serem encerrados os que não estiverem legalmente inscriptos.

Noutro artigo, Ávila Júnior terá referido que, apesar do Inspetor Escolar da 1.^a Circunscrição Escolar do Reino ter mandado encerrar os cursos, estes ainda continuavam abertos ao fim de 71 dias (*A Voz do Professor*, 1909, n.º 8). Este acabou por agradecer à *Revista Pedagógica* o apoio de Evelina de Sousa e a forma criteriosa com que reforçou “a doutrina” do artigo sobre esses mesmos cursos. *A Revista Pedagógica* assumiu a partir de 1906 um papel preponderante na luta pela laicização do ensino, estabelecendo a ligação pessoal e jornalística com os colegas terceirenses, atendendo que Sebastião Ávila Júnior, Inácio Cardoso Valadão e Joaquim Machado Tristão eram seus correspondentes.

Na Terceira, a criação destas escolas foi de tal ordem que o caso foi conduzido à Associação dos Jornalistas Portugueses, acabando por chegar ao governo. O governador civil de Angra apoiou a causa da igreja, o que lhe valeu duras críticas na imprensa nacional. O jornal *O Tempo* teria despertado a ira do governador por lhe ser sempre

lembrado o disposto no art.º 361 do regulamento de 19 de setembro de 1902 que determinava o encerramento imediato de qualquer escola que se encontrasse em funcionamento ilegal (*O Tempo*, n.º 41, 1905). Dois dos redatores terão sido chamados a Lisboa pelo ministro da Fazenda para que respondessem “pelos ataques e acusações feitos aos abusos dos jesuítas, das Irmãs da Caridade e do pessoal congreganista do Hospital de Santo Espírito”, tendo sido submetido o jornalista Belchior de Figueiredo⁶ a um processo disciplinar. Em protesto envolveu-se toda a imprensa nacional republicana e apontado como um ponto forte dos discursos nos comícios e no parlamento. Faustino da Fonseca no comício realizado em Lisboa a 16 de dezembro de 1906 leu uma moção no final do discurso que foi votada por aclamação:

O povo de Lisboa, reunido em comício publico sob a presença a presidência do concidadão açoriano Theophilo Braga, protesta contra a perseguição á imprensa, realizada na ilha Terceira, em defesa da reacção clerical, que está profanando aquelle baluarte da liberdade, e delega no seu antigo deputado, o cidadão Eduardo Abreu, filho daquela gloriosa terra, a honra de transmitir aos liberaes de Angra do Heroísmo a manifestação da sua sympatia e do seu apreço. (*O Tempo*, 1906, nº 340)

Também o deputado Alberto Navarro, na sessão de 15 de dezembro de 1907, colocou novamente à discussão a atuação irregular do governador civil de Angra e apontou o procedimento também irregular do ministro da Fazenda, bem como o “antiliberalismo do governo”, pois não considerava que tivessem sido atacadas instituições vigentes (*O Tempo*, 1907, n. º345). O mesmo fez o conselheiro José d’Alpoim, na sessão da câmara dos pares de 9 de janeiro, que se indignava pelo facto de um funcionário público exemplar pedir a intervenção do Presidente do Conselho junto do ministro da Fazenda.

⁶ Belchior de Figueiredo viveu em S. Pedro do Sul onde desempenhou o papel de escrivão de Fazenda e de Administrador do Concelho. Aquando da acusação que lhe foi feita como redator do jornal *O Tempo* exercia as funções de Delegado do Tesouro, no distrito de Angra do Heroísmo e era considerado um funcionário distinto.

Por analogia, relativamente à laicização do ensino em África, a igreja assegurava que, na prática, o ensino laico se identificava com o chamado “livre pensamento”, cujo postulado básico consistia em não existir causa transcendente do Homem nem do Mundo. Posição que entraria, à partida, em conflito com a mentalidade e cultura tradicionais, relativamente à crença da sobrevivência da alma. No discurso religioso a influência direta da igreja além de respeitar esta crença, por exemplo, poderia reforçá-la e até enriquecê-la. Ao organizar-se ou reformar-se a instrução e a educação nos princípios do “livre pensamento” ia, evidentemente, tomar a posição diametralmente oposta à da mentalidade e cultura tradicionais (*Revista Brotéria*, 1950, vol. LI, p.100). Segundo a igreja, nesta perspetiva, a escola laica iria cortar todo o contacto com as convicções religiosas, destruindo a própria cultura do Homem.

Em S. Miguel, ao contrário da Terceira, o discurso da imprensa assumiu outras dimensões. A iniciativa particular era incentivada e considerada a única forma de combater, eficazmente, os serviços burocráticos que eram “impeditivos da concretização de ideias” no dizer de Inácio de Arruda. Luiz Francisco Bicudo, livre-pensador e materialista por educação, não hesitou em trabalhar com Inácio de Arruda e recorrer ao clero propondo-lhe o que designou de “pacto de solidariedade” (*Revista Micaelense*, 1920, p. 888). Assim, democratas e livres-pensadores micaelenses viram no clero uma força poderosa e eficaz para o combate ao analfabetismo e para a expansão da instrução popular em S. Miguel. Apesar de na discussão pedagógica o anticlericalismo e os restantes princípios republicanos estarem sempre presentes nos periódicos religiosos e republicanos micaelenses não se verificou entre estas grandes contendidas que impedissem o desenvolvimento do projeto da Liga de Instrução Micaelense. Esta constituía uma filial da Liga Nacional de Instrução com ligação à maçonaria, mas não impediu a colaboração de alguns párocos. Entre ambos procuraram fazer-se esforços na

tentativa de convergência a favor da alfabetização do povo micalense, aliando-se as duas fações opostas na luta pelo ideal de propagação e vulgarização da instrução popular. Saliente-se, por exemplo, que a criação da Liga Micalense de Instrução Pública e outras instituições beneméritas, como as sociedades de beneficência e a instituição das caixas escolares só teria sido possível, no distrito de Ponta Delgada, graças ao contributo e colaboração direta dos párocos das freguesias.

Na Terceira, a implementação do método João de Deus através de cursos noturnos e diurnos e de conferências impulsionadas pela imprensa e com o apoio da iniciativa particular não teve tão boa aceitação por parte da igreja devido à ligação da Sociedade Promotora com a maçonaria e com a Liga Nacional de Instrução como anteriormente já se fez referência. A imprensa ainda procurou fazer algumas tentativas de unificação com os párocos e um articulista do jornal *O Dia* chegou mesmo a sugerir que a melhor forma de contribuir para a redução do número de analfabetos na ilha seria “os professores e também os padres habilitados com o método João de Deus se alternassem em cada paróquia regendo cursos noturnos por um período de 4 meses (*O Dia*, 1906, n.º 518). Verificou-se na Terceira uma ténue tentativa para a aproximação e junção de esforços com organismos da igreja a favor do ensino público que não obteve sucesso.

A Constituição de 1911 veio reforçar o poder estatal ao afirmar que nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado, o ensino passaria a ser neutro em matéria religiosa e visava garantir a neutralidade ou laicidade do ensino (Pintassilgo, 2013, p.19). A inspeção fiscalizava as escolas sempre que se registavam denúncias e acabava por encerrar algumas, mas outras deram continuidade à sua ação educativa por consentimento das autoridades locais. Ao longo do tempo, as lutas

relativamente à abertura destas escolas, ter-se-á desvanecido e, ao longo da década de vinte, já a imprensa não fazia qualquer referência ao facto.

Cap. 2 – Inspeção Escolar

2.1 – *Orgânica de funcionamento*

Os serviços de inspeção escolar no arquipélago, tal como no resto do País, sofreram poucas alterações. Segundo Filomena Lume, a ação dos inspetores, bem como a sua forma de intervenção manteve-se praticamente inalterável à exceção do período entre 1892 e 1901, em que foi extinta a inspeção permanente (Lume, 2006, p. 402).

Em 1892, o território encontrava-se dividido em 12 circunscrições escolares, sendo atribuída a 11.^a aos Açores, com sede em Ponta Delgada. Foi dirigida por um inspetor escolar, considerado um delegado do Governo, que acumulava amplos poderes, em cooperação com o Comissariado de Estudos, atribuição dada aos reitores dos liceus, um lugar que foi extinto em 1901.

Com o decreto reformador do ensino primário, de 24 de dezembro de 1901, foi reorganizada a Direção-Geral da Instrução Pública, desdobrando-se os seus serviços em quatro repartições, duas das quais para o ensino primário. Junto da Direção-Geral passaram a funcionar dois novos organismos estatais: a Inspeção Sanitária Escolar e a Direção Técnica das Construções Escolares, a que se juntaram a autoridade pedagógica dos inspetores primários (Carvalho, 2001, p. 642).

Na reforma do ensino primário, de 1901-1902, volta a restabelecer-se a inspeção permanente. A inspeção assume-se como órgão de regulação, o que contribui para o aumento das prerrogativas dos inspetores.

Para efeitos de inspeção do ensino primário, o Reino, conjuntamente, com as Ilhas Adjacentes foi dividido em 3 Circunscrições Escolares, compreendendo a 1.^a zona, com sede em Lisboa, os distritos de Angra do Heroísmo, Funchal, Horta e Ponta

Delgada (Pavão, 2008, p. 47). Desta forma, os serviços passaram a centralizar-se em Lisboa e, para cada circunscrição, foram nomeados subinspetores. Este tipo de inspeção assumiu um maior controlo, conferindo maiores poderes aos inspetores. Aos subinspetores passou a competir a fiscalização do ensino, a administração e a polícia de todas as escolas (Carneiro, 2003, p.407).

Até 1910 foi um período marcado pelo excesso de burocracia por parte dos serviços de inspeção. Toda a ação administrativa era submetida à aprovação das entidades superiores em Lisboa. O subinspetor enviava para os serviços da Direção-Geral e da Contabilidade Pública: processos de candidatura de provimento de lugar; mapas estatísticos; promoções de carreira; pedidos de certidão de efetividade de serviço; tomadas de conhecimento de licenças de serviço por doença ou outras razões; envio de processos para promoção de classe; folhas de vencimento; pedidos de subsídios de residência (quando não havia casa para habitação do professor); processos disciplinares e propostas de prémios aos professores; processos para a criação de escolas, provas de exame do 2.º grau; relatórios das inspeções. O inspetor, também devia corresponder-se com a Direção, denunciando situações anómalas ou dando sugestões administrativas.

Na inspeção direta⁷ o subinspetor devia visitar e inspecionar escolas; examinar métodos de ensino seguidos; fazer cumprir os programas; observar o aproveitamento obtido pelos alunos; dar aconselhamento pedagógico aos professores; presidir a júris de exame; manter a cooperação com as Câmaras municipais; proceder à organização do recenseamento escolar e presidir às conferências pedagógicas.

⁷ Foi usada a expressão **inspeção direta** ao longo do trabalho, aproveitando a designação atribuída pelos inspetores, nos relatórios, para designar o trabalho fora da sede administrativa, subentendendo-se a deslocação e inspeção às escolas quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista pedagógico. ANEXO III – BPAPD.DEPD. Aspeto geral dos Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta. Relatório das escolas do Círculo enviada para Lisboa, a 19 de outubro de 1903 (levantamento feito por Faria e Maia, aquando da tomada de posse como subinspetor).

A partir do decreto de 1901, devido ao problema das remunerações, os professores passaram a ficar de fora da dependência administrativa dos municípios, continuando a caber às Câmaras, o estado dos edifícios escolares, mobílias e materiais pedagógicos, assim como as casas dos professores e despesas com a conservação e limpeza dos edifícios.

A predominância do trabalho administrativo, nas inspeções, impossibilitou as deslocações às escolas, por falta de tempo, o que os inspetores designaram, na imprensa, de “abusivo” por não conseguirem avaliar os professores de forma conveniente. Verificou-se que a ação do inspetor dividiu-se entre a organização administrativa e a orientação pedagógica⁸.

No entanto, alguns inspetores atuavam segundo a sua consciência e chegaram a abusar da sua autoridade. A imprensa teceu duras críticas ao trabalho executado pelos inspetores, como sucedeu em Angra, em 1906. *O Tempo* ter-se-á correspondido com a Direção-Geral para providenciar que fosse um subinspetor efetivo e não interino, a fazer o serviço de inspeção. Acerca dos inspetores interinos referiu:

[...] tinham de ser propagandistas fervorosos e não simples encarregados do expediente, na dependência dos grupelhos políticos que o nomeiam e exoneram conforme os seus caprichos (*O Tempo*, 1906, n. °198).

O jornal *O Dia* da Terceira também fez referência ao excesso do trabalho administrativo dos inspetores e subinspetores:

[...] os inspetores dedicam-se ao serviço das secretarias e não lhes resta tempo algum para a educação pedagógica do professor, o zelo, a aptidão, a assiduidade no cumprimento dos deveres.

⁸ ANEXO IV – Relatório completo da inspeção às escolas da Lagoa (transcrição). BPAPD. DEPD. – Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB8 (1903-1904). N.º 124 de 6 de abril de 1904, pp.136 a 147).

Ao longo deste período, o trabalho burocrático continuava excessivo, pelo que era, constantemente, requerido um amanuense para tratar de assuntos burocráticos na sede da inspeção. No relatório de inspeção, datado de 9 de janeiro de 1911, Manuel Inácio D'Arruda anexou um ofício, a informar não ter enviado o mapa 11, respeitante à classificação de serviço dos professores, por não ter dados suficientes devido ao trabalho excessivo na sede⁹. Também se verificaram queixas devido à falta de verba para as deslocações.

Após, ter sido publicada a reforma do ensino primário, por decreto de 29 de março de 1911, a administração do ensino primário passaria a ser um serviço municipal, largamente subvencionado pelo Estado (Adão, 2012, p. 25). Segundo Áurea Adão, as Câmaras geriam um fundo escolar que era proveniente de receitas municipais ordinárias, doações e imposto contributivo municipal para a educação. Para além das verbas serem escassas, as Câmaras, muitas vezes, não gastavam nem metade do que se encontrava estipulado, o que resultou em inúmeras queixas e denúncias por parte das inspeções para a Direção Geral. As divergências entre as Câmaras e os inspetores deverá ter contribuído para a publicação de uma Circular, sugerindo a importância de as Câmaras e os subinspetores chegarem a um acordo. Na Circular podia ler-se:

Não deve o subinspetor esquecer que a sua ação pedagógica é tanto mais eficaz quanto mais perfeita for a harmonia entre ele e as Câmaras. (*Diário dos Açores*, 1910, n.º 5588).

Mas as desavenças dos inspetores com as Câmaras não eram só do âmbito orçamental. As Câmaras metiam-se, com frequência, nos assuntos técnicos e pedagógicos, atribuindo pareceres acerca dos professores. Na reforma republicana de

⁹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LBI (1910-1911). N.º190, 9 de janeiro de 1911, pp. 281-289.

1911 permaneceram como objetivos fundamentais da inspeção, a fiscalização, a avaliação e a orientação (Costa, 1911, p.373).

Numa circular recebida em março de 1912, a Direção-Geral informou a Inspeção que, por despacho ministerial, tinha sido distribuído a cada inspeção 100\$000 reis destinados a proceder às vistorias. Inácio de Arruda comunicou, de imediato, a insuficiência da verba para os círculos escolares açorianos por serem dispendiosas as deslocações, dentro e fora da ilha. Informou que as comunicações com St^a Maria por via marítima eram feitas de mês a mês e a inspeção, às 8 escolas da ilha, correspondia a metade da verba. Inácio de Arruda referiu que, o custo da inspeção a todas as escolas, oficiais e particulares, do Círculo de Ponta Delgada, rondava os 200\$000 reis¹⁰. Continuava também o trabalho administrativo excessivo amanuense e no relatório da inspeção, relativo ao ano de 1913, comunicou-se que a vistoria foi limitada apenas às escolas do concelho da Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação e Ribeira Grande por “falta de tempo e de verba”¹¹. Neste mesmo ano foram criados, nos Açores, os Conselhos de Assistência Escolar. Apesar de estar contemplada a sua criação no decreto de 29 de março de 1911 só foram criados, oficialmente, no ano de 1913.

Os Conselhos de Assistência Escolar eram compostos por 5 membros, 4 nomeados pelas Câmaras e 1 pelo inspetor e tinham a função de apoiar as crianças pobres, garantindo-lhes os bens essenciais de modo a frequentarem a escola com vista ao cumprimento da lei da obrigatoriedade escolar (Sampaio, 1975, p. 90). A sua ação devia entrar em consonância com as Câmaras e estas deviam proceder à distribuição de vestuário, alimentos, material escolar, etc.

¹⁰ BPARPD. DEPD. LB1 (1911/1916). Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. N.º 72, 30 de abril de 1912, p. 100 a 102.

¹¹ BPARPD. DEPD. LB1 (1911/1916). Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. N.º 325, 25 de setembro de 1913, pp. 407 e 408.

Nos Açores, a ação exercida pelos Conselhos de Assistência Escolar foi pouco mencionada porque os fins caritativos a que se destinava já eram subvencionados, por outros organismos particulares. Foram, por diversas vezes, rececionados officios, pressionando a inspeção, para, que fossem criados esses organismos. Para o concelho de Ponta Delgada, foram nomeados os seguintes membros, pela comissão municipal: Jácome Correia, Faria e Maia, Luiz Bensaúde e Alfredo Rodrigues. Pela representação da inspeção foi proposto Álvaro Pais de Ataíde¹². Todos estes nomeados já faziam parte da Liga de Instrução Pública Micaelense e de outras instituições beneméritas.

A partir de 1916 foi conferida a faculdade de fiscalizar escolas e cursos noturnos móveis, o que passou a implicar não só, a necessidade de apresentação de novos mapas de frequência e aproveitamento dos alunos, mas também contribuiu para o aumento das inspeções diretas e, por consequência, o aumento do trabalho amanuense¹³.

A discussão, em torno da centralização/descentralização administrativa do ensino primário, deixou marcas no discurso republicano, nas ilhas, e dividiu as opiniões. Atendendo também ao espírito autonomista, a maior parte dos republicanos defendeu a administração descentralizada. A nível teórico teceram-se algumas considerações e foram dadas sugestões de adequação, procurando ajustar a lei para “a legalização” de projetos, como por exemplo a criação das comissões de beneficência ou as caixas escolares. O problema em torno da organização centralizada ou descentralizada do ensino primário ter-se-á prolongado pelas duas primeiras décadas do século XX, sem que tenha atingido uma situação próxima do consensual, em termos de elaboração teórica e aplicação prática (Dias, 2000, p. 39).

¹² BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1912/1913). N.º 46, de 6 setembro de 1913, p. 50.

¹³ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. L.º 3. N.º 96, 22 de março de 1917, p.89.

A verdade é que, nos Açores, a centralização também não tinha demonstrado a sua eficácia. A morosidade das decisões administrativas, a distância e as dificuldades de comunicação, entre as ilhas e o continente, criaram impedimentos à criação de projetos a favor do ensino e foram interpretadas como “abandono” por parte do governo central.

Faria e Maia, enquanto subinspetor, foi acusado de defender a centralização da administração. Segundo ele, a descentralização das instituições era importante porque assentava na autonomia relativa das localidades, exemplificando com a Suíça, em que a organização de toda a instrução se encontrava a cargo das corporações locais, a que devia o seu desenvolvimento (Maia, 1912, p.109). Defendeu apenas a centralização como forma de combate às autoridades administrativas camarárias que detinham demasiadas atribuições. Faria e Maia acabou por não propor uma “real” centralização dos serviços escolares nos municípios, mas sustentou, que essa centralidade, se desse nas subinspeções escolares e a descentralização de muitas das atribuições da competência da Direcção-Geral e das inspeções deveriam recair nessas mesmas repartições (Maia, 1909, p.125). Esta forma de centralização evitaria as demoras excessivas no pagamento aos professores e no fornecimento de mobília e utensílios escolares. Para além de estarem mais aptas a administrar, uma vez que estavam mais próximas, estas instituições tinham maior conhecimento das necessidades das escolas e dos seus professores e evitariam as demoras devido à grande complexidade da organização burocrática, que tanto caracterizava a Direcção-Geral da Contabilidade Pública¹⁴. Muitos professores republicanos que antes defenderam a descentralização acabaram por cair numa certa ambiguidade.¹⁴ A descentralização, que tinha sido bem aceite pelos professores, perante a incompetência de algumas Câmaras levou a que se

¹⁴ A tese de Francisco A.M Faria e Maia embora aparentemente contraditória não o é, uma vez que se manifestou sempre a favor da autonomia das instituições açorianas – Cf. *Em Prol da Descentralização: Livre Administração dos Açores pelos Açorianos*. (1932). Ponta Delgada.

defendesse uma tese ambígua: por um lado eram favoráveis à descentralização e, por outro, consideravam-na impeditiva do desenvolvimento cultural (Nóvoa, 1987, Vol. II, p.538). Comparativamente, à administração escolar Suíça, Faria e Maia acabou por reconhecer que a Portugal faltava o amadurecimento cívico das instituições administrativas deste e de outros países europeus.

Manuel Inácio de Arruda criticou a sua ação. Este inspetor assumiu-se como autonomista e ansiava alcançar uma maior autonomia das instituições, relativamente às instituições continentais. Segundo ele, a morosidade das decisões governamentais era impeditiva da concretização de experiências pedagógicas que se pretendiam pôr em prática nas escolas açorianas.

Perante a descentralização, as escolas passaram a depender diretamente das Câmaras, verificando-se, muitas falhas, ao nível dessa administração por parte de alguns municípios. Ao Estado competia o pagamento dos gastos com a direção e fiscalização do ensino primário e às Câmaras municipais cumpria satisfazer despesas do ensino primário, tais como: rendas de casa das escolas e habitação dos professores; subsídios de rendas de casa dos professores; aquisição de material e mobiliário; reparação e conservação dos edifícios escolares; expediente e limpeza das escolas; despesas com os exames e os ordenados dos professores. O atraso dos pagamentos das rendas das casas e subsídios, bem como das despesas de expediente fizeram crescer uma onda de descontentamento.

Em resposta a uma Circular proveniente da 1.^a Repartição de Instrução Primária e Normal, datada de 1918, Manuel Inácio de Arruda esclareceu que, desde que a descentralização do ensino primário, entrou em vigor, este ramo de ensino “aumentou o desinteresse no investimento nesta área”. A ele se referiu do seguinte modo:

[...] Este importante ramo da administração pública deixou de merecer, por parte das Camaras, a atenção que d'antes se lhe dispensava. Assim foram espantosamente cerceadas de verbas orçamentaes para mobiliario e material d'ensino e por completo as leis de instrução primaria...¹⁵

Pelo Decreto nº 5787-A, de 10 de maio de 1919, que se deveu ao governo ditatorial, de Sidónio Pais, dá-se um regresso à administração centralizadora e, nesse mesmo ano, com a reposição do sistema democrático iniciou-se um combinado sistema de centralização/descentralização que transferiu a responsabilidade administrativa para novos organismos designados por Juntas Escolares (Sampaio, 1975, p. 54).

As Juntas Escolares foram instaladas em julho de 1919 mas só teriam começado a funcionar em 1920 nos Açores¹⁶. Esta proposta considerada original, relativamente à alternância que vinha sendo feita da centralização/descentralização possibilitou, aos professores, uma intervenção mais direta na administração do ensino. Teoricamente, estas eram compostas por 8 membros dos quais, 3 eram professores primários eleitos pelo Círculo e pelo inspetor escolar (Nóvoa, 1987, p.254). Nos Açores, por vezes, este número oscilava, pela dificuldade em conseguir, em certos Concelhos, “pessoas à altura do cargo”. Formou-se uma, em cada Concelho, e estabeleceram-se dois delegados paroquiais, em cada freguesia, de nomeação bienal, a consultar estas corporações sobre todos os assuntos de administração escolar, servindo como auxiliares da inspeção do Estado. No mesmo Decreto, uma das incumbências da Junta Escolar era a realização da assistência escolar, através de várias formas: facilitando a frequência escolar às crianças pobres; promovendo a criação de caixas e cantinas escolares; organizando colónias de férias; distribuindo aos alunos utensílios escolares, vestuário e calçado. Eram frequentes

¹⁵ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º 8. N.º 96, 30 de março de 1918, pp. 215/216.

¹⁶ ANEXO V – Relação nominal das Juntas Escolares dos concelhos do círculo escolar de Ponta Delgada BPARPD. DEPD. L.º 9. N.º 48 de 3 de novembro de 1919, p.73. e L.º 9. N.º 131 de 26 de março de 1920, p.173.

as queixas por falta de verbas, por parte das Juntas, no arquipélago. Estas nunca puderam colocar em prática, a beneficência, atendendo à crise económica que se atravessava e que tinha sido agravada com a Guerra. No arquipélago, as Sociedades Beneméritas encontravam-se em “agonia”, por falta de financiamento e já tinham suprimido algumas das suas atividades, tal como a Liga Micaelense.

Aos inspetores deixaram de ser confiadas certas atribuições que passaram para as Juntas: organizar o orçamento do ensino primário no Concelho; promover a construção de escolas; organizar o cadastro das escolas e do professorado; arrendar escolas; adquirir material de ensino; garantir a reparação, conservação e limpeza dos edificios escolares; estabelecer cursos noturnos; atribuir licenças e pagar aos professores. Inicialmente, as Juntas Escolares foram bem aceites, por se considerar ser uma gestão democrática, devido a uma participação mais ativa dos professores. Mas, este tipo de gestão, começou por ser contestado nas ilhas por algumas Câmaras, principalmente as que eram acusadas de fazer má gestão dos fundos escolares.

No caso do Concelho de Ponta Delgada, houve alguma contestação na organização e eleição dos representantes das Juntas Escolares e a Câmara de Ponta Delgada chegou a recusar-se a organizá-las. Em officio enviado à inspeção, a Câmara, mostrou a sua recusa, alegando a possibilidade de pedir ao Governo autonomia administrativa a que se referia o art.º 40 do Decreto n.º5787 B, de 10 de maio¹⁷.

É desconhecida a razão por que a Câmara o fez e só enviou a lista dos representantes muito mais tarde, a 26 de março de 1920, enquanto os outros concelhos o fizeram em outubro e novembro de 1919. A lista enviada pelo inspetor interino, Francisco António Raposo de Medeiros, que constou como representante do delegado

¹⁷ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º9. N.º37, 21 de outubro de 1919, p.59.

do inspetor encontrava-se incompleta, sem o nome dos membros representantes da Câmara.

Após a análise de um livro de correspondência da Junta Escolar com as Estações Superiores, um ofício datado de 1920¹⁸ levou ao conhecimento, da 1.^a Repartição, o início das funções a desempenhar, apresentando uma composição diferente da apresentada, anteriormente. Da lista de representantes da Câmara constavam os nomes de Gabriel Tavares Silva como presidente e Sérgio da Silveira que eram vereadores municipais do pelouro da Instrução e Fazenda, mantinha-se o representante das Finanças José Joaquim de Sousa, Manuel Moniz Morgado, inspetor interino, como representante da inspeção e como representantes do professorado Maria Evelina de Sousa (secretária), António Maria Lopes e Manuel de Barros. A Junta Escolar de Ponta Delgada parece nunca ter exercido, com regularidade, as suas funções, registando-se, por vezes, conflitos com a Câmara, devido à gestão do fundo escolar.

No ano seguinte, chegou a ser reportado à 1.^a Repartição da Direção Geral do Ensino Primário e Normal que o orçamento tinha sido aprovado, mas com demasiadas restrições, pelo que não lhe era possível cumprir bem o seu mandato, mencionando o aumento significativo das despesas, comparativamente, ao ano anterior. A Junta Escolar de Ponta Delgada acabou por apresentar novos elementos no novo triénio em 1922, permanecendo Manuel Moniz Morgado, António Maria Lopes e Francisco de Medeiros.

A transição dos serviços administrativos para as Juntas Escolares parece ter-se feito de modo pacífico. O inspetor disponibilizou a cópia do orçamento da despesa com a instrução primária, de cada concelho, do ano letivo de 1920/21, por ordem da Direção-Geral do Ensino Primário e Normal. Nele, considerou a verba orçada para pagamento

¹⁸ O ofício não apresenta a data completa.

dos vencimentos do professorado para o ano referido; a cópia da folha das rendas das casas de escola e habitação dos professores; os contratos de arrendamento das casas de escola e habitação dos professores de cada concelho; a relação dos concorrentes às interinidades das escolas de cada concelho desse ano. As Juntas Escolares deviam guiar-se pelo exposto no Decreto n.º 5787 – A, de 10 de maio de 1919 e no Regulamento do Ensino Primário, segundo o publicado no *Diário do Governo* n.º 252, 1.ª série, de 11 de dezembro do ano anterior. Foi ainda recomendado, pelo inspetor, para que, ao nomearem professores interinos, o fizessem pela ordem por que se encontravam inscritos e lembrou que, as licenças concedidas aos professores deviam ser comunicadas de imediato à inspeção. As Juntas também deveriam enviar todos os meses um mapa (modelo n.º11) com as faltas dadas e com alterações que se tivessem dado no pessoal das escolas, durante o mês anterior¹⁹.

Em 1919, o corpo de inspetores foi alargado, constituindo unidades avançadas do Estado na dependência direta da Direção – Geral.

As Juntas Escolares, mesmo as mais empenhadas na sua ação, debateram-se com falta de verba. Em 1925 Manuel Moniz Morgado escreveu ao diretor-geral do Ensino Primário e Normal que a ação das Juntas se encontrava limitada, não só pelo trabalho excessivo que tinha a seu cargo, mas também pela falta de verbas, sugerindo a sua supressão e passando as suas atribuições, para as secretarias das inspeções escolares.

As Juntas, que sofreram sucessivas tentativas de reorganização não vieram melhorar o estado do ensino e, em alguns casos, acabou por aumentar a tensão existente entre as Câmaras e as Juntas Escolares. Apesar da participação dos professores, o incumprimento e os desacatos que se deram, entre as Câmaras e as Juntas Escolares, tal

¹⁹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º11. N.º 259, 11 de abril de 1920, pp.373-375.

como a de Ponta Delgada, levaram a que cessassem a sua atividade. Uma das primeiras medidas impostas consistia em que fossem dissolvidas as que faltassem ao cumprimento dos deveres e que cometessem sucessivas ilegalidades (Adão, 2012, p.40). As Juntas Escolares foram, finalmente, extintas em 1925 devido ao regresso à centralização.

Manuel Moniz Morgado que anteriormente tinha feito parte da Junta Escolar de Ponta Delgada, como inspetor escolar, manifestou ao Diretor Geral do Ensino Primário e Normal “o trabalho limitadíssimo” das Juntas, achando melhor a sua supressão. Sugeriu que as suas atribuições fossem transferidas para as secretarias das inspeções escolares²⁰. A verdade é que, à semelhança do que aconteceu com as Câmaras, também as Juntas se envolveram em situações de corrupção, por beneficiarem alguns senhorios, no arrendamento das casas de escola. Por esse motivo, a imprensa acusou-as de beneficiarem “os que pertenciam à mesma facção política”. Por outro lado, verificaram-se muitas irregularidades ao nível da colocação de professores, por não respeitarem a ordenação da listagem de concurso.

Apesar da ação inspetiva, ao longo das primeiras décadas do século XX, não ter sofrido grandes alterações, os inspetores, por vezes, assumiram um papel ambíguo. A sua posição enquanto inspetores oscilou entre a representação governamental e a ação pedagógica. Filomena Lume refere a confrontação entre duas representações diferentes que não são de fácil conciliação (Lume, 2006, p. 401). Por um lado, os inspetores primários eram os representantes do poder central e tinham uma ação fiscalizadora, por outro, representavam os professores e cooperavam na ação pedagógica.

²⁰ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB30 (1924-1926). L.º11. N. º123, 2 de junho de 1925, p.184.

2.2 - Colocação e concursos de professores

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a colocação de professores não sofreu grandes alterações. O modo de procedimento nas colocações, mediante concurso, fez-se sempre da mesma forma.

No período relativo à descentralização, apesar da colocação dos professores não depender, totalmente do inspetor, necessitava sempre da sua comprovação, pois era pedido o parecer e dada informação pertinente sobre os candidatos a concurso, bem como passadas as certidões de efetividade de serviço. Durante este período, as Câmaras foram acusadas pelos inspetores de falsificar informações, respeitantes aos professores candidatos, para colocação indevida dos mesmos. Este tipo de “colocação abusiva”, que foi exercida com insistência, provocou grandes conflitos entre a inspeção e as Câmaras, nos Açores, tendo-se arrastado processos em tribunal.

Em casos de irregularidade, os inspetores reportavam às entidades superiores, estas situações, que prejudicavam os professores que tinham de sujeitar-se a longos períodos de espera até verem o seu problema resolvido. Estes professores e os que eram colocados, indevidamente chegavam a permanecer nos locais onde tinham sido colocados, por vezes, dois ou três anos, devido à morosidade das decisões e das comunicações com o continente²¹.

Até 1910, os documentos que compunham o processo dos candidatos aos lugares, para efeitos de concurso, eram enviados para a 1.^a circunscrição em conformidade com o art.º 137 do Regulamento, de 19 de setembro de 1902. Estes

²¹ ANEXO VI – Ofício enviado ao Procurador da República pela Comarca da R. Grande (transcrição). Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta. BPAPD. DEPD. L.º 10. N.º 272 de 30 de setembro de 1916, pp.365 a 371.

processos podiam corresponder à promoção da 1.^a para 2.^a classe, à ocupação de lugares de ajudante ou a provimento definitivo²².

Eram incluídos no processo de candidatura, o parecer e a informação pertinente sobre os candidatos a concurso, por parte do inspetor, bem como as certidões de efetividade de serviço. Sempre que surgisse uma vaga era comunicada para Lisboa para que fosse colocada a concurso no *Diário do Governo*.

Nos Açores, para que as escolas não ficassem muito tempo encerradas e se houvesse apenas um candidato a concurso, o inspetor dava logo, a ordem de colocação, mesmo antes da abertura oficial do concurso. Como exemplo disso, em 1904, participou-se a vaga para professora ajudante, para um lugar na escola da Matriz de Ponta Delgada e que reunia todas as condições, no dia 2 de março. O concurso só teria sido aberto, oficialmente, a 13 de março do mesmo ano²³.

A colocação dos professores, antecipando o concurso, já era um procedimento comum nos Açores e foi-lhe dada continuidade pelas Câmaras, durante o período de descentralização. Em 1914 foram várias as colocações feitas, precedendo o concurso, com a diferença de serem candidatos, que não constavam do primeiro lugar, das listas de colocações. Aconteceu, na freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada, ao colocarem a candidata que se encontrava, em 2.^o lugar, da lista de classificados. A candidata lesada, após reclamação, conseguiu anular, pouco tempo depois, a deliberação tomada²⁴. A maior parte dos casos de irregularidade não tinham o mesmo desfecho, pois a ordenação

²² ANEXO VII – Processo completo para a criação de uma escola no concelho de Vila Franca e transcrição de um ofício endereçado à 1.^a zona para requerer a conversão de uma escola paroquial a central. BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta. LB1 (1911-1916). M.º 196 de 17 de janeiro de 1913, pp. 255 a 266.

²³BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB9 (1903-1904). N.º 105, 16 de fevereiro de 1904, p.167.

²⁴BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1911-1916). N.º 404, 21 de janeiro de 1914.

de reposição ou transferência podia levar 2 ou 3 anos, se não envolvesse acusação jurídica.

Por ser feita uma colocação indevida, na escola da freguesia da Conceição, no concelho da Ribeira Grande, levantou-se um processo em tribunal. O lugar da escola acabou por voltar a concurso depois de um ano por ordem do tribunal²⁵. Apesar disso, a 21 de setembro do ano seguinte, Manuel Inácio d'Arruda continuava a pressionar a Comissão Executiva da Câmara para que a professora fosse suspensa das suas funções, lembrando a ordem emanada do tribunal. O inspetor chegou a comunicar à 2.^a Repartição acerca desta colocação e no final do ofício declarou que:

[...] a atitude despótica das Câmaras passou a constituir uma verdadeira ameaça ao socego e bem estar do inspetorado do paiz que entende não deve deixar atropelar as leis com a sua complacência justamente punível.

Ponta Delgada, 21 de setembro de 1917

O inspetor

Manuel Ignacio d'Arruda

Na cidade de Ponta Delgada, também foram muito comuns estas situações de irregularidade. Em 1913, a inspeção recebeu uma reclamação da 1.^a candidata a um lugar para a escola de S. Pedro e que ameaçava levar o caso às estações superiores. Alegava que era a candidata mais graduada, segundo as disposições legais em vigor. Segundo ela, também não havia disposição da lei que revogasse as condições de preferência e como habilitação possuía o diploma complementar, que na altura, lhe conferia o 1.^o lugar (Lei de 29 de junho de 1913, Decreto Regulamentar de 8 de julho do

²⁵BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LBI L.º 10. N.º 222, 28 de março de 1916, p.295.

mesmo ano e Código Administrativo vigente, n.º 9, do art.º 94) em conformidade com os preceitos contidos, nas leis e regulamentos especiais²⁶.

Para além das colocações irregulares também chegou a proceder-se, ilegalmente, a transferências de professores. Embora o decreto de 29 de março de 1911 (n.º 5 do art.º 64) tivesse concedido às Câmaras a faculdade de nomeação, transferência e demissão de professores dos concelhos, chegaram a ser executadas transferências, sem o regulamento estar ainda, integralmente, publicado. O inspetor informava que tinham de seguir o regulamento ainda em vigor de 19 de setembro de 1902 e que nos termos da lei vigente, que não tinha sido alterado, só podiam fazer transferências como pena disciplinar, o qual só deveria ser aplicado, precedendo o respetivo processo e defesa do arguido (art.º. 155 do regulamento de 19 de setembro de 1902) e não por conveniências da instrução ou dos professores que só poderiam obter o lugar por concurso²⁷.

Apesar da autoridade por parte das Câmaras, em 1913, foi enviada uma Circular para esclarecer que determinados procedimentos relativos aos professores teriam de passar sempre pela inspeção. Levou-se ao conhecimento que as Câmaras deviam informar os inspetores de todas as resoluções relativas aos professores dos concelhos, de modo a manter, em dia, os cadastros das inspeções²⁸.

As irregularidades foram de tal ordem que, em 1917, devido a uma nomeação indevida na Piedade, na freguesia dos Arrifes, o inspetor Manuel Inácio de Arruda tomou a iniciativa de enviar a todas as Câmaras do Círculo escolar, uma cópia da lista

²⁶BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB20 (1913-1914). N.º 40, 16 de fevereiro de 1914, pp. 62 a 66.

²⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB20. (1913/1914). L 9. N.º 38, 9 fevereiro de 1914, pp.54 à 57.

²⁸ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L20. (1913/1914). N.º 9. N.º[?], 24 de novembro de 1913, p.15.

graduada dos professores. Verificavam-se outras regularidades por parte das Câmaras. Estas mantinham as escolas encerradas muito tempo e não davam ordens para a abertura do concurso. Estes casos, geralmente, aconteciam por falecimento ou transferência de professor. O inspetor acabava por ser obrigado a pressionar as Câmaras, para abrirem concurso, de modo a evitar possíveis situações de irregularidade²⁹.

Em casos em que não havia queixa por parte dos professores lesados era o inspetor que contactava diretamente com o professor que tinha sido colocado indevidamente, para que se consciencializasse do erro e desistisse do lugar. Como exemplo disso foi o ofício enviado a uma professora de Vila Franca, a pedir que reconhecesse o engano, pois preteria os direitos de 11 colegas que se encontravam antes dela, na lista dos concorrentes às interinidades³⁰.

A partir de 1919, a orgânica relativamente às colocações de professores passou a ser da competência das Juntas Escolares que, à semelhança das Câmaras, passaram a colocar professores indevidamente. Destacaram-se as Juntas Escolares dos mesmos concelhos que já o haviam feito, anteriormente, como o da Povoação, Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada.

O inspetor Manuel Moniz Morgado denunciou à 10.^a Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública que a regência da escola da Ribeira Chã era ilegal. No ano seguinte, enviou um ofício aos mesmos serviços, dando conhecimento de professores a exercer, ilegalmente, por influência das Juntas Escolares³¹. O inspetor chegou mesmo, a ameaçar uma professora na Povoação, devido à ilegalidade da

²⁹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB21. (1914/1917). L.º 10. N.º 281, 21 de outubro de 1916, p. 380.

³⁰ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. L.º 3. N.º 486, 29 de outubro de 1921, p. 362

³¹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB25. (1919/1922). L.º 9. N.º 510, 19 de janeiro de 1922, pp.430 a 434.

colocação e que se não abandonasse de imediato o cargo, o tempo de serviço não lhe seria contado³²

Os professores após a colocação deveriam apresentar-se de imediato ao serviço e tomar posse, assinando um documento relativo à tomada de posse.

2.3 – Realização de exames

A realização de exames esteve sempre a cargo dos inspetores e fez sempre parte das suas atribuições. Devia presidi-los e na impossibilidade da sua comparência, deviam eger delegados para que o fizessem. Todos os anos era apresentada à Direção-Geral de Instrução Pública, a proposta dos delegados aos exames de instrução primária do 1.º grau, da qual se aguardava o deferimento. A proposta das nomeações era feita, em conformidade com o disposto no art.º 173 do regulamento de 19 de setembro de 1902³³. Ao longo do tempo sofreu poucas oscilações, seguindo-se sempre o mesmo procedimento. No período relativo à descentralização, o inspetor informava o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de cada concelho, onde iam ser realizados os exames, do número de alunos que requeriam os mesmos.

O número de alunos apresentados a exame, o grau de adiantamento que apresentavam e as avaliações que lhes eram atribuídas constituíam elementos importantes, na avaliação de um professor. O exame transformou-se no dispositivo

³² BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. L.º3. N.º 506, 18 de janeiro de 1922, p.387.

³³ Segundo o art.º o exame do 1.º grau versava sobre exercícios de ler, escrever e contar compreendendo-se por esta denominação toda a matéria indicada no programa de leitura, escrita, aritmética e sistema métrico da 1.ª, 2.ª e 3.ª classe.

principal de regulação das políticas educativas e das práticas de ensino (Nóvoa, 2005, p.53).

Para a realização dos exames após a anuência da Direção-Geral, o inspetor elegia os delegados que o representavam, nas sedes dos concelhos. Era enviado um ofício a cada um deles com as orientações e os procedimentos a adotar.

Em 1903 Faria e Maia elucidou os delegados dos exames do 1.º grau que “o exame deveria constar de exercícios de ler, escrever e contar”, tendo em conta o que constava no programa. Na parte escrita do exame deveria constar um trecho de 10 linhas, seguido de uma cópia para prova caligráfica e de uma operação aritmética. O livro que deveria servir para a leitura era o adotado para a 3.ª classe de João Diniz³⁴.

O número de delegados propostos pelo inspetor variava, consoante o número de alunos que se apresentavam a exame. Assim, em 1906, para 133 crianças do 1.º grau que iriam prestar provas foram propostos 5 professores, ficando em aberto, a possibilidade de propor mais 2, na hipótese de haver necessidade. Os professores eram escolhidos, tendo em conta o seu bom desempenho, a competência e a confiança depositada pelo próprio inspetor.

Após a nomeação dos delegados, estes recebiam com a devida antecedência aviso do dia e da hora que deveriam comparecer na escola para proceder aos exames. Logo que recebiam a comunicação, afixavam à porta da escola um edital, com a lista de alunos propostos, o dia e a hora do exame. Os delegados de exame deviam tomar as precauções necessárias, para que ele fosse conhecido, de todos os interessados. Aos delegados, também era entregue um exemplar dos mapas, para ser registado o resultado dos exames e era-lhes remetido um certificado (modelo K) em número suficiente, para o

³⁴ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB12 (1903-1912). N.º 22, 6 de julho de 1903, p.34.

número de alunos que se apresentassem a exame³⁵. Por todo este trabalho, os delegados tinham direito ao abono das despesas de transporte e gratificação, fixadas no art.º 88, 1.º do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. Para que não se verificassem situações de corrupção, estas despesas deviam ser justificadas, burocraticamente, do seguinte modo:

[...] com quaesquer declarações das pessoas directamente interessadas, por eles escriptos e assignadas ou escriptos por 3.ª pessoa e simplesmente assignadas pelo interessado, ou ainda quando não possa ser de outro modo, escriptos por 3.ª pessoa e assignados a rogo do interessado³⁶.

No Círculo de S. Miguel, os delegados eram distribuídos por áreas, atendendo às difíceis vias de comunicação e transportes da época e as áreas mais próximas ficavam destinadas ao inspetor (áreas mais populosas), para que pudessem cobrir o máximo possível de alunos, ficando, geralmente, com as escolas da cidade de Ponta Delgada. A organização dos exames distribuía-se pelas seguintes áreas: o concelho da Ribeira Grande; os concelhos do Nordeste e da Povoação; as freguesias, rurais, de Ponta Delgada e o concelho de Vila do Porto em Stª Maria. Neste concelho, geralmente, eram colocados delegados locais, para que não se tornasse tão dispendioso, devido à deslocação. As áreas de exame podiam sofrer alterações, consoante o número de alunos que se apresentasse a exame, assim acontecia, por vezes, juntar-se o concelho de Vila Franca ao da Povoação. O aumento do trabalho do expediente obrigava a que o inspetor considerasse, o trabalho da sede, como se fosse uma área, a que juntava as escolas da cidade de Ponta Delgada.

Em anos em que se apresentava um maior número de alunos a exame, havia a necessidade de convocar, para delegados, os professores que prestavam serviço na

³⁵ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB12 (1903-1912). N.º 24, 8 de julho de 1903, p. 40.

³⁶ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB12 (1903-1912). N.º 30, 12 de julho de 1903, pp. 52 a 56.

Escola de Habilitação ao Magistério, tal como aconteceu com Manuel Maria Barbosa e Francisco Pacheco Horta para presidirem ao 1.º e 2.º júri, respetivamente, nos exames para o sexo masculino do 2.º grau, realizados na escola de S. José, em 1912. Na proposta, Inácio de Arruda esclareceu que não só atendeu às competências e confiança que depositava nesses professores, mas também às verbas orçadas pelas Câmaras do distrito para as despesas de exame que não cobria as deslocações. No caso de St.ª Maria, por vezes, os exames não podiam ser realizados na mesma data das outras escolas do Círculo porque as comunicações só se faziam de mês a mês.

Em 1918, António Maria Lopes pediu permissão ao Alto Comissariado da República para poder delegar num professor oficial, o serviço de encerramento dos cursos móveis do distrito³⁷.

Em 1921 e 1922, para além da realização dos exames do 1.º e 2.º grau, também passaram a realizar-se os exames da 5.ª classe. Manuel Moniz Morgado informou que os alunos propostos só o podiam fazer se tivessem 12 anos completos ou a completar os 12 até 31 de dezembro. No ano seguinte, o trabalho relativo aos exames aumentou devido à inspeção dos cadernos escolares. Os inspetores antes da realização dos exames requeriam os cadernos escolares dos alunos para os examinar, pelo que se comprovou com os ofícios n.º 584, 573, 585, 586 relativos à correspondência expedida. Segundo os relatórios, comprovava-se, pela análise, o grau de adiantamento do aluno, tendo em conta a apresentação, caligrafia, organização e o cumprimento do programa. No ofício que acompanhou a devolução dos cadernos escolares da 3.ª classe, enviado à professora e diretora da escola de Vila Franca do Campo, Maria dos Anjos Bento, o inspetor Manuel Moniz Morgado manifestou o seu pesar, pela apresentação dos cadernos da

³⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB24. (1917-1921). N.º 69, 30 de julho de 1918, p.64.

classe de António de Medeiros Rocha. Segundo ele, os cadernos não estavam devidamente organizados, em harmonia com as instruções dadas pela inspeção, inscritas na Circular n.º 470 de 29 de setembro de 1921. Para além de se identificarem faltas nos exercícios, o que comprovava não terem sido vistos pelo professor, o inspetor referiu-se a eles do seguinte modo:

O caderno escolar passou a constituir uma forma de controlo das atividades do professor, atendendo às dificuldades de permanência e de inspeção das escolas. [...] E como se compreende que, na parte da aritmética somente 5 problemas foram feitos pelas crianças durante o ano? E qual a razão por que a 3.ª classe não tem desenho?³⁸

A partir de 1924, passaram a realizar-se exames da 4.ª classe que, na opinião de, Inácio de Arruda, correspondiam aos anteriores exames da 2.ª fase. Na organização destes exames, a inspeção seguiu, exatamente, os mesmos procedimentos.

³⁸ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. L.º3. N.º 589, 26 de julho de 1923, p.493.

2.4 – Prémios e Penalizações

O inspetor escolar tinha o dever de avaliar os professores e, dessa avaliação, resultavam as propostas para os prémios. No caso das penalizações, estas eram acompanhadas pelo respetivo processo disciplinar. O trabalho burocrático das inspeções era excessivo e aos inspetores escasseava o tempo, para a necessária inspeção direta às escolas que permitia a apreciação correta do trabalho dos professores. Segundo os inspetores, essa inspeção devia ser feita, mais do que uma vez, para uma avaliação consciente dos que mereciam ser premiados. Facto, a que os inspetores fizeram alusão, por diversas vezes, na correspondência enviada para a Direção Geral.

As avaliações quer dos prémios, quer dos castigos (penalizações) eram feitas de uma forma bastante refletida. No caso destas e, em situações consideradas mais graves, podiam conduzir ao afastamento definitivo da carreira. Quando chegava alguma queixa à inspeção, o inspetor procedia às averiguações e, através do acompanhamento, chamava a atenção, para que fossem reconsideradas as atitudes. Registaram-se casos, em que o comportamento sofria agravamento, obrigando o inspetor a informar a Inspeção-Geral, dando de imediato, a ordem de suspensão das atividades. Sempre que era instaurado um processo disciplinar era bastante ponderada a situação. O inspetor visitava a escola fazia o acompanhamento e considerava não só as atitudes, como também procurava perceber as causas do comportamento ou mudanças de atitude, comparativamente a anos anteriores. Avaliava também a relação com a comunidade e eram inquiridas pessoas da freguesia, para se iniciar a organização do processo disciplinar.

Nos relatórios de proposta aos prémios ou castigos, observou-se uma grande preocupação pela descrição pormenorizada dos elementos avaliados. Segundo os

relatórios da inspeção, as avaliações dos professores deviam ponderar os seguintes elementos: o zelo e a dedicação do professor; a forma correta ou não, com que desempenhava o cargo; o grau de preparação dos alunos; a organização da classe; o apuro e asseio dos cadernos e dos alunos; a manifestação do escrúpulo que o professor tinha em não os deixar passar de classe sem se encontrarem devidamente habilitados e a percentagem de alunos que transitavam nos exames, de 1.º e 2.º grau. Atendendo a cada uma destas situações poderiam considerar-se outras, se o inspetor assim o achasse necessário e poderia também enumerar alguma situação, que não estivesse contemplada no regulamento, manifestando a opinião pessoal.

O prémio era sempre pecuniário e a penalização disciplinar era a perda de tempo de serviço, de vencimento ou a suspensão que podia ser temporária ou definitiva. A temporária tinha a duração do tempo em que o processo decorria.

Alguns inspetores, não concordavam com a atribuição de prémios. Faria e Maia, tal como o manifestou diversas vezes, não era a favor da banalização dos prémios escolares porque entendia, que quanto mais raros fossem, mais estes se valorizavam. Também Inácio de Arruda não concordava com a atribuição de prémios. Estes inspetores também não concordavam com os prémios atribuídos aos alunos por acharem que isso os diferenciava.

As listas com os nomes dos professores propostos à atribuição de prémios eram enviadas à Inspeção-Geral e só quando tinham de justificar alguma coisa, que fugisse à norma, ou seja, não se enquadrasse nos pontos tomados em conta para a avaliação, o inspetor fazia as apreciações, em relatório anexo.

Quando não havia condições especiais de avaliação dos professores, a lista com os nomes seguia, em anexo, com o ofício³⁹.

Assim, no processo relativo à proposta de atribuição de prémio, ao professor da escola do sexo masculino, da freguesia de S. Pedro, de Vila do Porto, na ilha de St^a Maria, foi anexado outro relatório. Nele, referiu que o professor, Luiz Moraes de Bettencourt, apesar de não se encontrar dentro do estabelecido no parágrafo 1.º do art.º 4 do regulamento de 18 de março de 1904, para a proposta de prémio, não significava que não fosse um professor dedicado⁴⁰. Relatava, que St. ^a Maria apesar de se tratar de uma zona menos populosa, em virtude da dificuldade de comunicação com a ilha de S. Miguel, apresentava uma taxa reduzida de crianças, no exame de 2.º grau. O transporte e a estadia na cidade de Ponta Delgada eram dispendiosos, pelo que se devia à recusa dos pais em mandarem os filhos para realizarem o exame. O inspetor soube que o professor, muitas vezes, pagava a despesa aos seus alunos que acompanhava a S. Miguel, para procederem à realização do exame. Salientou o zelo, o respeito dos alunos, a dedicação e competência com que exercia a profissão e o modo como ministrava os conhecimentos gerais da Língua Portuguesa, de Geografia, História e Ciências Naturais, “muito para além das exigências dos programas da instrução primária”. Admirava o seu processo de ensino, utilizando métodos intuitivos, com vista ao desenvolvimento da inteligência e não para lhes fixar na memória noções abstratas. Por esse motivo, considerava que o professor estaria apto a receber o prémio a que se referia o art.º 51 do

³⁹ A obtenção de informação relativamente aos nomes dos professores propostos à atribuição dos prémios foi escassa por se tratar de copiadotes, muitos documentos seguiam em anexo.

⁴⁰ O n.º 1 do art.º 4 do Regulamento referia a necessidade de atingir dois terços de aprovação dos alunos matriculados.

Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, não por se achar em condições do parágrafo 1.º do regulamento de 18 de março de 1904⁴¹.

Com base no mesmo art.º 51, também foi proposto a prémio pecuniário, ao professor da escola do sexo masculino, de S. José de Ponta Delgada, Francisco António Raposo de Medeiros, não apenas pelo zelo e dedicação à causa do ensino mas porque das 43 crianças que frequentaram a escola, 27 passaram de classe e 10 tiveram aprovações nos exames, do 1º grau e 2º grau⁴². Acrescentou que desde o ano de 1885, o professor apresentou aos exames de instrução primária 170 alunos do 1º grau e 191 de admissão aos liceus e 2º grau⁴³.

Faria e Maia fez também uma proposta de prémio, ao professor da escola do sexo masculino da freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada, António Maria Lopes. O prémio proposto estava não só em consonância com o que se encontrava estabelecido para o n.º 1 mas ainda, pelas razões consignadas no n.º 2 do mesmo artigo⁴⁴. De 63 alunos matriculados conseguiu uma média de frequência de 58 alunos. 24 obtiveram passagem de classe, tendo conseguido 13 aprovações nos exames do 1.º e 2.º grau “com elevadas e merecidas qualificações”. Acrescentou, que o professor, durante dois anos seguidos, foi proposto para a obtenção de prémio e que podiam consultar-se os Diários de Governo n.º 68 de 24 de março de 1899 e o n.º 150 de 9 de julho do corrente ano⁴⁵. A este professor foi concedido prémio durante largos anos, não só pelos bons resultados obtidos pelos seus alunos nos exames, mas por estar envolvido, em inúmeros projetos

⁴¹ BPARPD. DEPD. Livro de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada.LB1. (1905-1907). L.º 3. N.º 9, 19 de novembro de 1905. p. 18.

⁴² Neste tipo de processos que envolvia estatística ia sempre anexado um mapa estatístico para o comprovar.

⁴³ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º 3. (s/n.º), 28 de novembro de 1906. p. 265.

⁴⁴ O n.º 2 do artigo fazia referência à média geral de frequência dos alunos.

⁴⁵ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º 3. (s/n.º), 28 de novembro de 1906 p. 263.

no combate ao analfabetismo, desde a criação do centro escolar, escolas móveis, como encarregado de exames do 2.º grau, tendo sido também, inspetor do Círculo escolar.

Outra proposta de prémio foi à professora da escola, do sexo feminino, da freguesia de Água de Pau, do concelho da Lagoa, Beatriz Augusta da Costa. As razões principais apontavam para o número de passagens de classe e os alunos aprovados nos exames do 1.º e 2.º grau, do último ano letivo. Também era recomendada devido aos serviços prestados anteriormente, pois como professora temporária, em 2 de junho de 1902, apresentou, no ano seguinte, 6 alunos ao exame de 1.º grau, obtendo todas a classificação de “optimo”. Em 1904 para o mesmo exame apresentou 16, tendo ficado aprovados 14 com bom e 2 com ótimo e para o 2.º grau 5 alunos, 3 dos quais ficaram distintos. Em 1905 teve 13 alunos aprovados no 1.º grau, tendo 7 a classificação de ótimo e 4 no 2.º grau, uma das quais, foi distinta⁴⁶.

Ainda outra proposta de prémio foi atribuída à professora da escola, do sexo feminino, da freguesia do Pico da Pedra do Concelho da Ribeira Grande, Maria José Ferreira. Os excelentes resultados obtidos e a frequência obtida são as principais razões para a sua proposta. Salientou, que era uma tendência daquela freguesia retirar as crianças da escola, logo que já soubessem ler e escrever, sem que aguardassem pelos exames e porque pretendiam empregá-los nos trabalhos agrícolas, não podendo ser notório o número de aprovações. Contudo, desde 1894, 23 alunos fizeram exames obtendo muitas delas, classificações elevadas e as que na última época fizeram exame de 2.º grau destacaram-se, de tal forma, que “o júri fez as mais lisonjeiras referências”⁴⁷.

⁴⁶ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º 3 (s/n.º), 28 de novembro de 1906, p. 269.

⁴⁷ BPARPD. DEPS. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º 3 (s/n.º), 28 de novembro de 1906 p. 271.

Foi apresentada a proposta, para o professor da escola do sexo masculino da freguesia das Capelas, do Concelho de Ponta Delgada, Ventura Henrique da Silva, pelos serviços prestados na Comissão de Beneficência e Ensino da sua freguesia, promovendo receitas e angariando donativos, para auxiliar as crianças pobres da freguesia. Os resultados obtidos por esta Comissão devem-se sobretudo aos esforços que empregou e porque “tem feito do seu cargo um apostolado”. Também a média geral da frequência da sua escola foi de 69 crianças, 14 das quais obtiveram aprovações nos exames do 1.º e 2.º grau⁴⁸.

Outro tipo de proposta, foi feita para o casal de professores da escola masculina e feminina da freguesia dos Fenais da Luz, do concelho de Ponta Delgada, Manuel Moniz Morgado e Christina Carreiro, que tomaram a iniciativa de fundar a sociedade beneficente “O Vintém da Escola” por terem tido dificuldade em organizar uma Comissão de Beneficência, organizando festas e promovendo bazares. Informou o inspetor, de que se tratavam de jovens muito dedicados ao ensino, “com aptidões pedagógicas e inteligências singulares” e pelos resultados excelentes obtidos, pelos seus alunos, deveriam ver o seu trabalho reconhecido pelos superiores⁴⁹.

É instaurado um processo disciplinar pelo subinspetor Faria e Maia a uma professora do lugar da Saúde nos Arrifes, da escola do sexo feminino, nos termos do art.º 156 do regulamento de instrução primária, onde apresenta as razões de tal procedimento. A baixa frequência e o pouco aproveitamento foram a causa principal da instauração do processo por parte da inspeção. Chegaram a ser feitas três visitas e em todas, a justificação da ausência dos alunos eram os atrasos e a frequência irregular,

⁴⁸ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º 3. (s/n.º), 28 de novembro de 1906 p. 267.

⁴⁹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º 3 (s/n.º), 17 de dezembro de 1906 p. 273.

vindo-se a descobrir mais tarde que nenhuma criança estava matriculada. O inspetor pediu então, a intervenção do administrador do Concelho para investigar a causa, chegando à conclusão através dos pais dos alunos, que estes se recusavam a matriculá-las. Queixavam-se que a professora, nada ensinava, devido a ausências constantes e que, por esse motivo, preferiam pagar a quem as ensinasse do que a matriculá-las⁵⁰. Este processo que começou a ser instaurado em janeiro de 1905 e só encerra em 21 de fevereiro de 1906, quando é enviada a relação dos pais das crianças, que se recusavam a matriculá-las⁵¹.

⁵⁰ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada LB1. (1905-1907). L.º 3. N.º 56, 15 de março de 1906. pp. 83 a 87.

⁵¹ ANEXO VIII – Quadro, resumo, relativo às penalizações e prémios que constam do relatório de avaliação, às escolas do distrito de Ponta Delgada. BPARPD.DPEPD. LB1 L.º 3 n.º 1 de 2 de novembro de 1905.

Cap. 3 – Edifícios Escolares

3.1 – Falta de escolas

Nas ilhas, cada concelho procurava que cada freguesia contemplasse uma escola para cada sexo de preferência e, onde não era possível criá-la, procurava colmatar-se a sua falta, com o estabelecimento de escolas mistas e cursos noturnos.

Na Terceira, tal como mencionamos no Cap.1, a imprensa não fez alusão à falta de escolas durante as primeiras décadas do século XX. A partir de 1901 quando se procedeu a um recenseamento escolar mais rigoroso, com o auxílio dos párocos das freguesias, procedeu-se à divisão das escolas em 2 turnos: um das 8:30 às 11 horas e outro das 12 às 15 horas. Relativamente ao recenseamento escolar na Terceira, em 1904, o *Diário dos Açores* publicou um artigo em que salientou que, no final de novembro desse ano só faltavam recensear apenas 37 crianças de ambos os sexos. Embora não fizesse referência ao número total de alunos depreendeu-se que não seriam necessárias mais escolas. Também se comprovou a existência de escolas em todas as freguesias da ilha pelo facto de a imprensa ter questionado as causas dos índices elevados de analfabetismo na Terceira, mencionando a existência de uma escola em cada freguesia a “funcionar em condições razoáveis” e, por isso, o estado do analfabetismo não se devia à falta delas (*O Tempo*, 1906, n.º 125). As escolas encontravam-se todas em funcionamento e a falta de professores também não se fez sentir, como aconteceu em muitas localidades de S. Miguel. A falta de professores com habilitação obrigou, por vezes, ao encerramento temporário de escolas por falta de colocação ou por doença do professor. Mesmo em 1907 em que se verificou um excesso de professores para provimento dos lugares vagos, a inspeção e a imprensa nunca fizeram referência ao excesso nas ilhas.

As atas das sessões da Câmara da Vila da Praia da Vitória também o comprovam, uma vez que não eram frequentes os pedidos para casa de escola. Neste concelho foi pedida a criação de uma escola em 1907, para o sexo feminino, para o Cabo da Praia, pedido que foi atendido pela Câmara por se considerar uma necessidade. A Câmara disponibilizou uma casa pertencente ao proprietário Manuel Mendes de Borba a residir na vila⁵². Dois anos depois foram também feitos outros pedidos que foram satisfeitos com alguma prontidão:

- escola para o sexo masculino – São Braz – 83 alunos
- escola mista – Casa da Ribeira – 75 alunos
- escola mista - Santa Luzia e Serra – 60 alunos
- escola mista - Porto Martins – 45 alunos

No ofício de requisição, o subinspetor informou que para a 1.^a escola a Junta de Paróquia das Lages tinha obtido uma casa e mobília. Para a 2.^a e 3.^a escolas as populações comprometeram-se a fornecê-las logo que elas fossem criadas. Salientou que já tinha “conferenciado com os indivíduos mais importantes” dessas localidades. Para o Porto Martins esperava obter-se a cedência de um edifício já mobilado e construído para o efeito pelo benemérito Visconde do Porto Martins, na data já falecido⁵³.

As escolas, geralmente, ficavam situadas nos centros das localidades, mas com frequência, nas ilhas, por falta de casa, eram instaladas em zonas limítrofes e por vezes muito distantes. Facto tantas vezes referenciado, sobretudo para a ilha de S. Miguel e justificado pelos inspetores, como a razão para a não aplicabilidade da lei da

⁵² CMPV. *Actas da Câmara Municipal (23-1-1907 – 14-10-1908)*. L.º 41, ata da sessão de 10 de abril de 1907.

⁵³ CMPV. *Actas da Câmara Municipal (23-1-1907 – 14-10-1908)*. L.º 45, ata da sessão de 31 de maio de 1911.

obrigatoriedade escolar por formas coercivas. As poucas escolas e a distância a que ficavam das localidades constituíam um obstáculo à execução do ensino obrigatório, como relataram alguns inspetores e, por isso, ficavam impossibilitados de o pôr em prática. A distância a que ficavam, por vezes, as casas de escola dos centros das localidades sujeitava as crianças a longas deslocações, pelo que nos pedidos de requisição de estabelecimentos escolares era alegado esse facto. Assim, o concelho da Povoação requereu, para as freguesias do Faial da Terra e da Ribeira Quente com distâncias não inferiores a 10 km das freguesias limítrofes, estabelecimentos de ensino para o sexo feminino. No mesmo concelho, na freguesia de N^a Sr^a da Mãe de Deus e nos lugares das Lombas, foram requeridos estabelecimentos de ensino apresentando como motivo, não só a distância, mas também as deficientes vias de comunicação. Os concelhos da Ribeira Grande, Nordeste e Lagoa, segundo os relatórios de 1902 a 1904, eram os que se encontravam melhor dotados de escolas. A mesma informação foi publicada pelo *Diário dos Açores*, reforçando o facto de ainda se verificarem distâncias consideráveis entre algumas localidades (*Diário dos Açores*, 1904, n.º 4037).

A falta de escolas, em algumas freguesias, foi tão grave que levou os pais das crianças a fazerem abaixo-assinados solicitando a criação de escolas mistas. Aconteceu, por exemplo, na localidade da Lomba da Pedreira, em que a população enviou o abaixo-assinado à 1.^a Circunscrição Escolar do reino, para que se atendesse ao número populacional das crianças em idade escolar devido à distância que ficava a escola mais próxima⁵⁴.

Em 1904, no relatório escolar relativo ao ano anterior, o subinspetor reforçava a necessidade de criação de escolas, o mais próximo das habitações, atendendo às

⁵⁴ BPAPD. DEOD. LB1 (1904-1905). Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º2. [?], 29 de janeiro de 1905, p. 108.

distâncias e ao facto de estas não deverem ser criadas em lugares ermos. Apesar de implicar a distância, o problema da falta de escolas não se colocava apenas nas freguesias rurais da ilha. Mesmo na cidade de Ponta Delgada solicitou-se, para a freguesia de S. José, a criação de mais duas escolas para o sexo masculino por só possuir apenas uma para uma população de 8000 pessoas. Segundo a opinião do inspetor, esta situação também poderia ser colmatada com a criação de uma escola central⁵⁵. A freguesia de S. Roque, nos arredores de Ponta Delgada, necessitava de mais uma escola para o sexo masculino porque só tinha uma e o número de crianças recenseadas, do sexo masculino, era de 147. O mesmo terá acontecido no concelho de Vila Franca, na freguesia de Água d'Alto, em que para uma população de 2800 pessoas, com 106 crianças do sexo feminino e 128 do sexo masculino, também havia a necessidade de criar duas escolas, uma para cada sexo.

A obrigatoriedade do recenseamento escolar a partir de 1901 implicou a criação de mais escolas, devido ao aumento significativo dos alunos que constavam do recenseamento. Segundo as contas do *Diário dos Açores*, no ano de 1903, o número de crianças recenseadas era de 14.061. Chamava a atenção para o facto de as escolas, além de apresentarem uma frequência superior à que realmente podiam suportar, não comportariam todas estas crianças, porque ficariam de fora 9.621 e, isto, sem terem sido contabilizadas as freguesias onde não se fez o recenseamento (*Diário dos Açores*, n.º 4.036, 1904).

Inácio de Arruda chegou a oficiar para Lisboa a necessidade urgente da abertura de escolas em diversas localidades. Só em 1906, em S. Miguel, o número de crianças em idade escolar passou de 4.312 crianças para 6.161, pelo que quase todas as escolas

⁵⁵ A freguesia de S. José de Ponta Delgada tinha uma população superior a 10.000 pessoas e por esse motivo encontrava-se nas condições legais de possuir uma escola central.

do círculo começaram a ficar sobrelotadas, excedendo a sua capacidade legal. Por exemplo, a professora Francelina Olympia, da Ribeira Chã, notificou que por ter 65 alunos na sala já não podia receber mais nenhuma criança, atendendo a que a sala não comportava mais mobília⁵⁶. Mesmo nos concelhos da Ribeira Grande, Ponta Delgada e Nordeste que, três anos antes, tinham sido apontados como não tendo falta de escolas, Inácio de Arruda teve de as requerer para as freguesias da Lomba de S. Pedro e Fenais da Ajuda (Ribeira Grande), para a freguesia de S. Roque (Ponta Delgada) e para as freguesias da Pedreira e Salga (Nordeste)⁵⁷.

Enquanto não foram criadas as escolas requeridas, houve necessidade de dividir os alunos em turnos e, muitos destes pedidos foram feitos pelos professores. Este tipo de segmentação não era do agrado dos inspetores devido à sobrecarga do tempo letivo para os professores e porque implicava também “a possibilidade dos alunos não apresentarem resultados finais satisfatórios”, como pode ler-se nos relatórios. No entanto, vinha colmatar um problema que se pretendia temporário até que houvesse uma ocasião oportuna para proceder a um arrendamento de casa que satisfizesse as condições de comportar todas as crianças⁵⁸.

Apesar de não concordarem com esta medida, os inspetores viram-se obrigados a exercer pressão sobre algumas escolas para o fazer, incitando-os a que pusessem em execução, o disposto no art.º 75 do Regulamento da Instrução Primária em vigor. À

⁵⁶ BPARPD.CEPD. Escola Oficial Mista de Instrução Primária Elementar da Ribeira Chã - *Livro de Correspondência Expedida e Recebida*, 1904 – 1906 (documentos soltos integrados no mesmo Livro).

⁵⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1910-1912). N.º 57, 18 de agosto de 1910, p. 82.

⁵⁸ ANEXO IX - Livro nº 1 e 2 de Registo das Escolas Oficiais da Circunscrição Escolar Ponta Delgada. BPARPD. CEPD.

professora de Rabo de Peixe foi imposta a divisão da classe por turnos porque o total do número de crianças que constavam no recenseamento era de 115 e registava uma média diária de frequência de 76. Atenda-se à gravidade da situação não só pelo número de alunos, mas também porque a sala tinha apenas 60m², embora contasse com uma professora ajudante⁵⁹.

Para resolução imediata do problema, que se colocava com a falta de escolas, foi enviado pela inspeção uma Circular para as escolas onde havia necessidade desse desdobramento:

Concelho de Ponta Delgada

- escola do sexo masculino dos Mosteiros
- escola do sexo feminino dos Mosteiros
- escola do sexo masculino de Feteiras
- escola do sexo feminino de Feteiras
- escola do sexo masculino de Livramento
- escola do sexo masculino da Bretanha

Concelho da Lagoa

- escola do sexo feminino do Rosário

Concelho da Ribeira Grande

- escola mista da Lomba de St^a Bárbara
- escola do sexo masculino da Lomba da Maia

Concelho da Povoação

- escola do sexo feminino Mãe de Deus

Concelho do Nordeste

⁵⁹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB12 (1903-1912). N.º 222, 20 de janeiro de 1912, p. 480.

- escola mista da Algarvia
- escola mista da Lomba da Fazenda.⁶⁰

Provavelmente gerado pelas expectativas criadas em torno da República, relativamente à educação, verificou-se um *boom* de pedidos e organização de processos para a criação de novas escolas que tardaram ou nunca chegaram. Era uma realidade a inexistência de casas e principalmente de “espaços condignos” para a prática de ensino, em muitas freguesias.

Dois anos após a implantação da República tinham sido muito poucas as escolas criadas, apenas 3, das quais só uma tinha sido provida, a escola mista da Lomba de S. Brás, na freguesia de Porto Formoso, no concelho da Ribeira Grande, a 5 de agosto de 1912.

No período entre 1891 a 1920 verificou-se que, na Circunscrição Escolar de Ponta Delgada, deram-se variações relativamente ao número de abertura de escolas. Nos dois quinquénios anteriores a 1903 registou-se, por exemplo, uma maior intensidade, apesar de a população, a partir de 1900, ter diminuído. Após esta data, o número de escolas não aumentou, mas procurou fazer-se uma distribuição mais equitativa nos diferentes concelhos. Por exemplo, em 1903 apenas os concelhos da Lagoa, Ponta Delgada e Vila do Porto registaram aberturas de escolas tendo-se verificado que, no quinquénio seguinte, só os concelhos do Nordeste, Povoação e Ribeira Grande foram contemplados. Embora o concelho de Ponta Delgada fosse muito mais populoso, a obtenção do mesmo número de escolas, relativamente ao concelho da Povoação foi, provavelmente, devido à existência de estabelecimentos de ensino particular e doméstico e também devido ao facto de as distâncias existentes entre as Lombas serem

⁶⁰ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada.LB12 (1903-1912). N.º 47, 9 de novembro de 1903, p. 88.

significativas. Como complemento da informação, relativamente a anos posteriores, foi escolhido como objeto de estudo outra fonte para saber o número de escolas existentes.

Abertura de escolas

Localidade	Ano Lectivo	Total	Masculino	Feminino	Mistas
Angra Heroísmo	1915/16	106	46	46	14
	1916/17	106	46	46	14
	1917/18	106	46	46	14
	1918/19	106	46	46	14
Horta	1915/16	107	42	41	24
	1916/17	108	43	42	23
	1917/18	107	43	42	22
	1918/19	108	43	42	23
Ponta Delgada	1915/16	119	51	51	17
	1916/17	119	51	52	16
	1917/18	119	51	52	16
	1918/19	120	51	53	16

Ensino Primário Oficial (Anos Lectivos de 1915-16 a 1918-19), Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística (repartição central), Lisboa, Imprensa Nacional, 1923

Em janeiro de 1912, num inquérito a que respondeu Inácio de Arruda e que foi reenviado para a Direcção Geral, o inspetor anotou que o número de escolas existente até à data da Implantação da República era de 108, das quais funcionavam 103 e, apenas 5, tinham sido criadas pela República. Destas 5, nenhuma funcionava e a razão apontada foi a falta de casas, tendo conseguido um contrato de uma delas que já se encontrava a concurso. Estranhamente, em abril do mesmo ano, num questionário enviado ao

engenheiro, diretor das obras públicas do distrito, faz referência à existência de 113 escolas que não funcionavam, 2 das quais por falta de casa e mobiliário. No entanto, classifica 37 edifícios como bons, 56 sofríveis e os restantes como maus⁶¹. Atendendo à disparidade de informação não é possível fazer um estudo rigoroso, para esta época, acerca do número de escolas que se encontravam em funcionamento.

A falta de casas de escola era um problema que se estendia a outros pontos do país e, por esse motivo, tentou-se uma forma de amenizar o problema com o art.º 8 do decreto regulamentar de 15 de setembro de 1912 que permitia a criação provisória de escolas. Esta medida não terá tido sucesso em S. Miguel por algumas Câmaras continuarem a falhar os compromissos, relativamente ao equipamento das mesmas. Outro aspeto que convém salientar é o facto da morosidade de resposta para a criação de escolas por parte de Lisboa. Por vezes, os inspetores tomavam medidas “à revelia” e sem aguardar deferimento, tal como o fez o subinspetor interino, António Raposo de Medeiros, alugando, por sua iniciativa, uma nova casa na Lomba da Maia, por 80\$000 reis insulanos, por constituir a anterior um perigo para a saúde das crianças⁶². A atestá-lo, outra situação relativa à criação de escolas, embora se trate de um curso noturno, foi o envio do processo à 1ª Repartição, de criação de um curso móvel noturno, dando a informação que funcionava desde 1914 na cidade de Ponta Delgada criado e subsidiado pela Câmara. Inácio de Arruda, no mesmo ofício, salientava a importância deste tipo de cursos, pelo que aguardava o deferimento, para que constasse a sua legalidade, uma vez que já se encontrava em funcionamento há 3 anos⁶³.

⁶¹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1910-1912). N.º 110 de 10 de abril de 1912, pp. 189 e 190.

⁶² BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 1910-1912 n.º 144 de 14 de novembro de 1910. P. 219.

⁶³ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º 8. N.º 79, 24 de novembro de 1917, p 159.

A falta de professores, com habilitação própria, também constituía outro problema no distrito de S. Miguel, pelo que escolas que iam sendo criadas nem sempre eram providas de imediato. Aconteceu com as escolas pedidas por Inácio de Arruda, em 1910 para as freguesias da Achada e da Achadinha, que em 1915 ainda continuavam a aguardar a colocação de professoras para o sexo feminino⁶⁴.

O modo como se procedia à organização dos processos para a criação de escolas não diferiu muito ao longo das primeiras décadas do século XX e passava por complexas exigências burocráticas. Apesar da administração do ensino primário ter oscilado entre o modo centralizador e descentralizador, não afetou diretamente, os procedimentos, relativos à criação de escolas quer oficiais, quer particulares, cursos móveis e cursos noturnos que sofreram poucas alterações.

Relativamente ao último período da Monarquia, e quando a administração dependia das Câmaras, estas faziam o requerimento ao rei a solicitar a sua criação. Este devia ser acompanhado da cópia da ata da sessão camarária em que era deliberado o pedido, assim como a cópia da ata em que a Câmara se responsabilizava pelo fornecimento de casa para escola, habitação para o professor, mobília e utensílios escolares. A partir de 1902, se as Câmaras, por questões de economia, não pretendessem de imediato arrendar casa durante o decurso do processo tinham de anexar, a este, a declaração da informação contida no n.º 2 do art.º 36 do Regulamento de 19 de setembro de 1902 de Instrução Primária que mencionava só iriam adquirir a casa depois de validado o processo para a sua criação. Esta exigência teria surgido, devido ao facto de as Câmaras adquirirem casa, mas depois impossibilitarem o seu provimento por falta de mobiliário e material. Este tipo de situação era comum e por esse motivo foi

⁶⁴ BPARPD, CEPD - *Registo das Escolas e pessoal docente*, nº 1 (Séc. XIX) e nº 2 (Séc XX).

comunicado que, pelo artigo ainda em vigor, fosse superiormente ordenado aos inspetores que não dessem andamento a nenhum processo de criação de escolas sem que as Câmaras tivessem primeiro adquirido casa, mobília e material pedagógico para a instalação das mesmas⁶⁵.

O atraso do pagamento das rendas de casas de escola por parte das Câmaras e das Juntas Escolares contribuiu para que se agravasse, em S. Miguel, o problema dos despejos por parte dos senhorios. Para além da falta de casas, a situação agravou-se devido à recusa dos rendeiros em alugar ou renovar o aluguer das casas. A falta de pagamento das rendas, que se arrastava ao longo de meses, não cobria as despesas dos rendeiros devido aos aumentos das contribuições em que estavam coletadas. Inácio de Arruda terá notificado a Direção de que os rendeiros se recusavam a renovar o contrato após a recusa do aumento da renda porque “as contribuições duplicaram ou triplicaram”. Os senhorios procediam à rescisão dos contratos tal como o fez o proprietário da escola feminina da Matriz de Ponta Delgada por a renda se encontrar em falta há 16 meses.

Saliente-se que a imprensa terceirense, durante este período, não destaca situações de despejo das escolas e situações de atrasos de pagamento embora pudesse ter havido, mas não como em S. Miguel. Fez-se alusão a este assunto numa das atas das sessões camarárias da Praia da Vitória, realizada em junho de 1907, em que o subinspetor contactou a Câmara, por se encontrarem em falta os pagamentos das rendas de casa relativas ao 2º semestre de 1906, tendo sido referido que se ia proceder aos

⁶⁵ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB24 (1917-1921). L.º 11. N.º 32, 22 de dezembro de 1917, p. 45.

mencionados pagamentos⁶⁶. A situação parece ter sido regularizada porque nas sessões seguintes não se volta a mencionar tal facto.

A situação foi-se agravando e, no ano letivo de 1918-1919, registaram-se muitas escaramuças entre senhorios, professores e Câmaras por falta de pagamento das rendas das casas e dos despejos judiciais. No concelho de Ponta Delgada a situação tornou-se quase insustentável, pois não havia outras casas para substituição. António Maria Lopes, então inspetor escolar, informou a Circunscrição de não saber qual deveria ser o seu procedimento perante tal situação, pois com a base naval americana instalada, ainda veio agravar mais o problema da falta de casas⁶⁷.

Por vezes era impossível acalmar os senhorios que chegaram a evidenciar atitudes violentas devido às rendas em atraso e ao facto de não pretenderem renová-las. Manifestando alguma indignação, o subinspetor oficializou ao presidente da Câmara de Ponta Delgada relativamente ao modo como no distrito vinha a ser tratada a escola primária no concelho, no qual 10 escolas tinham sido encerradas por despejo judicial, 11 professores sem exercer e 550 crianças sem escolas por as rendas estarem em atraso desde julho de 1921. Três anos depois, Manuel Moniz Morgado solicitou ao Governador Civil que intercedesse porque o pagamento das rendas das casas de escola em alguns concelhos de Ponta Delgada já não se fazia há dois anos e meio⁶⁸.

A situação era de tal modo desesperante que o inspetor enviou um telegrama à Direção Geral do Ensino Primário e Normal discriminando as escolas encerradas e

⁶⁶ CMPV. *Actas da Câmara Municipal (23-1-1907 – 14-10-1908)*. L.º 41, ata da sessão de 19 de junho de 1907

⁶⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º8. N.º 158, 23 de dezembro de 1918, p. 293.

⁶⁸ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB27 (1921-1926). L.º 12. N.º 216, 10 de março de 1924, p.281.

pedindo para que fossem tomadas providências e se travasse a lei n.º 1662 requerida pelos senhorios⁶⁹.

3.2 - Condições físicas e pedagógicas das escolas

Nas ilhas, a imprensa republicana reconheceu a boa vontade e dinamismo com que algumas autoridades concelhias trataram as questões do ensino. Alguns concelhos destacaram-se pelo apoio que prestaram às instituições de beneficência, pela prontidão com que resolveram a falta das escolas, pela criação de cursos móveis e noturnos e pelo modo como incentivaram a iniciativa particular em benefício do ensino público. Aos concelhos de Vila Franca do Campo e Lagoa em S. Miguel, à Praia da Vitória na Terceira e ao concelho das Calhetas, na ilha de S. Jorge, a imprensa designou-os como “amigos do ensino”. Estes foram reconhecidos pelo tratamento e sensibilidade com que ao longo das primeiras décadas do século XX trataram os assuntos do ensino público e pela luta que travaram contra o analfabetismo, apesar de todos os condicionalismos sociais e económicos.

O modo como se geriam os fundos escolares, também dependia da sensibilidade e valorização dada aos assuntos educativos por parte dos responsáveis camarários. Segundo Áurea Adão, relativamente ao financiamento escolar, a centralização terá provocado uma distribuição desigual em todo o território nacional (Adão, 2012, p.27). No entanto, as Câmaras faziam o que podiam com o que lhes era atribuído e perante a situação económica que o País atravessava e a grande intervenção que era necessário fazer-se no ensino, as verbas eram sempre consideradas muito reduzidas.

⁶⁹ BPARPD.DEPD. LB30 (1924-1926). L.º 11. N.º 10, 11 de novembro de 1924, p. 14.

Nos primeiros anos do século XX cabia às Câmaras, entre outras atribuições, a construção de edifícios escolares, arrendamento das casas de escola, as despesas de limpeza e de conservação dos edifícios escolares, bem como a aquisição de mobília e material pedagógico. Nesta época, a construção de edifícios de raiz para funcionamento das escolas era muito raro, pelo menos nos Açores⁷⁰.

Algumas escolas surgiram por intermédio de doações testamentárias como as da baronesa da N.^a S.^a da Oliveira na Fajã de Baixo e na Fajã de Cima. Para estas foi solicitado, pelo seu descendente, uma planta oficial para a sua construção⁷¹.

Outras escolas funcionavam em edifícios pertencentes às corporações municipais e eram as seguintes:

Concelho da Lagoa

- escola do sexo masculino de Água de Pau
- escola do sexo feminino de St^a Cruz

Concelho do Nordeste

- escola mista da Lomba da Feteira
- escola do sexo masculino de S. Jorge
- escola do sexo feminino da freguesia de S. Jorge

Concelho de Ponta Delgada

- escola do sexo masculino da Fajã de Baixo
- escola do sexo feminino da Saúde

⁷⁰ ANEXO X – Plantas de escolas de 1 e 2 lugares. Cota 2.447.3.1-1, 1917. BPARPD. DEPD.

⁷¹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. (1905-1907). L.º 3. N.º 132, 15 de setembro de 1906, p.190.

Apesar de se tratar de edifícios pertencentes aos municípios, estes não apresentaram melhores condições e, segundo o inspetor, a maior parte deles eram antigos e impróprios para os fins a que se destinavam⁷². De todas as escolas nomeadas apenas a da Saúde, nos Arrifes, se tratava de um edifício de 1913, tendo sido a respetiva planta aprovada superiormente⁷³. O próprio edifício onde funcionava a inspeção também não escapava às más condições. Para além de se tratar de um edifício a título de empréstimo, por parte da Câmara desde 1911, contava apenas com um compartimento disponível onde se acumulava o trabalho amanuense e o arquivo. O inspetor propôs que todas as Câmaras passassem a contribuir proporcionalmente aos seus rendimentos de forma a criar e instalar um espaço condigno para a inspeção escolar⁷⁴.

Predominavam os edifícios escolares arrendados que procuravam adequar-se à prática do ensino e geralmente necessitavam de muitas obras. Poucos eram os edifícios que se encontravam em boas condições higiénicas e muitos os que se encontravam em más condições pedagógicas.

Nas ilhas, não era fácil o arrendamento de casas porque eram insuficientes ou porque os proprietários tinham relutância em alugá-las devido às demoras de pagamento. A insuficiência de casas disponíveis foi mais sentida em S. Miguel, assunto a que se faz menção no ponto 1 deste capítulo. Os poucos edifícios disponíveis raramente apresentavam boas condições físicas e pedagógicas, sendo necessário adaptá-los de modo a terem condições para servirem de espaços escolares. Mesmo quando se procedia a uma intervenção raramente eram contempladas todas as exigências governamentais.

⁷² BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º 8. N.º 91 de 4 de março de 1918, p. 204.

⁷³ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º 8. N.º 91 de 4 de março de 1918, p. 204.

⁷⁴ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB25 (1919-1922). L.º 9. N.º 259 de 27 de julho de 1921, p.346.

Em S. Miguel, a imprensa denunciou “o estado decadente dos edifícios escolares” e comprovaram-no os inúmeros ofícios recebidos e expedidos, dando conhecimento das más condições físicas dos edifícios que apresentavam múltiplas deficiências ao nível dos tetos, soalhos, janelas e portas. A falta de salubridade, de luz de espaço e de retretes dos edifícios, também era insistentemente arrolada.

Na Terceira, apenas se constatou uma ou outra referência pontual, nos periódicos locais, acerca das más condições de funcionamento de escolas. O jornal *O Tempo* alertou diversas vezes o subinspetor escolar, para uma intervenção urgente na escola das Doze Ribeiras por se encontrar suja e sem mobiliário. Atendendo a que o periódico, após a insistência, nunca mais nomeou o problema supõe-se que terá havido uma intervenção por parte da Câmara de Angra. No caso da Praia da Vitória, a análise das atas da Câmara também não comprovaram a necessidade de grandes intervenções nos edifícios escolares, apenas fizeram referência às requisições que eram feitas com frequência de material de desgaste. Das requisições constava algum mobiliário, material de ensino e pedagógico.

Os espaços também eram descritos como minúsculos para o número de alunos que comportavam e nestes casos, também não era possível garantir todas as condições de higiene, perante um número elevado de alunos em tão reduzidos espaços. Na escola da Ribeira Chã, no ano de 1911, foi declarado pela professora Maria dos Anjos Bento as más condições em que trabalhava, pois, a sala apenas tinha 18 m² e para além de servir de aula, também lhe servia de quarto de cama, não satisfazendo nem condições higiénicas nem pedagógicas.

Algumas casas alugadas, depois de vistoriadas e aprovadas, passados alguns anos não ofereciam condições de continuidade por necessitarem urgentemente de obras.

Nestes casos, o professor tinha de aguardar, no mesmo espaço, até que fosse encontrado um outro, mais adequado, o que podia levar alguns anos.

Num ofício, enviado à Câmara de Ponta Delgada, o subinspetor Faria e Maia informou que a professora da escola dos Milagres só podia mudar de casa após a Câmara se comprometer a fazer as obras. A referida casa, apesar de se encontrar em boas condições higiénicas, não poderia continuar porque, em termos pedagógicos, não contemplava o estabelecido por lei. O compartimento onde funcionava tinha de comprimento 6,5 m por 4,35 m de largura e 2,80 m de altura que era o mínimo estabelecido pelo Regulamento, mas necessitava de intervenção urgente, pois não tinha soalho, nem portas de vidro, nem janelas e o teto não era forrado ou estucado. Segundo o inspetor, as portas ainda necessitavam de braçadeiras ou caixilhos móveis, de modo a assegurar uma boa ventilação que era uma das condições exigidas nos 4.º e 5.º do art.º 37 do Regulamento em vigor para as escolas primárias. Só após estas obras é que a inspeção poderia aceitar a transferência da escola, ainda que provisoriamente, com o compromisso de a Câmara “fazer obras exteriores com as retretes necessárias que deveriam ser de fossa aberta e água encanada para a casa e/ou quintal”⁷⁵. Como nos é dado a conhecer, por esta descrição, era óbvio que, dificilmente, as Câmaras pudessem cumprir tais exigências devido à escassez orçamental.

Noutro tipo de circunstâncias, o subinspetor teria informado o presidente da Câmara da Ribeira Grande das péssimas condições apresentadas pelas escolas do sexo masculino do Pico da Pedra e pela escola mista das Calhetas. Para esta sugeriu que se arrendasse outro edifício com melhores condições com 1.º andar, quarto, cozinha e duas salas de 40m de superfície e que exigia alguns consertos. Necessitava de “entabuar o

⁷⁵ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LBI (1904-1910). L.º 2. N.º 32 de 10 de março de 1905, p.32.

teto, soalhar o pavimento e abrir no sítio das gateiras, duas janelas”. A porta da entrada devia ser envidraçada e as janelas deveriam possuir bandeiras móveis para assegurar uma boa ventilação. À escola do Pico da Pedra, que era composta por dois pequenos quartos, sugeriu que se retirasse a parede que as separava de modo a formar uma sala maior com 40m de superfície⁷⁶.

Em 1907, o inspetor Francisco Pacheco Horta, para o funcionamento da escola do sexo masculino de S. Pedro, na cidade de Ponta Delgada, sugeriu um granel que segundo ele, daria uma boa casa depois de “assobradar, estucar, canalizar água e abrir no lugar de uma janela sul, uma porta de acesso ao quintal”, onde era necessário construir uma retrete, respeitando as condições mínimas de higiene⁷⁷.

Perante tais condições das escolas, o governo procurou impor às Câmaras maior rigor na escolha dos edifícios, atendendo à exposição à luz solar, ao tamanho do espaço, em relação ao número de alunos, às condições de higiene e salubridade, tipos de pavimentos e espaços exteriores. Mas, pelas descrições do estado em que se encontravam os edifícios, necessitando praticamente de obras estruturais, tornava-se impossível às Câmaras fazer frente a todos os pedidos, atendendo às verbas orçamentais diminutas.

O problema dos edifícios e a falta de material de ensino constituiu, ao longo das primeiras décadas do século XX, uma grande preocupação pois o desinteresse pelas questões do ensino por parte de algumas Câmaras e sobretudo pela falta de verba condicionaram a aplicabilidade das novas ideias pedagógicas. O papel atribuído à

⁷⁶ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1904-1910). L.º 2. N.º 49 de 2 de junho de 1905, p. 49.

⁷⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1904-1910). L.º 2. N.º 299 de 3 de agosto de 1907.

iniciativa particular, apesar de procurar amenizar certas situações, foi insuficiente perante tanta situação de carência.

Faria e Maia chegou a protestar, com a Câmara de Ponta Delgada, para que no ano seguinte fossem aumentadas as verbas incluídas no orçamento para aquisição de mobília e de material de ensino e, conseguiu que fossem aumentadas de 480\$000 para 550\$000 embora ainda as considerasse muito escassas para as necessidades. Embora as Câmaras contemplassem nos orçamentos as verbas destinadas aos materiais e mobília escolar nem sempre satisfaziam os pedidos dos inspetores.

Em 1910 foram de tal forma insuficientes as verbas camarárias que até impossibilitavam o fornecimento, não só de material escolar, mas até de impressos para a inspeção, onde eram processados os pagamentos dos júris, as gratificações e os abonos aos professores, delegados de exame. A Câmara de Ponta Delgada não satisfazia as requisições, alegando não constar do orçamento verba destinada para este efeito. Faria e Maia viu-se obrigado a telegrafar ao Ministro do Reino pela urgência que tinha dos impressos, dos quais dependia a estatística dos serviços de inspeção, pedindo para que fosse contemplado no orçamento da mesma Câmara⁷⁸. Como as câmaras propriamente não manifestavam uma recusa formal nunca se aplicava o disposto no n.º 1 do art.º 44 do Regulamento da Instrução Primária de 19 de setembro de 1902 que as obrigava a cumprir o que terá sido afirmado pelo inspetor.

Faria e Maia fez menção ao facto de as câmaras possuírem verba do fundo de instrução e chegou a exemplificar que, por exemplo, as Câmaras dos concelhos mais distantes tinham dificuldade na requisição de material por não disporem de fornecedores que acabavam por desistir, deixando o dinheiro no fundo da instrução primária. Por esse

⁷⁸ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB8 (1903-1904). N.º 28 de 7 de agosto de 1903, p.37.

motivo sugeriu que fossem os inspetores encarregados de negociar diretamente com os fornecedores o material requisitado pelos professores (*Diário dos Açores*, n.º 4035,1904). Faria e Maia, tal como outros inspetores, queixava-se da demora em satisfazer as requisições de material de ensino e mobília, uma vez que prejudicava o decorrer das atividades do ensino e já constava da verba destinada, a esse fim, no fundo de instrução primária⁷⁹.

Embora não pudesse ser comprovada a descrição pormenorizada do estado dos edifícios no distrito de Angra, e atendendo a que nos periódicos e atas camarárias não foram feitas referências à falta de verbas, não sabemos se a contribuição que era dada pela Caixa Económica de Angra do Heroísmo dava para suprir as restantes faltas⁸⁰.

Apesar das exigências estatais a falta de verbas orçamentais continuou a persistir, na década de 20, impossibilitando o trabalho também das juntas escolares. A Junta Escolar de Ponta Delgada, em 1921, informou o inspetor que o orçamento tinha sido aprovado com algumas restrições na verba relativa ao mobiliário escolar e ao material de ensino. Parte desta verba devia destinar-se ao equipamento escola anexa à Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Normal⁸¹.

O discurso pedagógico difundido pela imprensa, desde meados do século XIX, contribuiu para que, aos poucos, se fosse introduzindo uma nova cultura escolar. A falta de higiene e a insalubridade dos espaços escolares terá propiciado o aparecimento, por parte da inspeção sanitária, de um conjunto de normas e regulamentos sobre as salas de

⁷⁹ BPARPD.DEPD. LB8 (1903-1904). N.º 157 de 14 de julho de 1904, p.191.

⁸⁰ No relatório de contas da Caixa Económica de Angra do Heroísmo constava, em 1924, a contribuição com um subsídio para construção de edifícios escolares, aquisição de mobília e material de ensino no valor de 2000\$000 reis (*O Povo*, 1924, n.º 308).

⁸¹ Em 1924, Manuel Moniz Morgado, informou o Governador-Civil que o pagamento aos fornecedores se encontrava em atraso nalguns casos 10 e 12 anos pelo que se recusavam ao fornecimento. – BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB27 (1921/1926). L.º 12. N.º 216 de 10 de março de 1924, pp. 281 a 283.

aula, corredores, janelas, iluminação e as paredes para que os edifícios apresentassem um cunho higiénico (Nóvoa, 2005, p. 63). Os espaços eram avaliados pelas proporções, luz, salubridade, arejamento. Eram também tidas em conta a proximidade de oficinas, estrebarias e espaços comerciais.

Como consequência das epidemias, Manuel Moniz Morgado preveniu que não fosse permitido arrendar casas junto a estrebarias e estábulos e não podia consentir o funcionamento da escola da Fajã de Baixo nessas condições. A sala de aula funcionava por cima de uma estrebaria e a entrada do edifício era utilizada para a arrumação de carroças e encaixotamento de ananases⁸². Também o presidente da Junta Escolar de Ponta Delgada, relativamente à escola da Matriz de Ponta Delgada, pediu uma outra casa porque ficava instalada sobre lojas comerciais e alguns dos comerciantes tinham comportamentos menos corretos para com as crianças⁸³.

Em determinados períodos acentuou-se a discussão em torno da higienização devido ao alastramento das doenças infetocontagiosas que obrigaram a manter escolas fechadas por longos períodos de tempo. Gomes Ferreira terá afirmado que, no início do século XX, se verificou um aumento do interesse pela higienização relativa à infância.

Nas ilhas, despertaram a sensibilidade das populações para com as questões de higienização, os surtos de peste bubónica, coqueluche, gripes pneumónicas, doenças de pele como a Tinha que assolaram as ilhas. Durante os períodos de epidemia, como no caso do surto da tosse convulsa ou durante a gripe pneumónica, as escolas onde apareciam casos eram fechadas e ficavam em quarentena até serem reabertas pelo delegado de saúde.

⁸² BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. L.º 3. N.º 513 de 20 de fevereiro de 1922, p. 401.

⁸³ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB26 (1920-1923). L.º1. N.º 120 de 1 de dezembro de 1921, p.135.

A falta de condições dos espaços escolares, espaços escuros e insalubres, a par com o grassar das epidemias nas ilhas, contribuíram para a necessidade da presença do médico escolar ou do delegado de saúde, antes que se procedesse ao contrato de arrendamento dos espaços. Embora pudesse haver a intervenção do delegado de saúde só em casos que se achasse conveniente era pedida a aprovação deste. Em 1907, por exemplo, foi feito um pedido ao delegado de saúde do concelho de Vila do Porto para que se certificasse das condições higiénicas das escolas, pelo que comprovou as péssimas condições das habitações destinadas aos professores na freguesia de S. Pedro. Apesar de muitas vezes a avaliação ser negativa, a escolarização continuava a fazer-se à revelia das condições higiénico-pedagógicas (Ferreira, s/d, p. 87).

Antes de se fazer o arrendamento das casas de escola era vistoriada e avaliada também pelo médico escolar ou delegado de saúde ou também podiam as escolas sujeitar-se a vistorias com alguma regularidade por questões de prevenção. Assim, após uma dessas vistorias foi dada ordem de retirada imediata da professora da escola feminina, do Rosário na Lagoa, por não se encontrar em condições higiénicas⁸⁴.

Na Terceira, por exemplo, e especificamente no caso do concelho da Praia da Vitória as escolas fecharam em 1908 devido ao flagelo da peste bubónica. Nesse mesmo ano e no seguinte, a Câmara terá canalizado todas as verbas disponíveis para o ensino, para combate à epidemia, como medida urgente, incluindo a criação de uma Liga contra os ratos, o pagamento ao subdelegado de saúde e ao doutor Sousa Júnior da escola médico-cirúrgica do Porto⁸⁵. O encerramento de escolas com vista à proteção da saúde infantil foi feito em diversas ocasiões e sempre que as ilhas eram sujeitas a tais

⁸⁴ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. L.º3. N.º 426 de 13 de agosto de 1920, p. 295.

⁸⁵ CMPV. *Actas da Câmara Municipal (23-1-1907 – 14-10-1908)*. L.º42, ata da sessão extraordinária de 14 de novembro de 1908.

epidemias. Também o professor, da escola do sexo masculino da freguesia da Matriz de Ponta Delgada, Luiz Botelho Âmbar anotou na capa do livro de frequência que a escola esteve encerrada no ano letivo de 1918/19, nos meses de outubro a janeiro, devido a uma epidemia⁸⁶. Na elaboração do processo para a criação de escolas passou a ser obrigatório o relatório médico escolar.

Em 1919 um telegrama da Direção Geral ordenou que a Junta Escolar do concelho da Povoação, ao proceder ao arrendamento da casa para o sexo masculino da Lomba do Loução, anexasse o relatório médico escolar⁸⁷. Francisco Raposo Medeiros, em 1921, informou o médico municipal da área dos Ginetes que a escola das Feteiras fosse vistoriada, com urgência, para se proceder à desinfestação devido ao aparecimento de ratos em putrefação por baixo dos sobrados. Podia tratar-se de ratos pestosos porque a peste já tinha atingido a freguesia.

Relativamente ao mobiliário e material pedagógico, depois da análise de uma série de relatórios, elaborou-se um quadro que resume a informação obtida⁸⁸. O material cingia-se a pouco mais do que um quadro negro e, portanto, perante as restantes condições de trabalho não era considerado grave. A gravidade só era reconhecida quando este se encontrava em muito mau estado ou era inexistente.

Os inspetores expunham, regularmente, a necessidade de se equiparem as escolas com o mínimo indispensável porque os alunos transportavam bancos que levavam a título de empréstimo das igrejas ou de casa, quando os tinham.

⁸⁶ BPARPD CEPD. Livro n.º 26 de Registo diário de frequência da escola do sexo masculino da Matriz.

⁸⁷ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB24 (1917-1921). L.º11. N.º 250 de 26 de agosto de 1920, p. 447.

⁸⁸ São poucos os relatórios legíveis e nem todos fazem referência às condições físicas e pedagógicas.

Pela leitura dos relatórios das escolas dos concelhos da Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação, elaborados por Faria e Maia, sobre os equipamentos escolares verifica-se a falta e/ou inexistência de material escolar.

Condições do material e mobiliário das escolas (avaliação em 1904)

Material de ensino				Mobiliário				
Sim	Não	Tipo	Estado	Sim	Não	Tipo	Estado	Observação
	X				X			bancos da igreja
X		2 quadros pretos 1 esfera	mau	X		2 mesas	suf	
X		1 quadro preto 1 contador mec.	bom	X		7 bancos 5 mesas	mau	
X		1 quadro preto	suf	X		4 bancos 4 mesas	insuf	insuf.
X		1 quadro preto	mau	X		6 bancos 6 mesas	mau	
	X			X		6 bancos 6 mesas	mau	
	X			X		8 bancos 1 mesa	mau	
X		1 quadro 1 mapa de Port.		X		3 bancos- carteiras 3 mesas		insuf
X		2 quadros		X		7 mesas 12 bancos	suf	
X		1 esfera 1 quadro		X		7 mesas 12 bancos	suf	
X		1 balança pesos 1 metro		X		7 mesas 12 bancos	bom	
X		1 contador mec. 1 esfera		X		4 mesas 8 bancos		insuf
	X			X		3 bancos 3 mesas 1 cadeira e mesa do professor	mau	
	X			X				Grande estado deterioração- sex mas Furnas
	X			X		6 bancos- mesas 1 mesa 1 estrado	mau	
X				X				Bem dotada*- sex mas. Povoação
	X			X		7 bancos 7 mesas	mau	
	X			X		2 mesas 7 bancos	mau	

*Não refere quantidade.

ANEXO XI – Quadro resumo das condições apresentadas pelas escolas, no relatório de 1904.

Após o relatório elaborado, em 1904, o inspetor Faria e Maia manifesta-se chocado perante o abandono em que se encontravam as escolas, no concelho de Ponta Delgada. Publicou o relatório, depois de enviado para a Direção-Geral no Diário dos Açores, por forma a alertar a opinião pública para o estado das escolas.

A expansão dos novos ideais educativos e a imposição de uma nova organização curricular também passou a ser incompatível com o tipo de edifícios escolares. Apesar da esforçada tentativa de implementação das correntes pedagógicas era impossível a sua aplicação em locais pouco adequados à ação pedagógica e privados de equipamentos apropriados à lecionação. O despertar de novas práticas pedagógicas começava a exigir alterações a nível do espaço escolar com uma nova disposição e organização. O mobiliário ambicionava-se mais leve e de fácil deslocação adequado a um tipo de ensino que implicava o movimento. Os espaços eram inadaptados à prática de atividades pedagógicas como os trabalhos manuais e a educação física. Assim, os novos ideais educativos conduziram à necessidade de olhar o espaço de outra forma, criando um novo tipo de exigência na avaliação dos espaços.

Duas realidades passam a confrontar-se: uma escola nova com práticas e conceitos educativos mais apelativos para os alunos, que se pretendia alegre sem fatigar as crianças e sem sujeitá-las a longas horas de aprendizagem. Por outro lado, uma escola tradicional empírica, de fundamentação livresca que dava predomínio à aprendizagem pela memorização e era assegurada pelas escolas existentes, onde as crianças eram sujeitas a um método totalmente expositivo.

O desenvolvimento das ciências terá consciencializado a sociedade da necessidade de adequação desses mesmos espaços e equipamentos às características infantis. Benito terá destacado a forma como, desde finais do século XIX, o espaço

escolar e os utensílios escolares se vão adequando à “medida” dos alunos. O mesmo acontece com a moderna arquitetura escolar influenciada pelos princípios da “educação nova”. Esta começa por oferecer modelos mais flexíveis e higiénicos e que procuram ir ao encontro das recomendações das novas ciências e teorias pedagógicas (Benito, s.d., p.32).

O tipo de mobiliário existente nas escolas passou a ser contestado, quer pela sua imobilidade, quer pela desadequação aos novos métodos de ensino. Ao mobiliário rígido e pesado, imposto pela educação livresca de métodos passivos, impôs-se a necessidade de um outro mais aligeirado e com maior mobilidade da escola ativa.

Os novos programas e as novas práticas pedagógicas, vulgarizadas no início do século, começaram por influenciar e criar a necessidade de utilização de novos materiais pedagógicos. No início do século XX, ainda subsistiam nas escolas os bancos corridos devido ao então vulgarizado ensino mútuo do final de século.

Outro problema que se colocava ao mobiliário escolar era a adequação ao corpo da criança, levantando outro tipo de preocupações do foro higiénico e sanitário. Em termos físicos a deficiente postura provocava doenças ósseas como por exemplo, a escoliose. Por outro lado, o conhecimento científico da criança comprovou a necessidade de movimento, contrário às velhas práticas passivas do ensino tradicional que implicava a imobilidade.

Faria e Maia defendia que o ensino não deveria ser feito de forma abstrata, mas de uma forma intuitiva, devendo apresentar-se ao aluno de forma palpável e concreta as noções retiradas dos livros (*Diário dos Açores*, 1904, n.º 4033,). Por este motivo questionava como era possível, em conformidade com os programas em vigor, habilitar convenientemente os alunos, faltando-lhe o material pedagógico necessário à

concretização das noções teóricas. O ensino de noções como o sistema métrico, a aritmética, a geometria, a geografia e as ciências naturais, para que fosse feito de forma prática e não livresca, como tanto se ambicionava, era inconcebível sem a ajuda de instrumentos como pesos e medidas, balanças, sólidos geométricos, contadores mecânicos, mapas, esferas, etc.

A emergência de um ensino mais moderno, mais virado para a concretização e menos abstrato reivindicava novos instrumentos de ensino, desde a utilização de cartas geográficas, ábacos, silabários, instrumentos de peso e medida etc. Segundo a inspeção, uma escola bem equipada assente nas exigências regulamentares deveria possuir: 1 ábaco, 1 quadro negro, 1 coleção de pesos e medidas, 1 carta geográfica, 1 balança, mapas, alfabetos, silabários, mesas, bancos e cadeiras. A este material oficial, Faria e Maia conseguiu, junto da Câmara de Ponta Delgada, que se acrescentasse 1 escala métrica, 1 coleção de quadros parietais para leitura pelo método João de Deus, 1 contador mecânico, 1 caixa métrica, 1 termómetro, 1 bússola, 1 planisfério, 1 relógio de parede, 1 globo terrestre, mapas de Portugal Continental, das Colónias e das Ilhas Adjacentes (Pavão, 2008, p. 49).

O discurso pedagógico deixou de estar centrado, não especificamente em torno das condições de habitabilidade e higienização dos espaços, mas, sobretudo em torno da saúde física e psicológica da criança.

A questão da má alimentação dos alunos, por exemplo, passou a ser uma preocupação, pois no discurso pedagógico salientava-se a importância de a criança estar bem alimentada, pois associava-se a sua falta à dificuldade de concentração e fadiga intelectual. As más formações físicas do corpo também correlacionaram com a má alimentação, sobretudo doenças pulmonares e raquitismo. A sujeição da criança à

permanência de longas horas sentada, no chão, ou mal sentada em espaços húmidos, pouco arejados e sem luz tornavam a criança vulnerável a deformações da visão, ósseas e pulmonares como a tuberculose e a tosse convulsa.

Os professores passaram a preocupar-se com o embelezamento dos espaços. Num artigo publicado na Terceira e intitulado “A arte na educação” apelava-se para a necessidade de salas de aula mais agradáveis, fazendo uso de boas pinturas, justificando-se a urgência que a escola tinha de chamar a atenção, não apenas sobre si, mas de forma a captar a atenção das crianças. Esclarecia que:

... os tempos modernos caracterizados por uma concorrência enorme em todos os ramos de atividade humana, deve ter tantos mais meios de se sahir bem o que mais sympathias conseguir atrair e para atrair a atenção das crianças nada se conseguiria com dureza. (*O Dia*, n.º 155, 1905).

O espaço escolar e o embelezamento do mesmo começam a ser vistos como aspetos integrantes da educação e não como um obstáculo e aos poucos, a apropriação do espaço escolar pelo aluno começa a fazer-se sentir, através de marcas e registos pessoais (nome, desenhos, trabalhos) (Nóvoa, 2005, p.77).

Passou a fazer-se referência à importância do uso de mapas parietais de leitura e aos trabalhos executados pelos próprios alunos, como complementaridade da decoração da sala. Assim, a decoração austera dos espaços escolares foi dando lugar a uma decoração mais humanizada revelando alguma preocupação estética. Na sala de aula foram sendo criados “centros de interesse” permitindo cativar a atenção e manter o interesse da criança, ao mesmo tempo que contribuía para a aprendizagem.

3.3 - Tipos de escolas

3.3.1 – Escolas mistas

Desde meados do século XIX que nos concelhos ou povoações mais pequenas, onde era frequente a existência de um maior número de escolas masculinas, o aparecimento das escolas mistas permitiu colmatar a falta de escolas para o sexo feminino⁸⁹.

Pela análise dos documentos relativos ao registo das escolas e pessoal docente, nº 1 (Séc. XIX) e nº 2 (Séc. XX), foi possível verificar que a primeira escola mista foi criada na Ribeira Seca, no concelho da Ribeira Grande, a 4 de julho de 1832, seguida da escola particular da Ribeira das Tainhas, no concelho de Vila Franca, a 17 de agosto de 1875⁹⁰.

Segundo Luís Dias, a primeira escola mista fundada em Portugal data de 1878 e foi criada após a aprovação da reforma de Rodrigues Sampaio (Dias, 2000, p.50).

As justificações apresentadas para a abertura de escolas mistas, nos Açores, foram sempre as mesmas: a falta de escolas oficiais que também implicava a distância e localização, a escassez do número de alunos do mesmo sexo que justificasse a abertura de uma escola oficial e a falta de professores habilitados para o exercício do magistério⁹¹. Para o Pilar da Bretanha foi requerida uma escola mista porque o número de crianças era de 130, ficando situada no extremo da freguesia que tinha uma extensão

⁸⁹ Vd. ANEXO IX - BPARPD, CEPD - *Registo das Escolas e pessoal docente*, nº 1 (Séc. XIX) e nº 2 (Séc XX).

⁹⁰ Ainda que o decreto datado de 6 de junho de 1832 não tenha criado nenhuma escola mista na Ribeira Grande (Ribeira Seca), a sua criação encontra-se registada no *Livro nº 1 de Registo das escolas e pessoal docente*. Cf. BPARPD, CEPD – *Registo das Escolas e pessoal docente*, nº 1 (Séc. XIX).

⁹¹ BPARPD, CEPD - *Registo das Escolas e pessoal docente*, nº 1 (Séc. XIX) e nº 2 (Séc XX).

de 15 Km. Em St^a Bárbara a escola ficava a cerca de 8 km, e nos Aflitos, na freguesia dos Fenais da Luz, a mais de 3km.

Inácio de Arruda terá feito um pedido de duas escolas mistas na Achada e Achadinha, situadas no concelho do Nordeste⁹². Ponta Garça carecia também de uma escola mista, atendendo à grande distância a que se encontrava a extremidade oriental da freguesia em relação ao centro. No entanto, em comunicação com a 1.^a Circunscrição escolar em 1915, o inspetor referiu que o maior número de mulheres analfabetas em S. Miguel, continuava a ser nas freguesias da Achada e Achadinha do concelho de Nordeste, Água d'Alto do concelho de Vila Franca, Bretanha e Relva de Ponta Delgada porque nas 3 primeiras freguesias não existiam escolas femininas a funcionar⁹³. No mesmo ano, enviou uma carta ao Presidente da Câmara de Vila Franca onde fez referência à obrigatoriedade de criação de uma escola para cada sexo, na freguesia de Água d'Alto, pelo número suficiente de crianças em idade escolar.

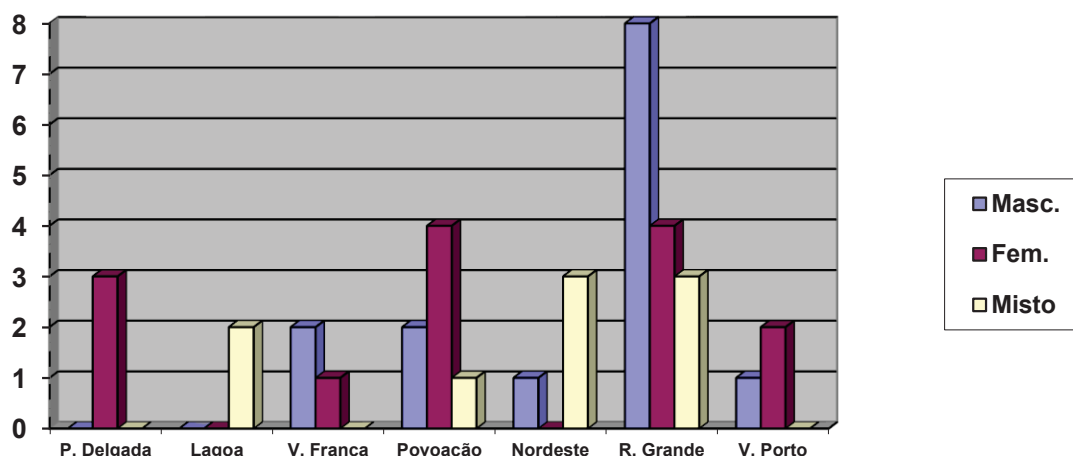


Gráfico 5 – Abertura de Escolas por sexo de 1890 a 1920.

⁹² BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1910-1912). N.º 57 de 18 de agosto de 1910, 82.

⁹³ BPARPD.DEPD. LB21. (1914-1917). L.º 10. N.º 161 de 23 de setembro de 1915, pp. 215/216.

Pela análise do gráfico 5 verifica-se a inexistência de escolas mistas nos concelhos de Ponta Delgada, Vila Franca e Vila do Porto.

Na Circunscrição Escolar de Ponta Delgada verificou-se, também, a existência de um número relativamente equilibrado de escolas femininas em relação às masculinas.

Nas ilhas, para além das escolas femininas, as escolas mistas, criadas em localidades distantes, contribuíram, grandemente, para a redução da taxa de analfabetismo feminino no distrito, o que se vinha verificando desde meados do século anterior. Foi mencionado o facto, num Almanaque de 1865 publicado na cidade de Ponta Delgada dando destaque à percentagem de frequência feminina nas escolas do distrito por ser a mais elevada a nível nacional (Cordeiro,1992, p. 63). Este facto contrariava os números registados no continente e que apontavam para uma maior incidência de analfabetismo neste sexo.

A criação de escolas mistas implicava a coeducação entre os sexos que neste período não era propriamente incentivada, conhecendo apenas um período de curta duração na vigência do regime da primeira República. Como defensor da prática da coeducação terá afirmado que, no país, a criação de escolas mistas obedecia mais a considerações de ordem económica do que ao princípio de pedagogia que preconizava essa vantagem⁹⁴. Nóvoa terá afirmado que, muitas vezes, houve uma certa passividade, por falta de condições para organizar escolas ou turmas distintas (Nóvoa, 2005, p.75). Este aspeto foi bem realçado nas ilhas devido à falta de edifícios para as escolas, à falta de professores e mesmo ao número de alunos que era reduzido em algumas freguesias. O inspetor Inácio de Arruda mostrava-se sensível à educação da mulher e segundo ele, a sua educação deveria ser feita em estreita cooperação com o sexo oposto.

⁹⁴ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB21 (1914-1917). L.º10. N.º 141 de 7 de agosto de 1915, p.189.

Só a partir de 1920 é que fica estabelecida a coeducação dos sexos, o que trouxe algumas dúvidas aos inspetores na colocação interina dos professores, não sabendo se para as nomeações dos mesmos se deveria dar preferência aos professores, mesmo havendo professoras mais habilitadas⁹⁵. A partir de 8 de abril de 1921, ocasião em que se estabeleceu a fusão de classes em algumas freguesias, surgiram muitas queixas e mal entendidos por ter surgido uma nova forma de escrituração, ou seja a criação e preenchimento de novos mapas estatísticos.

Em 1920 constavam 16 escolas mistas, em toda a Circunscrição Escolar de Ponta Delgada, sendo os concelhos da Ribeira Grande e do Nordeste os que apresentavam maior número deste tipo de escolas.

A coeducação que terá feito parte do programa da Educação Nova incentivava as relações sociais e a cooperação entre rapazes e raparigas.

Só em 1926 se dá por definitivamente terminado o regime de coeducação

3.3.2 – Escolas centrais

No decreto reformador de 24 de dezembro de 1901, complementado pelo regulamento de 19 de setembro de 1902, as escolas passaram a ser classificadas em centrais e paroquiais. As escolas centrais só podiam ser masculinas ou femininas e só as escolas paroquiais podiam ser mistas.

As escolas centrais eram constituídas pelas 4 classes, das quais as três primeiras constituíam o 1º grau de ensino e a restante o 2º grau, sendo atribuído um professor a

⁹⁵ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 9 n.º 190 de 13 de agosto de 1920, p.255.

cada uma delas (Rómulo, 1996, p.641). As escolas paroquiais só tinham direito a um professor que podia ser assistido por um ajudante, quando o número de alunos excedesse os cinquenta.

Na Terceira, a imprensa expunha com regularidade a necessidade da criação deste tipo de escolas e Ulysses Machado terá escrito um artigo, para *A Voz do Professor* em 1910, dissertando acerca da importância destas e salientando a grande vantagem pedagógica de ter uma classe em cada grau de aproveitamento. Achava contraproducente ter um só professor a dirigir as 4 classes, cada uma no seu grau de adiantamento e até ao número de 50 crianças numa sala de aula. Ávila Júnior e Joaquim Tristão consideravam que, pedagogicamente, não seria possível ao professor atender todas as crianças, impossibilitando a individualização necessária e respeitando cada ritmo de aprendizagem.

O aumento do número de crianças que possibilitou a divisão das classes por turnos, no arquipélago, serviu de argumento para que as escolas centrais fossem instituídas. Evelina de Sousa fez um pedido a João Franco para a criação de 4 escolas desse tipo, duas para cada sexo na cidade em Ponta Delgada (*Revista Pedagógica*, 1906, n.º 12). Em 1910, Evelina de Sousa ainda continuava a lutar pela criação desse tipo de escolas, pois considerava ser extenuante o ensino e deficiente a lecionação em escolas regidas por um só professor com 40 e 50 alunos, repartidos pelas 4 classes. Segundo ela, ao ensinar uma criança da 1ª classe a escrever era difícil manter, entre as outras, a ordem e a disciplina necessárias a um bom ambiente de aprendizagem.

Mais tarde, apresentou um projeto, à Câmara Municipal, tendo alegado serem essenciais estas escolas para a modernidade do ensino não só porque acreditava no seu contributo para a obtenção de melhores condições de lecionação mas permitia a

individualização, tendo em conta as particularidades de cada aluno (*Revista Pedagógica*, 1910, n.º 162).

Esta proposta de transformação de algumas escolas paroquiais em centrais teria sido publicada em vários jornais do continente como o *Diário de Notícias* ou a *Federação Escolar* que apoiavam a insistência de Evelina de Sousa e da *Revista Pedagógica* na sua concretização. Durante esse período, nunca se chegou a concretizar o referido projeto, embora Faria e Maia chegasse a estar à frente da Câmara e com a sua influência tivesse diligenciado esforços para a sua concretização.

A nova conceção de trabalho escolar e o novo tipo de educação impunham uma nova organização escolar que passava pela criação de outro tipo de escolas, as escolas centrais. Segundo António Nóvoa, a ideia de dividir as aulas de instrução primária em “classes”, distribuindo os alunos pelo seu “estado de adiantamento”, constituía, na época, uma novidade (Nóvoa, 2005, p.51). Algumas escolas apresentavam tão elevado número de alunos que ao professor era difícil lecionar as 4 classes, considerando ainda os estados de adiantamento dos mesmos, o que se tornava uma tarefa bastante penosa.

O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Vila Franca do Campo ter-se-á interessado pelo projeto da criação de uma escola central e Inácio de Arruda informou que os cálculos apresentados pelo Estado para a construção de escolas mistas e escolas centrais eram respetivamente, dois e quatro contos de reis fortes. Com o fim de incentivar a sua criação terá referido o exagero do orçamento estatal, considerando que nos Açores com técnicos locais ficaria entre 5 a 20 contos de reis fracos, divergindo o custo pelo tipo de plantas⁹⁶. Inácio de Arruda ficou incumbido de criar outras plantas de edifícios escolares que depois da aprovação servissem para as adequar ao meio local.

⁹⁶ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB19 1913 L. º8 n. º11 de 16 de abril de 1913, p. 14.

No entanto, em 1915, enviou plantas de edifícios escolares para a Câmara da Lagoa dizendo tê-las requisitado às estações competentes⁹⁷.

A requisição da abertura de escolas centrais só podia fazer-se mediante a apresentação de um elevado número de alunos no recenseamento escolar. Apesar de se apresentarem estatisticamente grande número de alunos, em determinadas freguesias, o processo para a sua criação poderia arrastar-se por longos anos e podia nunca ser aprovado. A criação das escolas centrais, por questões económicas, foi difícil de implementar, pois para além de se considerar os elevados gastos na sua criação, porque as casas de escola não ofereciam condições para as receber, implicavam a colocação de mais professores efetivos.

3.3.3 - Escolas alternativas – Particular/Doméstico/cursos livres/cursos ilegais

O ensino particular e doméstico, nas ilhas, procurou suprir a falta de escolas oficiais e as razões porque foram criadas eram as mesmas das escolas mistas. A estas também se deve associar a preocupação pela educação feminina, desconhecendo-se outras razões que justificassem a abertura deste tipo de escolas no arquipélago. Dificilmente se poderá falar de ensino particular sem que se associe à escolarização da mulher, principalmente no arquipélago.

A condição social da mulher foi-se alterando desde meados do século XIX e foi-se reconhecendo a importância do seu papel no seio familiar. Desse modo, a educação feminina começa a ser posta em causa pelos liberais republicanos e foi alvo de

⁹⁷ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º10 n.º 99 de 26 de janeiro de 1915, p.138.

controvérsia na imprensa pedagógica onde era mencionada a sua importância e papel na educação dos filhos.

No discurso pedagógico começou por salientar-se a importância da educação feminina entendida como um dever moral mas cívico. Atribuía a responsabilidade ao “desleixo” dos governos e à falta de iniciativa particular por a mulher ter falta verdadeiramente de uma “educação social”. Os republicanos acreditavam que a mulher instruída contribuiria para o progresso e enriquecimento da sociedade e no periódico terceirense, *A Voz do Professor*, a educação da mulher podia constituir um meio de combate ao analfabetismo, pois tal como as mães ensinavam os filhos a falar também era possível ensinarem-nos a ler de forma natural, posição aliás defendida por João de Deus Ramos e João de Barros.

Na Terceira, os republicanos terão assumido, ao nível do discurso, uma posição mais feminista e defendiam que a mulher deveria ser preparada para encarar um novo campo de atividades. O jornal *O Tempo* teria ido mais longe ao publicar um artigo onde sugeria que fossem colocados de parte os velhos sistemas educativos femininos que eram incompatíveis com a época. Referenciou países como França e Suíça, onde as mulheres tinham graus de cultura elevados, ocupavam cargos na sociedade e podiam viver sem depender de ninguém mesmo no estado de solteiras (*O Tempo*, 1905, n.º 27).

Em 1907, na comemoração do centenário de Theothonio d’Ornellas Bruges foi reproduzido o discurso por ele proferido quando tomou posse da Câmara de Angra em 1831 sobre a educação da mulher, responsabilizando a influência clerical como o principal fator da decadência portuguesa por descuidar a educação da mulher. Sustentava a educação “ilustrada” para os dois sexos porque elas tinham influência na orientação educacional dos filhos. Com frequência, a imprensa republicana e alguns republicanos,

tal como Joaquim Machado Tristão, acusavam a igreja de proporcionar à mulher uma educação com base no fanatismo religioso.

Embora enaltecesse o papel que era desempenhado pela Sociedade Promotora da Instrução, o jornal *O Dia* chegou a afirmar que a Sociedade ainda descurava a educação feminina, atendendo a que a mulher ocupava um importante papel no meio social e destacou um artigo de Ana de Castro Osório intitulado – *O feminismo* onde realçava a importância da mulher na educação dos filhos e a importância desta como interventora nas questões sociais (*O Dia*, 1907, n.º 662).

Em S. Miguel, Evelina de Sousa manteve ligações com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas da qual fazia parte Ana de Castro Osório.

No entender de Evelina, o grande passo para a emancipação da mulher só seria possível através da instrução que lhe permitiria adquirir emancipação e independência económica e, por conseguinte, a conquista dos seus direitos civis e políticos. Para a mulher, a integração social baseava-se no conceito de “educação integral” do indivíduo defendido pela escola nova e pelos sectores republicanos.

A falta de instrução da mulher constituía uma das grandes preocupações da imprensa republicana, pois nessa altura, a taxa de analfabetismo feminina era superior à masculina, tendência que só foi contrariada nos Açores, onde o número de analfabetos homens era bastante mais elevado (Correia, 1999, p.319). Castro Osório enalteceu esse facto, e apontou como provável explicação, “a proximidade da civilização americana, mais desperta para este assunto” (*Revista Pedagógica*, 1908, n.º 66).

A utilização do método da Cartilha Maternal de João de Deus que faz referência às mães e destinava-se a ser utilizado por elas foi, para os republicanos, uma desilusão perante a realidade estatística do analfabetismo feminino. Ao se depararem com a falta

da ilustração da mulher portuguesa que, na sua maioria, mal sabia ler e escrever constituiu um impedimento à rápida aplicação do projeto. Ana de Castro Osório também terá mencionado o facto na conferência “A Educação da Criança pela Mulher” onde referiu a impreparação da mulher portuguesa que, assim, não podia educar porque não era educada, não podia ilustrar porque não era ilustrada, por esse motivo, nunca podia ser a educadora da criança⁹⁸.

Os inspetores faziam referência nos relatórios à falta de escolas femininas, por esse motivo, muitas das escolas particulares criadas eram destinadas à educação feminina. A maior parte das escolas particulares tinha portanto, um carácter supletivo porque apenas procuravam atenuar determinadas carências do âmbito quantitativo ou qualitativo (Dias, 2000, p.18). Nestas escolas enquadravam-se também, as escolas ministradas por religiosas. Relativamente à existência de outro tipo de escolas particulares, durante este período, não foi possível a confirmação da existência de escolas onde se aplicasse uma diferente formação ideológica. Apenas na década de 20, em S. Miguel, se registou a presença de preceptoras alemãs que educavam as crianças de famílias abastadas. Usando ainda, a classificação de Luís Dias poder-se-á enquadrar este tipo de ensino, nas escolas alternativas, uma vez que chegou mesmo a ser criado em 1926 um jardim-de-infância. Este ensino direccionado para os filhos de uma pequena elite burguesa, com maior destaque para o sexo feminino, aplicavam-se diferentes práticas metodológicas, tendo por base o ensino ministrado na Alemanha. O ensino da música e de línguas estrangeiras era privilegiado, embora tivessem de regular-se pelo currículo nacional.

⁹⁸ BPARPD, LMIP - *Recortes de Jornais*, “Vanguarda – Diário Republicano Independente”. N° 2995, 5 de março de 1905.

Muitos professores do ensino doméstico eram professores oficiais e usavam esta atividade como um recurso económico. Era comum, no início do século, o aparecimento de anúncios nos periódicos de aulas ao domicílio. Em se tratando de professores a lecionar em escolas oficiais só o podiam fazer fora do horário oficial e fora do edifício onde funcionava a escola.

Outros professores com habilitação para o magistério não exerciam o ensino oficial e enveredavam pelo ensino particular, mantendo a seu cargo pequenas escolas que geralmente funcionavam nas suas casas.

As escolas particulares eram consideradas legais, desde que constassem do registo das escolas particulares da inspeção escolar onde era controlado o número de alunos que tinham a seu cargo e eram sujeitas às visitas por parte dos inspetores, medida que já constava desde meados do século anterior. Também os alunos inscritos nestas escolas tinham de sujeitar-se aos exames das escolas oficiais para a obtenção do diploma do 1.º e 2.º grau.

Nas ilhas, pela falta de registo documental, é difícil aferir o número de alunos que realmente frequentaram essas escolas particulares. Apenas se percebeu que as que se encontravam registadas tinham mais ou menos sucesso, pela quantidade de alunos que apresentavam nos exames e pela qualidade do desempenho manifestado pelos alunos, nos mesmos. Em 1889 encontravam-se registadas 37 escolas particulares no distrito, das quais 21 funcionavam na cidade de Ponta Delgada⁹⁹.

Num meio pequeno, como nas ilhas, era difícil a existência, por longos períodos, de escolas ou cursos ilegais sem que fosse do conhecimento geral, pois eram logo detetados e denunciados e, muitas vezes, pelos próprios professores oficiais. A

⁹⁹ BPARPD, CEPD - *Livro de Registo das Escolas Particulares*, 1889.

professora Christina Carreiro dos Fenais da Luz denunciou uma professora que exercia o ensino particular ilegalmente nessa localidade em 1905, apesar da existência da obrigatoriedade do registo¹⁰⁰. Na maioria das denúncias constavam motivos de incapacidade para a docência dos professores que lecionavam nessas escolas, sobretudo porque não estavam habilitados para o exercício da função do magistério.

Durante os períodos de descentralização havia professores colocados pelas Câmaras Municipais sem que fossem feitas as nomeações prévias e muitas vezes sem habilitações legais¹⁰¹. A obrigatoriedade de legalização dos professores de ensino livre e particular que se efetuou a partir de 1902, nos termos do artigo 368 do Regulamento de 19 de setembro, contribuiu para que houvesse uma maior fiscalização da sua ação.

Em S. Miguel apenas uma escola foi aceite na condição de ilegal e ter-se-á mantido por largos anos com conhecimento dos inspetores, trata-se da escola subsidiada pelo instituto *Século XX* e pertencente à instituição de caridade Filhas de Maria. Em 1907, à exceção desta escola, todas as outras escolas de ensino livre, em S. Miguel, se encontravam registadas, bem como os seus professores¹⁰².

As escolas de ensino livre, quando legalizadas, tinham direito a subsídio que constava nos orçamentos de instrução e que terá sido suspenso por despacho ministerial datado de 8 de outubro de 1898. O subsídio atribuído parece ter-se prolongado para algumas escolas que ainda o recebiam em 1904. Faria e Maia enviou cartas aos administradores dos concelhos de Vila Franca e Nordeste para se poder inteirar da não execução desse despacho nesses concelhos, pois ainda se encontravam 2 escolas livres

¹⁰⁰ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º2 da Inspeção (1904-1905). N.º 203 de 12 de outubro de 1905, p. 284.

¹⁰¹ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º2 da Inspeção (1904-1905). N.º 84 1 de março de 1905, p. 122

¹⁰² BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1. L.º13. N.º 339 de 10 de setembro de 1907, p.493.

no Nordeste e uma em Vila Franca em que os professores eram subsidiados¹⁰³. Também se registaram situações irregulares em que um professor da freguesia da Conceição, na Ribeira Grande, diz ter-lhe sido suspenso o subsídio de 40.000 réis fortes pelo administrador do concelho mas a sua atribuição constava no orçamento das despesas de instrução¹⁰⁴. Análoga situação se verificou em 1911 em S. Miguel por denúncia do diário *A República* do funcionamento de uma escola primária ilegal, a qual foi mandada encerrar pelo inspetor em carta enviada ao administrador do concelho¹⁰⁵.

Outra razão fundamental emergia durante este período relativamente às escolas e cursos ilegais que era o facto da orientação ideológica, sobretudo religiosa, ser incompatível com a mentalidade e projetos republicanos. Esta constituiu a principal razão para a denúncia do funcionamento destas escolas, o que se veio a comprovar pelo discurso educativo. Nóvoa terá confirmado que foram várias as clivagens que conduziram à “separação de diferentes partes, ora por razões de ciência, ora por orientações ideológicas, ora ainda por motivos políticos ou religiosos” (Nóvoa, 2005, p. 45).

A maioria dos cursos ilegais, funcionaram na Terceira e encontravam-se nas mãos das ordens religiosas, principalmente os Jesuítas e as Irmãs da Caridade e foram denunciados ao longo de anos pela imprensa, sobretudo republicana. Esta situação terá originado grandes controvérsias porque no meio social terceirense, a Igreja era muito influente e tinha o apoio de algumas autoridades locais.

¹⁰³ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB8 (1903-1904). N. °112 de 12 de março de 1904, p. 125.

¹⁰⁴ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB9 (1903-1904) N. °43 de 2 de outubro de 1903, p.54.

¹⁰⁵ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1910-1912). N.º.90 de 20 de dezembro de 1911, p.149.

O ensino congregacionista na Terceira terá sido mal recebido por parte dos republicanos que combateram qualquer tipo de influência religiosa, principalmente a católica, nas escolas oficiais. No princípio do século XX verificou-se um alastrar dessa influência congregacionista, sobretudo nas áreas da assistência (hospital de Angra) e da educação, expandindo-se a sua influência pelas freguesias da ilha por falta de ação governamental. Em Ponta Delgada não se verificou uma tão grande “invasão” e influência das ordens religiosas que criaram escolas ou cursos ilegais. A imprensa republicana criou uma frente de luta “agressiva”, manifestando algum radicalismo, relativamente aos avanços das ordens religiosas. A intolerância relativamente à presença dos cónegos da Sé e à presença das Irmãs da Caridade, no Hospital de Angra, conduziram a uma frente de combate que se manteve durante largos anos. Por outro lado, a igreja também criou entraves e malogrou projetos desenvolvidos pela Sociedade Promotora jogando, quanto possível, a sua influência na sociedade terceirense.

A imprensa republicana micaelense não assumiu uma posição tão radical, relativamente à presença das ordens religiosas, embora apoiasse os terceirenses na sua causa. Destacou-se nesse apoio, Evelina de Sousa, a quem os colegas da Terceira agradeceram a forma criteriosa com que abordava os artigos publicados sobre os cursos ilegais e a presença dos religiosos e a quem denominaram “estréna lutadora da instrução e da classe” (*A Voz do Professor*, 1909, n.º10).

Não foi possível a comprovação da frequência destas escolas, relativamente ao número de alunos que as frequentaram nos Açores, mas o estudo de Luís Dias referente ao continente comprovou a baixa taxa de escolarização e alfabetização que tiveram estas escolas religiosas durante a 2.^a metade do século XIX. Uma das razões por ele apresentada e que se encaixa perfeitamente na descrição do debate educativo nos Açores foi a relação entre o anti congregacionismo no ensino e o papel desenvolvido pela

Maçonaria por intermédio de figuras marcantes do liberalismo português (Dias, 2000, p.32).

Cap. 4 – Conteúdos e métodos de ensino

4.1 – *Novos métodos e práticas pedagógicas*

As práticas educativas que foram sendo introduzidas e difundidas no arquipélago, pela imprensa e por aqueles que preconizavam os ideais republicanos, tal como Faria e Maia, Evelina de Sousa, Inácio de Arruda, Sebastião d'Ávila Júnior, Joaquim Machado Tristão e Inácio Cardoso Valadão, entre outros, veiculavam a convicção de que apenas pela educação seria possível alcançar os ideais da revolução francesa e estes, por sua vez, conduziriam à evolução dos processos pedagógicos, dos quais resultava, naturalmente, a pretendida evolução social (*Revista Pedagógica*, 1906, n.º 16). A par da prática recorrente de publicação, na imprensa, de artigos escritos pelos correspondentes, era também prática comum, a tradução e a transcrição de artigos científicos e pedagógicos europeus, bem como trabalhos sobre Pedagogia e Psicologia Experimental, acerca do desenvolvimento físico e psíquico da criança. Verificou-se, igualmente, a divulgação de conhecimentos pedagógicos e a descrição da realidade pedagógica de outros países. Neste âmbito, Faria e Maia era conhecedor dos meios pedagógicos existentes na Bélgica e na Suíça, o que mais tarde o leva a publicar um livro, em que relata situações que ocorrem no ensino suíço. Também Inácio de Arruda demonstrou conhecer bem os sistemas de ensino francês e norte-americano, sobre os quais publicou alguns artigos e registou-se na Terceira, com frequência, a difusão do sistema de ensino alemão. Os congressos realizados pela Liga Nacional de Instrução eram divulgados na imprensa e contribuía para a atualização dos professores acerca de assuntos pedagógicos e profissionais.

No debate educativo começou por se valorizar, de uma forma significativa, a criança, na medida em que o seu desenvolvimento passou a ser olhado de uma forma

holística, integrando o lado físico e o psíquico. No dizer de Gomes Ferreira, na Europa Ocidental, a tomada de consciência sobre a realidade infantil teria sido um processo lento, sustentado pelos princípios da Escola Nova. A valorização da criança passou também a associar-se a outros fatores, como a importância que esta passou a assumir no contexto familiar e o reconhecimento do seu papel no futuro da sociedade. Por esse motivo, a discussão em torno da valorização da criança assume grande destaque não só no discurso oficial (ofícios, circulares, tomadas de conhecimento), mas também na imprensa, que propaga estas novas ideias e nos grupos de intelectuais, influentes na sociedade da época, que difundiram a importância dessa valorização.

Surgiu, então, para além do discurso político-ideológico, um discurso pedagógico associado à ideia de “educação nova”, fundada no conhecimento da criança e adaptada às realidades e às necessidades do mundo moderno (Monteiro, 2005, p.73). As novas ideias e os princípios pedagógicos que foram inspirados, principalmente, em Rousseau foram-se expandindo por toda a Europa e, em parceria com o desenvolvimento das ciências pedagógicas, favoreceram o aparecimento de um novo conceito de escola. A nova concepção pedagógica, conhecida como *Educação Nova* ou *Escola Nova*, viria a contestar os métodos e práticas tradicionais do ensino.

As raízes do movimento *Escola Nova* remontam ao desenvolvimento das novas teorias e dos conceitos que tiveram por base o desenvolvimento de ciências como a Biologia, a Psicologia e a Sociologia. Assistiu-se, também, no início do século XX, ao desenvolvimento de disciplinas que passaram a constituir as Ciências da Educação: Pedagogia Experimental, Psicopedagogia, Puericultura, Higiene Escolar, Pedologia, Psicologia Aplicada à Educação, Educação Social, História da Educação, etc., denotando-se a forte presença de duas áreas que passaram a dominar o discurso pedagógico: a Psicologia e a Sociologia (Nóvoa, 2005, p.67). O avanço destas ciências

contribuiu, largamente, não só para o conhecimento global da criança, com o fim de educar, mas também para conhecer profundamente as circunstâncias favoráveis e os meios utilizados na sua educação, com vista a um melhor desenvolvimento. A multiplicidade de sistemas didáticos que foram surgindo, durante este período, explica-se pela necessidade de construção de modelos práticos, a partir de modelos conceituais, ou seja, pela necessidade de comprovação prática das teorias. (Filho, 1978, p.141).

Durante este período era vulgar a publicação e a transcrição de artigos na imprensa, dissertando acerca das teorias do ensino e das novas ciências, que surgiam a partir de experiências pedagógicas realizadas em França, na Suíça, na Bélgica, Alemanha, entre outros países. Difundia-se, então, um ensino racional e mais intuitivo.

As posições que surgiram no movimento da “escola nova” ou “escola progressiva”, como as de Dewey, Kerschensteiner, Montessori, Decroly, Claparède, Freinet influenciaram as concepções educativas destes pensadores que, para além de se adequarem, na perfeição, à renovação pedagógica que se pretendia implementar, se encaixavam, plenamente, no projeto regenerador assumido pelos republicanos (Pintassilgo, 1998, p.30). Como exemplo disso, *O Tempo* deu voz ao movimento pedagógico que se encontrava em franca expansão pela Alemanha, com origem em 1904, em Charlottenbourg, o qual, no contexto do “espírito pedagógico” das “escolas ao ar livre” foi adquirindo grande popularidade quer na Alemanha, quer na Suíça, mais precisamente em Lausanne. (*O Tempo*, n.º 886, 1908).

Tal como já referido, o desenvolvimento de ciências ligadas à Pedagogia, no início do século XX, e a presença no discurso pedagógico de áreas como a Psicologia e a Sociologia contribuíram, largamente, para o conhecimento global da criança. Este novo conceito pedagógico de desenvolvimento integral ia ao encontro do pensamento

republicano e muitas das correntes e doutrinas europeias serviram-lhe de fundamento filosófico, como, por exemplo, o positivismo social de Auguste Comte, o positivismo evolucionista de Herbert Spencer, o racionalismo de Durkheim. Este novo conhecimento acerca do desenvolvimento da criança permitiu, igualmente, revelar algumas ideias acerca das capacidades humanas e, em particular, da evolução e do crescimento das crianças, facto que possibilitou as inúmeras inovações tendentes a melhorar os procedimentos de ensino, os seus meios e recursos, através de “sistemas didáticos definidos” (Filho, 1978, p.141). O desenvolvimento da criança passou, então, a ser abordado de uma forma holística, como um todo, englobando o aspeto físico, intelectual e moral, deixando a criança de ser vista, como um adulto em miniatura. Na perspetiva republicana promover o acesso a uma educação integral contribuía para a “criação de um homem novo”, que se pretendia consciente das suas capacidades, mais participativo na sociedade, mais responsável do ponto de vista cívico, o que conduziria à ambicionada renovação social.

As ciências procuram desenvolver, desde o século XIX, uma série de teorias acerca da evolução da criança e propuseram estratégias e métodos racionais com vista à sua educação. Para além do conceito integral de educação, também se passou a questionar outros aspetos relativos à educação e à saúde da criança, na medida em que se tornou muito comum a preocupação pelos espaços e pelo tempo escolar, em que a criança era obrigada a permanecer durante longas horas sentada, em ambientes fechados e pouco saudáveis. Os estudos sobre a fadiga, os estudos ergonómicos acerca dos efeitos do trabalho intelectual na conduta psicofísica dos alunos e dos professores, os estudos dos higienistas sobre as relações entre nutrição, trabalho e descanso, a antropometria, entre outras questões, contribuíram para uma melhor compreensão do desenvolvimento humano e em particular da infância (Benito, s.d. p.34).

O debate pedagógico proporcionado pelos republicanos nas ilhas terá sido influenciado pela importação destas ideias inovadoras, que surgiram na educação por toda a Europa e Estados Unidos da América. A riqueza desse debate possibilitou o “enraizamento” ideológico e facultou o aparecimento de um novo conceito de escola. Segundo Magalhães, os republicanos favoreceram o aprofundamento da ciência pedagógica e conferiram um sentido renovado à cultura escolar (Magalhães, 2010, p. 353). Foram sendo introduzidas novas práticas e pedagogias europeias e norte-americanas, as quais se foram encaixando no ideário republicano. A expansão dos princípios da Escola Nova ou Escola Progressiva, como ficou mais conhecida no meio açoriano, por influência dos Estados Unidos, era disso um exemplo e permitiu a integração, pelo menos a nível ideológico, de novos conceitos, que foram propagados pela imprensa, ou por uma elite intelectual, que era conhecedora desses meios pedagógicos.

A 1 de setembro de 1909, em *A Voz do Professor*, publicou-se um artigo que exaltava a Pedagogia Nova, como dizia ser designada na França, na Bélgica e em Itália, conhecida, também, por Pedagogia Experimental, nos países de língua alemã, e Pedagogia Exata em Inglaterra e na América do Norte, considerando - a ser a última palavra na ciência do ensino e da educação. Esta terá evoluído a partir do aperfeiçoamento de ideias anteriores, nomeadamente as de Pestalozzi e dos seus continuadores, dos quais se destacou, brilhantemente, Herbart. A referida Pedagogia teria sofrido influência das ciências experimentais, relacionadas com a Pedagogia, acrescentando-se que aqui tinha o seu maior e mais importante papel a Psicologia Experimental, que era a origem da Pedagogia Experimental (*A Voz do Professor*, 1909, n.º 15).

Era também discutida a importância de algumas metodologias, à medida que iam sendo comprovadas cientificamente e em paralelo com o desenvolvimento das ciências pedagógicas. Por esse motivo, poder-se-á afirmar que o pensamento pedagógico, que transparecia ao nível do discurso na imprensa açoriana não se encontrava desgarrado da ciência, pelo destaque que era dado ao desenvolvimento da pedagogia experimental. Alguns professores e intelectuais devotados ao ensino, e que colaboravam regularmente com a imprensa, deixaram transparecer nos seus artigos e crónicas o seu enriquecimento ideológico, mostrando acompanhar o vasto movimento de renovação pedagógica que se propagava na Europa, marcado pelo aparecimento das “escolas novas”. A sua expansão justificou a criação de um centro coordenador, fundado em 1899, em Genebra, que divulgou algumas diretivas, que foram sendo difundidas na imprensa local e que constituíram os ideais preconizados pelos republicanos, para a criação da pretendida Escola Nova, ou designada Escola Progressiva.

A par do desenvolvimento pedagógico, alcançaram grande difusão as novas teorias acerca do processo evolutivo do Homem. Com efeito, na Inglaterra e em França, assistia-se ao desenvolvimento da Sociologia como ciência descritiva das sociedades humanas. A Psicologia, por sua vez, conduziu ao estudo dos fenómenos psíquicos, considerando-os como estritamente dependentes dos factos fisiológicos (Abbagnano, 1982, p.709). O desenvolvimento desta ciência levou à aplicação dos métodos experimentais nos problemas pedagógicos e conduziu à moderna Pedagogia Experimental cujas ideias inovadoras exerceram notável influência, sobretudo ao nível da educação de infância. A divulgação desta ciência fez-se sentir com maior incidência a partir de 1910 e frequentemente foram divulgados estudos e conferências europeias, que versavam o desenvolvimento fisiológico e psicológico das crianças.

A Psicologia e a Pedagogia Experimental tiveram alguns representantes em Portugal: Alves dos Santos, professor em Coimbra, após visita às escolas de França e da Suíça contactou com Claparède e fundou, na Universidade de Coimbra, o primeiro laboratório português de Psicologia e Pedagogia Experimental. Adolfo Lima e César Porto, à frente da Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, contribuíram, através dos seus escritos e trabalhos, para a renovação pedagógica portuguesa (Fernandes, 1978, p.127).

A influência pedagógica de Maria Montessori no meio pedagógico português também se acentuou. A “pedagogia científica”, assim designada na imprensa açoriana, apoiava-se no novo conhecimento da criança, proporcionado pelo desenvolvimento das ciências, sobretudo da Psicologia.

A educação sensorial passou a fazer parte do discurso pedagógico republicano, tal como aconteceu nas ilhas, onde a influência pedagógica de Montessori se foi acentuando. Ao valorizarem a educação dos sentidos da criança passaram a considerá-la como base primária do raciocínio e, apesar das ideias de Froebel exercerem, ainda, grande influência no meio pedagógico, onde foi notório o peso atribuído à educação sensorial, na legislação relativa à Reforma de 1911 (Cardona, 1987, p.36).

Na sessão de 11 de fevereiro de 1916, da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, foi deliberado enviar ao Curso Internacional de Pedagogia de Maria Montessori, a realizar nesse ano em Barcelona, entre 15 de fevereiro a 15 de maio, os professores primários Ricardo Rosa e Alberti e Pulsena Estrella da Costa¹⁰⁶. Esta professora, que lecionou nos Açores, já tinha sido distinguida em 1912 para integrar o curso de trabalhos manuais realizado na cidade do Porto, proposta por Manuel Inácio de Arruda à Liga Micaelense de Instrução Pública.

¹⁰⁶ Pulsena Estrella da Costa era professora primária e lecionou nos Açores. Integrou o curso de trabalhos manuais educativos realizado no Porto por proposta do subinspetor escolar Manuel Inácio d'Arruda à Liga Micaelense de Instrução Pública.

A 8 de março de 1917, o vereador do pelouro da instrução da Câmara de Lisboa, Augusto César de Magalhães Peixoto, propôs não só um voto de louvor aos referidos professores, pelo seu empenho, como determinou a impressão dos seus relatórios, com o fim de os distribuir gratuitamente por todas as escolas da capital. Propôs, ainda, que, a título experimental, se procedesse à instalação de duas escolas infantis destinadas ao ensino, pelo método *montessoriano*, cuja direção seria confiada aos citados professores, que deveriam, de acordo com o referido vereador, escolher os locais mais convenientes para a sua instalação (Ferreira, 1986, p.72).

No decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919, foi explicitada, pela primeira vez, a importância da utilização, para além do material Froebel, do material *montessoriano* (Cardona, 1987, p.36). Este tipo de material apelava ao desenvolvimento dos sentidos e devia ser utilizado nas escolas primárias para a aprendizagem das primeiras letras. Assim, era defendido por alguns professores açorianos que pelo manuseamento livre do material, os alunos chegariam tátil e visualmente, à forma das letras do alfabeto.

Outro pedagogo divulgado pela imprensa açoriana, durante este período, foi Francisco Ferrer. A partir de 1901, aquando da criação da Escola Moderna, esta era descrita, inúmeras vezes, como uma pedagogia totalmente “livre de peias religiosas”. O Movimento da Escola Moderna teve em Francisco Ferrer o seu principal mentor e tinha como objetivo "educar a classe trabalhadora num ambiente racional, laico e não coercivo". Por este facto, esta filosofia pedagógica veio a angariar mais adeptos entre as correntes educativas anarquistas. Nos Açores acabou por não ter, na época, grande impacto sobretudo ao nível das práticas pedagógicas mas, mesmo assim, a divulgação deste tipo de pedagogia suscitou na imprensa, por parte do clero, reações e comentários pouco amistosos.

A introdução, no meio açoriano, das novas ideias pedagógicas contribuiu para que se olhasse a criança de forma diferente. O bem-estar geral da criança, a saúde, o desenvolvimento físico e psicológico passaram a ser tomados em consideração, registando-se, assim, um choque entre estes novos ideais pedagógicos e os espaços escolares escuros e insalubres existentes, os quais, para além de serem prejudiciais à saúde, não cativavam as crianças que tinham de permanecer longas horas nesses locais, sem beneficiarem de espaços de recreio, por estes serem secundarizados e, na maior parte das vezes, não existirem. Outro aspeto condenado era o número excessivo de alunos nas salas de aula, o que não contribuía para um bom ambiente educativo e era impeditivo da aplicação das novas práticas. João de Deus Ramos também o condenava por considerar que originava “atropelos nos serviços escolares e aglutinação das atividades individuais” (Barreto, 2006, p.125).

Professores e intelectuais açorianos terão manifestado a necessidade de um ambiente mais agradável nas salas de aula e nas escolas e a urgência da criação também de “centros de interesse”, para cativar a atenção das crianças e, desse modo, facilitar a sua aprendizagem, tornando-a mais apelativa. Daí a preocupação pelo embelezamento das salas de aula e dos espaços escolares.

A aplicação prática do saber, através da experiência e da observação da natureza, “lições de coisas”, também foi muito incentivada nas ilhas por ser considerada uma prática económica e de fácil execução. Segundo os professores terceirenses, poucos eram os professores que praticavam a aula ao ar livre por simples comodismo e por estarem condicionados na prática do ensino tradicional.

A professora Deolinda Lopes Vieira, da ilha de S. Jorge, publicou diversos artigos em *A Voz do Professor* sobre a educação integral, demonstrava a necessidade de

uma remodelação urgente do ensino. Segundo ela, para que a educação fosse útil e benéfica era preciso que “ela visasse conjuntamente o cérebro, o coração e a saúde e vigor físico da criança”, ou seja, que a criança pudesse desenvolver as suas faculdades físicas, intelectuais e morais. A remodelação urgente exigia a substituição do método dogmático e “obscuro”, como o designou, por um método simples, racional e essencialmente científico.

O desenvolvimento da criança visto como um todo, tal como foi dito, ia ao encontro do conceito republicano de formação “integral” e a educação infantil constituiu-se como um “todo orgânico”, no qual se conjugavam os níveis intelectual, social, moral, fisiológico, entre outros. O Homem era, assim, encarado como um todo, sem exclusão, sem desproporção de nenhuma das partes. A formação integral do indivíduo pressupunha, portanto, o desenvolvimento de todas as suas capacidades e aptidões (Pintassilgo, 1998, p.30). Só a educação integral podia preparar a criança para assimilar e produzir, compreender e exprimir, conhecer a verdade, praticar o bem e realizar o belo. Denota-se a importância atribuída ao fator psicológico. Em *A voz do professor* Deolinda Vieira reforçava que o professor devia proceder a uma análise psicológica da criança, observando-a nos recreios e em interação com os seus pares para conhecimento das qualidades que se deviam aperfeiçoar. Por esse motivo, também defendia a educação conjunta dos sexos, fazendo referência à sua prática no estrangeiro. Começou, portanto, a ter-se consciência do aspeto psicológico como interventor direto nas ações da criança.

A educação que não possibilitasse essas aprendizagens, de modo a fazer da criança um bom trabalhador, um pensador, um ser inteligente e ativo, seria incompleta e estéril. Assim, a ausência deste pressuposto, explicava o atraso, a falta de civismo, o

pouco robustecimento físico e o pouco desenvolvimento intelectual da maioria da população portuguesa.

Em oposição à escola tradicional, empírica e religiosa, impôs-se a ideia de uma escola mais alegre, participativa, prática, científica e laica. A *Revista Pedagógica*, *O Tempo*, *o Dia* e *A Voz do Professor* também promoveram o ensino intuitivo e racional, a criação de uma nova escola com atividades escolares direcionadas aos interesses da criança, em que os métodos pedagógicos tivessem por base o desenvolvimento científico. Daí os métodos pedagógicos se terem baseado no “estudo científico” da criança, tendo em conta o aspeto afetivo, intelectual e físico (Candeias, 1995, p.16).

O cientismo trouxe mudanças ao pensamento pedagógico, porque na educação tudo foi posto em causa, desde as conceções da disciplina escolar, a valorização do aspeto moral e cívico, a alteração de programas e a adequação de materiais pedagógicos, os manuais escolares, as condições físicas e pedagógicas das escolas e até a alimentação e a higiene escolar dos alunos.

Segundo António Nóvoa, o conceito de “educação integral” é aquele que melhor define a modernidade escolar (Nóvoa, 2005, p.79).

A nova escola apelava para o reforço das aprendizagens teóricas através do palpável e concreto. Em *A Voz do Professor*, a professora Deolinda manifestou a necessidade da criança se habituar a raciocinar, a procurar por ela própria com a sua curiosidade natural e com o auxílio do professor o porquê das “cousas”, recorrendo sempre que possível ao processo empírico e ao método analítico de modo que as noções fossem colhidas, o mais experimentalmente possível (*A Voz do Professor*, 1909, p.12). A necessidade de recurso ao método analítico teria desencadeado a necessidade de aquisição do saber pelo recurso às bibliotecas, aos laboratórios, aos museus, às oficinas e à integração de novas práticas educativas, como a educação física, os trabalhos

manuais e o canto coral, nos currículos escolares, que foram amplamente divulgadas e incentivadas nos Açores.

Deste modo, procurava aliar-se, pela primeira vez na educação, os aspetos científico, o técnico e o artístico. Na perspetiva de Dewey, estes fatores deviam encontrar-se profundamente fundidos nas primeiras atividades da criança a quem eram concedidas realizar, o desenvolvimento das suas potencialidades num sentido ativo e social (Abbagnano, 1882, p.823).

O incentivo para a prática de novas atividades, visando o desenvolvimento global do indivíduo expandiu-se através da imprensa pedagógica açoriana e também dos responsáveis pela educação, os inspetores, que também não foram indiferentes a estas influências, tendo incentivado a sua prática.

4.1.1 - Trabalhos manuais

O desenvolvimento das ciências pedagógicas teria contribuído para a integração de novas práticas como a educação física, os trabalhos manuais e o canto coral nos currículos escolares que foram amplamente divulgadas e incentivadas nos Açores.

A nova forma de encarar a educação da criança, objetivando a “educação integral” defendida pelos republicanos e corroborada pelas principais correntes pedagógicas europeias, via na prática escolar dos trabalhos manuais uma necessidade. O programa e os projetos apresentados pela *Educação Nova*, largamente difundidos nos círculos pedagógicos do princípio do século XX, concediam particular atenção aos trabalhos manuais, encarados não apenas numa dimensão técnica, mas como um poderoso meio de educação intelectual (Candeias, 1995, p.32). Para a formação

intelectual, a criança devia partir da experiência e da prática e a aquisição de conhecimentos far-se-ia a partir não só da observação direta, mas também da aplicação prática, como a execução de trabalhos manuais (Filho, 1998, p.163).

Manuel Inácio de Arruda, republicano convicto, ao acreditar na criação de uma nova sociedade tinha consciência que a sua regeneração dependia do desenvolvimento material da escola primária ao qual afirmava corresponder, fatalmente, um desenvolvimento pedagógico. Para isso era necessário que se apostasse na formação dos professores primários tendo em conta as novas pedagogias. Desde que tomou posse da subinspeção, Manuel Inácio de Arruda incentivou os professores do Círculo Escolar de Ponta Delgada para a prática dos trabalhos manuais, como o testemunha o ofício enviado à Escola da Ribeira Chã, onde pedia que a professora valorizasse a prática dos trabalhos manuais¹⁰⁷. No relatório da inspeção de 1914, o mesmo inspetor informou a Direção Geral de ter promovido, na direção da sede da inspeção, “um curso jurídico” de trabalhos manuais para habilitação dos professores que segundo ele, teve bastante adesão por parte destes. Mais tarde, ao fazer parte da Liga Micaelense de Instrução Pública propôs à mesma, a ida ao Porto de professores, para assistirem às preleções do curso prático de trabalhos manuais educativos. Para o efeito, a Liga colocou à disposição do professorado a quantia de cem mil réis para os professores que desejassem assistir às mencionadas preleções, trazendo para Ponta Delgada este complemento escolar que se considerava útil à educação. Manuel Arruda conseguiu que três professores, que considerava serem dos mais “distintos” da ilha, aceitassem a incumbência da deslocação à cidade do Porto: Pulsena Estrela da Costa, António

¹⁰⁷BPARPD.CEPD. Livro de Correspondência Expedida e Recebida, 1904-1906 - Escola Oficial Mista de Instrução Primária Elementar da Ribeira Chã.

Augusto Botelho e Maria Palmira dos Santos Jorge¹⁰⁸. Segundo o relatório da Liga, apenas as professoras acabaram por assistir ao curso prático de trabalhos manuais¹⁰⁹.

O curso de trabalhos manuais foi dirigido, no Porto, por Mr. Destauberg, indicado como especialista pela universidade de Gand. Constava do seu programa o ensino de cartonagem, trabalhos em papel, modelação de barro, etc.¹¹⁰. As duas professoras vieram a lecionar, em 1913, na Escola Normal, o curso de trabalhos manuais a outros professores primários.

Nesse ano foi amplamente divulgada, pela imprensa, a necessidade de se pôr em prática os trabalhos manuais educativos, uma vez que já tinham sido considerados na Reforma de 29 de março de 1911 e constituíam objeto de ensino primário elementar e complementar (artigos 9/10, alínea 4). A nova lei referia a prática dos trabalhos manuais, que deviam ser exercitados na escola primária, com a intensidade que as circunstâncias e os meios permitissem, pois deviam ser aplicados no ensino da geometria, para que os resultados do seu ensino se tornassem mais animadores (*Revista Pedagógica*, 1913, n.º271). Na sua elaboração, o documento de 1911 teve em consideração as necessidades existentes ao nível do ensino primário e baseou-se nas modernas pedagogias europeias. Também a Escola Nova concedeu uma particular atenção aos trabalhos manuais, encarados não apenas numa dimensão técnica, mas como um poderoso meio de educação intelectual. Segundo os princípios da Escola Nova, o ensino deveria organizar-se a partir de métodos ativos, que estimulassem o gosto pelo trabalho e pela criatividade (Candeias, 1995, p. 32).

Nesse ano, Francisco Faria e Maia, ao estabelecer uma comparação entre as instituições escolares suíças e as portuguesas, concluiu que, excetuando as excelentes

¹⁰⁸ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, n.º 32 de 15 de julho de 1912, ct. 5.

¹⁰⁹ BPAPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1912.

¹¹⁰ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, n.º 31 de 30 de julho de 1912, ct. 5.

condições físicas das escolas, o ensino primário ministrado na Suíça era idêntico ao nosso e que a mais só tinha a aplicação dos trabalhos manuais, que considerava importante para o desenvolvimento geral das crianças (Maia, 1912, p. 112).

A *Revista Pedagógica* considerou sempre a importância da prática dos trabalhos manuais e chegou a publicar um artigo do professor da Terceira, Manuel José António, que alertava para a necessidade de os professores refletirem bem acerca da importância e vantagens da aplicação dos trabalhos manuais no ensino. Ali se apontava o trabalho manual como um excelente meio educativo e como complemento de formação objetiva e experimental. Segundo ele, com a ajuda deste tipo de trabalhos, a educação poderia ser melhorada, desenvolvendo, por um lado, os aspetos físico, intelectual, moral e estético e por outro, contribuía para tornar a prática do ensino mais ameno, fácil e agradável¹¹¹.

Não se deve estranhar o facto de esta e de outras teorias entrarem em choque com o ensino tradicional, mesmo com a maioria dos agentes de ensino, que desconhecia o contributo da Psicologia Experimental no desenvolvimento infantil. Inácio de Arruda, ao publicar um artigo no *Diário dos Açores*, a 8 de fevereiro de 1913, gerou grande polémica no meio jornalístico, por ter afirmado que os trabalhos manuais eram “um trabalho escolar que a ciência recomenda, a lei vigente da instrução primária consigna e todo o povo civilizado aprova”. O jornal conservador *Correio do Norte*, da Ribeira Grande, imediatamente ridicularizou a ideia, contrapondo-lhe a perspectiva da inviabilidade de umas simples dobras de papel poderem contribuir para o desenvolvimento intelectual da criança, tendo chegado a desafiar Inácio da Arruda para

¹¹¹ Manuel José António procurou fazer a adaptação portuguesa do “Guia Práctico del Trabajo Manual Educativo”. *Revista Pedagógica*, nº 228, 18 de julho de 1912.

que este abandonasse a sua “superioridade científica”¹¹². Nesta polémica interveio Jácome Correia, ao publicar, num jornal angrense, um artigo intitulado “A utilidade da prática dos trabalhos manuais”, em que afirmava que o jornal *Correio do Norte* tinha cometido uma grande injustiça para com o inspetor escolar¹¹³. Segundo ele, a prática dos trabalhos manuais contribuía não só para a agilidade manual, mas também para o ensino prático da geometria. Tinha, ainda, outras aplicações, uma vez que a arte de dobrar e encadernar, podia conduzir à profissão de encadernador que escasseava na ilha e, ao ensinar a tirar efeitos com o papel entrelaçado, permitia a criação de diversos objetos e preparava as crianças para alcançarem uma possível indústria que na ilha se encontrava em embrião, a indústria dos vimes. Embora simplificada, a perspetiva de Jácome Correia, projetava a ideia de Dewey, que influenciou os pensadores da “escola nova” europeia, sobre as atividades manuais e a sua função. Com efeito, a conceção de Dewey sobre o modo de proceder da atividade mental atribuía grande importância às atividades manuais. Perante materiais grosseiros, a criança “projeta”, desenvolvendo ideias que lhe provêm de sugestões sociais e nesse contínuo confronto, entre “projetos” e “resultados”, realiza um aprofundamento intelectual (Abbagnano, 1982, p.822).

Os pensadores da “escola nova” europeia, influenciados por Dewey, vulgarizaram a ideia da aplicação dos trabalhos manuais nas escolas. Segundo ele, as atividades manuais, expressivas ou construtivas, constituíam o “centro de correlação” do estudo e das várias matérias que se deveriam organizar, gradualmente, em torno da vida ativa e social da criança: irão desde o cozinhar, o costurar, o modelar, o fiar, o tecer, até à carpintaria, à marcenaria, etc. (Abbagnano, 1982, p.822). Também Kerschensteiner, influenciado por Dewey, enveredou pelo conceito de “trabalho

¹¹² BPARPD. LMIP - *Recortes de Jornais - Correio do Norte*, 15 de fevereiro de 1913, ct. 1.

¹¹³ BPARPD. LMIP - *Recortes de Jornais - O Diário*, nº 95, Angra do Heroísmo, 25 de fevereiro de 1913, ct.1.

educativo”, na perspectiva de desenvolvimento do trabalho útil para a comunidade. Ideia que foi bem aceite em S. Miguel pelos defensores da “educação integral” do indivíduo como forma de criar cidadãos úteis à sociedade¹¹⁴.

Como inspetor, onde permaneceu em exercício durante largos anos, Manuel Inácio persistiu na valorização da prática dos trabalhos manuais e de arte aplicada, alegando que todo o ensino devia organizar-se a partir de “métodos ativos”, que estimulassem o gosto pelo trabalho e despertassem nas crianças a criatividade. Em 1915, chegou mesmo a ordenar que, em todas as escolas oficiais do Círculo, os alunos do terceiro e quarto ano fizessem exercícios de composição, embora os programas não o contemplassem. Recomendou, igualmente, que nos exercícios de desenho se devessem copiar à vista os objetos, sem auxílio de esquadro graduado e de régua, o que, afirmou, muito contribuía para o desenvolvimento da faculdade de visão do aluno¹¹⁵. João de Deus Ramos também perfilhava a mesma opinião de que as crianças deveriam reproduzir modelos à vista para primeiro aprenderem a fazer uso do lápis e da observação. Para ele esta atividade revestia-se de múltiplos aspetos como linguagem e meio de expressão, como exercício gráfico de iniciação à escrita e, no campo artístico, como base de todas as artes (Barreto, 2006, p.131). Na perspectiva da “Escola Nova” também a prática dos trabalhos manuais era incentivada e desenvolvida, numa perspectiva artística, que englobava o desenho decorativo, representações e modelagem.

Nos Açores, a atividade educativa dos trabalhos manuais parece ter sido bem aceite pelos professores primários pela participação ativa que tiveram em exposições de trabalhos realizados por alunos e professores e conferências. Tendo em conta que as novas práticas educativas não foram absorvidas de imediato devido a alguma resistência

¹¹⁴ Cf. Cap. 6.3 *Ensino Técnico – Profissional*, p. 162.

¹¹⁵ BPARPD. CEPD - *Livro n.º 3*, Ofício n.º 32 de 23 de fevereiro de 1915.

por parte do professorado pode afirmar-se que a prática dos trabalhos manuais nas ilhas, quer fosse ou não, ligada à profissionalização, foi das atividades que acabou aos poucos por ser assimilada. Apesar da insistência do inspetorado para a sua prática, só em 1919, quando se assentaram definitivamente as características gerais do movimento da “escola nova” é que passou a contemplar-se a prática dos trabalhos manuais com fins educativos de utilidade individual e coletiva (Filho, 1978, p. 167).

4.1.2 - Educação física

A presença da Educação Física nos planos de estudo, inicialmente, justificou-se pela necessidade de corrigir as condutas e de conservar a saúde através da educação do corpo e do espírito (Nóvoa, 2005, p.101). A sua prática começou por estar associada ao problema da saúde e da higiene escolar e era tida como um elemento fundamental na formação física e psíquica da criança. Num artigo publicado pela professora, Deolinda Vieira, em *A Voz do Professor*, acerca do desenvolvimento físico, teria referido a prática de jogos infantis ao “ar livre” pela necessidade que a criança tinha de liberdade de movimentos, de correr e saltar, imprescindível para ambos os sexos. Alegava no mesmo artigo, a preocupação pelo desenvolvimento muscular da criança. Em S. Miguel, o inspetor Inácio de Arruda foi dos grandes impulsionadores da prática de “exercícios ginásticos”¹¹⁶, que já designava como Educação Física e destacava o papel precursor de Alves dos Santos que, enquanto inspetor em Coimbra, tinha procurado implementar a sua prática regular.

Os estudos médicos feitos sobre a hereditariedade e o ambiente, relativamente ao grupo escolar, permitiram desenvolver o conhecimento acerca das sequelas da má

¹¹⁶ ANEXO XII - *Parada Gimnastica*. BPAPD. – *Revista Michaelense*.

nutrição, das doenças infantis, da postura corporal, etc. Na transição do século XIX para o século XX, a prática da Educação Física funda a sua legitimidade na denúncia da degeneração da raça feita por médicos, pedagogos, militares e moralistas (Nóvoa, 2005, p.101).

Esses estudos, publicados a partir de 1890, tiveram grande repercussão e conduziram à realização de congressos internacionais sobre o assunto, durante a primeira década do século XX. Em consequência, muitas ideias surgiram acerca da prática do exercício físico e acerca dos seus fins e recursos. Embora divergissem quanto ao tipo de exercícios, os especialistas defendiam que esta prática devia figurar em pé de igualdade com a formação intelectual, integrando-se nos planos da formação educativa integral (Filho, 1978, p.52). Na educação preconizada por Herbert Spencer, a prática da Educação Física era entendida como um complemento natural da educação moral, uma vez que a boa constituição física permitia homens capazes de darem o seu contributo para a evolução da sociedade (Pintassilgo, 1998, p.33).

Iniciou-se, então, o estudo racional das construções escolares e de adaptação do mobiliário destinado às crianças e debateram-se questões sobre a fadiga escolar, bem como a ideia de serviços médico-escolares de ação permanente (Filho, 1978, p.52). O trabalho escolar ou as más condições em que ele pudesse decorrer não deviam prejudicar o desenvolvimento e o crescimento infantil.

A criação da repartição relativa à inspeção sanitária, pelo decreto nº 2 de 24 de dezembro de 1901, veio denunciar o estado de saúde em que se encontravam as crianças das escolas portuguesas (Carvalho, 1996, p.642). Segundo a *Revista Pedagógica*, o estado de saúde das crianças era agravado pela falta de condições higiénicas das escolas primárias. A falta de água, luz e salubridade, a humidade das casas de escola, que não

tinham sido construídas para o efeito, serviam de constante tema de debate e denúncia por parte da imprensa pedagógica (*Revista Pedagógica*, 1908, n.º60).

A prática da Educação Física, que constituía uma prática corrente do ensino nos países desenvolvidos europeus, era incentivada pela *Revista Pedagógica* e pelos seus colaboradores. Ulisses Machado afirmava que “para que a inteligência da criança fosse lúcida e a vontade firme era preciso ter por base a sanidade do corpo” (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º26). Foram escritos pelo professor João Machado Benevides diversos artigos sobre a “Educação Physica e sua Importância”, em que salientava a falta de saúde e o raquitismo frequente apresentado pelas crianças das escolas portuguesas, devido a uma alimentação deficiente, à falta de higiene, à falta de aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos e à falta da prática de educação física. Segundo ele, estes fatores contribuíam para o desenvolvimento geral (físico e psíquico) do indivíduo e deviam estar na base da sua educação integral (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 32).

Em 1905 o jornal *O Dia* da Terceira publicava uma série de artigos sobre a prática da ginástica sueca e a sua importância na saúde, dando incentivo para que as crianças a praticassem no *Lawn-Tennis Club*. Propagou-se a prática da educação física e publicitou-se a importância na Suécia em todas as escolas primárias. Neste país não era necessário um professor especial para a prática da educação física mas era o professor primário que lecionava aos alunos não excedendo o número de 35. O professor da classe encontrava-se familiarizado com o método *Ling* que praticava enquanto estudante e que aperfeiçoava depois, na escola normal. Na Terceira os alunos do Lyceu e de instrução primária das escolas oficiais e particulares da cidade começaram a receber lições de ginástica *Ling*, base para todo o desenvolvimento físico. O *Lawn-Tennis Club* dispunha de um recinto apropriado e de professores que voluntariamente tomaram o encargo de

ministrar, diariamente, lições de educação física (*O Tempo*, 1906, n.º 126). Manuel Goulart de Medeiros, que foi presidente da direção do *Lawn-Tennis Club* e, depois, fundador da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense, foi um grande impulsionador desta atividade.

Em 1908, Luiz Francisco Bicudo, dinamizador da Liga Micaelense de Instrução Pública, manifestou a preocupação pela falta de aplicação, sob o ponto de vista pedagógico, da cultura física nas escolas micaelenses e explicou cientificamente a importância da sua prática (*Revista Michaelense*, n.º3, p.875). Num dos seus relatórios, Jácome Correia declarou que os exercícios de ginástica eram ainda totalmente descurados nas escolas primárias em Portugal, o que contribuía para o fraco desenvolvimento do corpo e do espírito da maioria das crianças portuguesas. Segundo ele, a prática da ginástica, para além de contribuir para o desenvolvimento físico, corrigia as atitudes e os reflexos morais manifestados pela indolência, timidez, falta de confiança e indecisão¹¹⁷.

Sem a consideração da prática da Educação Física, e por razões evidentes, era impensável considerar-se a formação integral do indivíduo, que então se ambicionava. João de Barros defendeu, também, a ideia da criação de um homem novo e apoiou-se nos princípios dos modernos sistemas educativos. Para ele, a educação constituía um processo conglobado de desenvolvimento de todas as potencialidades criadoras do educando, tanto intelectuais como morais e físicas (Fernandes, s.d. p.113). Nesse desenvolvimento harmónico com vista à criação do que designava “homem novo” entrava como componente fundamental a Educação Física, que largamente preconizou (Reis, 1979, p.13). Só o homem, pelo desenvolvimento pluridimensional das suas

¹¹⁷ BPARPD. LMIP - *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública* 1910 - 1913, p. 78.

capacidades, se encontrava apto a enfrentar e a contribuir para a reestruturação da sociedade.

No relatório de contas da Caixa Económica de Angra do Heroísmo constava, em 1924, a contribuição com um subsídio às instituições de recreio e Instrução onde se incluía o Lawn Tennis Club, de 2000\$000 reis para fins da educação física (*O Povo*, 1924, n.º308).

As escolas de formação de professores favoreceram integração nos seus currículos de alguns modelos “ginásticos” estrangeiros com predominância para os exercícios *Ling.* (Ferreira, s/d, p. 85).

4.1.3 - Canto coral

Num dos artigos da *Revista Pedagógica*, Evelina de Sousa referiu que “o aperfeiçoamento da sociedade e a abertura de novos campos de exploração” permitiam a criação de lugares para o ensino específico dessas atividades, na cidade de Ponta Delgada. No mesmo artigo anunciou ter sido feita a nomeação de um professor de canto coral para ministrar esse conhecimento à população infantil, que frequentava as escolas primárias, o professor Tavares Canário (*Revista Pedagógica*, 1915, n.º 314). Evelina de Sousa aplaudiu esta iniciativa, alegando que “os professores não eram enciclopédicos” e, portanto, não estariam aptos a ministrar todas as matérias, para além de que o ensino da música, tal como outros dons, requeria vocação especial. Em jeito de crítica, afirmou que, por esse motivo, o ensino da música era descurado, apesar de, segundo as novas exigências do programa, se procurar desenvolver na nova geração, o culto da arte da harmonia dos sons. A corroborar esta necessidade, encontrava-se o inspetor Inácio de Arruda, que oficia ao Presidente da Câmara de Ponta Delgada da conveniência de

contratar um professor de canto coral para o 1.º grau (L.º10 n.º 124 (p.168 a 170) de 8 de abril de 1915).

À semelhança do que tinha sido feito para a atividade de canto coral, Evelina sugeriu à Câmara Municipal de Ponta Delgada que nomeasse um professor para o ensino da ginástica aos alunos das escolas primárias ou subsidiasse o professor de ginástica do liceu, João Maria Sequeira, pois considerava esta disciplina tão necessária como a aprendizagem das primeiras letras, em atenção à máxima: “Alma sã em corpo sã” (*Revista Pedagógica*, 1915, n.º 314).

4.1.4 – A Educação Cívica e a Festa da Árvore

O papel da Educação Cívica no currículo escolar serviria para incutir os valores e ideais republicanos, com vista à formação de um cidadão capaz de intervir, de forma ativa, na vida política e social do país.

Para os republicanos toda a educação deveria ser orientada para a educação moral do culto patriótico e começar a incutir-se desde cedo, nas escolas primárias. Para Magalhães, o patriotismo ter-se-á fundido com republicanismo, tal como a educação republicana com a educação patriótica (Magalhães, 2010, p.366). A ela estavam associados determinados rituais como o culto aos heróis e o culto à bandeira nacional.

Alguns professores republicanos da Terceira declararam à imprensa que durante os exercícios escolares hasteavam a bandeira nacional e cantavam o hino, no momento em que a bandeira era içada. Ávila Júnior era um desses professores porque acreditava que iria despertar, nas crianças, o amor e respeito pelos símbolos da Pátria. Outros, tal como João de Barros acreditavam que o culto aos heróis era uma forma de transmitir à nova geração os feitos gloriosos dos seus antepassados, de modo a que pudessem com

eles identificar-se. Com vista à criação dessa identidade nacional passaram a distinguir-se grandes figuras da História nacional.

Ao envolver a escola na comunidade havia a intenção, não só de integração na sociedade mas encará-la como uma pequena sociedade que se gere a si própria, a que se designou por *self-government* ou autonomia dos educandos. Segundo Pintassilgo, para os pedagogos ligados à *Escola Nova* esta foi a forma privilegiada de promover a educação moral e cívica na escola (Pintassilgo, 1998, p.243).

Inácio de Arruda defendeu a criação das caixas económicas escolares, pois desenvolviam a autonomia dos alunos. Segundo ele, este conceito provinha da “escola progressiva” e partilhava o sucesso que estas associações voluntárias tiveram nos Estados Unidos.

Do ideário republicano transparecia a necessidade de colocar em prática o plano regenerativo da sociedade tradicional, manifestada em muitos setores da sociedade e inspirada no iluminismo. Ao pretenderem uma sociedade laica, assente nos novos valores republicanos, era necessário o afastamento dos cultos tradicionais da Igreja Católica. Assim, determinados rituais, cultos e símbolos associados ao republicanismo, inspirados no laicismo, tiveram como finalidade erradicar os rituais, cultos e símbolos associados ao catolicismo (Pintassilgo, 1998, p. 151). Estes serviriam de suporte e reforço à ideologia que sustentaria a nova sociedade. O espaço vago é preenchido por uma outra ideologia, aglutinadora de vontades e de crenças: o patriotismo (Adão, 2012, p.5) Ao verificar-se a quase sacralização da palavra Pátria, esta passou a ser encarada como um Deus e a ser venerada nas cerimónias dentro e fora dos espaços escolares.

À semelhança do resto do País, nos Açores, prestou-se homenagem a grandes figuras da História portuguesa, tendo sido comemorados os centenários de Luís de

Camões, Marquês de Pombal e João de Deus. Também foram comemorados acontecimentos e ou homenageadas figuras locais que alcançaram grande notoriedade quer no campo social, político ou científico. A realização de festas de homenagem a figuras como Manuel de Arriaga, Teófilo Braga ou Antero de Quental eram comuns. Outras figuras mereceram também algum destaque pela influência que tiveram no meio local. Distinguiram-se enquanto benfeitores, filantropos e promotores de grandes causas, sobretudo sociais. Eram também homenageados poetas, escritores e políticos açorianos. Em 1907, por exemplo, a Câmara da Praia da Vitória atribuiu à comissão promotora dos festejos, a quantia de 10.000\$000 reis para comemorar o centenário do conselheiro José Silvestre Ribeiro¹¹⁸. Era dada também relevância a acontecimentos históricos locais, tal como aconteceu em 1902 com as “festas liberais” na Terceira, comemorativas da implantação do governo liberal. (*Diário dos Açores*, 1902, n.º3360).

Em 1914, numa Circular enviada aos inspetores, pedia-se que se desse relevo aos feitos heroicos e se estimulasse o culto pela bandeira nacional, pois ela era o reflexo de toda a história da Nação. No *Diário dos Açores* reforçava-se a ideia, defendendo que se devia ensinar o significado do hino nacional de forma a despertar os sentimentos patrióticos e cívicos (*Diário dos Açores*, 1915, n.º 7046).

Com grande pompa realizaram-se em 1921, em S. Miguel, a comemoração do aniversário da batalha de *La Lys*, embora esta também tivesse sido comemorada na Terceira. Para o efeito, o inspetor interino Francisco Medeiros ordenou que se realizassem 11 sessões solenes em todas as escolas oficiais da cidade de Ponta Delgada

¹¹⁸ CMPV. Actas da Câmara Municipal (23-1-1907 – 14-10-1908). L.º 41, ata da sessão de 11 de dezembro de 1907.

para que na festa, as crianças prestassem homenagem ao herói micaelense, miliciano Agostinho Sá Vieira, condecorado com a Cruz de Guerra¹¹⁹.

Através do que foi exposto nos periódicos locais e na opinião, em particular dos articulistas, estes feitos deviam integrar os conteúdos a transmitir na disciplina de Educação Cívica. Deviam encontrar-se em consonância com o que era transmitido nas disciplinas de Geografia e História de Portugal. Destas disciplinas deveriam também ser destacados os feitos históricos e gloriosos dos portugueses, bem como heróis nacionais de modo a despertar, na criança, o amor pela Pátria.

Segundo a imprensa terceirense, a Educação Cívica, apesar de ser referenciada nos programas, colocava-se em causa se ela existiria de facto, na prática. Era uma disciplina que se encontrava descurada, embora, para os republicanos, se considerasse a mais importante (*O Dia*, 1905, n.º 311). Também o compêndio que a acompanhava baseava-se em definições e exposições, numa linguagem complexa, que ninguém compreendia, o que obrigava os jovens a decorar noções sem as entender.

O culto à bandeira, bem como o hino passaram a integrar o quotidiano escolar e as manifestações inerentes a esses mesmos símbolos, tal como outras manifestações, constituíam uma forma de propaganda do poder.

Na sociedade tradicional açoriana, onde a influência religiosa católica era marcante, foi difícil para os republicanos impor uma “religiosidade cívica”, com manifestações de culto, alternativas, que pudessem sobrepor-se às manifestações religiosas católicas. No entanto, algumas representações simbólicas das festividades cívicas foram sendo absorvidas pelas festas escolares locais, tal como o culto pela natureza que culminou na realização da *Festa da Árvore*.

¹¹⁹ CMPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB25 (1919/1922). L.º 9. N.º 231 de 16 de abril de 1921, p. 308.

A realização da *Festa da Árvore* associada ao culto da natureza esteve quase sempre incluída nas festas escolares, como parte integrante do seu programa. Este facto terá sido justificado pelo subinspetor Manuel Inácio de Arruda, para as entidades superiores, pela situação económica desfavorável por que passava o arquipélago. É de salientar que Inácio de Arruda foi um dos grandes impulsionadores da realização da *Festa da Árvore*.

Durante a realização das cerimónias era acentuado o valor pedagógico e cívico, quer através de discursos promocionais, quer através da imprensa que fazia a cobertura dos acontecimentos. A realização da *Festa da Árvore* nos Açores, tal como noutras partes do País comportava uma função política-ideológica e contribuía para a tão ambicionada educação coletiva das populações. Nela se transmitiam os valores e os ideais republicanos da “sociedade nova” que pretendia criar-se. A árvore era encarada como símbolo da vida e portanto, carregada de simbolismo complexo. Ela cria raízes, permanece ao longo de gerações, protege e regenera-se, podendo estabelecer-se a relação à regeneração social. (Pintassilgo, 1998, pág. 171).

Nos Açores, a *Festa da Árvore*, não se popularizou, como pretendiam os republicanos, pela transmissão de valores cívicos conotando-se apenas, ao respeito pela natureza. Enquanto festa em si, serviu como meio de propaganda à escola, pois envolvia alunos, pais, professores e autoridades locais. A *Revista Pedagógica* considerava-a uma festa altruísta, por se tratar de uma proposta com vista à extinção do analfabetismo (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 36). Contribuía para a educação coletiva e constituía um ato cívico que chamava a atenção não só das crianças mas dos adultos através da realização de cortejos, dos discursos que se proferiam nas sessões solenes e na entoação dos hinos.

Os jornais locais republicanos descreviam, com frequência a realização de festas da árvore no continente, muitas vezes com o intuito de utilizar a informação como propaganda à Liga Nacional de Instrução Pública e aos ideais republicanos. Apesar de ter outras conotações de aspeto cívico já anteriormente apontadas, o culto da árvore, ao ter sido influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, assumiu uma função político-ideológica, procurando incutir esses ideais. A árvore simbolizava na crença iluminista “L’adieu au vieux monde et la naissance du nouveau” (Pintassilgo, 1998, p.179).

Foi essa conotação da *Festa da Árvore* e sobretudo a ligação que esta mantinha com a Liga Nacional de Instrução que despertou a atenção de alguns membros da igreja e alguns jornais religiosos locais. Surgiram comentários pouco favoráveis e o jornal religioso *San Miguel*, por exemplo, alertou para o perigo que constituía para a sociedade a sua realização, considerando que as festas “tinham um fim perverso de colocar a instrução nas garras satânicas da seita para a laicizar e para a tornar athea.” A “seita” nada mais era do que a referência à conotação da festa com a maçonaria. Este jornal chegou mesmo a desferir críticas à *Revista Pedagógica* e à influência que tinha da Liga Nacional de Instrução. Esta associação republicana, com ligação à maçonaria, adotou a árvore como símbolo da regeneração social a partir de 1908 (Marques, 1986, p.104).

A Liga ao promover a *Festa da Árvore*, informou a direção da *Revista Pedagógica* e através dela convidou todos os professores de S. Miguel a promoverem-na nas suas escolas, entre os meses de novembro e dezembro de 1907. Não só contribuía para a formação integral do indivíduo, tal como o pretendiam os republicanos, mas também servia de complemento à educação escolar. Formava assim, um cidadão capaz de intervir, de forma ativa e criadora, na vida política e social do país, comportando uma função cívica. Comprovavam-se, igualmente, intenções ideológicas, pois “ensinar a criança o amor pela árvore era fomentar nela a terna dedicação à Pátria, cercada do

cortejo de todos os nobres sentimentos que com ela cooperavam” (Deusdado, 1995, p.439).

A segunda festa escolar, que se realizou no dia 20 de outubro do ano seguinte e que passou a integrar o culto da árvore não suscitou, segundo Evelina de Sousa, o entusiasmo da primeira, devido ao agravamento das condições económicas do professorado nos Açores. Mesmo assim, “não se pouparam esforços” e até foram feitos sacrifícios pecuniários, segundo ela, “para que fosse servido tão generoso ideal” (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 41).

Nas ilhas, os párocos olharam com desconfiança para as festas da árvore que começaram a integrar-se nas festas escolares, primeiro porque elas eram promovidas pela Liga Nacional de Instrução e segundo porque não acreditavam que elas pudessem promover a instrução. Os periódicos religiosos na Terceira e em S. Miguel afirmavam com frequência, que era a forma de “colocar o povo em condições de receber a propaganda das Lojas maçónicas”.

Consiglieri Pedroso, presidente da Liga Nacional de Instrução, durante a abertura do Congresso em 1908, afirmou que, apesar de a instituição ter sido criada há pouco mais de um ano, “a sua obra já contava com dois capítulos que eram dois germens: a criação de núcleos provinciais que defendiam a *sympatica* e *symbolica* Festa da Árvore e dava início à realização de congressos” (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5297). Nesse mesmo ano, a Direção Geral de Instrução Primária mandou generalizar a todo o país a realização desta festa que passou a adquirir um papel oficial. Contudo, nos Açores, a sua realização passou a integrar a designada “festa das creanças”¹²⁰ que se realizava anualmente, apontando-se razões económicas, tal como foi exposto por

¹²⁰ ANEXO XIII – *Festa das Creanças* – *Revista Pedagógica*, 16 de dezembro de 1906 (Suplemento extraordinário ao n.º 17) e carta de Luiz Leitão endereçada a Evelina de Sousa sobre a Festa da Árvore – *Correio dos Açores*. N.º 893 de 26 de abril de 1923.

Manuel Inácio d'Arruda, em circular enviada à professora da Ribeira Chã, sugeria que a Festa da Árvore incluísse os futuros programas da festa escolar anual. Para o efeito enviava um folheto sobre os benefícios das árvores e para que servissem de base às preleções a realizar com os alunos.¹²¹ A realização da *Festa da Árvore*, como se torna perceptível, continuou integrada na festa anual, embora os seus valores pudessem estar “camuflados”.

A partir da implantação da República, a *Festa da Árvore* passou a ter um maior incremento em todo o país e também nos Açores, através do subinspetor. Propagava-se então, a ideia de que a Festa da Árvore era a que melhor contribuía para o desenvolvimento económico, moral e cívico de um povo (*Revista Pedagógica*, 1912, n.º216).

A educação republicana, expressa nas palavras de João de Barros, consistia em inspirar a pedagogia nos princípios educativos contrários aos anteriormente seguidos e ensinar ao aluno o amor à Pátria. A festa assumiu, ao mesmo tempo, um carácter cívico-pedagógico (Carvalho, R., 1996, p.652). A interiorização de valores e da pedagogia subjacente ao discurso republicano passava pela adesão afetiva aos símbolos do novo regime e cumpria o papel de sensibilização política dos cidadãos. Esta “religiosidade cívica” fomentada pelo republicanismo apresentava-se como uma espécie de alternativa laica às procissões do catolicismo (Pintassilgo, 1998, p.183). Por se tratar de uma sociedade religiosa e conservadora, a Festa da Árvore não assumiu este carácter tão impregnado de religiosidade e apesar do aspeto ético e ideológico que comportava, a

¹²¹BPARPD.CEPD. Escola Oficial Mista de Instrução Primária Elementar da Ribeira Chã - *Livro de Correspondência Expedida e Recebida (1904 – 1906)*, ofício datado de 1 de junho de 1908 (integrado no mesmo livro).

festa tinha por fim chamar a atenção das crianças para a utilidade das árvores e da importância da agricultura como foi, tantas vezes, divulgado pela imprensa.

Um correspondente da Horta chegou a publicar na *Revista Pedagógica* um artigo, acentuando a religiosidade em torno da festa, alertando para o facto de, à semelhança do que era feito no estrangeiro, em Portugal não se dever recriar o culto da natureza uma vez que só nela residia a verdade (*Revista Pedagógica*, 1912, n.º 216). Apesar de não sabermos de quem se tratava era possível que fosse o próprio inspetor da Horta; Joaquim Machado Tristão que, segundo o *Jornal da Crença*, organiza uma imponente *Festa da Árvore* na cidade da Horta e onde é referido que em Angra se ainda aguarda uma festa daquele tipo (*Jornal da Crença*, n.º 34, 1913)¹²². Este facto comprova que em Angra não parece ter sido possível a sua realização, embora se realizassem as festas escolares.

Até ao ano de 1915, Evelina de Sousa colaborou diretamente com o inspetor Manuel Inácio de Arruda na organização das festas da árvore, tendo feito sempre parte das equipas de organização e constado como uma das suas principais promotoras. Na festa de 1914 realizada a 15 de março informa todos os professores que as árvores para o efeito não vieram no paquete Funchal e por isso sugeria que a plantação fosse substituída pelo transporte de grinaldas de flores naturais que as crianças (3 ou 4 do sexo masculino) levassem e as dependurassem nos ramos baixos, das árvores mais antigas plantadas. Salientou que o essencial era a preleção dirigida às crianças de forma a incutir-lhes o respeito pelas árvores. Como presidente da Comissão organizadora da *Festa da Árvore* de Ponta Delgada, constituída pelos professores oficiais e particulares, solicita à Comissão Executiva da Câmara Municipal auxílio pecuniário para realização

¹²² ANEXO XIV – *O jornal da Crença* de Angra do Heroísmo, n.º 13 de 1913.

da festa, bem como a cedência de jardineiros e pessoal técnico para orientação dos trabalhos de plantação com as crianças¹²³.

A partir de 1914, em Ponta Delgada, procurou imprimir-se novas características a esta festa, introduzindo-lhe um cariz mais prático. Na reunião de professores para a organização da *Festa da Árvore*, Francisco António Raposo de Medeiros e Evelina de Sousa propuseram que se tornasse a realização da Festa mais prática (*Revista Pedagógica*, 1914, n.º 291). Segundo eles, a festa, que tinha o louvável intuito de incutir na infância o amor pela agricultura, a principal fonte de riqueza da Nação portuguesa, já não fazia grande sentido em S. Miguel, onde todo o espaço agrícola se encontrava aproveitado.

Numa reunião de professores de Ponta Delgada, o professor Manuel de Barros, da escola da Matriz, apresentou uma proposta de alteração da *Festa da Árvore*. Propôs que sempre que se procedesse a trabalhos agrícolas em terrenos da Junta Geral ou Câmara Municipal, os professores deviam ser prevenidos para que, juntamente com os alunos, pudessem assistir aos trabalhos e trabalhassem, também, junto com os técnicos dessas instituições. Terá obtido a concordância do inspetor escolar que alegou ser este o sistema utilizado no estrangeiro e que os jardins públicos de Nova Iorque eram tratados e cultivados pelos alunos das escolas primárias. O inspetor manifestou satisfação pelo facto de os professores em Ponta Delgada desejarem dar uma forma mais prática ao culto da árvore, forma que se encontrava inteiramente de acordo com as normas da pedagogia. Apesar do esforço dos professores de lhe dar outra valorização, ao longo do tempo parece ter perdido a força e imponência inicial, provavelmente por razões económicas do professorado açoriano.

¹²³ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 9. N.º 51 de 7 de março de 1914, p.84.

Em 1916 a inspeção escolar receciona a ordem da realização da Festa da Árvore no dia 27 de fevereiro, pelo que era esperado que se realizasse em todas as freguesias dos Círculos escolares¹²⁴. Esta data ainda foi contestada por ser no mês de fevereiro o que foi sugerida a Primavera para a sua realização.

¹²⁴ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22. N. °3 de 21 de fevereiro de 1916.

4.2 - Museus e bibliotecas escolares

As orientações do pedagogo Dewey e da “escola progressiva” americana influenciaram alguns pensadores açorianos como Manuel Inácio de Arruda, João Machado Benevides e Maria Evelina de Sousa. Para estes, as escolas deveriam ser dotadas de laboratórios, de bibliotecas, de museus, de oficinas, de jardins e de todo o tipo de infraestruturas, onde as crianças pudessem expressar toda a sua criatividade através da experimentação, de dramatizações, de récitas e de jogos. Os museus escolares estavam, também, associados ao conceito do ensino prático e científico e constituíam uma forma de ministrar às crianças ideias exatas derivadas de factos de observação, aspetos que se coadunavam com o ensino racional e científico. Eram, pois, considerados excelentes auxiliares das lições teóricas e procuravam estabelecer a ligação entre a escola e a vida prática.

Um museu escolar poderia comportar objetos naturais e artificiais e destinava-se a dar à criança ideias mais nítidas e exatas acerca de tudo o que a rodeava. Segundo um correspondente do jornal *O Dia*, a existência de um museu escolar justificava-se para facilitar aos alunos a posse de um meio que lhes permitiria fixar e comunicar ideias, mas também como uma forma de preparar o aluno para a vida, moldando-lhe o carácter e desenvolvendo-lhe as ideias de altruísmo, de bondade, do sentimento artístico e das emoções cívicas.

No sentido geral, a expressão museu escolar aplica-se às colecções de toda a natureza organizadas pelo professor, tendo em vista o que se propõe transmitir aos alunos. No sentido restricto, designava principalmente os objectos usuais de que o professor se serve no processo de ensino conhecido como “lições de cousas”. (*O Dia*, 1906, n.º 909).

Neste contexto, no dia 1 de dezembro de 1904, noticiou-se a inauguração do museu industrial e comercial Madeira Pinto. Anexo à escola com o mesmo nome, a sua

formação partiu da iniciativa do professor Luiz Campos. Considerado como o primeiro do género, *O Açoriano Oriental* designou-o como “um museu coletivo dos Açores, onde estariam representados os produtos da atividade comercial e industrial do arquipélago” (*O Açoriano Oriental*, 1904, n.º 3627). Este museu serviria também, como local de visita de estudo para os alunos das escolas oficiais e particulares.

Foi também noticiada a criação de um museu escolar na escola de Feteira, no concelho de Angra do Heroísmo, e referido que o professor se encontrava a recolher todos os elementos necessários para o ensino prático, com vista a dotar a escola com um pequeno museu. O museu escolar designado *Marquês de Pombal* foi inaugurado no dia 5 de janeiro de 1908, a cargo do professor oficial da mesma escola, José Sebastião d'Ávila Júnior.¹²⁵ O jornal *O Tempo* teria encerrado a subscrição para aquisição de material para este museu no dia 29 de dezembro de 1907, com a obtenção de 20\$700 reis. À sessão inaugural presidiu o capitão do porto d'Angra, Silva Ribeiro, que elogiou o trabalho meritório de Ávila Júnior. Discursaram Ávila Júnior, Vieira d'Areia, Cardoso Valadão e Machado Tristão procurando inculcar nos habitantes da Feteira o amor pela escola, pela leitura e pela instrução. Segundo o jornal *O Tempo*, o museu teria ficado razoavelmente instalado e deveria servir de motivação a outros professores.

No dia 22 de fevereiro do mesmo ano, em simultâneo com a abertura da biblioteca escolar *João de Deus*, Joaquim Machado Tristão fundou também um museu na Terra Chã que designou de museu *Teófilo Braga*. Apesar de não haver conhecimento do tipo de objetos aí apresentado foi referido, na imprensa, ter sido em grande número e que tinha sido apreciada a sua disposição e seleção.

¹²⁵ Comprova-se a intenção da criação deste museu escolar, Marquês de Pombal, pela carta enviada a João de Deus Ramos, por Cardoso Valadão, datada de 29 de dezembro de 1907 – MJD.

Houve a preocupação não só da criação de museus escolares na Terceira, bem como o reconhecimento da sua importância no apoio ao ensino. A insatisfação dos alunos decorrente da falta de aulas práticas era diversas vezes mencionada pelo jornal *O Dia*.

É de salientar que, também nos estatutos das Sociedades, se consignava a possibilidade da criação de museus escolares. O terceiro ponto do estatuto da Liga Micaelense de Instrução, por exemplo, considerava, para além de outras coisas, a criação de museus escolares e apesar da omissão da sua criação na base dos estatutos da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense, estes fizeram referência, à “exposição de objetos de arte e indústria” (3.º ponto da 1.ª alínea), o que pressupõe tratar-se de museus.

Em S. Miguel os museus escolares não parecem ter-se popularizado. Apenas constou a tentativa de abertura de um museu por Maria Evelina de Sousa, na sequência da abertura da biblioteca escolar, na escola do sexo feminino, da freguesia de Santa Clara em Ponta Delgada. Segundo a imprensa Evelina colocou a hipótese da fundação de um museu escolar e para o efeito terá consultado o coronel Francisco Afonso Chaves.

As bibliotecas escolares, tal como os museus, surgiram associadas à ideia de ensino concreto, racional e científico, embora na propaganda que se fazia para a sua criação estivesse sempre subjacente a ideia do combate ao analfabetismo. Constituíam uma forma de as crianças desenvolverem a leitura após a alfabetização, obterem informação e adquirirem novos conhecimentos.

Embora houvesse conhecimento da abertura de algumas bibliotecas, elas não funcionavam dentro do espaço escolar. A primeira do início do século da qual se tem

conhecimento foi a da Instituição *Século XX*, em 1904, em Ponta Delgada, por iniciativa do Conde de Santa Catarina. A fundação desta biblioteca foi noticiada no *Diário dos Açores* e tinha como objetivo servir de auxiliar aos estudos das crianças albergadas nesta mesma instituição (*Diário dos Açores*, n.º 3923, 1904). Em 1905, Faria e Maia enquanto subinspetor, em resposta ao ofício n.º 289 de 19 de janeiro, de pedido do mapa estatístico, informa numa pequena nota, que a coluna relativa às bibliotecas escolares não se encontrava preenchida por não existir ainda nenhuma¹²⁶. Oficialmente, ainda não podia constar, atendendo que, a instituição *Século XX* foi criada por iniciativa particular. Foi uma das associações que, em Ponta Delgada colaborou com o ensino público, procurando contribuir para a redução do analfabetismo entre as classes mais desfavorecidas. A “Associação de Caridade Promotora da Instrução”, como se denominava, nunca se afastou dos objetivos para que inicialmente tinha sido criada, que eram a divulgação da instrução popular e o combate ao analfabetismo, encontrando-se em estreita colaboração com o ensino oficial¹²⁷.

A primeira biblioteca escolar foi criada na Terceira, na freguesia de Belém (Terra Chã), a 22 de fevereiro de 1908, por Joaquim Machado Tristão, que lhe atribuiu o nome de biblioteca João de Deus. A biblioteca contava, segundo os periódicos, com um número razoável de obras e entre elas, constavam alguns dos clássicos portugueses. Alguns periódicos terceirenses, tal como *O Tempo* e *O Dia*, ajudaram nas subscrições para a sua criação. Esta biblioteca encontrava-se à disposição de pessoas da localidade e não estava confinada apenas aos professores e alunos.

¹²⁶ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada - L.º 2.º n.º 99 de 16 de março de 1905. p. 139.

¹²⁷ A Associação *Século XX* foi fundada em Ponta Delgada pela loja maçónica local “Companheiros da Paz” e foi designada como uma associação benemérita, educativa e recreativa. – Marques, A.H. Oliveira (1986). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, p.116.

A 29 de julho de 1909, noticia-se a criação de uma biblioteca na escola feminina de Santa Clara, por Evelina de Sousa, então a exercer nessa mesma escola¹²⁸. O jornal *Diário dos Açores* acusou, em março desse mesmo ano, a receção de uma carta-circular enviada por Evelina de Sousa, anunciando a intenção da criação de uma biblioteca escolar, tendo em conta que a lei vigente que regulava os serviços de instrução primária permitia a criação de bibliotecas escolares. Para a fundação desta biblioteca da escola oficial (sexo feminino) de S. José, no bairro de Santa Clara, foi anunciada por Evelina de Sousa a oferta, por um benemérito da instrução popular, da importância necessária à aquisição de algumas estantes, pelo que Evelina de Sousa de imediato solicitou a oferta de livros apropriados, ou de quantia destinada à aquisição dos mesmos. Confirmou ter conseguido recolher perto de 500 livros e 36\$250 réis em donativos (*Revista Pedagógica*, 1909, n.º93).

Na inauguração da biblioteca escolar de Santa Clara destacaram-se as presenças de Rosa Emília de Sequeira Morais, Maria Emília Borges de Medeiros, Maria Ermelinda de Sequeira Morais, Maria da Glória Lima, Maria do Carmo de Sequeira Morais Flores, Maria Augusta Carvalho, Maria Eufrosina da Costa Torres, Teresa Carreiro de Lima, Maria Leopoldina de Sousa, Alice Moderno, comendador de Mello Abreu, presidente da Comissão de Beneficência e Ensino da freguesia de S. Pedro, António Germano dos Reis, capitão do exército e diretor do Colégio Açoriano, Luiz Francisco Bicudo, advogado e publicista (impulsionador da Liga Micaelense de Instrução), doutor Matta, médico militar, Manuel da Câmara Melo Cabral, jornalista e chefe do partido regenerador do concelho da Lagoa, Félix Horta, estudante de direito, padre João de Fontes Ferraz, cura de S. José e professor particular, padre Manuel Vicente, capelão, Jayme Amaral, professor particular, Alfredo de Sousa Motta, redator

¹²⁸ BPARPD. CEPD – *Cadastro dos professores*, (Séc. XIX-XX).

de *A Mocidade*, Francisco António Raposo de Medeiros, professor oficial, António Manuel Âmbar, chefe de conservação das obras públicas, João Anglin como representante de *A Vida Nova*, Miguel de Sousa Alvim, jornalista e professor, representando a redação do *Diário dos Açores* (Sousa, 1909, p.10).

A criação desta biblioteca suscitou alguma polémica, pois foi noticiada na imprensa local e continental como tendo sido a primeira do género nos Açores. O jornal *A Voz do Professor*, órgão da Associação do Professorado Terceirense, veio esclarecer, publicamente, que o diretor desse mesmo jornal, Joaquim Machado Tristão, já teria fundado uma biblioteca escolar na Terceira, o que, na época, não foi contestado por Evelina de Sousa.

No discurso de inauguração, Evelina afirmou ser uma militante da nova cruzada de combate ao analfabetismo, “inimigo que impede e opõe resistência a todos os ideais alevantados, tornando o progresso perigosamente lento e moroso” Segundo ela, a biblioteca devia reger-se pelas seguintes normas: “1.º Facultar às alunas que frequentem a escola a consulta, durante as horas letivas, dos seus livros e leitura dos mesmos, quer na hora de descanso, quer em suas casas. 2.º Facultar a estranhos, nos seus domicílios, livros, mediante, além da responsabilidade pela conservação da obra, a quota mensal de 125 réis, destinada ao aumento e conservação da biblioteca” (Sousa, 1909, p.16). Evelina considerava que, para ensinar a ler, a biblioteca constituía uma forma importante de levantar o nível moral do indivíduo, ensinando-o a ver, ou melhor, saber ver, a saber compreender, julgar, distinguir o verdadeiro do falso, o bem do mal, a justiça da iniquidade (Sousa, 1909, p.14).

Os republicanos micaelenses e terceirenses alertavam, com frequência, para a necessidade da criação de bibliotecas escolares nas freguesias rurais, onde a falta de

leitura era manifesta. As crianças que frequentavam o ensino oficial, na sua maioria, eram oriundas de famílias pobres e viam-se, muitas vezes, privadas de esclarecer e desenvolver o seu espírito, pela falta absoluta de livros. Às bibliotecas escolares estava, pois, incumbida a missão de preencher essa deficiência.

Relativamente à criação de laboratórios, nenhuma escola primária conseguiu criar um. No entanto, e atendendo ao custo que isso acarretaria, a Liga Micaelense de Instrução criou apenas um laboratório, que designou como Gabinete de Física para funcionamento do curso industrial, no liceu central de Ponta Delgada ¹²⁹.

4.3 - Visitas de estudo, colónias infantis, escolas ao ar livre e “lições de coisas”

A difusão de novas metodologias e práticas pedagógicas no ensino entrou em conflito com a escola tradicional, exigindo dos professores uma nova atitude pedagógica. A *Revista Pedagógica* salientava que era necessário “banir da escola os arcaicos métodos pedagógicos da educação tradicional”, que ainda persistiam em todo o arquipélago, constituindo a memorização, a prática mais comum de aprendizagem. Luiz Rocha, pertencente à Sociedade Promotora Terceirense, afirmava que o ensino tradicional exigia da criança o impossível, referindo-se à obrigação da sua permanência durante longas horas de imobilização e de concentração e, por isso, designou-o como “a época do terror escolar”. A ele se referiu da seguinte forma:

Só servia para atrofiar cérebros, estiolar inteligências ... e nela predominava, como método único e racional _ a bordoadá _, método que tanto distinguia a afamada escola d’outrora, que só conseguia ensinar pelo mêdo...”(*A Voz do Professor*, 1909, n.º 3).

¹²⁹ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1914). Ata nº 51 de 12 de julho.

A aplicação comum dos castigos, que desencadeava o medo à escola por parte do aluno, foi inúmeras vezes levantada pela imprensa, tendo suscitado alguma polémica, junto daqueles que defendiam a aplicação de castigos e de recompensas. Monteiro terá definido educação tradicional, como um conjunto de práticas educativas baseadas no princípio da autoridade; lições magistrais; soma de conhecimentos a adquirir; carácter abstrato do saber (Monteiro, 2005, p.74).

Na verdade, os conhecimentos que eram adquiridos unicamente pela memória, foram designados por Faria e Maia como estéreis, porque se conservavam por pouco tempo. Reconheceu, no entanto, que a memória devia ser cultivada como faculdade retentora dos conhecimentos, mas à qual não se lhe devia dar o domínio, de forma a ser sufocado o livre jogo das faculdades de elaboração do aluno (*Diário dos Açores*, 1905, n.º 4164). De facto, as concepções *spencerianas*, que influenciaram os meios pedagógicos portugueses, mostravam-se desfavoráveis a um ensino baseado na memorização, procurando contrapor a esta prática, a adaptação ao gosto da criança, favorecendo o desenvolvimento natural das suas capacidades (Pintassilgo, 1998, p.31).

Os antigos métodos passaram a ser descritos como desusados, vistos como uma pedagogia que transformava a criança em “papagaio”, pois “fazia-a decorar palavras sem aprender factos, porque a criança não via cousas”. O desenvolvimento da observação e da sensibilidade para com a natureza, “observação de cousas”, ou “lição de coisas” já teria começado a ser considerado em 1896 e reforçado nos programas em 1902, encontrando-se dentro das grandes linhas de orientação de Froebel. O desenvolvimento da observação e da sensibilidade para com a natureza devia ser feito desde tenra idade e não se considerava ser possível o desenvolvimento psíquico, se não fosse fundamentado em operações concretas.

Apesar de, neste período, o ambiente social e político ter sido pouco propício a inovações pedagógicas, não havendo um ambiente que permitisse a estabilização do ensino, o debate sobre os métodos era uma constante, provando o vivo interesse que as questões pedagógicas suscitavam e a influência que tinha a pedagogia de outros países europeus (Torgal, 1993, p.619). Neste contexto, alguns professores da Terceira e de S. Miguel conseguiram provar que era possível o emprego de algumas metodologias, desde que estivessem ao seu alcance, tal como aconteceu com as aulas dadas ao ar livre, a realização de passeios pela natureza, a observação concreta de profissões em exercício, de fábricas e de oficinas. Uma das ideias chave da “educação nova” era a da escola funcionar como um “laboratório de pedagogia prática”, de preferência num ambiente saudável e de proximidade com a natureza (Candeias, 1995, p.32). Daí, a vulgarização da ideia de aula ao ar livre – realização de passeios, de visitas de estudo, da prática da ginástica e da execução de trabalhos agrícolas, ou seja, o desenvolvimento de atividades em contacto direto com a natureza. O jornal *O Tempo* incentivou esse tipo de atividades, procurando propagar o movimento pedagógico alemão e divulgando-o junto dos professores. A prática da educação física, para além de contribuir para a prevenção contra a tuberculose, aliava as atividades que exigiam esforço, com vista ao desenvolvimento do espírito e do corpo.

As crianças iam para a floresta de manhã e permaneciam lá até às 6 de tarde. Eram-lhes fornecidas as refeições ao longo do dia. As aulas eram dadas de acordo com os programas oficiais tinham a duração, no máximo, de três quartos de hora e o tempo restante servia para desenvolver outro tipo de atividades de observação da natureza, realização de jogos, etc. (*O Tempo*, 1908, n.º 886).

Esta ideia, difundida pelo movimento da “escola nova”, foi preconizada por Herbert Spencer que, ao nível da educação intelectual, defendeu a adaptação do plano de estudos ao gosto da criança, transformando-o numa atividade agradável através da

realização de excursões e atividades ao ar livre (Pintassilgo, 1998, p.31). Procurava-se promover as faculdades de observação da criança através das lições experimentais pela observação direta, e não pela memorização, designada por “lições de coisas”.

A designação “lições de coisas”, terminologia utilizada por Pestalozzi e Froebel e aplicada no jardim-de-infância foi largamente difundida pela imprensa na Terceira e em S. Miguel. Na Terceira evidenciava-se a importância das “lições de coisas” que deveriam ser ministradas segundo a idade das crianças, para que estas adquirissem uma melhor compreensão das coisas e do próprio meio, fazendo o uso do raciocínio através de deduções e pela utilização do método associativo. Ávila Júnior propôs utilizá-la no ensino das ciências em que toda a matéria devia ser disposta em “lições de coisas” e o ensino tinha de ser feito por meio de processos intuitivos, com o auxílio de estampas, na falta ou impossibilidade da apresentação dos próprios objetos. No entanto, alguns professores apenas ligaram a sua aplicação às ciências e fenómenos naturais, enquanto outros acabaram por estendê-lo ao campo experimental, alargando-o a outras ciências quer fossem físicas, quer matemáticas e sociais. A proposta de aplicação das “lições de coisas” a outras ciências, como se comprovou pelas descrições nos periódicos leva a crer que teria sido interpretada esta metodologia como aplicação, manipulação de materiais, experiências e mostra de imagens (estampas) de modo a “comprovar” os fenómenos ou seja, sempre que fosse possível utilizar-se o recurso a materiais palpáveis, com vista à concretização das aprendizagens. Daí Pintassilgo ter designado como polémico o campo de aplicação das “lições de coisas”, tendo-se verificado alguns abusos que tiraram o seu merecimento (Pintassilgo, 2006, p.195).

João de Deus Ramos também evidencia essa importância organizando as “lições de coisas” em “ciclos de conhecimentos”, adequados à idade das crianças. Pretendia que a criança compreendesse as coisas, bem como o meio que se relaciona as mesmas

coisas, proporcionando à criança o conhecimento de si própria e do que a cerca no espaço e no tempo, exercitando-lhe o raciocínio e, pela utilização do método associativo, facilitando-lhe a aquisição de noções (Barreto, 2006, p.127). A posição manifestada pelos terceirenses acerca das “lições de coisas”, muito análoga a esta última, poderá ter sido influenciada por João de Deus Ramos com quem os professores mantiveram uma estreita relação.

Em S. Miguel, Francisco Faria e Maia, que estudou vários sistemas de ensino na Europa, teria feito referência, por diversas vezes, às “lições de coisas” e ao tipo de trabalhos que os alunos realizavam ao ar livre quando descreveu o funcionamento das escolas Suíças (Maia, 1912, p.116). Mas a expansão das escolas ao ar livre não comportava apenas o aspeto experimental da aprendizagem e o intuito da observação direta da natureza por parte das crianças. O pensamento higienista legitimou e reforçou a expansão de orientações psicopedagógicas que ultrapassaram o espaço escolar e que avançaram sobre os métodos e processos de aprendizagem (Ferreira, s.d, p.88). A par do desenvolvimento das ciências pedagógicas o pensamento higienista contribuiu para uma alteração, embora lenta, dos métodos e processos de ensino assentes nas capacidades intelectuais de cada criança com respeito pela fisiologia infantil. Exigia-se assim, uma nova organização pedagógica que privilegiava espaços ao ar livre com horários mais leves e dada preferência, sempre que possível, à componente prática mais adequada ao espírito infantil. Aos poucos era posto em causa o ensino demasiado repressivo e livresco apenas com base na capacidade de memorização da criança.

Após a criação do museu industrial e comercial em Angra, anexo à Escola industrial Madeira Pinto, foram incentivadas as visitas de estudo dos alunos das escolas. Designado pela imprensa como um monumento em honra do trabalho considerava-se um importante meio de transmissão de saberes (*O Dia*, 1906, 19066).

A Liga Micaelense de Instrução Pública, que se empenhava, grandemente, na formação do professorado tendo em conta as novas pedagogias europeias, após o ano de 1912, com a suspensão do subsídio aos cursos noturnos, pôde incentivar e canalizar as verbas para o estabelecimento de colónias infantis. A Liga começou por propor um colónia infantil nas Furnas com a durabilidade de 8 dias e composta de 10 crianças, que nas escolas oficiais mais se tivessem distinguido e para a qual se disponibilizou 100 mil réis¹³⁰. Pretendia-se motivar e agraciar os alunos das escolas oficiais que obtivessem melhores resultados e que obtivessem maior frequência escolar. Apesar desta colónia infantil não expressar totalmente os objetivos ambicionados pela Escola Nova de proporcionar ambientes saudáveis e de comunhão com a natureza, não deixava de constituir uma experiência pedagógica inovadora para a época.

Esta inovação pedagógica foi considerada no art.º 17 da reforma de instrução primária de 1911, que estabelecia a realização de excursões, visitas de estudo e passeios pedagógicos como obrigatórios, com o intuito de esclarecer e precisar as noções ministradas na escola (*Revista Pedagógica*, n.º 171, 1911).

A realização de excursões era incentivada e na imprensa eram publicados artigos acerca da sua importância e papel pedagógico. Um dos aspetos salientado era colocar em destaque as lições práticas de Cidadania e de História, pois as lições podiam ser proferidas diante de estátuas, monumentos e museus, de forma a elevar o espírito patriótico, valorizando os heróis e a história nacional. Os professores micaelenses ainda não estavam mentalizados para o desenvolvimento deste tipo de atividade e para criar incentivo Jácome Correia por intermédio da Liga duplicou a verba para 200\$000 para a organização da referida colónia. Ao apelo, apenas respondeu o professor António Maria Lopes, que se encarregou da sua organização junto das escolas oficiais da cidade de

¹³⁰ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, nº 32 de 15 de julho de 1912, ct. 5.

Ponta Delgada. Um aspeto que se deve salientar e que se encontra aqui inerente é o embaraço sentido pelos professores, perante a proposta de atividades que não só, fugiam à rotina como não estavam ainda incutidas e enraizadas ao nível do pensamento e por consequência da ação pedagógica. O jornal *O Dia* da Terceira já o mencionava em 1905 mas justificava o facto, apontando para o desinteresse por parte dos professores.

No relatório da Liga Micaelense reconhecia-se o valor das colónias e excursões que constituíam um meio apropriado para tornar prático o ensino, proporcionando às crianças conhecimentos colhidos diretamente da observação da natureza e eram, ao mesmo tempo, recomendáveis sob o ponto de vista higiénico e de saúde¹³¹. A *Revista Pedagógica* desde 1909 também reconhecia esta necessidade pedagógica e procurava incutir, nos professores, a prática de aulas ao ar livre. Um correspondente a residir em Inglaterra escreveu um artigo dando informações acerca do êxito obtido por este tipo de escolas, instituídas naquele país em 1906 e que segundo ele, só teriam surgido nesse país após o que designou de “insistentes experiências alemãs” (*Revista Pedagógica*, n.º 114, 1909). Um dos grandes incentivadores deste tipo de atividade foi o subinspetor Manuel Inácio de Arruda que sugeriu e incutiu, ao longo do período de inspeção, este e outro de tipo atividades, tendo afirmado que a realização de aulas ao ar livre dera bons resultados nos países onde fora instituída. Assim o fez, num ofício enviado às escolas em 1915 onde se referiu à vantagem pedagógica, servindo de complemento a todas as disciplinas, principalmente daquelas cuja melhor compreensão dependesse da observação dos fenómenos naturais e de educação do senso artístico das crianças. Afirmava, no mesmo ofício, que por portaria enviada pela 1ª Repartição de Instrução Primária, se devia iniciar a aplicação desse princípio pedagógico, pelo menos, duas vezes por mês, ou a realização de passeios ao campo, sempre que o tempo o permitisse.

¹³¹ BPARPD. LMIP. *Relatório*, 1913.

Também sugeria que se aproveitassem os passeios “para se fazer o ensinamento sobre os fenómenos naturais, que se apresentassem à observação”, despertando no educando sentimentos de admiração pela beleza da paisagem ou dos monumentos que lhes fossem dados contemplar¹³².

Na Terceira, por iniciativa de José Sebastião d'Ávila Júnior, realizou-se no dia 16 de maio de 1915, uma excursão pedagógica, como foi designada, com os alunos de duas escolas primárias. Cerca de 80 alunos, acompanhados por dois professores, fizeram uma visita a uma desnatadeira, onde o técnico demonstrou a forma de funcionamento e limpeza dos utensílios indispensáveis à sua utilização. Visitaram o Poejo e, ao passar pelo campo de lava, então, fizeram ver aos alunos a vantagem de plantação de arvoredo no local. Aproveitou para demonstrar a utilidade das árvores, incutindo-lhes o amor e o carinho que deviam ter pelas mesmas. Durante o passeio Sebastião d'Ávila Júnior falou-lhes do modo como deviam tratar os animais e apelou para “a necessidade de se dedicarem ao trabalho honrado nas indústrias e sobretudo no cultivo de terra, onde ainda poderiam adquirir alguma riqueza em vez de emigrarem”. Este tipo de passeio proporcionava aos professores e aos alunos, uma diversidade de aprendizagens e contribuía para a alteração de mentalidades. As aprendizagens teóricas eram reforçadas pela observação direta do que lhes era dado observar de forma intuitiva.

4.4 - Oficinas

A prática dos trabalhos manuais passou a ser interpretada no sentido de que a escola devia ser organizada de modo a fornecer toda a variedade de ricas experiências produtivas e sociais. Popularizava-se, entre os açorianos, a conceção de Dewey de que a

¹³² BPARPD. Escola da Matriz da Ribeira Grande - Correspondência Encontrada na Escola da Matriz da Ribeira Grande, nº 134 - ofício nº 60 de 20 de setembro de 1915 e assinado pelo inspetor Manuel Inácio de Arruda.

educação devia promover a capacidade de criar e de construir, *learning by doing*, e as escolas deviam ser equipadas a oficinas e salas de trabalho onde fossem valorizados curricularmente os trabalhos manuais, cujas implicações educativas eram simultaneamente morais e sociais (Pintassilgo, 1998, p. 39).

O conceito de “trabalho educativo” foi-se expandindo, embora fosse defendido por uns como atividade meramente construtiva ou expressiva das atividades escolares, à semelhança de Dewey, e, por outros, como base do processo educativo, como Kerschensteiner. Para este, o trabalho deveria aparecer em primeiro lugar como um exercício para formar “cidadãos úteis”, ideia preconizada pela maioria dos republicanos.

A imprensa local republicana embora se tivesse expressado relativamente às duas posições adotou a linha de Kerschensteiner. As oficinas criadas nas ilhas tinham o intuito de despertar os alunos para o ensino profissional, onde podiam especializar-se e obter conhecimento específico sobre uma determinada atividade. Este tipo de ensino foi, essencialmente, facultado pela iniciativa particular.

Kerschensteiner, pedagogo alemão, influenciado por Dewey, centrou a sua pedagogia no conceito de “trabalho educativo”, embora de forma diferente deste. Pertencente à “escola nova” europeia influenciou, grandemente, os pensadores republicanos. As ideias pedagógicas de Kerschensteiner tinham como núcleo central esse conceito de “trabalho educativo” sob o ponto de vista pedagógico, implicando um trabalho útil, no sentido de ser proveitoso para a coletividade, para além do proveito pessoal (Pintassilgo, 1998, p. 41). Com o mesmo intuito, procurou a Liga Micaelense de Instrução Pública criar oficinas de artes e de ofícios em várias escolas da ilha e fundar uma oficina de marcenaria em Ponta Delgada como complemento das atividades escolares, não só com vista à profissionalização, mas com fins educativos, que tinham por base o conceito da “educação integral” (Maia, s.d., p.139). No princípio do século

XX, este conceito adquire uma perspectiva “racional”, objetivando a criação de um indivíduo socialmente completo (Nóvoa, 2005, p.79). A vida na escola devia ser idêntica à vida na sociedade e, para isso, era necessário que houvesse uma permanente interação entre as aprendizagens escolares e as concretizadas no mundo extraescolar (Pintassilgo, 1998, p.39).

João de Barros, pedagogo português, responsável, em parte, pela reforma da instrução primária de 1911, valorizou a necessidade de uma educação moral, cívica e artística. Lutou, igualmente, pelo incremento do ensino técnico-profissional, pois, segundo ele, o ensino devia visar a formação integral do indivíduo (Fernandes, 1978, p.125).

Além do inerente conceito da “educação integral”, o ensino profissional como complemento das atividades escolares poderia impedir um dos maiores problemas que afetavam o ensino nos Açores: o abandono escolar. O facto de as crianças contribuírem com o seu trabalho para o orçamento familiar era a principal causa desse abandono e, por consequência, do insucesso escolar. A aprendizagem de um ofício ou de uma profissão na escola primária, que era aceite culturalmente, era uma das formas que se considerava mais viável para evitar esse abandono.

Jácome Correia, como presidente da Liga Micaelense de Instrução Pública, procurou promover a aprendizagem de ofícios pelos alunos das escolas oficiais do distrito, nas horas posteriores à lecionação, tendo o inspetor Manuel Inácio de Arruda ficado encarregado de oficializar a proposta a todo o professorado. Ficou, igualmente, incumbido de pôr em prática, na cidade, esta iniciativa, servindo-se de oficinas

particulares, uma vez que os fundos da Liga não permitiam que a aprendizagem fosse feita em oficinas criadas e anexadas às escolas primárias.¹³³

Em novembro de 1911, após ter sido apresentada a estatística dos cursos noturnos e a receita face à despesa dos mesmos, verificou-se um saldo a favor de 6\$70, pelo que se procurou promover o ensino técnico-profissional nas escolas oficiais. Começou por se fazer um contrato de um ano com a escola móvel agrícola Maria Christina, destinada ao ensino de rudimentos práticos de agricultura, que se estabeleceu na Ribeira Grande.¹³⁴

Jácome Correia expôs no *Diário dos Açores*, que fora noticiada pelos jornais do Porto e de Lisboa a vinda da escola móvel de agricultura, bem como o facto de os proprietários, industriais e chefes das oficinas de Ponta Delgada terem concedido a permissão de as crianças das escolas primárias oficiais frequentarem o ensino técnico nos seus estabelecimentos¹³⁵ Declarou já estar à espera de bons resultados, pois, nas tradições populares da ilha, era vulgar a permanência de crianças nas oficinas, com o emprego de aprendizes, onde eram educados nos ofícios, enquanto frequentavam o curso de instrução primária. Daqui resultava que, ao saírem das escolas, essas crianças se encontravam também aptas a cooperar nos trabalhos profissionais. Jácome Correia não considerava haver problema de ser dirigido por professores e não por pessoas habilitadas para o efeito porque este tipo de ensino só era administrado duas horas por dia e fora do horário escolar, não acarretando fadiga psíquica e intelectual para a criança. Esta só devia prestar atenção ao trabalho do operário, identificando-se com as ferramentas e executando rudimentos de arte, não havendo quaisquer defeitos de ordem

¹³³ BPARPD. LMIP - *Actas da Direcção*, acta de 21 de setembro de 1911, ct. 5.

¹³⁴ BPARPD. LMIP, *Recortes de Jornais*, 1909 – 1915 - *A República*, 18 de novembro de 1911, ct. n.º 1.

¹³⁵ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*, 1909 – 1915 – *Diário dos Açores* de 23 de novembro de 1911, ct. n.º 1.

técnica ou física¹³⁶. Foram enviadas circulares a todos os professores do distrito a comunicar o interesse que tinha a frequência das oficinas por parte dos alunos e auscultar a população de cada concelho, sobretudo os donos de oficinas e comerciantes, acerca das condições que podiam oferecer às crianças nos seus estabelecimentos. Numa carta datada de 23 de setembro de 1911 e dirigida ao professor da Ribeirinha, Jácome Correia pediu os resultados do seu inquérito junto dos chefes de oficina, das padeiras e comerciantes, sobre a possibilidade de receção das crianças que frequentavam as duas escolas da localidade, durante as 3 horas que precedessem a abertura das aulas. Na mesma carta, agradecia o manifestado interesse e a simpatia que suscitara o movimento para a implantação do ensino profissional iniciado pela Liga de Instrução.¹³⁷ Para esse fim, os professores deviam enviar para a direção da mesma, a lista de alunos interessados e nela devia constar, a designação da oficina preferida pela criança e a hora que se propunha frequentá-la¹³⁸.

Em julho de 1912, baseando-se a Liga no n.º 8 do art.º 74.º do decreto que reformava a instrução primária e indicava a forma como se devia efetuar a assistência escolar, e lembrando-se dos resultados obtidos com as “oficinas-escola” de Lisboa, decidiu a direção pedir aos professores das freguesias a sua colaboração e participação na criação deste tipo de oficinas. Os professores de cada freguesia deviam colaborar, procurando nas oficinas das localidades empregos gratuitos e sem remuneração de serviços, para as crianças que frequentavam as suas escolas¹³⁹. Na organização do trabalho técnico manual na cidade esteve a direção da Liga, que se dirigiu a inúmeros estabelecimentos, desde comerciantes, carpinteiros, relojoeiros, industriais, etc., ideia

¹³⁶ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*, 1909 – 1915 – *Diário dos Açores* de 23 de novembro de 1911, ct. n.º 1.

¹³⁷ BPARPD. LMIP – *Cópia de Ofícios e Mais Correspondência*, 1911 – 1914, ct. 2.

¹³⁸ BPARPD. LMIP - *Actas da Direcção*, acta de 15 de junho de 1912, ct. 2

¹³⁹ BPARPD LMIP. *Relatório*, 1912.

que foi bem acolhida, sobretudo nas freguesias de S. Pedro, Matriz e S. José. Com esta medida, Ayres Jácome Correia pretendia colmatar a dificuldade de a frequência escolar ser um empecilho para as famílias pobres, que necessitavam das crianças para o sustento familiar, aumentava a frequência das escolas, facultando a aprendizagem de um ofício e, ao mesmo tempo, vencida o que considerava ser uma grande batalha a favor das leis sobre a instrução primária e do movimento escolar internacional (*Diário dos Açores*, 1912, n.º 6357). Esta medida que se encontrava, segundo ele, em harmonia com os costumes locais, podia trazer uma grande frequência às escolas primárias e, assim, combater o analfabetismo. Apesar da ideia inovadora, ela teve pouco acolhimento por parte dos professores pelo que, na cidade, quem mais se interessou por este tipo de ensino foi o professor António Maria Lopes que conseguiu uma lista de apenas 11 alunos inscritos. Como era reduzido o número de alunos e pelo desinteresse manifestado, teve a Liga receio de insucesso, pelo que decidiu concentrar todos os esforços na escola da Rua Tavares Carreiro¹⁴⁰.

A 5 de março de 1914 foi confiado a Faria e Maia o estudo para a criação de uma escola-oficina de marceneiro, entalhador e carpinteiro e a compra do respetivo material para o seu arranque. Pensava-se que a criação de uma escola de artes e ofícios devia funcionar junto a uma escola primária para facilitar a deslocação dos alunos. A escola que à partida apresentava melhores condições era a de S. Pedro de Ponta Delgada, regida por António Maria Lopes, tendo sido pedida à Câmara, autorização para a cedência de um telheiro anexo existente na escola. Por impossibilidade da sua utilização, uma vez que servia de recreio coberto aos alunos, deu-se início ao curso a 20 de outubro de 1914 no nº 27 da rua Bruno Tavares Carreiro sob a direção do mestre

¹⁴⁰ BPARPD LMIP. *Relatório*, 1914.

Alberto da Rosa Martins¹⁴¹. As matrículas para a referida escola foram abertas nas escolas oficiais e particulares primárias e registaram-se 62 matrículas, das quais 24 foram conseguidas por António Maria Lopes. No regulamento da escola estabeleceu-se o horário de funcionamento em dois turnos, o primeiro das 8:00 às 11.30 da manhã e o segundo das 13.30 às 16.30 da tarde. Podiam matricular-se todas as crianças em idade escolar que frequentassem as escolas oficiais ou particulares da cidade, devendo dar-se prioridade às escolas oficiais. Os turnos de trabalho não podiam aceitar mais de 20 alunos de cada vez. O mestre da oficina desenvolvia o trabalho com os alunos durante a semana e no fim enviava ao professor primário uma nota nominal da frequência dos alunos e à Liga uma nota numérica, mensalmente. O mestre da oficina podia dispor, para o desenvolvimento dos seus trabalhos práticos, de uma quantia de 10\$000 mensais para a aquisição dos materiais necessários. Depois, os trabalhos executados pelos alunos na oficina eram vendidos e o produto revertia a favor da Liga, sendo no fim do ano 50% dessa importância distribuída pelos alunos, segundo o critério do mestre da oficina. Os alunos, por sua iniciativa, podiam executar trabalhos sob encomenda, cujo produto líquido era destinado à Liga e distribuído segundo as mesmas regras do citado anteriormente. Acerca deste tipo de encomendas, o professor devia apresentar uma lista dos trabalhos efetuados, especificando o seu custo e as despesas com eles efetuadas. Podiam, também, os alunos trabalhar por sua conta, desde que fornecessem a madeira, e o tempo de trabalho de cada aluno nunca podia ser inferior a uma hora por dia¹⁴².

No mapa geral sobre a oficina, no ano de 1915, estiveram inscritos 58 alunos e quando se iniciou a discussão para o seu encerramento, em 1916, ainda constavam 31. No final deste mesmo ano letivo foi feita uma demonstração final dos trabalhos da

¹⁴¹ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, acta de 5 de março de 1914, ct. 5.

¹⁴² BPARPD LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1914.

escola oficina, organizando-se uma exposição na instituição *Século XX* a qual mereceu grande apreciação pública¹⁴³.

Em meados de fevereiro de 1914 e na sequência da abertura deste tipo de escolas, Evelina de Sousa propôs a Jácome Correia a criação, em Ponta Delgada, de uma oficina destinada a raparigas pobres para ser ministrado um curso de rendas¹⁴⁴. Hortense de Moraes, amiga de Evelina, propusera-se lecionar o curso e o presidente da Liga fez-lhe imediatamente a proposta. O curso abriu no dia 6 de abril de 1914, com 50 alunas a quem eram ministradas as lições em dois turnos de 25 pessoas cada, funcionando todos os dias úteis, exceto à quinta-feira¹⁴⁵. Esta escola teve como objetivo primordial a educação feminina, para que a mulher pudesse exercer, condignamente, uma atividade bastando-se a si própria ou como contributo para a economia doméstica. No ano seguinte, no edifício do colégio Insulano de Ponta Delgada, foi possível a realização de uma exposição dos trabalhos realizados nas aulas da oficina de rendas. A exposição excedeu todas as expectativas e manteve-se aberta durante quatro dias. Destacaram-se alguns trabalhos, pela sua beleza e perfeição, sobretudo os de uma aluna surda de 11 anos de idade (*A Folha*, 1915, p. 634). O êxito da realização desta exposição foi noticiado com fotografias em alguns jornais do continente, como o jornal *Mala da Europa e Ilustração Portuguesa*, periódicos de Lisboa. Embora o curso tivesse tido grande sucesso, os escassos recursos económicos da Liga não permitiram a sua continuidade, embora Jácome Correia o tivesse ainda subsidiado no ano seguinte. Evelina de Sousa, através da *Revista Pedagógica*, ainda procurou dirigir um apelo à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Junta Geral de distrito para que fosse atribuído um subsídio à escola de rendas, com o objetivo de se criar uma indústria feminina, de

¹⁴³ BPARPD LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1916.

¹⁴⁴ BPARPD LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1914.

¹⁴⁵ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, acta de 5 de março de 1914, ct. 5.

forma a “proporcionar um trabalho condigno à mulher micaelense”. Como última tentativa para impedir o seu encerramento, dirigiu uma “Carta Aberta” a Ana de Castro Osório, publicada no jornal *A Folha* do qual era diretora Alice Moderno, pedindo-lhe que exercesse a sua influência e conseguisse junto do ministério do trabalho restabelecer a escola de rendas, prestando assim, um grande benefício à mulher micaelense. Este novo estabelecimento constituiria uma escola distrital de habilitação técnica para ser subsidiada pelo ministério do trabalho, ficando apenas o edifício a cargo da Junta Geral de Distrito (*A Folha*, 1917, n.º 672). Evelina manifestou, diversas vezes, a preocupação pela definição de carreiras profissionais para as mulheres micaelenses e ainda pela preparação profissional das raparigas, aspeto que foi incentivado pelo movimento feminista português e pela “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas” (Cruzeiro, 1998, p.36).

A introdução das novas ideias pedagógicas europeias acarretou a emergência de uma nova atitude, por parte dos professores primários, e foi largamente difundida pela imprensa nas ilhas. Despertaram novos métodos pedagógicos baseados no “estudo científico” da criança, tendo em conta os aspetos afetivo, intelectual e físico (Candeias, 1995, p.16). De facto, embora o ambiente social e político fosse pouco propício a inovações pedagógicas, e não se criasse um ambiente que permitisse a estabilização do ensino, o debate sobre os métodos era uma constante, provando a vivacidade das questões pedagógicas e a influência da pedagogia de outros países europeus (Torgal, 1993, p.619 e 621).

Alguns professores, tais como João Machado Benevides, professor nos Arrifes e Inácio de Arruda que terão sido influenciados pela “escola progressiva” americana defendiam a existência de oficinas de trabalho. A ideia inspirada no pedagogo Dewey era proporcionar às crianças e jovens, um espaço onde pudessem experimentar,

contactando desde cedo com diversos materiais, de forma não só a manuseá-los, mas para lhes possibilitar, a reprodução de situações de vida. O mesmo se verificava com outras atividades introduzidas na escola primária como as dramatizações, as récitas e a prática de jogos. Estas constituíam oportunidades de reproduzir as situações da vida e de adquirir e aplicar noções e ideias para o desenvolvimento de experiências progressivas (Torgal, 1993, p.825). A impossibilidade da criação deste tipo de oficinas não se devia só à falta de recursos mas também há inexistência de escolas construídas para o efeito. As casas de escola eram escassas e a maior parte delas não tinha espaços condignos nem para o efeito a que se destinavam.

4.5 – Método da Cartilha de João de Deus

A partir de 1882, ano da criação da “Associação das Escolas Móveis”, deu-se a divulgação de um novo método de leitura designado por *Cartilha Maternal* ou *Arte da Leitura* de João de Deus e que teve uma enorme difusão no ensino público. Nos Açores, o método popularizou-se e começou por ser usado com alguma frequência nas escolas oficiais, apesar de ainda se fazer uso do método Repentino de Castilho. Já em 1879, no Faial da Terra e em Vila Franca, se havia feito uso do método de leitura João de Deus (Dias, 2003, p.146). A 22 de junho de 1887 tinha sido requisitada para Vila Franca, a primeira missão em S. Miguel das escolas móveis pelo método João de Deus (missão nº 32), dirigida por José Gonçalves Martins. Essa escola registou a frequência de 90 alunos, apresentando, 4 meses depois, 27 alunos a exame. Os resultados brilhantes encorajaram os “amigos da instrução” no prosseguimento do método. Foi requisitada uma nova missão para Ponta Delgada (missão nº 33) que foi desempenhada pelo professor Alfredo Gonçalves ainda no ano de 1887. Teve início a 4 de novembro, com

119 alunos e deu-se por concluída a 11 de março de 1888, com 20. Ainda criou uma outra (missão nº 39) em abril, com 60 alunos, tendo terminado em agosto do mesmo ano com 20¹⁴⁶. No ano letivo de 1890/1891 Alfredo Gonçalves procurou fundar, na cidade de Ponta Delgada, um colégio interno pelo referido método, que designou “Escola Micaelense”, vendo-se abrigado a fechá-la, pouco tempo depois, por falta de recursos económicos¹⁴⁷.

Alguns professores de S. Miguel, que regularmente se deslocavam a Lisboa para se inteirarem dos novos métodos pedagógicos, tiveram oportunidade de aprender a utilização correta do método da Cartilha, tal como o fizeram Alice Moderno e Evelina de Sousa, mas só em 1907 foi possível assistir à primeira conferência realizada na cidade de Ponta Delgada¹⁴⁸.

Na Terceira, a Sociedade Promotora da Instrução Terceirense nasceu com o objetivo de propagar o método e de promover missões escolares com base no mesmo, para a alfabetização do povo terceirense. Os elementos que constituíram a Sociedade mantiveram uma estreita ligação com João de Deus Ramos. Salazar d’Eça, secretário-geral da Associação de Jardins-Escola João de Deus, promoveu uma série de conferências na Terceira para promoção do método. Também João de Deus Ramos se deslocou à ilha para a realização de algumas conferências e para presidir a festas escolares que se realizaram no encerramento das missões.

¹⁴⁶. Em setembro de 1888 Alfredo Gonçalves partiu para a ilha Graciosa onde tinha sido requisitada a missão nº 41. Carvalho, A. P. (1991). *Éléments pour l’histoire d’une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa.

¹⁴⁷ A Escola Micaelense abriu na Rua Nova da Matriz em Ponta Delgada. – *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1910 – 1913.

¹⁴⁸ José Salazar d’Eça realizou uma conferência na Terceira em setembro de 1906. Jaime Amaral, professor diplomado pela escola distrital de Angra era aluno de Salazar d’Eça no estudo do método. – *Revista Pedagógica*, nº 13, 1 outubro de 1906.

A imprensa republicana, em S. Miguel e na Terceira, recebia regularmente o boletim das escolas móveis, noticiava as conferências pedagógicas realizadas pela Associação e, ao mesmo tempo que fazia propaganda do método, apelava à iniciativa particular para o apoio das escolas móveis pelo método João de Deus.

Apesar da intensa atividade que se verificava já na Terceira na propagação do método, Salazar d'Eça de passagem por S. Miguel para a Terceira propôs à redação da *Revista Pedagógica* a possibilidade de realização de uma conferência sobre a Cartilha Maternal. Evelina de Sousa convocou o Centro Escolar de Ponta Delgada para que se fizesse um breve e prático estudo do método e Evaristo Ferreira Travassos convocou todas as comissões de beneficência e ensino, a fim de auxiliarem a redação da *Revista* no bom êxito da conferência. O comendador João de Melo Abreu, presidente da Comissão de beneficência da escola da freguesia de S. Pedro, prestou-se a custear as despesas, que rondaram os 40\$000 réis¹⁴⁹. Evelina preparou um álbum do método para que se fizesse uma preleção prática sobre ele, e uma sala na escola masculina de S. Pedro, cedida pelo professor António Maria Lopes. A Conferência realizou-se no dia 2 de fevereiro de 1907 e abriu com o Hino da Escola Micaelense¹⁵⁰.

Evelina de Sousa afirmou, na *Revista Pedagógica*, que “Salazar Eça fez a exposição do método, provando à evidência, o quanto familiarizado estava com ele e com as modificações por que este se via obrigado a passar para se adaptar ao meio, tirando de cada defeito da pronúncia regional, matéria para a exposição intuitiva do referido método” (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º22). Após a realização da conferência, Francisco Faria e Maia apresentou, em nome do Centro Escolar de Ponta Delgada, uma proposta ao presidente da Câmara, Luís Botelho Mota, para que subsidiasse uma missão

¹⁴⁹ A despesa da conferência foi notificada por Alice Moderno em carta enviada a João de Deus Ramos - MJD.

¹⁵⁰ ANEXO XV e ANEXO XVI - Hino Nacional das escolas e Hino Micaelense da Instrução Primária.

das escolas móveis no concelho, para efeito do curso noturno para alunos trabalhadores, ideia que foi bem aceite, pois o subsídio apenas se limitava ao pagamento da deslocação do professor das escolas móveis e da luz para o curso noturno.

O método de João de Deus foi defendido pelos republicanos por se opor ao ensino empírico tradicional e assentava, fundamentalmente, na racionalidade, em oposição ao ensino feito com base na memorização, permitindo a criação de espíritos livres, não só relativamente à aprendizagem da leitura mas com aplicação a todas as outras matérias e em todos os domínios. Por esse motivo, o método veio encaixar-se perfeitamente no ideário republicano. João de Barros defendeu a *Cartilha Maternal* como um método verdadeiramente português que, segundo ele, serviria de base à remodelação geral do nosso sistema de ensino. Considerou ser verdadeiramente adaptado à psicologia e à fisiologia da criança porque se fundamentou nos princípios essenciais dos modernos sistemas educativos. O grande empenhamento que dedicou ao método não tinha apenas fundamentos técnico-pedagógicos, mas ideológicos, claramente ligados à Maçonaria (Reis, 1979, p.15).

Para João de Barros, João de Deus compreendeu primeiro a importância da fala (fisionomia). Graduou as lições em: vozes e articulações, estas por sua vez foram subdivididas, respetivamente, em vozes puras (nominais, fechadas, abertas e graves) e nasaladas; e em articulações proferíveis (vozeios e bafejos) e improferíveis (modos labiais e modos dentais), dispô-las, não pela ordem alfabética, mas pela complexidade dos seus valores. Principia pelas vogais “como as vogais representam as vozes, e sem voz não há palavra falada, também sem vogal não pode haver palavra escrita” (1ª lição da Cartilha); e que as consoantes se ensinam a ler pelo seu valor, não pelo seu nome. Segundo João de Barros, a Cartilha Maternal surgiu numa época em que os estudos de pedagogia ainda não estavam iniciados e em que a maioria dos educadores tradicionais

se apegava à cultura da memória (Reis, 1979, p.15). Foi, segundo João de Barros, o primeiro que criou um instrumento de educação, ou mais propriamente de ensino racional, fundamentado nas leis psicológicas da evolução mental da criança, de forma a preparar-lhe o espírito para pensar logicamente. João de Deus pensava que o ensino da leitura devia: 1.º- ser racional, isto é respeitando a instintiva lógica da criança; 2.º- estimular o interesse do aluno, jogando sempre sobre palavras conhecidas, quer dizer, satisfazendo o seu instinto de concretização; 3.º- ministrado num meio familiar. A inovação de João de Deus em imprimir as palavras na Cartilha em letras gordas, umas a negro, outras a traço fino com o fim de distinguir as sílabas entre si foi combatida por alguns críticos com sendo prejudicial à vista das crianças (Carvalho, 2001, p. 608). Reconhece-se a atualidade da Cartilha, que comportou pontos inovadores, entre os quais o desenho tipográfico das letras e a abolição da soletração no ensino da leitura (Raposo, 1991, p. 15).

Para a propagação das características próprias do método, João de Deus Ramos considerava necessária a criação de um instituto escolar que abrangesse o ensino infantil e do qual devia fazer parte integrante a alfabetização, à semelhança de todas as nações cultas (Azevedo, 1997, p.41). João de Deus Ramos, tal como Faria e Maia, apesar de conhecerem e estudarem, pessoalmente, os sistemas de ensino no estrangeiro não concordavam com a sua cópia mas defendiam a adaptação à “maneira de ser” portuguesa. João de Deus Ramos pretendia conceber uma escola original, bem ao encontro da sensibilidade da criança portuguesa.

Em 1907, anunciou-se a presença em S. Miguel de João de Deus Ramos que se teria deslocado a Angra para uma série de conferências. A presença de João de Deus Ramos em S. Miguel tinha sido recomendada a Evelina de Sousa, através da *Revista Pedagógica*, por Casimiro Freire um dos fundadores das escolas móveis.

A organização da recepção a João de Deus Ramos ficou a cargo de Evelina de Sousa que lhe escreveu, dizendo-lhe que punha à disposição os seus limitadíssimos préstimos em Ponta Delgada e chegou mesmo a confidenciar-lhe que quando chegasse a S. Miguel iria ter ocasião de presenciar o amor que tinha pela instrução e que a favor dela chegava até onde lhe era possível e nada mais podia avançar¹⁵¹.

João de Deus Ramos foi bem recebido pela sociedade micaelense de então e, sobretudo, por todos aqueles que em S. Miguel se dedicavam, arduamente, a modernizar o ensino público e a combater o analfabetismo. Foi conduzido por Evelina de Sousa e Alice Moderno, numa visita à cidade de Ponta Delgada e às suas instituições. Logo à sua chegada manifestou o desejo de ser apresentado ao comendador João de Melo Abreu, para lhe manifestar toda a gratidão pelo apoio dispensado a Salazar d'Eça, aquando da sua última conferência na cidade. Durante a sua visita a S. Miguel, João de Deus Ramos ficou impressionado com o número de instituições de caridade existentes na ilha e no papel que elas tinham na divulgação do ensino. A que lhe suscitou maior curiosidade foi a instituição *Século XX*, que motivou uma demorada visita a este estabelecimento de ensino. Admirou, em particular, a inexcedível atividade despendida por Dinis Moreira da Mota à instituição, em prol do combate ao analfabetismo e na proteção a crianças órfãs (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 32).

João de Deus Ramos procurou também fazer muito pela instrução popular e pelo combate ao analfabetismo, tendo criado as bases para a organização das Escolas Móveis pelo método João de Deus e a instituição anexa de bibliotecas populares ambulantes e jardins escola¹⁵². A Associação de Escolas Móveis era uma instituição benemérita e propagadora do ensino laico. João de Deus Ramos, conhecedor dos modernos sistemas

¹⁵¹ MJD – *Correspondência de João de Deus Ramos*, carta enviada por Evelina de Sousa, datada de 31 de julho de 1907.

¹⁵² MJD. Jornal “*Vanguarda*”, n.º 3787, 3 de junho de 1907.

de ensino europeus, manifestou o atraso português relativamente à França de “setenta e tantos anos” de evolução da instrução popular. Relativamente às questões do ensino, a sua forma de pensamento era muito idêntica à defendida por Francisco Faria e Maia. Segundo ele, a evolução da instrução popular obedecia, em cada momento histórico, a todos os aspetos da vida social, principalmente à questão política e económica. No seu ponto de vista, a evolução da instrução popular tinha de ser coletiva e, tal como Faria e Maia, acreditava no esforço coletivo. Para João de Deus Ramos, “o desenvolvimento da instrução não dependia da orientação nem do esforço de atividade deste ou daquele homem notável, por muito peregrinas que fossem as suas qualidades, ou apenas de uma dúzia de homens ilustrados que aspiravam a realizar o que houvesse de mais recente e mais avançado fora das fronteiras da sua Pátria”¹⁵³.

Em Ponta Delgada, Evelina de Sousa, Alice Moderno, Jácome Correia, João de Melo Abreu, Francisco Faria e Maia, Manuel Inácio de Arruda e, muitos outros, defendiam a aplicação do método da Cartilha Maternal. A 15 de outubro de 1913, anunciou-se a abertura de duas escolas móveis em Ponta Delgada, proporcionadas por Afonso Costa, tendo sido convidada Alice Moderno para dirigir uma delas (*Revista Pedagógica*, 1913, n.º 271). Convém referir, no entanto, que a Liga Micaelense de Instrução Pública, ao criar os 33 cursos noturnos teria feito uso do método de João de Deus. No ano letivo de 1918/1919, sob a subinspeção de Manuel Moniz Morgado, encontravam-se a funcionar na ilha de S. Miguel 3 cursos móveis pelo método João de Deus, regidos pelas professoras Maria Diamantina Taveira, nos Remédios da Bretanha,

¹⁵³ MJD. *Livro de Recortes de Jornais - “Vanguarda”*, n.º 4088, 1 de junho de 1908.

Germana Tavares Rebelo, na Relva (Covoada) e Maria da Glória Medeiros Vasconcelos, na Achada (Nordeste)¹⁵⁴.

Mas a aceitação do método nas ilhas, embora fosse defendido pela maioria dos propagandistas do ensino e dos republicanos, encontrou também acérrimos opositores, sobretudo por parte das ordens religiosas. Na Terceira, por exemplo, Salazar d'Eça em carta enviada a João de Deus Ramos afirmava que:

[...] o meio social na ilha era difícil, que as suas gentes sofriam de 'jesuitismo', e os padres até o combatiam no confessionário ¹⁵⁵.

Esta situação manteve-se, apesar de ele ter tido apenas o papel de instrutor e propagandista e por se ter esforçado por mostrar que a instrução nada tinha a ver com questões políticas e religiosas. Este facto comprova bem a oposição feita pela igreja ao ensino laico nas ilhas onde o ensino instituído pelas ordens religiosas se encontrava ainda muito enraizado¹⁵⁶.

A *Revista Pedagógica* procurou sempre acompanhar os novos processos e métodos de ensino até ao fim da sua existência. A partir de 1910 foram frequentemente divulgados estudos e conferências europeias, no âmbito da Psicologia Experimental, que tinham em conta o desenvolvimento fisiológico e psicológico das crianças. A Psicologia e a Pedagogia Experimental tiveram alguns representantes em Portugal: Alves dos Santos, professor em Coimbra, após visita às escolas de França e Suíça contactou com Claparède e fundou, na Universidade de Coimbra, o primeiro laboratório

¹⁵⁴ BPARPD. DEPD. *Mapa de Serviço do Professorado do Círculo Escolar de Ponta Delgada no ano lectivo de 1918/1919*.

¹⁵⁵ ANEXO XVII - Carta enviada de Angra por Salazar d'Eça e datada de 30 de dezembro de 1906 (carta transcrita). MJD. *Correspondência de João de Deus Ramos*.

¹⁵⁶ A Sociedade Promotora da Instrução de Angra subsidiou a missão das escolas móveis nº 152, realizada nesta cidade, tendo sido dirigida por Salazar d'Eça. Iniciou a 11 de setembro de 1906 com 125 alunos e deu-se por concluída a 13 de janeiro de 1907 com 92 alunos. - Carvalho, A. P. (1991). *Élèments pour l'histoire d'une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa.

português de Psicologia e Pedagogia Experimental. Adolfo Lima e César Porto, à frente da Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, contribuíram através dos seus escritos e trabalho para a renovação pedagógica portuguesa (Fernandes, 1978, p. 127).

Ao propagar os novos métodos, a *Revista Pedagógica* exaltou, essencialmente, a promoção do ensino intuitivo e racional, a criação de uma nova escola com interesse em cativar os alunos para as atividades escolares e baseada num ensino capaz de proporcionar o desenvolvimento de todas as suas capacidades. O ensino intuitivo e racional era também divulgado através de conferências e por meio da imprensa pedagógica e teve bastante acolhimento junto das correntes da educação familiar e popular e nos sectores que se batiam pela renovação intelectual do país (Nóvoa, 2005, p. 31).

O método da Cartilha considerado intuitivo e racional destinava-se a ser utilizado pelas mães que segundo João de Deus Ramos ensinariam a ler os filhos, tal como os ensinavam a falar. Esta ideia depressa entrou em contradição com a dura realidade dos dados estatísticos que se apresentavam relativamente à instrução feminina analfabeta. Ideia igualmente partilhada por Ana de Castro Osório, que, numa conferência intitulada “A Educação da Criança pela Mulher”, se referiu à impreparação da mulher portuguesa que, assim, não podia educar porque não era educada, não podia ilustrar porque não era ilustrada, por esse motivo, nunca podia ser a educadora da criança¹⁵⁷.

Na Terceira também, na imprensa, era comum manifestar-se a importância da educação das mães por se achar que só elas o poderiam fazer moralmente. Compreendia um fundo ideológico pela influência que a igreja tinha na educação feminina, inculcando-

¹⁵⁷ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*, “Vanguarda” – Diário Republicano Independente”, n.º 2995, 5 de março de 1905.

lhes uma educação supersticiosa. Ávila Júnior era grande entusiasta da educação feminina no sentido do desenvolvimento intelectual e considerava que a mulher devia ter as mesmas oportunidades educativas do que o sexo oposto. Atendendo à importância das mães enquanto educadoras, Ávila Júnior acreditava que o analfabetismo só desapareceria quando a mulher fosse educada mas não da forma tradicional. A isso faz referência da seguinte forma:

É claro que quando falo da educação da mulher não me refiro à educação de boneca que se ministra na atualidade. A educação da mulher não consiste somente...em saber trabalhar no bastidor, em fazer renda de bilro e inglêsa, tocar piano, dançar falar francês, inglês, etc. (*A Voz do Professor*, 1909, n.º 7).

Na reforma educativa de 1911, considerava-se que a educação das crianças devia ser feita pela professora e, na família, pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação educativa que se pretendia dar à criança. O objeto do ensino infantil era comum aos dois sexos e tinha em vista a educação e o desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, entre os quatro e os sete anos de idade, com o fim de as iniciar em hábitos e disposições nos quais se pudesse apoiar o ensino regular da escola primária (artigo 5º) (*Revista Pedagógica*, 1911, n.º 171).

Evelina de Sousa, republicana e feminista convicta, em estreita ligação com algumas feministas nacionais como Ana de Castro Osório, Alice Moderno, Teresa Franco, e Maria Veleda, ao longo da *Revista Pedagógica* micaelense, enaltecera o valor da educação e instrução da mulher, valorizara o seu papel de mãe e educadora e defendera o sufrágio e a emancipação feminina.

Mas a aceitação do método nas ilhas, embora fosse sustentado pelos republicanos e pela maioria dos propagandistas do ensino, encontrou também alguns opositores, sobretudo por parte das ordens religiosas. Estas não parecem ter feito

ataques, propriamente, à utilização e uso da Cartilha maternal no ensino da leitura, uma vez que os religiosos também a utilizaram, mas por entrarem em conflito com os ideais republicanos, como o livre pensamento.

Inicialmente a ideia da propagação da Cartilha tinha boa aceitação por parte dos párocos como o atesta um correspondente do jornal *San Miguel* que chegou a fazer a apologia das Escolas Móveis pelo método João de Deus e a noticiar a vinda de Salazar d'Eça à ilha para a realização de conferências sobre o referido Método. Acerca delas, os periódicos religiosos prometeram conceder-lhe todo o apoio desde que as mesmas obedecessem às normas do que designaram de *sã pedagogia* e não servissem para o fim a que tendiam algumas Ligas modernas da Instrução que dela se serviam não para educarem, mas para perverterem o povo, combatendo o sentimento religioso (*San Miguel*, 1907, n.º91).

A educação do indivíduo vista como um todo era designada pelos republicanos como integral onde não encaixava o aspeto religioso. Ideia repugnada pela Igreja onde na educação do indivíduo não faria sentido e seria vazia de conteúdo sem a vertente filosófica religiosa. Argumentação que implicou a acusação nos jornais católicos de os republicanos não saberem discriminar as noções de educação e de instrução. Com frequência se contrapunha a ideia de educação e de instrução. Ao invés da educação tida como um todo, no desenvolvimento integral da criança e de onde não se desgarrava a noção de instrução, a Igreja no seu discurso tomava a ideia de educação como o que há-de tornar apto o Homem para a consecução do seu destino, o que constituía a verdadeira necessidade do Homem. Consideravam um erro tomar a instrução em absoluto, exagerando até a sua importância. No que considerou ser uma lição dada à *Revista Pedagógica*, o jornal *San Miguel* referiu que esta confundia instrução com educação, identificando o meio com o fim, pois educar era desenvolver, dirigir, e aperfeiçoar,

todas as faculdades e todos os sentidos do Homem, de modo a facilitar-lhe o alcance do seu fim último. Isto exigia do pedagogo, tal como o designou, uma difícil missão.

D'aquí se vê quão complexo, difícil e grave não é o problema da educação, e a necessidade de se constituir uma ciência ainda nascente, que dita ao educador os meios proporcionados a tão importante fim _ a Pedagogia. (*San Miguel*, 1907, n.º 98).

Segundo o correspondente, o pedagogo teria de possuir uma aptidão natural mas também teria de possuir conhecimento seguro da ciência que considerava ser a origem norteadora da pedagogia _ a Filosofia. Ainda acrescentou que era nestes dois ramos da ciência _ a antropologia e a moral que deveria assentar a educação. Reforçou que a orientação por novos e erróneos sistemas filosóficos que norteiam a pedagogia em nome do absurdo princípio do pensamento livre, cada indivíduo tem uma filosofia própria, a que lhe convém, sendo banida a verdadeira ciência, pois esta progredia sempre em harmonia com a religião, prestando mútuo e utilíssimo auxílio. Por esse motivo chegou a criticar Maria Evelina de Sousa, diretora da *Revista Pedagógica*, por ter afirmado ser “alheia a todo e qualquer credo”, tendo-a acusado mesmo, de pseudo-pedagógica e pouco merecedora de consideração. Para a Igreja, o educador deveria ter em conta o sentimento humano mais espontâneo e necessário, o da religiosidade, porque se o ignorasse faria uma educação incompleta e desequilibrada, considerando até antipedagógico, ignorar a fé católica. (*San Miguel*, 1907, n.º 98).

No discurso pedagógico, chegou a condenar-se a utilização da Cartilha em tenras idades porque, por vaidade, comprometia-se muitas vezes o natural desenvolvimento pedagógico da criança (*O Dia*, n.º 143, 30 de maio de 1905). Fazia-se a ligação ao método natural de aprendizagem em que à mãe deveria incumbir a tarefa do ensino das primeiras letras, auscultando os seus interesses tal como o fazia para outras necessidades da criança. A mãe deveria incutir o interesse, proporcionando o contacto

com as primeiras letras e não forçar a aprendizagem de modo a fatigar a criança. Esta máxima tão propagada pela imprensa no arquipélago consistia em interessar, não violentar e deveria ser também uma das regras a que os pais deveriam recorrer no ensino primário dos seus filhos (*O Dia*, n.º 143, 1905). A educação infantil noutros países, tal como a Suíça, nos jardins-de-infância educava-se o raciocínio, a reflexão, para a compreensão da vida recebendo as crianças com as primeiras letras a mais exata noção dos deveres.

Froebel insistiu na importância do ambiente do lar para a formação da criança e a consequente necessidade de formar as mães para o desempenho dessa tarefa (Giles, 1987, p.200). Esta ideia foi defendida por Evelina de Sousa e por outras feministas, que, no entanto, estavam convictas da impossibilidade da sua prática, devido ao analfabetismo feminino.

4.6 – O Ensino Infantil

O método que foi largamente propagado pela imprensa açoriana foi o método intuitivo, preconizado por Pestalozzi e Froebel e difundido por toda a Europa, tendo começado por ser aplicado ao nível da educação infantil. A preocupação pela educação das crianças na idade pré-escolar foi-se expandindo por toda a Europa e constava do Programa do Partido Republicano Português. Em todo o país, os jardins-de-infância públicos eram escassos e em S. Miguel eram mesmo inexistentes, embora durante os governos de João Franco e de Hintze Ribeiro tivessem sido feitas algumas tentativas para a sua criação (Dias, 2003, p.146). Numa notícia publicada no *Diário dos Açores*, de 14 de julho de 1920, anunciava-se que se procurava realizar, no ano letivo seguinte,

no Teatro Micaelense, de uma récita a favor da constru o de um jardim-escola João de Deus. Apesar do atraso verificado na implanta o do ensino infantil, procurou-se que este grau de ensino acompanhasse o desenvolvimento, pelo menos ao nível das representa es teóricas, das modernas correntes pedagógicas europeias. Tal como em todo o país, no arquipélago, a distância entre as ideias reformistas e a realidade socioecon mica não permitiu que se transformasse este projeto em realidade. A falta de recursos constituiu a principal causa da inexistência de jardins-de infância, valorizando-se, então, as escolas primárias, sobretudo pela importância que lhes era atribuída no combate ao analfabetismo.

Num dos relatórios da Liga Micaelense de Instru o Pública, Jácome Correia demonstrava conhecer o sistema de ensino de outros países, fazendo referência   falta de jardins-de-infância em Portugal, ao contrário de outros países europeus, como a Su a, a França ou a Bélgica, onde a base da educa o das crianças assentava numa educa o ministrada nos *Kindergarten* fr belianos. Segundo ele, estes espaços tinham como objetivo primordial preparar o raciocínio, a memória e a observa o das crianças, que se iam adaptando   vontade dos mestres. Em alguns artigos da imprensa de S. Miguel e da Terceira fazia-se referência às crianças portuguesas que compareciam nas escolas, aos sete ou oito anos, impreparadas, rejeitando qualquer esforço para as disciplinar. Também se referenciava o facto de os professores primários relatarem uma inadapta o dos alunos   escola primária. As crianças, para além de comparecerem neste grau de ensino com idades mais avançadas, demonstravam uma completa ausência de regras de comportamento e de higiene, uma escassa motiva o para a aprendizagem, provocada pela inexistência de prepara o pedagógica, pela escassez de alimenta o e de vestuário.

A imprensa, em geral, defendeu a necessidade de investimento público urgente na criação de jardins-escola, para a preparação das crianças portuguesas de tenra idade, que se deveriam assumir como uma espécie de auxiliar das escolas primárias, devendo funcionar como “complemento” a estas. Sem estas instituições pedagógicas, quase se considerava um milagre a aprendizagem em crianças de sete anos de idade, que traziam consigo a ausência completa de ensino claro e intuitivo. Estas novas instituições tinham como objetivo afastar as crianças do que consideravam ser as más influências do meio, onde estavam inseridas, e dar-lhes “noções de coisas”, que lhes iriam servir para toda a vida (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º34). Evelina de Sousa publicou ainda, na *Revista Pedagógica*, uma circular enviada por Ana de Castro Osório, em que dava conhecimento da intenção de se criarem escolas infantis em todo o país. Na circular, pedia a colaboração dos açorianos e em especial de Evelina de Sousa. Era assinada por Ana de Castro Osório, Guilhermina Bataglia Ramos, viúva de João de Deus, Maria Veleda e Ilda Jorge, entre outras, e nela se afirmava a pretensão de se criarem escolas infantis, que, segundo elas, podiam designar-se por jardins-de-infância, escola maternal, ou escola Froebel (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º34). A Associação de Escolas Maternais, como se designava, era dirigida por Ana de Castro Osório e, de certa forma, por partilhar os mesmos objetivos, funde-se, nesse ano, com a Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus, a pedido da direção e apoiadas por João de Deus Ramos¹⁵⁸.

O método intuitivo começou por ser aplicado ao nível da educação infantil, mas generalizou-se a sua aplicação ao ensino primário. Publicaram-se artigos sobre Pestalozzi e Froebel acerca da idade infantil e do seu comportamento. Assim, alguns jornais divulgaram um método designado como “Oficinas de Tom Tit”, que se baseava

¹⁵⁸ Carta a João de Deus Ramos redigida por Ilda Jorge, datada de 15 de outubro de 1907. – MJD, *Correspondência de João de Deus Ramos*.

no método de Froebel, mas ligeiramente modificado. As oficinas, conhecidas como quintas-feiras de Tom Tit, ou *L'oeuvre des bons jeudis*, foram iniciadas por Arthur Good, engenheiro, conhecido como Tom Tit. Eram destinadas a crianças pobres e competia às Câmaras disponibilizar um espaço iluminado e arejado em qualquer escola. As rotinas muito próximas das de Froebel, baseadas no processo educativo pelo divertimento, consistiam num tempo destinado a “recreações manuaes”. Deste modo, jogava-se ao “chinquillo”, ou outro qualquer jogo ao ar livre, ouviam-se discos no gramofone seguindo-se a oferta de uma merenda. O ensino e a educação recreativa alternavam-se e, com vista ao desenvolvimento cerebral das crianças, iam-se-lhes inculcando hábitos escolares que, de outra forma, lhes estariam vedados (O Dia, 1904, n.º 21). A *Revista Pedagógica* também divulgou o método e a ideia era preparar as crianças, com um duplo objetivo: afastá-las da rua e prepará-las para que, quando entrassem na escola primária, estivessem mais adaptadas.

A partir de junho de 1915, na *Revista Pedagógica* foram publicados ainda, três artigos de página inteira sobre a pedagogia de Pestalozzi.

A influência destes dois pedagogos encontra-se patente em todos os discursos proferidos pelos republicanos e por todos aqueles que acreditavam que a reforma social só seria possível através da reforma do ensino. Também Pestalozzi, ao ser influenciado por Rousseau e pelos ideais da Revolução Francesa, asseverou que a reforma social dependia, em grande parte, da reforma do processo educativo (Giles, 1987, p.188). Froebel, discípulo de Pestalozzi, também sustentou alguns dos princípios por este preconizados, tal como o reconhecimento do ensino intuitivo distinguindo-o como o melhor meio a empregar no desenvolvimento das inteligências infantis. Por outro lado, considerou que os seus métodos se adaptavam mal à primeira infância. Criou o jardim-de-infância ou *Kindergarten*, atribuindo-lhes esse nome por não pretender “dar a ideia

de escolarização” das crianças. A designação que lhes atribuiu derivava do facto de acreditar que as crianças deveriam ser tratadas como as plantas num jardim, criadas em harmonia com Deus, com a natureza e com elas mesmas (Gomes, 1986, p.16). Froebel insistiu na importância do ambiente do lar para a formação da criança e a consequente necessidade de formar as mães para o desempenho dessa tarefa. Esta ideia era também propagada pelos defensores do Método de João de Deus e muito difundida pela imprensa terceirense e pela micaelense, embora alguns intelectuais açorianos estivessem pouco convictos da sua aplicabilidade devido ao analfabetismo feminino que grassava nas ilhas. Apesar da influência que Froebel recebeu de Pestalozzi, criticou a sua falta de cientificidade e sentiu a necessidade de criar uma sequência de experiências mais organizadas para estimular as capacidades inatas e ordenar a vida mental interna da criança (Giles, 1987, p. 200). Desenvolve, para o efeito, jogos criativos e outros materiais de instrução que podiam ser utilizados pelos educadores no jardim-de-infância. Estas escolas tinham a particularidade de funcionar em espaços abertos, em comunhão com a natureza, procurando desenvolver as capacidades da criança num ambiente de liberdade. O desenvolvimento das capacidades de observação e de sensibilidade para com a natureza deveria ser feito desde tenra idade, e não considerando possível o desenvolvimento psíquico, se não estivesse fundamentado em operações concretas. Daí a valorização que atribuiu ao “jogo educativo”, pois, através dele, a criança colocava-se em relação concreta com o mundo, partindo das noções concretas para as abstratas (Abbagnano, 1982, 611). O jogo servia, igualmente, para fugir à rotina escolar, gerando satisfação e alegria, considerando que estes sentimentos deviam estar sempre presentes nas atividades de aprendizagem.

Em Portugal, a legislação publicada relativamente ao ensino infantil, nomeadamente, nos decretos de 1896 e de 1902, apresentava um programa muito

influenciado pelas grandes linhas de orientação de Froebel (Cardona, 1997, p.30). No decreto de 1896 já tinha sido considerada a preocupação com a educação intelectual e tecnológica, revelando um programa que se aproximava das “lições de coisas” de Froebel, em que se apresentavam “os objetos das diversas noções” e as “operações técnicas”, que as crianças deviam assimilar na escola infantil. No decreto de 1902, era notória a influência de Froebel recomendando-se a “utilização do jogo” e da “lição das coisas”, elementos essenciais a considerar na pedagogia (Cardona, 1997, p.32). Apesar destas tentativas, apenas no decreto de 29 de março de 1911 é que o ensino infantil foi, verdadeiramente, contemplado. Efetivamente, na legislação relativa à reforma do sistema educativo, de 1911, elaborada por João de Barros e João de Deus Ramos, foi muito valorizado o ensino infantil, tendo sido compreendido como uma preparação para a escola primária. Preconizando a sua aplicabilidade aos dois sexos, em idades compreendidas entre os quatro e os sete anos, o ensino infantil tinha em vista a educação e o desenvolvimento integral, vale dizer, físico, moral e intelectual das crianças, com o objetivo de as iniciar na prática de hábitos e de disposições na qual o ensino regular da escola primária (artigo 5.º) se poderia apoiar. O ensino infantil, sob a forma de “lição de coisas” e como preparação para o ensino primário, compreendia noções e conhecimentos que se deviam transmitir, tanto quanto possível, através de representações plásticas e gráficas, com o auxílio do material fröbeliano, e de exercícios adequados à escola infantil (artigos 6.º/7.º) (*Revista Pedagógica*, 1911, n.º171). No entanto, convém referir que o ensino infantil, à escala nacional, não passou de um projeto apenas materializado pela iniciativa particular, com a implantação de jardim-de-infância por João de Deus Ramos. Na legislação relativa à Reforma de 1911, apesar da grande influência de Froebel, as conceções de Maria Montessori começaram a destacar-se, sobretudo devido ao peso que foi atribuído à educação sensorial e à valorização, na

educação, dos sentidos da criança que, aquela pedagoga, considerava ser a base primária do raciocínio. A sua influência pedagógica foi-se acentuando, gradualmente, no meio pedagógico português (Cardona, 1997 p.36).

Maria Montessori e outros pedagogos deram um grande impulso ao movimento de renovação pedagógica europeu e contribuíram, decisivamente, para a formação das “escolas novas”. A “pedagogia científica” que lhe deu o impulso, considerado como o mais construtivo, a esse movimento, apoia-se, essencialmente, no novo conhecimento sobre a criança, fornecido pela ciência, sobretudo pela Psicologia. Noticiou-se o surgimento, a partir de 1907, das primeiras *Casas dei bambini*, criadas por Montessori, tendo por base o método da Pedagogia Científica.

Maria Montessori exerceu grande influência em pedagogos portugueses, com destaque para João de Barros. No entanto, este considerava-se um grande defensor do método de João de Deus, reconhecendo que se deviam adaptar as ideias europeias à realidade do sistema de ensino português e não o contrário (Gomes, 1986, p. 19).

No decreto n.º 6137, de 29 de setembro de 1919, foi explicitada, pela primeira vez, a importância da utilização, para além do material *Froebel*, do material montessoriano (Cardona, 1997, p.41). Este tipo de material apelava ao desenvolvimento dos sentidos e devia ser utilizado nas escolas primárias, na aprendizagem das primeiras letras. Para o efeito, as crianças deveriam manusear livremente o material, de modo a fazerem as descobertas, através do tato e da visão.

Cap. 5 – Outras iniciativas no âmbito da educação popular

5.1 – Comissões de Beneficência e Ensino

Outro tipo de instituições, como as comissões de beneficência e ensino, também assumiram grande importância no desenvolvimento e expansão da instrução popular e serviram de apoio económico às escolas primárias oficiais.

Francisco d'Athayde Machado Faria e Maia, enquanto subinspetor do círculo escolar de Ponta Delgada, impulsionou a organização das comissões de beneficência estabelecidas no Cap. XI do Regulamento de Instrução Primária de 19 de setembro de 1903. Chegou a afirmar que talvez fosse o primeiro Círculo Escolar onde se estabeleceram estas comissões, atendendo a que a circular da Direção Geral da Instrução Pública que as mandava organizar era datada de 10 de julho de 1904 e a da subinspeção do círculo de 6 de abril do mesmo ano (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5331). A verdade é que Faria e Maia enviou um ofício datado de 30 de janeiro de 1904, comunicando as vantagens que o círculo teria se lhe fosse concedida autorização para estabelecer as comissões estabelecidas no art.º 383 do Regulamento em vigor¹⁵⁹. Tinha como objetivo estimular as corporações no apoio ao ensino em S. Miguel, aproveitando o espírito beneficente.

À semelhança de outros países como a Inglaterra, a Suíça, a Alemanha e os Estados Unidos, onde os esforços individuais e os legados das sociedades a favor do ensino constituíam auxiliares poderosos dos esforços oficiais, Faria e Maia acreditava que, se as comissões fossem instituídas nos Açores, iriam contribuir, grandemente, para o desenvolvimento da instrução (Maia, 1909, p.38). Profundo conhecedor da realidade

¹⁵⁹BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB9. N.º 160, 30 de janeiro de 1904.

destes países, em relação ao ensino primário, tinha consciência de que só através da convergência de esforços, particulares e coletivos se poderiam obter benéficos resultados. Admitia que não bastava que os legisladores criassem reformas enquanto não tivessem o apoio público, traduzissem a sua opinião e fossem a concretização do sentir e pensar do povo. Como este não se transforma pela promulgação de leis, de um dia para o outro, era necessário a ação de uma constante e ativa propaganda da instrução, o que competia à iniciativa particular, para que os esforços oficiais não caíssem no esquecimento (Maia, 1909, p.37).

A criação de comissões de beneficência tinha como principal objetivo promover a frequência escolar através do fornecimento de material escolar, vestuário às crianças pobres, da fundação de cozinhas e caixas económicas escolares, do incentivo aos alunos com melhor frequência e resultados escolares com a concessão de prémios e dinheiro, ou seja, procurava contribuir para a propaganda do ensino através dos meios possíveis. Eram, igualmente, atribuídos prémios às crianças que se distinguissem nos exames do 1.º e 2.º grau, por ocasião das festas escolares. O objetivo fundamental destas comissões, ao promover a frequência escolar, era o de “afastar as crianças das ruas, subtraindo-as à ignorância e aos vícios, constituindo assim, uma valiosa forma de luta contra o analfabetismo” (*Diário dos Açores*, 1909, n.º 5331).

Segundo Faria e Maia, apesar da precedência do Círculo Escolar de Ponta Delgada na criação deste tipo de sociedades, não foi certamente o círculo a colher resultados práticos e gerais do estabelecimento de tais comissões. Elas mantiveram-se com algumas dificuldades, uma vez que a maioria não percebeu o alcance da sua finalidade. Por esse motivo, ao proceder à organização destas comissões solicitou o apoio dos párocos, através de uma circular, para, conjuntamente com os professores das freguesias constituir as referidas comissões.

Apesar de Faria e Maia combater o ensino religioso nas escolas, acreditava que a classe eclesiástica poderia contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento destas e de outras instituições beneméritas devido à sua proximidade com a população do meio rural. Reconhecia a sua força e autoridade para fazer compreender às populações a beleza moral e religiosa da caridade aplicada à instrução popular. Para proceder à organização das mesmas, o professor e o pároco deviam convidar 5 pessoas da localidade, ou não, que quisessem colaborar na obra beneficente. Seguidamente, estas deveriam formular os seus regulamentos privativos submetendo-os à aprovação da Direção Geral da Instrução Pública, por intermédio do subinspetor escolar, e igualmente, organizar os seus orçamentos, prestar contas à autoridade administrativa, nos termos da legislação que regulava a sua existência. A receita seria constituída:

1º Pelas quantias que as juntas de paróquia votassem anualmente.

2º Pelos subsídios com que pudessem contribuir as irmandades e confrarias.

3º Pelo produto de quotas, donativos ou legados instituídos a favor da instrução.

4º Pelo produto de quaisquer festas, bazares, peditórios, que a comissão entendesse promover. (Maia, 1909, p.32).

Foi pedida autorização, por Faria e Maia, para organizar as comissões, em S. Miguel e Santa Maria, em março de 1904 e foi concedida autorização pelo Governo, em abril do mesmo ano, quando foi tornada pública a circular dirigida aos párocos (*Diário dos Açores*, 1904, n.º 3875).

Faria e Maia, através dos conhecimentos que tinha adquirido com as comissões beneficentes instituídas noutros países europeus como a Suíça, a Bélgica, a Alemanha e a França, pretendia aplicá-los com sucesso na fundação deste tipo de instituições em S. Miguel. Depois de devidamente organizadas e instituídas, antevia, à semelhança dos referidos países, a possibilidade de se desenvolverem as cantinas escolares e caixas

económicas. Na Suíça, as sociedades beneficentes antecederam a iniciativa oficial ao tomarem, à sua responsabilidade, a criação das primeiras bibliotecas escolares (Maia, 1927, p.111).

A 15 de outubro de 1904 foi publicada uma Circular do conselheiro Abel de Andrade, Diretor Geral de Instrução Pública, dirigida a todos os inspetores, para a constituição das Comissões de Beneficência e Ensino¹⁶⁰. Nessa circular, Abel de Andrade reconheceu os benefícios das sociedades de beneficência, embora considerasse que era ao estado que competia o apoio às escolas, mas, devido ao estado financeiro em que se encontrava o país, a criação destas comissões era uma necessidade. Estabeleceram-se, então, com grandes dificuldades, 34 comissões de beneficência e ensino, tendo sido, segundo Faria e Maia, apenas algumas as que tomaram a sério o seu papel e produziram trabalho útil: Capelas, S. José, Matriz, S. Pedro de Ponta Delgada e ainda, com algum êxito, as de Água de Pau e Ribeira Seca. Nas comissões da cidade, Faria e Maia elogiou a iniciativa de Evaristo Ferreira Travassos, Evaristo Soares de Menezes, Padre João de Fontes Ferraz, Manuel Ferreira Cordeiro e Manuel Resende Carreiro. Destacou, sobretudo, o entusiasmo do primeiro, por se ter mantido contínuo e perseverante e a quem muito se deveram estas comissões¹⁶¹. As comissões da cidade chegaram a criar dois cursos noturnos, nas freguesias de S. Pedro e S. José, com o produto das récitas infantis que eram realizadas com bastante frequência (*Diário dos Açores*, 1904, n.º 4030).

A constituição das comissões de beneficência e ensino revelou-se bastante difícil, não só porque as pessoas não compreenderam o seu alcance, como foi referido

¹⁶⁰ A antecipação do pedido de autorização para o arranque das comissões de beneficência e ensino por parte de Faria e Maia poderia ter motivado e mesmo influenciado Abel de Andrade a enviar a Circular que definia a formação das referidas Comissões.

¹⁶¹ O padre João de Fontes Ferraz constava como professor particular inscrito desde 1903. BPARPD. CEPD. (1889). *Livro de Inscrição de Escolas Particulares*.

por Faria e Maia, mas pelo facto de, nas freguesias rurais, não se conseguirem elementos, para as formar, conscientes e convictos da sua utilidade. Atesta-o, por exemplo, a carta, dirigida ao pároco da freguesia do Divino Espírito Santo da Maia, em que Faria e Maia procura incentivar o pároco na criação de uma comissão. O pároco que tinha feito os contactos e queixava-se que as pessoas consideradas mais importantes recusaram-se e segundo ele, não havia elementos com ilustração suficiente para compreenderem a utilidade da instrução. Faria e Maia assegurou que era preferível a organização de uma comissão com elementos menos “valiosos” do que não a estabelecer¹⁶².

Embora a instalação das comissões de Beneficência fosse largamente difundida, pelo jornal *A Educação Nacional*, só em 1906 se anunciou a sua criação em freguesias do continente. O mesmo referiu que em Ponta Delgada já se encontravam instituídas comissões de beneficência escolar e que estas reuniram, numa só, todas as freguesias para a constituição da comissão de beneficência destinada à proteção de alunos pobres, contando com um rendimento anual de 600\$000 réis. Salientou o facto de, em Ponta Delgada, os professores reclamarem a efetividade do ensino obrigatório, não só naquelas escolas, mas ainda noutras ilhas “para que se demonstrasse que não era pela falta de atividade do professorado e sim pela falta de frequência dos alunos, que os resultados se apresentavam pouco lisonjeiros” (*Educação Nacional*, 1906, n.º503).

Outro problema que se colocava à criação das comissões em S. Miguel era o facto de, por vezes, haver a necessidade de substituição de elementos que desistiam ou eram substituídos, por não se encontrarem à altura. Sempre que isso acontecia era necessário participar para o continente, uma vez que necessitava de aprovação. A

¹⁶² BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB8 (1903-1904). N.º 132, 26 de abril de 1904, p. 158.

demora de expediente implicava grandes atrasos nas decisões, pelo que Faria e Maia solicitou autorização para ter autonomia nas decisões, relativamente a esta matéria¹⁶³. Nestes casos, bem como sempre que se organizavam os regulamentos privativos para a criação das referidas comissões também se verificava demora de aprovação. Não parece ter havido uma resposta por parte de Lisboa mas a verdade é que passaram a ser frequentes as decisões autónomas sempre que se considerava positivo para o ensino. Quando foi criada a comissão de beneficência de Água de Pau, no concelho da Lagoa (publicada no *Diário de Governo* n.º 176 de 8 de agosto de 1905), alguns dos seus membros emigraram e o professor interino responsável para a sua continuidade, Jeremias da Costa, organizou os estatutos e, sem aguardar autorização, criou a referida comissão. Faria e Maia dá posteriormente conhecimento, justificando que era para “não deixar arrefecer o entusiasmo” e que o professor já tinha prestado excelentes serviços a favor do ensino¹⁶⁴.

Na Terceira, em 1905, começou por se fazer a divulgação da fundação de comissões de beneficência, uma vez que a última reforma assim o estabelecia como combate ao analfabetismo e fez-se referência ao facto de ainda não existirem na ilha.

No *Diário do Governo* foi publicada a lista das comissões que nas paróquias do concelho de Angra se iriam constituir, de modo a contribuírem para o desenvolvimento da instrução, promovendo o ensino obrigatório e facilitando aos necessitados a sua frequência. Segundo o jornal *O Tempo*, num artigo de opinião, foi dito que pelas atribuições que eram concedidas pela Lei às referidas comissões “recaía quase inteira a responsabilidade do futuro da nossa instrução” pois a elas competia a angariação de

¹⁶³ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1905/1907).

¹⁶⁴ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 3.º N.º 341 de 16 de setembro de 1907, 495.

meios para exercer a sua ação beneficente. O cronista, parecendo falar com conhecimento de causa, antecipou as dificuldades que seria em Angra a constituição destas comissões e propôs que a caridade particular já por hábito exercida, se fosse conduzida de uma forma racional poderia constituir um elemento valioso. Propôs, também, o auxílio e apoio dos fundos das juntas de paróquia, irmandades e confrarias para, dessa forma, contribuir para a realização de festas escolares anuais com distribuição de prémios, aos alunos, para incutir o culto pela escola (*O Tempo*, 1906, n.º 198). Embora se considere precipitado, três meses depois, um correspondente do jornal *O Tempo* culpou as comissões por nada fazerem e apenas constarem da folha oficial.

Em 1909, com a aproximação da reforma da instrução primária que então já se encontrava em elaboração, Faria e Maia previu que pudessem ser abolidas as comissões para serem substituídas por uma “Assistência Escolar” e alertou para a possibilidade desta não apresentar um carácter regional e autónomo. Segundo ele, se a “Assistência Escolar” obedecesse ao critério “centralizador” sob o ponto de vista da administração das receitas, perder-se-iam para o cofre central, os saldos das comissões que foram a muito custo adquiridos. Daí ter aconselhado Luís Francisco Bicudo, ativador da Liga Micaelense de Instrução Pública, a solicitar das comissões beneficentes o seu auxílio pecuniário para a Liga, de forma a contribuir para o seu arranque. A Liga, por sua vez, devia alertar as comissões acerca do risco que corriam por terem fundos por aplicar quando a “Assistência Escolar” as viesse substituir.

Uma vez confirmada a nova alteração na reforma da instrução primária, em janeiro de 1910, as comissões de beneficência e ensino de S. Pedro, S. José e Capelas contribuíram com o seu donativo para o arranque da Liga Micaelense de Instrução. As

duas primeiras contribuíram com 105\$000 réis cada e a das Capelas com 10\$000¹⁶⁵. Assim, foi possível a estas instituições a aplicação dos seus fundos sem que se afastassem do propósito para que tinham sido criadas, o apoio à instrução primária e ao ensino público.

A instituição *Século XX*, bem como qualquer outra instituição benemérita de Ponta Delgada, debatia-se com a dificuldade de aquisição de fundos para concretização dos objetivos a que se propunha. Vivia quase exclusivamente de doações, da boa vontade de particulares e promovia com frequência a realização de bazares, récitas, festas e conferências.

5.2 - Caixas económicas escolares e o “Vintém das escolas”

As comissões de beneficência e ensino, após se encontrarem devidamente organizadas e implementadas, pretendiam criar caixas económicas escolares. Em S. Miguel, a maioria das comissões de beneficência não conseguiu alcançar esse objetivo.

Em 1902, a instituição *Século XX* obteve a receita de 6.294\$680 réis em caixa, o que levou o vice-presidente da Instituição, Diniz Moreira da Mota, a estudar a possibilidade de, junto com diretores de outros estabelecimentos da cidade, fundar uma caixa económica. A criação de uma caixa económica tinha como objetivo criar uma situação económica mais desafogada e independente quanto possível, das contínuas contingências a que estavam sujeitas as instituições na solicitação de esmolas e

¹⁶⁵ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais* (1909 – 1915), *O Repórter*, nº 708, 23 de janeiro de 1910, fl. 29.

donativos¹⁶⁶. Depreende-se que Dinis Moreira da Mota já considerava a importância da criação de um único organismo.

Faria e Maia apesar de defender a criação deste tipo de comissões apoiou, como vimos, todo o tipo de iniciativas particulares que tivessem como fim apoiar o ensino público e o combate ao analfabetismo. Em 1905, Faria e Maia, em resposta ao ofício n.º 289 de 19 de janeiro de pedido do mapa, informa que a coluna relativa às caixas económicas não se encontra preenchida por não existir ainda nenhuma¹⁶⁷. Talvez fosse esse facto que o levou a incentivar o Centro Escolar de Ponta Delgada a fundar uma caixa económica escolar na cidade, tendo procurado a obtenção de fundos através da promoção de récitas e bazares. O Centro Escolar de Ponta Delgada considerava as caixas económicas escolares necessárias e um poderoso auxiliar da instrução popular que então enfrentava o problema da falta de recursos financeiros. As caixas económicas escolares, segundo Faria e Maia, estabeleceram-se em quase todas as nações da Europa, onde se encontravam estabelecidas e regularizadas pelos governos (Maia, 1909, p.57).

A instituição e o alargamento das caixas económicas escolares em S. Miguel deveu-se, em grande parte, à iniciativa de Manuel Inácio de Arruda que começou a exercer funções de subdiretor escolar a partir de 1907.

Manuel Inácio de Arruda desferiu algumas críticas às comissões beneficentes estabelecidas pelo seu antecessor mas, tal como ele, apoiou todas as iniciativas particulares de apoio ao ensino e acreditava que elas podiam prestar serviços incontestáveis à instrução pública. Procurou, à semelhança de Faria e Maia, incentivar o espírito de iniciativa particular, através da criação de outro tipo de instituições – as

¹⁶⁶ PSM. *Livro de Actas*, 5 de fevereiro de 1904.

¹⁶⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 2.º. N.º 99 de 16 de março de 1905. P. 139.

caixas escolares¹⁶⁸. Todavia, as caixas económicas escolares eram instituições que iriam funcionar paralelamente com as comissões de beneficência e ensino já existentes no distrito e deviam estender-se às freguesias onde, segundo Inácio de Arruda, não souberam compreender o valor das mesmas.

Inácio de Arruda empenhou-se na criação das caixas escolares e incentivou as escolas primárias a empenharem-se neste objetivo. A 12 de março de 1909 foi publicado no *Diário dos Açores* um ofício, datado de 1 de março, redigido por Inácio de Arruda e dirigido ao inspetor da 1.ª Circunscção Escolar de Lisboa, onde expunha a sua iniciativa de criar as caixas económicas escolares no distrito de Ponta Delgada (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5324). Em ofício datado de 28 de março de 1911 (n.º 239) Inácio de Arruda lembra ao inspetor a criação de estatutos para a criação de caixas nas escolas de S. Miguel que ele próprio elaborou em 1909 e que obtiveram aprovação superior. Conhecedor do valor alcançado pelas caixas escolares, quer no estrangeiro, sobretudo em França, quer através de algumas experiências realizadas no país, procurou organizar uma comissão de professores primários, com o fim de elaborar o modelo de estatutos adequado aos fins a que se propunha. A Comissão foi legitimamente nomeada para o efeito, de forma a facilitar a elaboração dos estatutos das caixas escolares que considerou serem um fator de progresso da instrução primária e uma vantagem a favor do ensino, no Círculo Escolar de Ponta Delgada. Fizeram parte dessa comissão os professores das escolas de Ponta Delgada, Carolina de Jesus Fernandes (S. Pedro), António Maria Lopes (S. Pedro), Francisco António Raposo de Medeiros (S. José) e

¹⁶⁸ BPARPD, LMIP. *Recortes de Jornais* (1909 – 1915).

Luiz Botelho Âmbar (Matriz), representantes do Centro Escolar de Ponta Delgada e de todos os professores do Círculo Escolar¹⁶⁹.

Manuel Inácio de Arruda considerava as caixas escolares como um excelente meio de preparação para trabalhos mais complexos de economia e, além disso, “ofereciam algumas vantagens sociais, sendo mesmo o mais adequado ensaio para uma larga ação de iniciativa particular a favor da escola primária”¹⁷⁰. Segundo ele, tratava-se de um trabalho exclusivo de professores e alunos a favor do desenvolvimento da instrução que serviria para propagar às “estações superiores” e à sociedade em geral a identificação do professorado português com os progressos da pedagogia moderna, à semelhança do que acontecia noutros países europeus (*Diário dos Açores*, 1909, 5474).

Em maio de 1909, foram, finalmente, aprovados os estatutos das caixas económicas escolares para o Círculo Escolar de Ponta Delgada, através de uma portaria da Direção Geral de Instrução Pública. Os estatutos que levaram à criação da nova instituição escolar eram compostos por 31 artigos (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5374). As caixas económicas tinham como principal objetivo despertar na criança a ideia associativa e o espírito de economia e destinavam-se a socorrer alunos pobres, fornecendo-lhes material, roupa, calçado e a concessão de prémios aos alunos que se distinguissem pela sua aplicação e comportamento (art.º 1.º e 2.º). Consideravam-se dois tipos de sócios: os efetivos e os protetores. Os primeiros eram os próprios alunos da escola que deviam pagar a quota mensal de 50 réis e os protetores eram todos aqueles que contribuía com a quota mensal que pretendessem. A direção da caixa ficava a

¹⁶⁹BPARPD, CEPD. Escola Oficial Mista de Instrução Primária Elementar da Ribeira Chã - Livro de Correspondência Expedida e Recebida. (1904 – 1906). Ofício datado de 1 de junho de 1908 (anexado).

¹⁷⁰ ANEXO XVIII – Estatutos das Caixas Económicas Escolares. *Diário dos Açores*, 14 de maio de 1909, n.º5374.

cargo de alunos sócios da 3ª e 4ª classes e a presidência era aconselhada e guiada pelo professor (art.º 20).

As caixas económicas escolares consistiam, assim, numa espécie de convenção entre o professor e os alunos como meio educativo de economia e de mutualismo. Para Inácio de Arruda esta era a melhor maneira de educar moralmente uma criança, ideia possivelmente inspirada em Durkheim, que defendia a necessidade de preparar a criança para a vida social, participando em produções coletivas. Para alcançar o objetivo das caixas escolares, todas as crianças contribuíam, segundo as suas posses e a sua vontade, havendo por sucessão uma criança ou grupos de crianças que administravam a caixa, empregando os fundos disponíveis ou auxiliando crianças pobres com papel, livros, etc. e fornecendo a escola de material necessário ao ensino. Estas e outras ações serviam, também, para incutir na criança o princípio da autonomia dos educandos que constituía um dos princípios da Escola Nova. Kerschensteiner, por exemplo, defendia para o desenvolvimento da autonomia do aluno o cultivo, nas escolas primárias, de associações voluntárias, tanto as que tinham um fim coletivo, como as que tinham por base uma ideia moral (Pintassilgo, 1998, p.43). Todas estas transações se faziam sob a direção do professor da classe.

Segundo o relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública, elaborado por Jácome Correia, as caixas económicas escolares sob estes moldes e que começavam a despontar nos hábitos escolares das freguesias deviam-se a Manuel Inácio de Arruda, que tinha sido o seu grande impulsionador¹⁷¹.

Ulysses Machado defendeu, também, a organização de caixas escolares, acreditando ser este o meio mais eficaz para obter uma maior frequência nas escolas.

¹⁷¹ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais* (1909 – 1915). *Diário dos Açores*, 23 de novembro de 1911.

Afirmou, num artigo publicado na *Revista Pedagógica*, haver atraso governamental relativamente à sua implantação e, para isso, solicitava aos professores que impulsionassem a sua criação através da propaganda e do seu trabalho.

Inácio de Arruda, ao considerar as caixas económicas escolares como um passo a favor das vantagens escolares, no distrito de Ponta Delgada, chegou a propor à Liga Micaelense de Instrução Pública a criação de um fundo de reserva, de cento e vinte mil réis, para as auxiliar e com o intuito de aumentar o seu número¹⁷². A este subsídio atribuído pela Liga Micaelense de Instrução Pública apenas concorreram os professores Maria dos Anjos Bento, de Vila Franca do Campo (escola do sexo masculino); António Maria Lopes, de S. Pedro (escola do sexo masculino) e Manuel Moniz Morgado, de Fenais da Luz (escola do sexo masculino)¹⁷³.

A Liga auxiliara, igualmente, as caixas económicas escolares das freguesias dos Fenais da Luz, de S. Pedro e de S. José de Ponta Delgada e as das freguesias de S. Miguel e de S. Pedro de Vila Franca do Campo¹⁷⁴.

Ávila Júnior ao descrever a miséria em que viviam algumas crianças na Terceira, incentivou para que fossem criadas caixas económicas e salientou a necessidade da sua criação, mas que ainda não tinha conseguido fazê-lo, na escola de Feteira, devido “à perseguição” que estava sujeito na freguesia (*A Voz do Professor*, 1910, n.º 27). No dia 22 de fevereiro de 1911, o professorado reuniu-se na escola do sexo masculino da freguesia da Sé, a fim de estudar um meio prático para o estabelecimento de caixas escolares e a possibilidade de uma biblioteca pedagógica para uso dos professores.

¹⁷² BPARPD. LMIP. *Livro de Actas da Direcção*, 21 de setembro de 1911, ct. 5.

¹⁷³ BPARPD. LMIP. *Livro de Actas da Direcção*, 2 de janeiro de 1912, ct. 5.

¹⁷⁴ BPARPD. LMIP. *Livro de Actas da Direcção*, 10 de junho de 1913, ct. 5.

Embora se registassem algumas diferenças entre as sociedades de beneficência e as caixas escolares, uma vez que estas últimas eram geridas apenas por crianças com o apoio do professor primário, as duas instituições aproximaram-se mais do que se afastaram, relativamente ao alcance e concretização dos seus objetivos. Tal como as sociedades beneficentes, as caixas económicas escolares aspiravam à criação de cantinas escolares, à organização de colónias infantis e festas escolares, pretendendo estimular os alunos à frequência escolar, e dessa forma, contribuir para a diminuição da taxa de analfabetismo.

Outro tipo de caixas escolares criadas foi designado por *Vintém da Escola*. O *Vintém da Escola* consistia numa pequena publicação vendida, mensalmente, por 20 réis, daí essa designação. Tinha como fim angariar fundos para os alunos mais carenciados e assim, combater a falta de assiduidade nas escolas e por sua vez, o analfabetismo. Designada por sociedade beneficente, apresentava características bastante inovadoras, pois procurava aliar a situação de sociedade beneficente com a de caixa escolar. Ambas garantiam a alimentação, vestuário e material escolar de todas as crianças com falta de posses e acreditava-se que era uma forma de garantir a frequência escolar. No continente, o produto do vintém mantinha algumas missões de alfabetização pelo método João de Deus. Não consta que se tivesse formado, na Terceira, algum *Vintém da Escola*. Na Terceira já em 1902 era publicitado o boletim *Vintém da Escola*, mas como um meio de difusão da instrução e um recurso auxiliar para socorrer a criança pobre. No jornal *A Terceira* ao ser rececionado o jornal é difundido como “um meio para promoção do desenvolvimento e progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras” (*A Terceira*, 1903, n.º 2210).

A 28 de abril de 1905, noticiou-se no *Diário dos Açores* a fundação da sociedade de beneficência escolar – O Vintém da Escola – pertencente à escola do sexo masculino

dos Fenais da Luz, criada no dia 25 de abril pelo professor oficial Manuel Moniz Morgado e a esposa Christina Carreiro¹⁷⁵. No dia 17 de dezembro de 1906 foram remetidos para Lisboa os seus estatutos e no ofício que os acompanhava constava que tomaram a iniciativa de formar esta sociedade pela dificuldade que encontraram os professores na organização de uma comissão de beneficência. Foi realizada, para o efeito, uma festa de inauguração envolvendo as duas escolas dos Fenais para distribuição de prémios aos alunos e promovido um bazar. A sua inauguração contou com a presença do subinspetor, Faria e Maia, que elogiou a iniciativa e o esforço por ele despendido e reconheceu que não bastavam os esforços coletivos para o desenvolvimento da educação, assumindo grande importância a contribuição de esforços individuais, com vista à formação da opinião pública a favor da instrução¹⁷⁶. Considerava a necessidade de um professor ver a sua profissão como mais alguma coisa do que as obrigações de um funcionário público, que se limitava ao cumprimento exato dos seus deveres, mas que encarasse o seu papel como uma missão. Segundo ele, os professores, sem olhar a tendências partidárias, deveriam apelar para a instrução e aproveitar todos os elementos materiais que dependessem da iniciativa particular para melhorar as condições das suas escolas (Maia, 1909, p.53). Assim o fez Manuel Moniz Morgado que, ao instituir a sociedade beneficente na escola dos Fenais da Luz no concelho de Ponta Delgada, contribuiu para o desenvolvimento e propaganda da instrução, criando, por sua iniciativa, uma forma de promover a frequência escolar. Os estatutos desta sociedade foram publicados, a pedido de Faria e Maia, para que a sua divulgação originasse a formação de outras sociedades idênticas, noutras freguesias do

¹⁷⁵ Manuel Moniz Morgado veio ocupar mais tarde, o lugar de inspetor escolar de Ponta Delgada.

¹⁷⁶ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 3.º. N.º.184, 17 de dezembro de 1906, p. 273.

Círculo Escolar¹⁷⁷. Esta sociedade, tal como se definiu nos estatutos, nasceu com o intuito de premiar os alunos que mais se distinguissem na escola, tanto nos exames de instrução primária do 1º grau como nos do 2º grau (art.º 2). Instituiu 3 prémios, dos quais, dois eram concedidos ao 1º grau e um ao 2º grau e seriam suportados com o produto das quotas com que os sócios se inscrevessem. Como constava no artigo 3º dos estatutos desta sociedade, os sócios podiam ser os próprios alunos da escola e outras pessoas que concorressem com as suas quotas a fim de beneficiar os sócios escolares, contribuindo com a quota mínima de 20 réis mensais, daí a designação de *Vintém da Escola*. Eram salvaguardados os alunos extremamente carenciados que não podiam contribuir, tendo direito, de igual forma, ao prémio de distinção nos exames e eram penalizados os alunos, que embora distintos, registassem um mau comportamento (art.º 6 e 7).

Quando a sociedade atingisse mais de 15\$000 réis, o restante dos prémios seria aplicado a favor dos alunos no que a direção entendesse (alínea 5 do art.º 12). Para além de outras determinações, competia à direção a realização de bazares para a obtenção de fundos. A direção era constituída pelo presidente, que era o próprio professor da escola, por um secretário, aluno com o exame do 1º grau, por vogais, os alunos recebedores e por tesoureiro, um dos sócios honorários da freguesia, todos nomeados pela direção (*Diário dos Açores*, 1905, n.º4186).

5.3 – Cursos noturnos e missões escolares

O abandono escolar foi sempre apontado pela imprensa açoriana como a principal causa do insucesso escolar em todo o país e especialmente nos Açores. A falta

¹⁷⁷ ANEXO XIX - Estatutos da Sociedade *Vintém da Escola*. *Diário dos Açores*, 28 de abril de 1905, n.º 4186.

de frequência por falta de aplicação de medidas eficazes para a obrigatoriedade escolar e o abandono contribuíram para o elevado número de analfabetos nas ilhas.

A criação de cursos noturnos e missões escolares, no arquipélago, que maioritariamente se deveram à iniciativa particular foram consideradas a forma mais rápida e eficaz no combate ao analfabetismo.

A requisição de missões pelo método de João de Deus começou a realizar-se em S. Miguel ainda no final do século XIX. A 22 de junho de 1887 foi requisitada, para Vila Franca, a primeira missão em S. Miguel das escolas móveis pelo método João de Deus (missão n.º 32), dirigida por José Gonçalves Martins. Essa escola registou a frequência de 90 alunos, apresentando, após 4 meses, 27 alunos a exame. Em termos temporais, os resultados brilhantes encorajaram os “amigos da instrução” no prosseguimento do método. Foram requisitadas outras missões dirigidas por Alfredo Gonçalves. Foi a partir da criação da “Associação das Escolas Móveis” por Casimiro Freire em 1882 que a aplicação do método mais se popularizou¹⁷⁸. Este passou a divulgar-se por meio de conferências e por meio da imprensa pedagógica e teve bastante acolhimento junto das correntes da educação familiar e popular e nos sectores que se batiam pela renovação intelectual do país (Nóvoa, 2005, p.31).

Em S. Miguel, o método da Cartilha Maternal, que passou a ser vulgarmente utilizado, parece ter entrado em conflito com o método antigo, bastante popularizado na ilha, conhecido como Método Repentino de Castilho. Com a saída de Castilho e sem a sua influência, os cursos na última década começaram a diminuir, até que no início do século XX já eram, praticamente, inexistentes. Por influência republicana, o método da Cartilha de João de Deus começou a ganhar força através da propaganda da imprensa e pelos intelectuais republicanos. O método vai ganhando cada vez mais popularidade até

¹⁷⁸A Associação das Escolas Móveis foi fundada a 18 de maio de 1882 por Casimiro Freire e foi patrocinada pelos ministros do Reino, entre os quais José Luciano de Castro.

que começou por ser usado com alguma frequência nas escolas oficiais¹⁷⁹. É então que os intelectuais e influentes da sociedade micaelense procuram incutir na população a necessidade de alfabetização, aliado ao fator de progresso muito do ideário republicano. São então difundidos cursos noturnos, com vista à alfabetização em praticamente toda a ilha, fazendo uso do método da Cartilha Maternal de João de Deus.

Alguns professores de S. Miguel, que regularmente se deslocavam a Lisboa para se inteirarem dos novos métodos pedagógicos, tal como o fizeram Faria e Maia, Alice Moderno e Evelina de Sousa tiveram oportunidade de aprender a utilização correta do mesmo. No entanto, Evelina de Sousa teria afirmado na *Revista Pedagógica* que a popularidade do seu uso por parte daqueles que não tinham formação vinha contribuindo para a sua incorreta aplicação. Como anteriormente referenciado, a contribuição de Alfredo Gonçalves, a publicitação do método por conferências, colóquios e imprensa pedagógica contribuíram para a expansão do mesmo. Embora dificilmente se possa ter a confirmação é natural que a sua vulgarização também tivesse sido feita através da formação de professores na escola de habilitação para os professores primários, pela expansão e popularidade que alcançou no distrito e se prolongou muito para além das primeiras décadas do século XX.

Alguns professores, tal como Evelina de Sousa ou Alice Moderno que foram professoras da escola de habilitação de professores e grandes propagandistas do método poderiam, muito bem, ter contribuído para o ensino metodológico do mesmo.

No início do século, os cursos noturnos passaram a comportar um fundo ideológico e não deixaram de constituir um esforço louvável por parte dos professores que se voluntariavam. A Instituição *Século XX* criada logo em 1901, em S. Miguel,

¹⁷⁹ Apesar de o método de Castilho e João de Deus se contraporem, ambos estão preocupados com um tipo de ensino atraente, capaz de suscitar o interesse dos alunos e de promover uma aprendizagem intuitiva e racional, marcando o início da modernidade escolar e pedagógica em Portugal – Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente Histórias da Educação*, p. 31.

apoiava o ensino oficial nesse sentido, tendo decidido incluir no seu orçamento, em fevereiro de 1906, uma verba destinada à gratificação dos professores oficiais das três freguesias da cidade que abrissem cursos noturnos¹⁸⁰. Por outro lado, intelectuais e membros proeminentes da sociedade dinamizavam saraus, bazares e festas beneméritas para a recolha de fundos, com vista à sustentação de missões, cursos noturnos e outros projetos a favor do ensino público. Os professores voluntariavam-se e, em S. Miguel, contaram com o apoio de alguns párocos nas freguesias. O mesmo aconteceu com os cursos noturnos criados pela Liga de Instrução Micaelense que apesar de ser olhada com desconfiança por parte da igreja não parece ter sofrido grandes ataques por parte desta¹⁸¹.

Na Terceira não se verificou a mesma aceitação por parte dos religiosos porque os cursos noturnos e missões que se instituíram eram, durante este período, da responsabilidade da Sociedade Promotora da Instrução. Embora as Sociedades tivessem ligação à Liga Nacional de Instrução e por conseguinte à maçonaria, foi possível em S. Miguel contar com o apoio de alguns párocos.

Na criação da Liga Micaelense de Instrução, o seu mentor Luiz Francisco Bicudo, livre-pensador e materialista por educação, não hesitou em trabalhar com o professor Inácio de Arruda e recorrer ao clero propondo-lhe, tal como referiu, um pacto de solidariedade com a igreja (Correia, 1920, p.888).

Inácio de Arruda, que iniciou as suas funções como subinspetor escolar depois de Faria e Maia, acreditava que o atraso verificado no ensino primário em Ponta Delgada se devia ao facto de a maior parte das instituições se encontrarem dependentes do governo central. Propôs conseguir, criando onde fosse possível, cursos noturnos,

¹⁸⁰ PSM, “Século XX”, *Livro de Actas da Direcção*, 1902 – 1932, 4 de fevereiro de 1906.

¹⁸¹ A Liga Micaelense de Instrução Pública terá sido criada pela Loja Maçónica local Companheiros da Paz nº 229. Criou escolas primárias e cursos noturnos que chegaram a contar um total de 1630 alunos. – Marques, A.H. (1986). *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, p. 874.

uma vez que naquela data não existiam nenhuns no distrito, pelo menos em termos oficiais. Inácio de Arruda reconheceu a importância do professorado oficial como elemento essencial para a concretização da ideia dos cursos noturnos e com o apoio dele, afirmava que “seria possível ultrapassar as mil peias dos serviços burocráticos”¹⁸². Apesar da quase inexistência de cursos noturnos oficiais, eles brotavam na ilha pela iniciativa particular e pelas câmaras que se preocupavam com os problemas do analfabetismo. Inácio de Arruda, no relatório de inspeção de 1911 informou que a Comissão Administrativa de Ponta Delgada pretendia sustentar 18 cursos noturnos no ano seguinte, incluindo neste número os 15 já existentes que funcionavam gratuitamente por intermédio da iniciativa particular¹⁸³.

Em 1911, o jornal *A Pátria* de Vila Franca publicava um artigo de um correspondente do *Correio Povoacense* que enaltecia o facto de já existirem, no concelho, 9 cursos noturnos destinados aos mais pobres, por iniciativa do administrador do concelho e das comissões republicanas, salientando o facto de um deles apresentar uma frequência de 110 alunos (*A Pátria*, 1911, n.º 19). Instaurou-se alguma polémica em Vila Franca a propósito de uma circular enviada pela Liga que pretendia assumir inteiramente as despesas dos cursos noturnos instaurados porque já tinha no concelho 4 que tinham partido da sua iniciativa (dois na vila, um na Ribeira das Tainhas e outro em Ponta Garça). Instalou-se alguma controvérsia entre a Liga e a Câmara. Apesar de esta enaltecer o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Liga não compreendia porque é que outros organismos não poderiam também tomar a iniciativa, uma vez que podiam dispor de verba. Dessa forma a Liga poderia criar cursos noutros concelhos, canalizando as verbas para os concelhos que mais carecessem (*A Pátria*, 1911, n.º 26).

¹⁸² BPARPD, LMIP. *Recortes de Jornais* (1909 – 1915).

¹⁸³ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LBI (1910-1911). N.º 190 de 9 de janeiro de 1911, p. 289.

No programa básico da Liga Micaelense, constava a criação de cursos noturnos. Segundo Jácome Correia, a criação de cursos noturnos constituiu, desde o início, um dos principais objetivos da Liga Micaelense de Instrução Pública uma vez que procurava remediar, em parte, a falta de escolas do ensino oficial. Esta instituição prestou um vasto e precioso apoio à instrução primária, no distrito de Ponta Delgada, tendo chegado a estabelecer 33 cursos noturnos nos diferentes concelhos e freguesias das ilhas que compunham o Círculo Escolar¹⁸⁴.

Apesar de ter sido afirmado, por Inácio de Arruda, que não existiam cursos noturnos comprovou-se a existência, antes destes, de apenas dois, no Círculo de Ponta Delgada, nas freguesias de S. Pedro e de S. José, na cidade, fundados pelas comissões de beneficência. Segundo o relatório da Liga Micaelense, com a implantação dos cursos noturnos, obteve-se de receita no primeiro ano de 1527\$230 réis.

Muitos foram, também, os professores de todos os concelhos do distrito que acederam a prestar a sua colaboração nos referidos cursos promovidos pela Liga, a quem eram exigidas as habilitações legais para o fazer. Foram criadas comissões que se encarregavam de fundar cursos noturnos e, mais tarde, auxiliaram na criação de bibliotecas¹⁸⁵. Aos professores que se voluntariavam eram atribuídas gratificações pela Sociedade que, inicialmente eram diminutas mas, mesmo assim, segundo um artigo publicado no *Diário dos Açores*, de 27 de setembro de 1909, os professores, apesar de um trabalho diurno mal remunerado, propunham-se a lecionar à noite “apenas pelo amor à profissão e ao culto da arte”¹⁸⁶.

¹⁸⁴ ANEXO XX – BPAPD. LMIP - Cursos noturnos promovidos pela Liga Micaelense de Instrução Pública. Relatório da Liga 1909-1910. Pp.5/6.

¹⁸⁵ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública 1909-1910*, pp. 5-6.

¹⁸⁶ ANEXO XXI – Diversos tipos de livros de escrituração utilizados pela Liga – BPARPD. LMIP.

O interesse suscitado pelos cursos noturnos promovidos pela Liga teria conduzido a uma excessiva afluência de alunos. Só na cidade de Ponta Delgada verificaram-se excedentes de matrícula em todas as escolas e, na escola anexa à Normal, então regida pela professora Clara Resendes do Couto, não puderam ser admitidos todos os alunos (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5497). No jornal *A República*, de 18 de novembro de 1911, Manuel Inácio de Arruda publicou a estatística relativa à criação e frequência dos mesmos cursos no distrito de Ponta Delgada. Aí se informava da abertura de 33 cursos, a funcionar logo no ano letivo de 1909/1910, tendo sido a regência confiada aos “mais distintos” professores do Círculo Escolar. Os mapas estatísticos acusavam uma frequência de 1436 alunos, tendo conseguido movimentar-se de classe 398 ou seja, 27,7% dos alunos matriculados, o que representava um bom aproveitamento para cursos desta natureza.

A receita com que se fez face às despesas dos cursos, segundo Inácio de Arruda, foi proveniente:

Quotas de 26 sócios	1:403\$775
SalDOS positivos de 4 comissões legatárias	34\$170
Lucros de 1 récita teatral	64\$285
Total réis	1:502\$230

Tendo sido a despesa:

Gratificação a professores	1: 320\$000
Despesas de iluminação	136\$760
Ditas gerais	38\$770
Total réis	1:495\$530

Tendo havido por consequência um saldo a favor de 6\$700.

Os cursos eram instituídos diretamente pela instituição, através dos professores que disponibilizavam de imediato os seus serviços nas freguesias, e ainda através das comissões administrativas das paróquias, tal como a de Rabo de Peixe que, tendo oferecido um donativo anual de 24\$000 réis, solicitou à Liga a criação de um desses cursos¹⁸⁷. A 21 de setembro de 1910 o inspetor Francisco Raposo de Medeiros envia para Lisboa a relação dos professores que espontaneamente se prontificaram a reger cursos noturnos instituídos pela Liga Micaelense de Instrução¹⁸⁸.

No ano letivo de 1910/1911 foi possível elevar a gratificação aos professores, devido à criação de cursos noturnos por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que se responsabilizou pela abertura de um em cada freguesia do Concelho. A Liga apenas passou a subsidiar 14 desses cursos em toda a circunscrição e apenas dois no concelho de Ponta Delgada: um nas Sete Cidades e outro no centro escolar republicano de S. Pedro¹⁸⁹. Tal foi o trabalho desenvolvido por esta instituição e apreciadas as ações cívicas dos seus membros que em 1910 foram louvados no Diário do Governo por intermédio do inspetor Alfredo Nogueira.

Em 1912, o presidente da Liga, Jácome Correia, anunciou no *Diário dos Açores* que a Associação iria deixar de subsidiar os cursos noturnos para o ano letivo de 1912/1913, uma vez que o decreto-lei sobre a Reforma da Instrução Primária, de 29 de março de 1912, encarregava as Câmaras Municipais de abrir cursos noturnos para o ensino das primeiras letras, tantos quantos fossem necessários (artigo 31º), pelas freguesias rurais, nas vilas e nas cidades (*Diário dos Açores*, 1912, n.º6284). Ainda se manteve um curso na Povoação e outro no Ramalho. Todavia, apesar da nova

¹⁸⁷ BPARPD, LMIP – *Livro de Actas da Direcção*, 12 de junho de 1911, ct. 5.

¹⁸⁸ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1910-1911). L.º 5. N.º 103, 21 de setembro de 1910, p. 166.

¹⁸⁹ BPARPD. LMIP - *Relatório da Liga*, 1911, p. 7.

legislação, nas despesas apresentadas no balanço geral da Liga em 1914 ainda constava o subsídio despendido para alguns cursos noturnos que refloresciam por iniciativa das câmaras municipais e abertos sob a fiscalização da inspeção escolar, com fundos especiais postos à disposição pelo Ministério da Instrução Pública. Nesta data, o inspetor informou o professor oficial de S. Pedro, depois da anuência da Câmara para que continuasse a lecionar o curso durante os meses de maio a julho, como lhe fora recomendado pela Liga¹⁹⁰.

Como se pode verificar, em S. Miguel, mais do que missões teriam tido melhor aceitação e divulgação, no início do século XX, os cursos noturnos. Evelina de Sousa expôs, na *Revista Pedagógica*, o que considerava ser uma teoria para debelar o problema do analfabetismo em S. Miguel. Manifestava que as escolas deveriam ficar apenas ao encargo da Câmara no que respeitasse à manutenção do pessoal docente e do “pessoal inferior” das escolas, devendo pertencer-lhe também, a sustentação dos cursos noturnos, como parte correlativa dos diurnos. Os cursos noturnos tinham por fim evitar a desculpa dos pais que afirmavam não mandar os filhos às escolas por não poderem prescindir dos seus salários. Dessa forma, as crianças ficavam dispensadas de frequentar as aulas diurnas, mas teriam de ser obrigadas a frequentar os cursos noturnos” (*Revista Pedagógica*, 1914, n.º 291).

Apesar da lei de 29 de março de 1902 referida por Jácome Correia já se ia verificando a abertura de um ou outro curso noturno na ilha de S. Miguel, não através das instituições particulares mas de outros organismos, embora fosse de forma isolada e esporádica. A falta de casas de escola e o isolamento a que algumas localidades estavam votadas contribuíram para a abertura desses cursos que também iam dando a

¹⁹⁰ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LBI (1912-1913). N.º 77 de 2 de maio de 1914, p. 88.

oportunidade a quem vivia do trabalho rural. Assim, em 1904 é solicitado, pela Junta de Paróquia de N^a Sr.^a da Conceição dos Mosteiros, um curso para aquela freguesia. Também no mesmo ano, a mesma entidade das Capelas solicita um. Durante este período, para a criação de cursos noturnos, a Junta de Paróquia tinha de cumprir o disposto no art.º 35 do Regulamento da Instrução Primária, que consistia em solicitar a criação do curso noturno através de requerimento dirigido ao Rei e assinado por todos os membros.

Registou-se outro pedido em 1911, já não pela Junta de Paróquia mas pela própria professora da escola de Água de Pau que pretendia abrir um curso, justificando ser um melhoramento para a instrução. A professora informou que tinha o apoio da Câmara do concelho que se prontificou logo a subsidiá-lo¹⁹¹.

Em 1912 Inácio de Arruda informou o Diretor Geral da Instrução Primária que alguns cursos da Liga ainda estavam a funcionar e salientou o contributo desta instituição desde a sua criação em prol do ensino público, sobretudo nos cursos noturnos. Nesse mesmo ano, as Câmaras registam vários pedidos, 1 para a freguesia da Matriz e 2 para freguesias da Lagoa.

No ano seguinte, à semelhança do que aconteceu com a criação de escolas e a pedido da criação de cursos noturnos para o Cabouco na Lagoa, Matriz de Ponta Delgada, Livramento e S. Roque, foi ordenado pela Direção Geral que as Câmaras deixassem registado em ata que se responsabilizavam por todas as despesas dos cursos noturnos, nos termos estabelecidos pelo número 2.º do art.º 36 do Regulamento de 19 de setembro de 1902¹⁹². Esta medida servia para responsabilizar as Câmaras que

¹⁹¹ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1910-1911). N.º 181 de 3 de janeiro de 1911, p. 271.

¹⁹² BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB19 (1913-1913). L.º 8. N.º 70 de 7 de novembro de 1913, p. 98

inicialmente se comprometiam mas, muitas vezes, fugiam ao cumprimento do que ficava deliberado nas sessões camarárias. A desconfiança era tal, perante as Câmaras, que o inspetor exigia que ficasse deliberado, no orçamento do ano, a verba necessária para acorrer às respetivas despesas ou se inscrevesse no primeiro orçamento a fazer-se segundo o Decreto n.º 197 de 29 de novembro de 1913. O documento onde constava o cumprimento desta formalidade era depois enviado para a inspeção em triplicado, o mesmo sendo requerido para a criação de escolas. Mesmo assim havia processos que eram devolvidos por nada constar acerca do orçamento. O Inspetor pedia que, pelo menos, a Câmara o incluísse no orçamento suplementar, tal como aconteceu com o da escola mista do Cabouco¹⁹³. As Câmaras procuravam fugir ao cumprimento dessa regra mas outras havia que não colocavam qualquer impedimento como a de Ponta Delgada que criou em 1916 um curso noturno na escola mista da Várzea sem qualquer objeção¹⁹⁴. Desde que as Câmaras disponibilizassem a verba ou justificassem o seu compromisso, o pedido era quase sempre satisfeito, mesmo que se tratasse da criação de escolas oficiais, ou de escolas móveis. O mesmo aconteceu com a escola móvel criada pela Câmara de Ponta Delgada que já se encontrava em funcionamento em 1917 mas pretendia o estatuto de oficial. O inspetor informou que para tal pretensão teria de seguir o que se encontrava estipulado para a criação das outras escolas¹⁹⁵. Quando se achava conveniente e em situações onde era mesmo necessária a implantação de um curso móvel noturno nas freguesias e se nelas houvesse escola, o inspetor, por vezes, dava ordem para o professor oficial ceder a sua sala (espaço e mobiliário). Nestas situações parece não ter sido exigido os documentos normalmente pedidos para estes casos,

¹⁹³ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB21 (1914-1917). L.º 10. N.º 223 de 8 de abril de 1916, p. 299.

¹⁹⁴ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB21 (1914-1917). L.º 10. N.º 209 de 21 de fevereiro de 1916, p. 277.

¹⁹⁵ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB21 (1914-1917). L.º 10. N.º 334 de 22 de maio de 1917, p. 453.

provavelmente para facilitar a sua implantação. Atesta-o, a ordem dada ao professor do Rosário, na Lagoa, justificando-se a necessidade premente de instrução nessa freguesia¹⁹⁶. Também em 1924 autorizou o curso noturno para adultos, proposto pelo professor interino da Ribeira Grande, dando-lhe indicações de funcionamento atendendo a que só podiam frequentá-lo jovens com idade superior a 14 anos e só podia habilitá-los até à 3.^a classe¹⁹⁷. Nestes casos, o professor responsável teria de organizar um registo de matrícula e de frequência e, no mapa estatístico mensal, devia mencionar os dois cursos.

O inspetor também tinha poder em deliberar onde deviam ou não funcionar os cursos móveis noturnos e deslocá-los para locais onde achasse mais conveniente e mais necessário de modo a cobrir um maior número de crianças. Geralmente eram privilegiados locais sem qualquer escola fixa, com grande número de crianças em idade escolar ou porque se situavam a muitos quilómetros da escola mais próxima. Nas propostas para a criação destas escolas, para o ano letivo de 1917/18, sugeriu a transferência da escola que funcionava na freguesia da Relva para o lugar da Covoada, ambas do concelho de Ponta Delgada, onde nenhuma escola existia e o curso noturno da freguesia de S. Miguel em Vila Franca do Campo para a freguesia de S. Pedro da mesma vila¹⁹⁸. Estes cursos noturnos e móveis também dependiam do apoio, não só das Câmaras, mas do governo central que falhava também nos pagamentos das gratificações aos professores. Neste mesmo ano letivo, António Maria Lopes, inspetor interino, questionou o Inspetor da Circunscrição escolar do sul para saber qual a razão por que

¹⁹⁶ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada LB22. L. 3 [s/n.º] de 20 de dezembro de 1919, p. 255.

¹⁹⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada LB29 (1923-1924). L.º 4 [s/n.º] de 2 de dezembro de 1924, p. 114.

¹⁹⁸ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º 8. n.º 51 de 12 de agosto de 1917, p. 78 e 79.

nos meses de outubro, novembro e dezembro se deixou de abonar os professores encarregados da regência dos mesmos, considerando este procedimento errado¹⁹⁹.

No ano letivo de 1918/1919, sob a subinspeção de Manuel Moniz Morgado, ainda se encontravam a funcionar na ilha de S. Miguel 3 cursos móveis pelo método João de Deus, regidos pelas professoras Maria Diamantina Taveira, nos Remédios da Bretanha, Germana Tavares Rebelo, na Relva (Covoada) e Maria da Glória Medeiros Vasconcelos, na Achada (Nordeste)²⁰⁰. Em zonas muito populosas, também se verificava uma grande afluência de alunos nestes cursos que tinham de aguardar até terem lugar. A grande procura destes cursos era devido ao facto de as crianças trabalharem de dia para ajudar no sustento familiar e na impossibilidade de frequentar as escolas diurnas. Era disso exemplo, o centro fabril de S. José que junto com as obras do porto artificial absorviam trabalho de menores. Os mapas de frequência e os registos de matrícula provavam que até 31 de outubro de 1919 o número de crianças matriculadas era de 71, sendo a média de frequência de 54. Em vista destes números, o inspetor Francisco Medeiros fez um pedido à Câmara para a criação imediata de mais um lugar para o referido curso, em harmonia com o disposto no art.º 159 do Regulamento do Ensino Primário de 29 de setembro de 1919²⁰¹. Nas mesmas condições fez outro pedido para Vila Franca do Campo porque possuía algumas indústrias e oficinas onde se empregavam muitos rapazes de 12 anos e por esse motivo deixavam de frequentar as escolas diurnas²⁰².

¹⁹⁹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada LB23. (1916-1919). L.º 8. N.º 157 de 22 de dezembro de 1918, p. 292.

²⁰⁰ BPARRPD, CEPD - *Mapa de Serviço do Professorado do Círculo Escolar de Ponta Delgada no ano lectivo de 1918/1919*.

²⁰¹ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB24 (1917-1921). L.º 11. N.º 193 de 3 de dezembro de 1919, p. 305.

²⁰² BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB25. L.º 9. N.º 8 de 17 de setembro de 1919, p. 12.

Os cursos móveis tinham uma duração de sete meses o que às vezes poderia não coincidir com o ano escolar. Por esse motivo foi enviado da 1.^a Repartição de Instrução Primária e Normal e disposto em Circular pela Inspeção, a ordem para que os cursos que tivessem iniciado mais tarde se prorrogassem, para além de 30 de junho até perfazerem o prazo estabelecido.

A partir de 1920 a orgânica relativamente à criação destes cursos noturnos terá sofrido ligeiras alterações, pelo que, para além das Câmaras, também as Juntas Escolares passaram a poder propor a sua criação. À semelhança do que acontecia anteriormente com as Câmaras, também as Juntas tinham de declarar se o seu orçamento comportava a verba necessária para a criação dos cursos. Primeiramente tinham de fazer o pedido para a Direção Geral do Ensino Primário e enviar a cópia da parte dos respetivos orçamentos em que mencionavam a sua criação e a verba destinada para a iluminação.

A partir de 1917 aumentaram os pedidos para a criação de cursos noturnos não só por intermédio das Câmaras mas também devido à comparticipação do estado que também contribuía nos pagamentos de gratificação aos professores. Apesar de não podermos dispor de dados mais concretos, o facto de terem multiplicado os cursos noturnos móveis poderá estar relacionado com a falta de edifícios para escolas, pois continuaram a ser frequentes as ordens de despejo judicial por falta de pagamento das rendas de casa por parte das câmaras municipais. Manuel Moniz Morgado enviou um telegrama ao Diretor Geral do Ensino Primário e Normal informando que os senhorios baseados na lei n.º1662 requeriam despejos de escolas pelo que pediu providências²⁰³.

²⁰³ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB30. (1924-1926). N.º 13 de 15 de novembro de 1924, p. 18. (a cópia do telegrama encontra-se agrafado ao ofício).

Na Terceira as missões pelo método João de Deus alcançaram um papel muito importante na alfabetização do povo terceirense. Elas constituíram também, o meio mais rápido e mais eficaz no combate ao analfabetismo.

Um correspondente do jornal *O Tempo* chegou a expressar alguma estranheza pelo facto de, na ilha Terceira, existirem escolas em quase todas as freguesias com condições razoáveis e por esse motivo não compreendia a falta de desenvolvimento que apresentava a instrução popular. Expunha ainda o facto de, na ilha, prevalecer a obrigatoriedade do ensino para os dois sexos e haver em algumas freguesias o ensino noturno para adultos. Em 1904 a pedido da municipalidade angrense encontravam-se a funcionar dois cursos noturnos nas escolas das freguesias de St^a Luzia e S. Pedro, regidos pelos professores oficiais António Maria de Mendonça e Domingos Moulles Ormonde e que eram muito frequentados (*A Terceira*, 1904, n.º 2.228).

Alguns senhores da sociedade terceirense pertencentes à direção do *Lawn Tennis Club* dirigiram-se à Associação das Escolas Móveis a fim de obterem informações sobre a melhor maneira de conseguir uma missão para a ilha, pelo método de João de Deus e também com o intuito de servir de estímulo para os professores e alunos (*O Tempo*, 1906, n.º 125). A ideia que partiu dos membros da direção do *Club* foi de imediato apoiada e propagada pelo jornal diário *O Tempo*. Pouco tempo depois, o jornal publicou um artigo onde fazia referência ao facto de ser quase desconhecido o método de João de Deus na Terceira e incitando para que alguém tomasse o encargo a requisição de uma missão de propagação do mesmo.

Em 1906 ter-se-ia realizado uma reunião convocada pelo capitão Goulart de Medeiros, também pertencente ao *Lawn Tennis Club*, no intuito de fundar uma associação, destinada a proteger e propagar o ensino primário, pelo método João de

Deus. A reunião foi presidida pelo juiz Martiniano da Silveira e este foi secretariado pelos capitães Paula Rego e Aniceto dos Santos²⁰⁴. Apoiaram a ideia para além dos referidos, Carlos d'Almeida Pereira, José Vieira d'Areia e José Augusto dos Santos. Elegeu-se uma direção a qual ficou encarregada de promover a execução do projeto. A direção ficou composta pelos seguintes elementos: capitão Goulart de Medeiros, capitão Carlos Mendes e António d'Amorim Pires Toste. Os presentes optaram por subscrever, mensalmente, a quota que fixaram em 125 réis. Nos meses seguintes não só se registou um aumento significativo de subscritores, como para além da quota fixada passaram a contribuir para os prémios aos alunos que mais se distinguiram na frequência escolar dessas missões (*O Tempo*, 1906, n.º 127).

A 26 de agosto de 1906, Salazar d'Eça, representante da Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus, chegou à ilha Terceira onde realizou uma série de conferências de propaganda do método. O convite partiu da Sociedade Promotora da Instrução e Salazar d'Eça viria a cumprir a missão n.º 152. Durante o tempo de realização de conferências de propaganda, a Sociedade começou por iniciar um curso noturno e outro diurno e pela adesão que teve viu-se obrigada a mudar de local, organizando 3 classes, uma dirigida por Salazar D'Eça e as restantes por professores auxiliares, apelando para que os interessados se dirigissem para os 3 cursos noturnos da Sé, S. Pedro e Conceição, visto os professores estarem também habilitados para o fazer (*O Dia*, 1906, n.º 546).

Noticiou-se em janeiro de 1907 o encerramento da missão n.º 152 tendo-se realizado os exames no dia 13 às 10:30 h na sala das sessões da Junta Geral do Governo

²⁰⁴ Este professor do ensino elementar e complementar da freguesia da Sé de Angra foi reconhecido com atestado de serviços escolares distintos, bem como por serviços prestados em prol da instrução primária, como propagandista de mérito da instrução popular. – BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB. [N.º 59]. N.º 108 de 21 de fevereiro de 1890.

Civil. A mesa foi presidida por José Martiniano Silveira como presidente e por Aniceto António dos Santos como secretários. O júri foi constituído pelos professores primários Manuel Cardoso Machado, José Maria Henriques Flores e Francisco Luiz da Rocha.

As idades dos examinandos iam desde os 5 anos até à idade adulta e ao todo contaram-se 96, dos quais 62 eram da missão e os restantes apresentados pelas professoras Augusta Peregrino Flores, Henriqueta Borges Leal, Maria Teotónia d'Ornellas, Rosa Adelaide d'Ávila e pelos professores Joaquim Machado Tristão e Francisco de Paula Pimentel Correia. Foi lido o relatório da direção por Vieira d'Areia, relativo à missão 152, constando que dos 125 alunos matriculados houve um aproveitamento superior a 65%, contando que 20 alunos abandonaram a frequência depois de saber ler e escrever. Foram distribuídos prémios aos alunos que mais se distinguiram. (*O Tempo*, 15/1/1907, n.º 354).

As missões na Terceira não parecem ter sido fáceis de implementar e sobretudo, a missão n.º 152, devido aos ataques constantes por parte da igreja. A situação parece ter-se mantido durante todo o período que Salazar d'Eça permaneceu na ilha. Salazar d'Eça terá afirmado na carta que escreveu a João de Deus Ramos que nunca se compreendeu a posição da Igreja, uma vez que o seu papel era apenas de instrutor e propagandista e pelo facto de se ter esforçado por mostrar que a instrução nada tinha a ver com questões políticas e religiosas²⁰⁵. Alguns professores foram, diversas vezes, acusados de *maçons* por parte da igreja. Segundo Joaquim Machado Tristão, pelo facto de valorizar a razão, aliando-a ao conceito do “livre pensamento”, aspeto que também se encontrava presente na ideologia republicana e nas reformas do ensino, alegando que

²⁰⁵ A Sociedade Promotora da Instrução de Angra subsidiou a missão das escolas móveis n.º 152, realizada nesta cidade, tendo sido dirigida por Salazar d'Eça. Iniciou a 11 de setembro de 1906 com 125 alunos e deu-se por concluída a 13 de janeiro de 1907 com 92 alunos. - Carvalho, A.P. (1991). *Élèments pour l'histoire d'une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa.

se impunha respeitar a liberdade de consciência e a liberdade de culto de cada um.

Sobre a acusação terá proferido em *A Voz do Professor*:

Macónico! É a palavra que terrivelmente esplude sobre todos os que não se submeterem com humilhação rafeira a todas as imposições dos clericais.” (*A Voz do Professor*, 1909, n.º18).

No decurso da missão 152.º já tinham sido anunciadas, em simultâneo pela imprensa, outras novas missões a realizar como aconteceu com a que deveria decorrer, a partir do mês de setembro do mesmo ano, na Sede da Sociedade Promotora sob a direção de Francisco de Paula Pimentel Correia. As referidas missões eram anunciadas e propagadas por toda a ilha durante alguns meses, tal como esta, mesmo antes do mês de janeiro, de forma a poder angariar o maior número de alunos analfabetos para a sua frequência e poderem ser abertas subscrições para a angariação de fundos, revertendo estes para aquisição de prémios e material escolar. Desta missão soube-se apenas que a matrícula contou com 68 alunos e o número de lições variou entre as 75 e as 120. Às provas compareceram 14 alunos e os exames foram realizados no dia 10 de maio de 1908 (*O Tempo*, 1908, n.º 742).

Duas novas missões das escolas móveis iniciaram nas freguesias de Belém e em S. Bartolomeu. A da freguesia de Belém (Terra Chã) foi dirigida por Joaquim Machado Tristão e a segunda a cargo de Inácio Cardoso Valadão. O encerramento de ambas foi no mês de julho e a Sociedade realizou a festa escolar em S. Bartolomeu, contando com a presença de João de Deus Ramos. O júri foi composto pelo presidente da Sociedade e os vogais Aniceto António dos Santos e José Augusto de Bettencourt. Dos 125 alunos que a missão contava, inicialmente, foram examinados 30. O aluno mais velho tinha 45

anos e o mais novo 13 anos. A missão contou com 120 dias letivos desde 4 de fevereiro a 9 de junho e os alunos tiveram uma média de 77 lições de 2 ½ horas.

Na festa de encerramento da missão, João de Deus Ramos enalteceu o modo como esta foi dirigida por Inácio Cardoso Valadão e congratulou-se com o sucesso da mesma. No final, os responsáveis pelas missões e os convidados deveriam ter realizado uma outra cerimónia idêntica a esta, na Terra Chã, mas não chegou a efetuar-se nesse dia, por falecimento de um filho de Joaquim Machado Tristão (*O Tempo*, 1907, n.º 484). Só a 23 de fevereiro de 1908 é que vieram a realizar-se os exames dos alunos desta missão na Terra Chã, tendo sido examinados 15 alunos com sucesso e como foi referido com “sucesso admirável”, a nível da leitura, apresentando uma excelente escrita e caligrafia, tendo em conta que o aluno com maior frequência teve 153 lições e o de menor 48. Os exames realizados e a atribuição de prémios aos alunos que mais se distinguiram foram atribuídos no dia da inauguração da biblioteca e museu escolares. Representaram a Sociedade Promotora, o presidente da Assembleia Geral, Diogo Paim de Bruges que presidiu à sessão, Luiz da Silva Ribeiro, capitão Carlos Mendes e José Vieira d’Areia. O júri, composto pelo subinspetor escolar José Augusto de Bettencourt, Aniceto dos Santos e Inácio Cardoso Valadão, conferiu os prémios aos alunos, sendo o 1º prémio de 2\$500 reis oferecido por João de Deus Ramos e entregue ao aluno José Pedro da Silveira, por ser o que mais frequentou a missão; o 2.º prémio também de 2\$500, oferecido pela redação do jornal *O Tempo* coube ao aluno Manuel Francisco Cardoso; os outros prémios constaram de exemplares da História Alegre de Portugal, de Pinheiro Chagas e d’O Pão Nosso de Trindade Coelho também oferecidos pela Sociedade. Durante a cerimónia de entrega de prémios foi elogiado o trabalho de Tristão durante a missão e atendendo a que passou por momentos difíceis em termos pessoais (*O Tempo*, 1908, n.º 680).

Decorreu ainda uma outra missão também proporcionada pela Sociedade e dirigida por Inácio Cardoso Valadão com mais uma missão (2ª missão) em Vila Nova que começou no dia 12 de agosto de 1907 e terminou no dia 19 de janeiro de 1908, tendo contado com 50 alunos matriculados. Foram examinados 34, desistiram 8 no segundo mês e 4 ficaram inabilitados porque abandonaram a missão depois de saber ler. O total de dias letivos foi de 130. O aluno que teve melhor frequência recebeu 127 lições e o de menor 56. A média das horas de trabalho era de 3 ½ por dia (*O Dia*, 1908, 921). A cerimónia de encerramento na qual foram realizados os exames coincidiu com a abertura da biblioteca escolar. O júri de exames era constituído pelo presidente Manuel Cardoso Machado, professor oficial da Fonte do Bastardo; pelos vogais Domingues Borges do Rego, professor oficial das Lajes e José Sebastião d'Ávila Júnior, professor da Feteira. Apresentaram-se 34 alunos a exame, passaram todos os alunos que causaram boa impressão à assistência e foram-lhes concedidos prémios. Nestes exames assistiram Diogo Paim de Bruges, presidente da Assembleia Geral da Sociedade; Luiz Ribeiro, presidente da Direção; o capitão Carlos Mendes e José Vieira d'Areia vogais. Após concluídos os exames, procedeu-se à inauguração da biblioteca rural Manuel Goulart de Medeiros.

No dia 19 de outubro de 1908 o professor Inácio Cardoso Valadão deu início a mais uma missão na freguesia de S. Sebastião onde se inscreveram 90 alunos. É de salientar que no ato de abertura deste curso o reverendo cura José Francisco Vieira pronunciou uma alocução a favor da instrução, facto que pode dizer-se não ser muito comum o envolvimento de uma pessoa da igreja com as iniciativas da Sociedade (*O Tempo*, 1908, n.º 867). Esta missão, pelo excessivo número de alunos inscritos levou a que tivesse sido desdobrado em dois turnos: um composto por 40 alunos dos 12 aos 16 anos e outro de 50 alunos dos 17 aos 44 anos. O primeiro turno recebia lições às

segundas, quartas e sextas e o segundo turno às terças, quintas e sábados. Durante a realização dos cursos iam de visita algumas individualidades terceirenses, professores e curiosos para assistir à aplicação do método de João de Deus. Nesta foram de visita José Vieira Goulart, José Sebastião d'Ávila Júnior (Feteira) e Joaquim Borges de Menezes, aluno da Escola Distrital, que assistiram à explicação de algumas lições do método e à leitura por parte dos alunos que demonstraram grande aproveitamento, apesar de ter decorrido em tão pouco espaço de tempo (*O Tempo*, 1908, n.º 893, 19/11).

No caso terceirense encontrámos referência ao professor Jaime Amaral, professor diplomado pela escola distrital de Angra, que era aluno de Salazar D'Eça no estudo do método (*Revista Pedagógica*, 1906, n.º 13).

Após a presença de Salazar d'Eça na ilha para a realização de conferências, a Sociedade Promotora da Instrução Terceirense teve a preocupação de formar professores. Estes por sua vez replicaram a formação a outros professores, tendo-se destacado alguns, pela facilidade com que utilizaram o método. Um dos professores que mais se destacou foi Inácio Cardoso Valadão que a convite de João de Deus Ramos foi destacado, por dois anos consecutivos, para dirigir uma missão no continente.

No lugar das Fontinhas inaugurou-se um curso noturno regido pelo ajudante do professor e promovido pela junta de paróquia onde se matricularam 50 indivíduos, com idades compreendidas entre 12 e 40 anos de idade. Numa crónica do jornal *O Tempo* fez-se referência aos vários cursos que já funcionavam na ilha e aos que se aguardavam ainda a abertura. De teor político, na crónica foi acentuada a importância das comissões paroquiais republicanas e as juntas de paróquia porque compreenderam a importância do seu papel, bem como o do professor primário que apesar de mal pago e de não ver

satisfeitas as suas reclamações contribuía com o seu trabalho, voluntário, nos cursos noturnos.

Na Terceira, os membros que compunham a Sociedade Promotora tinham a consciência da importância que tinha a formação para o desenvolvimento da sociedade. Tinham, igualmente, a preocupação por aqueles que finalizavam os estudos e não tinham forma de lhe dar continuidade. Por isso era, com frequência, discutida a continuidade das aprendizagens. Para o efeito, a Sociedade também proporcionou outro tipo de cursos noturnos para adultos, ou para alunos que quisessem alargar os seus conhecimentos. Os cursos eram regidos por: Dr. Luiz Ribeiro a Economia Social; capitão Carlos Mendes a Aritmética e Escrituração Comercial; tenente Feliciano Leal a Geografia; José Vieira d'Areia as Sciencias Naturaes; tenente Vaz a História (*O Tempo*, n.º 939, 13/1/1909). Os cursos promovidos eram anunciados na imprensa diária e as horas a que decorriam. Os horários iam sendo ajustados, consoante a procura dos mesmos e as necessidades dos trabalhadores e funcionavam na sede da Rua Direita n.º14 a 20 e posteriormente às datas seguintes passaram para as 7 ½ da noite como abaixo se transcreve:

Hoje às 6h Aritmetica para a 2ª classe; Potências e raízes. Às 7h Geographia (*O Tempo*, n.º 936, 13/1/1909)

Hoje 7h História: Expansão Territorial: Delimitação de Fronteiras (1.º Período) de História de Portugal (*O Tempo*, n.º 939, 16/1/1909).

A Sociedade Promotora também não descurou a atualização dos conhecimentos e a formação dos professores.

No que respeita à aplicação do método, os professores sem conhecimento da sua aplicação tornariam, segundo os responsáveis, o seu uso ineficaz. A Sociedade pretendia realizar mais missões em algumas freguesias do campo mas, por haver falta de

professores habilitados, resolveu proporcionar primeiro a formação. Perante apenas a intenção de realizar estes cursos, os jesuítas da Graça manifestaram-se contra eles (*O Tempo*, n. 425 14/4/1907).

Dois anos depois, com o intuito de habilitar os professores que ensinavam pelo método de João de Deus ou para os que pretendiam fazê-lo, foi-lhes proporcionado um curso noturno gratuito, na sede, com início no dia 15 de maio de 1909. O curso só funcionava aos sábados, domingos e feriados. Aos sábados principiava às 6 ½ e nos outros dias às 10 ½ da manhã.

Em 1910 a Sociedade ainda anunciou mais duas missões escolares que iniciaram no mês de setembro em Porto Judeu e S. Mateus. O jornal acusou o padre da freguesia de S. Mateus de influenciar os pescadores a não se matricularem, o que atrasou o recrutamento de alunos. A missão de Porto Judeu, sob a direção do professor António Vieira Gil Júnior, contava com 53 alunos e funcionava à uma hora da tarde para os marítimos e à noite destinava-se à frequência dos outros alunos (*O Tempo*, 1910, n.º 1451). Paralelamente a este, funcionava outro curso na escola da Feteira dirigido por Ávila Júnior e onde estavam matriculados 40 alunos, com uma frequência média de 35 (*O Tempo*, 1910, n.º 1467).

No final de 1910 começou por acentuar-se a ação das Juntas de Paróquia que passaram a promover cursos noturnos. Noticiou-se que a Junta de Paróquia da freguesia das Lajes promoveu uma missão escolar, “pôs em condições higiénicas a escola do sexo masculino”, contribuindo dessa forma para a beneficência escolar que começava, segundo a imprensa, a despertar na ilha. O mesmo foi feito na Praia com um curso noturno. Foi referido também que o professor ajudante das Fontinhas ofereceu-se à Junta de Paróquia para abrir um curso noturno e a Junta resolveu votar uma verba

destinada à beneficência escolar (*O Tempo*, 1910, n.º 1472). No ano seguinte foi também anunciado que, no lugar de S. João de Deus, teriam aberto mais dois cursos primários, um diurno e outro noturno, promovidos pela Comissão Paroquial Republicana de Stª Luzia, auxiliada pela Sociedade Promotora da Instrução. A imprensa anunciou ainda outro, promovido pela Junta de Paróquia de S. Sebastião regido por Veríssimo José de Andrade e Lemos (*O Tempo*, 1911, n.º 1478).

5.4 – Conferências populares

A realização de conferências e cursos populares intensificou-se durante a primeira década do século XX, apesar de nos Açores se confirmar a sua existência desde meados do século anterior.

A realização destas conferências tinha como objetivo a transmissão de saberes específicos e podiam versar também acerca de assuntos da atualidade, procurando que os participantes mantivessem a atualização de saberes. Tinham por fim proporcionar o saber e o esclarecimento às classes trabalhadoras e por isso, funcionavam ao fim da tarde ou à noite, independentemente ou não de se realizarem em espaços escolares.

Os poucos meios existentes, como a falta de livros, revistas e jornais e também o impedimento da continuidade de estudos para além da escola primária impediam a escolarização e por isso eram as principais razões apontadas para a realização deste tipo de conferências.

Constituíram um meio de transmissão dos valores cívicos republicanos. Este tipo de conferências estava aberto a todas as pessoas, incluindo professores, embora se tivessem realizado conferências especificamente para estes.

Versavam sobre variadíssimos temas: História, Ciência, Matemática, Álgebra, Economia, Sociologia, Psicologia, Política, Saúde, Higiene, Desenvolvimento Comercial e Industrial, Cidadania...

A imprensa diária anunciava as matérias a desenvolver, as horas e os locais onde se realizavam e eram designados como *cursos* em vez de conferências, pelo tempo que demoravam. Estes podiam demorar uma, duas ou três semanas e também eram realizados à noite e direcionados para a classe trabalhadora que quisesse aumentar os seus conhecimentos e não tinha outro meio de acesso à cultura. Podiam ser ministrados em *lições* (temas) que também eram designadas de conferências e eram lecionados por professores creditados e voluntários ou gente culta da sociedade.

Este tipo de cursos noturnos, não destinados à alfabetização, foi muito popularizado na Terceira e prosperaram nas freguesias com maior aglomerado populacional e na cidade de Angra. Na sua maioria, foram subsidiados pela Sociedade Promotora da Instrução Terceirense e um desses cursos chegou a ser ministrado pelo professor Joaquim Tristão.

Com o mesmo intuito e já no desempenho do seu programa, a Sociedade Promotora da Instrução Terceirense realizou um ciclo de conferências dominicais sobre variados temas, pelo que se destacaram as primeiras que, constituíram uma novidade e segundo a imprensa, tiveram bastante adesão. A 1.^a conferência foi proferida por Salazar d'Eça sobre o dramaturgo norueguês *Henrik Ibsen*. Nela interveio também Manuel Goulart de Medeiros sobre a causa da instrução que contou com a participação de vários professores (*O Tempo*, 1906, n.º 305). Noutra, foi conferente o jornalista José Vieira d'Areia que dissertou acerca dos serviços prestados por João de Barros, Feliciano de Castilho e João de Deus à causa da instrução popular e lembrou a obra do marquês

de Pombal o qual designou por instituidor da escola primária (*O Tempo*, 1906, n.º 315). Inácio Cardoso Valadão, formado pela escola distrital da cidade de Angra, realizou outra conferência na qual proferiu o tema “História da Instrução Popular” (*O Tempo*, 1906, n.º 318). Sebastião d’Ávila Júnior, professor na localidade de Feteira, noutra conferência realizada, dissertou sobre a imprensa e a sua influência na instrução popular. Começou por descrever o estado de ignorância em que se encontravam as classes populares antes do descobrimento da imprensa, não só pela dificuldade que havia na aquisição de conhecimentos, como também pela ação das classes dominantes da sociedade para as quais a instrução do povo constituía um perigo. Na referida conferência, Ávila Júnior, terá feito alusão ao facto de se “mover uma guerra contra a escola livre destinada a formar consciências e não a esterilizar as inteligências com métodos de ensino que considerava retrógrados” (*O Tempo*, 1906, n.º 324).

A assistência destas conferências era numerosa, pelo que a Sociedade teve de sugerir, posteriormente, o Teatro Angrense para a realização das seguintes. Numa delas, Joaquim Machado Tristão dissertou acerca da educação da mulher, onde exaltou o papel desta, enquanto educadora e por isso referiu ser necessário a sua libertação relativamente ao fanatismo religioso, de modo a que pudesse educar as modernas gerações (*O Tempo*, 1906, n.º 331). Na última sessão realizada, a direção da Sociedade, lançou um convite a todas as pessoas que estivessem interessadas e desejassem inscrever-se nas próximas conferências, com o intuito do “levantamento intelectual da população terceirense”, o que comprovou estarem abertas a qualquer elemento da sociedade que se prestasse à participação nas mesmas.

Em S. Miguel, Francisco Faria e Maia prestou-se a realizar uma série de conferências sobre História, Geografia e Civismo²⁰⁶. As conferências abertas a um público mais vasto eram realizadas, sobretudo, no Ateneu Comercial da cidade e no Teatro Micaelense. Este tipo de conferências não constituía uma novidade entre os micaelenses como já foi referido anteriormente.

Foram muitas as conferências realizadas em ambas as ilhas e que eram apoiadas pela iniciativa particular e pela imprensa que as publicitava. Muitas eram realizadas com o apoio da Associação *Século XX*, da Liga Micaelense de Instrução e da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense. Envolvendo figuras da sociedade organizaram também muitas dessas iniciativas, em lugares destinados à elite: *Lawn Tennis Club*, *Club Angrense* e ainda o *Club Micaelense*.

5.5 – Bibliotecas populares

A criação de bibliotecas no distrito de Ponta Delgada assumiu grande importância para o ensino público, uma vez que elas serviam como complemento ao mesmo. Nos periódicos era frequente designarem-se as bibliotecas populares como escolares, tal como o fez Evelina de Sousa quando incentivava à sua criação na *Revista Pedagógica*. Na visão de Evelina quer se tratassem de bibliotecas criadas dentro do espaço escolar, quer fora dele, entendia que tinham o mesmo propósito não só de complementaridade à escola, mas também como espaços que contribuíam para a democratização do saber, tornando-o acessível a todos os cidadãos. Noticiava-se em 1905 a importância que as bibliotecas adquiriam junto do público infantil e a

²⁰⁶ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*. (1909 – 1915). *Diário dos Açores*, 23 de novembro de 1911. ct. 1.

necessidade da criação de secções infantis nas bibliotecas (*Diário dos Açores*, 1905, n.º 4321).

O Ministério de Instrução Pública, estabelecido em junho de 1870 e que apenas durou seis meses, cuja pasta foi ocupada por D. António da Costa, criou, por decreto de 2 de agosto, as bibliotecas populares, funcionando junto às escolas de instrução primária, com um subsídio das câmaras e das juntas de paróquia. As câmaras davam 50 mil réis anuais por biblioteca, para o seu desenvolvimento e as juntas de paróquia 10 mil réis, em gratificação aos professores que delas tratavam.

Em 1907, quando foi criada a Direção Geral de Instrução Primária, houve outra tentativa para a formação das bibliotecas populares mas sem resultado e, por esta altura, surgiram bastantes artigos nos jornais sobre as bibliotecas criadas noutros países, como em Inglaterra, na Dinamarca e nos Estados Unidos, advertindo que algumas se tratavam de bibliotecas itinerantes. Nos Açores surgiram algumas, por iniciativa particular, como a do reverendo Lopes Luz, da freguesia dos Ginetes e a de Medeiros Simas, de Ponta Garça, que as mantinham abertas para uso dos habitantes, mas não parece ter havido uma formação sistemática deste tipo de bibliotecas.

Feio Terenas enviou, a 9 de setembro de 1909, para a mesa da Câmara dos Deputados o projeto de lei em que ficavam autorizadas as câmaras municipais a instituir bibliotecas populares (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5490). Dois anos depois, o Governo Provisório da República, pelo decreto de 18 de março de 1911, criou um género de bibliotecas a que designou de móveis, uma vez que elas deviam circular pelas freguesias. Estas deviam ser fornecidas com os livros das bibliotecas populares dos concelhos (com 100 volumes cada) e também deviam funcionar junto às escolas primárias. Com esta designação e orgânica só constou a do município de Vila Franca do

Campo denominada “municipal”, anexa ao edifício da Câmara da mesma vila, que estabelecia a concessão dos seus livros aos professores do concelho²⁰⁷. O mesmo Decreto obrigava a que todas as Câmaras municipais fundassem bibliotecas populares e as que já as possuíssem criassem secções populares.

A Liga Micaelense procurou organizar bibliotecas, à semelhança destas, rejeitando a organização da biblioteca móvel, alegando as dificuldades de acesso e deslocação entre algumas localidades da ilha²⁰⁸. A organização das bibliotecas populares foi muito demorada e por esse motivo, a Liga Micaelense de Instrução implantou uma série de bibliotecas em S. Miguel e St.^a Maria que apelidou de “freguesiais”. No relatório da Liga para o ano de 1913 foi possível saber que foi disponibilizada uma verba, no valor de 108\$750 réis, para a aquisição de livros, com o objetivo de criar essas mesmas bibliotecas. Apoiada pelos professores primários de cada freguesia e por outros homens de letras foi possível a abertura e manutenção de 24 bibliotecas até ao ano de 1914, tendo-se registado um total de 1365 volumes distribuídos²⁰⁹.

A Liga teve um trabalho preponderante e pioneiro na criação de bibliotecas em todas as freguesias do distrito de Ponta Delgada, ou seja, conseguiu criar o tipo de instituição que os sucessivos governos procuraram pôr em prática desde 1870, sem sucesso²¹⁰.

A organização das bibliotecas “freguesiais” seguia os seguintes trâmites: partia da sede da Liga uma remessa de livros destinada ao bibliotecário, com a competente

²⁰⁷ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais Recortes de Jornais*. (1909 – 1915). *A República*, nº 562, 18 de fevereiro de 1913, ct. n.º 1.

²⁰⁸ BPARPD. LMIP. *Relatório do ano letivo 1917- 1918*.

²⁰⁹ BPARPD. LMIP. *Relatório de 1913*, p. 14.

²¹⁰ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais* (1909 – 1915) - *A República* nº 562, 18 de fevereiro de 1913, ct. nº 1.

lista das obras enviadas, que era assinada e devolvida. Esta formalidade tinha como fim a prevenção, no caso de alguma eventualidade, como falecimento, etc., garantindo a propriedade da Liga. Qualquer pessoa podia requisitar livros ao bibliotecário, por prazo por ele estabelecido e este, por seu lado, devia aumentar a biblioteca a seu cargo, através da receção de dádivas de beneméritos. Nestas bibliotecas também eram bem aceites os livros usados das escolas, pois tinham grande influência na frequência escolar, porque uma das razões apresentada é que as crianças das povoações rurais não frequentavam as escolas por falta de livros e escassez de outros recursos.

Numa entrevista concedida a Miguel de Souza Alvim, primeiro redator do jornal *A República*, em 18 de fevereiro de 1913, Jácome Correia procurou esclarecer acerca da organização de bibliotecas nas freguesias, pela Liga, onde afirmou que “ela representava a primeira iniciativa de carácter geral em prática e executada no país”. Informou ter publicado no *Diário dos Açores* um convite aos candidatos que quisessem ocupar-se da sua manutenção e conservação e procurou estabelecer relações com diferentes pessoas que aceitaram os cargos de bibliotecários e que eram oriundos de diferentes classes sociais e ocupações. Em Rabo de Peixe era o reverendo Alfinete que tinha a seu cargo a biblioteca da freguesia, nos Fenais da Luz, Moniz Morgado, professor oficial na escola masculina, e na Lomba do Loução era o agricultor Luiz de Melo²¹¹.

A ideia da criação das bibliotecas paroquiais, populares e móveis já constava dos estatutos da sua fundação e em novembro de 1913, foi publicado pelo secretário, Álvaro Pais de Athayde, a relação de livros oferecidos, no total de 638, e o destino que lhes tinha sido dado após ter sido feita a sua distribuição: Bretanha, Capelas, Fenais da Luz, Maia, Povoação, Rabo de Peixe, Conceição da Ribeira Grande, sede da Liga, Achada,

²¹¹ BPARPD. LMIP, *Relatório do ano letivo de 1917 – 1918*.

Achadinha, Nordeste, Água de Pau e Ginetes, Santa Bárbara, Vila do Porto, Santo Espírito (as três últimas localidades, na ilha de Santa Maria)²¹².

A 11 de maio de 1919, aquando da execução da deliberação do projeto de dissolução da Liga, um dos serviços que foi mantido foi o das bibliotecas das freguesias²¹³. Foi consolidada a obra das bibliotecas “freguesiais” das quais o catálogo e o registo foram entregues às câmaras municipais.

Houve a preocupação de atualização e modernização das bibliotecas públicas, pertencentes às Câmaras, transmitida através da imprensa. Foram pressionadas as Câmaras e contestados os horários que deveriam ser alargados e mais flexíveis de modo a servir “para a ilustração da classe trabalhadora”. A democratização do ensino marcou, então, o discurso pedagógico nos periódicos, como forma de protesto pelo serviço prestado pelas bibliotecas públicas. Em S. Miguel manifestou-se alguma inquietude pela desatualização do espólio da biblioteca e foi manifestado algum desagravo perante os horários de funcionamento, mas foi em Angra onde se fez sentir maior descontentamento e onde se moveram influências junto das entidades responsáveis, elaboraram ofícios para alteração dos serviços da biblioteca, sobretudo pela ação da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense. Esta não alegava apenas a democratização do ensino mas alertava para o facto de poder constituir um espaço que serviria de complemento à escola (*O Tempo*, 1906, n.º 137).

Censurava-se o vereador da Câmara que era o responsável pela instrução, por ainda não ter criado uma biblioteca pública, existindo o que considerava ser uma “pseudobiblioteca” que não acompanhou o progresso porque as suas obras não

²¹² BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais* (1909 – 1915). *A República*, nº 774, 1 de novembro de 1913, ct. nº 1.

²¹³ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, nº 63 de 11 de maio de 1919, ct. 5.

apresentavam qualquer cariz científico. O horário de funcionamento era das 10 às 14 horas e por esse motivo não servia a população trabalhadora. Transparecia alguma boa vontade por parte de alguns vereadores da Câmara de lhe fazer melhoramentos ou para que ela fosse transferida para uma melhor sala e para que estivesse à disposição do público em horário noturno. A biblioteca pública de Angra debatia-se por uma modernização que tardava, pois para além dos horários pouco facilitadores da sua utilização também se fazia referência apenas a uma edição antiga de “As viagens de Guliver” e faltavam obras de Eça, Camilo, Fialho de Almeida, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, etc. (*O Tempo*, 1907, nº 416).

A Associação Promotora da Instrução Terceirense para pressionar a Câmara de Angra tinha designado uma representação, junto da mesma, para que a biblioteca abrisse em horário noturno. Atendendo a que pudesse haver demora na resposta a esta iniciativa, José Sebastião d'Ávila Júnior convocou uma reunião no Club Popular Angrense onde defendeu a necessidade urgente do estabelecimento de uma biblioteca popular, com horários ajustados aos horários de trabalho da população. Por proposta do capitão Goulart de Medeiros, presente na mesma reunião, essa representação auxiliar enviada à Câmara deveria juntar-se a uma outra comissão nomeada e agregada à Associação Promotora da Instrução, para que de comum acordo, trabalhassem na criação de uma biblioteca de leitura domiciliária. A comissão encarregada de apresentar a representação era composta por: Diogo Paim de Bruges, Francisco Luiz da Rocha, José d'Andrade e Lemos, Theotónio da Câmara de Ornellas Bruges, António José Ignacio da Silva, Ignacio Cardoso Valadão e José Vieira d'Areia (*O Tempo*, 1907, nº 382). A referida biblioteca ter-se-ia criado e, para o seu arranque foram doados livros e donativos que chegaram através da imprensa republicana.

Na sessão de 11 de dezembro de 1907, a Câmara da Praia da Vitória delibera a favor da criação de uma biblioteca, concedendo um edifício municipal situado na Praça 11 de agosto, adequado à instalação da mesma. Para a compra de livros deliberou incluir no seu orçamento a quantia de 50\$000 réis.

Em Vila Nova, no concelho da Praia da Vitória, por iniciativa de Inácio Cardoso Valadão, professor na mesma vila, surgiu a biblioteca rural, à qual se deu o nome de Manuel Goulart de Medeiros (*Diário dos Açores*, 1909, nº 5.353). O nome da biblioteca teria sido atribuído em homenagem a Manuel Goulart que muito fez pela instrução popular na ilha. Para o equipamento da referida biblioteca anunciou-se a 29 de dezembro de 1907 a chegada dos livros no vapor Funchal que tinham sido adquiridos por João de Deus Ramos, com os donativos angariados, os quais ele próprio escolhera e enviara. Os livros, juntamente com os que foram sendo recolhidos na ilha eram algumas centenas de volumes, entre cujos autores figuravam escritores de nomeada, tanto nacionais como estrangeiros (*O Tempo*, 1908, nº 650). Em fevereiro de 1908 a biblioteca continuou a receber livros por parte de benfeitores, alguns dos quais a residir fora da Terceira de entre os quais constava o nome de Faria e Maia. No final deste mesmo ano registou-se uma saída de 49 volumes, mas no final de 1909 a lista de fornecimento de leitura domiciliária teria registado um aumento significativo de 756 volumes.

Segundo o anunciado pela Sociedade, o pároco Manuel Narciso de Lima e o professor primário oficial de Vila Nova, José Narciso de Lima desferiram alguns ataques à biblioteca e este último chegou a retirar a chave ao bibliotecário do local onde esta se encontrava instalada, impedindo que, de 20 de novembro até 31 de dezembro, fossem requisitados quaisquer livros. A Liga condenou, na imprensa, a atitude do referido professor e afirmou que este contrariava os intuitos da sua classe (*O Tempo*,

1910, 1.241). O pároco de Vila Nova levou a contenda mais longe ao publicar um “Comunicado” no *Correio dos Açores* desferindo ataques e difamações a Inácio de Arruda (*Correio dos Açores* 5 de fevereiro de 1910) que lhe responde noutro artigo de O Tempo intitulado “Em Defesa” (*O Tempo*, n.º 1287, 1910).

Os propósitos da Sociedade não eram apenas contrariados pela Igreja mas também por aqueles que por razões ideológicas, ou outras, também não o faziam. Neste caso, o professor era irmão do pároco da freguesia que também moveu grandes esforços para o encerramento da dita biblioteca. Os livros foram posteriormente transportados para um novo local, disponibilizado por Francisco Lourenço Valadão, tendo recommençado o fornecimento de livros para leitura domiciliária no dia 11 de abril de 1910. A biblioteca parece ter prosseguido a sua missão em prol do desenvolvimento da instrução popular.

No final de 1910 o relatório mostrava que o movimento continuava bastante animador e registava 628 livros saídos para leitura domiciliária. No discurso proferido por Inácio Cardoso Valadão, aquando da comemoração do 1º aniversário da existência da biblioteca, prestou homenagem em especial a Manuel Dias Valadão e João Cardoso Vieira Azera e a outros que contribuíram no apoio à manutenção da mesma: Manuel José da Silva, José Borges Valadão, Manuel Luiz Soares, José Martins de Aguiar e Manuel Lourenço Valadão. Acentuou que a ação da biblioteca não se restringiu apenas aos habitantes de Vila Nova mas também se estendeu a outras freguesias onde tinha leitores assíduos como os Biscoitos, Quatro Ribeiras, Agualva, Lajes, Praia da Vitória, S. Sebastião e Angra do Heroísmo. Para além da ação instrutiva Manuel Inácio de Arruda admitiu ter também uma ação moral que era ignorada pela maioria.

Aos poucos, a população parecia ter ficado convicta da utilidade da biblioteca e mesmo os que não acreditavam nela e alguns dos que tentaram impedi-la recorreram à sua utilização, servindo-se dela, como o testemunhou a imprensa quando referiu que o pároco de Vila Nova, Manuel Narciso Lima, teria a ela recorrido, após a revolução de outubro, para se inteirar das notícias de jornais e tendo requisitado um exemplar do jornal republicano e livre-pensador, *O Mundo*.

A criação das bibliotecas na Terceira fazia-se por intermédio da iniciativa particular e da boa vontade e voluntarismo dos professores primários, tal como o foi a biblioteca rural criada no dia 21 de janeiro de 1912, na escola oficial do sexo masculino da freguesia das Fontinhas, a cargo do professor José Fernandes do Couto (*Revista Pedagógica*, 1912, n.º 208). Os donativos enviados para a criação de bibliotecas, museus e outras iniciativas com vista ao desenvolvimento da instrução eram enviados, geralmente, para dois estabelecimentos comerciais da cidade de Angra e para a redação dos jornais, *O Tempo* e *O Dia*. Com frequência, estes abriam subscrições para recolha de donativos que revertiam a favor dos equipamentos das bibliotecas e museus, para subsídio às escolas móveis, cursos noturnos, apoio a associações e instituições de caridade, como a Cozinha Económica, a Associação Protetora de Crianças Pobres da Terceira e à Sociedade Promotora da Instrução Terceirense.

Ambas as sociedades, micaelense e terceirense, demonstraram o desejo de fundar bibliotecas que servissem de apoio aos professores primários. O primeiro donativo espontâneo para a criação deste tipo de biblioteca foi atribuído à Liga Micaelense em 1909, por Duarte Azevedo Feio, que pôs à disposição dos professores primários os livros da sua própria biblioteca, tendo sido seguido por outros beneméritos como Francisco Machado de Faria e Maia, Francisco do Canto Bettencourt, Jácome Correia, José Cláudio de Sousa, Evaristo Ferreira Travassos, Caetano Moniz de

Vasconcellos, Constâncio Gabriel da Silva, Félix Sotto Maior, Álvaro Pais de Athayde, Luiz Rebello Borges de Castro, Conde dos Fenais, Francisco Afonso Chaves, Arsénio da Silva Carvalho, Maria José de Oliveira e barão de Fonte Bella (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5347).

Em ambas as sociedades a criação de bibliotecas devia-se à iniciativa particular de beneméritos da instrução que tinham consciência da sua importância no apoio à instrução popular. Em ambas as ilhas foram realizadas subscrições através dos jornais, para a recolha de obras ou donativos para o enriquecimento das bibliotecas.

Em 1918, António Maria Lopes informou a 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal que no Círculo Escolar de Ponta Delgada não existiam bibliotecas com a designação de pedagógicas. Sugeriu, para a sua criação, que se obrigassem os corpos administrativos (Juntas Gerais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) a incluírem nos seus orçamentos uma verba para esse fim, estabelecendo uma biblioteca pedagógica em cada concelho que deveria funcionar no edifício da Câmara Municipal²¹⁴.

²¹⁴ BPARPD.DEPD. Copiadores de Correspondência da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB23 (1916-1919). L.º8. N.º 115 de 11 de agosto de 1918. p. 248.

5.6 – Oficinas e ensino técnico - profissional

A preocupação pela continuidade de estudos, após a escola primária, era contemplada nos estatutos das Sociedades. A implementação de oficinas de trabalho na escola primária²¹⁵ conduziu à necessidade de dar continuidade a essas aprendizagens.

Os jovens nas ilhas, após a escola primária viam-se na impossibilidade do prosseguimento de estudos. Por outro lado, a falta de formação técnica em qualquer área de atividade económica era comum, pois eram habituais as referências à falta de mão-de-obra especializada, facto também apontado como a principal causa da falta de produtividade e rendimento do setor económico e industrial. Criticava-se a deficiente formação e habilitação profissional das classes trabalhadoras e para quem tivesse a possibilidade de prosseguir os estudos, os currículos estavam impregnados de teoria que de pouco servia, segundo os republicanos. Faziam-se alusões frequentes ao ensino teórico livresco e também à falta de disciplinas práticas no currículo escolar.

No entanto, reconhecia-se em Portugal e muito particularmente nas ilhas, a dificuldade da formação profissional e a implantação do ensino técnico-profissional devido aos custos que comportava e às dificuldades existentes, inerentes à conjuntura económica, de criar infraestruturas que permitissem a sua praticabilidade. Então, teoricamente concebia-se a instrução como base essencial e, portanto, indispensável para o progresso artístico, industrial, comercial e agrícola (*O Dia*, n.º 379, 15 de março de 1906). Valorizava-se a formação que era dada em alguns países europeus, como a França e a Suíça que privilegiavam o ensino prático. O ensino era dividido em elementar, médio e superior e assim, os alunos ficavam aptos a entrar na vida ativa, podendo dedicar-se à aplicação dos princípios teóricos e práticos que com ele se

²¹⁵ Ver Cap.4 deste trabalho.

relacionassem. No caso da Suíça a instrução prática era merecedora de atenção especial, quer pelo ensino oficial, quer no ensino particular. Era citado, com frequência os métodos do colégio *Viget* que ministrava cursos de 3 anos que assentavam num acompanhamento individualizado aos alunos. Para além de obterem o diploma que lhes conferia o direito a seguir uma carreira comercial, saíam habilitados para o exame de acesso às escolas superiores de engenheiros, de comércio e indústria e outras escolas de aplicação (*O Tempo*, 1905, n.º 48).

Relativamente ao ensino agrícola desde o início do século que se vulgarizou a ideia da necessidade de formar jovens que alargassem os seus conhecimentos para o desenvolvimento e modernização agrícola. Comprovou-se a ligação com a Escola de Regentes Agrícolas de Santarém da qual era presidente Duarte Clodomiro Patten Sá Vianna. Em 1905, o jornal *O Tempo* fez referência à dita escola cujos cursos conferiam habilitação ao concurso para o provimento de vagas existente nos quadros dos serviços agrícolas oficiais. Apelando à iniciativa particular consideravam acertado que os feitores formados nessa escola fossem requisitados pelas explorações particulares terceirenses com vista à modernização da agricultura. Na imprensa terceirense era frequente divulgar-se a necessidade de propagação deste tipo de ensino que, segundo a imprensa e alguns membros da Sociedade Promotora, deveria ser confiado ao professor primário. Apesar de não se tratar de um técnico, considerava-se o professor apto para transmitir as muitas noções úteis e práticas inerentes ao ensino agrícola, despertando nos alunos, o gosto por esta área. O ensino agrícola deixava assim, de ser exclusivo dos institutos agronómicos e escolas agrícolas, para ser, em parte, confiado ao professor. A comprová-lo foi a criação do museu escolar na escola da Feteira por José D'Ávila Júnior que continha todos os elementos necessários para o ensino prático da agricultura como uma coleção de modelos de instrumentos agrícolas; espécimes dos principais

tipos de terreno e amostras de adubos necessários a cada um deles (*O Tempo*, 1907, n.º 599).

A ideia de preparar o indivíduo com iniciativa, de forma a viver dos seus recursos, com capacidade para governar e produzir de forma autónoma só teria sido consubstanciada quatro anos mais tarde, com o decreto de 26 de maio de 1911. A propósito do mesmo decreto Justino de Magalhães refere que a associação entre os destinos coletivos e os destinos individuais foi consignada expressamente na Reforma do Ensino Agrícola, apresentada como alternativa e contendo uma progressão desde a instrução primária (Magalhães, 2012, p.17). Provavelmente despoletada por esta Reforma, só nesse ano se anunciou uma reunião de proprietários, lavradores e industriais da ilha, a fim de promoverem a criação de uma escola agrícola. A 2 de fevereiro de 1911, a Sociedade Promotora da Instrução Pública Terceirense lançou uma convocatória com vista à criação de uma comissão organizadora da Sociedade de Agricultura Terceirense com a ideia de, posteriormente, poder criar uma escola agrícola.

Convocatória

Os abaixo assinados convidam por este meio os exm^{os} lavradores, proprietários, industriais, comerciantes e demais Cidadãos que se interessem pelo engrandecimento e prosperidades desta terra, a reunirem-se numa das salas da Associação Comercial para serem eleitos os membros da comissão organizadora da Sociedade de Agricultura Terceirense.

Angra, 23 de janeiro de 1911

José Júlio da Rocha Abreu

Francisco da Paula Rego

José Narciso Parreira Coelho

António Pamplona Corte Real

Francisco Carvalho Machado

Evaristo Dewander Gabriel

Henrique Correia Ourique (*O Tempo*, n.º 1534)

No dia 14 do mesmo mês foi anunciada, pelo mesmo jornal, a reunião da comissão organizadora que deveria lançar os estatutos por que se havia de reger a Sociedade e assim, estudar a forma de obter os fundos necessários para a vinda de um professor prático de agricultura²¹⁶. Também no mês seguinte começa a publicar-se na imprensa, a necessidade de uma escola para ministrar o ensino industrial, argumentando-se a prática de um ensino mais moderno e mais prático ao contrário do ensino tradicional apenas teórico. Era comum na época apontar-se a impreparação dos trabalhadores das oficinas e das quintas.

Muito mais tarde, em 1924, o capitão Eugénio Garcia junto do ministro da Agricultura procurou convencê-lo da importância de criar no distrito de Angra uma escola móvel agrícola mas com especialidade em laticínios dadas as características da economia regional como salientou. Torres Garcia que manifestou concordância com as razões apontadas prometeu estudar o assunto para deliberar em conformidade com as possibilidades do Estado (*O Povo*, 1924, n.º 35). A 30 de abril, no jornal *O Povo*, publicou-se o relatório de contas da Caixa Económica de Angra do Heroísmo onde constava a atribuição de 500\$000 réis a escolas móveis e práticas de agricultura no distrito (*O Povo*, n.º 308, 1924).

A imprensa que fazia, insistentemente, referência ao tipo de formação técnico-profissional sugeria que deveria ser considerada, a sério, numa futura reforma de instrução, facto que veio a verificar-se na reforma de 1911 da qual foi responsável João de Barros. João de Barros pedagogo português, responsável, em parte, pela reforma da

²¹⁶ É de salientar que, na mesma altura, foram elaborados os estatutos para uma Sociedade Protetora dos Animais da qual faziam parte, alguns membros da Liga Micaelense de Instrução e da Sociedade Promotora de Instrução Terceirense, bem como de uma Escola Industrial (*O Tempo*, n.º 1573, 22 de março de 1911).

instrução primária de 1911, valorizou a necessidade de uma educação moral, cívica e artística. Lutou, igualmente, pelo incremento do ensino técnico-profissional, pois, segundo ele, o ensino devia visar a formação integral do indivíduo (Fernandes, 1978, p.125).

Também em Ponta Delgada, a Liga Micaelense de Instrução após ter deixado de subsidiar os cursos noturnos, a partir de 1912, canalizou a receita de forma a permitir estender a sua ação para outras áreas, como a promoção do ensino técnico-profissional nas escolas primárias, introduzindo a aprendizagem pelos ofícios, com a abertura de uma aula de artes e ofícios na Rua Bruno Tavares Carreiro e na atribuição de um subsídio para a abertura de um curso de rendas, para raparigas, em Ponta Delgada²¹⁷.

A Liga Micaelense de Instrução Pública instalou a escola móvel agrícola Maria Christina, na Ribeira Grande²¹⁸. A 16 de outubro de 1911, o presidente Jácome Correia propôs a criação, no distrito, de uma escola móvel para o ensino da agricultura, uma vez que se tratava de um distrito muito populoso e essencialmente agrícola²¹⁹. Após ter pedido auxílio para a sua fundação a todas as corporações administrativas do distrito, a comissão administrativa da Junta Geral e as câmaras de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande acederam de imediato ao pedido, com donativos destinados à missão da escola móvel²²⁰.

Na reunião de 26 de janeiro de 1912 deliberou-se, por unanimidade e na presença do regente agrícola distrital e do diretor da missão, Guilherme Joaquim da

²¹⁷ BPARPD. DEPD. Copiadores de Correspondência da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 2.º. N.º 99 de 16 de março de 1905. p. 139.

²¹⁸ A Escola Móvel Agrícola Maria Cristina foi promovida pela maçonaria – Marques, A.H.O (1986). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, p.511.

²¹⁹ Em Rio Tinto, realizou-se a 18 de agosto de 1901, a inauguração da primeira escola móvel agrícola fundada pelo jornal *O Comércio do Porto*, por iniciativa de um português ilustre. Integravam-na um professor de instrução primária, um regente agrícola e um inspetor - *Diário dos Açores*, nº 3118, 6 de setembro de 1901.

²²⁰ BPARPD. LMIP - *Actas da Direcção*, acta nº 16 de 2 de novembro de 1911, ct. 5.

Matta, a sua instalação na Ribeira Grande. Anunciou-se a inauguração da referida escola na sala das sessões dos Paços do Concelho desta vila, no dia 2 de fevereiro. O discurso de inauguração coube ao regente agrícola Guilherme Matta que referiu que os resultados obtidos, por esta escola prática de agricultura pelo sistema Maria Christina, eram menores do que em Itália, onde o governo tinha tomado a seu cargo a difusão do ensino prático agrícola enquanto em Portugal só existiam três, de iniciativa meramente particular²²¹. A escola agrícola funcionou até 9 de fevereiro do ano seguinte. Durante este período o professor, Guilherme Matta realizou conferências e trabalhos práticos de agricultura nas seguintes freguesias do concelho da Ribeira Grande: Ribeirinha, Ribeira Seca, Lomba de Santa Bárbara, Rabo de Peixe, Porto Formoso, Fenais, Calhetas, Pico da Pedra, Maia, S. Braz, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Estrela e ainda em algumas freguesias do concelho de Ponta Delgada, como Capelas, Santo António e Fenais da Luz²²². Nos jornais locais era anunciado, semanalmente, o programa da escola móvel agrícola, assinado pelo diretor da escola. No anúncio do programa semanal eram sempre considerados dois itens: o assunto das lições explicativas e os trabalhos realizados. A 15 de fevereiro de 1913 foi publicada a notícia dos exames finais realizados pelos alunos que frequentaram a escola móvel agrícola e dos diplomas de habilitação conferidos. Os exames versaram sobre podas, enxertias, plantações, tratamentos de diferentes doenças que atacam as plantas cultivadas, lavouras, adubações, tratamento e seleção de sementes, fabrico de vinho, vinagre e aguardente, tratamento e limpeza de vasilhame, tendo sido obtidos resultados bastante positivos.

Pelo êxito alcançado por tal missão ainda se tentou a organização de uma outra, para o Nordeste e prevista para novembro de 1913, tendo sido oficiado o pedido à

²²¹ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais. A República* de 8 de fevereiro de 1912, ct.1.

²²² BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1912.

Direção do jornal Comércio do Porto, responsável pela organização dos cursos²²³. Daqui resultava que, ao saírem das escolas, as crianças que frequentassem estes cursos se encontravam aptas a cooperar nos trabalhos profissionais. Perante a pergunta do jornalista se achava algum inconveniente de as crianças serem dirigidas ao ensino técnico, sob a direção de pessoas não habilitadas como professores, Jácome Correia afirmou que não havia qualquer inconveniente, uma vez que este ensino só ia ser administrado duas horas por dia e fora do horário escolar, não acarretando fadiga psíquica e intelectual para a criança. Esta só devia prestar atenção ao trabalho do operário, identificando-se com as ferramentas e executando rudimentos de arte, não havendo quaisquer defeitos de ordem técnica ou física²²⁴.

Foram enviadas circulares a todos os professores do distrito a comunicar o interesse que tinha a frequência das oficinas por parte dos alunos e auscultar a população de cada concelho, sobretudo os donos de oficinas e comerciantes, acerca das condições que podiam oferecer às crianças nos seus estabelecimentos. Numa carta datada de 23 de setembro de 1911 e dirigida ao professor da Ribeirinha, Jácome Correia pediu os resultados do seu inquérito junto dos chefes de oficina, das padeiras e comerciantes sobre a possibilidade de receção das crianças que frequentavam as duas escolas da localidade, durante as 3 horas que precedessem a abertura das aulas. Na mesma carta, agradecia o manifestado interesse e a simpatia que suscitara o movimento para a implantação do ensino profissional iniciado pela Liga²²⁵. Para esse fim, os professores deviam enviar para a direção da Liga a lista de alunos interessados, e nela

²²³ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, nº 41 de 10 de Junho de 1913, ct. 5.

²²⁴ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*. (1909 – 1915). *Diário dos Açores* de 23 de novembro de 1911.

²²⁵ BPARPD. LMIP. *Cópia de Ofícios e Mais Correspondência*, 1911 – 1914, ct. 2.

devia constar a designação da oficina preferida pela criança e a hora que se propunha frequentá-la²²⁶.

Na organização do trabalho técnico manual na cidade esteve a direção da Liga, que se dirigiu a inúmeros estabelecimentos, desde comerciantes, carpinteiros, relojoeiros, industriais, etc., ideia que foi bem acolhida, sobretudo nas freguesias de S. Pedro, Matriz e S. José. Com esta medida, Ayres Jácome Correia pretendia colmatar a dificuldade de a frequência escolar ser um empecilho para as famílias pobres que necessitavam das crianças para o sustento familiar, aumentava a frequência das escolas, facultando a aprendizagem de um ofício e, ao mesmo tempo, vencida o que considerava ser uma grande batalha a favor das leis sobre a instrução primária e do movimento escolar internacional (*Diário dos Açores*, 1912, n.º 6.357).

Esta medida, que estava em harmonia com os costumes, podia trazer uma grande frequência às escolas primárias e assim combater o analfabetismo.

Inicialmente, a ideia da implementação do ensino técnico manual teve pouco acolhimento por parte de professores pelo que, na cidade, o professor que mais se interessou por este tipo de ensino foi António Maria Lopes que conseguiu uma lista de apenas 11 alunos inscritos. Como era reduzido o número de alunos e pelo desinteresse manifestado, teve a Liga receio de insucesso, pelo que decidiu concentrar todos os esforços na escola da Rua Tavares Carreiro²²⁷.

A 5 de março de 1914 foi confiado a Faria e Maia o estudo para a criação de uma escola-oficina de marceneiro, entalhador e carpinteiro e a compra do respetivo material para o seu arranque. Pensava-se que a criação de uma escola de artes e ofícios devia funcionar junto a uma escola primária para facilitar a deslocação dos alunos. A

²²⁶ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, 15 de junho de 1912, ct. 2

²²⁷ BPARPD. LMIP, *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1914.

escola que à partida apresentava melhores condições era a de S. Pedro, regida por António Maria Lopes, tendo sido pedida à câmara autorização para a cedência de um telheiro anexo existente na escola. Por impossibilidade da sua utilização, uma vez que servia de recreio coberto aos alunos, deu-se início ao curso a 20 de outubro de 1914 no nº 27 da rua Bruno Tavares Carreiro sob a direção do mestre Alberto da Rosa Martins²²⁸. As matrículas para a referida escola foram abertas nas escolas oficiais e particulares primárias e registaram-se 62 matrículas, das quais 24 foram conseguidas por António Maria Lopes. No regulamento da escola estabeleceu-se o horário de funcionamento em dois turnos, o primeiro das 8 às 11.30 da manhã e o segundo das 13.30 às 16.30 da tarde. Podiam matricular-se todas as crianças em idade escolar que frequentassem as escolas oficiais ou particulares desta cidade, devendo dar-se prioridade às escolas oficiais. Os turnos de trabalho não podiam aceitar mais de 20 alunos de cada vez. O mestre da oficina desenvolvia o trabalho com os alunos durante a semana e no fim enviava ao professor primário uma nota nominal da frequência dos alunos e à Liga uma nota numérica, mensalmente. O mestre da oficina podia dispor, para o desenvolvimento dos seus trabalhos práticos, de uma quantia de 10\$00 mensais para a aquisição dos materiais necessários. Depois, os trabalhos executados pelos alunos na oficina eram vendidos e o produto revertia a favor da Liga, sendo no fim do ano 50% dessa importância distribuída pelos alunos, segundo o critério do mestre da oficina. Os alunos, por sua iniciativa, podiam executar trabalhos sob encomenda, cujo produto líquido era destinado à Liga e distribuído segundo as mesmas regras do citado anteriormente. Acerca deste tipo de encomendas, o professor devia apresentar uma lista dos trabalhos efetuados, especificando o seu custo e as despesas com eles efetuadas.

²²⁸ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*, 5 de março de 1914, ct. 5.

Podiam, também, os alunos trabalhar por sua conta, desde que fornecessem a madeira, e o tempo de trabalho de cada aluno nunca podia ser inferior a uma hora por dia²²⁹.

No mapa geral sobre a oficina, no ano de 1915, estiveram inscritos 58 alunos e quando se iniciou a discussão para o seu encerramento, em 1916, ainda constavam 31. No final deste mesmo ano letivo foi feita uma demonstração final dos trabalhos da escola oficina, organizando-se uma exposição na instituição *Século XX* a qual mereceu grande apreciação pública²³⁰.

As experiências de introdução do “trabalho educativo” no meio escolar por parte da iniciativa particular constituíram, na época, uma ideia bastante inovadora. No entanto, apesar das tentativas, a conjuntura económica não foi a mais favorável para a criação de um ensino verdadeiramente técnico como era tão ambicionado. Nos últimos anos do século XIX, os últimos comissariados de estudos salientavam a necessidade da criação de escolas técnico-profissionais e agrícolas. Em Angra do Heroísmo, a Junta Geral já teria fundado em 1885, mesmo antes da decisão governamental, a escola industrial António Augusto de Aguiar a qual passou a designar-se de Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto no início do século. Esta escola servia não só o distrito de Angra mas também o da Horta. Os professores que compunham o quadro da escola em 1924 eram os seguintes: Ciríaco Tavares Silva, diretor e professor de desenho geométrico; Álvaro de Castro Menezes, desenho de ornato; José Francisco de Freitas, aritmética e cálculo comercial; Ávila Gonçalves, ciências; Vasconcelos, inglês; António dos Reis, História e Geografia; Aristides Saraiva, português e francês; Maria Abobhot, trabalhos femininos; António da Costa, marcenaria; Luiz Pontes, serralharia; major José Agostinho, Educação Física (*O Povo*, 1924, n.º 288).

²²⁹ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1914.

²³⁰ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1916.

Em Ponta Delgada foi fundada, em 1889, uma Escola de Artes e Ofícios Gonçalo Velho Cabral tendo início no ano seguinte, com o intuito de ministrar o ensino do desenho às indústrias da região (Dias, s.d. Vol. II, p.222).

Entre 1908-1910 a escola Madeira Pinto registava um total de 122 alunos dos quais 91 masculinos e 31 femininos e a Gonçalo Velho Cabral de um total de 78 alunos, 50 eram masculinos e 28 femininos. Já no ano de 1930, a escola Madeira Pinto registava um total de 182 alunos, dos quais 129 eram masculinos e 53 femininos e na escola Gonçalo Velho Cabral de um total de 107 alunos, 79 eram masculinos e 28 eram femininos (Dias, s.d, vol. I., p.155).

Só muito mais tarde, em meados do século XX é que as escolas de desenho e de comércio adquirem, o verdadeiro estatuto de escolas profissionais.

5.7 - Festas escolares

Na última década do século XIX começam por desenvolver-se campanhas para a realização de festas escolares, bem como a atribuição de prémios aos alunos que mais se distinguiam no seu desempenho. Tinham como fim promover a instrução primária e cativar a população para a importância da instrução. Eram realizados grandes cortejos solenes com a presença dos representantes das autoridades e de pessoas ligadas à cultura, bem como de representantes de todas as escolas locais. Estes cortejos cívicos, geralmente, culminavam num espetáculo público em salas destinadas para esse efeito ou ao ar livre, onde eram distribuídos os prémios aos alunos, atribuídos, geralmente, por particulares ou pelas Câmaras.

A realização das festas era incentivada pelos inspetores escolares em todas as escolas, assumindo grande solenidade pela presença de autoridades ou membros proeminentes da sociedade ligadas à política, cultura e economia das ilhas e por esse motivo a sua realização também comportava gastos elevados.

Em 1921, em Ponta Delgada, num ofício da inspeção fazia-se referência à existência de um prémio atribuído aos alunos desde 1915, com a designação de “Pacheco Leal”. Manuel Moniz Morgado, então inspetor, comunicou que iria proceder à distribuição deste prémio às alunas das escolas do Ramalho e de Sta. Clara ²³¹. Muitos dos prémios destinados aos alunos partiam de beneméritos e pessoas influentes da sociedade, tal como este.

As festas ao longo das primeiras décadas do século XX vieram a alcançar grande notoriedade e tinham o apoio dos inspetores escolares, tendo adquirido, desde o início

²³¹ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22, L.º 3, n.º 496 de 19 de dezembro de 1921, p.373.

do século, uma nova forma de organização que incluía a alvorada pela banda local e o cortejo cívico.

A festa contemplava a abertura de bazares, exposição de trabalhos dos alunos, a exibição de peças de teatro, canto e dança e ainda recitativos, com a presença dos seus familiares dos alunos (Pavão, 2008, p. 51). Por fim realizavam-se os espetáculos em clubes, teatros, sociedades recreativas e sociedades beneficentes onde os alunos das escolas cantavam o hino, apresentavam “cançonetas”, monólogos e recitavam poesias.

As freguesias onde as comissões de beneficência e ensino se encontravam bem organizadas é que promoviam as festas escolares, como foi o caso das Capelas em S. Miguel.

Embora as festas escolares, nas freguesias, apresentassem todas a mesma estrutura diferiam das festas realizadas na cidade e apresentavam algumas características típicas das localidades onde se realizavam ²³². O tipo de prémios atribuídos aos alunos podia atingir grandes valores e o *Diário dos Açores* chegou a descrevê-los em 1907. Constavam dos prémios: livros de missa para as alunas do 1º grau, anéis de ouro com a data para as do 2.º grau, estojos com preparos de escrita para as alunas do 1º grau e alfinetes de ouro, para gravata, para os do 2º grau e uma bolsa de prata para dinheiro para o aluno mais distinto (*Diário dos Açores*, 1907, n.º 4898).

O conselheiro Abel de Andrade, Diretor Geral e Diretor da Escola de Habilitação ao Magistério de Lisboa, incentivou à realização de uma Festa Escolar em todo o país no dia 27 de maio de 1906. Em S. Miguel não foi possível proceder à sua realização nessa data, pelo que o subinspetor Faria e Maia pediu para que fosse adiada

²³² ANEXO XXII – Transcrição feita, pelos serviços da Direção Escolar, sobre a Festa Escolar realizada na cidade de Ponta Delgada e na vila de Capelas e que se publicou em vários números do *Diário dos Açores*. BPARPD. DEPD.

para o mês de outubro por várias razões. A festa acabou por realizar-se no concelho de Ponta Delgada a 16 de dezembro²³³. Uma das razões apresentadas era que as comissões de beneficência tinham sido recentemente estabelecidas em Ponta Delgada e não podiam fazer face às despesas que deveriam ser feitas com a ornamentação do teatro, o qual nem sequer se encontrava disponível nessa altura, bem como os músicos. Outra razão apontada pelo subinspetor escolar era a falta de tempo que o instrutor de ginástica tinha para preparar as crianças para a parada. Por outro lado, era o mês do Espírito Santo e realizando-se festividades em todas as freguesias era difícil conseguir que as crianças comparecessem²³⁴. Festa que acabou, posteriormente, por ser adiada em todo o país, devido à saída de Abel de Andrade do governo. A festa escolar tinha como principal objetivo propagandar a instrução primária, agraciando os alunos mais aplicados, com maior frequência e melhor comportamento.

Este tipo de festas escolares que já não era uma novidade nos Açores revestia-se sempre de grande pompa como o atesta o facto de Faria e Maia pedir ao inspetor escolar que intercedesse junto do ministro da guerra para que ordenasse que a banda de música de infantaria 26 prestasse colaboração nos festejos. Coube a Evelina de Sousa a presidência e organização da festa em Ponta Delgada. Embora a festa tivesse obedecido ao programa apresentado e elaborado por Abel de Andrade como foi citado por Evelina de Sousa na *Revista Pedagógica* assumiu características da localidade. O próprio subinspetor que enviou alguns exemplares da música e letra do hino escolar, bem como o programa proposto para a realização da mesma, deu ordens para que fossem feitas alterações e se adequassem às situações e circunstâncias de cada localidade.

²³³ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22, L.º 3, nº190 de 26 de dezembro de 1906. P. 284.

²³⁴ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB22, L.º 3.º, nº 69 de 14 de abril de 1906, pp. 104 à 108.

A “Festa das Creanças”, como foi designada em S. Miguel, foi realizada no Teatro Micaelense, a 16 de dezembro de 1906, e teve como objetivo premiar os alunos aprovados com distinção nos exames dos 1.º e 2.º graus e os professores do Círculo Escolar de Ponta Delgada aproveitaram para prestar homenagem ao subinspetor escolar, Francisco Faria e Maia (*Revista Pedagógica*, 1906, n.º 17). O professor da escola da Fajã de Baixo, Adelino Pimentel da Costa, foi escolhido para ensaiar o hino escolar em todas as escolas, tanto oficiais como particulares, acompanhado pela banda de Tavares Canário.

Foram convidadas todas as autoridades do distrito, civis, militares e eclesiásticas, representantes das comissões de beneficência, corpo docente do liceu, imprensa, sociedades científicas e literárias. Durante a festa, foi instituído o prémio Castilho, por um apologista da instrução popular, ao aluno mais pobre das escolas oficiais que completasse os estudos distintamente e apresentasse bom comportamento (*Revista Pedagógica*, 1906, n.º 5). A organização da “parada ginástica”, que contou com a colaboração de todas as escolas primárias de Ponta Delgada, ficou a cargo de António de Bettencourt Medeiros e Câmara, então instrutor de ginástica no liceu.

A realização de festas escolares no Círculo Escolar de Ponta Delgada no início do século era incentivada pelo subinspetor Faria e Maia, que as considerava, um importante meio de propaganda. Segundo ele, para além de professores e alunos receberem a recompensa pelo seu trabalho, representavam um estímulo e “tinham a grande vantagem de atrair os olhares do povo para a escola” (Maia, 1909, p.84).

O sucesso da realização da festa foi publicitado através da imprensa local e em periódicos continentais onde foram feitas referências elogiosas.

O jornal *Gazeta das Escolas*, de Lisboa, expressou admiração pela cultura das classes dirigentes da ilha de S. Miguel e ressaltou o carinho que todos tinham pela escola e pela instrução. Destacou os discursos de Francisco Faria e Maia, Luiz Bettencourt Câmara e Mont`Alverne de Sequeira. Evelina expôs na *Revista Pedagógica* os comentários feitos à festa nos jornais nacionais afirmando que:

[...] a festa teria deixado transparecer a compreensão exata do que devia ser a escola moderna e a função primacial que a mesma tinha em desempenhar no desenvolvimento das sociedades e a sociedade açoriana pretendia avançar sempre na estrada ampla, luminosa e ridente da liberdade e da civilização (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 27).

Também os jornais *Diário de Notícias* e *O Século* falaram da imponência de que fora revestida a festa escolar em Ponta Delgada e exaltaram o papel da colega Evelina de Sousa como organizadora, referindo o facto de a mesma ter enviado um suplemento do número 17 da *Revista Pedagógica* intitulado *Festa das Crenças*, em que colaboraram vários professores e outras pessoas dedicadas à instrução. O suplemento foi posto à venda nas principais livrarias do continente e ilhas.

Pelo êxito obtido, João Franco, presidente do Ministério, enviou as felicitações aos organizadores e, posteriormente, o rei, com base nos artigos 53 e 54 do regulamento de 10 de setembro de 1902, mandou que, pela Direção-Geral de Instrução Pública, fossem louvados pelos seus esforços na realização dessas festas, o subinspetor do Funchal João Leite Monteiro, o subinspetor interino de Angra, António Maria Mendonça, o subinspetor interino da Horta, João Carlos Romano de Freitas e o subinspetor de Ponta Delgada, Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, os quais muito contribuíram para o êxito completo das solenidades nas ilhas adjacentes (Despacho datado de 19 de abril) (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 30).

Ao longo de 1906 foram sendo realizadas festas escolares em todas as freguesias do Círculo Escolar de Ponta Delgada, em colaboração com as comissões de beneficência e ensino. Em Angra por não se esperar o apoio das Comissões visto que ainda não existiam em 1905, o subinspetor interino do Círculo escolar reuniu o professorado da ilha na sede do Club Gymnastico (Club Popular União Gymnastica) a fim de estudarem a melhor maneira de levar a efeito a festa escolar a realizar no mês de dezembro (*O Dia*, n.º 566 de 5/11/1906). António Maria Lopes noticiou que no dia 23 de dezembro iria realizar-se, pelo meio-dia, no recinto do *Lawn Tennis Club* a festa escolar dos concelhos de Angra e Praia. A festa procurou realizar-se em harmonia com as instruções emanadas da Direção Geral de Instrução Pública, tendo assistido as autoridades, os alunos de todas as escolas oficiais e particulares, bem como os professores e pais dos alunos (*O Dia*, n.º 604 de 20/12/1906).

A festa em Angra iniciou com o hino nacional, tendo-se seguido uma parada ginástica sueca, sob a direção do tenente de infantaria Pereira da Silva, seguida do hino escolar. Discursou o subinspetor que procedeu à distribuição de prémios aos alunos que mais se distinguiram nos exames, bem como àqueles que executaram os melhores exercícios físicos e literários, terminando com o cortejo Cívico que se dirigiu à Câmara municipal onde se cantou de novo o hino nacional acompanhado pela banda militar.

Na realização da festa de Angra destacaram-se os esforços do subinspetor, Capitão Medeiros, tenente Pereira da Silva e Álvaro Castro. Segundo o jornal *O Dia*, o lema da festa era “Tudo pela instrução, Tudo pela Pátria” onde estiveram presentes os representantes de alguns jornais associando-se à festa.

O hino escolar terá sido muito criticado no discurso republicano e uma das quadras foi mesmo designada de “criminosa”, pois incutia nas crianças um incitamento

à guerra. Ao contrário do que devia ser um hino escolar que deveria propagar os ideais de paz, justiça, liberdade e amor pela Humanidade.

Sois, Pátria, o Homem e a Terra,
Formar o Homem capaz
De morrer feliz na guerra
De viver feliz na paz... Tolstoi

Na Escola Normal, também eram realizadas festas com o intuito de propaganda da escola primária. A 4 de maio de 1907 numa descrição feita pelo jornal *O Dia*, o diretor Theotónio Paim de Bruges deu início à festa, tendo feito uso da palavra o professor José Vieira d'Areia que se referiu aos atos de bravura dos terceirenses, seguido pelos alunos que discursaram sobre a figura de Antero de Quental e outro discurso por Eduardo Augusto Fraga (3º ano) sobre ginástica e educação física. Palmyra de Bettencourt (2.ºano) - Importância da mulher na sociedade como mãe, filha e educadora; Maria da Conceição Pereira (1.º ano) – Educação moral; Maria Magdalena (2.º ano) Vantagens da Instrução e Perigos do Analfabetismo (*O Dia*, 711 de 4/5/1907). Pelos temas dos discursos proferidos já se verifica a influência dos ideais republicanos.

Outro tipo de festas escolares também foi realizado, sobretudo após cada missão escolar pelo método de João de Deus, como a que foi realizada na escola feminina da freguesia de S. Bartolomeu, no dia 29 de junho, onde estiveram presentes os membros da Sociedade Promotora: Martiniano Dias da Silveira, presidente da Assembleia geral, os membros da direção capitão Carlos Mendes, José Vieira d'Areia, Jacinto Martins Cardoso; o então subinspetor escolar José Augusto de Bettencourt, o regedor, um vogal da Junta de Paróquia e muitas outras figuras da sociedade terceirense. Os alunos da missão desfilaram pelas ruas com a filarmónica à frente e aguardaram no princípio da freguesia pelo inspetor das escolas móveis João de Deus Ramos, tocando o hino à sua

chegada e organizando-se o cortejo que acompanhou até à escola encontrando-se a estrada engalanada com verduras e bandeiras (*O Tempo*, 1907, n.º 484).

Terminados os exames procedeu-se à distribuição de prémios que constaram de livros oferecidos pela Sociedade, 2 prémios de 1\$250 réis oferecido por João de Deus Ramos e outros 2 do mesmo valor oferecidos pela redação do jornal *O Tempo*. Posteriormente discursou José Vieira d'Areia que enalteceu as vantagens do método da Cartilha e os benefícios que a sociedade portuguesa colhia da mesma. Elogiou a obra de propaganda de João de Deus Ramos que começou por agradecer tendo cumprimentado o povo da freguesia, pelo aproveitamento da missão e elogiando a Sociedade Promotora pela forma brilhante porque tinha conseguido o seu fim, condenando o procedimento de algumas pessoas na ilha, como o pároco daquela freguesia que procurou por todos os meios hostilizar os trabalhos da missão tendo-se até negado a comparecer.

As festas escolares para além da propaganda que lhe estava inerente também alcançaram grande importância nos Açores pois, muitas vezes, constituíram uma fonte importante de receita para as causas educativas. A recolha de donativos provenientes da dinamização de “Kermesses”, de bazares, récitas, conferências e peditórios durante o período em que decorriam as festas revertiam a favor de cursos noturnos, de escolas, aquisição de livros e outro material pedagógico.

CAP. 6 - Sociedades Beneméritas

Em termos gerais, o associativismo é uma forma de organização social que pretende contribuir para um bem comum e se caracteriza pelo carácter voluntário. Entre os açorianos a prática do associativismo já era uma tradição, sobretudo entre as classes mais abastadas. Na perspectiva republicana, as instituições associativas deveriam nascer pela iniciativa particular e constituíam um pilar fundamental para o exercício da cidadania e desenvolvimento da sociedade.

Muitas associações de benemerência surgiram em Ponta Delgada no início do século XX, com vista a colmatar os problemas da educação que então se faziam sentir. Estas instituições muito ficaram a dever às doações e boa vontade de particulares providos de meios, ou ainda, à ação de cidadãos de relevo que se empenharam na organização de comissões, com vista à recolha de fundos para a sua criação. O espírito associativista encontrava-se largamente difundido entre os açorianos, sobretudo os micaelenses, desde meados do século XIX. (Silva, 2003, p.65). Em Ponta Delgada, já se registavam em 1865, mais de uma dezena de associações que dependiam da generosidade e do empenho de personalidades que procuravam alcançar o desenvolvimento intelectual, moral e social em benefício dos mais desfavorecidos (Enes, 2003, p.78). Estas associações aliavam a componente da instrução à do desenvolvimento, visando a perfeitibilidade individual e social.

Encontrava-se profundamente enraizada a conceção *spenceriana*, de que as atitudes cooperativas e altruísticas constituíam uma vantagem para o grupo social. Esta convicção foi partilhada pelos republicanos no início do século XX, pelo que acreditavam que o melhoramento da sociedade só era possível através da ajuda e apoio benemérito. Embora a maioria das instituições tivesse tido origem na iniciativa

particular, algumas delas apoiaram, diretamente, as escolas oficiais: *Século XX*, Sociedade Promotora de Instrução Terceirense, comissões de beneficência e ensino, caixas económicas escolares e Liga Micaelense de Instrução Pública. Colaboraram e serviram de estímulo ao professorado primário oficial, apoiando todas as iniciativas que contribuíssem para a propagação da instrução primária, com vista à extinção rápida do analfabetismo. Em 1907, aquando da visita a S. Miguel, João de Deus Ramos teria ficado impressionado com o número de instituições de caridade existentes na ilha e no papel que elas tinham na divulgação do ensino.

Os republicanos impulsionaram a criação de associações com vista ao combate ao analfabetismo. Ansiavam pela criação de uma nova sociedade de forma a alcançar, a regeneração social. A nova sociedade só era possível criar-se, a partir de cidadãos educados, dentro dos princípios e ideais republicanos. Nessa perspetiva, era necessário substituir as velhas instituições monárquicas, sobretudo as escolas. Estas caracterizavam-se por ministrar um ensino teórico-livresco e dogmático, com forte influência religiosa. O novo modelo de escola que se pretendia criar tinha por base um ensino científico, racional e laico.

Algumas Sociedades, criadas nas ilhas, no início do século, teriam nascido com o intuito de debelar o analfabetismo e proporcionar a instrução às classes mais desfavorecidas. Ao propagar o ensino oficial, na imprensa, pretendiam que à escola afluísse o maior número de pessoas para as “doutrinar” dentro dos princípios republicanos.

Destacaram-se algumas sociedades, pelo contributo que deram à instrução, nomeadamente a Associação de Caridade Promotora da Instrução *Século XX*, a Sociedade Promotora de Instrução Terceirense e a Liga de Instrução Micaelense. Apesar

de nas ilhas se criarem muitas outras sociedades, estas seguiram os princípios e ideais republicanos e todas, pelo menos no seu arranque, tiveram uma forte influência da maçonaria. Também os seus estatutos apresentaram pontos comuns, desde o combate ao analfabetismo, através da criação de cursos noturnos, bibliotecas, museus, de comissões de beneficência e o apoio às caixas económicas escolares. Estas instituições assumiram características regionais e a sua evolução, dependia do maior ou menor apoio da iniciativa particular e da aceitação da mesma pela sociedade. Candeias fez referência, ao facto de a maçonaria conceder liberdade plena de ação às instituições que ia fundando ou patrocinando (Candeias, 1994, p. 87). Ainda segundo ele, a vida desses organismos passava a depender, exclusivamente, da sua evolução, podendo combinar elementos maçãs e profanos.

Algumas instituições também criavam ou apoiavam outras instituições mais pequenas, constituindo uma espécie de núcleos. Por exemplo, a Associação Promotora Terceirense prestou apoio à Associação das Crianças Pobres e à Cozinha Económica e acabou por “absorver” esta última.

Joaquim Machado Tristão terá também, lançado os estatutos para a criação de uma nova associação. A Associação do Professorado Primário Terceirense tinha como porta-voz, o jornal *A Voz do Professor* e no primeiro artigo dos estatutos foi denominada de *União e Progresso*. Desta sociedade não se tem conhecimento da sua ação, sabe-se apenas que o jornal durou dois anos sem interrupção.

A Sociedade Promotora de Instrução Terceirense e a Liga de Instrução Micaelense associaram-se à Liga Nacional de Instrução Pública, instituição que pretendeu criar em todo o país delegações, designadas como núcleos provinciais. Fundada pela Maçonaria em 1907 tinha como objetivo “desenvolver o ensino integral

da criança, criando uma verdadeira educação moral e cívica, atacando nas suas origens o analfabetismo (Marques, 1986, p.875). A Liga Nacional de Instrução Pública era uma instituição benemérita, destinada a promover o ensino público e tinha como principal missão, atuar junto dos poderes públicos, para que estes colaborassem na grande obra de combate ao analfabetismo em Portugal. Era descrita na imprensa, pelos republicanos, como propagadora do ensino público e tinha em vista criar, em poucos anos, a obra de transformação social. *O Tempo* fez referência ao movimento que se ia criando do seguinte modo:

[...] a cruzada da instrução popular, pregada com fervor pelo poder persuasivo das Ligas, ajudaria a crear num prazo d`anos curto, uma rara obra de coesão patriótica e social.(*O Tempo*, 1909, n.º 1183).

Mas logo após a sua criação, na Terceira, o jornal *O Tempo* publicitou a criação da mesma e mesmo antes de ela ter enviado alguma circular, já o jornal incitava à criação de centros locais.

A criação deste tipo de iniciativas não era bem vista pela Igreja e pelos párocos das freguesias que lhes desferiam acusações. Como exemplo disso, o jornal *San Miguel* afirmou que:

[...] a maçonaria trabalhava para expulsar o catecismo das escolas, tendo até afirmado que tinha sido criado um jornal ateu _ “O Vintém da Escola” (*San Miguel*, 1907, n.º107).

Independentemente de como pudessem ter sido desenvolvidas as atividades em benefício da instrução, a estas instituições atribuiu-se-lhes grande importância social, pois a elas estiveram sempre inerentes a frequência escolar e por conseguinte, o verdadeiro combate ao analfabetismo. Uma característica das crianças, das ilhas, era o

abandono escolar, sobretudo na época das colheitas por trabalharem e contribuírem para o sustento familiar. Às crianças que se apresentavam na escola eram distribuídas, pelas sociedades, refeições diárias, vestuário e material escolar, de forma a garantir, a sua permanência. Acerca das cantinas, Ulisses Machado, num artigo publicado no jornal *A Voz do Professor* afirmou que graças a elas, a afluência escolar era grande e pedia aos professores que em todos os seus relatórios fizessem sentir a necessidade da sua criação, uma vez que o Diretor Geral da Instrução lhes era favorável. (*A Voz do Professor*, 1910, n.º 31).

Estas instituições, à medida que se iam desenvolvendo, alargavam o seu poder de ação. Assim, nos seus estatutos podia constar: o desenvolvimento dos estatutos pedagógicos; contribuir para o alargamento da cultura geral e profissional dos professores; difundir os melhores métodos e processos de ensino e pugnar pelo aperfeiçoamento da escola primária para atingir estes fins.

Na imprensa religiosa também se acusou estas instituições, de pouco fazerem. O jornal *A Voz do Professor* denunciava que algumas comissões de beneficência, se encontravam nas mãos dos párocos e também estes eram acusados de nada fazer, relativamente à alimentação dos alunos das escolas e à falta de instrução pelo excesso de trabalho nas oficinas.

Os republicanos aludiam, com frequência, o facto de terem dificuldade, de implementar instituições beneméritas, por serem constantemente “insultados” pela Igreja que muito contribuía para o arranque das suas iniciativas, junto da população terceirense.

6.1 - Século XX - Associação de Caridade Promotora da Instrução

O *Século XX*, como foi popularmente designada a Associação de Caridade Promotora da Instrução, em Ponta Delgada, foi uma associação criada para combater o analfabetismo entre as classes mais desfavorecidas. Foi criada no dia 1 de janeiro de 1901 daí a designação de *Século XX*. A associação, nunca se afastou dos objetivos para os quais tinha sido criada - a divulgação da instrução popular e o combate ao analfabetismo, encontrando-se em estreita colaboração com o ensino oficial²³⁵.

A comissão instaladora começou por se organizar em janeiro de 1901, em consequência de um artigo publicado por Aníbal Bicudo no *Diário dos Açores* intitulado, “Associação de Caridade Promotora do Ensino Popular”. Nele informava, que no dia 1 de janeiro de 1901, Aristides Moreira da Mota tinha apresentado a ideia da criação, bem como um esboço de estatutos, de uma associação de caridade numa reunião pública, realizada no Teatro Micaelense (*Diário dos Açores*, 1901, n.º 937).

A maior parte do articulado dos seus estatutos encontrava-se direcionada para apoiar e subsidiar crianças pobres, para que pudessem frequentar a instrução primária²³⁶.

A ideia da criação desta instituição nasceu no seio da comissão promotora da exposição de produtos da ilha de S. Miguel, em 1901 (mostruário de produtos comerciais e industriais), que integrava Aristides Moreira da Mota, presidente, Diniz Moreira da Mota, vice-presidente, Luiz Bettencourt, secretário, Melo Abreu, tesoureiro, Ferreira Cordeiro, José Canavarro, António Manuel de Vasconcellos, José Arruda Pereira, Arthur Gama, Alfredo Ferin, António Canavarro de Vasconcellos, Júlio Gomes

²³⁵ A Associação *Século XX* foi fundada em Ponta Delgada pela loja maçónica local “Companheiros da Paz” e foi designada como uma associação benemérita, educativa e recreativa. – Marques, A.H.O. (1986). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. p. 116.

²³⁶ ANEXO XXIII. PSM – Base dos Estatutos da Associação de Caridade Promotora da Instrução *Século XX*. *Diário dos Açores*, 18 de janeiro de 1901, n.º 2937.

de Menezes, Júlio Pereira e Duarte Maia, vogais. Depois de redigidos e aprovados os estatutos, realizou-se um bazar no recinto da exposição, tendo sido iniciada uma subscrição a favor da sociedade em que o conde de Santa Catarina prestou a sua colaboração para a fundação da oficina e escola da associação, através de um valioso donativo (*Diário dos Açores*, 1901, n.º3051). Segundo a comissão organizadora, todos podiam e deviam contribuir e a joia que cada sócio tinha de pagar ficava ao seu arbítrio, assim como a quota com que se quisesse inscrever e o período da cobrança, podendo alterar uma, ou outra, quando lhe aprouvesse. As listas para a subscrição e inscrição de sócios encontravam-se à disposição na redação do *Diário dos Açores* e nos principais estabelecimentos da cidade.

Após a primeira angariação de donativos e de sócios, a comissão implorou o patrocínio à rainha D. Amélia que imediatamente acedeu, tendo-se procedido à preparação da cerimónia de inauguração, para o dia da visita real a S. Miguel (*Diário dos Açores*, 1901, n.º 3075).

Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia chegou a dirigir uma carta a D. Amélia dizendo-lhe que o seu nome se ia ligar a mais uma obra de caridade e altruísmo, uma vez que ia atenuar as desigualdades e injustiças sociais. Posteriormente fez alusão à associação da seguinte forma:

[...] a instituição que se pretende criar, serviria para melhorar as condições de vida moral dos desprotegidos, facilitando-lhe os meios de educação, porque esta é a mais bela forma de filantropia, que não se limita unicamente ao presente mas estende-se às gerações futuras(Maia, 1909, p.18/19).

Faria e Maia destacou a sua importância, salientando o facto de em Portugal a instrução popular se encontrar desprezada em relação a outros países como a Holanda e a Suíça. Segundo ele, o pedido a D. Amélia seria o do intuito da criação de uma

associação de propaganda da instrução que ao ser apoiada por ela servisse de exemplo para o lançamento de uma vasta rede de centros de educação popular (Maia, 1909, p.20/21).

A associação foi inaugurada no dia 11 de julho de 1901, pelo meio-dia. Após a leitura do auto inaugural por Aristides Moreira da Mota, foi assinado por D. Amélia e lançada a pedra inaugural do edifício (*Diário dos Açores*, 1901, n.º 3 075). O local já tinha sido previamente concedido à associação e destinado à construção do edifício sede pelo governo, como constou do decreto de 12 de janeiro de 1901, tratando-se do terreno ou cerca do convento da Esperança, a oeste da Avenida Roberto Ivens²³⁷.

Foi organizada uma comissão promotora com vista à organização e lançamento da instituição²³⁸. A comissão aprovou definitivamente o projeto, por unanimidade, com o objetivo de ser submetido à legal sanção do governador civil do distrito de Ponta Delgada²³⁹. Esta comissão só cessou as suas funções, a partir do momento que em assembleia-geral de sócios, em 24 de novembro de 1901, elegeu o grupo para a direção, da qual passaram a fazer parte: Aristides Moreira da Mota, Diniz Moreira da Mota, João de Melo Abreu, Conde de St^a Catarina, Aníbal Gomes Ferreira Cabido, Júlio Gomes de Meneses, Luís Botelho Mota, José Canavarro de Faria e Maia, Maria Isabel Leite da Gama Avellar, Georgina Hyntze Ribeiro de Teves Adam, Laureana Avelar de Aguiar,

²³⁷ P.S.M. *Século XX. Livro de Actas da Direcção 1902-1932*, Acta de 1 de janeiro de 1902.

²³⁸ Comissão composta por: Aristides Moreira da Motta, Diniz Moreira da Motta, Luiz Athayde Corte Real da Estrella, João de Mello Abreu, Aníbal Gomes Ferreira Cabido, Aníbal Barboza Bicudo, José Canavarro de Faria e Maia, Arthur May, Augusto César Sampaio Loureiro, Francisco Peixoto da Silveira, Humberto Bettencourt de Medeiros e Câmara, Júlio Gomes de Meneses, Manuel António de Vasconcellos, Manuel Ferreira Cordeiro, Frederico Augusto Serpa, Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão, José Ignácio de Arruda Pereira, António Manuel de Vasconcellos, Virgínio Júlio de Sousa, Júlio Pereira de Carvalho e Costa, Arthur da Gama Avelar, José Pedro de Jesus Cardoso, Jacinto Botelho Arruda, João de Morais Pereira, Francisco do Canto Bettencourt, Duarte Machado de Faria e Maia, Joaquim José Marques Moreira, José d'Almeida d'Ávila, Alfredo Ferin, Augusto Cabral, Aníbal Bettencourt Barbosa, Mariano Augusto Machado de Faria e Maia, Félix José da Costa Sotto Mayor, Rodrigo Rodrigues, Conde de Jácome Correia, António Joaquim Arruda, Carolina de Jesus Fernandes, Maria Eufrozina da Costa, Luiz Bettencourt de Medeiros e Câmara.

²³⁹ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção 1902-1932*, Acta de 1 de janeiro de 1902.

Laura da Natividade Borges, Baroneza das Laranjeiras, Teresa Leite Botelho de Teive de Faria e Maia e Luiz Bettencourt de Medeiros e Câmara.

No dia de Natal de 1901, discursaram no Teatro Micaelense Aristides Moreira da Mota, fazendo a apologia dos estatutos da Associação, Joaquim Hopke, Luiz Bettencourt Medeiros e Câmara e Francisco A. Faria e Maia. Um ano depois, a 1 de janeiro de 1902 procedeu-se à eleição para os corpos gerentes, pelo período de três anos. Ficou a ocupar o lugar de presidente Aristides Moreira da Mota, de vice-presidente Diniz Moreira da Mota, de tesoureiro João de Melo Abreu, de vice-secretário Luiz Botelho da Mota e de secretário Luiz Bettencourt de Medeiros e Câmara²⁴⁰.

Com vista à instalação da *oficina-escola de S. Miguel*, foram adquiridos os pavilhões existentes na Avenida Duque de Bragança (Relvão) pela quantia de 100\$000 réis, onde foram feitas obras de adaptação, a cargo de Diniz Moreira da Mota. Para o efeito, foi atribuído um donativo, pelo ministério das Obras Públicas, para a aquisição de mobiliário. Encontrando-se em maio as instalações devidamente adaptadas, pôde concretizar-se o primeiro objetivo da Associação, que consistia em receber 12 alunos internos, órfãos e expostos, e 6 alunos externos²⁴¹. A comissão nomeou para servirem os cargos de regente e professora daquela oficina, respetivamente, Manuel Dias Pavão e Maximiana Etelvina de Melo ambos professores particulares²⁴². Os referidos professores, ao aceitarem servir a instituição, passaram a reger-se pelo regulamento interno da escola-oficina²⁴³.

A dificuldade na angariação de fundos através de donativos suscitava outras possibilidades, com vista à obtenção de recursos que sustentassem a instituição. Assim,

²⁴⁰ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção, 1902 – 1932*, 1 de janeiro de 1902.

²⁴¹ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção, 1902 – 1932*, 23 de março de 1902.

²⁴² BPARPD. CEPD - *Livro de Inscrição de Escolas Particulares*, 1889.

²⁴³ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção, 1902 - 1932*, 27 de abril de 1902.

na sessão seguinte do dia 1 de junho foi apresentada por Georgina de Teves Adam, membro da direção, uma proposta para a criação de uma *oficina de Santa Maria* destinada ao ensino de raparigas. Esta escola, à semelhança da *escola-oficina de S. Miguel*, pretendia cumprir os objetivos estabelecidos, mas ambicionava elevar o grau de ensino, de forma a poder receber alunas externas pensionistas, que viessem a contribuir, de certa forma, para a instituição. Inicialmente esta ideia não foi bem aceite, uma vez que ia contrariar os artigos 2º e 3º dos estatutos que consideravam apenas crianças pobres e desprotegidas²⁴⁴.

Posteriormente, a ideia proposta por Georgina Teves Adam foi posta à consideração, tendo sido estudada a possibilidade da sua aplicação, por ela e Diniz Moreira da Mota. O *Século XX*, bem como qualquer outra instituição benemérita de Ponta Delgada, debatia-se com a dificuldade de aquisição de fundos para concretização dos objetivos a que se propunha. Vivia quase exclusivamente de doações, da boa vontade de particulares e promovia com frequência a realização de bazares, récitas, festas e conferências. No ano de 1902 registou-se em caixa um total de 6.294\$680 réis que foram obtidos da seguinte forma:

De donativos vários	1.435\$095 réis
Quotas e joias de sócios.....	1. 695\$205
Subscrição para a instalação	640\$660
Récitas e conferências	586\$090
Produto de 3 bazares	1. 937\$630 ²⁴⁵

²⁴⁴ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção*, 1902 - 1932, 6 de junho de 1902.

²⁴⁵ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção* 1902 - 1932, 6 de junho de 1902.

O vice-presidente da Instituição, Diniz Moreira da Mota, resolveu, conjuntamente com os diretores dos outros estabelecimentos da cidade, estudar a possibilidade de fundar uma “caixa económica”. A criação de uma caixa económica tinha como objetivo criar uma situação económica mais desafogada e independente quanto possível, das contínuas contingências a que estavam sujeitas as instituições na solicitação de esmolas e donativos²⁴⁶.

Foi proposta, na sessão de 15 de novembro de 1903, a criação de uma escola de instrução elementar, para ambos os sexos, no bairro da cidade que se considerasse ser o mais populoso e carenciado. Após ter sido escolhido o bairro de pescadores de Santa Clara foi aberta a escola em maio de 1904 e só foi possível garantir a frequência dos alunos carenciados, através da distribuição diária de uma refeição e do fornecimento de todos os objetos necessários à prática do ensino. Desta forma, conseguiram que passassem pela escola de Santa Clara 445 alunos, até finais de 1910²⁴⁷.

Relativamente ao apoio dado ao ensino oficial, a instituição decidiu incluir no seu orçamento, em fevereiro de 1906, uma verba destinada à gratificação dos professores oficiais das três freguesias da cidade que se prestassem a abrir cursos noturnos²⁴⁸.

Em 1906 foi, também, pedido à associação, pelo subinspetor escolar, Francisco de Faria e Maia, que intercedesse na criação de uma escola oficial em S. Pedro e outra em S. José para serem fundadas e mantidas pelo governo. Embora não tivesse sido possível de imediato a sua concretização, dois anos depois a associação pediu ao

²⁴⁶ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção* 1902 - 1932, 5 de fevereiro de 1904.

²⁴⁷ BPARPD. LMIP. 1910 -1913, Ponta Delgada, p. 63.

²⁴⁸ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção*, 1902 – 1932, 4 de fevereiro de 1906.

governo a abertura de uma escola mista em S. José, concorrendo para o financiamento das respetivas despesas segundo as disposições legais²⁴⁹.

Em virtude de ter sido cancelado o subsídio de 800\$000 réis que era concedido anualmente pela Junta Geral à associação, desde 1903, (verba lançada no orçamento com a designação de despesas com expostos e menores desvalidos) e atendendo às condições financeiras, viu-se o *Século XX* obrigado a suspender o internato da escola, mantendo apenas a do sexo masculino no edifício da associação. Apesar de se começar a debater com algumas dificuldades económicas em 1909, a instituição manteve a funcionar a escola de Santa Clara com 54 alunas e a do sexo feminino, na sede da associação²⁵⁰. Esta última manteve-se entre 1909 e 1914, sob a direção da professora Maria Rita Amália Pereira, professora oficial²⁵¹. A associação continuou a lutar com falta de meios, recorrendo apenas ao bazar anual, aos donativos e a quotas dos sócios para fazer face às suas despesas. Tinha a seu cargo, no total, 3 escolas na freguesia de S. José e ainda uma da “Associação das Filhas de Maria” (*Diário dos Açores*, 1909, n.º 5 355).

A escola particular desta associação funcionava desde 1867 e era sustentada por donativos e pelas senhoras associadas, recebendo crianças pobres do sexo feminino²⁵².

À semelhança desta, a escola da Associação *Século XX*, embora não fosse oficializada,

²⁴⁹ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção*, 1902 – 1932, 9 de fevereiro de 1908.

²⁵⁰ PSM. *Século XX. Livro de Actas da Direcção*, 1902 – 1932, 28 de março de 1909.

²⁵¹ BPARPD. CEPD. *Livro de Inscrição de Escolas Particulares*, 1889.

Maria Rita Amália Pereira a partir de 1914 exerceu docência na freguesia da Conceição da Ribeira Grande e reformou-se em 1947, com 38 anos de serviço. Foi – lhe contabilizado, para efeito de reforma, o tempo de serviço exercido na escola particular da Associação “Século XX” - *Correspondência Recebida e Expedida da Direcção Escolar do Distrito Escolar de Ponta Delgada*, ofício 1104 de 31 de outubro de 1947.

²⁵² Em 1889, a escola da Associação “Século XX” registava a frequência de 47 alunas. Faziam parte da direção Ermelinda Pacheco Gago da Câmara presidente, Maria Isabel Fisher Berquó, tesoureira, Laureana Avelar d’Aguiar, secretária, Thereza Pacheco d’Aguiar e Maria Ana Hasse Berquó d’Aguiar, vogais. – BPARPD. CEPD. *Livro de Inscrição de Escolas Particulares*, 1889.

conseguiu manter-se em funcionamento durante largos anos, sem autorização legal²⁵³. No entanto, procurou estar sempre em estreita colaboração com o ensino público oficial, olhar pela instrução das classes mais desfavorecidas, com vista à propagação do ensino e na luta contra o analfabetismo.

6.2 - Sociedade Promotora da Instrução Terceirense

A Sociedade Promotora de Instrução Terceirense foi uma instituição benemérita fundada por iniciativa do capitão Manuel Goulart de Medeiros. Tinha como objetivo, a propagação do método João de Deus, através de missões e de uma “propaganda forte e convicta” a fim de contribuir para a instrução popular. Foi criada em 1906 e, segundo os seus estatutos, pretendia criar um movimento de propaganda a favor da instrução, combater o analfabetismo e denunciar a influência exercida pela igreja no ensino, na ilha Terceira, sobretudo o ministrado pelas ordens religiosas. No dia 14 de abril, do mesmo ano, a Sociedade Promotora mandou distribuir pela cidade e freguesias rurais, a base dos seus estatutos²⁵⁴.

O Club Popular Angrense foi o local escolhido para as primeiras reuniões da Assembleia da qual fez parte o capitão Goulart de Medeiros que foi o seu principal impulsionador. Concluiu-se das reuniões, segundo a imprensa, que o único meio possível a favor da escola, à semelhança do que se fazia nos países desenvolvidos da Europa, era incentivar a iniciativa particular, promovendo campanhas de propaganda através da imprensa e junto do público.

²⁵³ A escola particular da Associação de Caridade e de Instrução *Século XX* somente em 16 de julho de 1934 e por alvará nº 53, com a mesma data, obteve autorização legal de funcionamento, não constando que tivesse sido oficializada. – BPARPD. CEPD. *Correspondência Recebida e Expedida*, Ofício nº 1104 de 31 de outubro de 1947.

²⁵⁴ ANEXO XXIV – Bases dos Estatutos da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense – *A Voz do Professor*, 14 de abril de 1906.

A adesão de sócios a este projeto foi grande, pelo que nesse mês se noticiou a possibilidade de realização da primeira missão, porque o número total de sócios já garantia as despesas (*O Tempo*, 1906, n.º138). Instalou, inicialmente, a sua sede, na rua da Rosa n.º 77, em Angra do Heroísmo, onde passaram a funcionar os cursos noturnos.

Para além da ligação com outras pequenas sociedades, a que já se fez referência, a Sociedade mantinha ligações com a Sociedade Promotora da Educação Popular e com a Liga Nacional de Instrução, no continente.

A Sociedade foi sofrendo algumas alterações ao longo do tempo e, em 1908, noticiou-se a reunião da Assembleia Geral, presidida por José Martiniano da Silveira, afim de se proceder à eleição dos corpos gerentes que a ficaram a constituir:

Assembleia Geral (efetivos) Presidente – Diogo Paim

Secretários – Francisco da Paula Rego e Aniceto António dos Santos

(substitutos) Presidente - António Mariano Sarmento

Secretários – Nuno Caetano Pacheco e Eduardo Pereira d'Abreu

Direção (efetivos) Luiz Ribeiro, Jacinto Martins Cardoso, António Amorim Pires Toste, José Vieira d'Areia e Carlos Mendes.

(substitutos) Joaquim Teixeira da Silva, Pedro Brito do Pio, Manuel Borges d'Ávila, José Pedro Soares e Jayme Vaz (*O Tempo*, 1908, n.º641).

Constavam os primeiros sócios da Sociedade (deviam pagar 250 reis)

Martiniano Dias da Silveira

Manuel Goulart de Medeiros

Machado Tristão

Sebastião d'Ávila Júnior

Luiz da Costa

Diogo Paim

Cardoso Valadão

Manuel dos Reis e Almeida

José Maria H. Flores

Em parceria com a Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus, a Sociedade Promotora pretendeu a criação de missões, no distrito de Angra do Heroísmo. A realização de conferências, palestras e cursos, por toda a ilha, garantiu a propaganda necessária à implementação deste projeto.

A Sociedade Promotora teria nascido graças à influência da imprensa terceirense que propagandeava de forma tenaz o desenvolvimento da instrução. Henrique Braz (*O Tempo*, 1906, n.º248).

A Sociedade Promotora, que contou com o apoio da maçonaria, ao fim de dois anos da sua criação começou por se confrontar com alguns opositores.

O jornal *O Tempo* manifestava a dificuldade que tinham em manter uma frequência de alunos regular e a desistência de alguns sócios tinha sido sentida, devido à influência de alguns clericais (*O Tempo*, 1908, n.º675). No entanto, a adesão às matrículas nos cursos era significativa e o modo como eram realizadas as subscrições para a fundação de bibliotecas e museus era bastante eficaz.

A Sociedade Promotora mantinha uma estreita ligação com outras instituições, tais como a Associação Protetora das Crianças Pobres e a Cozinha Económica Angrense, sendo que muitos dos sócios faziam parte das três instituições, tendo estas últimas, o apoio direto das senhoras da sociedade.

Eram frequentes as festas promovidas para a angariação de fundos para estas instituições, a que se associavam alguns periódicos como *O Tempo*, *O Dia* e *A Voz do*

Professor. O Tempo, por exemplo, abria com regularidade subscrições a favor destas associações e angariava fundos para a criação de bibliotecas na ilha. Alguns fundos angariados, pelos membros da Sociedade ou pela imprensa eram destinados, à aquisição de alimentos para confeccionar as refeições às crianças, de vestuário e material escolar. O jornal *O Dia* fazia, constantemente, propaganda da instituição, salientando a importância do aumento de donativos que faria aumentar também, os serviços a prestar. O aumento de donativos para a Cozinha Económica contribuiu para que fosse criado um novo edifício, onde passaram a realizar-se as festas. Embora estivesse ao dispor, de toda a comunidade, foi possível a dinamização de cozinhas destinadas às crianças com o intuito de proporcionar-lhes o bem-estar, com o fim da escolarização.

A mudança na orgânica da Cozinha Económica, segundo a imprensa, provocou desinteresse a alguns apoiantes. É de salientar que a igreja, inicialmente, tinha influência nas instituições de caridade e também prestava auxílio a este tipo de instituições. A Cozinha Económica estava associada à Associação Protetora das Crianças Pobres e a partir dela procurava criar outras associações com o mesmo fim. A Cozinha Económica teve o apoio da maçonaria, o que explica o afastamento da igreja. O jornal *O Dia* manifestou que “antes recebia mais donativos e havia mais interesse pela sua manutenção e progresso” (*O Dia*, 1905, n.º 132).

Em 1905, a comissão administrativa da instituição era composta por: Manuel António Lino, Pedro de Brito Rio, Theotonio A. Mendes, Adrianno Augusto dos Santos, Elias da Cunha Pinto, tenente Jayme Vaz e José Vieira d’Areia que era o seu principal impulsionador (*A Terceira*, 1904, n.º 228).

Como comprovação da ligação, da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense com a Cozinha Económica é a presença de José Vieira d’Areia, um dos

principais impulsionadores da Sociedade que acumulava as funções de Presidente da Cozinha Económica Angrense.

Segundo o que se depreende dos estatutos, a Sociedade Promotora pretendia não só a propaganda com vista à alfabetização, mas também contemplava, nos seus objetivos, proporcionar a realização de cursos livres e de conferências, aos que pretendessem o alargamento de estudos, daí a ligação que também mantinha com a Academia de Estudos Livres de Lisboa.

Devido à distância do arquipélago relativamente ao continente, alguns membros da sociedade terceirense e micaelense estabeleceram ligação com João de Deus Ramos que os apoiava, em qualquer iniciativa, em benefício da instrução. Comprovou-se o seu apoio nas representações dos Açores nos congressos pedagógicos, na implementação de conferências e cursos pelo método da Cartilha e ainda, na aquisição de livros que depois enviava para fornecimento das bibliotecas terceirenses. A Sociedade apoiou a criação de bibliotecas escolares e populares.

6.3 - Liga Micaelense de Instrução Pública

A Liga Micaelense de Instrução Pública, tal como outras instituições micaelenses, nasceu com o objetivo de propagar o ensino oficial a todas as freguesias que compunham o Círculo Escolar de Ponta Delgada, proporcionar a instrução primária às classes mais desfavorecidas e combater o analfabetismo. A sua criação foi influenciada pela Liga Nacional de Instrução Pública dinamizada por importantes figuras da Maçonaria que a adotou como um dos seus núcleos provinciais. Esta instituição, tal como outras, sobreviveram à custa de doações e à ação de cidadãos de

relevo que se empenharam na organização de comissões, com vista à recolha de fundos para a sua criação e subsistência. Similarmente pretendia desenvolver o ensino integral da criança, criando uma verdadeira educação moral e cívica, atacando nas suas origens o analfabetismo. (Marques, 1986, p.875). Consoante os recursos obtidos, ambicionava a instalação de cantinas escolares; escolas de instrução primária sem exclusão de uma escola maternal; a criação de escolas de artes e ofícios para crianças pobres e abandonadas; promover cursos de aperfeiçoamento para professores; dar destaque à criação de escolas do tipo comercial e industrial, de modo a promover o ensino profissional entre os jovens que pretendessem prosseguir os seus estudos; conceder subsídios, roupa e alimento às crianças mais necessitadas e preparar um professorado capaz com formação para o exercício da sua atividade. (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 23).

Para além destes princípios, a maioria das teses apresentadas no I Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular que se realizou em abril de 1908 e propagadas pela *Revista Pedagógica* micalense, defenderam a aplicabilidade do método da Cartilha Maternal de João de Deus. O método da Cartilha Maternal ou Arte da Leitura de João de Deus, como era designado nos Relatórios da Liga Micalense²⁵⁵, teve uma enorme difusão no ensino público. Era também divulgado através de conferências, por meio da imprensa pedagógica e teve bastante acolhimento junto das correntes da educação familiar e popular e nos sectores que se batiam pela renovação intelectual do país. (Nóvoa, 2005, p.31).

Evelina de Sousa, professora primária, republicana e diretora da *Revista Pedagógica* recebia, regularmente, o boletim das escolas móveis, noticiava as

²⁵⁵ ANEXO XXV - Projeto de Estatutos da Liga Micalense de Instrução Pública (folha de rosto e transcrição). BPAPD. LMIP. *Diário dos Açores*. 1909. 16/18 de outubro.

conferências pedagógicas realizadas pela Associação e, ao mesmo tempo que fazia propaganda do método, apelava à iniciativa particular para a criação de uma comissão auxiliar da Associação das Escolas Móveis em Ponta Delgada. (*Revista Pedagógica*, 1908, n.º 63). Evelina de Sousa, Alice Moderno, Jácome Correia, João de Melo Abreu, Francisco Faria e Maia, Manuel Inácio de Arruda e muitos outros defendiam a aplicação do método da Cartilha Maternal. A 15 de outubro de 1913, anunciou-se a abertura de duas escolas móveis em Ponta Delgada proporcionadas por Afonso Costa, tendo sido convidada Alice Moderno para dirigir uma delas. (*Revista Pedagógica*, 1913, n.º 271).

No ano letivo de 1918/1919, sob a subinspeção escolar de Manuel Moniz Morgado encontravam-se a funcionar na ilha de S. Miguel três cursos móveis pelo método João de Deus, regidos pelas professoras Maria Diamantina Taveira, nos Remédios da Bretanha, Germana Tavares Rebelo, na Relva (lugar da Covoada) e Maria da Glória Medeiros Vasconcelos, na Achada (Nordeste)²⁵⁶.

A esperança de criar uma “nova sociedade”, a ideia da formação de um “homem novo”, a oposição ao ensino tradicional e religioso e o combate ao analfabetismo constituíam a base do discurso republicano nos congressos da Liga Nacional. O interesse suscitado por estes princípios ideológicos nos professores açorianos, aliados aos ideais partilhados por alguns espíritos republicanos e autonomistas conduziram à criação de uma instituição semelhante e, ao mesmo tempo independente, correspondendo às carências do ensino no arquipélago. Estas eram agravadas pela morosidade das decisões e pelo “desprezo” a que se considerava votado o arquipélago devido ao indiferentismo dos governos rotativos.

²⁵⁶ BPARPD. DEPD. Mapa de Serviço do Professorado do Círculo Escolar de Ponta Delgada (1918/1919).

Desde a sua criação em 1906 que a *Revista Pedagógica*, em estreita colaboração com o jornal *Educação Nacional*, da cidade do Porto, reivindicava um melhor estatuto profissional para os professores açorianos que passava, sobretudo, pelo melhoramento do nível económico e do sistema de segurança social e pela definição de uma carreira profissional (Nóvoa, 1987, p. 616). A *Revista Pedagógica* veio a colaborar com o movimento da imprensa nacional na luta pela união da classe e veiculava as deliberações da Liga Nacional. Francisco d'Athayde Machado Faria e Maia foi um dos seus grandes apoiantes, quer como subinspetor escolar de Ponta Delgada, quer depois de ter exercido estas funções. Algumas das ideias propostas por ele na tentativa de resolução de alguns problemas do ensino primário e sobre a administração que dele se fazia foram abertas à discussão e apreciação da Liga, tal como a lei do arrendamento das casas de escola e a lei da centralização/descentralização escolar. Manuel Inácio d'Arruda seu sucessor nos destinos da subinspeção ambicionou uma maior autonomia relativamente às instituições continentais. Autonomista convicto teceu duras críticas a algumas experiências implementadas pelo seu antecessor, como as sociedades beneficentes, mas acabou por as apoiar inteiramente e prosseguir a obra iniciada²⁵⁷. Segundo ele, a morosidade das decisões governamentais era impeditiva da concretização de experiências pedagógicas que se pretendiam pôr em prática nas escolas açorianas. Por outro lado, a falta de pagamento das rendas de casas de escola, de subsídios de residência, de rendas dos edifícios escolares, de limpeza e expediente conduzia a situações difíceis e embaraçosas para os professores. (*Diário dos Açores*, 1909, n.º 5421). Eram também rececionadas, tardiamente, as ordens emanadas da 1.ª Circunscrição devido às más condições climáticas e de comunicação que distanciavam

²⁵⁷ Manuel Inácio de Arruda professor na freguesia de S. Jorge do Nordeste foi professor oficial em exercício no Colégio Açoriano. Nomeado subinspetor de Ponta Delgada, conforme o *Diário do Governo* de 30 de setembro de 1909 e nomeado inspetor, pelo decreto datado de 16 de dezembro de 1910.

e isolavam o arquipélago. Estes problemas que afetavam o professorado açoriano não eram, contudo, muito diferentes dos que afetavam os professores do continente, mas agravavam-se, devido às excessivas dificuldades burocráticas, à morosidade das decisões, resultantes da própria distância física dos centros de decisão e das dificuldades de acessibilidade do arquipélago.

Manuel Inácio de Arruda após ter conhecimento da sequência dos artigos publicados por Luiz Francisco Bicudo no *Diário dos Açores*, intitulados “Opiniões de um Micaelense”, expôs, em “Carta Aberta” no mesmo jornal, a necessidade de incentivar nos Açores a iniciativa particular a favor da escola e manifestou interesse na criação de uma Liga de instrução. Desse modo e segundo ele, poderiam livrar se dos serviços burocráticos que eram impeditivos da concretização de ideias e constituía uma excelente lição de civismo que se dava ao país e do qual convinha ter prioridade de ação sobre os demais distritos. Deveriam, por isso, convergir todas as facções sociais e políticas sem considerar aspetos políticos ou ideológicos para a concretização deste ideal. Evelina de Sousa teria mesmo afirmado, que só através da conjugação de esforços era possível a concretização de projetos, com vista ao desenvolvimento da instrução primária nos Açores e do ensino público em geral (*Revista Pedagógica*, 1911, n.º 170). Este facto merece particular atenção, pelas características peculiares que assumiu em S. Miguel, aproximando e unindo os mais arreigados espíritos republicanos à igreja, tendo obtido por este motivo, grande sucesso na implementação de projetos para a educação.

Luiz Francisco Bicudo, livre-pensador e materialista por educação, não hesitou em trabalhar com Inácio de Arruda e recorrer ao clero, propondo lhe um pacto de solidariedade. (Correia, 1920, p.888). Este teria deixado consignado nos estatutos da Sociedade que não se propunha só receber e administrar donativos que lhe fossem feitos, mas também, estimular os professores oficiais a aderirem à obra, cooperando nas

festas escolares que promovessem nas suas freguesias e a interessar-se pela resolução imediata de todas as pretensões que se considerassem justas e estivessem pendentes nas secretarias do Estado. A Liga deveria, igualmente, atribuir prémios de 50.000 réis àqueles professores que obtivessem 10% de aprovações dos alunos matriculados e que não frequentassem as escolas diurnas, de forma a recompensar lhes os serviços prestados; a emprestar lhes para o desenvolvimento da sua instrução obras científicas, colocadas à disposição para esse fim²⁵⁸. Com o objetivo de reforçar o apoio na formação da Liga Micaelense, Faria e Maia dirigiu uma carta a Luiz Bicudo, datada de 18 de março de 1909, que foi publicada no *Diário dos Açores*, onde apoiava a iniciativa e sugeriu que podia solicitar se às comissões de beneficência e ensino existentes, o auxílio pecuniário. Alegou que estas poderiam oferecer o seu saldo para a criação de museus escolares, úteis para o ensino intuitivo ou para a ajuda da biblioteca que se pretendia criar para uso dos professores primários. (*Diário dos Açores*, 1909, n.º 5331).

Luiz Bicudo, tal como Faria e Maia e Inácio de Arruda compreenderam que sem uma real união de todas as fações políticas e ideológicas seria impossível a concretização do ideal de constituição da Liga e para o fim a que se propunha: o combate ao analfabetismo.

Para constituir a comissão organizadora, Luiz Bicudo convocou diferentes pessoas oriundas de vários quadrantes da sociedade. Após as convocatórias, corresponderam ao apelo, tendo-se reunido no dia 25 de abril de 1909, na sala da Direção do Club Micaelense e para constituírem a Comissão organizadora, os seguintes elementos: Alexandre Manuel de Medeiros Albuquerque, Alfredo Gonçalves, Dinis Moreira da Motta, Francisco d'Athayde Machado Faria e Maia, Francisco Maria Supico, Francisco de Mello Manuel Leite Arruda, Gil Mont'Alverne de Sequeira,

²⁵⁸ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais* 1909 - 1915, ct.1.

Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão, José Mário Berquó d'Aguiar, José Maria Raposo d'Amaral, Luiz Francisco Rebello Bicudo, Manuel Inácio de Arruda e Luiz Botelho Motta, diretor da escola distrital de habilitação ao magistério primário de Ponta Delgada, desempenhando funções de professor de pedagogia. (*Revista Pedagógica*, 1909, n.º 99). Nessa reunião, foram propostos para presidente, Francisco Maria Supico e para secretário, Luiz Francisco Bicudo. Foi ainda proposto por este último, a criação de uma comissão técnica de cinco membros para elaborar projetos de atividades considerados de maior urgência: Gil Mont'Alverne de Sequeira, reitor do liceu de Ponta Delgada, Luiz Botelho Motta, diretor da escola normal, Francisco Faria e Maia, Manuel Inácio de Arruda e Alfredo Gonçalves. Decorridas mais duas sessões, a 23 e 30 de maio, só a 20 de junho de 1909 se aprovaram definitivamente os estatutos, pelos quais se devia reger a Liga Micaelense, encontrando-se registada a sua existência legal de 28 de outubro desse mesmo ano²⁵⁹. No ano seguinte, no dia 11 de agosto de 1910 no *Diário do Governo* saiu uma portaria de louvor ao subinspetor, aos fundadores da Liga e a todos os professores do Círculo que se prestaram a reger os cursos noturnos em Ponta Delgada por influência do inspetor Alfredo Nogueira²⁶⁰. A 22 de janeiro de 1911 reuniu-se, na escola normal de Ponta Delgada, a Assembleia-geral, com o fim de eleger os cargos gerentes, tendo sido eleito para presidente e por unanimidade, o Marquês Jácome Correia, que foi o principal impulsionador, tendo contribuído com um elevado donativo de 1.000.000 réis para o seu arranque²⁶¹. Para além do presidente foram eleitos: tesoureiro, José Cláudio de Sousa; secretário, Manuel Inácio de Arruda; vogais, Alfredo Gonçalves, Luís Botelho Motta, Francisco Faria e Maia e Luiz Bernardo Leite de Athayde. Apesar de nunca constar o nome do coronel Álvaro Pais d'Athayde, este foi um incansável colaborador de Jácome Correia em quase todas as iniciativas promovidas

²⁵⁹ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1909). Ata nº 1, 25 de abril, ct. 5.

²⁶⁰ BPARPD. DEPD. LB1, *Relatório da Inspeção*. (1911). Nº4, 6 de setembro, p.4.

pela Liga. (Maia, 1927, p.138). Numa entrevista concedida por Jácome Correia a Miguel de Souza Alvim, para o *Diário dos Açores*, afirmou-se que o programa básico constava, em traços gerais, na promoção, auxílio gratuito e difusão da instrução popular; na criação de cursos noturnos; no estabelecimento do ensino técnico-profissional; na criação de cantinas, museus escolares, bibliotecas, colónias infantis, festas escolares; na realização de conferências pedagógicas e programas para implementar a higiene escolar; na criação de uma biblioteca para o professorado; no estabelecimento de prémios pecuniários e finalmente, no apoio às caixas económicas escolares já existentes. (*Diário dos Açores*, 1911, nº. 6116).

Esta instituição prestou um vasto e precioso apoio à instrução primária no distrito de Ponta Delgada, tendo chegado a estabelecer 33 cursos noturnos nos diferentes concelhos e freguesias. Antes de se iniciar a abertura oficial destes cursos, já se encontravam a funcionar dois no Círculo de Ponta Delgada, nas freguesias de S. Pedro e de S. José, fundados pelas comissões de beneficência. Com a sua implantação, obteve-se de receita no primeiro ano 1527\$230 réis. Muitos foram, também, os professores de todos os concelhos do distrito que acederam a prestar a sua colaboração. Verificou-se uma grande afluência de alunos e as comissões que criavam esses cursos nas freguesias auxiliavam, também, na criação de bibliotecas²⁶². Na cidade de Ponta Delgada registaram-se excedentes de matrícula em todas as escolas e, na escola anexa à normal, então regida pela professora Clara Resendes do Couto, não puderam ser admitidos todos os alunos. (*Diário dos Açores*, 1909, n.º 5497). No jornal *A República*, de 18 de novembro de 1911, Inácio de Arruda publicou a estatística relativa à criação e frequência dos cursos noturnos no distrito, onde acusava uma frequência de 1436

²⁶² BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga 1909- 1910* (pp. 5-6).

alunos, no ano letivo de 1909/1910, tendo conseguido movimentar-se de classe 398 alunos, ou seja, aproximadamente, 27,7%.

Em 1912, o presidente da Liga, Jácome Correia, anunciou no *Diário dos Açores* que a Associação deixaria de subsidiar os cursos noturnos no ano letivo de 1912/1913, uma vez que o decreto-lei sobre a Reforma da Instrução Primária, de 29 de março de 1912, encarregava as Câmaras municipais de os abrir para o ensino das primeiras letras. (*Diário dos Açores*, 1912, n.º. 6284). Posteriormente a esta data, ainda foram mantidos dois cursos deste tipo, um na Povoação e outro no Ramalho nos arredores de Ponta Delgada. Todavia, apesar da nova legislação, nas despesas apresentadas no balanço geral da Liga em 1914, ainda constava o subsídio despendido para alguns cursos noturnos que refloresciam por iniciativa das Câmaras Municipais e abertos sob a fiscalização da inspeção escolar, com fundos especiais postos à disposição, pelo Ministério da Instrução Pública.

A Liga canalizou a receita de forma a permitir estender a sua ação para outras áreas, como a promoção do ensino técnico profissional nas escolas primárias. Criou uma aula de artes e ofícios na Rua Bruno Tavares Carreiro e atribuiu um subsídio para a abertura de um curso de rendas, para raparigas, em Ponta Delgada. Popularizava-se, entre os açorianos, a conceção de Dewey de que a educação devia promover a capacidade de criar e de construir, *learning by doing*, e que as escolas deviam ser equipadas a oficinas e salas de trabalho onde fossem valorizados curricularmente os trabalhos manuais, cujas implicações educativas eram simultaneamente morais e sociais (Pintassilgo, 1998, p.39). A formação após a escolarização, também era uma das suas preocupações, uma vez que as crianças se viam impossibilitadas de prosseguir estudos e por reconhecer ser deficiente a formação e habilitação profissional das classes trabalhadoras. Estes cursos constituíam um complemento às atividades escolares, não só

com vista à profissionalização mas com fins educativos, que tinham por base o conceito da educação integral (Maia, 1927). Com o mesmo fim, a 16 de outubro de 1911, Jácome Correia propôs a criação de uma escola móvel para o ensino da agricultura, uma vez que se tratava de um distrito muito populoso e essencialmente agrícola²⁶³. Depois de ter pedido auxílio para a sua fundação a todas as corporações administrativas do distrito, a comissão administrativa da Junta Geral e as câmaras de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande acederam de imediato ao pedido, com donativos destinados à missão da escola móvel²⁶⁴. Na reunião de 26 de janeiro de 1912 deliberou-se na presença do regente agrícola distrital e do diretor da missão, Guilherme Joaquim da Matta, a sua instalação na Ribeira Grande. A escola móvel agrícola Maria Christina terá dado início à sua atividade no dia 2 de fevereiro de 1913 (Marques, 1986, p.511). O discurso de inauguração coube ao regente agrícola Guilherme Matta que referiu que os resultados obtidos por esta escola prática de agricultura pelo sistema Maria Christina, contrariamente ao que aconteceu na Itália, onde tinham tido muita adesão, em Portugal só existiam três escolas de iniciativa meramente particular²⁶⁵. Esta escola funcionou até 9 de fevereiro do ano seguinte. Foram realizadas conferências e trabalhos práticos de agricultura nas seguintes freguesias do concelho da Ribeira Grande: Ribeirinha, Ribeira Seca, Lomba de Santa Bárbara, Rabo de Peixe, Porto Formoso, Fenais, Calhetas, Pico da Pedra, Maia, S. Braz, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Estrela e ainda em algumas freguesias do concelho de Ponta Delgada, como Capelas, Santo António e Fenais da Luz²⁶⁶. Nos jornais locais era anunciado, semanalmente, o programa da escola móvel agrícola, assinado pelo diretor da escola. No anúncio do

²⁶³ Em Rio Tinto, realizou-se a 18 de agosto de 1901 a inauguração da primeira escola móvel agrícola fundada pelo jornal *O Comércio do Porto*, por iniciativa de um português ilustre. Integravam-na um professor de instrução primária, um regente agrícola e um inspetor. *Diário dos Açores*. (1901). Nº 3118, 6 de setembro).

²⁶⁴ BPARPD. LMIP. *Atas da Direcção*. (1911). Ata nº 16, 2 de novembro, ct. 5.

²⁶⁵ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*, “A República”. (1912), 8 de fevereiro, ct. 1

²⁶⁶ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*. (1912).

programa semanal eram sempre considerados dois itens: o assunto das lições explicativas e os trabalhos realizados. Pelo êxito alcançado por tal missão, ainda se tentou a organização de uma outra para o Nordeste em novembro de 1913, tendo sido oficiado o pedido à Direção do jornal *Comércio do Porto*, responsável pela organização dos cursos²⁶⁷.

Em 1914 a Liga Micaelense de Instrução, por acreditar na regeneração de delinquentes e criminosos criou uma escola de primeiras letras na cadeia²⁶⁸.

Os republicanos que partilhavam os ideais liberais iluministas acreditavam na bondade natural do homem e admitiam que a reforma social dependia em grande parte, da reforma do processo educativo (Ransom, 1987, p.188). Daí a criação da escola da cadeia ter sido muito bem aceite no meio republicano micaelense. Para a sua abertura solicitou-se a licença a Avelino Júlio Pereira e Sousa, delegado da Comarca e instalou se o curso em finais de junho de 1914, tendo sido convidado para o reger, o professor Laureano Benevides²⁶⁹. Nesse ano acusou uma frequência de 29 alunos²⁷⁰ e no relatório elaborado a 8 de fevereiro de 1916, Laureano Benevides relatou o sucesso da escola. Apesar disso foi ordenado o seu encerramento, em julho do ano seguinte, alegando-se a falta de verba²⁷¹.

A Liga, para além da preocupação com a formação dos professores e com a introdução de novas práticas pedagógicas, incentivou e apoiou algumas áreas como a promoção do canto coral nas escolas, a organização de festas escolares e de colónias

²⁶⁷ BPARPD. LMIP. *Actas da Direção*. (1913). Ata nº 41, 10 de junho, ct. 5.

²⁶⁸ ANEXO XXIV – BPAPD.LMIP – Base dos Estatutos.

²⁶⁹ Laureano Benevides era professor particular em Ponta Delgada e foi professor no Colégio Açoriano. Cf. BPARPD.CEPD. *Relação dos Examinados 1902 – 1915*. (1906), ct. 74.

²⁷⁰ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*. (1914).

²⁷¹ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*. (1916).

infantis 272. Organizou Conferências Pedagógicas realizadas com alguma regularidade e frequentadas com bastante interesse. Proporcionou às professoras Palmira dos Santos Jorge e Pulsena Estrela da Costa, das escolas das freguesias do Ramalho e S. Pedro, a frequência de um curso prático de trabalhos manuais educativos na cidade do Porto, durante as férias da Páscoa, curso que depois foi difundido aos professores do ensino público e particular do Círculo Escolar através de várias sessões de formação. Este curso iniciou a 26 e terminou a 30 de dezembro de 1912, tendo encerrado com uma exposição no Teatro Micaelense de trabalhos executados pelos 70 professores que o frequentaram. Foram desenvolvidos trabalhos de recorte, dobragem, cartonagem entre outros²⁷³.

A Liga incentivou a prática da ginástica que, segundo o Relatório, para além de contribuir para o desenvolvimento físico, corrigia as atitudes e os reflexos morais manifestados pela indolência, timidez, falta de confiança e indecisão das crianças. (Relatório, 1910-1913, p.78). O incentivo para a prática de novas atividades, visando o desenvolvimento global do indivíduo era uma preocupação frequente. Num dos artigos da *Revista Pedagógica*, Evelina de Sousa expôs que “o aperfeiçoamento da sociedade e a abertura de novos campos de exploração” permitiam a criação de lugares para o ensino específico dessas atividades na cidade de Ponta Delgada. Anunciou ter sido feita a nomeação de um professor de canto coral para ministrar esse conhecimento nas escolas primárias, o professor Tavares Canário (*Revista Pedagógica*, 1915, n.º 314). Evelina aplaudiu esta iniciativa, alegando que “os professores não eram enciclopédicos” e, portanto, não estariam aptos a ministrar todas as matérias, sobretudo as que requeriam vocação especial. Segundo ela, o ensino da música era descurado, apesar de nas novas exigências do programa, se procurar desenvolver na nova geração, o culto da arte da

²⁷² BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1913). Ata nº 41, 10 de junho, ct.5.

²⁷³ BPARPD. DEPD. LB1 *Livro da Inspeção*. (1913). N.º 184, 7 de janeiro, p.250.

harmonia dos sons. À semelhança do que tinha sido feito para a atividade de canto coral, Evelina sugeriu à Câmara Municipal de Ponta Delgada a nomeação de um professor para o ensino da ginástica ou então, subsidiar o professor de ginástica do liceu João Maria Sequeira para esse fim.

Na educação preconizada por Herbert Spencer, a prática da Educação Física era entendida como um complemento natural da educação moral, uma vez que a boa constituição física permitia homens capazes de darem o seu contributo para a evolução da sociedade. (Pintassilgo, 1998, p.33). A presença da Educação Física nos planos de estudo justificou-se pela necessidade de corrigir as condutas e de conservar a saúde através da educação do corpo e do espírito. (Nóvoa, 2005, p.101). A sua prática começou por estar associada ao problema da saúde e da higiene escolar e era tida como um elemento fundamental na formação física e psíquica da criança.

Em colaboração com a *Revista Pedagógica*, A Liga Micaelense também concedeu auxílio às caixas económicas escolares. Por intervenção de Manuel Inácio de Arruda que as considerava como um passo mais a favor das vantagens escolares no distrito de Ponta Delgada, sugeriu à Liga a criação de um fundo de reserva de 120.000 réis para as auxiliar com o intuito de aumentar o seu número²⁷⁴. A este subsídio teriam concorrido os professores Maria dos Anjos Bento de Vila Franca do Campo (escola do sexo masculino); António Maria Lopes, de S. Pedro de Ponta Delgada (escola do sexo masculino) e Manuel Moniz Morgado, da localidade de Fenais da Luz (escola do sexo masculino)²⁷⁵. A Liga auxiliara também, as caixas económicas escolares das freguesias dos Fenais da Luz, de S. Pedro e de S. José de Ponta Delgada e as das freguesias de S.

²⁷⁴ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1911). Ata de 21 de setembro, ct. 5.

²⁷⁵ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1912). Ata de 2 de janeiro, ct. 5.

Miguel e de S. Pedro de Vila Franca do Campo²⁷⁶. Inácio de Arruda encarava as caixas escolares como um excelente meio de preparação para trabalhos mais complexos de economia que “ofereciam algumas vantagens sociais”. Segundo ele, tratava-se de um trabalho exclusivo de professores e alunos a favor do desenvolvimento da instrução, que serviria para propagar a identificação do professorado português com os progressos da pedagogia moderna, à semelhança do que acontecia noutros países europeus. (*Diário dos Açores*, 1909, n.º 5474).

A Liga manteve até ao fim da sua existência, a concessão de três prémios pecuniários com o nome de “Jácome Correia”, no valor de 100 mil réis cada um, destinados ao melhor livro de versos, peça de teatro ou aparelho mecânico e destinavam-se, estes prémios a estimular a imaginação e criatividade dos artistas micaelenses²⁷⁷. Apesar das dificuldades económicas com que se debatia, agravadas pela guerra em 1914, a Liga Micaelense decidiu criar um gabinete de Física para o funcionamento do curso industrial, no liceu central de Ponta Delgada²⁷⁸. Mas a Liga Micaelense de Instrução, para os fins a que se propôs e pela sua grande ambição, começou por se debater com graves problemas financeiros a partir de 1914. A falta de pagamento de quotas levou a que Jácome Correia pensasse que o desagrado e desinteresse se deviam à sua orientação e abandonou o lugar da presidência, tendo sido ocupado por Francisco Faria e Maia²⁷⁹.

A 4 de março de 1915, na reunião da comissão anunciava-se a falta de verba para o novo ano escolar, pelo que se teve de proceder à suspensão de algumas atividades por insuficiência de recursos.

²⁷⁶ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1913). Ata de 10 de junho, ct. 5.

²⁷⁷ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção* (1911). Ata nº 10 de 1 de maio.

²⁷⁸ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1914). Ata nº 51 de 12 de julho.

²⁷⁹ BPARPD. LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*. (1915).

A 11 de maio de 1919 deu se execução à deliberação do projeto de dissolução, por se reconhecer as dificuldades da sua manutenção em atividade²⁸⁰. Resistiu até 1920 quando foi definitivamente extinta por falta de financiamento. Apesar do encerramento oficial, os seus serviços prosseguiram com a manutenção das bibliotecas das freguesias, a distribuição dos prémios Jácome Correia no valor de 100 mil réis e a formação dos professores, com a dinamização de colóquios e congressos pedagógicos que perdurariam na década seguinte.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, em S. Miguel, manteve-se vivo o entusiasmo sobre as questões do ensino. A riqueza do debate pedagógico e a valorização atribuída à escola primária assumiram relevância na sociedade micalense dessa época. Muitas foram as ideias que se pretenderam implementar, mas o contexto político, económico e cultural não era dos mais favoráveis, impedindo a aplicação de algumas práticas pedagógicas.

A abertura de alguns membros da sociedade micalense aos meios pedagógicos europeus permitiu um enriquecimento cultural sobre as questões do ensino. A *Revista Pedagógica* contribuiu também ela, para esse enriquecimento e estabeleceu um elo de ligação entre as ilhas, o continente e o resto da Europa, permitindo que se criasse nos Açores uma corrente de opinião pública forte, a favor da escola primária.

As Associações e instituições beneméritas criadas em Ponta Delgada viveram da caridade e sobretudo de doações, quotas de sócios e produto de bazares, daí se terem debatido sempre com dificuldades e não terem conseguido concretizar grande parte dos objetivos. As dificuldades económicas deviam-se segundo Faria e Maia, à indiferença do público e esta teria sido apontada como uma das principais razões que contribuiu

²⁸⁰ BPARPD. LMIP. *Actas da Direcção*. (1919). Ata nº 63 de 11 de maio, ct. 5.

para o seu declínio (Maia, 1927). Atendendo a que se tratavam de tempos difíceis, pouco se esperava da ação governamental. Não obstante, é importante salientar que estas instituições de beneficência, arreigadas do espírito autonomista, contribuíram também para a consciencialização da classe do professorado primário português e tiveram um papel basilar na alfabetização das gentes insulares.

Cap. 7 – Os professores

7.1 – Formação Geral

O afastamento do arquipélago do restante território e o reduzido número de escolas nas ilhas contribuiu para que o debate educativo se centrasse, muitas vezes, em torno da necessidade de formação de professores. As exigências e os pedidos de criação de uma escola para habilitação ao magistério eram frequentes nos relatórios da inspeção e na imprensa. Acreditava-se que uma verdadeira profissionalização do professorado só seria possível com a existência de uma escola de formação, atendendo a que muitos professores não tinham habilitação para o exercício de funções. Segundo Nóvoa, a profissionalização do professorado ganha um impulso decisivo a partir da institucionalização das escolas de formação de professores e da consolidação do movimento associativo docente (Candeias, 1995, p. 27).

O decreto de 15 de novembro de 1836 já reforçava a continuidade, em Ponta Delgada, de uma escola de Ensino Mútuo que também habilitava para a docência (Pavão, p.211). Designada como Escola Normal e de Ensino Mútuo destinava-se ao ensino do método utilizado na altura e que terá sofrido alterações ao longo da sua existência. Foi seu diretor Inácio Tavares Carreiro que teria recebido formação do método em Lisboa. Na Terceira, um dos entusiastas deste método terá sido o padre Jerónimo Emiliano de Andrade (Dias, s.d, p. 122). Foi também na Terceira que surgiu a primeira escola distrital de habilitação para o magistério primário, criada pelo decreto de 9 de fevereiro de 1899. Foram professores nesta escola, embora se desconheçam a/as disciplinas que cada um lecionava, Teotónio d'Ornelas Bruges, António da Fonseca da

Câmara, Aniceto António dos Santos, José Vieira d'Areia, José Maria Henriques Flores e Maria d'Ornelas Bruges.

Em S. Miguel, em 1898, o comissariado de estudos, Luís Botelho Mota, requereu a abertura, em Ponta Delgada, de uma Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário alegando que há anos não se habilitavam professores no distrito, o que foi apoiado pela sociedade e pela imprensa. Por portaria só foi criada, por José Luciano de Castro, uma escola para a habilitação de professores a 12 de outubro de 1899 em Ponta Delgada. O *Diário dos Açores* mencionou os professores da escola distrital: Luís da Mota, diretor e professor de Pedagogia; Luiz Bettencourt, professor de História e Geografia, Moral e Direito do Cidadão; Rodrigo Rodrigues, professor de Português e Música; Eufrosina Costa, professora de Lavoros, Desenho e Caligrafia; e para a escola elementar anexa foi nomeada Clara Rezendes do Couto. Foram também nomeados, Manuel Maria Barbosa, professor de Aritmética, Ciências Naturais e Geometria e o capitão José Marques Moreira, professor de Educação Física (*Diário dos Açores*, 1899, n.º2562). Estas escolas distritais funcionaram nas capitais distritais de Angra, Horta e Ponta Delgada, foram designadas por escolas normais, e distinguiram-se das escolas de formação consideradas de referência, dos principais centros urbanos do País.

As matérias a lecionar nos dois anos de curso eram as seguintes: Pedagogia; Língua e Literatura Portuguesa; Aritmética; Ética; Noções de Escrituração Comercial; Geometria; Física; Química; História Natural; Geografia; Moral e Doutrina Cristã; História de Portugal; Noções de Economia; Direitos e Deveres dos Cidadãos; Desenho Linear; Exercícios de Caligrafia; Canto Coral; Ginástica; Trabalhos de Agulha e Lavoros (Pavão, 2008, p. 216).

Pelo regulamento de 1905 passa a incluir-se a prática de exercícios ginásticos (ginástica sueca), solicitada pelo diretor de oficiais do exército. Em Angra é o Club Lawn Tennis que vai proporcionar aulas de ginástica e dar formação aos professores primários para o fazer.

A reforma de 1901 decretou a obrigatoriedade da frequência do ensino normal e, a habilitação para o magistério primário, passou a depender da aprovação destas escolas. A institucionalização dos cursos de formação de professores contribuiu para um nivelamento das práticas e para a introdução de novos métodos pedagógicos. No entanto, as reformas republicanas com vista à formação de professores foram de aplicação lenta, mantendo-se vigente, nos anos iniciais da República, a Reforma de 1901 e diplomas complementares (Pintassilgo, 2012, p. 16). Os diferentes planos de estudos apresentados pelas escolas, bem como a formação de um número excessivo de professores, durante este período, contribuiriam para que fossem introduzidas novas medidas. No entanto, nos Açores era muito comum haver escolas fechadas por falta de professores. No relatório relativo à tomada de posse de Faria e Maia como inspetor em 1903, consta um total de 10 escolas fechadas nos concelhos de Ponta Delgada das quais 2 por falta de condições da habitação e 8 por falta de professores habilitados. Faria e Maia requereu autorização especial, a qual foi concedida, para no caso de não haver professores habilitados nos termos do art.º 135 do regulamento de 19 de setembro de 1902 poder propor outros que embora não possuíssem habilitação legal estivessem nas circunstâncias de reger interinamente cadeiras²⁸¹. A falta de professores habilitados obrigava ao encerramento das escolas por muito tempo e com a distância que separava as ilhas do continente era muito pouco provável a deslocação de professores para os Açores.

²⁸¹ BPAPD. DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB9 (1903-1904) [s.n]. 30 de maio de 1903, p. 1

Em 1907, na festa de final de ano da Escola Normal de Angra, Aniceto António dos Santos lembrou a importância e utilidade deste tipo de escolas nos Açores. Theotónio Paim de Bruges, como diretor, José Vieira d'Areia e alguns alunos dissertaram acerca de vários assuntos: Antero de Quental; a prática da ginástica e educação física; importância da mulher como mãe, filha e educadora; educação moral e as vantagens da instrução e o perigo do analfabetismo (*O Dia*, 1907, n.º711).

Os republicanos ansiaram pela criação de um ensino normal primário mais aproximado à pedagogia moderna e que contribuísse para o desenvolvimento intelectual dos professores. Havia professores nas ilhas a exercer funções que não tinham formação ou então não estavam preparados, segundo a imprensa, para divulgação da “educação republicana”.

A decisão de criar escolas normais apenas em Lisboa, Porto e Coimbra, teria levado, em 1914, a manifestações de indignação por todo o arquipélago, atendendo às suas características e insularidade. Pela imprensa divulgou-se os esforços do Governador Civil junto do Ministério da Instrução para que fosse mantida a continuidade do funcionamento das escolas normais dos Açores. *O Diário dos Açores* citou o decreto do governo que decretou a manutenção da Escola Normal de Ponta Delgada (Pavão, p.218). A importância da manutenção desta escola contribuía não só para a formação de professores, pela dificuldade que teriam em deslocar-se do continente, mas também pela dificuldade que seria, para os serviços de inspeção, a rápida substituição dos professores em casos de doença, evitando o encerramento prolongado das escolas primárias. Por outro lado, constituiria um atraso relativamente à formação que, embora com alguma lentidão, vinha sendo feita desde a República com vista a alcançar os princípios da Escola Nova. João de Deus Ramos que foi o relator da reforma do Ensino Normal em 1914 propôs uma melhor formação para os professores, tornando-se inadiável a

reorganização da escola, os programas e os métodos de ensino dos futuros professores, pois deles dependia a boa ou má orientação educativa (Barreto, 2006, p.118).

Em 1916 o ensino normal volta a ser objeto de legislação, mas só em 1919 é que se dá a verdadeira transformação republicana deste ensino e surgem as escolas de formação reformadas. As escolas normais e de habilitação ao ensino primário transformam-se em escolas primárias superiores e as novas escolas normais republicanas dão início à sua atividade em Lisboa, Porto e Coimbra (Pintassilgo, 2012, p.16).

A Escola Primária Superior de Ponta Delgada foi criada no 22 de novembro de 1919 realizando-se, neste dia, uma sessão solene presidida pelo Governador Civil para a inauguração desta instituição. O pessoal docente e os alunos mestres foram transferidos e estes últimos sujeitos a um exame de admissão. A escola passou a designar-se de “Teófilo Braga”, tendo sido nomeado diretor, Francisco Luís Tavares, antigo governador civil. Esta escola de formação onde passaram a aprofundar-se saberes de carácter geral adquiridos no ensino primário vinha colmatar uma lacuna deixada entre o 2.º grau e o ingresso no ensino liceal, ao mesmo tempo que podia habilitar os alunos que pretendessem aceder ao magistério. Os alunos tinham de ter entre 12 a 14 anos e funcionava em regime de coeducação. Deste modo, todos os que pretendessem ingressar nas Escolas Normais Primárias ou no Liceu tinham de possuir esta habilitação. O corpo docente desta escola era composto, na sua maioria republicanos, por professores e intelectuais oriundos de vários quadrantes com forte ligação à administração local: Silvano de Melo Carreiro (Língua e Literatura Portuguesa); Fernando Rego Costa (História da Civilização/História Pátria); Luís Botelho Mota (História da instrução popular em Portugal); major José Joaquim de Sousa (Geografia Geral e Geografia de Portugal e das colónias); capitão Benjamin Férin Coutinho (Matemática Elementar);

Abel Féris Coutinho (Ciências Físico Químicas e Naturais); Jaime Tavares Neto (noções de Higiene e Higiene Escolar); António de Medeiros Franco (Psicologia Experimental e Pedagogia); Luís Alves Pereira (Pedagogia Geral e História da Educação); Agostinho Leite Pacheco de Bettencourt (Metodologia); Egas de Castro (Educação Social); Humberto de Bettencourt de Medeiros e Câmara (Noções de Direito Usual e Económico); José Bruno Carreiro (Legislação comparada do ensino primário); Maria Evelina de Sousa (Noções de Economia Doméstica); Jacinto Vasconcelos Franco (Noções de Agricultura e Economia Rural); Jacinto Leite Pacheco do Canto (Modelação e Desenho); Floriano Vítor Borges (Trabalhos Manuais); Licínio Costa (Música e Canto Coral); Gabriel Tavares Silva (Educação Física); Cristina Carreiro Moniz (Costura e Lavoros). Como é possível depreender-se, pelo número e disciplinas propostas, a formação para um futuro professor era bastante ambiciosa ao contrário da formação anterior que se cingia apenas a uma formação simples, de carácter geral com base teórica, assente na Pedagogia e concluída pela formação prática nas escolas anexas. Na imprensa foram levantadas algumas considerações por se considerar o currículo para além de ambicioso também “pouco prático e pretensioso pelo carácter enciclopédico”.

A Escola Normal de Ponta Delgada deu início às suas atividades no ano letivo de 1922-1923 e abriu, oficialmente, no dia 22 de outubro, assumindo a sua direção António de Medeiros Franco. A idade mínima de ingresso era os 16 anos completos e a aprovação no exame do curso das escolas normais superiores ou o exame do curso geral dos liceus. O curso tinha a durabilidade de 3 anos. Os programas não diferiam muito da Escola Normal Superior, tendo-se incluído a aprendizagem das línguas. O curso abrangia a lecionação da língua portuguesa, das línguas francesa e inglesa, da aritmética, da geometria intuitiva, da geometria no espaço, da álgebra, das ciências físico químicas e naturais, da história geral e história de Portugal, da instrução moral e

cívica da higiene, da puericultura, da educação física, da modelação e desenho, dos trabalhos manuais e do canto coral (Pavão, p. 221). O corpo docente não divergia muito, era constituído por: Licínio Costa, Floriano Borges, Abel Férin Coutinho, Luís Alves Pereira, Benjamin Férin Coutinho, Jacinto Vasconcelos Franco, Jaime Tavares Neto, Luís Bernardo Leite de Ataíde, Humberto de Bettencourt de Medeiros e Câmara, José Joaquim de Sousa, Egas de Castro e mais tarde Maria Emília Salvador Benevides.

A Escola Primária Superior de Angra foi fundada em 1923. Foi seu diretor Teotónio d'Ornelas Bruges e faziam parte do corpo docente Henriqueta Lial Borges (Trabalhos Manuais), Maria Hilaria dos Santos (Desenho), Maria Dolores Lial Pinto (Música e Canto) e José Sebastião d'Ávila Júnior (*O Povo*, 1923, p.205).

Em Angra, nesse mesmo ano, reuniram-se os alunos para tratarem da abertura da escola, alegando que o Ministro da Instrução Pública protelava esse assunto retardando as admissões. A 25 de outubro *O Povo* referiu-se às escolas superiores como uma instituição das democracias modernas, pois contribuía para a cultura prática e rudimentar das classes populares (*O Povo*, 1924, n.º354).

O seu encerramento foi decretado a 8 de junho de 1926 apesar da falta de ensino complementar nas ilhas. A Escola Normal teria sido encerrada dois anos depois, em 1928, por motivo de contenção da despesa pública o que conduziu a grande contestação pela falta de professores nas ilhas o que levou a reconsiderar-se a sua abertura. Determinava-se, então, que deveria ficar à responsabilidade da Junta Geral, nos termos do Estatuto dos Distritos Autónomos, a sua instalação e funcionamento.

O 1.º quartel do século XX foi decisivo para a profissionalização dos professores. Segundo Nóvoa, a consolidação das instituições de formação, bem como

do movimento associativo docente foram decisivas para a afirmação dos professores como corpo profissional (Nóvoa, 2005 p. 93).

7.2 – Cursos e Conferências

A realização de conferências e de palestras sobre a educação e ensino já não constituía uma novidade entre os açorianos como o atesta a imprensa do final do século XIX. Até 1901, deveriam ser presididas pelo Comissariado de Estudos e serviam para a unificação de procedimentos a nível da metodologia e como forma de controlo da atuação dos professores. O relatório da Liga Micaelense fez referência à apresentação de Francisco Afonso Chaves que já nos finais do século XIX, como membro da Junta Escolar do Concelho de Ponta Delgada, terá promovido uma série de conferências pedagógicas sobre o método de ensino *Froebel* de que possuía um completo conjunto de material (brinquedos) que foi muito apreciado. Estas conferências, segundo constam do mesmo relatório, tiveram um grande alcance para os professores que desconheciam os novos métodos pedagógicos, “tanto demonstrativos como reflexivos”, diferentes do sistema de ensino repentista intuitivo de Castilho que na época era usado, com frequência, em S. Miguel²⁸². Sobressaía já a preocupação com a modernização dos métodos educativos com a divulgação de novas pedagogias e as dificuldades com que se debatia o professorado. Justino de Magalhães refere-se às conferências como sendo um movimento significativo deste período, pois incluíam comunicações, debates e a transmissão de aulas experimentais (modelares) que eram confiadas aos professores mais reconhecidos (Magalhães, 2010, p.249).

Nos Açores, as conferências teriam nascido, essencialmente, com caráter formativo e a sua realização regular adquiriu uma maior evidência no início do século XX por ação e dinâmica de alguns inspetores e, às quais, se dava grande destaque nos relatórios da inspeção. Através destes era possível avaliar o tipo de atividade realizada e compreender a orientação metodológica seguida. Tinham como objetivo a orientação

²⁸² BPARPD, LMIP. - *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*. (1910 – 1913). p.49.

pedagógica e profissional dos professores. Segundo Luís Dias começa por fazer-se referência a elas, nas instruções aos inspetores, a partir de 1867 (Dias, 2000, p.72).

A maioria das conferências realizada partiu da iniciativa particular através do apoio de instituições e associações beneméritas. Estas, na sua maioria, contaram com o apoio dos inspetores que as integravam, atribuindo-lhes um carácter oficial. Estas conferências pretendiam colmatar a falta de livros de esclarecimento e atualização dos professores.

Os assuntos mais versados nas primeiras conferências eram a alfabetização e a importância da escolarização. Para a alfabetização defendia-se a utilidade dos cursos móveis e noturnos, o uso da Cartilha Maternal, a proteção das instituições beneméritas e a importância da iniciativa particular no combate ao analfabetismo. Para o tema da escolarização destacava-se a importância do prosseguimento de estudos, o enriquecimento cultural e a aquisição de conhecimentos após a escola primária.

No início do século XX, os pedagogos, professores e outras personalidades ligadas ao ensino, para além dos artigos publicados na imprensa, realizaram ou participaram em congressos, colóquios e conferências, versando sobre variadíssimas temáticas, com o objetivo de transmitir conhecimento e como meio de propaganda do ideário republicano.

As conferências pedagógicas destinadas a debater as questões do ensino versavam acerca dos métodos de ensino europeus, novas práticas pedagógicas e psicologia do desenvolvimento. Estas, apesar de destinadas aos professores, também estavam abertas ao público em geral.

Posteriormente, estas conferências, passaram a ser promovidas pela inspeção escolar e a sua organização e realização passou a fazer parte das prerrogativas dos

inspetores. Eram também presididas por eles ou por alguém por eles designado para os representar. Propostas pela Direção Geral do Ensino ou recomendadas pela 1.^a Repartição de Instrução Primária e Normal eram designadas por Conferências Pedagógicas. Nelas se incluíam comunicações, debates, comentários bibliográficos e aulas experimentais (modelares) pelos professores mais reconhecidos e teriam dado grande contributo à constituição das didáticas (Magalhães, 2010, p. 250).

Em 1918, mais precisamente nos dias 25, 26 e 27 de março, durante o período da Páscoa foi realizada uma conferência destinada a todos os professores do Concelho de Ponta Delgada. Apesar da boa vontade do inspetor Manuel Inácio de Arruda tornou-se impossível o envolvimento dos professores dos concelhos mais longínquos, como o Nordeste, a Povoação e Vila Franca do Campo. Constituiu uma barreira, não apenas a distância física devido às deficientes vias de comunicação, mas também às dificuldades económicas dos professores, pois os meios de transporte eram dispendiosos no distrito, como foi justificado, por ofício. Manuel Inácio de Arruda oficiou ao Ministério de Instrução Pública, do modo como tinham sido organizadas as ditas conferências. Segundo ele, no 1.^o e 2.^o dia foi feita a exposição de métodos e processos de ensino das disciplinas que constituíam o programa das escolas primárias, debate que foi aberto a todos os assistentes. Reservou-se, tal como por direito, de criticar cada método exposto, “subordinando-o ao moderno critério pedagógico” do que resultou mostrar as deficiências ou acentuar o que considerava ser as vantagens dos melhores processos expostos, frisando as necessidades, por exemplo, da educação física. No último dia, Manuel Inácio de Arruda referiu ter feito uma larga dissertação subordinada ao tema: *Importância dos métodos e processos pedagógicos: descrição e divisão dos factos psicologicos e aplicação das faculdades intelectuais aos diversos conhecimentos ministrados na escola primária*. Na referida dissertação acentuou a necessidade do

equilíbrio intelectual na educação, no seu sentido lato, e o meio de o conseguir com o auxílio de métodos e processos científicos. Fez referência “à evolução dos processos”, exemplificada com os empregados no ensino da leitura que também foi discutida por alguns assistentes, procurando que se mantivesse o interesse no debate²⁸³.

A ilustração dos professores que viviam isolados, em locais de difícil acesso, sem acesso a livros, periódicos e a eventos culturais passou a ser uma preocupação da imprensa local. A imprensa fazia referência à falta de conhecimento de muitos professores e Evelina de Sousa chegou mesmo a afirmar na *Revista Pedagógica* que os professores liam pouco cingindo-se, muitos, aos conhecimentos adquiridos só na escola de habilitação ao magistério.

O inspetor interino de Angra, Machado Tristão, elaborou um plano de conferências abertas aos professores e a todos os cidadãos que se quisessem inscrever. Na sessão de abertura dissertou, acerca do ensino laico, procurando demonstrar que na história de todos os povos a moral preexiste à religião e como ela evoluciona, e que nos livros sagrados encontram-se preceitos que não se coadunam com a moral moderna devido a atos atribuídos aos deuses (*O Tempo*, n.º 1601, 1911). Estas conferências para professores ambicionavam alargar o conhecimento, embora fossem mais direcionadas para a ciência pedagógica, transmitindo pedagogias, práticas e métodos pedagógicos e de outros assuntos direta ou indiretamente relacionados com o ensino.

Os palestrantes, geralmente, eram convidados e eram professores ou homens cultos da sociedade que conheciam os meios pedagógicos europeus e americanos, como José Sebastião D'Ávila Júnior, Joaquim Machado Tristão, Inácio Cardoso Valadão,

²⁸³ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. L.º 8. N.º 95 de 30 de março de 1918, pp.210 a 214.

capitão Goulart de Medeiros, Francisco Faria e Maia, Manuel Inácio d'Arruda, Maria Evelina de Sousa, entre outros.

Realizaram-se, ainda, outro tipo de conferências para os professores destinadas a promover a alfabetização. A preocupação com o analfabetismo e a aplicação e promoção do método da Cartilha Maternal de João de Deus exigia dos professores, a formação necessária para a realização de missões em toda a ilha.

No dia 20 de janeiro de 1907 Salazar d'Eça, secretário-geral da Associação de Jardins-Escola João de Deus e professor da Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus realizou, na vila da Praia, uma conferência sobre o método João de Deus e durante o período de 20 a 23 percorreu as escolas da Praia, Cabo da Praia, Fonte do Bastardo, Fontinhas, Vila Nova e Biscoitos, expondo aos respetivos professores, as 25 lições que compunham o referido método (*O Tempo*, 1906, n.º364). Numa das viagens que realizou com destino a Angra propôs, à redação da *Revista Pedagógica*, a realização de uma conferência sobre a Cartilha Maternal e as vantagens da aplicação do método João de Deus que foi aceite em Ponta Delgada. A dita conferência foi realizada a 2 de fevereiro de 1907, onde demonstrou a familiaridade que tinha com o método, após ter salientado as modificações por que se via obrigado a passar, tirando de cada defeito da pronúncia regional micalense matéria, para a exposição intuitiva do mesmo método.

Pela iniciativa da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense e da Liga Micalense de Instrução foram publicadas nos jornais, as conferências pedagógicas realizadas pela Associação das Escolas Móveis pelo método de João de Deus e posteriormente realizadas diversas conferências sobre a aplicação prática do mesmo e que tiveram grande afluência. O mesmo jornal incitou à participação das mulheres pela

importância que estas teriam na sua aplicabilidade enquanto mães e educadoras (*O Dia*, 1906, n.º 553).

Salazar d'Eça iniciou uma missão a partir do dia 1 de setembro de 1906 e foram realizadas diversas conferências em Angra que se destinavam a angariar inscrições de alunos analfabetos para os cursos noturnos e diurnos. A 1.ª serviu para exposição do referido método que começou por uma alocução de homenagem ao poeta João de Deus e à sua obra e onde apresentou a superioridade do método racional e intuitivo. Atendendo às mulheres que se encontravam presentes analisou o papel social da mulher e demonstrou a necessidade e a importância que elas teriam em ministrar a primeira instrução aos seus filhos (*O Tempo*, 1906, n.º 286). Na última conferência realizada mostrou a caligrafia adotada, no ensino do método, executada por um aluno com 12 anos que comprovou, publicamente, a eficiência através da leitura de um texto, das perguntas que lhe foram colocadas e a execução escrita através do que lhe foi ditado (*O Tempo*, 1906, n.º 298).

No dia 27 de maio, do mesmo ano, João de Deus Ramos, a convite da Sociedade Promotora de Instrução Terceirense, também se terá deslocado a Angra onde realizou, na escola oficial do sexo masculino da freguesia da Sé, pela uma hora da tarde, duas conferências para propaganda do método João de Deus que segundo a imprensa diária teriam registado uma elevada participação.

A promoção e realização regular de conferências, colóquios e saraus realizados em S. Miguel e na Terceira serviu também para a obtenção de receitas com fins beneméritos para organismos e associações que apoiavam direta ou indiretamente o ensino público. Logo no início do século, para a criação da Instituição *Século XX*, por exemplo, o produto das receitas da realização de récitas e conferências foi de

586\$090²⁸⁴. Também na Terceira, a Associação Protetora de Crianças Pobres com ligação à Cozinha Económica promovia, regularmente, conferências e palestras com vista a fins “caritativos e educadores” (*O Tempo*, 1906, n.º86).

Na imprensa republicana do arquipélago era comum a publicação dos Congressos da Liga Nacional de Instrução que depois originavam colóquios locais quer na Terceira, quer em S. Miguel onde se debatiam os assuntos tratados, como forma de esclarecimento e propaganda. Aconteceu com o I Congresso que desencadeou uma série de debates e artigos publicados sobre a remuneração condigna dos professores; a emancipação das crianças dos métodos pedagógicos “tirânicos”; a extinção do aspeto religioso nas escolas; o combate ao analfabetismo e a propagação da instrução primária.

O mesmo se verificou com os Congressos realizados em 1912 e 1914 em que se destacaram duas teses de Virgílio Santos e Rosa e Alberty sobre a prática dos trabalhos manuais que foram publicadas na íntegra na *Revista Pedagógica*. Estas conferências despoletaram tal interesse nos sócios da Liga Micaelense que estes subsidiaram um curso de trabalhos manuais às professoras Palmira dos Santos Jorge e Pulsena Estrela da Costa, no Porto, que estas depois vieram a difundir aos outros professores do Círculo, por intermédio de conferências²⁸⁵.

A Liga Micaelense de Instrução e Sociedade Promotora Terceirense, aquando do lançamento das missões agrícolas promoveram conferências e divulgaram trabalhos práticos de agricultura em ambas as ilhas e em diversas localidades.

Em 1911 foi anunciada a realização de uma conferência sobre agricultura, na Câmara Municipal em Vila Franca, pelo agrónomo distrital José Canavarro Faria e Maia (*A Pátria*, 1911, n.º 25). No ano seguinte, para a implantação da escola agrícola *Maria*

²⁸⁴ PSM, “Século XX”. *Livro de Atas da Direção* (1902 – 1932), ata de 6 de junho de 1902.

²⁸⁵ BPARPD, DEPD - LB1 *Livro da Inspeção*. (1913). N.º 184, 7 de janeiro, p.250.

Christina foram realizadas conferências, para o efeito, nas seguintes freguesias do concelho da Ribeira Grande: Ribeirinha, Ribeira Seca, Lomba de Santa Bárbara, Rabo de Peixe, Porto Formoso, Fenais, Calhetas, Pico da Pedra, Maia, S. Braz, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Estrela e, ainda, em algumas freguesias do concelho de Ponta Delgada, como Capelas, Santo António e Fenais da Luz²⁸⁶. Estas conferências eram da responsabilidade do regente agrícola distrital e do diretor da missão agrícola, Guilherme Joaquim da Matta²⁸⁷.

Também os Centros Escolares procuraram promover conferências e palestras em ambas as ilhas com vista ao esclarecimento dos professores. Nos Açores, assumiram um papel praticamente reivindicativo e como núcleos de propaganda republicana constituíram importantes centros de formação para professores, através da promoção do “aperfeiçoamento da atuação dos professores” e da formação pedagógica.

Periódicos locais fizeram alusão a palestras e conferências realizadas pelos centros republicanos onde, com frequência, era debatida a falta de praticabilidade do ensino com críticas à metodologia tradicional, a falta das condições físicas e pedagógicas das escolas e a pouca adequação que estas tinham relativamente aos novos métodos pedagógicos que iam surgindo. Evelina de Sousa terá afirmado na *Revista Pedagógica* que os centros escolares no arquipélago se dedicaram, essencialmente, à realização de conferências, a comunicações, a discussões sobre assuntos pedagógicos, especialmente, os que se relacionavam com o ensino infantil e primário (*Revista Pedagógica*, 1909, n.º 101). Enquanto representante do Centro escolar de Ponta Delgada, Evelina, por recomendação de Casimiro Freire, um dos fundadores das escolas móveis, terá convidado João de Deus Ramos, para realização de conferências sobre o

²⁸⁶ LMIP - *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública*, 1912.

²⁸⁷ BPARPD, LMIP - *Recortes de Jornais*, “A República” de 8 de fevereiro de 1912, ct.1.

método. A organização da recepção a João de Deus Ramos ficou a cargo do Centro Escolar e de Evelina de Sousa que lhe escreveu, dizendo-lhe que “punha à disposição os seus limitadíssimos préstimos em Ponta Delgada e que quando chegasse a S. Miguel iria ter ocasião de presenciar o amor que tinha pela instrução e que a favor dela chegava até onde lhe era possível”²⁸⁸.

Mais tarde, em Ponta Delgada, ainda surgiram outro tipo de conferências (também assim designadas) dirigidas às crianças de todas as escolas oficiais e particulares da cidade. Este tipo de conferências partia também da iniciativa particular.

Em 1914, numa carta enviada ao professor Francisco António de Medeiros, pelo inspetor de Ponta Delgada, este informou que o Coronel Francisco Afonso de Chaves e a direção da Associação dos Bombeiros Voluntários da cidade colocavam à disposição uma lanterna de projeção e a sala daquela Associação, para a realização de conferências às crianças das escolas oficiais e particulares que quisessem assistir. O referido professor foi convidado a fazer preleções sobre “Sciencias Naturaes – Zoologia” para o que lhe foram fornecidas as chapas necessárias²⁸⁹. A sua realização só foi possível graças ao auxílio pecuniário que tinha sido requerido à Liga de Instrução Micaelense.

A realização de inúmeras conferências, em ambas as ilhas, versaram acerca dos mais variados assuntos, com primazia pelos de cariz técnico-pedagógico, contribuindo para a formação contínua e para a atualização científica dos professores. Estas, também, terão despertado a consciência de classe que saiu reforçada pelo debate metodológico, contribuindo para a uniformização de procedimentos, de modo a articular o funcional, o orgânico, a atualização científica e profissional (Magalhães, 2010, p.250). As

²⁸⁸ MJD – *Correspondência de João de Deus Ramos*, carta enviada por Evelina de Sousa, datada de 31 de julho de 1907.

²⁸⁹ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 1912/13 n° 71 de 1 de abril de 1914, pp.83.

conferências, quer partissem da iniciativa particular, quer se devessem à inspeção, procuraram transmitir conhecimentos, mantendo viva a atualização pedagógica.

Para além da formação e atualização do professorado em termos pedagógicos, as conferências eram espaços onde os professores partilhavam, não só, as problemáticas que afetavam o ensino, mas também contribuía para a consciencialização do professorado enquanto classe. Em relatório enviado para Lisboa salientava-se o facto de se aproveitar as conferências para afrontar a autoridade inspetiva (Pavão, 2008, p.28). Deixaram de ser apenas o local onde os intervenientes partilhavam as atividades e os novos métodos de ensino, mas também para expressarem o seu descontentamento e demonstrarem a sua crescente insatisfação. Os intervenientes nos congressos e conferências passaram a dar relevância ao espírito reivindicativo (Nóvoa, 2005, p.43).

7.3 – Professores Ilustres

7.3.1 - Joaquim Machado Tristão

Joaquim Machado Tristão foi inspetor do Círculo Escolar da Horta. Em 1910 foi nomeado subinspetor interino do Círculo Escolar de Angra²⁹⁰.

Era professor oficial na freguesia de Belém, na Terra Chã, onde fundou a biblioteca escolar João de Deus e o museu escolar Teófilo Braga. A inauguração foi no dia 22 de fevereiro de 1908, tendo-se realizado uma grande festa que envolveu toda a comunidade.

Defensor dos ideais e valores cívicos republicanos acreditava que a instrução conduziria à ambicionada regeneração social. A comprová-lo, a realização de cursos para adultos e missões escolares. Com o apoio da Sociedade Promotora realizou uma missão pelo método João de Deus, na Terra Chã, no dia 26 de janeiro de 1907. Promoveu conferências, com vista à instrução popular, tendo realizado a 5.^a conferência promovida pela Sociedade Promotora, no dia 16 de dezembro de 1906, em Angra.

Diretor e proprietário do jornal *A Voz do Professor*, em 1909 associou-se ao movimento da “liga da imprensa”. Este periódico valorizou a luta associativa docente e manteve ligações à Liga Nacional de Instrução, pugnando por melhores condições de vida e trabalho dos professores e pela dignificação da carreira docente. Designou *A Voz do Professor* como órgão da Associação do Professorado Primário Terceirense. Publicou, no mesmo jornal, os estatutos da associação que designou de *União e Progresso*. Esta Associação tinha o objetivo, segundo os estatutos, de “velar pelo incremento da instrução”. Previa também, nos seus estatutos, a realização de

²⁹⁰ Joaquim Machado Tristão tomou posse como subinspetor interino, no dia 16 de novembro de 1910.

conferências e palestras sobre determinadas matérias, com fins educativos e fundou uma biblioteca composta exclusivamente por livros pedagógicos e científicos, para leitura domiciliária. Este periódico teve apenas a duração de dois anos e desconhece-se a razão do seu encerramento e o destino da referida Associação.

Grande ativista republicano foi um dos membros fundadores da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense e um defensor dos ideais republicanos. Ativo jornalista foi colaborador em vários jornais, de entre os quais se destaca a *Revista Pedagógica* micaelense. Machado Tristão em 1913 regressa à cidade da Horta onde foi promover a *Festa da Árvore*.

7.3.2 - Inácio Cardoso Valadão

Inácio Cardoso Valadão era filho de um lavrador abastado de Vila Nova e formou-se pela Escola Distrital de Angra.

Professor primário e também um ativista da educação foi responsável pela 2.^a missão pelo método João de Deus em Vila Nova, no 12 de agosto de 1907, e deu por concluída a mesma, a 19 de janeiro.

Fez parte da Assembleia da Associação Promotora e foi um dos seus membros fundadores. Realizou também uma Conferência promovida por esta Associação, em 1906 e iniciou uma série de missões, pelo método João de Deus. A primeira foi em S. Bartolomeu com início a 26 de janeiro de 1907, tendo encerrado no dia 29 de julho do mesmo ano. Teve bastante sucesso com a missão, uma vez que de 50 alunos desistiram apenas 8 no segundo mês e 4 abandonaram a missão depois de saberem ler. A festa de encerramento da missão contou com a presença de João de Deus Ramos. Este convidou-

o, como colaborador, para uma nova missão na freguesia de Vila Nova que iniciou em agosto de 1907.

Fundou uma biblioteca rural e, em homenagem, ao capitão Manuel Goulart de Medeiros²⁹¹ atribuiu-lhe esse nome (*O Dia*, 1908, n.º921). Esta biblioteca, que contou com o apoio de João de Deus Ramos, também fez empréstimos domiciliários. Para além de ter o apoio da Sociedade Promotora teve também o apoio da imprensa na angariação de fundos.

Foi diretor, proprietário e editor, da revista quinzenal para a infância, *Jornal da Crença* criada em 1913, na freguesia da Ribeirinha. O primeiro número saiu no dia 5 de outubro de 1910. Direcionada para a formação cívica, a revista procurou transmitir os valores cívicos republicanos, do culto da Pátria e da *Festa da Árvore*. Apresentou alguns trabalhos realizados pelas crianças e descreveu jogos para a infância.

Foi diretor do jornal bissemanal *O Povo* entre 1921 e 1924 e foi colaborador do *Tempo*, da *Revista Pedagógica* e de *A Voz do Professor*.

Pela sua apetência e facilidade no uso do método, foi convidado por João de Deus Ramos a promover uma missão ao serviço da Associação das Escolas Móveis no continente, onde permaneceu durante dois anos.

²⁹¹ Manuel Goulart de Medeiros foi o mentor da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense.

7.3.3 - José Sebastião d'Ávila Júnior

José Sebastião d'Ávila Júnior era professor oficial da freguesia da Feteira, no concelho de Angra do Heroísmo, e também dava aulas particulares.

Foi membro fundador da Sociedade Promotora da Instrução e chegou a assumir a presidência da Sociedade. Republicano convicto realizou a 4.^a conferência promovida pela Sociedade Promotora, no dia 7 de dezembro de 1906. Com o apoio da Sociedade criou uma biblioteca popular domiciliária, em 1907, por sugestão do capitão Goulart de Medeiros. Para o efeito realizou no Club Popular Angrense, uma reunião no dia 19 de fevereiro de 1907, para promoção da referida biblioteca. Como membro do Club angariou fundos para a fundação da biblioteca, para a qual, também teve o apoio da imprensa. No ano seguinte, em 1908, fundou um museu escolar que designou de Marquês de Pombal e foi inaugurado no dia 5 de janeiro de 1908.

Sebastião d'Ávila Júnior realizou missões pelo método de João de Deus em parceria com a Associação das Escolas Móveis. Tirou um curso que concluiu, no dia 10 de março de 1907, distinguindo-se na sua aplicação, tendo tido um aproveitamento excelente.

Foi um jornalista ativo e colaborador de vários jornais, incluindo a *Revista Pedagógica* micaelense. Foi diretor e proprietário dos jornais semanários republicanos *O Alarme*, que criou em 1911, e de, *O Futuro* em 1917. Foi também diretor e proprietário do semanário republicano independente *A Luta* no ano de 1922.

Como professor exerceu ainda, na escola primária superior, criada em 1923 e também na Escola Normal de Angra.

Amigo e colaborador de Evelina de Sousa organizou uma festa para a receber, juntamente, com Alice Moderno em 1924, em casa de D. Brites Silva.

7.3.4 - Francisco Faria e Maia

Francisco Machado Faria e Maia, homem culto, com uma formação em Direito pela Universidade de Coimbra aliou uma mentalidade aberta ao estudo profundo da pedagogia. Dedicou grande parte da sua vida a atividades com vista à modernização do ensino e ao progresso da escola, porque viu nela “a mais poderosa alavanca” para a regeneração de um país (*Diário dos Açores*, 1905, n. °4213).

Conhecedor dos problemas nacionais do ensino e a par das experiências pedagógicas no estrangeiro, ao comparar as instituições escolares Suíças com as portuguesas, afirmou que o grande problema do ensino em Portugal se centrava num aspeto: as leis portuguesas formuladas para o ensino regulavam instituições ainda não criadas, ao contrário da Suíça que regulavam instituições criadas. Os pedagogos, professores, etc., através de conferências, congressos e revistas procuravam indicar aos poderes públicos os aperfeiçoamentos e melhoramentos a introduzir no ensino público. Em Portugal, as reformas convertidas em decretos e regulamentos permaneciam no domínio do abstrato, tendo por base, as de outros países, desde 1834 (Maia, 1927, p. 92). Os legisladores limitavam-se a copiar os sistemas escolares europeus sem que procurassem adaptá-los à realidade portuguesa.

Este facto era agravado pela corrupção que se fazia sentir entre alguns municípios e os senhorios, no caso dos arrendamentos das casas de escola. Os contratos

de arrendamento constituíam uma atribuição utilizada, frequentemente, como arma política, em que a primeira condição para a casa ser arrendada era o proprietário pertencer à mesma linha política (Maia, 1909, pp.118-119). A má administração do ensino, no círculo escolar de Ponta Delgada, provocada por esta situação, levou Faria e Maia a avançar com a proposta de elaboração de uma lei que tornasse obrigatório, para as câmaras, o arrendamento apenas dos edifícios expressamente construídos para escolas e garantisse aos proprietários a renda a tempo e horas. As pessoas que, nas diversas localidades, estavam dispostas à construção desses edifícios, com vista à obtenção de melhores condições higiénicas e pedagógicas, recusavam-se a arrendá-los por falta de garantia de pagamento.

A outra proposta que apresentou designou-a como “lei da centralização/descentralização escolar”. A descentralização, que tinha sido bem aceite pelos professores, perante a incompetência de algumas câmaras conduziu a que defendessem uma tese ambígua: por um lado eram favoráveis à descentralização e, por outro, consideravam-na impeditiva do desenvolvimento cultural (Nóvoa, 1987, p.538). A descentralização, por um lado permitia alguma autonomia relativamente à aplicação da legislação nos concelhos mas, por outro, algumas câmaras votavam desinteresse total nas questões relativas ao ensino.

Faria e Maia foi acusado de defender a centralização do ensino mas, na realidade, nunca a defendeu. Segundo ele, a descentralização das instituições era importante porque assentava na autonomia relativa das localidades, exemplificando com a Suíça, em que a organização de toda a instrução se encontrava a cargo das corporações locais, a que devia o seu desenvolvimento (Maia, 1912, p.109). Defendeu apenas a centralização como forma de combate às autoridades administrativas camarárias que, segundo ele, detinham demasiadas atribuições. Apesar de aparentemente ambígua a sua

posição era partilhada por muitos professores, em todo o país. Ele não propôs uma centralização dos serviços escolares nos municípios, mas nas subinspeções escolares e a descentralização de muitas das atribuições da competência da Direcção-Geral e das inspeções naquelas repartições. (Maia, 1909, p.125). A forma de centralização nas subinspeções evitaria as demoras excessivas no pagamento aos professores e no fornecimento de mobília e utensílios escolares. Para além de estarem mais aptas a administrar, uma vez que estavam mais próximas, estas instituições tinham maior conhecimento das necessidades das escolas e dos seus professores e evitariam as demoras devido à grande complexidade da organização burocrática da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (Maia, 1909, p. 129). A forma de organização que foi proposta por Faria e Maia centralizava os serviços nas subinspeções, de forma a facilitar e a evitar os impedimentos burocráticos.

A posição de Faria e Maia, embora tivesse sido mal interpretada, correspondia, como foi referido, à posição de descontentamento da maioria do professorado e o modo como via o abandono em que tinham caído as escolas, devido à corrupção de alguns elementos camarários.

Faria e Maia procurou, igualmente, impulsionar a iniciativa particular, à semelhança de outros países, de forma a criar comissões de beneficência e ensino no Círculo Escolar de Ponta Delgada como forma de promover a frequência escolar. Defendeu a criação de sociedades a favor do ensino, que considerava serem poderosas auxiliadoras dos esforços oficiais que, quando desenvolvidas, podiam instituir caixas económicas, cantinas escolares e mesmo, colónias infantis (Maia, 1909, p.38). Incentivou o professorado a uma propaganda ativa do ensino e valorizou os seus esforços individuais.

Francisco Faria e Maia era um conhecedor e analista profundo das obras pedagógicas publicadas no estrangeiro, assim como dos métodos e processos de ensino usados, das medidas adotadas pelos governos de outras nações, aliadas à boa vontade das corporações e iniciativa particular (*Diário dos Açores*, 1905, 4213). Apesar disso, tinha plena consciência do estado em que se encontravam as finanças portuguesas, o que, agravado pela instabilidade política e pelo indiferentismo das corporações locais, impedia a pronta solução dos problemas do ensino. Acreditava que do Estado não se devia esperar tudo, e que este necessitava do esforço coletivo e da iniciativa particular para a concretização de alguns ideais educativos (Maia, 1909, p. 37). Segundo ele, as reformas do ensino não poderiam produzir qualquer efeito enquanto o povo não entendesse as vantagens da instrução para a poder defender. Por isso, considerava que, em primeiro lugar, se devia iniciar uma propaganda ativa do ensino.

Mais do que combater o analfabetismo, Faria e Maia pretendia que o povo português compreendesse a importância da escola e que só por ela se alcançaria a consciência coletiva. Para Faria e Maia, a consciência coletiva consistia no estágio superior de um povo civilizado, sem a qual a soberania popular não passava de uma mera ficção. “Combater a ignorância consiste em impedir o desalento, a descrença e o pessimismo que conduz à passividade anuladora de quem crê num fatalismo inexorável e invencível” (*Revista Pedagógica*, 1906, n. °1). Segundo ele, a única forma que havia de exercer esse civismo era lutar a favor do desenvolvimento da educação nacional e não pela adesão a chefes políticos, que, isolados, não teriam força suficiente e a sua ação nunca seria eficaz, se não incidisse sobre um povo ilustrado e consciente. De outra forma, a tão ansiada regeneração nacional ficaria impossibilitada e, mesmo que se registasse algum empenhamento por parte de partidos ou de bons chefes políticos, a atividade deles seria sempre restrita.

7.3.5 - Maria Evelina de Sousa

Como as posições anteriores, Evelina de Sousa acreditava que só através da conjugação de esforços era possível a concretização de projetos com vista ao desenvolvimento da instrução primária e do ensino público em geral (*Revista Pedagógica*, 1911, n.º 170). Acreditava, verdadeiramente, na descentralização do ensino e na autonomia das instituições.

Em 1910, apresentou à Comissão Administrativa Republicana da Câmara de Ponta Delgada um plano de remodelação do ensino primário oficial da cidade. O plano de remodelação do ensino foi publicado na íntegra no n.º 162 da *Revista Pedagógica* de 1 de dezembro de 1910.

Segundo Evelina, para que se tornasse efetiva a lei da obrigatoriedade de ensino, seria necessário começar por fazer o recenseamento das crianças em idade escolar em todas as freguesias, pelos registos de batismo e não de porta a porta, como era feito, porque acreditava existir uma população escolar superior a 2000 crianças. Referiu o facto de não existir em Ponta Delgada um número suficiente de escolas paroquiais para este número de alunos, sendo necessária a criação de, pelo menos, quatro escolas centrais. Ao pugnar pela criação deste tipo de escolas, Evelina tinha consciência de que a Câmara gastava uma verba superior com o subsídio que disponibilizava a estabelecimentos de ensino particular dentro da área da cidade. Propôs a inclusão das diferentes associações que lutavam pelo mesmo objetivo: *Século XX*, comissões de beneficência e ensino, Liga Micaelense de Instrução Pública e Associação Filhas de Maria. Pensava que entre estas instituições devia haver uma coesão que as unificasse e as juntasse ao elemento oficial, estabelecendo-se, entre todas, um auxílio mútuo que originaria uma excelente organização da instrução popular. Viabilizava o seu projeto da

seguinte forma: “Os dois edifícios pertencentes ao *Século XX* alojariam as duas escolas centrais da freguesia de S. José, uma vez que esta era a mais extensa e populosa freguesia da cidade. Conservar-se-ia o edifício escolar da rua Teófilo Braga, onde funcionariam duas classes (a 1ª e a 2ª, por exemplo) e as outras duas no edifício da Avenida Roberto Ivens, que só tinha duas salas. Apenas com esta modificação, a Câmara economizaria a renda de três casas de escola: Santa Clara, Ramalho e a aula sita na Praça 5 de outubro. A Associação *Século XX* desobrigada da despesa dos professores tomaria a seu cargo a fundação de cantinas escolares, auxiliadas pelo ‘vintém’ semanal atribuído pelos alunos das respetivas escolas”.

Quanto às comissões de beneficência e ensino da cidade, tomariam a seu cargo o fornecimento do material de ensino aos alunos, tais como livros, papel, penas, lápis, tinta, etc. e a Liga Micaelense de Instrução encarregar-se-ia das oficinas para os alunos de ambos os sexos: marcenaria, carpintaria e alfaiataria etc., para os alunos do sexo masculino e *ateliers* de costura, bordados etc., para o sexo feminino. A Associação “Filhas de Maria”, por sua vez, teria por missão fornecer vestuário às crianças absolutamente pobres que, por falta dele, muitas vezes deixavam de frequentar as escolas. Esta podia ainda ceder o edifício que possuía na Rua Mãe de Deus para uma oficina de costura. O Centro Republicano que se pretendia estabelecer, em vez de abrir uma escola, podia, se quisesse, capitalizar o dinheiro que gastaria anualmente com a manutenção da mesma, destinando esse capital para a construção de edifícios escolares em condições higiénicas e pedagógicas, contribuindo para que do orçamento da Câmara desaparecesse a verba para a renda das casas de escola. Para a Câmara ficaria apenas o encargo da manutenção do pessoal docente e do “pessoal inferior” das escolas, pertencendo-lhe ainda a sustentação dos cursos noturnos, como parte correlativa dos diurnos. Os cursos noturnos tinham por fim evitar a desculpa dos pais que afirmavam

não mandar os filhos às escolas por não poderem prescindir dos seus salários. Dessa forma, as crianças ficavam dispensadas de frequentar as aulas diurnas, mas obrigadas a frequentar os cursos noturnos” (*Revista Pedagógica*, 1914, n.º 291). Para Evelina de Sousa, após conjugados todos os esforços, quer oficiais, quer particulares, a cidade de Ponta Delgada ficaria, possivelmente, com uma organização de ensino verdadeiramente modelar.

A proposta apresentada, embora fosse idealista, não era impossível, uma vez que todas estas instituições trabalhavam com a mesma finalidade.

Nos Açores, a falta de meios e o desinteresse demonstrado por algumas câmaras, relativamente ao ensino, conduziram à defesa de uma política baseada na união de esforços, como a única e a melhor forma de combater o analfabetismo.

Em todas as propostas apresentadas procurou considerar-se, comparativamente, a organização da instrução pública de outros países, embora a realidade escolar nacional não fosse descurada. Havia a consciência de que não bastaria copiar outros modelos de ensino porque não era certo que resultassem em Portugal, pelo que, havia que criar um modelo próprio adaptado à realidade nacional.

Estas três empenhadas intervenções são bem demonstrativas, por um lado, da debilidade e desorganização do ensino primário público no distrito de Ponta Delgada, nesses inícios do século XX. Com efeito, verifica-se uma absoluta concordância de pontos de vista quanto à reduzida percentagem de crianças em idade escolar a frequentar a escola. Unanimidade de pontos de vista, igualmente, sobre a necessidade de um empenhamento da sociedade, quer quanto à “propaganda ativa” a favor da instrução primária, quer quanto à conjugação de esforços particulares para a melhoria e racionalização do sistema de ensino.

Um outro aspeto, não menos importante, era o da crítica ao modelo de administração municipal no respeitante às suas obrigações ao nível do ensino público. Só com uma alteração significativa nessa prática seria possível diminuir os níveis de analfabetismo da população do distrito. E, nesta perspetiva, faziam-se comparações com outros países, sempre desfavoráveis à realidade portuguesa.

7.3.6 - Manuel Inácio de Arruda

Inácio de Arruda, que iniciou as suas funções como subinspetor escolar depois de Faria e Maia, acreditava que o atraso verificado no ensino primário em Ponta Delgada se devia ao facto de a maior parte das instituições se encontrarem dependentes do governo central. Este foi um dos motivos por que criticou a posição assumida pelo seu antecessor, relativamente à política de centralização.

Avançou com algumas considerações baseadas na estatística, por ele feita, da instrução primária no distrito, com vista à remodelação do ensino primário e publicou-as em *Carta Aberta*, no “*Diário dos Açores*”, dirigida a Luís Francisco Bicudo. Assim, em 1909, 13422 crianças encontravam-se na relação de 123,13 para cada uma das 109 escolas do Círculo Escolar de Ponta Delgada²⁹². Segundo os seus cálculos, o distrito ainda necessitava de criar mais 130 escolas para que o ensino se tornasse obrigatório, necessitando disponibilizar 45.759.870 réis, verba calculada com base no custo da manutenção, no ano económico, das escolas existentes. Neste caso e anualmente, a instrução primária no distrito custaria 84.127.865 réis, seguindo o que considerava ser o péssimo sistema administrativo de então. Para Inácio de Arruda,

²⁹² Faltou acrescentar a este número, as crianças em idade escolar das freguesias de S. José, S Pedro, Relva e Fenais da Luz que não fizeram o recenseamento por os professores terem feito parte dos júris de exame. Deve salientar-se que a ausência das duas primeiras freguesias, localizadas na cidade de Ponta Delgada, por serem muito populosas, poderá falsear os resultados do estudo.

gastava-se por aluno o que gastavam os países mais avançados, mas, em Portugal, gastava-se, por habitante, 1/3 do que despendiam esses países. Concluiu, por isso, que os serviços andavam mal administrados tendo em conta o que se gastava em rendas de casas de escola, na habitação e em subsídios de residência, que rondava os 8.434.005 réis. Para além do estado, que considerava lastimoso, da administração dos serviços, propôs conseguir, criando onde fosse possível, cursos noturnos, uma vez que ainda não existiam nenhuns no distrito.

Inácio de Arruda defendeu, igualmente, a conjugação de esforços com vista ao desenvolvimento da instrução primária. Propagou a iniciativa particular e tinha consciência de que ela poderia prestar incontestáveis serviços à instrução pública, uma vez que as comissões de beneficência e ensino tinham falhado a sua ação. Procurou criar caixas económicas escolares em todo o distrito e propôs a constituição legal de uma Liga de Instrução que lhe permitiu alguma autonomia à sua ação, relativamente às instituições com sede no continente.

Inácio de Arruda reconheceu a importância do professorado oficial como elemento essencial para a concretização da ideia dos cursos noturnos e com o apoio dele, afirmava que seria possível ultrapassar as mil peias dos serviços burocráticos²⁹³. Ao propor a criação do que viria a ser a Liga Micaelense de Instrução Pública, pretendia proporcionar instrução a 1500 analfabetos com a quantia de 1.500.000 réis, gastando apenas 1000 réis por educando. Desta forma pensava, facilmente, poder concretizar os seus objetivos, desde que fosse possível contar com o apoio incondicional do professorado oficial.

²⁹³ BPARPD. LMIP. *Recortes de Jornais*. (1909 – 1915), ct. nº 1

7.4 – O Associativismo Docente

Nas primeiras décadas do século XX, o associativismo docente caracterizou-se, essencialmente, por ser de base mutualista e assistencialista.

No final do século XIX terão sido feitas, nos Açores, algumas tentativas com vista a defender os interesses da classe. Em 1892 um movimento presidido pelo inspetor, José António Simões Raposo, deliberou fundar uma Associação Federal do Professorado Primário Açoriano que se estenderia a Angra do Heroísmo e à Horta, da qual seria presidente o inspetor e outro delegado que seria o representante em congressos e conferências no exterior, com o objetivo de levar ao conhecimento público os problemas por que passavam os docentes açorianos (Pavão, 2008, p.43).

A obrigatoriedade de os professores frequentarem o ensino normal, a partir da Reforma de 1901 também terá sido um fator que contribuiu para a união da classe e para a alteração progressiva da sua imagem. A realização de conferências particulares e oficiais assumiram grande importância, pois passaram a partilhar-se os problemas económicos e sociais que os professores enfrentavam. Começaram por adquirir grande importância a realização de congressos e conferências pedagógicas que revelavam algum espírito reivindicativo (Nóvoa, 2005, p.43).

Apesar das inúmeras tentativas de organização dos docentes na Terceira e em S. Miguel foi difícil a criação e, sobretudo, manutenção de associações de cariz, mutualista e assistencialista, principalmente pela dificuldade que os professores tinham em contribuir, mensalmente, devido aos poucos recursos que auferiam.

Logo no princípio do século, o jornal *O Tempo* em 1906 incentivava à inscrição no montepio terceirense, referindo que a existência desta instituição, que considerava

ser a 3.^a em Portugal se devia mais a uma série de “circunstâncias favoráveis que se sucederam imediatamente à sua fundação do que à inclinação natural que a sociedade terceirense tinha para este género de sociedades”. Na verdade, este jornal procurou sempre incentivar a luta do professorado por melhores condições de vida e de trabalho. Desde a sua criação que denunciava as privações dos professores e a baixa remuneração e incentivava a luta do professorado. Para consciencializar os professores do valor da sua ação, lembrava:

É preciso, porém, não esquecer que se trata de uma classe numerosa cuja influência é mais larga que a de nenhuma outra, constituindo portanto uma verdadeira legião que, trabalhando sem desânimo acabará fatalmente por fazer vingar os seus direitos (*O Tempo*, 1906, n.º 210).

O melhoramento do estatuto económico dos professores foi, durante este período, constantemente reivindicado pela imprensa pedagógica que incentivou o associativismo como único recurso à garantia da subsistência, tanto dos professores como das famílias que deles dependiam.

Depois da reforma de 1901, os professores primários recebiam um modesto salário base, com uma gratificação pelo exercício de funções, que foi mantido com a reforma de 1911, e só abandonado na legislação de 1919, ao ser criado o sistema de diuturnidades. Os professores, após 60 anos de idade e 30 anos de serviço, tinham direito a receber do Estado uma pensão (Nóvoa, 1987, p.618). Segundo Nóvoa, a situação agravava-se em casos de doença, incapacidade ou acidentes de trabalho, devido ao insuficiente sistema de apoio social.

No ano letivo de 1912/13, no relatório da inspeção das escolas, o inspetor rogava à Direção Geral que fosse concedida autorização para proceder à organização de processos de aposentação. A incapacidade física de alguns professores era tal, que estes

tinham necessidade de se fazer substituir na regência das escolas por elementos estranhos à docência a quem pagavam. O inspetor designou-a como “resolução ilegal” porque muitas vezes eram substituídos por indivíduos sem formação e ainda prejudicava os interesses pecuniários dos professores²⁹⁴.

Na segunda década do século XX, a situação dos professores foi-se agravando, sobretudo em situações de doença ou pré-reforma. Inúmeros foram os casos relatados pela inspeção porque quando era requerida a Junta médica, no caso de solicitada a reforma, era frequente acontecer a suspensão imediata do vencimento, embora os professores continuassem a exercer o cargo. Estas situações podiam levar algum tempo e por vezes levavam mais de um ano sem que os professores recebessem, estando em exercício.

O inspetor Francisco Raposo de Medeiros levou ao conhecimento da Junta Escolar de Ponta Delgada, a informação obtida pela Direção Geral do Ensino Primário e Normal de não deverem ser suspensos os ordenados aos professores nestes casos.

Nos termos regulamentares, os professores, quando requerem a sua aposentação continuam exercendo o seu cargo com os respectivos vencimentos, até que seja decretada a sua aposentação, a não ser que tenham sido julgados absoluta e permanentemente impossibilitados para o exercício do magistério por uma Junta médica, pois neste caso deverão passar à inactividade mas com os vencimentos que lhes competirem.²⁹⁵

Era de tal forma frequente este procedimento, pelas Juntas Escolares, que o inspetor já tinha reportado à Direção Geral, no ano anterior, a situação de professores que não auferiam o ordenado enquanto aguardavam pela ordem da aposentação. Também o inspetor Manuel Moniz Morgado, em 1920, reportou para a Inspeção Geral

²⁹⁴ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB1 (1911-1916). N.º 325 de 25 de setembro de 1913, pp.407 a 408.

²⁹⁵ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB24. (1917/1921). L.º 11. N.º 255 de 29 de setembro de 1920, p.452.

de Sanidade Escolar que alguns professores não podiam deslocar-se à sede do Círculo para a Junta Médica, por se encontrarem doentes e acamados, e devido às distâncias e às dificuldades com os transportes. Para evitar tais obstáculos sugeriu que o Regulamento fosse alterado nesse sentido, de modo a facilitar aos professores a obtenção de qualquer licença. Segundo ele, seria mais fácil se os delegados e subdelegados de saúde fossem nomeados médicos escolares, dos mesmos concelhos, e que quando um professor adoecesse e requeresse licença deveria ser logo submetido a uma Junta Médica distrital em vez de serem submetidos a mais do que uma Junta Médica²⁹⁶.

Segundo Evelina de Sousa, os professores, apesar de contribuírem todos os meses para a caixa de aposentação, tinham uma reforma de apenas 17\$000 réis após 30 anos de serviço.

Todos os fatores referidos contribuíram grandemente para a necessidade de criação, desde finais do século XIX, de sociedades mutualistas, com vista a colmatar o grave problema de subsistência dos professores e das famílias. Por esse motivo, Evelina de Sousa, manifestou a intenção de criar um Montepio para os professores primários em Portugal, desejo manifestado a Amália Luazes que, ao ter conhecimento da obra empreendida, através da *Revista Pedagógica*, pediu para se inscrever como assinante e sócia do Montepio que ela desejava fundar (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º31). Alguns colaboradores da revista apoiaram a iniciativa, destacando-se Eusébio Queiroz, professor oficial da cidade do Porto, ao publicar na mesma, um artigo sobre a possibilidade de criação de um Montepio da classe que podia vir a designar-se de “Montepio de Inabilitação do Professorado Português” e ser constituído através dos centros escolares. No mesmo artigo, Eusébio Queiroz afirmou que a ideia era

²⁹⁶ BPAPD.DEPD. Copiadores de Correspondência Expedida da Inspeção Escolar de Ponta Delgada. LB25 (1919/1922).L.º 9. N. º151 de 1 de maio de 1920, p. 195.

fortemente apoiada pela imprensa lisboeta e por Ulisses Machado (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 33).

Evelina de Sousa organizou os estatutos e, no dia 25 de setembro de 1907, reuniu o Centro Escolar para os analisar. O Montepio de Inabilitação para professores²⁹⁷ destinava-se a garantir uma renda vitalícia no fim de um determinado prazo, para o pagamento da residência do professor oficial quando jubilado. Ficava, assim, resolvida uma das grandes preocupações do professor – o de ser privado, quando aposentado, da habitação e com uma reforma mesquinha que não compensava os serviços prestados ao longo de 30 anos de serviço. Essa reforma era, então, paga pela Caixa Geral de Aposentação. Segundo Evelina de Sousa, com os vencimentos que então auferiam, mal chegava para o necessário, não permitindo ao professor primário fazer economias com as quais pudesse obter o alojamento. Assim, propunha que fosse o montepio a fornecê-lo por meio de uma renda vitalícia a qual se denominaria – de residência, ficando a reforma destinada apenas às despesas pessoais do professor jubilado. (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º 37).

Em 1910, Evelina referiu o facto de a sua ideia ter sido bem aceite por todos quantos viram o seu alcance moral e humanitário e que a ideia não se concretizou pelo que designou circunstâncias especiais e particularíssimas. Salientou que o Centro Escolar do círculo de Ponta Delgada se encontrava desorganizado e “passou à história todo o trabalho que por ela já se tinha feito”. Pelo apoio de Ulisses Machado, Evelina de Sousa procurou fazer a tentativa de se apresentar ao “Directório do Professorado” para ver se a sua fundação se promovia em Lisboa, como sede, com ramificações por todo o país (*Revista Pedagógica*, 1910, n.º143).

²⁹⁷ ANEXO XXVI – Excerto dos estatutos do Montepio de Inabilitação do Magisterio Portuguez com sede em Ponta Delgada. *Revista Pedagógica*. 1907. N.º 38 a 41.

Garantir o futuro dos professores constituía, na época, uma das principais preocupações da classe. A instabilidade política e os problemas económicos do país não permitiam a inclusão nos orçamentos de verbas a favor da instrução pública. Evelina de Sousa apoiava todas as iniciativas com vista ao melhoramento das condições económicas e sociais do professorado. Associou-se à iniciativa proposta por Amália Luazes de Monteiro Leite, professora reformada de Lisboa, de garantir a instrução e educação das filhas órfãs dos professores primários oficiais, criando um instituto em Lisboa, de forma a poder garantir-lhes o sustento e os estudos após a morte ou impossibilidade destes (*Revista Pedagógica*, 1907, n.º26). Evelina de Sousa convidou os professores açorianos a associarem-se e contribuírem com um donativo de 100 réis para a sustentação e manutenção deste estabelecimento de ensino em Lisboa. A propaganda da *Revista Pedagógica* a esta iniciativa fez com que, mais tarde, Amália Luazes pedisse a Evelina para se associar ao instituto e para organizar festas para angariação de fundos, o que esta de imediato aceitou, abrindo uma subscrição no jornal (*Diário dos Açores*, 1909, n.º5324).

A organização e criação deste tipo de associações de cariz humanitário, embora tivesse bastante aceitação, era difícil de manter a sua organização e manutenção, tal como foi dito, porque os baixos salários mensais auferidos pelos professores não permitiam retirar do seu salário qualquer quantia com vista à poupança.

As duas primeiras décadas do século XX terão sido pouco propícias a inovações pedagógicas e impeditivas da prática de projetos reformistas para o ensino. O descontentamento generalizado dos professores primários conduziu a uma intensa atividade associativa que foi aos poucos, abandonando as características mutualistas, assumindo uma componente mais sindicalista (Nóvoa, 1987, p.693). Desenvolveram-se aspetos importantes relativamente à afirmação, consciencialização e organização da

classe do professorado. Apesar de muitas vezes efémeras, as associações que foram sendo criadas, também foram adquirindo novos contornos. A imprensa, que esteve sempre ao lado dos professores no que concerne à luta pelas reivindicações laborais, teve um papel fundamental na criação deste tipo de associações. A pressão que foi exercida, por esta, relativamente ao mau estado do ensino e às más condições de trabalho dos professores permitiu alertar a opinião pública e, aos poucos, consciencializar o professorado da sua importância.

A importante colaboração da imprensa, apoiada pelos sectores republicanos, foi primordial para a organização do movimento associativo dos professores ao qual se associaram nessa luta, os jornais açorianos: *O Dia*, *O Tempo*, *A Revista Pedagógica* e a *A Voz do Professor*. Estes jornais republicanos, ligados a outros do arquipélago e que tinham correspondentes em todas as ilhas, assumiram o papel de porta-voz do professorado primário açoriano e manifestaram através da propaganda, o interesse e a importância do professorado. Na verdade, a maioria dos professores primários aderiu ao movimento republicano na esperança de conseguir melhor futuro, mais do que como uma opção política e ideológica (Nóvoa, 1987, p.527).

Em 1904, a imprensa pedagógica, encabeçada pelo jornal *Educação Nacional*, hebdomadário de instrução primária e secundária do Porto, começou por apelar à união da imprensa pedagógica nacional, com o objetivo de criar um movimento reivindicativo da classe do magistério português. Assim, o *Ensino*, dirigido por Amadeu Sanches Barreto e Thomaz da Fonseca, o *Campeão Escolar*, de Leonídio Vasconcelos, a *Civilização Popular*, de Manuel José Ferreira, o *Hermínio*, de Aveiro, a que se juntaram, depois, *A Escola*, de Falcão Ribeiro, de Coimbra, e a *Revista Pedagógica*, de António Baião, de Lisboa, integraram este movimento, a que se associou, posteriormente, a *Revista Pedagógica*, através da colaboração direta com o jornal

Educação Nacional (*Educação Nacional*, 1905, n.º434). O movimento da imprensa pedagógica ou “liga da imprensa”, como se designava, e à qual se associou a imprensa açoriana, constituiu um importante fator de propaganda da classe que, pouco a pouco, se acentuou e que conduziu à criação deste e de outro tipo de associações reivindicativas.

Os diretores destes jornais aprovaram a criação de um “conselho directório”, de centros escolares em todas as localidades do país. A união da imprensa pedagógica passaria a funcionar como um elo de ligação entre os professores de todas as regiões e a servir de órgão porta-voz da classe. A eles se associaram a imprensa das respetivas localidades, os administradores dos concelhos, os presidentes das câmaras e todos aqueles que, pela sua posição social, podiam coadjuvar o movimento a favor da causa. Este apelo tinha como objetivo unir os esforços, a fim de pôr em relevo a classe do professorado e as suas reclamações, o que, de certa forma, significava um passo no caminho das suas legítimas regalias. Segundo o mesmo periódico, a imprensa teria alertado o professorado de que era necessário manter afastado deste movimento, qualquer política, nunca permitindo que esta pudesse, alguma vez, caracterizar o movimento. O movimento reivindicativo do professorado pretendia alertar a opinião pública não só para as más condições de trabalho, mas lutar a favor de uma nova identidade profissional e por uma imagem mais dignificante.

As más condições económicas em que viviam os professores arrastavam outros problemas sociais. A subsistência dos professores e familiares, sobretudo dos filhos, após a reforma ou após a sua morte e, mesmo, a necessidade de garantir aos filhos estudos superiores constituíam alguns dos principais problemas que afetavam socialmente a classe do professorado.

A consciencialização que aos poucos foi adquirida pelos professores da importância que tinham na “nova sociedade” contribuiu para que fosse mudando a sua

imagem. A imprensa teve um papel fundamental na alteração da imagem do professor e a criação de associações de professores conduziu, lentamente, à consciencialização do seu próprio valor na sociedade. Tornava-se urgente “apagar” a imagem do professor primário associada à miséria e incompetência, a submissão aos poderes religiosos e locais, à ausência de um estatuto socioprofissional e à falta de um reconhecimento social (Nóvoa, p.587).

Segundo o jornal *Educação Nacional*, o movimento para a formação dos centros escolares iria constituir a prova triunfante da união de classe e a sua criação podia partir da iniciativa de qualquer professor. Estes serviam como núcleos de propaganda à causa da instrução pública e segundo a *Revista Pedagógica* teriam sido criados com o principal objetivo de melhorar as precárias condições dos professores e da classe. Tinham como fim promover o desenvolvimento dos estatutos pedagógicos; contribuir para o alargamento da cultura geral e profissional dos professores; difundir os melhores métodos e processos de ensino e pugnar pelo aperfeiçoamento da escola primária para atingir estes fins. No arquipélago dedicaram-se, essencialmente, à realização de conferências, comunicações, discussões sobre assuntos pedagógicos, especialmente, os que se relacionavam com o ensino infantil e primário.

Os Centros Escolares nos Açores para além da realização de conferências e palestras em ambas as ilhas, com vista ao esclarecimento dos professores assumiram um papel praticamente reivindicativo, criando núcleos de propaganda republicana.

No dia 26 de janeiro de 1905, numa reunião onde estiveram presentes todos os professores do concelho foi eleito para a presidência o professor Augusto Ferreira de Almeida, tendo sido secretariado por Luiz Moraes Bettencourt e Hermínia Augusta Marques, todos professores oficiais em Vila do Porto, ficando constituído o 1.º Centro

Escolar dos Açores ²⁹⁸. Terá sido lida uma circular enviada pelo “Conselho Directório” onde indicava os principais tópicos em que se baseava a representação que se estava a organizar para apresentar ao governo. Assim, foi elaborada a representação do Centro Escolar de Santa Maria e enumeradas algumas dificuldades com que se debatia o professorado mariense. Por proposta de Augusto Ferreira de Almeida, o Centro Escolar do concelho de Vila do Porto nomeou para seu delegado, um dos professores da escola Normal de Lisboa, para representar o professorado do concelho de Vila do Porto (*Diário dos Açores*, 1905, n.º4142).

Outros concelhos dos Açores criaram no mês de janeiro de 1905 os seus Centros escolares, como o concelho da Vila Praia da Vitória do qual foi presidente Manuel Cardoso Machado; secretário Domingos Borges do Rego e vogal Gil de Sousa Serpa e o concelho da Calheta de S. Jorge de que foi presidente António Faustino de Borba; secretário Jorge de Sousa Azevedo e vogal João da Cunha Valim. O Centro escolar de Ponta Delgada foi criado em abril por Evelina de Sousa.²⁹⁹ O de Angra do Heroísmo foi criado em maio de 1905 e dele faziam parte: Augusta Paula Peregrino, José de Meneses Mendonça, Adelaide da Costa, Maria do Céu Andrade e Melo e José Augusto de Bettencourt. O de Vila Franca, também foi criado em meados do mesmo ano sendo seu presidente José Pereira de Mello.

A comissão composta por professores primários oriundos de diversos pontos do país e de vários centros escolares, presidida pelo professor de Fornos de Algodres, Manuel José Gouveia, que representou o “Conselho Directório” dirigiu-se ao Ministério do Reino a fim de fazer a entrega da representação assinada por cerca de 3000 professores e dirigida ao rei. Nela se destacava, entre inúmeras reivindicações, a da

²⁹⁸ BPARPD. CEPD. *Relação dos Examinados, 1902-1915*, ct. 74.

²⁹⁹ ANEXO XXVII – Acta da Instalação do Centro Escolar de Ponta Delgada. *Diário dos Açores*, 6 de maio de 1905, n.º 4193.

melhoria de vencimentos dos professores e a alteração de alguns pontos importantes do regime de instrução primária que então vigorava. Foi recebida pelo conselheiro Abel de Andrade, então diretor da instrução primária, que assegurou que tanto o presidente do Conselho, como o ministro do Reino, estavam empenhados, em melhorar a situação do professorado primário e manifestou alguma boa vontade relativamente às prerrogativas que a classe almejava (*Diário dos Açores*, 1905, n.º4188). Como não se verificaram alterações relativamente a esta Representação devido à instabilidade política e económica do País, o professorado anunciou a constituição de um novo “Directório” para uma nova representação ao governo.

Através da imprensa, o professorado decidiu continuar a manifestar-se contra o indiferentismo dos “governos rotativos”, já que alguns tinham alimentado esperanças nos governos presididos pelos conselheiros Hintze Ribeiro, José Luciano, com João Franco no ministério.

Segundo a *Revista Pedagógica*, em 1906 tinha força de lei o decreto nº 8 de 24 de dezembro de 1904 e com ele, para além de não terem melhorado as condições económicas do professorado, o diploma continha algumas disposições que só vinham beneficiar os professores de Lisboa e Porto. O professorado, representado pelo Conselho Directório e por muitos centros escolares, elaborou uma nova *Representação* e procurou, perante o rei e o novo governo de João Franco, ponderar a necessidade urgente de uma reforma de instrução primária e ao mesmo tempo dar vigoroso impulso à educação popular e melhorar a sua situação. Nessa reforma deviam ser atendidos os seguintes pontos, dos quais se destacaram os que se consideraram fundamentais.

As reivindicações apresentadas pelo Centro Escolar não eram diferentes das apresentadas por outros centros escolares. A classe do professorado, para além de exigir melhores condições de trabalho, destacava os aspetos económicos e financeiros,

estratégias de combate ao analfabetismo e lutava pela definição e valorização da carreira docente. Segundo a *Revista Pedagógica*, João Franco apontou as dificuldades do erário público para concretização das prerrogativas exigidas pelo professorado o que provocou o desânimo da classe e o conseqüente enfraquecimento das instituições anteriormente criadas. Os professores, que iniciaram o movimento ativo Diretório-centros escolares, após o que consideraram ser o desânimo da subida ao poder do conselheiro João Franco, perderam a motivação, arrastando a descrença nas instituições, levando à urgência de um fazer um novo apelo à classe. António Figueirinhas diretor do jornal *Educação Nacional* designou este estado de espírito como “desânimo da classe”, pelo que propôs novas formas de luta. A necessidade de reforçar a força do professorado levou a que a “Liga da Imprensa” fosse obrigada a impulsionar a criação de novos centros escolares, a reativar os já existentes e a agitar a imprensa (*Revista Pedagógica*, 1909, n.º 83).

Evelina de Sousa associou-se, fortemente, à luta dos professores e começou por receber na direção da *Revista Pedagógica* todas as queixas e reclamações do professorado do arquipélago, enviando-as ao colega da *Educação Nacional*. Após terem sido recolhidas neste jornal as denúncias dos professores de toda a parte do país acerca das ilegalidades cometidas por parte do Estado, o Diretório enviá-las-ia aos deputados, para abrir no Parlamento uma campanha a favor da instrução pública e do professorado. Desde a sua criação em 1906, a *Revista Pedagógica*, em estreita colaboração com o jornal *Educação Nacional*, do Porto, reivindicava um melhor estatuto profissional para os professores. Este passava, sobretudo, pelo melhoramento do nível económico e do sistema de segurança social e pela definição de uma carreira profissional (Nóvoa, 1987, n.º 616). Evelina de Sousa associou-se aos colegas terceirenses, professores e jornalistas, para dar continuidade a este movimento reivindicativo e terá realizado pelo menos duas deslocações à Terceira com o objetivo de se associar aos grandes lutadores

da causa do professorado: Sebastião d'Ávila Júnior, Inácio Cardoso Valadão e Joaquim Machado Tristão.

O centro escolar de Ponta Delgada por iniciativa de Evelina de Sousa serviu como um meio de apoio à classe e de contestação, por parte dos professores micaelenses ao funcionamento do sistema de ensino. Na ata da sua criação, as três principais reivindicações foram, provavelmente, influenciadas por Faria e Maia, marcadas pelo desejo da centralização dos serviços no arquipélago. O desejo da não dependência direta dos serviços da Circunscrição Escolar de Lisboa foi manifestado devido aos atrasos provocados nos pagamentos dos professores e devido também à demora nas decisões³⁰⁰. Assumiram-se, assim, novas formas de luta com vista a exercer alguma pressão perante o governo e os seus representantes.

Após reunidas as novas representações, a *Liga da Imprensa* reuniu em Coimbra quarenta e um representantes dos círculos escolares de todo o país e elegeu um novo diretório. O congresso decorreu nos dias 19 e 20 de março de 1909, onde foram analisados os estatutos e as reclamações dos centros escolares, feita a eleição dos novos delegados para o triénio de 1909-1911, tendo sido proposto para presidente Manuel José de Gouveia (*Revista Pedagógica*, 1909, n.º97).

A união da imprensa pedagógica conduziu à constituição da “Liga Nacional do Professorado Primário Português”, que passou a funcionar como órgão coordenador dos Centros escolares³⁰¹. Após ter sido aprovada a sua criação, foram publicados os respetivos estatutos, transcritos na *Revista Pedagógica*. O primeiro artigo referia-se à fundação em Portugal de uma associação de professores primários oficiais de ambos os

³⁰⁰A *Revista Pedagógica* refere a sua criação no congresso de Coimbra a 19 e 20 de maio de 1909, designando-a antes, por Liga da Imprensa – *Revista Pedagógica*, nº 97, 13 de maio de 1909.

sexos, com sede em Coimbra. Tinha como fim promover os progressos do ensino primário no país, por meio de propaganda pela imprensa, representações aos poderes do Estado, de conferências, de congressos e exposições pedagógicas (artigo 2º).

Nos estatutos da Liga contemplava-se a criação de centros escolares em todos os concelhos, pelo que deveriam ser compostos por professores da respetiva área e que fossem sócios da Liga (Artigo 9º). Primeiro, elegiam-se para os corpos gerentes as direções dos centros escolares, seguindo-se os representantes dos círculos ou membros do Diretório e, por último, os da mesa do Diretório (Artigo 26º). Ao presidente e direção dos centros escolares competia corresponder-se regularmente com o diretório e tomar conhecimento de quaisquer reclamações dos sócios e enviá-las para o presidente do directório (Artigos 12º e 16º). Competia, a este, tomar conhecimento de quaisquer reclamações dos centros escolares e de perseguições movidas a qualquer um dos seus membros (Artigo 22º) (*Revista Pedagógica*, 1909, n.º101). Para além de órgão coordenador dos centros escolares, a “Liga Nacional do Professorado Primário Português” tinha sido criada para defesa comum dos interesses dos professores primários e das escolas e representava não só a consciência de classe, mas também, a união da própria classe. Ao longo do tempo, os centros escolares foram perdendo o interesse e a motivação para que tinham sido criados, devido ao estado do ensino em Portugal, dependente da instabilidade política provocada pelos governos sucessivos e ao sabor das promessas de cada governante.

As más condições de trabalho dos professores e as deficiências das casas de escolas, os pagamentos de salário e gratificações de exames em atraso, a falta de pagamento das rendas de casa e do serviço de limpeza e expediente eram provocados pela falta de investimento público no ensino, que conduzia ao descontentamento generalizado dos professores primários. O mau estar que se instalou e a revolta

generalizada dos professores foi desenvolvendo a consciência de classe. Começaram a despertar as primeiras tendências sindicais que, segundo a “Liga do Professorado”, vieram contribuir para dividir a classe: por um lado, a corrente associativa conservadora que procurou sempre a via do diálogo e por outro uma corrente sindicalista revolucionária (Nóvoa, 1987, p.697).

O “Sindicato dos Professores de Instrução Primária” foi criado no Porto em 1911 com sede provisória na secretaria da Escola Central na cidade do Porto. Os seus estatutos revelam os mesmos princípios da defesa da escola primária e dos interesses da classe do professorado. Ávila Júnior instigou os professores do Círculo Escolar de Ponta Delgada, através da *Revista Pedagógica* e de Evelina de Sousa, a aderirem ao “Sindicato dos Professores Primários de Portugal” ainda, que à frente do sindicato se encontravam alguns beneméritos que se dispunham a trabalhar para a classe em benefício do ensino.

Segundo Nóvoa, a realização em 1912 do “Curso de Trabalhos Manuais Educativos”, sob a direção de um representante do Bureau International des Fédérations d’Instituteurs e a realização do Congresso Pedagógico do Porto em 1914 foram dois acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento do sindicato dos professores (Nóvoa, 1987, p.698).

Embora inicialmente com pouca adesão, o sindicato teve de se adaptar e em 1916 reorganizou-se, transformando-se numa “Associação Geral dos Professores de Instrução Primária de Portugal,” com o intuito de coordenar os movimentos regionais da classe.

Os centros escolares e o Diretório começaram por se mostrar insuficientes perante tão grandes necessidades do ensino e a crescente exigência dos professores, que

mostravam descontentamento perante a resposta dada por estas instituições. Num artigo publicado pela *Revista Pedagógica*, Ávila Júnior apontou algumas críticas aos centros escolares, uma vez que se tinham afastado dos princípios para que haviam sido criados. Segundo ele, só se limitavam, em primeiro lugar, a fazer exigências, quando deviam constituir verdadeiros centros educativos devendo impor-se pelo seu incontestável valor social, e só depois reivindicar os direitos da classe (*Revista Pedagógica*, 1912, n.º 210). Defendia a centralização da luta do professorado em vez da descentralização por meio de núcleos isolados. Considerava que a classe tinha inimigos e a pouca aceitação e desconfiança por parte de alguns resultava do facto de alguns indivíduos pertencentes à Direção não pertencerem à classe do professorado primário.

Em 1918 apareceu a União do Professorado Primário Português em Lisboa que teve uma grande adesão e segundo Áurea Adão em 1923 já contava com 70% dos professores primários filiados. Com a queda da República em 1926, a União foi dissolvida em 1928, tendo-se realizado o último congresso da classe dois anos depois (Adão, 1993, p.129).

Manuel Moniz Morgado exercendo como inspetor interino em 1924 enviou uma circular ao presidente da Junta escolar da Lagoa referindo que segundo a instrução recebida pela 10.^a Repartição de Contabilidade Pública todos os professores efetivos e interinos teriam de contribuir com a quota mensal de 1\$00 para o Instituto do Professorado Oficial Português (*O Tempo*, 1906, n.º 52).

Considerações Finais

A abordagem feita, por este estudo, à História do Ensino Primário, nos Açores, ao longo das primeiras décadas do século XX, serviu para compreender o impacto e a importância que este teve, na sociedade açoriana.

A situação política e económica que o País atravessava não era favorável ao desenvolvimento pedagógico. A falta de investimento no ensino público conduziu ao abandono do parque escolar e arremeteu os professores para situações pouco dignificantes. A imprensa veiculou os ideais republicanos, servindo como veículo de transmissão do moderno pensamento pedagógico e pugnou pela valorização da imagem dos professores açorianos e pela dignificação da carreira docente.

A *Revista Pedagógica* dirigida por Evelina de Sousa assumiu um papel preponderante nesta forma de luta e em 1911 procurou o alargamento do corpo redatorial, aliando-se aos colegas terceirenses. Joaquim Machado Tristão, José Sebastião d'Ávila Júnior, Inácio Cardoso Valadão, José Vieira d'Areia, todos professores e jornalistas, partilhavam os ideais republicanos e assumiram, na Terceira, uma posição mais radical, a favor da causa do ensino.

É neste ambiente de confronto político e ideológico e de afirmação das “novas” ciências, como a Sociologia, e a Psicologia, que a Pedagogia assume especial relevo com novas propostas sobre os princípios, objetivos e metodologias a aplicar ao ensino, visando a construção de uma “nova” sociedade, composta por cidadãos ativos e intervenientes em prol do bem comum. Com efeito, na perspetiva republicana democratizar o ensino significava promover o acesso a uma “educação integral” ao maior número possível de indivíduos, criando uma escola de massas. A esses indivíduos deviam inculcar-se os valores e ideais republicanos, como forma de consolidação do

novo poder. A formação de um “homem novo”, mais responsável e socialmente participativo, integrava, na ideologia republicana, o modelo em que devia assentar a regeneração do País. A formação segundo estes valores, não poderia fazer-se numa escola tradicional, de saber teórico-livresco e religiosa, daí o conceito de “Escola Nova” assente nos princípios da obrigatoriedade, gratuidade e laicidade. Defendeu-se uma escola, com base num saber científico racional e intuitivo.

Como se demonstrou, todos estes debates chegaram aos Açores e tiveram empenhados intervenientes, com ligações a importantes personalidades preocupadas com as questões pedagógicas. Ainda que, nem todos ligados diretamente à função docente, participaram ativamente na difusão e aplicação dos novos ideais pedagógicos em S. Miguel e na Terceira, tendo como principais porta-voz a *Revista Pedagógica*, *O Tempo*, *O Dia* e *A Voz do Professor*.

A dedicação e empenho demonstrados, em conjugação com o espírito associativista que caracterizou, desde meados do século XIX, a sociedade açoriana estimularam a criação de instituições de “benemerência”, objetivando o apoio ao ensino primário.

É neste contexto que, por iniciativa particular, e, pode dizer-se, como manifestação prática do espírito filantrópico tão característico da época, foram fundadas associações de apoio ao ensino público. A Associação *Século XX*, a Sociedade Promotora Terceirense e a Liga Micaelense de Instrução procuraram contribuir para a redução do analfabetismo entre as classes mais desfavorecidas, mantendo estreita colaboração com o ensino oficial. À frente destas instituições encontraram-se destacadas figuras das elites políticas, económicas, sociais e culturais da sociedade micaelense e terceirense.

Os principais objetivos destas Associações beneméritas, consignados nos seus estatutos, eram o apoio ao ensino público e o combate ao analfabetismo. Mas também criaram cursos noturnos para adultos, missões escolares pelo método de João de Deus, museus, bibliotecas escolares e populares, laboratórios, oficinas, além de outras atividades. As instituições a que se fez referência comungavam o desejo do combate ao analfabetismo e o facto de terem sido impulsionadas pela maçonaria. Este facto contribuiu para que, na Terceira, a igreja se afastasse dos projetos implementados pela Sociedade Promotora da Instrução, pelo que se verificou a dificuldade que esta teve, para colocar em prática, os seus objetivos. A luta que a imprensa terceirense moveu contra a presença dos jesuítas e das Irmãs de Caridade, também não terá contribuído para o sucesso de algumas atividades. No entanto, a ligação que a Sociedade Promotora manteve com a Associação das Escolas Móveis e com João de Deus Ramos contribuiu para o sucesso de algumas missões de alfabetização.

Mas este interesse pelas questões ligadas à instrução primária e à alfabetização de jovens e adultos desencadeou a criação de outro tipo de associações, como as “comissões de beneficência e ensino” e as “caixas económicas escolares” que se revelaram de grande importância no desenvolvimento e expansão da instrução popular e no apoio às escolas primárias oficiais. Relativamente às primeiras, Francisco Faria e Maia foi o seu grande impulsionador, sendo de relevar o facto de Ponta Delgada ter sido o primeiro Círculo Escolar do País onde foram implantadas. O seu objetivo era o da promoção da frequência escolar, através do fornecimento de artigos escolares, vestuário, alimentação, da concessão de prémios aos alunos, entre outras atividades.

A instituição e alargamento das caixas escolares deveram-se, em grande parte, a Manuel Inácio de Arruda, inspetor escolar de Ponta Delgada. Para além de, à semelhança das comissões de beneficência e ensino, auxiliarem os alunos carecidos,

tinham como principal objetivo o de despertar na criança a ideia associativa e o espírito de economia e autonomia ou *self-government*. As caixas escolares tinham a particularidade de serem inteiramente geridas pelos alunos, sob a orientação do professor, prática que se pretendia formativa, na perspectiva de um ensino centrado no aluno, objetivando a sua “formação integral”. As caixas escolares foram auxiliadas por uma outra instituição de apoio ao ensino público, a Liga Micaelense de Instrução Pública.

A Liga Micaelense de Instrução Pública nasceu da necessidade e urgência de pôr em prática algumas medidas pedagógicas na Circunscrição Escolar de Ponta Delgada, cuja aplicação se atrasara, devido a problemas burocráticos, à morosidade das tomadas de decisão, à distância, à dificuldade de comunicação, que foram interpretadas como “abandono” por parte do governo central. Ora, é tendo em conta esta realidade que Luís Francisco Bicudo sugere, vigorosamente, a criação da Liga. E mesmo tratando-se de uma instituição de origem maçónica, tal não impediu a colaboração com elementos do clero para a concretização do ideal partilhado – o combate ao analfabetismo. Com efeito, a Liga tinha como propósitos a criação de cursos noturnos, o estabelecimento do ensino técnico-profissional, a criação de cantinas, museus, bibliotecas e colónias infantis. A preocupação da Liga convergiu, também, no sentido da integração social de adultos, tendo sido criados 33 cursos noturnos, uma escola no estabelecimento prisional, um curso de rendas para jovens, objetivos que só foram atingidos graças à colaboração dos professores das escolas oficiais.

Mas, mesmo com objetivos tão altruístas, a Liga não ficou arredada da polémica ou da malquerença de órgãos da imprensa nacional, que chegaram a exigir a demissão do inspetor escolar, Inácio de Arruda. A questão que se levantava era a de a Liga Micaelense ter surgido a partir do modelo da Liga Nacional de Instrução Pública, mas

se ter tornado uma instituição autónoma e não propriamente uma “delegação local” da Liga Nacional.

Ora, todo este movimento em prol do desenvolvimento da instrução pública serviu de estímulo e de apoio ao professorado oficial, de amparo às suas iniciativas, contribuindo para a “propaganda” da instrução, visando a extinção rápida do analfabetismo. Este objetivo só seria alcançável com a criação de um sistema de ensino a que todos tivessem acesso, em alternativa ao ensino particular e doméstico, considerado “caduco” e “clericalista”, de base teórico-livresca. Em contraponto, pretendia-se um ensino laico, prático, científico e puramente racionalista.

Mas, membros da elite micalense de então partilhavam a convicção de que o desenvolvimento da sociedade, mormente no respeitante à educação, só seria possível através da ajuda e do apoio “beneméritos”. Muitos deles, conhecedores dos sistemas de ensino e práticas pedagógicas que vigoravam nos países mais avançados da Europa, como a Suíça, a Bélgica, a França ou a Alemanha, em que o desenvolvimento do ensino assentara, inicialmente, na benemerência privada e na criação de instituições particulares de apoio ao ensino oficial, encontraram nesses modelos exemplos a seguir pela sociedade micalense. Daí terem surgido, como se apontou, diversas associações que pretendiam levar o ensino a um universo mais vasto da sociedade micalense, aliando a componente da instrução à do desenvolvimento, visando a perfeitibilidade individual e social, na crença de que o analfabetismo constituía um impedimento à concretização de projetos para o desenvolvimento de S. Miguel.

Embora muitos dos colaboradores da *Revista Pedagógica* se afirmassem republicanos, diversos com ligações à Maçonaria, o certo é que a Revista procurou manter algum distanciamento relativamente às questões políticas, não abandonando,

porém, a luta a favor da classe do professorado e a convicta divulgação dos benefícios do ensino primário na construção de uma nova sociedade. Com efeito, e apesar de preconizarem com firmeza a laicidade do ensino público, o certo é que alguns dos objetivos propostos só seriam concretizados, em S. Miguel, a partir de uma convergência de esforços que não excluía, antes exigia, a colaboração e o apoio dos párocos das freguesias. Ao contrário, na Terceira, a imprensa ao assumir um discurso pouco moderado e, por vezes, radical contra os jesuítas teve alguma dificuldade em mover a iniciativa particular. A defesa da laicidade terá sido interpretada, por alguns párocos das freguesias, como anticatolicismo e por isso moveram a sua influência junto das famílias.

Há muito que se lutava para que entrassem na prática do ensino primário alguns objetivos pedagógicos definidos por legisladores e pedagogos europeus. A divulgação desses novos pedagogos e dessas inovadoras práticas pedagógicas deveu-se a professores e intelectuais açorianos, alguns deles com passagens prolongadas por diversos países europeus, que souberam defender na imprensa, a necessidade de retirar a educação nacional do atraso em que se encontrava, sobretudo devido à demasiada influência religiosa no ensino, que, assim, se mantinha prisioneiro do ensino tradicional, incompatível com os novos tempos de mudança.

Na verdade, porém, o país atravessava um período de agitação política, económica e social pouco propício ao surgimento de inovações culturais e pedagógicas. Esta realidade não constituiu, contudo, impedimento ao debate pedagógico e ao aparecimento de um novo conceito de escola – o movimento conhecido por Escola Nova, que teve a contribuição de pedagogos como Freinet, Claparède, Montessori, Kerschensteiner e outros. Este movimento pedagógico “renovador” acompanhou o desenvolvimento de ciências como a Sociologia, a Psicologia e a Pedagogia, que

proporcionaram uma melhor compreensão do homem enquanto ser social, das suas características psicológicas nas diversas fases da vida e da aplicação desses conhecimentos ao ensino. O mais profundo conhecimento da psicologia infantil conduziria, por exemplo, à necessidade de criação de jardins-de-infância, onde pudessem ser aplicadas as novas práticas pedagógicas.

Apesar da lentidão e atraso que caracterizaram o aparecimento, em todo o país, dos jardins-de-infância, tal não impediu que, mesmo nos Açores, se estivesse a par, pelo menos ao nível das representações teóricas, das modernas correntes pedagógicas que, aliás, foram sendo divulgadas pela imprensa. Relativamente à educação pré-escolar, a Revista propagou os princípios preconizados por Pestalozzi, Froebel, Montessori, João de Deus, etc.. A familiaridade do grupo de intelectuais açorianos com os países mais desenvolvidos europeus abriu as portas ao conhecimento e ao estudo das experiências e sistemas pedagógicos em vigor nesses países.

Em Portugal, o método de leitura João de Deus teve uma enorme difusão no ensino público. Desde 1879 que em S. Miguel se fazia uso do método, tendo-se realizado várias missões das escolas móveis nas ilhas, com maior destaque para a Terceira que contou com a presença prolongada de Salazar d'Eça.

João de Deus Ramos a convite de Evelina de Sousa e Alice Moderno também visitou S. Miguel onde realizou uma conferência sobre o método a 2 de fevereiro de 1907. Considerado pelo pedagogo João de Barros como um método verdadeiramente português, pensara-se que pudesse servir de base à remodelação geral do nosso sistema de ensino. Segundo João de Barros, era um método intuitivo e fundamentado nas leis psicológicas da evolução mental da criança, de forma a preparar-lhe o espírito para pensar logicamente.

A imprensa nas ilhas propagou novos métodos de ensino e enalteceu a promoção do ensino intuitivo e racional. Propagou, igualmente, as novas práticas pedagógicas que caracterizaram o movimento da *Escola Nova*, favorecendo o aparecimento de um novo conceito de escola. A aplicação das práticas exigia uma nova atitude por parte dos professores, com vista ao desenvolvimento de uma escola mais cativante, com novas atividades escolares e baseada num ensino capaz do desenvolvimento global da criança.

As sociedades de benemerência chegaram a apoiar a prática de atividades como o canto coral, a educação física e os trabalhos manuais, para as quais, Evelina de Sousa, na *Revista Pedagógica*, chegou a denunciar a necessidade da criação de lugares específicos de professores para lecionarem essas disciplinas. Esta mesma professora propagou a necessidade de abertura de bibliotecas e museus de apoio ao ensino nas escolas primárias, tendo sido da sua responsabilidade, a criação da biblioteca escolar, na escola feminina de Santa Clara, a 29 de julho de 1909. A biblioteca foi, segundo a imprensa da época, a primeira do género nos Açores e uma das primeiras do país, o que suscitou comentários positivos por parte da imprensa local e do continente. No entanto, uma outra já tinha sido criada antes na Terceira, a Biblioteca João de Deus, na freguesia de Belém, a 22 de fevereiro de 1908 por Joaquim Machado Tristão, bem como o museu escolar Teófilo Braga, na mesma escola.

Também a Liga Micaelense de Instrução Pública teve um trabalho preponderante e pioneiro na criação de bibliotecas em todas as freguesias do distrito de Ponta Delgada.

A preocupação com a “educação integral” do indivíduo como forma de integração social levou à criação, pela Liga Micaelense de Instrução Pública, de oficinas de artes em várias escolas da ilha, como complemento das atividades escolares, não só

com vista à profissionalização mas também com fins educativos. Jácome Correia procurou promover a aprendizagem de ofícios nas escolas primárias oficiais, durante as horas disponíveis de lecionação, uma vez que era a forma que considerava mais viável para combater o abandono escolar. Mas, a educação feminina em Ponta Delgada também não foi descurada.

Evelina de Sousa, republicana e feminista, colaborou com as grandes feministas da época com quem mantinha, em Lisboa, contactos regulares. Conjuntamente com Joaquim Tristão da Terceira manifestaram a preocupação pela independência da mulher e pela definição de carreiras profissionais. No caso de Evelina, pela preparação profissional das raparigas micaelenses, aspeto que foi incentivado pelo movimento feminista português e pela “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas”. Com o apoio da Liga, Evelina e Jácome Correia acabaram por abrir uma escola de rendas em Ponta Delgada. A exposição dos primeiros trabalhos foi noticiada em alguns jornais do continente, iniciativa louvada por Ana de Castro Osório. Esta e outras feministas, amigas de Evelina, foram colaboradoras diretas da *Revista*, participaram com ela na defesa da emancipação feminina e procuraram incentivar a mulher ao trabalho e ao estudo.

Como se verificou, o interesse suscitado pela escola primária durante este período comportou, também, intenções de natureza ideológica. Por esse motivo, os republicanos expressaram, na imprensa, o reconhecimento do professor primário como o principal agente para a transformação política do país. Para isso associaram-se à “união da imprensa” em defesa do ensino primário, movimento ao qual se associaram os jornais anteriormente referidos.

O movimento reivindicativo da classe dos professores pretendia alertar a opinião pública não só para as más condições de trabalho, mas lutar a favor de uma nova identidade profissional e por uma imagem mais dignificante do professor. A consciencialização da sua importância para a sociedade que se pretendia implementar conduziu à criação de diversas associações em todo o país, quer reivindicativas, quer de apoio económico. Também não foi descurado, nos Açores, este aspeto, pelo que muitos centros escolares foram criados, em 1905, e que serviram como órgãos de apoio e de contestação dos professores açorianos. A partir de 1909, todos os centros escolares, inclusive, os da Terceira e S. Miguel, passaram a ser coordenados pela Liga Nacional do Professorado Português, que funcionou como órgão coordenador dos centros escolares de todo o país. Evelina de Sousa, a quem se deveu a criação do Centro Escolar de Ponta Delgada, pretendeu, igualmente, em 1907, criar um Montepio de Inabilitação para professores primários, do qual ainda chegou a redigir os estatutos. Tinha como objetivo garantir a sobrevivência dos professores em caso de doença ou incapacidade, ideia que foi apoiada e louvada pela imprensa no continente.

Durante as primeiras décadas do século XX, em ambas as ilhas, manteve-se vivo o entusiasmo sobre as questões do ensino. A riqueza do debate pedagógico e a valorização atribuída à escola primária assumiram relevância na sociedade micaelense e terceirense dessa época. Muitas foram as ideias que se pretenderam implementar, mas o contexto político, económico e cultural e mesmo local, não era dos mais favoráveis, impedindo a aplicação de algumas práticas pedagógicas. A abertura de alguns membros da sociedade açoriana aos meios pedagógicos europeus permitiu um enriquecimento cultural sobre as questões do ensino. A imprensa, também contribuiu para esse enriquecimento e constituiu o elo de ligação entre os Açores, o continente e o resto da Europa, permitindo que se criasse uma corrente de opinião pública forte, a favor da

escola primária. De facto, não encontramos, à exceção de um ou outro artigo da imprensa sem especial impacto público, qualquer corrente ideológica ou pedagógica que se pudesse considerar como contestatária deste espírito pedagógico renovador (pelo menos ao nível da discussão teórica). Ninguém se empenhou, igualmente, em defender a situação tal qual ela se encontrava, antes, era unânime a crítica ao funcionamento do sistema de ensino primário e à elevada taxa de analfabetismo. O esmorecimento a que ficaram sujeitas, as instituições, que já tinham praticamente finalizado a sua atividade em 1926, com exceção de uma ou outra atividade que se manteve, levou-nos a concluir que se deveu à crise económica do pós-guerra e ao enfraquecimento do discurso pedagógico republicano.

O discurso “modernista” republicano sobre o ensino primário assumiu um papel fulcral na atualidade, servindo como meio difusor dos novos sistemas e práticas de ensino, no arquipélago, que, se não contribuiu totalmente para a sua aplicabilidade, introduziu, pelo menos, ideologicamente, uma nova atitude pedagógica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

BPARPD.CEPD. - Escola Oficial Mista de Instrução Primária Elementar da Ribeira Chã - *Livro de Correspondência Expedida e Recebida*, 1904 – 1906, nº 175.

BPARPD. CEPD - *Livro de Inscrição de Escolas Particulares*, 1889 (informação vai até 1914).

BPARPD. CEPD - *Diário de Frequência da Escola do Sexo Masculino da Matriz*, 1918 – 1919, ct. 26.

BPARPD. CEPD - *Conta Corrente dos Sócios Efectivos e Protectores da Caixa Económica Escolar de Fenais da Luz* – 1916, ct. 5 (76 G).

BPARPD. CEPD - *Sócios da Comissão de Beneficência e Ensino da Matriz de Ponta Delgada*. 1906 – 1907, ct. 73.

BPARPD. CEPD, *Relação dos Examinados*, 1902-1915, ct. 74

BPARPD. DEPD - *Mapa de Serviço do Professorado do Círculo Escolar de Ponta Delgada no ano lectivo de 1918 - 1919*.

BPARPD. Escola da Matriz da Ribeira Grande - *Correspondência Encontrada na Escola da Matriz da Ribeira Grande*, nº 134, 1911 – 1915.

BPARPD, CEPD – *Cadastro dos professores*, (Séc. XIX-XX).

BPARPD. CEPD - *Registo das Escolas e pessoal docente*, nº 1 (Séc. XIX) e nº 2 (Séc XX).

BPARPD. CEPD – *Copiadores de Correspondência da Inspeção Escolar*, S. Miguel (1899 a 1930).

Liga Micaelense de Instrução Pública

BPARPD. LMIP – *Cópia de Ofícios e Mais Correspondência*, 1911 – 1914, ct. 2.

BPARPD. LMIP, *Sócios Beneméritos*, ct. 3.

BPARPD. LMIP, *Actas da Direcção*, 1909 – 1919, ct. 5.

Patronato S. Miguel “Século XX”

PSM. Século XX, *Actas da Direcção*, 1902 – 1932

Museu João de Deus

MJD, Correspondência de João de Deus Ramos.

Câmara Municipal da Praia da Vitória

CMPV, Livros de Atas da Câmara da Praia da Vitória.

Fontes Impressas

-*Censo da População de Portugal de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. II, 1906.

-*Censo da População de Portugal de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. II, 1906.

-*Censo da População de Portugal de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, parte II e III, 1913.

BPARPD S.A.L.A. - *Estatutos da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de S. Miguel*, Ponta Delgada, typ. Castilho, 1849.

Circunscrição Escolar de Ponta Delgada

BPARPD, CEPD - *Livro nº 3, Ofícios da Inspeção Escolar de Ponta Delgada*, 1914 – 1948.

Liga Micaelense de Instrução Pública

LMIP. *Relatório da Liga Micaelense de Instrução Pública, 1910 - 1919*

BPARPD. LMIP, *Recortes de Jornais*, 1909 – 1915, ct. nº 1.

Museu João de Deus

MJD - *Livro de Recortes de Jornais*, 1907 – 1921.

MJD – *Livro do Congresso Pedagógico: Teses*, Lisboa, 1908/1909.

Periódicos de S. Miguel

Revista Pedagógica, 1906 – 1916.

A Folha, 1902 – 1917.

Educação Nacional, 1897 – 1911.

Diário dos Açores, 1901 – 1925

San Miguel – 1905 – 1911

A Pátria - órgão do centro escolar republicano Vila-franquense (Vila Franca) – 1910-1911

A República 1911-1920

O Globo 1905-1907

O Distrito – 1906-1910

Periódicos da Terceira

O Peregrino de Lourdes – 1905 e 1907

A Voz do Professor (1909-1910). Ano I. Ano II

O Tempo 1905 a 1912

A Semana 1900 a 1904

O Athleta 1909 - 1911

O Angrense 1900 a 1905

A Terceira 1859 a 1909

O Futuro 1917

O Dia 1904-1924

O Alarme 1911

A Voz do Professorado 1883-1884

Jornal da Creança – infantil 1911

Revistas

Os Açores – Revista Ilustrada - Ano I, nº 1 a nº 4 de 1922 e Ano II, nº 6 – 7 de 1928.

Revista Michaelense - Ano III, nº 3 de novembro de 1920.

Revista Michaelense - Ano IV, nº 2 de julho de 1921 e nº 3 de setembro de 1921.

Revista Brotéria

Bibliografia

Abbagnano, N.V. (1982). *História da Pedagogia*. (vol III e IV). Lisboa: Livros Horizonte.

Adão, Á. (1993). A História da Profissão Docente em Portugal: Balanço da Investigação Realizada nas Últimas Décadas (p.123 a 135). In *A História da Educação em Espanha e Portugal – Investigações e Actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Adão, Á., Silva, C.M., Pintassilgo, J. (org). (2012). *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Azevedo, M. (1997). *João de Deus Ramos – Vida e Obra*. Lisboa: Notícias Editorial.

Barreto, G. (2006). João de Deus e Educação Nova (p. 111 a 137). In *História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e apropriação de modelos culturais* (Pintassilgo e outros (org). Lisboa: Ed. Colibri/Centro de Investigação em Educação (FCUL).

Benito, A.E. (s.d). *Tiempos y Espacios para la Escuela – Ensayos Históricos*. In ¿??Biblioteca Nueva.???

Boto, C. (2006). A Pedagogia Científica em Portugal e a Alquimia do Magistério – vocação, criatividade, entusiasmo, conteúdo e disciplina (p.88 a 110). In *História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e apropriação de modelos culturais* Pintassilgo e outros (org). Lisboa: Ed. Colibri/Centro de Investigação em Educação (FCUL).

Candeias, A., (1994). *Educar de Outra Forma – A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa – 1905 – 1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Candeias, A., Nóvoa, A., Figueira, M. H., (1995). *Sobre Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa.

Candeias, A., (2000). Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas. (Cap.V). In *Literacia e Sociedade: Contribuições pluridisciplinares*. Delgado-Martins, M.R., Ramalho, G., Costa, A. (org.). Lisboa: Caminho.

Candeias, A. (Dir. e Coord.), Paz, A., Rocha, M. (2007). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX – os censos e as estatísticas*. (2.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cardona, M. J. (1997). *Para a História da Educação de Infância em Portugal – O Discurso Oficial (1834 – 1990)*. Porto: Porto Editora.

- Carneiro, A. H. (2003). A inspeção definitivamente inscrita no sistema educativo português (Cap. IV). In *A Inspeção do ensino em Portugal – nos finais do séc. XIX e alvares do séc. XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (P. 401 a 514)
- Catroga, F. (1993). Cientismo, política e anticlericalismo. In *História de Portugal* Dir. José Mattoso (vol.V). Lisboa: Círculo de Leitores, pp.583-593.
- Carvalho, A.P. (1991). *Éléments pour l'histoire d'une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Carvalho, R. (2001) *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar – Caetano*. (3.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cordeiro, Carlos. (1992). *Insularidade e Continentalidade – Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851 – 1870)*. Coimbra: edição Minerva.
- Correia, A. Jácome. (1920). O Dr. Luiz Francisco Rebello Bicudo e a Literatura Contemporânea. In *Revista Michaelense*. Ano III, nº 3. Ponta Delgada. p. 888.
- Correia, L. (1999). O Ensino Primário e a República – Ilhas de S. Miguel e St^a Maria. In *Revista Insulana*. (vol. XLVII). Ponta Delgada: Instituto Cultural. pp. 311-320.
- Castro, F. (1972). *Chamou-se João de Deus exactamente o nome paterno*. Lisboa: museu/biblioteca João de Deus.
- Costa, R.A. (2006). Contribuição para a História da Inspeção Permanente da Escola Primária (1878-1933). (p.368 a 398). In *História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e Apropriação de Modelos Culturais*. Lisboa: edições Colibri.
- Cruzeiro, M. (1998). *A Mulher e a sua Luta pelo Direito à Presença*. Lisboa: Mátria.
- Deschamps, P. (1950). A Escola Progressiva Americana e a sua Atitude Religiosa. In *Revista Brotéria*. Vol. L, Pp. 231/232.
- Deus, J. (1995). *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. Lisboa.
- Deus, M. L. (1997). *Guia Prático da Cartilha Maternal*. Lousã: Associação de Jardins-Escolas João de Deus.
- Deusdado, F. (1995). *Educadores Portugueses*. Porto: Clássicos da Cultura Portuguesa, Ed. Lello e Irmão.
- Dias, T. (2003). *Instituições e Ideais Educativos nos Açores*. Ponta Delgada: Coingra.
- Dias, T. (org.), Silva M., Costa S. (s.d). *Instituições e Ideais Educativos nos Açores*. (Vol. II). Ponta Delgada: Nova Gráfica.
- Dias, U. M. (1928). *História da Instrução nos Açores*. Vila Franca do Campo: Empresa Tip. Lda.

Dias, U. M. (1940). *A Assistência Pública no Distrito de Ponta Delgada*. Vila Franca do Campo: Empresa Tip. Lda.

Enes, M. F. (2003). Sociedade dos Amigos das Letras e Artes – Um Caso de Associativismo Moderno. In *Ernesto do Canto, - Retratos do Homem e do Tempo – Actas do Colóquio*: Ponta Delgada: Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada. pp. 71-106.

Esteves, J. *Silêncios e Feminismos* www.aph.pt/uf/uf_0304.html.

Figueira, M.H. (2004). *Um Roteiro da Educação Nova em Portugal – Escolas Novas e Práticas Pedagógicas Inovadoras (1882-1935)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Felgueiras, M.L. (2008). *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX*. Porto: Campo das Letras.

Fernandes, R. (1978) *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Cultura.

Fernandes, R. (s.d.). *João de Barros – Educador Republicano*. Lisboa: Biblioteca do Educador Profissional, Livros Horizonte.

Ferreira, A.G. (s.d.). Crianças, Alunos e Menores: lentos para a compreensão social da infância em Portugal. In *A História da Educação em Portugal – Balanço e Perspetivas* (org). Porto: edições ASA.

Filho, Lourenço. (1978). *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. (vol. II). S. Paulo: Ministério da Educação e Cultura.

Giles, T. R. (1987). *História da Educação*. S. Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

Gomes, J. F (1984). *Estudos de História e Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina

Gomes, J. F (1986). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Grácio, R., Gomes, F., Fernandes, R. (1988). História da História da Educação em Portugal. In *História da Educação em Portugal*. Coimbra: Col. Biblioteca do Educador.

Guimarães, E. (1991). *Sete Décadas de Feminismo*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher.

João, M. I. (1991). *Os Açores no Século XIX – Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: edições Cosmo.

- Leal, M. I. (1992). *Um Século de Periódicos Femininos*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lobão, C. (2010). *História, cultura e desenvolvimento numa cidade insular entre 1853 e 1883*. (dissertação de mestrado).
- Lopes, A. (2008). *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1933*. Lisboa: Ensaius.
- Lume, F. (2006). Os inspetores do ensino primário: De orientadores a auditores. Motivações, dissensões e tensões na operacionalização das práticas inspetivas. (p. 399 a 429) In *História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e Apropriação de Modelos Culturais*. Lisboa: edições Colibri.
- Machado, J.T.M. (1972). *No II Centenário da Instrução Primária*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Machado, J. (2007) Instrução Pública. In *O Município de Ponta Delgada nos Primórdios da Autonomia 1896-1910*. Ponta Delgada: Gráfica Açoriana, pp 96-105.
- Maia, F.F. (1909). *Em Prol da Instrução*. Ponta Delgada: Typ. Alice Moderno.
- Maia, F.F. (1912). *Kodaks: Impressões de Viagem*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Maia, F.F. (1927). *Pela Suíça e pelo Reno, Paisagens, Escolas, Aspectos*.
- Magalhães, J. (2010). *Da Cadeira ao Banco – Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa Col. Ciências da Educação.
- Magalhães, J. (2012). República e Regimentação Escolar: O Estatuto Fundante da I.^a Reforma Republicana do Ensino Primário. In *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Adão, A. Silva, C. M. Pintassilgo, J. (org.). Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.
- Marques, A.H.O. (1986). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. (Vol. I e II). Lisboa: Editorial Delta.
- Medeiros, O. (?) *Boletim do Governo Eclesiástico dos Açores* (3.^o vol.).
- Melo, C. (2010). *A Escola do Magistério Primário da Horta no Estado Novo – 1945 a 1974*. (dissertação de mestrado).
- Mogarro, M.J. (2006). Bibliotecas Particulares e Saberes Pedagógicos (p. 233 a 257). In *História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e Apropriação de Modelos Culturais*. Lisboa: edições Colibri.
- Monteiro, J.R., Fernandes, M.H.L. (1985). *A Educação e o Ensino no 1.^o Quartel do Século XX*. Bragança: Instituto Politécnico (ESE).

- Monteiro, A. R. (2005). *História da Educação – Uma Perspetiva*. Porto Editora Lisboa: Centro de Investigação em Educação (FCUL).
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs*. (vol. I e II). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. (1993). *A Imprensa de Educação e Ensino – Repertório Analítico – Séculos XIX – XX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.
- Nóvoa, A., Berrio, J.R. (Org.). (1993). *A História da Educação em Espanha e Portugal – Investigações e Atividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Nóvoa, A. (1995). Uma educação que se diz nova. In *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, A. (Dir.). (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: edições ASA.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente - Histórias da Educação*. Lisboa: edições ASA.
- Pavão, R. A. (1986). *Os Açores e a Regionalização do Ensino: Uma Experiência Pedagógica a Partilhar com as Comunidades*. Angra do Heroísmo.
- Pavão, R. A. (2008). *Memórias do Ensino Primário no Concelho de Ponta Delgada – 1772-1939*. Ponta Delgada: edições da Câmara Municipal de Ponta Delgada - Gráfica Açoriana.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos, A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2006). Os manuais de Pedagogia no Primeiro Terço do Século XX – Entre a Tradição e a Inovação (p. 175 a 200). In *História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e Apropriação de Modelos Culturais*. Lisboa: edições Colibri.
- Pintassilgo, J., Mogarro, M.J., Henriques R.P. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (coord.) e outros. (2012). *Escolas de Formação de Professores em Portugal*. Lisboa: edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (coord.). (2013). *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX*. Lisboa: Instituto de Educação de Lisboa.
- Raposo, N.A.V. (1991). *O Contributo do Método João de Deus para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Reis, M. A. (1979). *A Pedagogia e o Ideal Republicano em João de Barros*. Lisboa: Terra Livre.
- Rocha, A. (1945). A Instrução em Portugal. In *Revista Brotéria*. Vol. XL, n.º 5 maio.

- Rocha, G. (1996). A Sociedade Açoriana – Uma Perspectiva Quantitativa da sua Evolução (1864 – 1940). In *Revista Estudo da História*, nº 1. Lisboa.
- Sampaio, J.S. (1975). *O Ensino Primário 1911 – 1969 Contribuição Monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro de Investigação Pedagógica
- Schnurbein, C. (2003). *As Frauleins Esquecidas: Preceptoras Alemãs nos Açores – Testemunhas Relatam*. Alemanha: Special Edition SKG – Verlag.
- Silva, C.S., Fonseca, M.C. (1999). Assimetrias de Género – Antes e Depois – O Reequacionamento da Mulher em Ana de Castro Osório. In *Revista Insulana* (Vol. LV). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Pp. 43-108.
- Silva, M.R.T. (1982). *Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras no Início do Século XX*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Silva, S.S. (2003). Associativismo e Filantropia no Tempo de Ernesto do Canto. In *Retratos do Homem e do Tempo – Atas do Colóquio*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores e C.M.P.D. pp. 49 – 69.
- Sousa, M.E. (1909). *Bibliotheca Escolar de Santa Clara: Ponta Delgada*: Typ. Alice Moderno.
- Supico, F.M. *Escavações* (Vol I). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Torgal, L.R., Vargues, I.N. (1984). *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*. Porto: Paisagem Editora.
- Torgal, L. R. (1993). A Instrução Pública. In *História de Portugal*. (vol. V). Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 609 – 623.
- Torres, J. (1850). *Relatório – A Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em San-Miguel, Ponta Delgada*.
- Vale, F.G.M. (1991). *A Literatura Infantil em Portugal, João de Deus – um pioneiro?*. Lisboa: Escola Superior João de Deus.
- Vaquinhas, I. (2000). “*Senhoras e Mulheres*” na Sociedade Portuguesa do Século XIX. Lisboa: Colibri.
- Vicente, A. (1998). *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio – Valores – Vivência Poderes nas Relações Sociais entre os dois sexos*. Lisboa: Multinova.
- Vilhena, M.C (1987). *Alice Moderno – A Mulher e a Obra*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Anexos

ANEXO I

Escolar Educação

26.ª Lição

a va ca an da no cam po que
é do ti o
o tan que já tem á gu a
mui to bo a
o gá to fu giu com um
pe da ço de quei jo
o quin tal deu ce bo la e ba ta ta
a ma mã tem um lê que bo ni to
o lei te é de má qua li da de

28.ª Lição

e la lê a bi bli a
o ti o foi ao clu be
o a vô tô cá va flau ta
é le já pin tou a pla ca
o glo bo é do pa pá
ou vi o glu glu da á gu a
é la fi cou mui to a fli ta

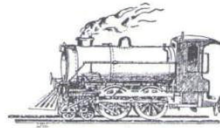
25.ª Lição

qua (qua)



(leque)

que (que)



(máquina)

qui (qui)

qual quan do
quan to
qua li da de

le que quei jo
a qué le
já que ta

qui lo qui e to
quin ta
a qui lo

27.ª Lição

bl | bi bli a pu bli co

cl | clu be cla ve

fl | a fli to flau ta

gl | glo bo glu glu

pl | pla ca ple be

Escolar Educação

22.ª Lição

o ma cá co co meu ba na na
o ga lo can ta bem
dói-me mui to o ca lo
a cu dam à me ni na
fui ao cu me do mon te
o pa pá te ve cul pa
eu be bi um có po de á gu a

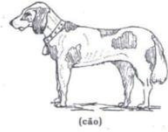
24.ª Lição

dê u ma ma çã ao men di go
dói-me mui to a ca be ça
co mi um cal do de ce bola
a á gu a da ba ci a é lim pa
o pa pá foi à ca ça
o po ço é bem fun do
o a çu de tem á gu a

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série I

21.ª Lição



ca (ca) | ca fê tó ca cal do
bô ca cá lo fá ca

co (co) | có po có la có va
bi co cá co cól mo

cu (cu) | cu co cul pa
a cu da cu me

23.ª Lição



ça (ca) | pe ça lou ça
ca be ça ma ça

ce (ce) | ce bo la ce go
foi ce cei fa

ci (ci) | ci da de ba ci a
ci cu ta ci pó

ço (ço) | mo ço lá ço
bei ço po ço

çu (çu) | a çu de a çu ce na

Escolar Educação

18.ª Lição

o ga to foi à ga vê ta
pá gue já a di vi da
o goi vo é bem lin do
a é gu a be beu á gu a
o fi go é de mel
a á gui a vo a mui to al to
o me ni no deu um gol pe
o ga go tem u ma gui ta

20.ª Lição

a á gu a é ge la da
o ga to fu giu lo go
a me ni na tem bo a gin ja
a ji bó i a é um a ni mal
o gi go é do ti o e da ti a
a ma mã ge me
o gi gan te deu-me u ma ti ge la

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série I



17.ª Lição

ga	(ga)	ga vè ta	ga to
gue	(gue)	a de ga	ga lo
gui	(gui)	jô gue	pá gue
go	(go)	pé gue	fo gue te
gu	(gu)	gui ta	á gui a
		go ta	goi vo
		fi go	gol pe
		gu la	a gu do
		é gu a	á gu a

19.ª Lição



ge	(ge)	ge mi do	fo ge
je		ti ge la	gen til
		gè lo	ge a da
gi	(gi)	gi gan te	ji bó i a
ji		gin ja	fu giu
		gi go	vi gi a

Escolar Educação

14.ª Lição

a mei a é da me ni na
a a vó já to mou o lei te
o ti o fu ma va
to ma lá u ma ba na na
dê-me o a nil e o pa no
o me ni no é mau
a mal va é da noi va

16.ª Lição

a ma mã tem um pen te
o pa pá já vem
a tin ta é bem bo a
é le deu-me pu dim
o tem po vai bom
é la an da de a vent al
a fon te dei ta mui to
o un to é lim po
o lom bo é bem mau
on tem foi di a de je jum

Escolar Educação



10.ª Lição

l (l) lò ja lei te fi ve la
lò lu a lò bo lu va
lè lè la
lu lò li
eu vi a lu a é la já foi a loja
o ti o be beu o lei te
fui à au la e li
a fi ve la é do a vô

12.ª Lição

o pai é al to
o boi é fi el
é le foi à au la
o de dal é ú til
eu dei o pol vo
o pa pel é al vo
o ti o é a fá vel
é le é ta ful

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série



(morango)

m (m)

mé má mó
mu mi ma

13.ª Lição

u ma mi a mi mo
mal va mei a mel



(nabo)

n (n)

na ni nó
nu né né

ne ve no ta a nil
no ve
ba na na
noi va

15.ª Lição

ã (ã) | lâ ma mã a ve lâ

am | tam pa lâm pa da

an | an jo ban de ja

em | tem po nu vem

en | den te a ven tal

im | fim lim po om | pom ba lom bo

in | tin ta pin to on | mon te on da

um | a tum je jum

un | mun do de fun to



(tesoura)

t (t)

tu tô te
ta ti tâ

9.ª Lição

bo ta tô da fi ta

pa te ta pa to té ta

o bi fe é teu

vá e fu ja do pa te ta

o ó vo é da pa ta

já vi a bo a ti ti

o ju deu viu a bo ta e a fi ta

11.ª Lição

al | al to fa val bal de

el | pa pel ba tel fi el

il | til vil ú til

ól | tol da vol ta pai ol

òl | tól do pol vo vol vo

ul | vul to ta ful pa úl

colar Educação

6.ª Lição



(janela)

ó ò

j (j) | bó jo ve ja bei je
já ja ji | oi ói ou
jói o jói a vou
jó jo ju | boi bói a pi ou
o pa pá bei jou a a vó
o bé bé via a jói a
ó pai, eu já vou ve ja o ó vo
o boi já be beu

8.ª Lição



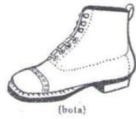
(fogão)

f (f)

bi fe fa va fi o
foi fu ja ba fo



fu fê fi | ui fui
fò fá fô
a fa va é bo a dá o bife ao pai
o pa pá foi e viu
fu ja da pipa e do pau
ó a vô, já fui e vi o bé bé



(bota)

5.ª Lição

é é e

b (b)	bá ba	bé bé	be bi	a
bá ba	ei	eu	éu	
bé bé	vei a	be beu	véu	
be bi	o pai	be beu		
bó bu	o bé bé	vai à	a vó	
	a viú va	via o	véu	
a a ve	be bi a	eu vi a	vei a	



(dedal)

7.ª Lição

e (sòzinho)=i

d (d)	di a	a ju de	dai	iu
dá da	ju di a	doi do	dá do	viu
dé dé				pe diu
de di	vá e	a ju de	o pa pá	
dó dô	o a vó	deu o	ôvo	
do du	a u va	é da	ju di a	
	eu vi	o boi	e a jói a	
	o bé bé	pe diu	o dá do	

Escolar Educação

2.ª Lição



ai (ai)

au (au)

ei (ei)

eu (eu)

oi (oi)

éu (éu)

ói (ói)

iu (iu)

ui (ui)



ou (ou)

4.ª Lição

O=U (só, ou, geralmente, no fim da palavra)



(ponte)

pa pá pi pa pi po

ai pai

p (p)

pá pa pé pi

pó po pu

vá ao pai



au pau

vi o pau

o pa pá vi a a a vó

o vi ù vo vai ao pi po

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série Escolar Educação

a A (A)	A mé li a	n N (N)	Na tá li a
b B (B)	Be a triz	o O (O)	Or lan do
c C (C)	Car los	p P (P)	Pre ci o sa
d D (D)	Do min gos	q Q (Q)	Qui té ri a
e E (E)	E li sa	r R (R)	Ro sa li no
f F (F)	Fi lo me na	s S (S)	Se bastião
g G (G)	Ge rar do	t T (T)	Te re sa
h H (H)	Her cu la no	u U (U)	Ur bi no
i I (I)	Il da	v V (V)	Vi to ri no
j J (J)	Jo a quim	x X (X)	Xa vi er
l L (L)	Le o nor	z Z (Z)	Zai da
m M (M)	Mar ga ri da		

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série

1.ª Lição

ê (é)



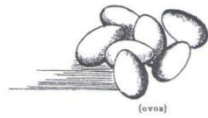
â (á)



í (i)



ó (ó)



u (u)



3.ª Lição



â = a (só, ou, geralmente, no fim da palavra)

v (v)

u va a vó vi va

via vi ù va



ai

vai

vá va vé

vi vó vu

a a vó vai

vi a u va

vi va a a vó

a vi ù va vi via

SÉRIE ESCOLAR EDUCAÇÃO

ÁLBUM

DE

QUADROS PARIETAIS

DO

A B C

EDITORA EDUCAÇÃO NACIONAL, L.^{DA}

— RUA DO ALMADA, 125 — PORTO —

Escolar Educação

42.ª Lição

no te lha do há um ni nho de
an do ri nhas
be bi u ma chi ca ra de chá
o pi nhei ro dá-nos as pi nhas
o mô lho chei ra a a lhos
o re lô gi o ba teu dez ho ras
se sa íres le va o guar da-chu va
com o ra pa jo ga mos os
pi nhões

44.ª Lição

o cai xei ro ven deu as a mei xas
o po bre zi nho co meu cal do
e pei xe
o pro fe ssor au xi li a os a lu nos
a ir mã com prou um cru ci fi xo
os me ni nos que es tu dam
fa zem e xa me

41.ª Lição

h ^(h) | há bil he ra hi no
(inicial) | ho ra hu mil de



(olho)

lh

pa lha mô lho
 á lhos o lhos



(pinha)

nh

li nha an ji nho
 ni nhos pa ssa ri nhos



(chapéu)

ch

cha ve chão
 chou ri ço cha ru to

43.ª Lição

x ^(x) | a mei xa cai xei ro
ch | quei xos dei xar

x | pró xi mo má xi mo
ç | au xi li ar trou xes te

x | fi xo cru ci fi xo
çç | se xo a xi la

x | e xa me e xér ci to
z | e xi gir e xó ti co

Escolar Educação

38.ª Lição

o ra paz co meu u ma noz
a luz da can dei a é pe que na
és te pe tis co sou be-nos mui to
bem

na es co la nós te mos
bas tan tes car tei ras e ban cos
os pés la vam-se mui tas ve zes
os me ni nos an da vam nus
as cal ças es ta vam rô tas

40.ª Lição

o ir mão foi no ba lão
o la vra dor se me ou os grãos
de ve mos a mar a no ssa mõi
os pa vões são dos sa cris tãs
que ri da ma mã, eu a do ro-te
é pre ci so es tu dar as li ções
eu gos to i men so de me lão

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série I

37.ª Lição

S (final) = Z (final)

az	faz	ra paz	iz	ju iz	fe liz
ás	pás	gás	is	is to	pe tis co
as	mas	cal ças	oz	noz	fe roz
éz	dez	fez	ós	pós	sós
és	pés	fes ta	uz	luz	truz-truz
êz	fêz	vez	us	nus	jus ti ça
ês	lês	te très	os	pa tos	ban cos
es	a ves	co mes			

39.ª Lição

ão	pão	ba lão	são	li ção
ãos	mãos	ir mãos	grãos	
ãi	mãi			
ãis	mãis	cãis	es cri vãs	
õe	põe	re põe	com põe	
ões	me lões	li ções	pa vões	

Escolar Educação

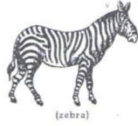
34.ª Lição

tra ze a qui o a zei te
o car pin tei ro per deu o cin zel
o an zol fi cou no bar co
a fa zen da é a zul
a ra pa ri ga foi ao a rro zal
on tem fo ram de zói to
com prei um re ló gi o no ba zar

36.ª Lição

o sa pa to bran co é lin do
a cri a da foi a mi ssa
eu que ri a ir a ca sa
a tar de cai, é quá si noi te
a nó ssa cla sse é gran de
dei um só co na me sa
è le já sa be tu do i sso

33.ª Lição



Z (Z)

(inicial e medial)

zá zé zi

zó zu

ze ro a zei te

la zei ra tra ze

zi gue za gue

a rro zal cin zel

fu zil an zol

a zul de zói to

S (s)

ç

sá sa sé sè

si só so su

SS (ss)

ç



S

Z

(entre vogais)

35.ª Lição

sa pa to só co

sei sim seu

sor te pul so

i sso cla sse

mi ssa pré ssa



cá sa me sa

ró sa quá si

Escolar Educação

30.ª Lição

a rou pa foi roi da pe lo ra to
o ja rro é de fe rro
a pê ra é o fru to da pe rei ra
o gri lo can tou tô da a noi te
o me ni no tem pre gui ça
dá-me cá o meu li vro
o ne go ci an te deu o trô co
à cri a da
a dro ga quei mou o bra ço

32.ª Lição

o lu ar tor na a noi te lin da
o ber ço e ra de fe rro
a fru ta a in da é ver de
o po bre an dá va a pe dir
o tam bor ru fa
a ur ti ga pi cou-me a ca ra
o me ni no fur tou o ga ti to
eu já ti ve o meu fo lar

QUADROS PARIETAIS

A B C = Série I



(relógio)

29.ª Lição

r (r) ra to rô la
(inicial)
 rã rô ré rou pa ro eu
 ri ru ra

rr (rr) té rra bu rro
(medial) já rro fé rro

r
(medial)

pé ra cá ro
 ba ra ta



(pêra)

br|bra ço breu
 cr|crã vo cru
 dr|dró ga vi dro
 fr|fri o fru ta
 gr|gri lo grau
 pr|pra to pré go
 tr|trò co trá po
 vr|li vro la vrou

31.ª Lição

ar|mar lu ar or|cor for ma
 ar ma fo lar or|a dor no tór no
 er|cer co per na or|còr fôr ma
 er|ter ço pu der or|a dór no tór no
 er|ver de ro er
 ler ter ber ço
 ir|ca ir pe dir ur|ur ti ga fur tar
 ou vir par tir ur|pur gar ur na

ANEXO II

Discurso publicado ao longo de vários números da *Revista Pedagógica*, intitulado *Interdependência da Evolução Mental, Social e Pedagógica*. Foi proferido por Francisco d'Atayde Machado de Faria e Maia aquando da abertura da Primeira Conferência Pedagógica, realizada no Atheneu Comercial de Ponta Delgada, no dia 15 de maio de 1906.

Faria e Maia começou por definir três espécies de evolução: A evolução mental, a evolução social e a evolução pedagógica.

Revista Pedagógica, nº 5 de 1 de junho de 1906

A evolução mental é longa, lenta e contínua espiral do espírito humano para a conquista da Verdade. A evolução social, a marcha progressiva dos ideaes humanos concretisados em instituições sociaes. A evolução pedagógica é a evolução mental concretisada em systemas educativos. Assim o sucessivo progresso da humanidade nas sciencias, nas artes, nas literaturas, no desvendar dos segredos da natureza physica e moral, das leis que regem estas duas ordens de phenomenos, o alargamento sucessivo das faculdades intellectuaes e sentimentaes desde Sócrates, Platão e Christo até á actual idade, constituem a evolução mental.

O progresso sucessivo dos meios de propaganda e transmissão dos conhecimentos adquiridos pelos espíritos privilegiados e creadores, constitui a evolução pedagógica.

A sucessiva actuação do movimento educativo na organização das sociedades constitue a evolução social.

É destas três ordens de factos que resulta o facto geral e complexo a que chamamos civilização. [...] O esclavagismo das antigas sociedades em que as ideas Liberdade e Igualdade eram apenas uma vaga aspiração. Com a Revolução Francesa estas ideas

passaram a actuar directamente na organização das sociedades, subordinando-se-lhes as instituições sociaes com a implantação de regimes representativos. Temos pois, evolução mental desde o gérmen destas ideas até á sua completa e definida formação; evolução pedagógica a sua propaganda pelo ensino e pelas escolas; evolução social a sua concretisação na proclamação da Revolução Francesa.

Revista Pedagógica, nº 6 de 15 de junho de 1906

A evolução mental, social e pedagógica não se podem estudar separadamente.

A cada phase da evolução mental corresponde uma idêntica na evolução orgânica das sociedades e na orientação dos systemas de ensino. Há uma interdependência dos factos /.../Os filósofos gregos já combatiam a favor da Liberdade, Igualdade e autonomia da Razão. Graças á legislação de Sólon, filósofo ateniense, nasceu uma legislação e sucedeu a igualdade civil dos homens... aos privilégios da educação a escola democratisada... a autonomia da Razão, a livre expansão do pensamento e analyse. É nesta época que apparecem as grandes individualidades de Sócrates e Aristóteles, percursores de grandes pedagogistas Comenius, Spencer, Pestalozzi e Froebel. Estes dois escritores revoltam-se contra o dogmatismo escolar estabelecendo que a verdadeira educação deve visar a levar o aluno a organizar por esforço próprio as noções do seu próprio saber e condenam o sistema que apenas visa transmitir ao aluno as definições e fórmulas, sem deixar ao espirito a liberdade de as analysar. Davam assim o 1º golpe nas concepções das religiões impositivas. O mesmo aconteceu em Roma com Séneca e Quintiliano introductores da philosophia e pedagogia da Grécia entre os romanos. Mas a sua acção foi meramente restricta ao mundo intelectual. Assim, prova que a evolução pedagógica acompanha sempre, a mental e social.

Revista Pedagógica, nº 8 de 15 de julho de 1906.

O elemento religioso actuou principalmente na vida mental e pedagógica. O catholicismo concretisa-se em formulas essencialmente impositivas. As verdades d'ella emanadas não admitem discussão.

Paralelamente os germânicos traziam o impositivismo das formulas sociaes... exigia-se cega obediência à vontade d'um chefe, elo supremo d'uma classe dominante – a guerreira.[...]

Revista Pedagógica, nº 9 de 1 de agosto de 1906

Na Idade Média a escola é um apanágio da classe sacerdotal e quasi só para ella constituída [...]. O elemento religioso foi a pouco e pouco enfraquecendo e a par das transformações na ordem social começam a accentuar-se modificações nos systemas de ensino que deixa de ser um privilégio quasi exclusivo da classe sacerdotal com o apparecimento das universidades que representam uma reacção contra o systema de ensino dominante. Todavia essa reacção foi mais no campo theorico do que no pratico [...]. A pouco e pouco a rotina foi cedendo o passo a novas concepções sociaes e pedagógicas. Surgiam então as novas concepções filosóficas que transformaram a sociedade sob o triplice aspecto da sciencia, da religião, da política e que se podem consubstanciar em Bacon, Luthero, Descartes, Montaigne e Rousseau.

Revista Pedagógica, nº 15 de 15 de agosto de 1906

Só com a Revolução Francesa é que as novas concepções começam a encontrar realização pratica. Foi neste período renovador que a evolução mental da humanidade se converteu em evolução social e pedagógica.

A luta pela igualdade perante a lei da justiça dos impostos em que os cargos políticos pudessem ser exercidos por todos os que revelassem aptidões sem se attender ao nascimento. A declaração dos direitos do homem publicada pela França revolucionaria, foi a concretisação destas aspirações.

Revista Pedagógica, nº 11 de 1 de setembro

A partir daqui é que os systemas de ensino começam a sofrer no campo pratico a influencia dos princípios pedagógicos [...]. Locke e Rousseau desferem mortaes golpes á orientação de ensino dominante. Atacam o autorictarismo dogmático que reina na escola, a imposição das noções preformadas aos alumnos, condemnados ao papel passivo de meros receptores de concepções estranhas e abstractas, e preconizam, calorosamente o ensino que visa mais a despertar no alumno as faculdades de elaboração do que da memoria que o leva a ser, por assim dizer, o descobridor dos próprios conhecimentos, assim como advogam a escola largamente democratisada, publica, gratuita e secularisada. Esta ordem de idéas devia fatalmente reflectir-se na educação pública.

Os Estados consideraram a instrução pública um assumpto de ordem particular á mercê da iniciativa individual mas a Revolução tornou-a accessivel a todos os indivíduos permitindo o avanço progressivo das instituições democratas, elemento indispensável das sociedades modernas.

É pela educação, é pela acção pedagógica que as instituições democratas irão penetrando nas civilisações actuaes, por um processo evolutivo e pacífico.

Será por ella que as três sublimes palavras da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade serão, um dia realidades sociaes. Estas três ideas só

parcialmente se acham concretizadas, ainda mesmo nos países mais avançados. A fraternidade é ainda um sonho, uma visão poética para a humanidade sofredora. Onde está essa fraternidade apetecida e sonhada?

Onde está a igualdade económica? Onde está a igualdade política? Em vez das nações ligadas pelo amor, a guerra destruidora e fratricida; em vez d'uma justa repartição das riquezas, a acumulação de milhões em alguns indivíduos, enquanto o maior numero morre de fome e de frio; em vez da igualdade política o privilegio de direitos políticos para umas determinadas classes, é o que se vê ainda em quasi todos os paizes... Porém, para que todas estas aspirações se realizem, para que ellas possam ser factos positivos, só há um meio – a educação. Só pela educação que moralisa e instrue se poderão attingir estes ideaes.

ANEXO III

Independentes estabelecimentos. Estes logares são relativamente importantes, e podem reunir-se em grupos para o effecto de possuir pelo menos uma escola commum a cada grupo, pela seguinte forma: A Lomba do Carro com 621 habitantes, a Lomba do Cavalheiro com 509; a Lomba do Botão com 853 habitantes e a do Thonar com 379. As duas primeiras Lombas assim agrupadas formam um conjunto de 1.215 habitantes; as duas segundas de 1.232, não excedendo 600 metros a distancia entre as Lombas reunidas. Já o Governo reconheceu implicitamente a necessidade que estes logares tinham de possuir escolas, criando uma commum ás Lombas, do João Loução e do Alcaide, que estão nas mesmas circumstancias das que acabo de mencionar.

No concelho de Villa Franca do Campo, a freguezia de Agua d'Alto com uma população de 2.800 almas contando 105 crianças do sexo masculino e 128 do sexo feminino sujeitas ao ensino obrigatorio bem reclama 2 escolas para cada sexo pois que alem disto se acha a mais de 2 kilometros da séde do concelho. A freguezia de Ponta Garça, deste mesmo, carecia d'uma escola mixta na sua extremidade oriental, attendendo á demasiada distancia a que os habitantes deste ponto da freguezia estão do local das escolas actuaes. Resta-me ainda mencionar os concelhos da Ribeira Grande, Nordeste e Lagoa, que estando relativamente melhor dotados em numero de escolas, todavia seria conveniente que possuissem mais as seguintes: No primeiro mais duas escolas mixtas, uma na Lomba de S. Pedro que dista mais de 2 kilometros das Yrnas de Ajuda, possuindo 540 almas, e outra na Ribeira Fun.

Luz, pois que este dista mais de 3 kilometros do local das escolas officiaes. A freguezia Matriz desta cidade tambem necessitava de mais uma escola para cada sexo, assim como na freguezia de S. José se torna necessario a criação de mais duas para o sexo masculino, porque apenas possui uma deste sexo para uma população de 8.000 almas, o que dá uma percentagem de 500 crianças do referido sexo na idade escolar. Todavia podiam-se dispensar em parte estas escolas se nesta cidade se criasse uma escola central, pois que tendo uma população superior a 20.000 almas está nas condições legais de a possuir.

Resta-me ainda indicar no concelho de Ponta Delgada a freguezia de S. Roque, visto que esta freguezia apenas possui uma escola para o sexo femenino, sendo em numero de 147 as crianças recensadas do sexo masculino.

No concelho da Povoação as freguezias do Fayal da Terra e Ribeira Quente, em razão da distancia nunca inferior a 10 kilometros a que ficam das freguezias limitrophes, mereciam ser dotadas com uma escola do sexo femenino em cada freguezia.

Ainda no mesmo concelho, na freguezia da Nossa Senhora da Mãe de Deus, existem diferentes logares denominados Lombas que em razão da distancia a que ficam das 2 escolas estabelecidas na villa, e das más communicações que com esta tem precisavam

te para se poder pôr em pratica com todo o rigor o ensino obrigatorio. Contudo farei quanto em minhas forças caiba para que este se torne extensivo ao maior numero de creanças, e para que as Camaras deste circulo melhorem as condições materiaes das escolas. Já alguma coisa consegui neste sentido relativamente ás escolas da Villa da Lagoa, levando a Camara de aquelle Concelho a arrendar casas em melhores condições do que aquellas em que estavam funcionando que eram pessimas.

Ainda mesmo que conseguissemos alcançar melhores e mais amplos edificios para as escolas actualmente existentes neste circulo, seria o seu numero insufficiente para comportar todas as orianças na idade escolar. Seria, pois, bastante conveniente que neste circulo se criasse mais algumas escolas nas freguezias e logares mais importantes. Existem nesta Ilha muitos logares quasi privados de instrucção e que pela sua população e distancia a que setão dos locais das escolas das respectivas freguezias deviam ser dotadas com aquellas.

Nestas condições existem no Concelho de Ponta Delgada os seguintes logares: O sitio do Pilar, na freguezia da Brantanha, necessitava pelo menos d'uma escola mixta, visto que o numero de orianças nelle domiciliadas é de 130, ficando no extremo da freguezia cuja extensão é de 15 kilometros e possui apenas 2 escolas para 452 orianças na idade escolar, incluindo as do referido logar do Pilar. No logar de Santa Barbara, freguezia de Santo Antonio, distante da sede desta cerca de 8 kilometros de pessimo caminho, seria vantajoso criar tambem uma mixta e ainda no logar do Snr. dos Afflictos, freguezia dos Feneas da

Verma-te obrigado a permanecer nessas Ilhas muitas vezes por mais d'um mez por falta de meio de transporte.

Assim no circulo a meu cargo, é frequente dar-se o caso de o unico paquete mensal que faz carreira entre S. Miguel e Santa Maria não poder fundear nesta Ilha por causa do mau tempo, ficando os seus habitantes privados de communicações por um mez e ás vezes mesmo muito mais. Se por ventura se der este facto durante a minha visita á proxima Ilha, ficará parado todo o serviço desta secretaria, com o que muito soffrerá o professorado, principalmente se attendermos a que não haverá quem processe as folhas de vencimentos durante a minha ausencia.

Pelas razões expostas tenho a honra de sollicitar a V. Exa. se digne ponderar ás estações competentes a necessidade de dotar esta sub-inspecção com um lugar de amanuense que me auxilie no serviço administrativo e que me possa substituir nos meus impedimentos legass.

Como disse a V. Exa. ainda não pude percorrer todas as escolas deste circulo, mas pelas informações que tenho tido e pelas que colhi directamente, posso dizer-lhe que todas ellas se acham pobremente dotadas de mobiliario e utensilios escolares e poucas em boas condições pedagogicas, sendo o seu numero insufficiente

é a attenção que elle merece. Assim antolha-se-me de
 a grande necessidade, para que se tire um completo e proficuo re-
 sultado da nova reforma da instrucção primaria, a criação d'um
 logar de amanuense nesta secretaria, que me permita exercer uma
 acção mais continua e efficaz a bem do melhoramento deste cir-
 culo. Só assim se poderá tirar todo o partido do
 principio fecundo da fiscalisação do ensino, o principal e mais
 salutar elemento da presente organisação primaria.

Effectivamente como se poderá exigir que o sub-inspector
 visite, pelo menos, duas vezes no anno todas as escolas officiaes
 e uma vez as particulares de 7 concelhos, quando se lhe exige o
 processamento das folhas dos vencimentos dos professores, das
 rendas de casas e subsídios dos mesmos, organisação de orçamen-
 tos ? E ainda mesmo quando o possa fazer, como poderá
 elle dispor de tempo para examinar conscienciosamente os metho-
 dos de ensino dos professores, modificando-os e corrigindo-os ?

Não será esta a sua verdadeira missão ? É, mas para
 isto precisa de muito tempo, attenção e estudo, incompativeis com
 o trabalho material excessivo que lhe absorve todas as horas,
 prendendo-o constantemente á banca.

Se a criação de um logar de amanuense nas sub-inspecções
 se torna de grande vantagem em todos os circulos escolares do
 Reino, nos circulos das Ilhas Adjacentes é de absoluta necessi-
 dade, attendendo ás suas condições geographicas. Sendo
 estes compostos de varias Ilhas, entre as quaes existem poucas
 communicações, ficarão os serviços paralyzados em quanto a
 visita dos sub-inspectores ás Ilhas vizinhas, podendo estes

e attenção que elle mereça.

Assim antolha-se-me de urgente necessidade, para que se tire um completo e proficuo resultado da nova reforma da instrucção primaria, a criação a um lugar de amanuense nesta secretaria, que me permita exercer uma acção mais continua e efficaz a bem do melhoramento deste circulo.

Só assim se poderá tirar todo o partido do principio fecundo da fiscalisação do ensino, o principal e mais salutar elemento da presente organisação primaria.

Effectivamente como se poderá exigir que o sub-inspector visite, pelo menos, duas vezes no anno todas as escolas officiaes e uma vez as particulares de 7 concelhos, quando se lhe exige o processamento das folhas dos vencimentos dos professores, das rendas de casas e subsídios dos mesmos, organisação de orçamentos?

E ainda mesmo quando o possa fazer, como poderá elle dispor de tempo para examinar conscienciosamente os methodos de ensino dos professores, modificando-os e corrigindo-os?

Não será esta a sua verdadeira missão? É, mas para isto precisa de muito tempo, attenção e estudo, incompativeis com o trabalho material excessivo que lhe absorve todas as horas, prendendo-o constantemente á banca.

Se a criação de um lugar de amanuense nas sub-inspecções se torna de grande vantagem em todos os circulos escolares do Reino, nos circulos das Ilhas Adjacentes é de absoluta necessidade, attendendo ás suas condições geographicas. Sendo estes compostos de varias Ilhas, entre as quaes existem poucas communicações, ficarão os serviços paralyzados em quanto não se fizerem visitas dos sub-inspectores ás Ilhas vizinhas, podendo estes

Ilmo. e Excm. SR.

Em conformidade com o No. 13 do Art. 300 do Regulamento de 19 de Setembro de 1903, venho apresentar a V. Exa. o meu relatório sobre este Circulo Escolar.

Muitas lacunas e difficiencias terá este provenientes do conhecimento incompleto e imperfeito que ainda tenho deste Circulo, em virtude de ter sido nomeado para o cargo que desempenho apenas ha 4 meses. Em tão pouco espaço de tempo ser-me-ia quasi impossivel conhecer todos os factos sobre os quais devesse chamar a attenção de V. Exa., ainda mesmo que não tivesse todo o meu tempo absorvido pelo trabalho de secretaria como tenho tido. Todavia indicarei a V. Exa. as necessidades que se me avultam mais importantes prover, procurando dar-lhe uma ideia geral ainda que incompleta do estado em que se encontra este Circulo.

Em primeiro lugar devo ponderar a V. Exa. a vantagem que haveria se nesta sub-inspecção houvesse um amanuense que me coadjuvasse no serviço administrativo e de expediente desta secretaria. É este serviço excessivo para uma só pessoa e antevejo que elle me absorverá a maior parte do tempo, impedindo-me muitas vezes de tomar conhecimento directo de todas as necessidades da instrucção e de fiscalisar o equivo

Em conformidade com o No. 12 do Art.300 do Regulamento de 19 de Setembro de 1902, venho apresentar a V.Exa. o meu relatório sobre este Circulo Escolar.

Muitas lacunas e difficiencias terá este provenientes do conhecimento incompleto e imperfeito que ainda tenho deste Circulo, em virtude de ter sido nomeado para o cargo que desempenho apenas ha 4 mezes. Em tão pouco espaço de tempo ser-me-ia quasi impossivel conhecer todos os factos sobre os quaes deves-se chamar a attenção de V.Exa., ainda mesmo que não tivesse todo o meu tempo absorvido pelo trabalho de secretaria como tenho tido. Todavia indicarei a V.Exa. as necessidades que se me avultam mais importantes prover, procurando dar-lhe uma ideia geral ainda que incompleta do estado em que se encontra este Circulo.

Em primeiro logar devo ponderar a V.Exa. a vantagem que haveria se nesta sub-inspecção houvesse um amanuense que me coadjuvasse no serviço administrativo e de expediente desta secretaria. É este serviço excessivo para uma só pessoa e antevejo que elle me absorverá a maior parte do tempo, impedindo-me muitas vezes de tomar conhecimento directo de todas as necessidades da instrucção e de fiscalisar o ensino com o ri-

Ilmo. e Exmo. Snr.

INSPECTOR DA PRIMEIRA CIRCUNSCRIPCAO ESCOLAR DO REINO

LISBOA

RELATORIO
=====

DO

SUB-INSPECTOR DO CIRCULO ESCOLAR

DE

PONTA DELGADA
=====

=====

FRANCISCO ATHAYDE MACHADO DE FARIA E MALA

=====

Antes de concluir devo ainda ponderar a V.Exa. que seria muito vantajoso que alcançasse que me fosse concedida autorização para fazer a nomeação dos professores interinos para as cadeiras que vagarem neste circulo desde que aqui haja individuos legalmente habilitados.

Assim estariam as escolas menos tempo fechadas ,evitando-se a necessaria demora que resulta da distancia a que está esta Ilha da séde da circumscripção escolar.

Taes são os pontos sobre os quaes julgo dever chamar a attenção de V.Exa. para que no caso de os julgar dignos de serem attendidos os apresente ás estações superiores.

Ponta Delgada 19 de Outubro de 1903

O SUB-INSPECTOR

François d'Albuquerque de Faria e Alar

É geral a repugnancia com que as commissões do recenseamento, e especial os parochos, se prestam a este serviço, e foi necessario repetidas instancias e quasi sollicitações particulares para que o fizessem sem ter de recorrer ás sanções do Regulamento.

Parecia-me que se obviariam estas difficuldades estabelecendo uma remuneração ainda que pequena ás commissões do recenseamento por este serviço.

E julgo ainda mais necessaria esta remuneração para o caso previsto no § 2.^o do Art. 8 de Regulamento em vigor, porque difficilmente se encontram individuos idoneos para substituirem os professores na organização do recenseamento, que não se esquivem a esta obrigação que lhes é imposta sem remuneração alguma e que os prejudica nas suas occupações ordinarias.

A mesma difficuldade surge relativamente aos agentes recenseadores de que falla o Art. 15. do citado Regulamento.

Parece-me que a retribuição deste serviço por meio de uma pequena quantia, paga pelas Camaras Municipaes, por cada criança recenseada, seria o meio mais seguro de obter um recenseamento perfeito e consciencioso.

D'outra forma não teremos garantia alguma de que elle seja escrupulosamente feito, incluindo todas as crianças na idade escolar, quer constem do registo do baptismo quer não. Para isso seria necessario que o sub-inspector tivesse o dom de obliquidade, porque só assim poderia verificar se todas as commissões procedem aos recenseamentos com o rigor e cuidado que a lei lhes exige.

Não sendo assim só poderá notar essas imperfeições depois de organizado o recenseamento e no decorrer do anno o que ainda assim será difficil.

da que fica a 4 kilometros e meio d'aquella freguezia.

No segundo igualmente seria vantajoso criarem-se mais duas mixtas, uma na Lomba da Salga, freguezia da Nossa Senhora do Rosario, e outra na da Pedreira, freguezia de S. Jorge.

Ambas estas localidades são bastante populosas e distanciadas das escolas das respectivas freguezias. No terceiro concelho apenas me parece necessario a escola mixta do logar da Atalhada, que foi pedida pela respectiva Camara e cujo processo para a sua criação terei a honra de enviar brevemente a V. Exa.

Oriando-se todas estas escolas parece-me que este circulo ficará bem dotado, e que alcançando-se mais amplos e melhores edificios escolares do que os que existem actualmente, poderemos realizar aqui o ensino obrigatorio em toda a sua extensão.

Presentemente luctarei com grandes difficuldades para conseguir pôl-o em pratica não só porque o espirito do povo ainda não está sufficientemente preparado para o aceitar, nem bastante cultivado para comprehender a sua vantagem, mas principalmente pela deficiencia do numero das escolas e da pequena capacidade destas.

Tive este anno muita difficuldade na organisação do recenseamento escolar, conseguindo todavia fazel-o com excepção d'uma freguezia, como V. Exa. verá pela estatistica junta.

ANEXO IV

Relatório completo da Inspeção às escolas da Lagoa (transcrição)

Copiadores da Inspeção Escolar de Ponta Delgada – LB 8 1903 – 1904 n.º124 de 6 de abril de 1904 (p.136 a 147).

Ribeira Chã dispõe de uma sala que dá para vinte crianças quando os alunos matriculados são de 48. O aglomerado de crianças prejudica a boa higiene por dispor apenas de um pequeno recinto sendo quase irrespirável a atmosfera havendo a necessidade de abrir-se uma janela. Não tem alojamento para a professora que se vê obrigada a dormir num pequeno cubículo por cima da cozinha ou a ter de dormir a Água de Pau. A Câmara deverá por isso exigir ao proprietário as alterações. Relativamente ao material não possui nenhum tendo as crianças de se sentar em bancos que a professora pediu emprestados à igreja da freguesia. O material de ensino também não existe.

Na escola do sexo feminino de Água de Pau tem por único material de ensino 2 quadros pretos em mau estado e 1 esfera deteriorada e por mobiliário 2 mesas a “relhar”. As crianças sentam-se no chão ou em pequenos bancos que trazem de casa. É urgentíssimo que estas duas escolas sejam fornecidas com o respectivo mobiliário e material de ensino. Este deverá compor-se pelo menos de um quadro negro pelo menos um metro de altura por 1,50 de largo, 1 ábaco, 1 colecção de pesos e medidas, cartas corographicas do continente, ilhas adjacentes e regiões ultramarinas e de varias cartas d`alfabetos e silabários.

A escola do sexo feminino do Rosario também carece de novo mobiliário e de mais algum material [...] oferece 7 bancos, 5 mesas de modelo antigo e em mau estado, para 92 crianças da freguesia, um quadro preto, um contador e uma mesa para a professora em péssimo estado. Necessita de pelo menos 16 bancos para duas crianças cada [...] uma secretaria para a professora, assim como do mesmo material de ensino das anteriores com excepção do contador mechanico e do quadro preto. Seria conveniente a Camara junto com o senhorio por bandeiras nas janelas para o ar ser renovado.

A escola do sexo feminino de St^a Cruz está em melhores condições do que as anteriores não só pelo edificio mas como pela mobilia, todavia [...] 4 bancos e 4 mesas

de modelo antigo para 6 crianças cada, suficiente para o número de crianças que possui. Não é de tanta urgência a renovação desta mobília. Necessita de 31 bancos – mesas para 2 crianças ou de 20 para 3. O material de ensino é que é escasso, apenas tem 1 quadro preto, sendo urgente o fornecimento de material que a professora requisitou e que consta de um contador mecânico, alfabetos, 1 coleção de pesos e medidas e 1 esfera. Ainda devo lembrar à Câmara a necessidade que existe de mandar colocar uma porta da entrada, uma rede em toda a sua [...] para renovação do ar porque a atmosfera é irrespirável. Também seria necessário que se construísse um alpendre à entrada da escola, sobre o balcão que dá acesso à aula, alargando o pavimento deste, pelo menos mais 3 metros.

A escola do sexo masculino de Água de Pau ficaria em melhores condições se pudesse reparar a sala do lado esquerdo do [...] porque é mais amplo e de melhor exposição fazendo um alpendre sobre o balcão que lhe dá acesso. Relativamente ao mobiliário apenas possui 6 bancos e 6 mesas em péssimo estado e de formato antigo, todavia como são suficientes para o número que a frequenta e como a Câmara não poderá renovar nestes primeiros dois anos esta mobília solicito que sejam reparadas. Porém de maior brevidade é o fornecimento do material de ensino que vem indicado no [...] 75 do art.º 37 do Regulamento de instrução primária em vigor porque apenas possui 1 quadro preto em mau estado e mais pequeno do que deve ser.

Nas mesmas condições desta escola está a mixta do lugar de Cabouco possuindo mobiliário velho estragado mas preparado, poderá servir algum tempo. É urgente porém que seja fornecido a esta escola o material de ensino requisitado pela professora.

Rosário – Esta escola pode-se considerar bem dotada não só de material de ensino como de mobília, principalmente depois de estar acabada ao que julgo está a fazer-se. Apenas venho [...] levar ao conhecimento a necessidade de impedir que o quintal adjacente à escola seja usado pelo sapateiro que trabalha por baixo da casa d'esta, assim como a urgência que há de remover as latrinas que existem ao lado de traz da oficina do referido sapateiro, porque sendo pessimamente construídas, exalam então mau cheiro, prejudicando a higiene da escola.

O modelo dos bancos que necessitam as escolas foi feito pela capacidade das salas actuaes e não pela frequência escolar porque segundo a legislação em vigor,

cada sala deve suportar tantos alunos quantos forem os metros quadrados da sua superficie. O typo das carteiras com banco ligado para dois alunos é o mais comodo e o que ultimamente se tem adoptado nas escolas centraes de Lisboa e Porto. Existe também o das carteiras da escola anexa á de habilitação ao magistério primario d'este districto e não é demasiado caro sendo todas em madeira. Segundo me disse o illustre Director d'aquella escola, custa cada uma 6 a 7.000 reis. Se a digna Camara, porém entender ser mais económico o modelo para 3 alumnos poderá adoptal-o porque o Regulamento não o prohibe [...].

ANEXO V

Relação nominal das Juntas escolares dos concelhos do Círculo Escolar de Ponta Delgada

Copiadores da Inspeção Escolar de Ponta Delgada - L 9, n. 48, (p 73), 3 de novembro de 1919

Concelho da Lagoa

Representantes da Câmara: Artur do Quental Tavares do Canto, presidente, e Padre João Furtado Pacheco

Representante das Juntas: Dr. João Luís da Camara

Representantes dos professores: Os professores _ Manuel Alvaro de Mattos, D.^a Beatriz Augusta da Costa e D.^a Maria de Lourdes Vieira

Delegado do Inspector: Marianno Marcelino Cabral

Secretario de Finanças: José Ferreira de Viveiros

Concelho da Ribeira Grande

Representantes da Câmara: Dr. Antonio de Medeiros Franco, presidente, e Jaime Pimentel Cabral

Representante das Juntas: Lino Ferreira Cabido

Representantes dos professores: Os professores _ Manuel do Rego Sousa, Manuel Pedro da Costa e José Octavio Teixeira

Delegado do Inspector: Laurino de Melo Garcia

Secretario de Finanças: Dionisio Cabral de Lima

Concelho de Vila Franca do Campo

Representantes da Câmara: José Bento de Melo, presidente, e António Elias d`Amaral

Representante das Juntas: Manuel Jacinto Pimentel

Representantes dos professores: As professoras _ D.^a Maria dos Anjos Bento D.^a Ernestina Costa e João Inácio Botelho

Delegado do Inspector: Jaime Maria Borges

Secretario de Finanças: Virgilio Homero de Medeiros

Concelho do Nordeste

Representantes da Câmara: Cristiano José de Freitas, presidente, e João Vaz Pacheco de Castro

Representante das Juntas: Manuel Bento Pacheco

Representantes dos professores: Os professores _ Antonio de Medeiros, Julio Franco do Rego, D.^a Guilhermina dos Santos Medeiros

Delegado do Inspector: Padre José Lucindo da Graça Sousa

Secretario de Finanças: Luís Coelho M[?]

Concelho da Povoação

Representantes da Câmara: Dr. Pedro Mendonça Machado, presidente, e Manuel Antonio de Medeiros

Representante das Juntas: Virgilio Baptista de Vasconcelos

Representantes dos professores: Os professores _ D. Maria Evelina de Mendonça, D.^a Inês O[?]lia de Medeiros, Antonio Augusto Botelho

Delegado do Inspector: Manuel Jacinto de Medeiros Bonança

Secretario de Finanças: Courado Baptista d`Amaral Vasconcelos

Concelho de Vila do Porto

Representantes da Câmara: Jacinto Mauricio Travassos, presidente, e Armando Monteiro Camara Pereira

Representante das Juntas: Antonio de Moraes Cordeiro

Representantes dos professores: Os professores _ Antonio de Sousa Aguiar, João Ferreira de Sousa, D.^a Angelica Garcia da Silva

Delegado do Inspector: Luis Moraes Bettencourt

Secretario de Finanças: Julio Rebelo Reis

L.º9 n.º 131 p. 173 de 26 de março de 1920

***Concelho de Ponta Delgada**

Representantes da Câmara:

Representante das Juntas: Manuel [?]

Representantes dos professores: Os professores _ D.ª Maria Evelina de Sousa e Manuel de Barros

Delegado do Inspector interino: Francisco António Raposo de Medeiros

Secretario de Finanças: José Joaquim de Sousa

***Nota:** Esta lista foi enviada muito mais tarde e incompleta sem os membros representantes da Câmara o que não sabemos se já tinha sido enviado anteriormente o que não parece fazer sentido. Uma das situações que causa alguma curiosidade é o facto do inspetor interino ter incluído o seu nome como representante do delegado do inspetor quando não podia acumular funções, pois na altura em que foi enviada a lista Francisco António Raposo de Medeiros estava a exercer como inspetor interino.

Desconhece-se a razão porque é que a Câmara de Ponta Delgada mostrou contrariedade na formação das Juntas.

ANEXO VI

Ofício enviado ao Procurador da República pela Comarca da Ribeira Grande
(transcrição)

Copiadores da Inspeção Escolar de Ponta Delgada - L 10, n.º272, (pp 365 a 371), 30 de setembro
de 1916

Serviço da Republica

Ex.mo Sr.

No cumprimento de ordens de serviço superiormente transmitidas ao Inspectorado do paiz, tenho a subida honra de levar ao conhecimento de V.ª Ex.ª que na sessão de 31 de Agosto ultimo, da Comissão Executiva da camara Municipal da vila da Ribeira Grande se desacatou inequivocas disposições vigentes da legislação primaria na deliberação que se tomou acerca do provimento da escola do sexo feminino da freguesia da Matriz da mesma vila.

É da competencia das Comissões Executivas das Camaras Municipais nomear, transferir, suspender ou definir os professores de instrucção primaria; mas essa faculdade (nem de outro modo se podia compreender) tem de ser exercida, como expressamente se acha estabelecido, em conformidade com os preceitos contidos nas Leis e Regulamentos especiais _ n.º 9 do art.º 94 da Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913 observando-se esta desposição, e havendo corrido legalmente o processo geral de concurso da referida escola, facto implicitamente reconhecido pela própria Comissão Executiva, visto que, nos termos do direito, nenhuma reclamação lhe fora oficialmente oposta, deveria ter sido nomeada para a escola já citada, independentemente de votação, como se conclue do disposto do art.º 16 da Lei n.º 424, de 11 de setembro de 1915, a concorrente proposta em 1.º lugar, D. Olinda Engracia Pereira e não a que foi proposta em 2.º lugar Eduina Amelia da Costa, como oficialmente me foi comunicado.

Pela desposição do ultimo art. supra citado, pela copia junta da proposta graduada que acompanhou o processo geral de concurso, como determina o art. 12 da Lei n. 424 citada, e ainda pela copia da comunicação que me fora feita da professora nomeada, verá V.ª Ex.ª que a deliberação sobre o provimento da escola de que se trata, é nula e, por consequencia, nenhum efeito legal poderá produzir, como expressamente se determina no ??? unico do art.º 16 d`essa mesma Lei.

Para melhor esclarecimento, julgo ainda do meu dever levar ao conhecimento de V.^a Ex.^a que as propostas graduadas das concorrentes ao concurso das escolas primarias é o documento basilar para a deliberação que sobre este assumpto se deve tomar, porque consubstancia todas as desposições vigentes da legislação própria.

A proposta graduada que acompanhou o processo geral de concurso a que me venho referindo, foi por mim organizada em conformidade com as condições de preferencia estabelecidas pelo art.º 12 ??1.º da Lei n.º 424, tendo ainda atendido, quanto à qualificação dos diplomas de habilitação para o Magisterio Primario, que constitue a 2.^a preferencia legal nestes concursos, ao quadro da correspondencia entre as escolas de valor adoptadas nos varios regimens de instrução primaria, o qual faz parte do decreto n.º 2333, de 14 de abril do corrente anno.

[...] Respeitosamente submeto a apreciação que fica feita do facto praticado pela Comissão Executiva da Camara Municipal d`essa vila, rogando a V.^a Ex.^a que, em conformidade com as desposições da Lei n.º [3]21, de 23 de junho [?]se digne tomar as providencias necessárias, afim de que sejam plenamente garantidos os direitos da concorrente ilegalmente preterida, como é de justiça.

Saude e Fraternidade

Inspecção do Circulo Escolar de Ponta Delgada, 30 de Setembro de 1916

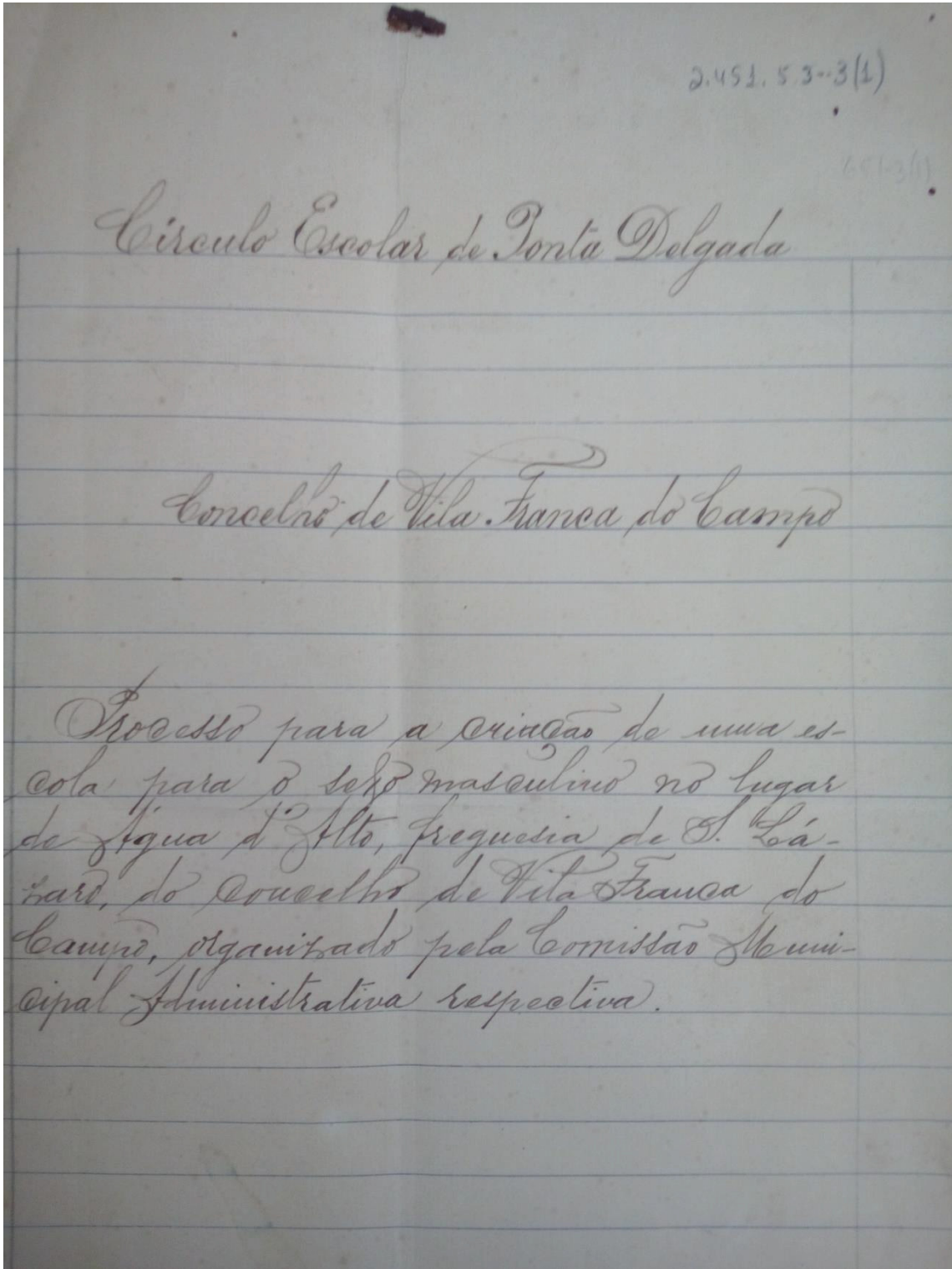
Ex.mº Delegado do Procurador da Republica na Comarca da Ribeira Grande

O Inspector

Manuel Ignacio d`Arruda

ANEXO VII

Processo para a criação de uma escola em Vila Franca do Campo



A. Padua

Cópia do orçamento ordinário de Instrução Primária para o ano de '1918, de receita e despesa, da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

Verbas	Receita	Importancias
	Sit. 1. ^o Art. unico	
1	Parte das receitas gerais do Municipio consignadas ao pagamento dos encargos obrigatórios de Instrução Primária pelas mesmas subdivisões a	14424,00
	Sit. 2. ^o Art. unico	
2	Productos do imposto especial municipal para Instrução Primária (30% sobre as contribuições gerais directas do Estado)	5040,00
	Soma a receita	64624,00
Verbas	Despesa	Importancias
	Sit. 1. ^o Art. 1. ^o	
1	Rendas de casa das escolas e habita	

Relação do mobiliário e material escolar:

- 1.º - Hinte carteiras de dois lugares, de madeira e ferro, de três tamanhos;
- 2.º - Dois bancos grandes;
- 3.º - Uma secretária, uma cadeira e respectivo estrado, para a professora;
- 4.º - Três cadeiras;
- 5.º - Um lavatório completo;
- 6.º - O material de ensino exigido no § 4.º do art. 3.º do Decreto n.º 134, de 15 de Setembro de 1913.

Secretaria da Câmara Municipal, do
Concelho de Vila Franca do Campo, 8 de Maio
de 1918.

Comissão Administrativa
Virgílio Ernesto Lecheg
Manuel de Medeiros Gueiral
Candido José de Medeiros
Francisco de Medeiros Gaspar
António do Monte Napoleão

2002/11
H. S. S. S.

Indicação da casa onde se propõe instalar a escola.

Estas havendo na frequência edifício fin
tural onde fundesse instalar-se a esca-
la, e que também sucede nas restan-
tes frequências do Concelho, pretende a
Comissão, tomar de arrendamento uma
casa bem situada no centro da fre-
quência, em regulares condições higiê-
nicas e pedagógicas, compreendendo-se de
uma sala para os exercícios escritos,
situada no primeiro andar, numa loja,
e que dê para recreio, com a
fachada exposta ao Sul, com três
amplas janelas do mesmo lado. A
sala tem 11,10 de comprimento, 6,10
de largura e 2,85 de altura. O pavio-
mento é de sobrado, em bom estado de
conservação. A casa está isolada
dos outros edifícios por três lados:
Norte, Sul e Leste. Não tem vitruvina-
ças perigosas, incômodas ou insalu-
bres; tem água e retrete; não tem re-
quisito para a frequência.
Secretaria de Câmara Municipal

N.º	Nomes e apelidos	Naturalidade	Filiação	Data de nascimento
61	Alzira Cabral Ribeiro Sica	Ribeira Sica	Manuel Cabral	14-6-1910
62	Margarida Manuel	"	Manuel de Jesus Manuel	2-11-1910

Nota conforme Secretaria da Camara Municipal do Concelho de Vila Franca do Campo, 8 de Maio de 1918.

O Chefe da Secretaria
 Virgilio d'Alencar

1.º Livro 411

Município de Vila Franca do Campo Círculo Escolar de Ponta Delgada

Freguesia de S. Miguel Lugar da Ribeira Seca

Cópia do recenseamento das crianças do sexo feminino
na idade escolar, no ano de 1917

N.º	Nomes e apelidos	Naturalidade	Filiação	Data do nascimento
1	Maria Medeiros	Ribeira Seca	Jose de Medeiros	9-12-906
2	Bernardina Furtado	"	João Furtado	16-12-905
3	Beatriz Correio	"	Francisco Correio	1-1-907
4	Maria Correio	"	"	31-5-906
5	Maria Paxeco	"	Jose Paxeco	8-3-907
6	Angelina Furtado	"	Manuel de Furtado	13-3-907
7	Lucretia Furtado	"	"	31-8-908
8	Albertina Andrade	"	Antonio de Andrade	7-4-904
9	Maria Andrade	"	Manuel Jacinto de Andrade	16-8-904
10	Maria José	"	Antonio José	12-3-907
11	Bernardina Gomes	"	Manuel Gomes	21-5-907
12	Maria Lima	"	João Furtado Lima	1-6-907
13	Maria Sousa	"	Manuel de Sousa	5-6-907
14	Maria Amoral	"	Manuel de Amoral	7-6-907
15	Maria Amoral	"	"	12-4-904
16	Maria Bento	"	Jose Bento	18-6-907

V. Soares

Cópia do orçamento ordinário de Instrução Primária para o ano de 1918, de receita e despesa, da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Rubricas	Conta	Empenhadas			
	Ex.º				
	Art.º				
	Rubricas				
1	Parte das receitas gerais do Município consignada ao pagamento dos encargos obrigatórios de Instrução Primária pelas mesmas subsidiadas a				1412,00
	Art.º				
	Rubricas				
2	Produto do imposto especial municipal para Instrução Primária (3% sobre as contribuições gerais directas do Estado)				500,00
	Somma as receitas				6452,00
Rubricas	Despesa	Empenhadas			
	Ex.º				
	Art.º				
	Rubricas				
1	Fundos de reserva para escolas e habi.				

Relação do mobiliário e material escolar:

- 1.º - Duas carteiras de dois lugares, de madeira com armação de ferro, de quatro tamanhos;
- 2.º - Três bancos grandes, de madeira;
- 3.º - Um secretária, uma cadeira e respectivo estrado, para o professor;
- 4.º - Quatro cadeiras;
- 5.º - Um lavatório completo e dois escar-radores;
- 6.º - O material de ensino exigido no § 4.º do art. 3.º do Decreto 79.134, de 15 de Setembro de 1913.

Secretaria da Câmara Municipal do
Concelho de Vila Franca do Campo, 8
de Maio de 1918.

A Comissão Administrativa
Virgílio Ernesto Pacheco
Manuel de Medeiros Gual
Candido José de Medeiros.
Francisco de Medeiros Garampa
Antonio do Monte Mafico

Indicação da casa onde se projeta instalar a escola.

Como não ha na freguesia edificio publico onde pudessem instalar-se a escola, pretende a Comissão tomar de arrendamento uma casa, situada no centro da freguesia, em boas condições hygienicas e pedagogicas, comprando-se de uma sala para aula, uma dependencia coberta e um pátio para recreio. Não tem residencia para o professor. A sala fica situada ao ris-do-choão, sendo a fachada voltada ao norte; tem 10,50 de comprimento, por 5,40 de largura e 3,10 de altura; tem duas amplas janelas ao norte e uma ao sul; o pavimento é de sobrado novo. A casa está isolada dos outros edificios por três lados: norte, sul e nascente; tem retrete e fonte. Não tem visinhanças perigosas, incômodas ou insalubres.

Secretaria da Câmara Municipal
pal do Conselho de Vila Franca

N.º Ordem	Nomes	Naturalidade	Situação	Data
105	Titorino	S. Lázaro	Sebastião Rebelo	3-7
106	Eduardo	"	Eduardo Mendes	19-9
107	Manuel	"	Maria da Conceição	8-10
108	Antonio	"	Maria da Conceição	11-11
109	Augusto	"	Antonio Jacinto Martins	1-11
110	Manuel	"	Maria José	6-11
111	José	"	José Conça	1-12

Está conforme Secretarias da Câmara Municipal do Concelho de Vila Franca do Campo
8 de Maio de 1948.

O Chefe da Secretaria
Virgílio de Almeida e Silva

Ilho de Vila Franca do Campo Círculo Escolar de Santa Filizada

Freguesia d'Água d'Alto

Cópia do recenseamento das crianças
do sexo masculino na idade escolar, no ano de 1917

N.º	Nomes	Naturalidade	Filiação	Data de nascimento
1	Manuel	S. Lázaro	António de Medeiros	10-1-905
2	José	"	António do Espírito Santo	25-1-905
3	Manuel	"	José Correia	20-2-905
4	João	"	João Correia	24-3-905
5	José	"	Manuel Vieira	22-8-905
6	Francisco	"	Manoel Correia	4-10-905
7	Manuel	"	Francisco Pedro da Silva	9-10-905
8	Manuel	"	António Carras Tavares	26-1-906
9	António	"	José Correia	7-3-"
10	Francisco	"	Francisco de Medeiros Junqueira	13-4-"
11	Francisco	"	Francisco da Mata Velho	1-5-"
12	António	"	António Inocêncio Costa	16-5-"
13	José	"	Francisco Pereira do Carmo	10-7-"
14	Manuel	"	João Carlos Pereira	19-8-"
15	José	"	Sebastião Rebelo	22-8-"
16	Vitorino	"	Manuel Francisco	4-9-"

MUNICIPAL
NO
MUNICÍPIO
DE
SANTA DO CAMPO

Serviço da Republica

Foto. Travençolo do Campo, 8 de Março de 1918
Ao Ex.º Sr. Ministro de Instrução Publica

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Conselho da Vila Franca do Campo, tendo organizado e processado junto, para a criação de uma escola para 300 alunos no lugar de Agua d'Alto, freguesia de S. Lázaro, do mesmo conselho, encarece-me de solicitar de V. Ex.ª se digna decretá-la com a possível brevidade; as despesas resultantes da criação desta escola acham-se previstas no orçamento respectivo (doc. n.º 4) e peço que V. Ex.ª coligadas as informações competentes, não demore a deferimento da justa pretensão desta Comissão, que representa a dos habitantes da referida freguesia.

Saudes e Fraternidade
Presidente
Vergilio Ernesto Soares

Le-se presentes estas sobre as diferenças
de vencimento por promoções de classes
de a critério de duas novas esco-
las

Conferir com o original donde foi
extraído. ~~Virgílio de Almeida~~
Secretaria da Câmara Municipal
do Concelho de Vila Franca do Campo,
p. 8 de Maio de 1918
O Chefe da Secretaria
Virgílio de Almeida e Silva

Transcrição de um ofício enviado à 1.^a Zona para requerer a conversão de uma escola paroquial em central - Copiadores da Inspeção Escolar de Ponta Delgada - LB1 1911-1916, n.º 198 (pp.268/269), 18 de janeiro de 1913

Direcção Geral de Instrução

Tenho a honra de remeter a V.^a Ex.^a o processo junto da conversão de escola paroquial do sexo feminino da freguesia de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande, em escola central para o mesmo sexo, afim de V.^a Ex.^a se digne dar-lhe o destino devido. Consta no referido processo os documentos seguintes:

- 1.º Cópia da Representação da Câmara da Ribeira Grande.*
- 2.º Cópia da primitiva representação [...]pela supra-citada.*
- 3.º Cópia do certificado do recenseamento escolar da freguesia já citada.*
- 4.º Cópia da parte da acta da sessão camararia em que assume a responsabilidade exigida pelo 2.º do art.º 36 do Regulamento de 19 de Setembro de 1902*
- 5.º Cópia do officio em que a estação tutelar sancionou a deliberação da Camara, como exige o 3.º do art.º do regulamento já citado.*
- 6.º Dois documentos exigidos pelo Despacho ministerial de 16-08-1912.*
- 7.º Cópia do mappa estatístico anual como o exige o Despacho supra-citado.*
- 8.º Documento com a minha informação como o exige o art.º do regulamento já citado.*

O inspector

Manuel Ignacio d`Arruda

Nota: [...] encontra-se ilegível.

ANEXO VIII

Quadro resumo do número de penalizações e prémios atribuído aos professores

N.º de Prémios	Origem	Processos disciplinares	Repreensões	Penalizados		Causa (s) da penalização	Obstrução à penalização
				Sim	Não		
3	V. Franca		2	1	1	-Desferimento de palavras obscenas e castigos corporais graves. *	- Apresentação de testemunhos em como não batia. - Comprovação da lecionação de aulas particulares fora das horas oficiais.
3	Lagoa						
8	P. Delgada	2	1	1		-Saída da escola com frequência e durante o tempo letivo. -Enganava o registo dos mapas escolares. -Não matriculava os alunos.	
1	V. Porto						
3	R. Grande						
1	Povoação						
1	Nordeste						

ANEXO IX

Livro nº 1 e 2 de Registo das Escolas Oficiais da Circunscrição Escolar Ponta Delgada

Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
Lagoa N ^a Sr ^a Rosário	Vila da Lagoa Rua do	Desconhecido	Fem.	Sofrível	Regular	Particular
Lagoa N ^a Sr ^a Rosário	Cabouco Rua da Igreja	Desconhecido	Misto	Más	Mau	Particular
Lagoa S. Cruz	S. Cruz Rua da Praça Velha	Desconhecido	Fem.	Sofrível	Regular	Particular Conservação a cargo
Nordeste Achadinha	Rua da Canada	Desconhecido	Masc.	Sofrível	Mau	Particular (Conservação a cargo da
Nordeste S. António Nord.			Misto	Más	Desconhecido	
Nordeste S. Pedro Nord.	Canto da Cruz		Masc.	Sofrível	Regular	Particular (Conservação a cargo da
Nordeste S. Pedro Nord.	Rua Outeiro		Fem.	Más	Regular	Público
Nordeste Algarvia	Lomba Algarvia		Masc.	Desconhecido	Desconhecido	
P. Delgada Ginetes	Sete Cidades Rua da		Misto	Más	Sofrível	Particular
P. Delgada Ginetes	Várzea Rua Direita		Misto	Regular	Regular	Particular
P. Delgada Mosteiros	Rua do Porto		Fem.	Regular	Regular	Publico
P. Delgada Relva	Rua do Mulato	Desconhecido	Fem.	Regular	Mau	Particular
P. Delgada Mosteiros	Rua Nova	Desconhecido	Fem.	Regular	Regular	Publico
P. Delgada S. José	S. Clara		Fem.	Regular	Regular	Particular
Povoação Mãe de Deus	Rua Direita	Desconhecido	Fem.	Regular	Mau	Particular

Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
R. Grande Ribeirinha			Masc.			
Vila Franca Ponta Garça	Canada do Cinzeiro		Masc.	Más	Mau	Particular
Vila do Porto Almagreira		Desconhecido	Masc.	Más	Mau	Particular
Vila do Porto N ^a Sr. ^a Assunção	Rua Boa Nova	Desconhecido	Fem.	Sofrível	Mau	Particular
Vila do Porto N ^a Sr. ^a Purificação	Termo da Igreja		Masc.	Más	Mau	Particular
Vila do Porto N ^a Sr. ^a Assunção	Termo da Igreja	Desconhecido	Masc.	Más	Mau	Particular
Vila do Porto S. Barbara		Desconhecido	Masc.	Regular	Más	
P. Delgada S. Sebastião	Matriz	1831	Masc.	Regular	Regular	Particular
Lagoa Água de Pau	N ^a Sr. ^a Anjos Rua da	1832	Masc.	Más	Sofrível	Junta da Parochia (Particular)
Lagoa S. Cruz	Convento S. António	1832	Masc.	Sofrível	Regular	Estado (Conservação a cargo Junta)
Nordeste S. Jorge	Vila Nordeste	1832	Masc.	Más	Mau	Particular (Conservação a cargo da
Nordeste S. Jorge	Rua do Teatro	1832	Fem.	Más	Mau	Particular (Conservação a cargo da Junta
P. Delgada Fenaes Luz	Rua da Cidade	1832	Masc.	Más	Mau	Particular
P. Delgada Matriz	Rua do Gaspar	1832	Masc.	Más	Sofrível	Particular
P. Delgada S. Sebastião	Rua dos Manaias	1832	Fem.	Regular	Regular	Particular
P. Delgada S. Pedro	Rua da Graça	1832	Masc.	Regular	Regular	Publico
P. Delgada S. Pedro	Rua da Graça	1832	Fem.	Regular	Regular	Publico
Povoação Mãe de Deus	Rua Direita Igreja	1832	Masc.	Sofrível	Mau	Particular

Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
R. Grande Matriz	Rua da Praça	1832	Masc.	Sofrível	Sofrível	Particular
R. Grande Ribeira Seca	Rua do Balcão	1832	Masc.	Sofrível	Sofrível	Particular
R. Grande Rabo de Peixe	Rua da Praça	1832	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
R. Grande Ribeira Seca		1832	Fem.	Regular	Mau	Particular
R. Grande Matriz	Rua Direita	1832	Fem.	Más	Sofrível	Particular
R. Grande Matriz	Rua da Praça	1832	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
R. Grande Ribeira Seca	Ribeira Seca	1832	Mista	Regular		
Vila do Porto N ^a Sr. ^a Assunção		1836	Masc.	Sofrível	Regular	Publico
P. Delgada Capelas	Rua Direita	1841	Masc.	Más	Sofrível	Particular
R. Grande Pico da Pedra	Rua Direita	1850	Fem.	Sofrível	Mau	Particular
Vila do Porto Bom Despacho		1864	Masc.	Regular	Mau	
Povoação Fayal da Terra	Rua da Ribeira	1870	Masc.	Más	Mau	Particular
Nordeste Achada	Rua Direita Igreja	1873	Masc.	Sofrível	Mau	Particular (Conservação a cargo da Junta)
P. Delgada Feteiras	Rua da Igreja	1873	Masc.	Sofrível	Mau	Público
P. Delgada Feteiras	Rua Direita	1873	Fem.	Más	Mau	Particular
R. Grande Lomba da Maia	Rua Direita	1873	Fem.	Más	Mau	Particular
P. Delgada Bretanha	Rua da Igreja	1874	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
P. Delgada Bretanha	Rua da Igreja	1874	Fem.	Más	Sofrível	Particular

Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
P. Delgada Candelária	Rua da Igreja	1874	Masc.	Más	Regular	Particular
P. Delgada Candelária	Rua da Igreja	1874	Fem.	Más	Mau	Particular
P. Delgada Capelas	Rua do Cruzeiro	1874	Fem.	Regular	Sofrível	Particular
P. Delgada Fenaes Luz	Rua da Fonte	1874	Fem.	Sofrível	Sofrível	Público
P. Delgada Ginetes	Rua Direita Igreja	1874	Masc.	Sofrível	Mau	Particular
P. Delgada S. António	S. António	1874	Fem.	Más	Mau	Particular
P. Delgada S. António	Rua da Igreja	1874	Masc.	Regular	Regular	Particular
Povoação Furnas	Rua Santa Ana	1874	Masc.	Sofrível		Particular
R. Grande Porto Formoso	Rua do Lagar	1874	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
Lagoa Água de Pau	N ^a Sr ^a Anjos Praça	1875	Fem.	Sofrível	Mau	Junta da Parochia (Particular)
P. Delgada Arrifes	Milagres Rua dos Afonso	1875	Masc.	Sofrível	Regular	Particular (Conservação a cargo da Câmara)
P. Delgada Arrifes	Piedade Rua da Saúde	1875	Masc.	Regular	Regular	Particular
P. Delgada Arrifes	Saúde Largo da Saúde.	1875	Fem.	Regular	Regular	Público
P. Delgada Fajã Baixo	Rua da Igreja	1875	Masc.	Más	Regular	Publico
P. Delgada F. Baixo	Rua da Direita	1875	Fem.	Más	Regular	Publico
P. Delgada Fajã Cima	Rua da Direita	1875	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
P. Delgada Mosteiros	Rua do Comentador	1875	Masc.	Regular	Regular	Publico
P. Delgada S. Vicente	Rua Igreja	1875	Masc.	Más	Sofrível	Particular

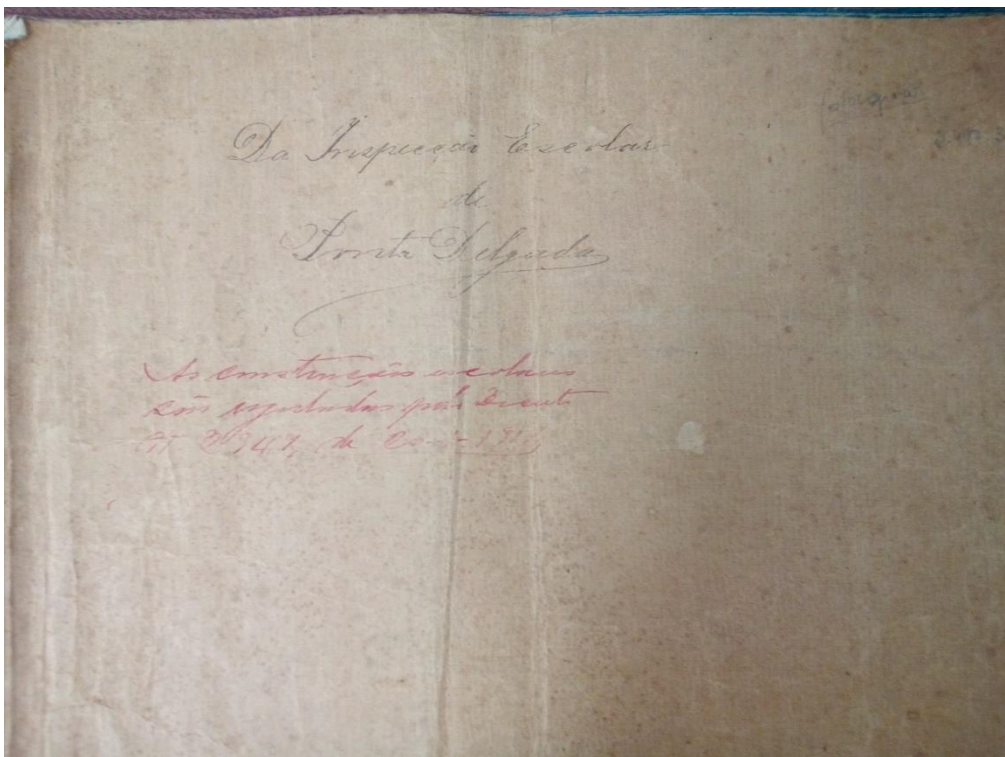
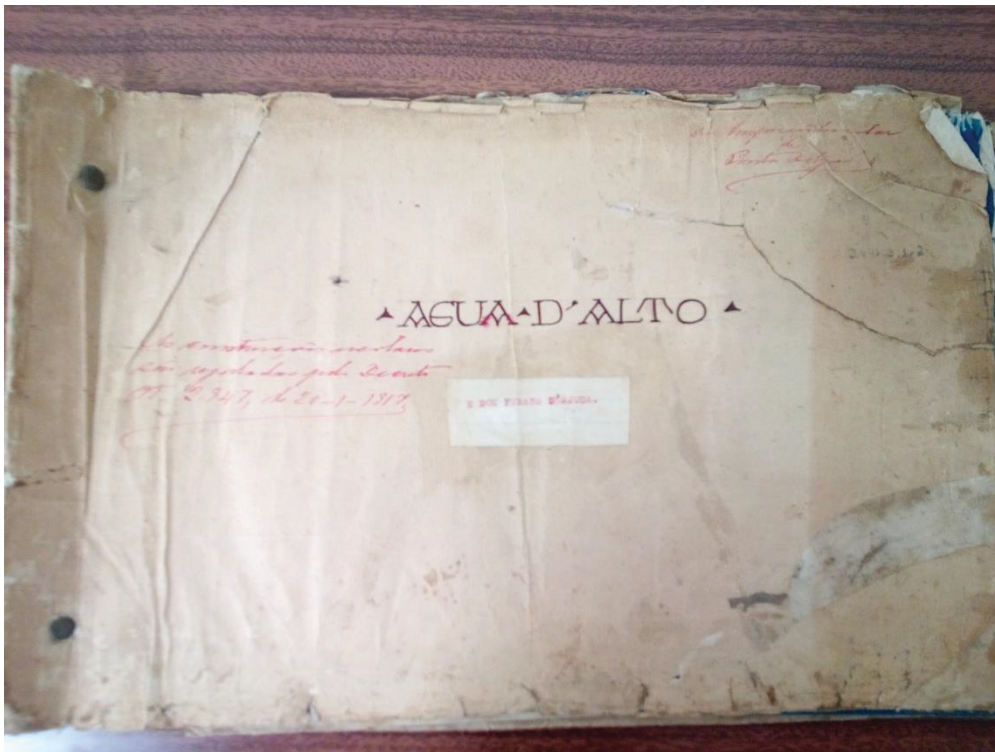
Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
P. Delgada S. Vicente	Rua das 3 Cruzes	1875	Fem.	Más	Mau	Particular
Vila Franca Ponta Garça	Rua Igreja	1875	Fem.	Más	Mau	Particular
Vila Franca Ribeira das Tainhas	Rua da Igreja	1875	Misto	Sofrível	Mau	Particular
P. Delgada Arrifes	Piedade Graminho	1876	Masc.	Regular	Regular	Particular
P. Delgada Arrifes	Saúde Rua Direita	1876	Fem.	Sofrível	Sofrível	Câmara
Lagoa Nª Srª Rosário	Vila da Lagoa Rua da	1877	Masc.	Sofrível	Sofrível	Câmara Municipal e Junta da
P. Delgada Fajã Cima	Rua da Direita	1879	Fem.	Regular	Sofrível	Particular
P. Delgada Livramento	Pico das Canas	1879	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
P. Delgada Ginetes	Rua Direita Igreja	1880	Fem.	Regular	Sofrível	Particular
Vila do Porto S. Pedro		1880	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
R. Grande Conceição	Rua do Arco	1882	Fem.	Más	Mau	Particular
P. Delgada Relva	Rua do Mulato	1883	Masc.	Sofrível	Sofrível	Particular
P. Delgada S. Pedro	Bairro da Calheta	1883	Fem.	Regular	Mau	Particular
P. Delgada S. José	Rua da Canada	1885	Fem.	Regular	Regular	Particular
R. Grande Lomba da Maia	Rua Casa Telhadas	1885	Masc.	Sofrível	Sofrível	Particular
R. Grande Lomba da Maia	Rua Santa Catarina	1885	Masc.	Más	Mau	Particular
R. Grande Ribeirinha	Rua Direita	1886	Fem.	Regular	Regular	Particular
R. Grande Lomba da Maia	Lomba da Maia	1886	Fem.	Regular		Particular

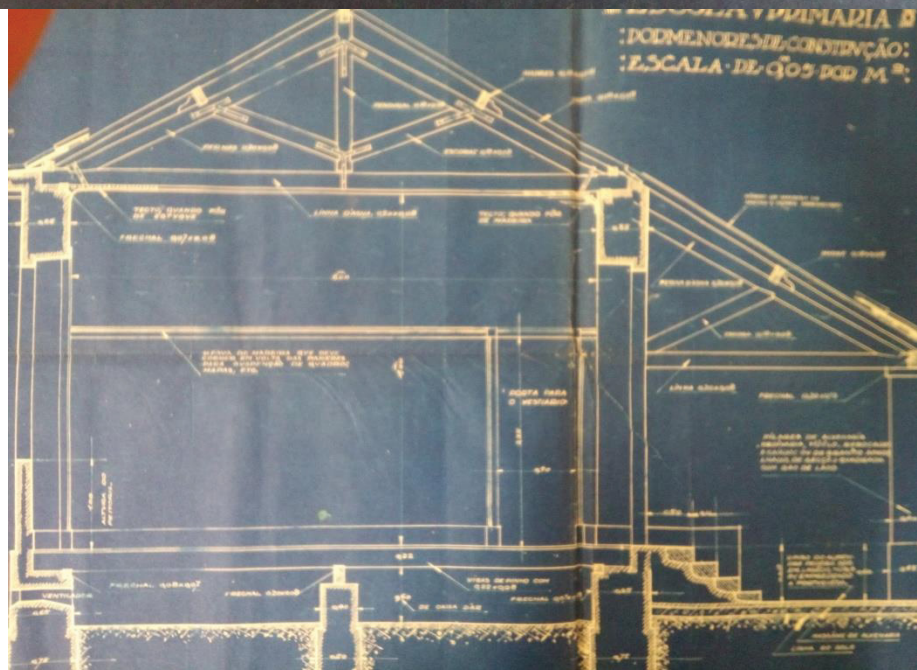
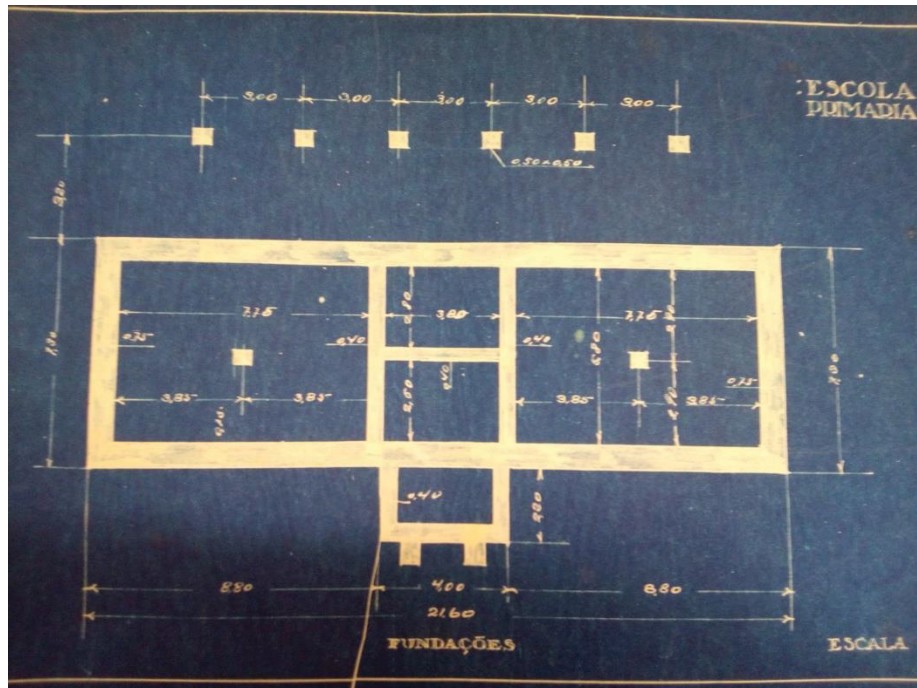
Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
P. Delgada Livramento	Rua Direita	1887	Fem.	Regular	Regular	Publico
P. Delgada S. José	Largo S. Francisco	1887	Masc.	Regular	Regular	Particular
R. Grande Fenaes Vera Cruz	Rua Direita	1890	Masc.	Más	Regular	Particular
R. Grande Pico da Pedra	Rua da Igreja	1890	Masc.	Más	Mau	Particular
R. Grande Rabo de Peixe	Rua do Rosário	1890	Fem.	Regular	Mau	Particular
R. Grande Fenaes Vera Cruz	Rua da Igreja	1890	Fem.	Regular	Regular	Particular
R. Grande Lomba da Maia	Rua da Boa Vida	1890	Masc.	Sofrível	Mau	Particular
Vila do Porto Almagreira		1890	Masc.	Sofrível	Regular	Particular
Nordeste S. Jorge	Vila	1891	Masc.	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
P. Delgada S. José	Rua do Cerco	1891	Fem.	Regular	Regular	Particular
P. Delgada S. José		1891	Fem.	Sofrível	Sofrível	Particular
R. Grande Pico da Pedra	Rua Central	1891	Misto	Más	Mau	Particular
Vila Franca Ribeira das Tainhas	Rua da Igreja	1891	Masc.	Sofrível	Mau	Particular
Vila Franca S. Pedro	Rua da Câmara	1891	Masc.	Sofrível	Regular	Publico
Vila Franca S. Pedro	Rua da Victória	1891	Fem.	Sofrível	Regular	Particular
P. Delgada S. Roque	Rua de Baixo	1893	Fem.	Más	Mau	Particular
Nordeste Achada	Lomba da Feteira	1900	Misto	Regular	Regular	Particular (Pare João Jacinto Pacheco)
Nordeste Lomba Pedreira	S. Jorge	1901	Mista	Regular	Mau	Particular

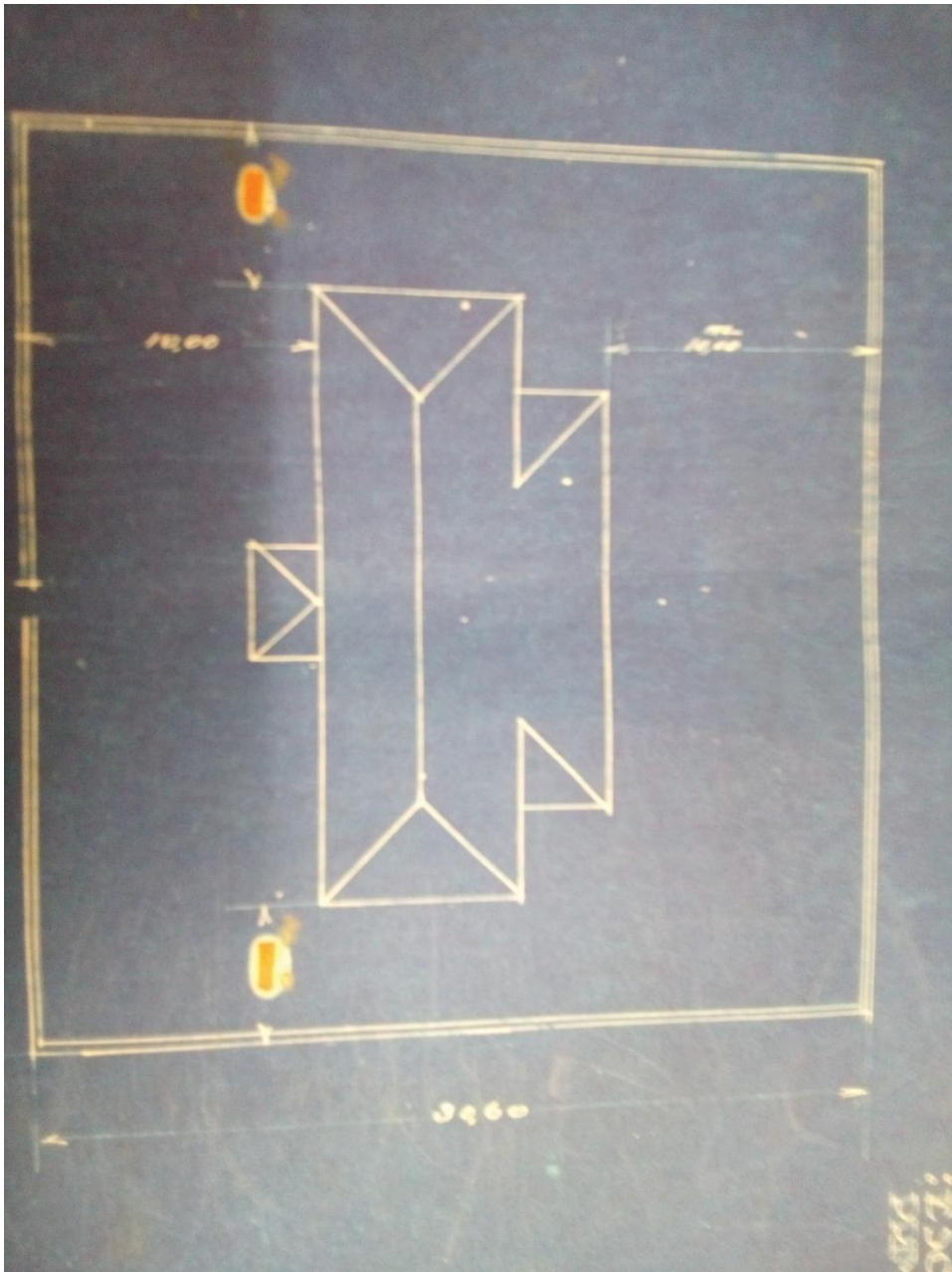
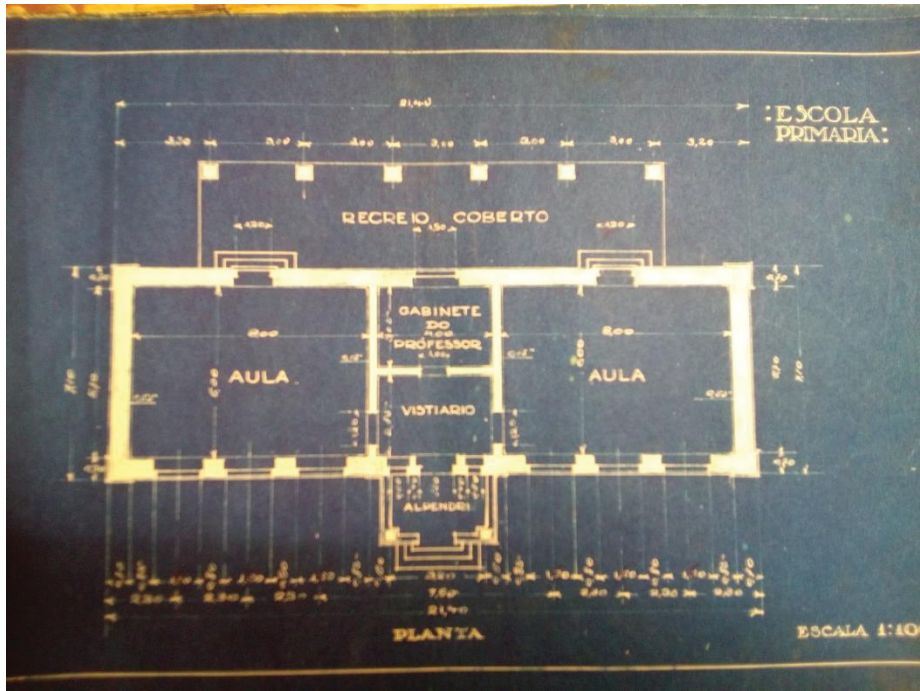
Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
Vila do Porto S. Pedro		1901	Fem.			Particular
Lagoa R. Chã	N ^a Sr ^a Anjos	1902	Mista		Mau	Particular
Povoação Ribeira Quente		1902	Masc.	Más	Mau	Particular
Povoação Lomba Loução	Rua da Igreja	1902	Masc.	Regular	Mau	Particular
R. Grande Conceição		1902	Masc.			
R. Grande S. Pedro	Lomba S. Barbara	1902	Misto	Más		
R. Grande Conceição	Rua Direita	1902	Masc.	Regular	Regular	Publico
R. Grande Porto Formoso		1902	Fem.	Regular	Regular	
R. Grande Ribeirinha	Rua Direita	1902	Masc.	Regular	Regular	
Vila do Porto N ^a Sr. ^a Purificação	Santo Espírito	1904	Fem.			
Lagoa Atalhada	Atalhada	1906	Misto	Más	Mau	Particular
P. Delgada S. José	Ramalho	1908				
Nordeste Salga		1911	Misto	Sofrível	Desconhecido	Público
Povoação Lomba Botão	Lomba do Botão	1911	Fem.			
R. Grande Porto Formoso	S. Brás	1911	Misto			
Povoação Mãe de Deus	Escola Móvel	1913	Misto			
Povoação Fayal da Terra		1914	Fem.			Particular
Povoação Ribeira Quente		1914	Fem.	Más	Mau	Particular

Concelho/ Freguesia	Escola	Entrada em Serviço	Sexo	Condições Higiénicas	Condições Pedagógicas	Rendas
Povoação Lomba Louçã	Lomba Louçã	1914	Fem.			
Povoação Furnas	Rua do Moinho	1927	Fem.	Regular	Mau	Particular
Povoação Lomba Louçã	Lomba Louçã	1929	Mista			
Vila Franca S. Pedro	Agua D'Alto	1929	Misto	Sofrível	Sofrível	Particular
R. Grande Lombinha da Maia	Lombinha da Maia	1934	Mista			
Vila Franca S. Miguel	Rua Cadeia Velha	1935	Masc.	Más	Mau	Particular
Vila Franca S. Miguel		1938	Fem.	Regular	Regular	Particular
Povoação Agua Retorta	Rua da Igreja	1939	Masc.			Particular
Povoação Agua Retorta	Rua da Igreja	1939	Fem.	Regular	Mau	Particular

ANEXO X







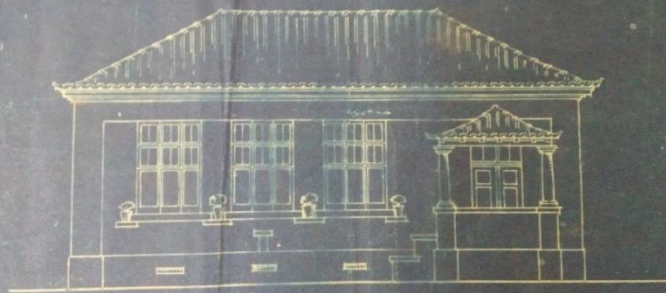
PRIMARIA



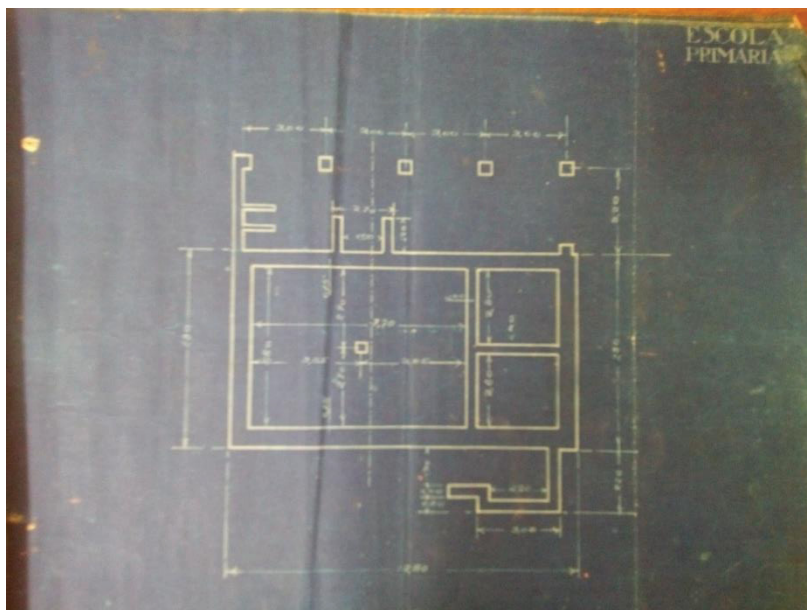
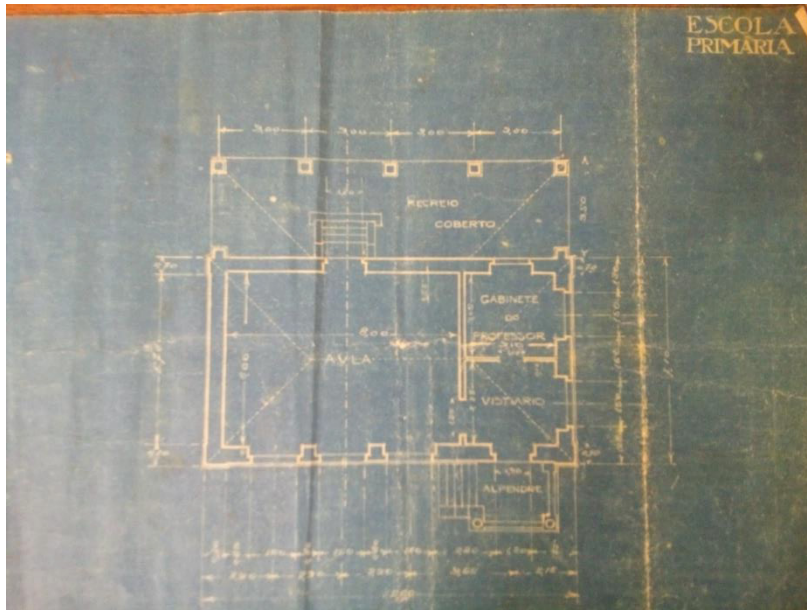
ALÇADO LATERAL

ESCALA... 1:100

ESCALA
PRIMARIA



ALÇADO PRINCIPAL

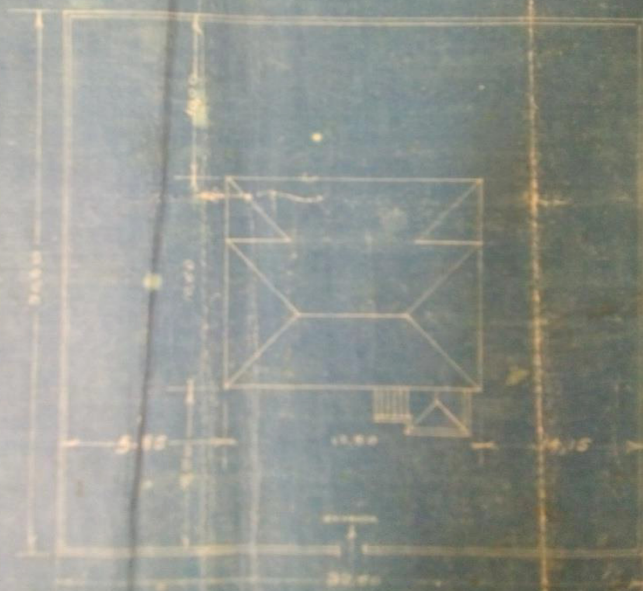


ESCOLA
PRIMARIA



CORTE TRANSVERSAL

PLANO TOPOGRAFICA
Implementação da escola
ESCALA 1:200



ANEXO XI

Condições do material e mobiliário das escolas (avaliação em 1904)

Material de ensino				Mobiliário				
Sim	Não	Tipo	Estado	Sim	Não	Tipo	Estado	Observação
	X				X			bancos da igreja
X		2 quadros pretos 1 esfera	mau	X		2 mesas	suf	
X		1 quadro preto 1 contador mec.	bom	X		7 bancos 5 mesas	mau	
X		1 quadro preto	suf	X		4 bancos 4 mesas	insuf	insuf.
X		1 quadro preto	mau	X		6 bancos 6 mesas	mau	
	X			X		6 bancos 6 mesas	mau	
	X			X		8 bancos 1 mesa	mau	
X		1 quadro 1 mapa de Port.		X		3 bancos- carteiras 3 mesas		insuf
X		2 quadros		X		7 mesas 12 bancos	suf	
X		1 esfera 1 quadro		X		7 mesas 12 bancos	suf	
X		1 balança pesos 1 metro		X		7 mesas 12 bancos	bom	
X		1 contador mec. 1 esfera		X		4 mesas 8 bancos		insuf
	X			X		3 bancos 3 mesas 1 cadeira e mesa do professor	mau	
	X			X				Grande estado deterioração- sex mas Furnas
	X			X		6 bancos- mesas 1 mesa 1 estrado	mau	
X				X				Bem dotada*- sex mas Povoação
	X			X		7 bancos 7 mesas	mau	
	X			X		2 mesas 7 bancos	mau	

*Não refere quantidade.

ANEXO XII



Uma parada de ginastica sueca pelos alunos das escolas d'ensino primario, anexas à Noro



ANEXO XIII

Festa das crianças

Festa das Crianças

SUPPLEMENTO EXTRAORDINARIO AO N.º 17

DA

REVISTA PEDAGOGICA

Directora—*Maria Evelina de Sousa*

COLLABORADORES

Adelino Pimentel da Costa
Alexandre Ferreira de Medeiros
Office Moderno
Anna Leite do Canto-Bicudo
Antonio Franco
ed. S. Alvim
Egas Mont' (padre)
Elisa Augusta P. Silva
Ernesto Ferreira
Felix Horta
Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia
Francisco Jacintho de Medeiros
Francisco Maria Supico
Francisco de Medeiros Silva
Francisco Pereira Lopes de B. Athaide
Francisco Soares Silva
Horacio Ennio d'Amaral e Serra
Jesus Fernandes (Carolina de)
João Borges de Medeiros Amorim (padre)
João Machado Benevides

José Duarte de Medeiros Sá
Jose Rebello Cordeiro (padre)
Jose Salazar
Julio Franco do Rego
Lavinia Ivens
Manoel Antonio Botelho (padre)
Manoel F. de Sousa Junior
Manoel Jacintho da Ponte
Maria Augusta Carvalho
Maria das Dores Madruga
Maria Emilia Borges de Medeiros
Maria Euphrosina da Costa Torres
Maria Evelina de Sousa
Maria do Rosario Pacheco
M. J. Pires (padre)
Raposo Moreira
Santos Ferreira
Ulysses Machado
Virgínia Lino da Camara
Visconde de Faria e Maia

EDITOR—Francisco de Medeiros Silva

Typ. A. Moderno

Ponta Delgada, 16 de Dezembro de 1906

O professor é o artifice incançavel que prepara incessantemente as gerações futuras para engrandecer as cidades, os reinos e os imperios.

Dizia um grande orador francez:—Dae-me a educação da mocidade que eu vos mudarei a face da terra—

E' na realidade um facto; mas, se pela educação se pode mudar a

face da terra, só pela instrução se poderá engrandecel-a.

Adelino Pimentel da Costa

A festa das crianças.

A instrução é a base da civilização e do progresso, e sem ella não pôde haver a sciencia que promove a prosperidade publica pondo á dis-

16

moria da infancia estudiosa das nossas escolas, impulsionada no proseguimento, pela estrada do dever e do trabalho, á conquista de novos tropheus.

Mas para que esses effeitos sejam constantes, carece a escola primaria da attenção dos dirigentes da nação portugueza.

Alguma já a tem dispensado e essa leva-nos a crer que para breve novos horizontes vão surgir para ella e que dias mais felizes serão proporcionados no futuro aos que hoje surdem e n'um porvir muito proximo, quando a instrução, alliada á educação, estiver profusamente disseminada, terá como estandarte de guerra o A. B. C. e como explosivo as vinte cinco letras do alphabeto.

Em cada peito haverá effectivamente um altar erguido á patria, como affirma o *Hymno das Escolas*; mas a espada terá de luz e amor, luz que dissipe as trevas da ignorancia e amor que una entre si os povos na mesma communhão de paz e concordia.

Maria Evelina de Sousa

Vantagens do estudo

O estudo é o remedio grande ás perturbações do espirito e restaurador da paz do coração.

São grandiosas as vantagens que se tiram do estudar.

E' por meio do estudo que se adquirem conhecimentos profundos, que exornam o pensamento d'um co-

loride tão bello, tão attractivo e fascinante, como a estação vernal reveste as tenras e meigas florinhas do prado dos adornos que a natureza lhes offertou!

O estudo dá nos bella camaradagem de gente honesta e muitos amigos; o estudo forma o coração humano, fazendo com que os homens se encham de luz e enriqueçam o espirito de boas sentenças e sãos pensamentos.

O estudo enfim, ensina a medir a grandeza da dor e a supportel-a.

Estudae, meus meninos e meninas! porque sem o estudo, sereis como pobres plantas cultivadas em terreno safaro, como um dia sem sol, como um jardim sem flores, e não podereis contemplar com olhos investigadores essas myriades de astres, que fulgem na abobada azulada do firmamento, esse quadro mejestoso e bello, que encanta, enleva e arrebatá o coração na doce contemplação d'esse grandioso panorama onde se lê escripto o nome de Deus.

Estudae, porque com o estudo sereis uteis a vós e á Patria, mãe comum de todos os cidadãos.

P. F.

V—XII—MCMVI

Maria do Rosario Pacheco

Instrução e Educação

A intelligencia e o coração constituem os dois focos d'onde se irradiam os esplendores da verdadeira grandeza humana.

Não podem todavia espargir esses esplendores aurifulgentes sem serem vazados nos moldes d'uma sólida instrução e d'uma fina educação.

Quanto mais a intelligencia se illumina com as luzes da instrução, quanto mais o coração se enfeita com as flores da educação, tanto mais a creatura racional, se distingue e sóbe na escafa social.

Como a Religião tem os seus templos, os seus altares e as suas festas para ensino e edificação do povo fiel, a instrução e a educação tem identicamente as suas escolas, os seus lyceus e as suas universidades, onde a mocidade estudiosa vae beber as aguas salutareas que impulsionam o verdadeiro progresso e fecundam a verdadeira civilisação. Avante pois pela instrução e pela educação.

Bemvindas sejam as festas escolares para maior estimulo e mais forte incentivo do amor ao saber e á virtude.

Empenhemo-nos todos para que a esperançosa juventude d'hoje seja amanhã uma honra da familia e da sociedade, uma gloria da Patria e da Religião.

16—XII—906

Padre M. J. Pires

A humanidade em flôr

Alegres, joviaes, palradores, exuberantes de vida, contentes e felizes,

perpassam as ruas da opulenta cidade os batalhões escolares!

São as pacificas legiões do progresso que marcham á conquista da gloria.

São estridulos bandos de passarinhos que na primavera da vida, sahem dos ninhos enchendo o espaço de suaves gorgéios.

A multidão acolhe com alegria os jovens collegiaes, abre filciras para lhes dar franca e honorifica passagem, contemplando, com delicia, a nova geração, que a vem substituir no caminho da vida.

Hoje são uma esperança, amanhã serão a gloria da patria, que se sente renascer e perpetuar nessas existencias juvenis, para quem o mundo só tem sorrisos e encantos.

Feliz, ditosa innocencia!—aroma suavissima que respiram essas mi-mosas flores da humanidade, ainda em botão.

Ah! mas as flores como os passarinhos, não se contentam em viver na terra; sobem, sobem e querem elevar-se constantemente para o ceu.

Precisam de luz e de muita luz para viverem e tornarem-se fortes e bellas.

E' por isso que, voltando-se de continuo para o astro—rei, as flores lhe enviam a homenagem dos seus finissimos aromas, e os passarinhos o delicado preito das suas harmonias.

Eis porque aos benemeritos educadores da infancia, a esses privile-

me inspiram todo o amor e todo o interesse, é na escola.

Por isso, quem me dera já velas n'essa synpathica e grandiosa festa escolar, toda de luz espirital, em que esses aijos da terra personificam a fé e o trabalho, o amor e a esperança do futuro.

Ide creanças, ide!... Unidas todas n'um laço de amor fraternal, cheia de vida, de esperança e fé, cantae o vosso hymno!

Cantae!... Enchei de notas alegres o vosso ceu azul! A festa é vossa, o futuro é vosso! Cantae, estudae, progredi!

Bandeiras 29—11—906

Maria das Dores Madruga

Trilogia

A' creança, a Mãe forma-lhe o coração:—o mimo, a virtude, a fé; o Pae ensina-lhe o dever:—a honra, a verdade; o Professor, a scintillante luz do saber:—a arte, a sciencia, o trabalho.

Salve! São os tres maiores, mais responsaveis obreiros da Humanidade!

Maria Emilia Borges de Medeiros

Festa escolar! Festa de creanças! Nada tão attraente! Nada mais encantador!

Essas creancinhas que hoje nos rodeiam, como loucas maripósas, que ora nos enfaçam com as suas traquinices, ora nos encantam com a innocencia que as caracteriza, são os homens que nos hão de substituir, são os homens de amanhã.

Instrui-os, portanto, e educae-os,

porque d'elles depende o futuro da patria.

E vós, obreiros da civilisação e do progresso, a quem está confiada a educação da mocidade, de vós depende em grande parte esse futuro; a vossa missão é sublime. As idéas que radicardes no espirito das creanças hão-de desenvolver-se mais tarde e fructificar depois. Que vos não desanime a modestia do vosso viver. Avante! que a aurora da felicidade tambem para vós ha-de raiar um dia.

Maria Eufrosina Costa Torres

Festa escolar

Festa escolar é festa de esperança! Esperança na felicidade futura da patria, cuja vida precisa da luz vivificadora do progresso e da paz.

Essa luz só pode sahir da escola, cadinho em que desaparecem os sentimentos maus infelizmente congenitos no genero humano para tam sómente ficarem os bons. D'estes o primeiro a desenvolver nas creanças d'hoje, nos homens d'amanhã, é o da justiça, a fim de que a força bruta da nação seja substituida pela unica racional e logica —a do direito—.

Ora nada mais propria para esse desenvolvimento do que a recompensa aos esforços infantis, por meio de festas solemnes, como a que hoje se celebra, festa luminosa e espirital, que grata recordação deixará na me-

renças, que despertem a innocencia das creanças, ou offendam o seu melindre.

Se além d'isso, for illustrado e digno, o professor é um apostolo a quem, nem se pagam canseiras, nem a Comunidade agradece a dedicação.

Se attingir a velhice, encontrará na consciencia a tranquillidade e a satisfação do dever cumprido, remuneração de Deus; a dos homens durou apenas: em quante exerceu o improbo trabalho.

MANUEL JACINTHO DA PONTE



Instrucção! Eis uma palavra que, em si só, encerra todo o porvir da sociedade!

O professor! Eis o mais poderoso fidalgo de todo o orbe!

Com effeito, tudo quanto há de levantado e nobre a ferir a nota do progresso sobre a terra, á instrucção deve a sua existencia; e é ella que, illuminando todos os cerebros e dulcificando todos os corações, estabelecerá um dia entre os homens a paz e a felicidade. Sem a instrucção, a humanidade de hoje seria ainda tão bronca e cega como a de há mil ou dois mil annos.

Que seria do homem sem o professor, sem este santo guia, a desvendarlhe os olhos do espirito e a enveredarlhe os passos na senda do bem e do dever!

Que missão tão nobre e sublime é a sua! E' elle que forma o coração das creanças enraizando lhes na alma o amor e o respeito pelo seu semelhante, a plena consciencia dos seus deveres e o amor e dedicação pela terra que lhes serviu de berço!

Mas quão mal comprehendida cu apre-

ciada tem sido esta missão por aquelles que têm pilotado a nau governamental do nosso paiz!

Mesquinha, e muitas vezes tardiamente remunerado, o professor official primario tem ultrapassado as raia da abnegação e do heroismo para, no meio das maiores privações, operar o derramamento da instrucção em Portugal. E' elle ainda que, para animar e promover esse desenvolvimento, congrega, no dia 16 do corrente, n'esta cidade, essas centenas de creanças das nossas escolas, afim de lhes louvar e premiar o trabalho do anno lectivo anterior, atrahindo com ellas todos aquelles que desejam o levantamento da nossa tão depauperada nação.

Bem haja o nobilissimo funcionario, assim como todos os que hoje colligam seus esforços para conseguir tão nobres e elevados fins.

Maria Augusta de Carvalho

Crianças

Borboletas brancas de azas d'oiro, feiteiras lindas que nos enredam no filtro doce de sua graça infantil, não ha ninguem a quem não attraiam com o sorriso innocente de suas boquinhinhas rosadas.

Ha dores d'alma que só nos esquecem junto d'ellas, tristezas fundas que não comprehendem mas sabem suavisar.

Aladas avezinhas que nos delicias com o mavioso gorgoio de sua voz contente, como nos prendem, como nos attraem!

Crianças!... Nas salas ou nos jardins, na cidade ou no campo, nas pequenas e selectas reuniões infantis ou isoladas com suas bonecas, em ruidosos agrupamentos fazendo mil travessuras innocentes, ou sosinhas velando o berço do irmãozinho mais novo, são sempre lindas; mas onde gosto mais d'ellas, onde

«A' Luz», disseste, «faça-se»
E a noite em luz se fez;
Dissipe igual prodigio
A sombra em que nos vês!

Nas trevas da ignorancia
Não medra o santo amor;
Illustra-nos! amemo-nos!
Bondoso Salvador!

Castilho

A instrução primaria tem nos ultimos tempos, tomado um desenvolvimento extraordinario no nosso Paiz.

Os governos já chegaram a comprehender, que um dos unicos e principaes modos de levantar a Nação é instruir o póvo, porisso annualmente decretam novas escolas para que o póvo se illustre, possa conhecer-se, saber o que vale, o que tem a fazer e evitar.

As trevas são a negação da luz e em trevas tem vivido muitos individuos, e muitos estão condemnados ainda a permanecer na escuridão.

Mais escolas se necessitam abrir para a todos, facilitar o que por direito lhes é devido; e só assim a sociedade culta pagará a divido que tem em aberto com os pobres e desprotegidos da fortuna.

O mundo não é patrimonio d'uma classe, mas pertence á humanidade, e esta comprehende todos os entes racionaes, a quem a sociedade não póde excluir do direito que lhes assiste ao seu aperfeiçoamento moral e intellectual.

Decretar a instrução obrigatoria, é comprehender e consignar um pensamento civilizador, é saldar o credito que tem passado de geração em geração sempre em aberto; mas consignar aquelle principio nas nossas leis, impondo penas e multas aos paes e crianças que na idade legal, não frequentam a escola, é negar-lhes os meios de frequencia; é confessar a divida, e proletar o pagamento.

P.^o Manuel Antonio Botelho.

A escola

Desfazer a antiga tutela do pensamento apagando o seu rasto e educar a creança no respeito á lei da consciencia e á lei civil: tal deve ser o fim da escola.

Para conseguirmos este elevadissimo empenho, é necessario antes de tudo ensinar a creança a formar juizos, a compará los entre si e a tirar delles racionios seguros e verdadeiros.

Mas não basta ainda só isso; preciso é ainda educar-lhe a alma na pratica do bem, levantando-lhe o espirito á convivencia de sentimentos nobres.

E só assim procedendo, terá a escola conseguido o seu ideal!

Manuel E. de Sousa Junior.

O professor primario

Deve ser grave no seu porte, serio em seus procedimentos, homem de verdade e de probidade inconcussa.

No tracto com os discipulos, ha de ser rigorosamente imparcial e justo, sem mostrar com nenhum, embora seu parente ou filho de ricos, diffe-

mais positivo do que aquelle que as religiões nos promettem para além do tumulto...

José Salazar



Escola!

Eu te saúdo, estancia do bem. Envolta na humildade do teu ser, albergando em teu seio tanta vida, generosidade e amor, és qual fértil campina na verdejancia de suas diversas plantas, qual sol vivificante em manhã de primavera. Estende, oh sol, teus beneficos raios pelas algidas regiões da indiferença; illumina com teu fulgôr intenso as trevas da ignorancia, e que todos em ti reconheçam o supremo obreiro das nações.

Que vale o productivo solo coberto de espesso silvêdo, a linda flôr occulta entre hervas damminhas? Acaso não é incomparavelmente mais bello e valioso o diamante depois de polido?

Homem ignorante, que te ufanas com os esplendores da riqueza, confessa-te o infimo dos escravos! Pae cruel, que te contentas com a brutalidade dos teus filhos, considera-te o mais infeliz dos mortaes!

Orphão, innocente, a quem a fortuna não bafejou, não te preocupe a humildade do teu nascimento; se tiveres sentimentos nobres, terás riqueza e valor; e lembra-te que só é digno da gloria e grandeza, quem nas letras mais se abalisa.

Viva o flôreo ninho das creanças, a encantadora mansão da luz!

Julio Franco do Rego



...Sur.^a D. Maria Evelina de Sousa

Ha 5 ou 6 dias que recebi o amavel convite de V... para contribuir para o numero extraordinario da sua Revista, que sahirá por occasião da Festa Escolar.

Tenho estado anciosa por vir responder a V... sentindo não poder annuir ao seu pedido; mas não sendo portugueza; não me sentiria habilitada para escrever qualquer artigo, n'essa lingua

Achei ha dias, n'um livro meu, o lindo Hymno de Castilho, pedindo a Luz, que V... certamente conhece e lhe remetto como tendo jus a ser publicado no seu folheto.

Desejando que V... seja muito bem succedida e receba brilhantes produções litterarias para o seu jornal, subscrevo-me

De V...

Lavinia Ivens

Pedindo a Luz

Tu, cujo amor, em canticos
Celebram sem cessar
O mundo dos espiritos,
O ceu, a terra, o mar;

Senhor, acolhe as supplicas
De pobres filhos teus!
Illustra-nos! melhora-nos!
Ampara-nos, oh Deus!

vidade de illustres obreiros da felicidade humana—o professorado primario—sejam coroados do mais feliz exito, enviando-lhes os meus gostosos cumprimentos de felicitações pelo solemnisção de tão nobilitante quanto glorioso concerto infantil!

A' mui distincta e talentosa redactora da Revista Pedagógica um affectuoso aperto de mão.

Dezembro de 1906

JOSÉ DUARTE DE MEDEIROS SÁ



A Escola

Ha duas aspirações innatas a todos os homens e a todas as sociedades humanas existentes sobre a terra: a aspiração da felicidade e a aspiração da riqueza.

Nenhuma dellas se pôde conseguir senão por meio da escola. A escola é a base de toda a felicidade e de toda a riqueza do homem e da sociedade.

Para se ser feliz, tanto quanto seja possível sel-o neste mundo, é preciso estar de posse de todos os remedios que afugentem os males da humanidade, remedios que são classificados com o nome generico de —sciencia—designada debaixo de muitos e variados titulos, como a medicina, a philosophia, o direito, a engenharia, a industria, o commercio, a agricultura, as artes e as letras.

Nenhuma dessas sciencias se pôde possuir sem se principiar pela escola, por esse estudo onde se ensina a falar, a ler e a escrever a propria lingua.

Ninguem se pôde chamar feliz se não pôde apropriar-se do que pensaram, do que disseram, do que fizeram os grandes homens do passado, e que continuam a viver conosco por meio dos seus escriptos. Esses escriptos não poderão ser lidos sem se passar pela escola.

E' ella, pois, a escola, a fonte de toda a felicidade.

E' tambem ella a fonte e a base de toda a riqueza

Ninguem se poderá chamar verdadeiramente rico, se não possuir a riqueza intellectual, a unica que enobrecce o homem e que ninguem no mundo lhe pôde arrebatá-lo.

Mas para possuir essa riqueza intellectual é necessario passar pela escola.

Sem a escola, a intelligencia é como um campo de bom humus que nunca foi cultivado. Embora capaz de grande produção nada delle se pôde colher, emquanto não for cultivado. Assim é o homem: embora intelligente, nada produzirá sem o cultivo da escola.

Portanto, abram-se muitas e boas escolas, se quizermos que a nossa nação, o nosso Portugal, seja feliz e seja rico.

Padre José Rebello Cordeiro



A mulher e o mestre escola são dois alliados na obra de emancipação humana.

Se ambos foram escravos no passado, ella o animal impudens dos velhos santos padres; elle uma caricatura social, escorraçado pela ignorancia bestial das multidões, pertence-lhes o futuro, onde residem todos os ideaes de justiça.

Como Christo annunciou, foram os ultimos, serão os primeiros.

Deve ser culpa das mães e dos mestres se a paz entre os homens se não fez ainda e n'uma lucta fratricida continuam mutuamente devorando-se nas trevas.

Esclarecei a mulher que é a familia, o amor; dignisae o mestre que é a escola, a liberdade—e a terra transformar-se-ha n'um paraíso bem

A satisfação de tal desejo só se realisa na vida social pelo aperfeiçoamento de todos, ao favor da influencia de cada um sobre os outros.

E', pois, a instrução a primeira condição de todoo progresso material e moral, constituindo o elemento vital das sociedades modernas, porque é a luz, como a liberdade é o ar. D'ella dependem, para o jogo regular do seu mechanismo, todas as instituições a que está ligada immediata e essencialmente a vida politica e social de todas as nações, que á medida que augmentam o seu cabedal scientifico, descortinam successivamente novos horizontes e caminham mais seguras em busca do seu ideal e da perfectibilidade, reformando o presente, preparando o futuro e melhorando diariamente as suas condições de existencia.

Sem instrução nenhum povo pode ser verdadeiramente livre, porque é ella que incute no homem a consciencia dos seus direitos e deveres e reprime as paixões, que, originando a anarchia, abrem facil campo a audaciosas explorações da ambição. Derrama com mãos profusa por todas as classes da sociedade os beneficios da industria, do commercio e das artes, que com o seu sópro vivifica; diminue os crimes e purifica os costumes; é ainda a instrução que fecunda no coração do povo o germen das acções generosas e dos nobres committimentos, fortalece-lhe o caracter e communica-lhe a energica vitali-

dade de que necessita para emancipar-se da tutela governativa e assumir a responsabilidade do seu destino.

E' por isso que o futuro das nossas instituições só depende da diffusão das luzes entre as massas populares.

Bem dita, pois, seja a instrução!

João Machado Benevides

Festa infantil

Brilhante festa a que agora se proporciona á mocidade das nossas escolas!—a festa das creanças por excellencia!

Luminosa idéa, a realisação de tão entusiastico, como util certamen!

E' que o espirito da epocha, como que impulsionado por uma poderosa força, de multiplices e benéficos effeitos, relega altivamente, quantos rotineiros preconceitos o tem amesquinhado, através de tantissimas gerações que hão passado, para só marchar avidamente em busca de novos horisontes, de grandes e sublimes concepções, de bellos e ridentes idéaes!

O alevantado ideal que a festa escolar d'agora concretisa em factos de clara evidencia, vale bem um gigantesco passo avançado no caminho do progresso intellectual, symbolisando assim o que ha de mais nobre e dignificante no homem!

Symbolo de paz, de amor e concordia!

Ella é um poderoso incentivo para a população escolar michaelense que ha tempos a esta parte, ven' jzendo sob o pesadelo lethargico da apathica indifferença que ameaça invalida-la.

E' por isso que faço votos para que todos os esforços dignos d'esta collecti-

Os novos, os bellos

Em todos os tempos cultos e para todos os povos civilisados, as creanças revestiram e exhibiram sempre os nimbos d'um ideal supremo, despertando no sabio os enlevos mais queridos e sendo para o poeta castalia fonte de inspiração sublime.

Ha n'ellas encantos que seduzem, como no resticar das alvoradas, bellezas que delicias; carinhos que consolam, como na aveludada corollinha de delicadas flores, perfumes que inebriam; sorrisos tão meigos e tão ternos que emparadizam o santuario da familia, como na serenata do rouxinol, do melodioso cantor das noites, harmonia dulcissima que deslembra mguas e abraça saudades.

Toda a mocidade é ridente esperanza, mas só a mocidade culta é lidima e opima esperanza do porvir. Por isso são sempre altamente prestimosos, fidalgamente benemeritos e altruistas gentilissimos quantos avancam, aos clarões deslumbantes do progresso, na gloriosa cruzada do ensino, e entre todos, os que tressuam no labor quotidiano, agerrimo e martyrisante do ensino primario.

Ensinar e educar a creança-eis a ideia mais luminosa que pode pharolisar um cerebro e o empenho mais estuante que pode vulcanisar um peito. E' a escola um templo, onde os pequeninos aeres, como as mais adoraveis andorinhas, buscam um mundo radiante de luz e amplo como os espaços infindos; uma infiltração maravilhosa e uma fundação uberissima; uma cultura feita ao crepusculo da madrugada em terra virgem; e a escola que der á creança o conhecimento da verdade expurgada de pre-conceitos e incitar a creança á exemplificação da virtude extreme de fanatismos, tem resolvido, cabalmente, peremptoriamente, lizamente, o magno, o soberano, o transcendental problema da evolução social, da tranquillidade, da segurança e da florescencia publica.

E é n'este marmore precioso, n'este marmore divino, verdade e virtude, que a mentalidade moderna, a critica moderna, procura esculpir e formar os seus illustres, como a vetusta Hellada talhava e contornava, nas cantaeiras de Páros, as esta tuss primorosas dos seus deuses.

Instruir é muito, educar é tudo. Alargar horizontes espiendorosos aos vãos da intelligencia é bello, formar o coração nos grandes e generosas sentimentos é sublime. A intelligencia conhece, o coração escolhe; a intelligencia pensa, o coração obra, a intelligencia vê, o coração faz. O coração é o plinthe da dignidade humana, porque é a morada do amor; é manancial eterno de merito nobilissimos, porque é a chrystalina nascente do brio e da virtude.

De conseguinte, uma festa que se propõe galardear entusiastica e triumphalmente as brancas creanças que se encandilham e excelliram no estudo e no porte, e que hoje se apresentam ridentes e promettedoras de fagueiras esperanças, e de todas as solemnidades civicas a mais sympathica e attrahente, poetica e inspirativa, commovente e civilisadora. Grava-se, estereotypa-se no bronze da historia, como um soberano e proficuo ensinamento, incrusta-se e galvanisa-se na consciencia publica em uma grata recordação que será transmitida de geração para geração como uma herança piedosa.

Em nome, pois, da sociedade de que sou filho dedicado e da religião de que sou ministro, embora indigno, venho tambem, chefe de alvoroço, cobrir de benções e laureis a frente radiosa dos esperancosos representantes do futuro, dos novos e bellos, intelligente e doces, laboriosos e puros, esbeitos e bons, e dizer lhes: Vós, educandos portuguezes, que sois hoje o brio da escola e a melhor aspiração da familia, e sereis amanhã o lustre, a honra, e a gloria da patria, adestrai-vos egregiamente para o labor e para a lucta, e chegado o momento, esforçai-vos, á compita, com um denodo equivalente ao dos spartanos na defeza das Thermopilas, ou com a valentia e arrojo, nunca essaz admirados, que brandiram aquella espada «que triumphou nas muralhas de Diu, lampejou na cidadella de Tanger, afiou-se nas pedras de Ceuta e temperou-se no sangue de Ourique.» Para vós olha, esperancada, uma nação heroica, defendei-lhe a independencia, prezai-lhe as tradições, «mai-lhe e dilatai-lhe as creanças, postai-vos, alfim, sentinellas da patria, porque sois enviados de Deus!

João Borges de M. Amorim (Pádre)

Abençoada instrução—escópo das festas infantis

A nossa vida inteira resume-se n'uma tendencia fatal e ineluctavel, expressa pelo desejo de ser feliz.

D'ella procedem todos os bons instinctos, a virtude e a fé, os actos de heroismo, a contemplação e a esperança, a cuja tóna floreja o sentimento religioso, como um halito do destino a aquecer-nos o coração e a intelligencia.

... Snr.^a, são aquelles a quem hão sido confiados os destinos do nosso desditoso Paiz, e são — no porque tem o olhar para a Instrução como questão terciária, como *coisa* de mera importância de que bem se pode prescindir!

Malvados! que não se compenetraram, ou, melhor, ainda não *mostraram* haver-se compenetrado de que sem o desenvolvimento da Instrução já mais se consegue o progresso e engrandecimento d'uma Patria!

O estado de decadencia a que infelizmente vemos chegado o nosso Portugal, outr'ora tão feliz e glorioso, prova exuberantemente aquelle meu asserto.

Sim! Os achaques de que ha muito soffre este Paiz, são uma resultante inevitavel, fatal, da falta d'Instrução do povo portuguez. Quizessem os mandões, os governantes, applicar-lhe aquelle santo *medicamento!* ... Não tardaria que vissemos levantar-se resurgindo esplendorosa, completamente *curada*, esta Patria tão dilecta!

Solido e seguro esteio d'um povo, é a Instrução; e quando esse esteio nos falta, estamos pouco firmes. Assim eñ...

No numero da «Revista Pedagogica» de domingo, 16, numero commemorativo da festa escolar que n'esse dia se realisa n'esta cidade, pretendia V... que eu colloborasse.

Honrosa missão, na realidade seria essa para mim se eu a soubera cabalmente desempenhar.

Posso servir, todavia, para alguma coisa.

Permitta-me V... que infiltre ao lado dos humildes como eu, formando alas e abrindo caminho para passarem aquelles a quem assistem conhecimentos e auctoridades para fallar d'uma festa tão estimuladora, tão attrahente e tão sympathica, sob todos os pontos de vista, como é a que vae ter logar.

Só assim prestarei algum serviço; d'outra forma, pouco valho.

Com o mais profundo respeito e reconhecimento me subscrevo

De V...

P. Delgada 12—XII—1906.

Horacio Ennio d'Amaral e Serra



Fôlgai, creanças, que a festa é vossa.

A escola é o templo da infancia, a mais ridente e encantadora quadra da existencia; é a nobre senda do progresso.

Educar e instruir, é objecto de assiduo estudo, pelas difficuldades a vencer. A instrução é o pharol que dissipa as trevas da intelligencia, é a luz radiante das gerações sociaes.

Salve, instrução, caridade e virtude, baseada na religião de Jesus Christo.

Jesus Fernandes (Carolina de)

tando thesouros do saber, para legar a vindouros.

É a reliquia augusta que ainda possuímos da campanha de luz do tempo de Castilho.

Foi elle o S. Paulo da evangelisação do *Methodo Repentino*, de que por muitos annos foi esclarecido, assiduo e desinteressadissimo professor, abrindo ao sol do saber tantos cranéos em trevas, de que fez homens prestimosos, a si, á familia, á sociedade e á patria.

Uma aurea medalha com que por isto o condecoraram corações, que lhe souberam aquilatar o valor do serviço, devia gora ver se a despedir scintillações da casaca sempre honrada e patriótica do cavalheiro, já pouco visto, mas que no sanctuário da familia onde é adorado, recebe as sagradas venerações de todos nós, os que conhecemos esta fulgentissima nota da sua biographia.

4 de dezembro.

F. M. Supicó

A instrução

A instrução é a principal fonte de riqueza que existe sobre a terra. É ella a estrella radiante que illumina o universo. É ella quem conduz á causa do Bem o espirito do ente mais obscuro. É ella finalmente quem leva a felicidade a todas as nações que a cultivam.

P. D. 6, 12, 06

Francisco de Medeiros Silva

A instrução sem educação pode ser um perigo social; logo, instruímos, mas educamos também.

Francisco Pereira L. de Bettencourt Osthaide

Festa escolar

As festas escolares, realisadas em todos os centros civilizados do mundo, constituem, para a collectividade infantil, um meio de inculcar no espirito o verdadeiro amor ao estudo.

O premio dá força aos que mais se distinguem pelo seu talento e respeito aos seus superiores, e impulsiona os descontentes condiscipulos, á conquista dos louros perdidos, e assim com festas d'esta ordem, realisadas com mais frequencia, melhor se prepara o espirito das creanças, que hão de substituir a geração actual e que nos hão de velar no estertor da morte, cobrindo-nos de bençãos.

FRANCISCO SOARES SILVA

... Sr.^a D. Maria Evelina de Sousa

Sobremodo captivado pelo attencioso convite com que V... houve por bem honrar-me, cumpre-me confessar-lhe que desejaria n'esta momento saber corresponder devidamente ao desejo manifestado por V... mas — pobre de mim! — poucas centelhas me illumina d'esse pharol de luz intensa e benefica sem o qual este *valle de lagrimas* é tambem uma *caverna tenebrosa*; limitados raios e, esses, tenues, incidem sobre mim d'esse sol vivificante que se denomina — Instrução!

Porque furtar-me a confessal-o se de tão enorme mal não sou eu culpado, nem outrosim o são tantos milhões de portuguezes nas minhas condições e em muito peores? ... Oh quanto peores!

Os culpados, os unicos culpados,

Cornetas da guarda nacional, reis 761-250.

Tristíssimo contraste! E já tínhamos em 1837 implantado n'uma escola o *Ensino Mutuo*, o notavel progresso do tempo, estudado em Lisboa e Angra do Heroísmo por pessoa habil para aqui o professor.

No entanto chegámos tambem a 1843 e a Junta Geral d'este districto, na sua Consulta d'aquelle anno, consignou ainda este parographo desolador:

«No concelho de Ponta Delgada, que se compõe de dez povoações (Nota. Havia então o concelho das Capellas, que diminuia muito a extensão do actual da cidade) com 28.000 habitantes, na cidade de Ponta Delgada ha duas cadeiras de primeiras lettras, não tendo nenhuma das outras uma unica».

Tres annos depois, em 1846, o ensino primario official, em Ponta Delgada, era apenas ministrado por duas escolas na freguezia matriz, regidas por João Evangelista de Mello, que vencia 120.000 reis tendo dois alumnos; e outra pelo padre Antonio d'Amaral e Mello, a do ensino mutuo, vencendo 200.000 reis frequentando-a 136 discipulos.

Na freguezia de S. José já havia duas, uma de cada sexo; sendo a do feminino regida por D. Margarida Augusta Seixas, vencendo 64.000 reis, frequentada por 78 meninas.

Na cidade e mais povoações do concelho havia algumas, poucas, escolas particulares de meninos e de meninas.

Pelo districto penuria correspondente á que se via na capital.

Em 1847 a onda da Providencia, (phrase do Bispo D. Antonio Aires de Gouveia), trouxe a S. Miguel o immortal cego Antonio Feliciano de Castilho. O matagal principio então a ser arroteado activamente.

A Sociedade dos Amigos das Let-

tras e Artes é logo installada. Começou ella a creação de escolas primarias gratuitas, diurnas e nocturnas, para jovens e adultos, escolas que irradiaram da cidade para outras povoações deste concelho e dos da Lagoa, Villa Franca e Ribeira Grande.

O Methodo *Repentino* de aprender a ler creado por Castilho para aquellas escolas, veio desbrutalisar o modo de ensinar, e já em 1848 se generalisava provando os seus prodigiosos effeitos. Na escola ouviam-se agora canticos de communicativa alegria, em vez de gritos dolorosos que os vivos golpes da palmatoria provocavam. As festas escolares de distribuição de premios com as solemnidades devidas a quem no altar da patria depunha as primicias da intellectualidade que mais e melhor a serviriam, foram exemplo ao que agora se está praticando.

No *Correio Michaelense* de 1850—52, a *Persuasão* em varios numeros, e especialmente nos 2316, 17 e 2318 do mez de junho de 1906, se encontram bellas descrições das solemnidades n'aquelles templosinhos do saber.

A nossa epoca Castiliana assignala data luminosa em o novo mundo da instrucção. A edilidade que em 1839 só despendia 40.000 reis por anno com professores de Primeiras Lettras, está gastando já acima de 15.000.000 reis e em perspectivas de bem maior augmento.

As aspirações michaelenses de 1833 estão realisadas. O matagal bravo de então vae-se transformando em florido e formoso jardim.

Gloria á civilisação!

N'uma apothose de instrucção não deve esquecer um grande benemerito d'ella, o sr. Francisco de Bettencourt.

Ante as formosissimas e venerandas cans dos seus 83 annos, devemos curvar-nos todos os que andamos acrescen-

A vida do professor na aldeia

Nada mais trabalhoso, nada mais monotonico, nada mais imbecil que a vida do professor primario na aldeia. Retirado, quasi sempre, da terra que o viu nascer, vive entre desconhecidos a quem o seu bem ou mal estar é coisa indifferente.

Abominavel viver!

Alóra a pureza do ar que respira e o esplendor do sol que o reanima, tudo no meio que o rodeia, parece conspirar contra o prestimoso obreiro da civilisação; tudo parece apostado a coactar-lhe a acção do pensamento; tudo finalmente concorre para o abatimento d'essa individualidade que, n'um dos grandes centros, seria talvez... quem sabe?—capaz de conquistar um nome laureado.

Mas escondido no recanto de um logarejo qualquer, n'aquelle como que exilio, não pode ser outra coisa alem de um ser obscuro.

Terrivel vida!

Esse ente social, privado da util e aprazivel convivencia de seus irmãos do trabalho, e arredado, por decoro do seu ministerio, d'um certo convívio pernicioso aos que se prezam, vive isolado, semelhantemente ao monge. A área da sua esphera social não vae extramuros da escola.

Não é pois para estranhar que a sua actividade restricta unicamente ao acanhado meio educativo em que

se exerce, se converta em indolencia.

Tão pouco não admira que o seu espirito, recluso entre quatro paredes nuas, denegridas pelo acção do tempo, se torne impotente.

N'um tal circulo, não se vive vegeta-se.

Fayal da Terra, 1 de dezembro de 1906

Francisco Jacintho de Medeiros Junior



Bocadito de historia

A' luz das primeiras auroras da liberdade refulgindo no céu michaelense, viu-se n'esta Ilha um grande matagal bravo a que se chamava instrucção primaria.

A nossa primeira Junta Geral do Districto, creada em virtude do Decreto de 16 de maio de 1832, datado e promulgado em Ponta Delgada, pelo qual o glorioso dictador Mousinho da Silveira organisou a administração publica do Reino, na Consulta dirigida aos poderes superiores, que assignou a 9 de dezembro de 1833, pediu:

«A creação de aulas de primeiras lettras em todas as parochias ruaes, sustentadas á custa dos cofres de suas confrarias e irmandades; sendo a aula de Villa Franca do Campo de meninos por ter já uma de meninas.»

Aquella Consulta subio ás Cortes; houve sobre ella parecer favoravel na sessão de 7 de março de 1835 da Camara dos deputados; porem, chegámos a 1839 e na conta d'aquelle anno da receita e despesa do concelho de Ponta Delgada, a instrucção primaria foi contemplada assim:

Professores primarios 40.000 reis; verba descripta junto a esta:

A instrução

Amontoae thesouros sobre thesouros — creceis um Creso riquissimo ou um Crasso odiado. A fome do ouro é, porém, insaciavel; no vosso coração, frio como o metal, existirá sempre um vacuo, que jámais poderá ser preenchido.

Cobri o peito de condecorações, procurae as honrarias sociaes; — um dia virá em que o vosso corpo, despidode todos esses ouropéis, será envolvido numa mortalha.

Vôai nas azas da popularidade, ide á conquista da gloria; mas a gloria habita regiões inacessiveis. Não ha asas mais frageis do que as da fama e as auras populares têm os caprichos de todos os ventos.

A montanha das ambições assenta sobre a terra, mas o seu cimo, coberto de eternos gélos, perde-se na immensidade do impossivel.

Çingi a frente com a corôa das victorias, séde o raio da conquista, renovae as façanhas de Alexandre, de Annibal, de Julio Cesar, ou de Napoleão; — o Capitolio dos triumphadores não está longe da Rocha Tarpeia dos condemnados; e o sol, que radiou em Ansterlitz, não deixa tambem de illuminar o rochedo de Santa Helena.

Escalae as eminencias do poder, subi ao pincaro da omnipotencia, séde um despota governando imperios com mão de ferro; mas, no apice da majestade, lembrai-vos de que os thronos tremem, baqueiam e

desapparecem; os sceptros quebram-se como uma fragil canna e fazem-se pó.

Só ha uma corôa immarcessivel — a corôa da Virtude; só ha uma gloria pura — a gloria do Bem; só ha uma ambição legitima — a ambição do Saber.

A sciência, quando tem por timbre a Virtude, é o unico brazão a que aspiram todos os que, sem attender ao nada das vaidades terrenas, trabalham pela perfectibilidade humana.

Mas este luminoso ideal não se consegue com o estrepito das armas, ao sol das batalhas, nem com os favores dos poderosos, nem com as mercês dos soberanos; conquista-se, sim, mas sómente pela — **Instrução.**

Ernesto Ferreira

LUZ

*abundam pelo mundo as creancinhas nuas
Chamadas ao abysmo onde se vão perter!
afrranquemol as nós ao lodçal das ruas,
Matando-lhes a fome, ensinando-as a ler!*

*O fazer d'um mendigo um cidadão prestante
Que envereda o caminho o qual ao bem conduz,
E' extrahir do todo o limpido diamante
E' transformar a treva em mananciaes de luz.*

Felix Horta

Amar uma criança pode ser só um sentimento instinctivo; mas **amãr** a infancia é sempre o producto do coração e da Intelligencia.

Ponta Delgada 9, 12, 906

Francisco d'Athayde M. de Faria e Maia

Professorado é um sacerdocio porque lhe assiste o dever de catechisar.

Urge que a criança se habitue a evitar o soffrimento a tudo quanto sente, desde o seu semelhante até ao mais infimo animal; a respeitar a lei e os seus maiores; a prestar culto á verdade e á justiça; a amar o bem pelo bem.

Urge que a idea de Deus, sempre limpa dos perniciosos blocos congregacionistas, seja invocada a passo, como fonte inexaurivel e unica, que é, de toda a luz, de todo o bem, principaes factores da perfectibilidade; d'esse Ente, com tanta clemencia quanta justiça, que, por isto mesmo, jámais applicou a erros finitos castigos infinitos; d'esse Ser assombroso a quem mais cumpre adorar do que temer.

Urge que o infante saia da escola com a noção tam approximada quanto possivel do alto fim a que o Eterno destina a humanidade; que tenha ouvido milhares de vezes que a lucta passiva é meio indispensavel ao aperfeicoamento, que a dor é um bem, que a morte é nova vida.

Se 80% d'estas noções se perderam, não desanimem, que os restantes 20 entrarão na circulação e a 3.^a geração gosará, alfin, de todo o trabalho feito.

Sem isto, a phrase de Victor Hugo (bello typo de bondade), *abrir escolas e fechar cadeias*, será sempre uma utopia.

Cultivar o cerebro com prejuizo do coração, é erro palmar que prejudica a humanidade, na vida presente como na futura.

Mai por mal, antes o contrario, que, na balança da eterna justiça, a bondade pesa um pouco mais do que a sciencia.

Mesmo no restricto campo, aliaz importante, das relações sociaes, é mil vezes preferivel o ignorante bom ao sabio mau.

Ao alcance da mão do homem, porém, está o justo equilibrio.

Menos lettras e mais moral.

A. S. Alvim

Cravos d'Esperança

Ricos gómmos da cepa lusitana,
Borbulhados em vara michaelense!

Crescei ao sol da fé.

Acaso o lirio, que do chão promana,
Sem grelar para o alto, o céno vence?

Pois a escola assim é.

Dissimulada a magua d'atros dias,
Não vêdes como o vosso ninho amado
Hoje rebuça a dôr?

E' que o inverno desata as alegrias

Quando, no peito, lhe transluz, gelado,
A primavera em flor.

Risonha expectação da lusa palma,

Que novas eras predizeis em hymnos!

O bem, a paz, cantai, em imo d'alma;

Voltados para o Ceo do imo d'alma;

E, dando aos homens luz, saber... Meninos!

A Patria... a Patria... amai.

Padre Egas Moniz

O Professor

E' ardua e espinhosa a missão do mestre encarregado como que de lapidar o diamante de cujas feses está coberto. A obra do professor é d'um valor capital na primeira infancia da creança. D'alli ella colhe em tenra edade os principios que lhe despertam mais vivamente o cerebro, recebendo as impressões transmittidas de maneira firme que ellas jámais lhes serão varridas do espirito. N'estas condicções é bem melindrosa a escolha dos conceitos e imagens que uma nascente intelligencia póde colher e quão grande influencia póde ter no futuro a boa ou má orientação que esses principios fizerem nascer no alumno. Como tem momentos de encanto e affecto o convívio no seio das creanças, onde a ingenuidade se apresenta, o carinho se desenvolve, o odio não existe, a inveja não tem entrada, o respeito se incute, o amor pelo proximo se mostra, onde emfim a vida social, alli, entre as creanças, é cheia só de bem.

Como a humanidade seria feliz se conservasse até á velhice os bons instinctos que o Creador lhe imprime na juventude e que na adolescencia infelizmente tanto adultera!

Elisa Augusta P. Silva

posição do homem todos os agentes da natureza, como o ferro, o fogo, a água, o vento, o vapor, a electricidade, o gaz e a luz que tem obrado todas as maravilhas da civilização e do progresso.

O estudo demanda trabalhos, e vigílias; mas, é nobre e gloriosa a recompensa, e por isso, os premios não só ennobrecem e exaltam a quem os recebe, mas ainda são um incentivo ás creanças para proseguirem no catinho encetado e crearem gosto pelo estudo.

Por tanto, aplaudamos as festas escolares com a distribuição de premios ás creanças mais estudiosas e distinctas enquanto se não pôde ir mais longe amparando as familias desvalidas no cumprimento da obrigação do ensino.

A vante pela instrução!

Alexandre Ferreira de Medeiros



Aos premiados

O suor é o santo orvalho
Que a flor do bem faz nascer.
E' pergaminho o Trabalho,
Nobreza ha uma:—o Dever!

Vós que sois hoje creanças
E esta vereda encetaes,
Correspondet ás esperanças
Que destes, aos vossos paes.

Seja embora o trilho escuro,
Difficil mesmo de abrir,
Triumphareis no Futuro,
—Coroar vos-ha a Parvir!
Alice Moderno

A familia é o fecho da abobada social. As festas das creanças são a consolidação d'essa abobada.

ANNA LETTE DO CANTO BICUDO



A's creanças

São as gottas leucias do orvalho matutino
A trémor e a brilhar por esta vida fora...
Deus pausou-lhes n'í face um osculo avino
E lançou-lhes na alma o banho purpurino
Das lagrimas da aurora!

Irmãs gêmeas da luz—slacres avesinhas—
Symbolisae na vida os hymnos da manhã.
Onde cantar o amor, ó castas andorinhas,
Vinde, n'um bando alegre, ó doces creancinhas,
Bejar a vossa irmã!

O Evangelho do Bem—o grito da instrução—
Vae eocar, enfim, no coração do povo!
Caia por sobre a treva a eterna maldição...
Queremos beber a luz, na fulgida lição
D'este Evangelho novo.

N'esta festa infantil cheia de fé immensa,
Quem não sente o praezer que o vosso olhar traduz?
—E' um forte protesto á crua indifferença...
E' a resurreição da sublimada creança
Na communhão da luz!—

Ponta Delgada, 5. XII. 1906

Antonio Franco



Mais moral

Muito sympathicas as festas escolares, mas convem dar-lhes mais razão de ser.

E' na escola que a creança se inicia na lucta por esta vida de triplice feição: material, intellectual e moral.

Porem, alli, cultiva-se lhe o cerebro, porventura relativamente em demasia; rara ou deficientemente lhe retemperam a musculatura; e deixa-se lhe o coração entregue a si proprio.

Se a gymnastica constitue necessidade já agora comprovada, o moral que é o pão do espirito, e está preconizada por todas as summidades de todo o mundo e de todas as epochas, recommenda-se por si mesmo, impõe-se.

Desinteresso-me agora da parte dos bons costumes, de mera convenção, que para serem hoje ou deixarem de o ser amanhã milita á mesma razão; retiro-me á sciencia que lapida o coração.

Instrução

Instrução! Santuario dos santuarios! Templo sagrado, onde ecoam sentimentos espontaneos da alma, expressão sincera d'um povo, quando enceta o caminho que o conduz e o afervora para os combates pacificos do progresso.

Sem instrução atravessareis uma longa cadeia em que se atam os elos de toda a sociedade que mercadeja á força d'astucia, facéis e rapidos bens de fortuna, afinando com o vulto grandioso da usura?

Não retardeis em educar vossos filhos na idade de o poder fazer, porque amanhã será já tarde, depois de dissipada a alvorada de luz suave, que conduz o homem para a sciencia do bem e do dever, bem como para o engrandecimento da patria em defeza da qual nunca o povo se baterá sem instrução.

Virgínia Lino Camara Almeida



A mocidade e a epocha mais poetica e saudosa da vida humana.

N'essa quadra da existência, toda a natureza tem para nós sorrisos e encantos, que jámais tornamos a encontrar n'ella.

N'essa epocha todas as nossas impressões são profundas, e gravam-se no coração com força indelevel.

N'esse tempo, o espirito, com o valor proprio da idade, abre-se, com alvoroço, para as ideias e sentimentos mais elevados, como a flor, aquecida pelos raios do sol, desabrocha, para se revestir das cores mais vivas e variadas, e para exhalar os aromas mais suaves.

Então as festas escolares, como todos os estímulos ao estudo, animam muito o amor das creanças pelas cousas do espirito, e são um poderoso elemento da civilização dos povos.

Visconde de Faria e Maia

giados architectos da patria futura, a esses valentes buriladores de diamantes, ainda toseos, incumbe a nobilissima missão de fazer desenvolver essas tentas vergonteas e namosas flores humanas ao calor benéfico da creença, mostrando-lhes a belleza e os esplendores do eterno Sol de verdade e de justiça.

Foi assim que se formaram os caracteres diamantinos e os corações magnanimos d'esses inelytos varões e decantados heroes, que por mares nunca d'antes navegados, passaram alem da Taprobana.

6—XII—906

Raposo Moreira

Instruir, derramar ondas de luz nos cerebros infantis, é a missão gloriosa que incumbe aos homens de hoje para com os homens de amanhã.

Disse Alfred Fouillée:

... dans la lutte des nations pour la vie, l'avenir assurera le triomphe au peuple qui aura compris que la plus haute culture intellectuelle, morale et sociale, est aussi la plus nécessaire à sa grandeur et à sa puissance.

Baseados n'estas palavras do grande philosopho, preparemos a mocidade para as luctas do futuro, contribuindo assim para a conquista de novos louros que enriqueçam a historia patria, pelo saber, pelo trabalho, pela comprehensão nitida dos mais sagrados deveres.

A festa encantadora que hoje se realisa é um poderoso estímulo, faz parte do grandioso alléu e sobre que se erguerá altiva uma patria nova, construída pelas gerações vindouras á luz archi-potente do facho da Instrução.

P. D. 10—12—906

Santos Ferreira

À festa escolar

Aos alumnos premiados:

Que melhor dia poderia ser escolhido para esta festa, do que o precursor d'aquelle em que se celebra o nascimento do Redemptor? Elle que tanto amava as criancinhas!

Vós que hoje ides receber o premio do vosso aproveitamento e applicação e ainda o da vossa assiduidade, não imaginades de certo quanta legria causaes a vossos professores e a toda a vossa familia!

Continuade sempre no bom caminho e a sociedade vos tributará a devida honra e, quando ella seja ingrata e vos dê o devido apreço, não desanimeis, porque a vossa consciencia vos dirá a todos os momentos que cumpristes os vossos deveres!

Não vos ensoberbeçais da honra que hoje vos é concedida e, se nem todos os vossos companheiros recebem igual galardão, não vos julgueis superiores a elles, antes, pelo vosso exemplo, e pelos bons conselhos que lhes possaes dar, fazi, quanto em vós caiba, para que no futuro anno elles possam acompanharvos tambem com a alegria que hoje sentis e de que participam todos os que vos estimam e por isso se julgam felizes por verem recompensados os vossos merecimentos!

Ulysses Machado

Festa da Árvore

Carta de Luiz Leitão endereçada a Evelina de Sousa sobre a realização da Festa da Árvore em Ponta Delgada - do *Correio dos Açores*, 1923, n.º 893 de 26 de abril

nos guerra.

Festa da Arvore *na Escola de S. José*

Uma carta do ilustre escri- ptor Luiz Leitão

Acerca do discurso proferido pela ilus-
tre professora sr.^a D. Maria Evelina de
Souza, por ocasião da Festa da Arvore, a
que este jornal deu publicidade, foi diri-
gida áquela Senhora pelo benemerito pro-
pagandista do Bem, sr. Luiz Leitão, uma
carta em que se vê ter sido aquele distin-
cto escriptor o impulsor da simpáti-
ca e utilitaria consagração do reino vege-
tal neste paiz.

Por uma amavel deferencia da destina-
taria, publicamos quasi integralmente a
referida carta:

Lisbôa, 25 de Maio de 1923.

Em m. S. D. Maria Evelina de Souza

mocto escriptor o impu...
ca e utilitaria consagração do reino vege-
do tal neste paiz.

Por uma amavel deferencia da destina-
to-aria, publicamos quasi integralmente a
de referida carta;

Lisbôa, 25 de Maio de 1923.

Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Evelina :

«Recebi o n.º 874 do «Correio dos Açô-
res» que fez obsequio de me mandar com o
belo discurso pronunciado por V. Ex.^a na
festa da arvore.

Li com a maior interesse essa producção
e muito grato me foi encontrar ali uma pas-
sagem alusiva á minha pessoa, como amiga
das arvores.

Sou efectivamente admirador desse pro-
ducto da Natureza, e não só o escolhi para
6 titulo de um dos meus livros de compilação,
33 com fui eu tambem a primeira creatura a
05 falar em terras portuguezas, dessa festa
45 educativa, de que resultou a sua realisação
81 aqui e ali, embora de um modo improprio
33 na maioria dos casos. Pelo menos julgo ter
04 sido eu o primeiro propagandista da festa
18 da arvore, e ainda não vi afirmação em con-
00 trario, o que parece confirmar a minha su-
00 posição.

Apezar de compleamente afastado da pro-

das arvores.

63
05
45
81
63
04
18
00
00
18
08
06
a-
n-
08
n-
as

Sou efectivamente admirador desse pro-
ducto da Natureza, e não só o escolhi para
titulo de um dos meus livros de compilação,
com fui eu tambem a primeira creatura a
falar em terras portuguezas, dessa festa
educativa, de que resultou a sua realização
aqui e ali, embora de um modo improprio
na maioria dos casos. Pelo menos julgo ter
sido eu o primeiro propagandista da festa
da arvore, e ainda não vi afirmação em con-
trario, o que parece confirmar a minha su-
posição.

Apezar de compleamente afastado da pro-
paganda educativa a que me dediquei por
tantos anos, é-me sempre grato receber tes-
temunhos de apreço, ainda que imerecido,
das pessoas amigas dessa propaganda e do
propagandista, razão por que me felicito
sempre que recebo palavras amaveis como as
que V. Ex.^a me tem endereçado por vezes,
como prova de que não esqueceu o seu anti-
go colaborador.

Envio a V. Ex.^a a certeza da minha con-
sideração como

De V. Ex.^a At.^o Venr. e Am.^o

Luiz Leitão

Festa da Arvore na Escola de S. José

Uma carta do illustre escri- ptor Luiz Leitão

Acerca do discurso proferido pela illustre professora sr.^a D. Maria Evelina de Souza, por ocasião da Festa da Arvore, a que este jornal deu publicidade, foi dirigida áquella Senhora pelo benemerito propagandista do Bem, sr. Luiz Leitão, uma carta em que se vê ter sido aquelle distincto escriptor o impulsor da simpatica e utilitaria consagração do reino vegetal neste paiz.

Por uma amavel deferencia da destinataria, publicamos quasi integralmente a referida carta:

Lisbôa, 25 de Maio de 1923.

Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Evelina :

«Recebi o n.º 874 do «Correio dos Açores» que fez obsequio de me mandar com o bello discurso pronunciado por V. Ex.^a na festa da arvore.

Li com a maior interesse essa producção e muito grato me foi encontrar ali uma passagem alusiva á minha pessoa, como amiga das arvores.

Sou efectivamente admirador desse producto da Natureza, e não só o escolhi para titulo de um dos meus livros de compilação,

—Tamb
cido indus
tins Perei
—Pelo
foi operac
mago um
Auxiliou
me Netto
mio o sr
ração de
trando-s
tisfatori
ilustre
ção de
pelo bo
mente
—Ve
modado
snr. M
los. De

Ricas
qua
tar, co
bizauté
venda

Fren



ani- res» que fez obsequio de me mandar com o tar, com
aha- belo discurso pronunciado por V. Ex.^a na bizautés, e
feira da arvore. venda na

Li com a maior interesse essa producção e muito grato me foi encontrar ali uma passagem alusiva á minha pessoa, como amiga das arvores.

116 Sou efectivamente admirador desse pro-
ducto da Natureza, e não só o escolhi para
4.63 titulo de um dos meus livros de compilação,
10,05 com fui eu tambem a primeira creatura a
31,45 falar em terras portuguezas, dessa festa
11,81 educativa, de que resultou a sua realisação
25,63 aqui e ali, embora de um modo improprio
96 na maioria dos casos. Pelo menos julgo ter
30,04 sido eu o primeiro propagandista da festa
2 318 da arvore, e ainda não vi afirmação em con-
0.000 trario, o que parece confirmar a minha su-
5.000 posição.

5 318 Apesar de compleaemente afastado da pro-
paganda educativa a que me dediquei por
tantos anos, é-me sempre grato receber tes-
temunhos de apreço, ainda que imerecido,
das pessoas amigas dessa propaganda e do
propagandista, razão por que me felicito
sempre que recebo palavras amaveis como as
que V. Ex.^a me tem endereçado por vezes,
como prova de que não esqueceu o seu anti-
go colaborador.

os os Envio a V. Ex.^a a certeza da minha con-
a dos sideração como
isca-

Con- De V. Ex.^a At.^o Venr. e Am.^o

o; aos Luiz Leitão
ven-

E
Frente



P
S. João

C
O

ANEXO XIV

Ano 2 Angra, 1-7-913 Número 39

Jornal da Criança

REVISTA QUINZENAL PARA A INFANCIA

Redacção e administração, Director, proprietário e editor, Composição e impressão,
R. da Liberdade, n.º 126 ANGRÃO CARDOSO VALADÃO Tip. Moderna - Angra
Angra do Heroísmo Açores

— O COSMORAMA —

Com geral agrado, se representou no *Teatro Angrense* a engraçada revista *Cosmorama*, original do distinto médico, sr. dr. Alfredo da Silva Sampaio, laureado autor do *Processo da Mota*, com música do conceituado maestro, sr. Gabriel das Neves.

A índole e pequenez deste jornal não permitem uma crítica extensa a revista que há pouco se representou e a ela nós não referiríamos, se no conjunto dos interpretes não entrassem algumas crianças, às quais o *Jornal da Criança* deseja restar a sua humilde homenagem.

O teatro é uma escola de dicção, de gosto e de arte, que, quando bem orientado, é dum inconstável valor educativo.

Despertar na criança gosto pela arte é concorrer poderosamente para a sua futura educação.

E' este, para nós, o maior mérito desta bela revista que tantos aplausos conquistou, e em que o sr. dr. Alfredo da Silva Sampaio soube tocar todas as ocorrências mais pitorescas da lítica local, distribuindo a cada interprete o papel mais apropriado à

sua índole e idade, com uma correção de linguagem, como é pouco usual em revistas deste género.

No conjunto das suas interpretes destacamos as meninas Gabriela Neves, Maria Franco e Maria do Nascimento, três das mais novas e gentis crianças, cujas fotografias publicamos, e que souberam conquistar os aplausos dos espectadores, mórmente a menina Gabriela Neves, que, no papel de *Jornal da Criança*, foi duma graça inexecedível.

Aos autores da revista, bem como a todos os seus interpretes, as nossas felicitações.



Gabriela Neves

— CRIANÇAS —

Quando uma criança chora é porque lhe apertamos o corpo com vestuários ou o alimento que lhe demos é impróprio. — Deixem as crianças à liberdade, rolares-se na areia aquecida do sol, que lhes doura a pele. Assim como os cabritinhos em redor da mãe, elas brincarão e crescerão. As crianças precisam de liberdade contínua.

O livro é o alimento da escola, como o leite é o alimento do berço.

ANEXO XV

Hino escolar nacional, com letra do Conde de Monsaraz e música de Augusto Machado.

Ó Pátria, dae-nos o santo

Pão nosso de cada dia;

Pátria enxugae nos o pranto

Na saúde e na alegria

(Coro)

É a escla que há de erguer-vos

Á vida, á glória imortal

Nós somos a carne, os nervos

E o sangue de Portugal

.....

E depois do que hajas feito

Sempre terás, pátria amada,

Um altar em cada peito

E em cada mão uma espada!

Anexo XVI

Hino escolar Michaelense.

H Y M N O

DA
ESCOLA MICHAELENSE

LETTA
DE
Alice Moderno



MUSICA
DE
M. Tavares Canario

Voz

*Todos nascem inermes, despidos,
Todos podem a méta attingir,
Se na vida só derem ouvidos
Ao Dever que prepara o Porvir.*

Coro

*Peregrinos da santa cruzada,
Combatentes do eterno ideal,
Nós seremos a clara alvorada
Que ha de emfim redimir Portugal!*

Voz

*Houve tempo em que o berço doirado
Dava nome, e louvor, e fastigio;
Afundou-se na tréva o passado,
—Hoje só o saber tem prestígio.*

Coro

Peregrinos etc., etc.

Voz

*Pobres, ricos, fidalgos e nobres,
Todos podem ser grandes um dia,*

*E entre todos mais valem os pobres,
Se o talento sobre elles radia.*

Coro

Peregrinos etc., etc.

Voz

*Mas o engenho que os homens levanta
Só se apura na escola arrebol,
E' a escola a matriz sacrosanta,
E' a pedra de toque, o crysol.*

Coro

Peregrinos etc., etc.

Voz

*E por isso, ferventes romeiros,
As escolas nós vimos saudar,
Que o primeiro será dos primeiros
Quem a escola souber levantar.*

Coro

Peregrinos etc., etc.



ANEXO XVII

Transcrição de partes da Carta de Salazar d'Eça publicada no boletim da Associação das Escolas Móveis sobre as dificuldades de implementação das missões de alfabetização na Terceira (*O Tempo*, 1907, n. 424).

... A nossa obra foi logo de principio surdamente hostilizada porque o meio é declaradamente reaccionário. O clima é deprimente e talvez devido a elle toda esta gente soffre de "jesuitismo". Tenho empregado todos os esforços para manter-me na minha linha de sincero apostolo da instrucção e de propagandista desinteressado do nosso methodo mas, mesmo assim, até no confessionário os padres me guerreiam. Assim, tendo encetado a nossa missão com cento e tantos alunos, divididos em quatro turnos, um de dia e três de noite, vejo esse numero dia a dia reduzir-se, devido ao trabalho damninho dos especuladores da ignorancia do povo.

Baldamente me esforço por mostrar a esta gente que a instrucção nada tem que ver com questões politicas ou religiosas, que compromettem o futuro dos filhos desde que não saibam defende-lo, quer dos negócios do liberalão quer da malvadez do fanático.

Ao Sr. Sub-inspector Mendonça está-se devendo actualmente o excelente serviço de fazer cumprir a lei na parte respeitante à frequência escolar aqui mais desleixada que em parte nenhuma. De todos os lados, porem o ameaçam com a demissão em nome de inconfessaveis interesses da egrejinha política.

Toda a gente aqui se diz liberal e fala dos bravos do Mindello como de gente que teem em casa; mas os cordelinhos da política local são mexidos pelos jesuitas, que bestializam diariamente as populações do campo com as suas missões.

Nota-se uma preguiça, uma tristeza, um mau humor geral. Todos temem perseguições , descontos, deslocações, transferencias perda de lugares, denuncia, etc. Ha sempre grande movimento nos confessionários, ninguém é dono da sua consciencia. A neurasthenia, a melancholia, a hypocondria, o jesuitismo, o egoísmo, o fanatismo, a superstição, a cobardia, o medo, devassidão, minam como cancos esta sociedade. O que vem de fóra não é melhor.

Todas as instituições de beneficencia e de ensino estão nas mãos dos reaccionários que fazem d'ellas obras de combate. Um grupo de rapazes intelligentes e illustrados propôs-se inaugurar uma serie de conferencias sobre variados assumptos, mas visando principalmente a instrucção. Logo essa obra foi falseada a ponto de a tomarem como perigosa para a ordem publica.

ANEXO XVIII

Estatutos das Caixas Económicas Escolares³⁰²

Estatutos

Capítulo I

Título e Fins

Artº 1 No intuito de criar nas crianças a ideia associativa e o espírito de previdência e economia, bem como implantar-se no coração o amor pelo próximo, é fundada nesta escola uma associação com a denominação de “Caixa Económica da Escola do sexo..., da freguesia de ...”

Artº 2 Esta associação é destinada a socorrer os alunos desta escola extremamente pobres, fornecendo-lhes os utensílios para a sua aprendizagem e, quando seja possível, roupa, calçado e prémios para aqueles que se distinguirem pela sua aplicação e comportamento.

Único Quando a caixa esteja em boas condições, poderá subsidiar alguns alunos pobres nos cursos superiores, contando que tenham sido sócios efectivos desta cidade mais de 3 anos; que tenham revelado inteligência e amor pelo estudo; e que tenham trabalhado pela prosperidade e engrandecimento desta associação.

Capítulo II

Dos Sócios

Artº 3 Os sócios são de duas categorias: efectivos e protectores.

Artº 4 São os sócios efectivos os alunos desta escola que apresentando consentimento paterno, pagarem a quota mensal de 50 reis em dinheiro ou equivalente em géneros.

³⁰² Diário dos Açores, nº 5374, 4ª série de 14 de maio de 1909.

1º Estas quotas serão pagas na escola, na primeira semana de cada mês.

2º As quotas respeitantes ao tempo de férias serão pagas na primeira semana lectiva depois delas.

Artº 5 São sócios protectores todos os cavalheiros e senhoras que concorrerem com verba mensal que lhes aprouver, ou com qualquer donativo por uma só vez.

Capítulo III

Artº 6 O sócio efectivo tem de pagar as suas quotas mensais como prescreve o artº 4 e seus; aceitar e desempenhar com zelo os cargos para que for eleito; esforçar-se pela prosperidade desta associação; trabalhar por se distinguir na aplicação, comportamento e frequência escolar.

Artº 7 O sócio protector, além do pagamento das suas quotas não tem outros deveres a cumprir.

Capítulo IV

Direitos dos Sócios

Artº 8 Os sócios efectivos ficam com o direito de depositarem na caixa quaisquer quantias não inferiores a 100 reis e a retirá-las passados 3 meses, para o que deverão possuir cadernetas próprias, onde sejam lançadas as suas contas com a caixa.

Único – As quantias depositadas vencerão o juro acumulado de 2%, passados seis meses depois de efectuados os respectivos depósitos.

Artº 9 Sendo um terço das quotas dos sócios efectivos considerado também como depósitos, ficam eles com o direito de o levantar somente quando mudem de localidade ou completem a sua instrução nesta escola.

Artº 10 O sócio efectivo que ceder a benefício da caixa o direito que lhe confere o artº 9 será inscrito no livro dos beneméritos.

Artº 11 O sócio efectivo que frequentar a 3ª ou 4ª classe fica considerado como elegível para os cargos de direcção, excepto para o de presidente que de direito houver, e na falta dele, o aluno de 4ª classe que mais se distinguir pela sua aplicação e comportamento.

Artº 12 Seja qual for a classe a que pertence o sócio efectivo, é considerado eleitor.

Artº 13 Os sócios protectores podem assistir às sessões da direcção, mas sem direito de voto, bem como a qualquer festividade que se realize na escola por iniciativa da direcção da caixa.

Capítulo V

Penalidades

Artº 14 Importam a perda de direito de sócios efectivos:

1ª A falta de pagamento de quotas durante 3 meses.

2ª O mau comportamento que dê lugar ao sócio ser expulso da escola por mais de oito dias.

3ª A recusa, sem motivo, do desempenho de cargo social para que for eleito.

4ª A retirada da escola.

Único A disposição do número 1 deste artigo cessa, logo que o sócio entregue a importância das suas quotas em dívida.

Capítulo VI

Da receita da caixa económica

Artº 15 Constituem receita da caixa económica:

1º As quotas mensais dos sócios efectivos

2º As verbas subscritas pelos sócios protectores.

3º Os donativos de qualquer devotado a esta instituição.

4º A cedência de direitos, a favor da caixa, dos sócios efectivos que foram inscritos no livro de beneméritos.

5º O juro do capital que vier a constituir o fundo permanente da caixa.

6º O produto de kermesses, benefícios ou outros que possam porvir de quaisquer outras fontes.

Artº 16 Quando duas ou mais escolas se associarem para a realização de kermesses ou benefícios (récitas teatrais), o produto líquido será distribuído em partes iguais pelas escolas associadas, no caso de todas prestarem igual concurso.

Único Quando as escolas associadas prestarem desigual concurso, resolverá sobre a quantia que deve pertencer a cada escola, uma comissão composta dos professores das escolas associadas, sob a presidência da autoridade escolar do círculo. Excluir-se-á o professor mais moderno, quando forem em número ímpar.

Capítulo VII

Da aplicação da receita

Artº 17 A receita da caixa económica será dividida em três partes, duas das quais constituem o fundo disponível e a outra o fundo permanente.

Artº 18 O fundo permanente será capitalizado e depositado na caixa económica desta cidade até que possa atingir quantia que seja convertida em títulos de dívida pública.

Artº 19 O fundo disponível é destinado a satisfazer as despesas consignadas no artº 2º destes estatutos e as do art 9º, caso os sócios o exijam.

Único O saldo do fundo disponível, quando o haja, será incorporado no fundo permanente.

Capítulo VIII

Da direcção

Artº 20 A direcção da caixa económica compor-se-á de quatro membros efectivos e outros tantos substitutos, servindo de presidente o que fica determinado no artº 10.

1º Os membros efectivos substitutos serão escolhidos dentre os alunos sócios da 3ª e 4ª classe.

2º A presidência será sempre guiada e aconselhada pelo professor.

Artº 21 A direcção elegerá, por sua vez, um tesoureiro e dois secretários com as designações de primeiro e segundo secretário.

Artº 22 A direcção terá uma sessão ordinária mensal, que se realizará no último feriado de cada mês e as extraordinárias que a urgência do serviço da caixa exigir.

Único A gerência de cada direcção dura um ano civil.

Artº 23 Pertence à direcção a aquisição de receita e aplicação da mesma, nos limites destes estatutos, e tudo que respeita a administração da caixa.

Artº 24 Ao presidente compete-lhe ordenar a cobrança da receita e dos pagamentos; rubricar os livros de escrituração e assinar os respectivos termos de abertura e encerramento.

1º As ordens de pagamento só se efectuarão depois de visadas pelo professor.

2º Na falta ou impedimento do presidente substitui-o o mais velho dos membros efectivos da classe mais adiantada.

Artº 25 Ao tesoureiro pertence-lhe o arrecadar toda a receita e satisfazer as despesas que pelo presidente lhe foram ordenadas.

Artº 26 Ao primeiro secretário incumbe toda a escrituração da caixa económica, sendo auxiliado neste serviço pelo segundo secretário.

Artº 27 A caixa ou cofre terá três chaves, estando uma em poder do presidente, outra no tesoureiro e a terceira pertencerá ao professor.

Capítulo IX

Disposições gerais

Artº 28 Podem federar-se duas ou mais caixas escolares da mesma freguesia, conservando quanto for possível, a sua autonomia nas condições seguintes.

1º A sede da federação será na escola que tiver maior número de sócios efectivos.

2º As despesas mencionadas no art 2 serão distribuídas proporcionalmente pelas diferentes escolas federadas, em relação à receita e número de sócios de cada uma.

Único As receitas provenientes do artº 16 pertencerão a cada escola federada nas condições do » único do supra citado artigo.

Artº 29 Pretendendo alguma escola desmembrar-se na federação, deverá requerê-lo à direcção a maioria dos sócios efectivos dessa escola, com os fundamentos seguintes:

1º Que tem número de sócios efectivos superior a quarenta.

2º Que tem em fundo permanente capital superior a 100\$000 reis.

Artº 30 As eleições da direcção realizar-se-ão no primeiro domingo de Dezembro, presididas pelo professor da escola a que pertence a caixa económica e com a rigorosa observância do que a tal respeito se acha regulamentado.

1º No caso de escolas federadas, assistirão os respectivos professores, a fim de reconhecerem a identidade dos eleitores.

2º Quando, por qualquer motivo, se não possam realizar as eleições ficarão adiadas para o domingo imediato.

3º As eleições realizam-se sempre com qualquer número de eleitores.

Artº 31 A posse aos novos eleitos será conferida pelo presidente no dia 2 de Janeiro.

ANEXO XIX

Estatutos da Sociedade Escolar - O Vintém da Escola - Escola do sexo masculino dos Fenais da Luz³⁰³:

Estatutos

Capítulo I

Natureza e fins da Sociedade

Artº 1 – A sociedade escolar do sexo masculino de Fenais da Luz tem a sua sede na escola do mesmo sexo e guiar-se-á pelos presentes estatutos.

Artº 2 – O fim principal desta sociedade é premiar os alunos que mais se distingam nesta escola, tanto nos exames de instrução primária do 1º grau como nos do 2º grau.

Único – Para este fim serão criados dois prémios para o 1º grau e um para o 2º grau, com o produto das quotas com que os sócios se inscreverem, tendo estes prémios o nome de – O vintém da escola.

Capítulo II

Classificação dos sócios

Artº 3 – Os sócios classificam-se: Sócios escolares e sócios honorários

- a) Sócios escolares são os próprios alunos da escola*
- b) Sócios honorários são todas as outras pessoas que concorrerem com as suas quotas a fim de beneficiar os sócios escolares.*

³⁰³ *Diário dos Açores*, nº 4186, 4ª série de 28 de abril de 1905.

Capítulo III

Admissão, direitos, deveres e vantagens

Artº 4 Desta sociedade podem ser sócios, todos os alunos que frequentarem a escola do sexo masculino de Fenais da Luz e além destes, qualquer indivíduo que queira beneficiar esta sociedade, sendo a quota mínima de 20 reis mensais.

Artº 5 Tem direito ao prémio – O vintém da escola – todo o aluno que se inscreva como sócio, logo que comece a frequentar a escola; e, no caso de se inscrever mais tarde é necessário pagar todos os meses em atraso.

1º Não se compreende neste artigo os alunos que actualmente frequentam a escola, mas sim todos os que se matricularem, depois de se instituir a sociedade.

2º Dos alunos actuais ficam sujeitos a este artigo os que se inscrevam como sócios no mês da instituição da sociedade, a contar deste mesmo mês.

Artº 6 Quando se prove que o aluno é extremamente pobre e que por isso se não inscreve como sócio, tem direito ao respectivo prémio, logo que se distinga nos seus exames.

Artº 7 Não tem direito ao prémio o aluno que, embora distinto, tenha mau comportamento escolar.

Único Matriculando-se um aluno na escola, com adiantamento tal que, antes de 6 meses depois de matriculado, possa fazer o seu exame de 1º ou 2º grau, não tem direito ao prémio.

Artº 8 Todas as vantagens desta sociedade só se poderão gozar no mês de Agosto de 1906 em diante.

Capítulo IV

Distribuição dos prémios

Artº 9 Os prémios do 1º grau devem ser distribuídos aos dois alunos (ou dos sócios ou dos incluídos no artº 6) que mais se distinguirem no referido exame e do 2º grau igualmente concedido nas mesmas condições.

Artº 10 Se as classificações forem dadas por valores, por elas se vê a quem devem ser concedidos os prémios; no caso de o não serem (ou sendo o), mas, havendo dois ou mais alunos com igual classificação, serão ainda os prémios distribuídos, segundo o comportamento escolar – artº 7 -; e, se se acharem em iguais condições de classificação e comportamento, serão distribuídos à sorte.

Capítulo V

Grandeza dos prémios

Artº 11 O prémio para o 2º grau será de 4\$000 rs e os 1º grau serão o primeiro de 1\$250 e o segundo de 1\$000 reis.

Único - Estas quantias só serão distribuídas, depois de feitos os exames do 2º grau.

Artº 12 Não tendo o fundo desta sociedade a quantia de 6\$250 reis, para satisfazer aos 3 prémios, mas quantia superior a 2\$000 reis, diminuirão os prémios naquela proporção.

1º Tendo a sociedade em depósito mais de 6\$250 reis e menos de 10\$000 reis, será o excedente de 6\$250 reis comprado em papel e penas, para distribuir pelos alunos sócios e pelos incluídos no artigo 6.

2º Havendo n`algum ano 11\$250 reis em depósito, fica criado para esse ano, mais um prémio de 5\$000 para o 2º grau.

3º Havendo em depósito mais de 11\$250 reis, terá o excedente a mesma aplicação do artº 14 (em papel e penas).

4º Ficando em um ano algum prémio por distribuir aplicar-se-á a sua metade no que determina o artº 14; e a outra metade passará para o ano seguinte.

5º Quando a sociedade chegue a ter mais de 15\$000 reis será esse restante aplicado no que a direcção melhor entender, em favor dos alunos.

Artº 13 Os artigos 11 e 12 e seus parágrafos só se podem pôr em execução, depois de ser deduzido do dinheiro em caixa, o que a direcção tenha gasto em expediente e mais despesas que se façam.

Capítulo VI

Pagamentos e demissões

Artº 14 Cada sócio pagará mensalmente 20 reis de quota (no mínimo), podendo fazer adiantadamente o pagamento dos meses que quiser.

Artº 15 Os pagamentos dos sócios escolares serão feitos, por cada classe, a um aluno da mesma que será eleito anualmente, pela respectiva classe; mas na primeira classe será escolhido entre os mais adiantados, fazendo-se essa eleição na primeira quinta-feira do ano lectivo.

Único- Os alunos recebedores das ditas quantias deverão, por sua vez, entregá-las ao professor que fará delas entrega ao tesoureiro

Artº 16 Os pagamentos dos sócios honorários serão feitos ao professor, podendo-os também fazer adiantadamente, pelos meses que desejarem.

Único – Aceitam-se também dos sócios honorários quaisquer ofertas, em dinheiro ou em espécie, de utilidade para os alunos.

Artº 17 As quotas só dizem respeito aos meses do ano escolar, não se pagando portanto os meses de Agosto e Setembro por serem de férias.

Art 18 No fim do ano lectivo devem ser pagas todas as quotas que houver em atraso, para bem de se poder satisfazer as prescrições destes estatutos.

Artº 19 Quando se prove infidelidade em algum aluno recebedor, deixará ele de o ser, elegendo-se outro que o substitua, e se por acaso for reeleito e torne a ser reincidente na mesma falta, será então demitido de sócio, duma vez para sempre, perdendo o direito que tiver a qualquer prémio que lhe fosse concedido.

Único Quando um aluno se demita de sócio e mais tarde queira ser readmitido, é preciso que pague os meses interrompidos entre a demissão e a readmissão, salvo se, durante esse tempo, não for aluno da escola.

Capítulo VII

Direcção

Artº 20 A direcção desta sociedade terá por presidente o próprio professor desta escola, por secretário um aluno com o exame do 1º grau, por vogais os alunos recebedores e por tesoureiro um dos sócios honorários da freguesia, que será nomeado pela direcção.

Artº 21 Compete à direcção as atribuições seguintes:

1º Fazer durante o mês de Setembro um relatório da receita e despesa da sociedade;

2º Distribuir os prémios em sessão solene;

3º Determinar quais os alunos que se encontram nas condições do artº 6;

4º Designar os dias de reunião da mesma quando julgar conveniente.

5º Promover bazares.

ANEXO XX

Lista de professores que constavam do Relatório de 1909-1910 (p.5 e 6) e lecionavam os **cursos noturnos** nas freguesias do Círculo Escolar de Ponta Delgada subsidiados pela Liga de Instrução Micaelense.

Concelho de Ponta Delgada:

Arrifes – João Machado Benevides

Bretanha – António da Silva Sousa

Candelária – Joaquim Fernandes Vasconcelos

Candelária – Maria Luiza M. da Câmara

Capelas – Ventura Henrique da Silva

Fajã de Baixo – Adelino Pimentel da Costa

Fajã de Cima – Eugénio Xavier Tavares

Fenais da Luz – Manuel Moniz Morgado

Mosteiros – Manuel Francisco de Mello Moniz

Sete Cidades – Elvira dos Reis

Relva – José da Costa

S. Vicente – Alexandre Ferreira de Medeiros

Concelho da Lagoa:

Rosário – António Francisco da Costa

Atalhada – Olinda Engrácia Pereira

Santa Cruz – Maria Encarnação Soares Cordeiro

Concelho da Ribeira Grande:

Conceição – Silvano de Mello Carneiro

Porto Formoso – José Octávio Teixeira

Porto Formoso – Maria do Rosário Pacheco

Ribeira Seca – António José Alves

Nossa Senhora da Estrela – Eduina Amélia da Costa

Maia – Manuel Pedro da Costa

Concelho de Vila Franca do Campo:

Ponta Garça – Luiz Machado da Silva Pinheiro

Ribeira das Tainhas – António José Raposo

S. Miguel – Joaquim José Pereira

S. Pedro – Jayme Maria Borges

Concelho do Nordeste:

Achadinha – José Alves do Couto

Achada – Júlio Franco do Rego

Concelho da Povoação:

Ribeira Quente – Filomena Adelina da Silva

Furnas – Maria Evelina de Mendonça

Vila – Alice de Freitas

Concelho de Vila do Porto:

Santa Bárbara – Angélica da Silva

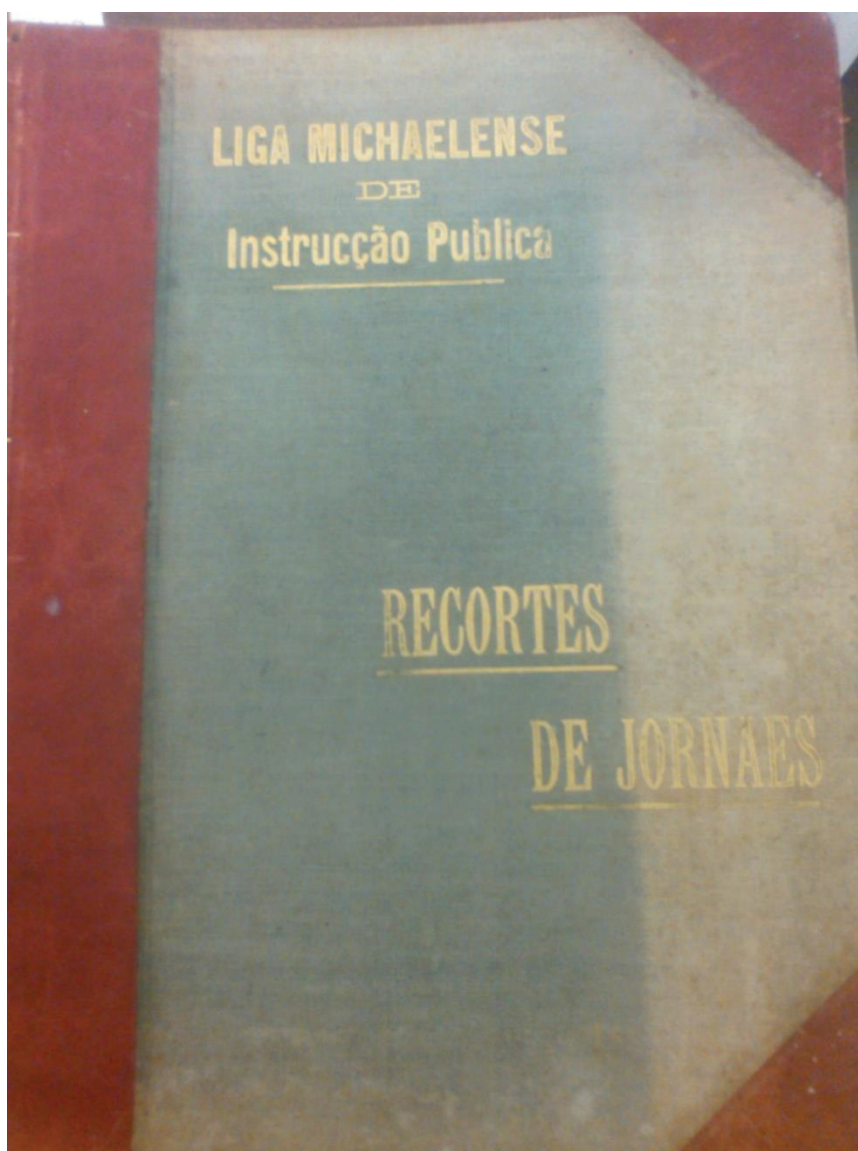
S. Pedro – Luiz Morais de Bettencourt

Vila – Augusto Ferreira de Almeida³⁰⁴.

³⁰⁴ LMIP - *Relatório da Liga, 1909- 1910*, pp. 5-6.

Anexo XXI

Aspeto geral dos livros de escrita da Liga



RELATORIO

DA

Liga Michaelense de Instrucção Publica

Annos de 1910—913

E

BREVE NOTICIA HISTORICA SOBRE A INSTRUCCÃO PUBLICA

NO

DISTRICTO DE PONTA DELGADA

——————

PREÇO 500 RS.



1915

PONTA DELGADA
S. MIGUEL
AÇORES

MJC
PP/15

BRARD
7

BRARD
Fundo MJC
Com PP/16

RELATORIO

DA

LIGA MICHAELENSE

DE

INSTRUCÇÃO PUBLICA

GERENCIA NO ANNO DE 1917-1918



MJC
PP/16

SEU COMPARTO E IMPRESSO NA
OPICINA DE ARTES GRAFICAS
PORTA DELGADA - S. MIGUEL - AÇORES

ANEXO XXII

Transcrição dos artigos publicados no Diário dos Açores referentes à Festa Escolar das Capelas e de P. Delgada

ASSUNTO: <u>Festa Escolar</u>

Linha 47 = 5.255 JORNAL Diário dos Açores
Ano 38 Dia 12 de Dezembro de 1908

3.ª parte

- 1.ª Simfonia
 - 2.ª A vida da avozinha (Comédia)
 - 3.ª Quem se senhora (monólogo)
 - 4.ª Coro bati-sós
 - 5.ª A cançãozinha - (Camelete)
 - 6.ª Não termo mais
 - 7.ª Render sentimentos, poesia
 - 8.ª Assim... Assim...
 - 9.ª A Colégio (Camelete)
- Coro dos "aquasís" do Instituto d'Alcalá)

1.ª parte

- 1.ª Simfonia
- 2.ª A Patria (Comédia)
- 3.ª Milord (monólogo)
- 4.ª Babi, lobi, lobi (Terceto)
- 5.ª O Eijamo (monólogo)
- 6.ª Coro das Farsinhas

= Insimo =

ASSUNTO: Carta dos Papéis - o beuá de
domingo

Seri 4 n. 5. 186 JORNAL Aviz do Açor
Ano 39 Dia 1 de Outubro de 1908

Com umas arrecimações extraordinárias, repeti-
ou-se o beuá, domingo passado, neste vil, e
o faço do Coço de Beneficências e ensino
de Crianças pobres, organizado pelo professor
Venturo Henriques de Silos, o qual começou
às 4 horas da tarde, prolongando-se até
à meia noite.

Todos os prémios, em grande número de
um gosto e alguns de valor, estavam re-
postos nos salz dos escois do professor Sr.
Beatriz H. de Silos.

Foeram rifados oscos prémios, sendo
um touro de almooa, ofertado de Sr. de Al-
sandre Albuquerque, ao Sr. Demmiel Loucas
deste vil; e um cenho de mess, ofertado de
Sr. Paulide Salsandes, a Rui de San Do-
rais.

ASSUNTO:

6°
7°
8°
9°
10°
1°
2°
3°
4°
5°
6°
7°
8°
9°
10°

ASSUNTO:

Festas Escolas

Série 4ª 5 255 JORNAL Aviz de Lagos

Ano 38 Dia 12 de Setembro de 1908

haverá a parade "gimástica" e plantação das arvores em numero de 28.

Emcorporar-se-á sembrino cortejo, abin de banda regimental, uma frega de 60 pessoas do regimento de infantaria 26.

O programa de recit é muito, desempenhado por criameas de quase todas as escolas officiais desta cidade e de alguns collegios particulares, e o seguinte, sendo o mesmo do espectáculo de 2ª feira, para o qual não já máo há lugares:

1ª parte

1. Sinfonia pds orquestra
2. 70. Farguets Murmurejon
3. Hino de inocidade (poesia)
4. A arca (poesia comica)
5. Fado Cima

(2)

ASSUNTO:

Fests Escolares

Série 4 n: 5.255

JORNAL

Jornal do Acro,

Ano 38

Dia

12 de Setembro de 1908

Tudo se prepara para que seja brilhante a festa escolar que amanhã se realizará nesta cidade e que deverá começar pela sessão solene, às 11 horas da manhã, no Salão Municipal, para a distribuição de prêmios aos alunos distintos, em que serão pronunciados discursos, abrindo com o hino das escolas cantado por todas as crianças e acompanhado pelo banda regimental.

Como já disse antes, após a sessão, organizar-se-á o cortejo no largo do Teatro, seguindo pelas ruas de Esperanças, ruas que conformam o passeio de São Francisco, Avenida Roberto Luiza, ruas Formosa, do Comércio, do Teatro, de S. Brás, de S. João, Curucado, do Largo de Camões, ruas dos Mercaderes, largo de João Fomeca, rua Américo de Quental, onde (1)

ASSUNTO: A festa a celebrar em Ponta Delgada

Série 4 n.º 5.221 JORNAL Jornal do Açores
Ano 3.º Dia 2 de Dezembro de 1903

Esta Comissão dos Compósitos do ano:
Sr. Francisco Antão Pacheco de Távora e
Araújo, Evaristo Ferreira Trancoso, Fortunato Sa-
raiva do Vale, succumbente João do Torres Fer-
reira, Manuel Ferreira Cordeiro, Evaristo Soares
de Lencquesme e Manuel Fernandes Carreira, e qual
podem agregar a si outros excellentes.

A festa chamará a si official, e ahi ha a
a distribuição de prémios aos vencedores, com
tendo de cessar o almoço e cocteyo; a noctur-
na compor-se-a de um espectáculo, cujo pro-
grama será a tempo organizado, sendo o seu
intuito o "consequimento" do producto des-
tinado ao fundo de Beneficencias a celebrar.

Dez é certo haverá uma reunião da
Comissão promotora do festejo modicum.

ASSUNTO:

A sala escolar em Ponte Segura

Série 1 n: 5 2 21 JORNAL Amor do Povo

Ano 38 Dia 2 de Dezembro de 1908

Foi sábado último e seis colegas me
meu e comissão promotores de sala escolar
nesta cidade.

Para extremar serviços, foi deliberado
dividir em duas esta comissões, ficando uma
compõe dos professores desta cidade.

As Carolinas de Jesus Fernandes, A. Ma-
ria de Glória Lima, A. Virgínia Lima de
Campos, A. Maria Evolino de Souza, A. Ma-
ria de Carmo Sequeira Flores, A. Maria Angu-
la Barvelho, Antonio Maria Lopes, Francisco
Antonio de A. Dardos e Luis Estelha Amador,
tendo à frente o Sub-inspector Manuel Fúcio
Arruda, a qual terá a seu cargo promover
a sala durante; e o outro compõe um
elemento de membros das comissões de
Beneficências e ensino, que tratará de fazer
proclamações: (4)

ASSUNTO: Festas Escolas em
Ponte de Pedras

Série 42: 5219 JORNAL Diário do Açores
Ano 38 Dia 30 de Outubro de 1928

Effectuou-se ontem, pelas 8 horas da noite, no salão de sexo masculino do freguesia de S. José, a reunião da reunião das comissões de beneficência e ensino e das senhoras professoras desta cidade, para se resolver sobre a realização este anno, do fest. escolar, a que assistiu também o sub-inspector Sr. Manuel Falcão de Almeida.

Foi nomeada uma comissão composta do Sr. sub-inspector, membros das ditas comissões professoras e outros cidadãos, para tratar de fest. que devesse ser realizadas no dia 20 de Setembro próximo.

ASSUNTO:

F. M. S. M. M.
Carta de Expensas - Banca de Fomento

Série nº 5.486

JORNAL

Diário do Açores

Ano 39

Dia

1 de Outubro de 1908

Alunos adms
Alunos premiados com um diploma de
curso para gratas por serem obtidos a elas
a frequência de 100% no exame de instrução
primária do 1º grau.

Por 6 horas de tarde começou a
receita infantil, ao ar livre, com recitados
feitos de fante e iguéis, compo de canções,
melos, monólogos, cores etc, etc.

Todas as crianças andaram dis-
tintamente, não podendo dizer de especifi-
ca. 8 crianças Floriano do Rosário Raposo
no desempenho das canções A Viarante
e o Barchist, Oribildo Correia Alves, nas
Canções o Espelho e o Quatro Sapato, por
Manuel Miranda Raposo, que foi entusias-
ticamente oracionado pelas muitas graças com
que desempenhou este número a pesar de
com. ad. l. d. com.

(4)

ASSUNTO: Exame
Carta das Cartas - Berra de Fomigão

Série 4n: 5486 JORNAL Jornal do Acorde
Ano 39 Dia 1 de Outubro de 1908

e um brocho e alguns Berts Sitos.
Alunos premiados com uns bolos de prats por terem obtido a classifica-
ção de distinto em exame de instrução
primária do 2º grau:

Mamud Pereira do Rego, José Pereira
do Rego e Mário Raposo de Prado.

Alunos premiados com uns bolos de prats por terem sido aprovados em
exame de instrução primária do 2º grau
Fernando Gusmão Tavares de Sousa e
Antonio Correia Alves.

Alunos premiados com um esto-
jo contendo Lápis variados e canetas, penas
barrachas, esmaltos etc. por terem obtido a
classificação de bom em exame do 1º grau:

Mamud Botelho de Medeiros, José Vieira
M. T. e João de C. M. (3)

ASSUNTO: Festa
Carta das Escolas - Beira de Lameira

Serie 4 n.º 5.486

JORNAL

Árvore da Foz

Ano 37

Dia

1 de Outubro de 1908

Pelas onze horas de manhã saiu o cortejo da escola oficial de S. Beatriz Henrique de Silva, com grande número de convidadas, comissão de beneficentes e ensinos e comissão da Beira, e filarmónicas dos v. r. b., e tendo os alunos das duas escolas oficiais até ao jardim do prédio de Leonel Tavares do Porto Taveira, onde foi feita a distribuição de prémios aos seguintes alunos que obtiveram a melhor classificação nos exames do 1.º e 2.º grau:

Alunas premiadas com um ano de ouro, por terem obtido a classificação de optima no exame de instrução primária do 1.º grau:

Gracia do Espírito Santo Rejo, Luis de Sousa,
Gracia de Estrela Cabral, Isabel Vieira Soares

(2)

ANEXO XXIII

Base dos Estatutos da Associação de Caridade Promotora da Instrução Século XX

(Publicadas no *Diário dos Açores*, nº 2937, 18 de Janeiro de 1901)

1.º *Subsidiar com dinheiro, vestuário, livros e utensílios escolares, as crianças pobres de ambos os sexos desde a idade dos 7 anos até aos 12 e durante dois anos, para que frequentem a escola oficial de instrução primária utilizando o que nela se ensina, especialmente ler, escrever e contar.*

2.º *Organizar e custear um estabelecimento denominado “Oficina de S. Miguel” em que sejam recolhidas, alimentadas e vestidas crianças pobres do sexo masculino maiores de 7 anos e menores de 14 até aos 20 anos, ministrando-lhes a instrução primária elementar, educação moral e religiosa e o ensino de qualquer ofício ou arte.*

3.º *Organizar e custear um estabelecimento, denominado “Escola de Stª Maria”, em que sejam recolhidas, alimentadas e vestidas crianças pobres do sexo feminino maiores de 7 anos e menores de 14, até aos 20 anos, ministrando-lhes instrução primária elementar, educação moral e religiosa e o ensino de ocupações industriais e trabalhos domésticos próprios do seu sexo.*

4.º *Organizar e custear um museu e biblioteca de ofícios e artes.*

5.º *Auxiliar pecuniariamente os alunos de ambos os sexos que tendo sido subsidiados ou que tendo frequentado a oficina ou a escola queiram aperfeiçoar-se nos seus ofícios ou indústrias, dedicar-se a alguma das belas artes ou seguir qualquer curso de instrução mais elevado, para que mostre aptidão especial.*

6º. Diligenciar a colocação e emprego dos alunos, recomendando as suas aptidões por certificados especiais.

7º. Constituir a cada aluno de um e outro sexo um pecúlio em relação com o produto do seu trabalho, desde os 16 até aos 20 anos, o qual só lhes será entregue se se conservarem até esta idade no respectivo estabelecimento.

8º. Promover e desenvolver por todos os meios ao seu alcance, ...a difusão da instrução em todas as classes especialmente entre as classes laboriosas.

ANEXO XXIV

Bases do Estatuto da Sociedade Promotora da Instrução Terceirense

(Aprovadas na reunião de 14 de abril de 1906)

1.^a

É fundada em Angra do Heroísmo uma sociedade destinada a desenvolver a instrucção e especialmente a generalizá-la nas classes pobres d'este districto.

Com esse fim a sociedade deve desde já promover missões da Associação das Escolas Moveis pelo methodo de João de Deus, e missões d'esta Sociedade pelo mesmo methodo. A Sociedade pode também promover, quando entender conveniente:

- 1.º A constituição de cursos livres;*
- 2.º A realização de conferencias, palestras e saraus literarios;*
- 3.º Exposição de objectos de arte e industria;*
- 4.º Creação d'escolas, cursos nocturnos e bibliothecas;*
- 5.º Construcções de edificios para escolas;*
- 6.º A propaganda da instrucção e representações n'este sentido junto dos poderes officiaes;*
- 7.º O auxilio a creanças pobres para poderem frequentar as escolas.*

2.^a

São socios ordinarios todas as pessoas d'ambos os sexos que satisfizerem a quota mensal mínima de 125 réis insulanos, e benemeritos os que a assembleia geral entender que merecem esta classificação pelos serviços á instrucção.

As mulheres casadas precisam auctorisação dos seus maridos, e os menores, a de seus paes ou tutores.

São considerados socios fundadores os que assistiram á reunião de 14 de abril de 1906.

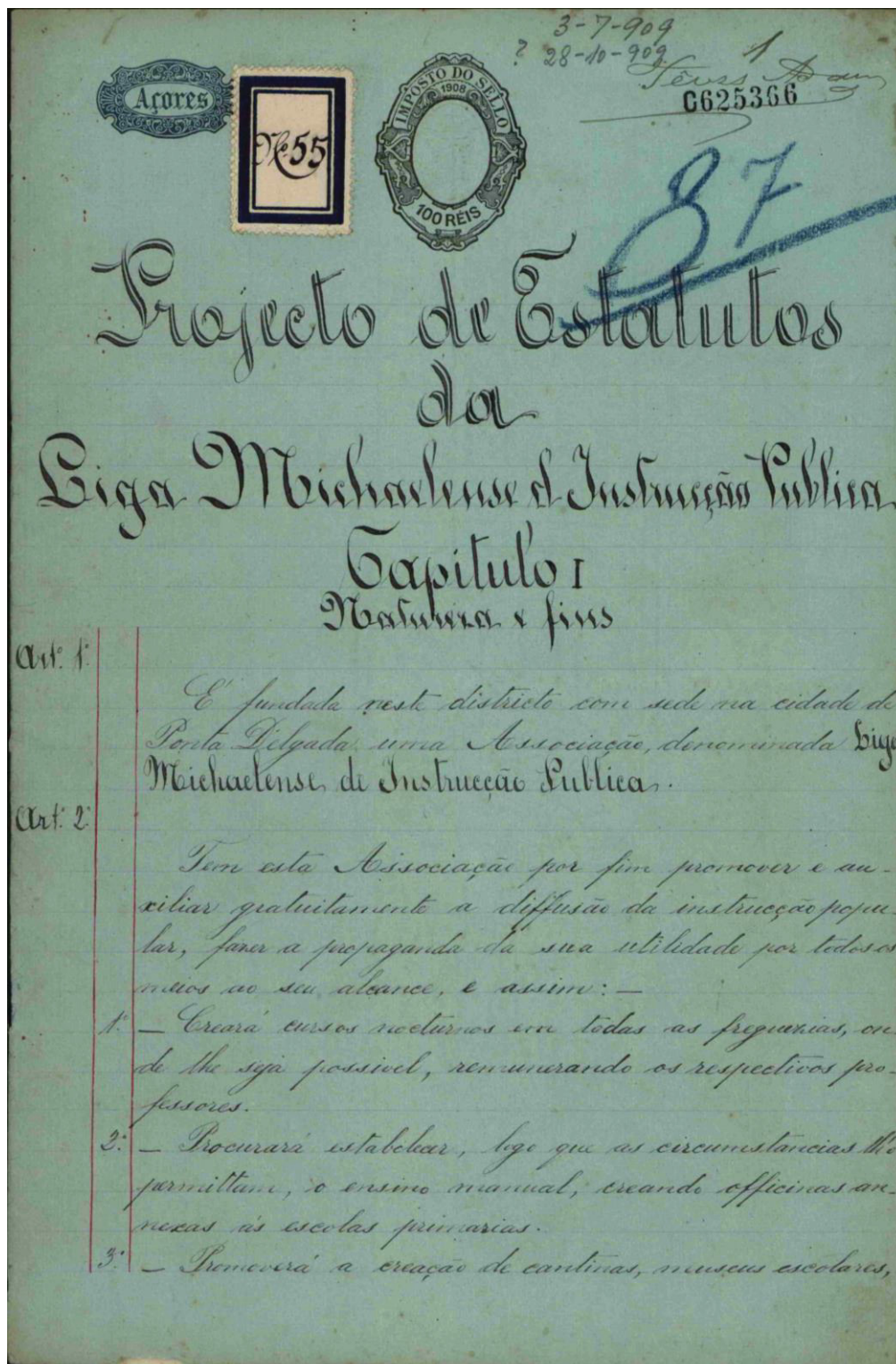
3.^a

Para o funcionamento da sociedade serão eleitas uma meza d'assembleia geral composta d'um presidente e dois secretarios, e uma direcção composta d'um presidente, um secretario, um thesoureiro e dois vogaes.

O serviço é annual e as eleições para os diferentes cargos realizar-se-hão no dia 2 de Janeiro de cada anno.

ANEXO XXV

Estatutos da *Liga Micaelense de Instrução Pública* publicado no *Diário dos Açores*, nº 5499, 16 de outubro de 1909 e 5500, 18 de outubro de 1909.



Estatutos

Capítulo I - Natureza e Fins

Artº 1º – É fundada neste districto, com sede na cidade de Ponta Delgada, uma Associação denominada Liga Micaelense de Instrucção Pública

Artº 2º - Tem esta Associação por fim promover e auxiliar gratuitamente a difusão da instrucção popular, fazer a propaganda da sua utilidade por todos os meios ao seu alcance e assim:

1º Criará cursos nocturnos em todas as freguezias, onde lhe seja possível, remunerando os respectivos professores.

2º - Procurará estabelecer, logo que as circumstancias lho permittam, o ensino manual, creando officinas annexas ás escolas primárias.

3º Promoverá a criação de cantinas, museus escolares, bibliothecas, colónias infantis, festas escolares, etc.

4º - Promoverá conferencias pedagógicas e de hygiene escolar, ou sobre outro qualquer assumpto que interesse exclusivamente á instrucção.

5º - Facultará os livros da sua bibliotheca a quem os deseje consultar, especialmente aos professores officiaes e alumnos da escola Normal.

6º - Estabelecerá prémios pecuniários para estímulo dos professores das escolas diurnas e cursos nocturnos.

7º - Representará ao Governo, Sub- inspecção escolar e corporações administrativas d'este districto, sobre todas as questões que interessem ao desenvolvimento da instrucção.

8º -Procurará crear uma caixa económica cujos lucros, deduzidos os juros normaes do capital de garantia, se applicarão aos fins desta Associação.

Capítulo II – Dos Socios

Os nomes de todos os indivíduos que façam qualquer donativo pecuniário a esta Associação serão publicados conjuntamente com o relatório anual. E assim:

Artº 1º - Serão considerados socios ordinários d`esta Associação qualquer d`estes bemfeitores, d` um ou outro sexo, de maior idade e nos termos da lei especial, que tenha como titulo litterario minimo, diploma de exame de instrucção primária do 2º grau, ou haja contribuido para esta Associação com quota superior a cincoenta mil réis.

Artº 2º - São socios benemeritos os que contribuem com donativos permanentes ou accidentaes que pela sua importancia revistam um carácter de excepcionalidade.

Artº 3º - São socios honorários os que contribuem para a consecução dos fins desta Liga, por qualquer outra forma importante e de reconhecida utilidade.

Único – São socios honorários da Liga todos os chefes de serviços de instrucção do districto, os funcionários de saúde e os professores officiaes e particulares que tenham prestado serviços a esta Associação.

Capítulo III – Deveres dos socios

Artº 4º – Os socios teem o dever de exercer gratuitamente os cargos para que forem eleitos.

Capítulo IV – Direitos dos socios

Artº 5º - Em egualdade de circumstancias, os socios terão o direito de preferencia a todos os lugares remunerados desta Associação, quando os haja.

1º - As vantagens d'este artigo só podem ser concedidas ao socio que o for pelo menos ha um ano.

2º - Quando concorra mais de um socio, será preferido ainda em egualdade de circunstancias o mais antigo.

Capítulo V – Da receita

Artº 6º - A receita d'esta Associação será constituída:

1º - Pela importancia das quotas dos seus bemfeitores, socios ordinários e beneméritos.

2º - Pelos legados feitos a favor d'esta Associação.

3º - Pelos subsidios concedidos pelo Estado, Corporações administrativas a Associações de qualquer especie.

4º - Pelos lucros da sua caixa economica.

5º - Pelo producto de quaesquer festas escolares, etc.

Artº 7º - Quando por qualquer circumstancia se dissolva esta Associação, os seus fundos serão distribuidos pelas instituições de caridade, especialmente pelas de beneficencia e ensino.

Capítulo VI – Administração e direcção dos serviços technicos

Artº 8º - A administração e direcção dos serviços technicos ficarão a cargo d'uma direcção que lhe compete:

1º - Arrecadar e administrar os fundos da Liga.

2º Tomar todas as iniciativas concernentes á consecução dos fins d'esta Associação.

3º - Fazer publicar annualmente um relatorio da sua gerencia, acompanhado de minuciosas informações sobre o desenvolvimento da instrucção por ella promovida.

Único – Todos os chefes de serviços de instrucção do districto teem voto consultivo

Capítulo VII – Da Assembleia Geral

Artº 9º - Só podem ser convocados para a Assembleia Geral os socios nas condições dos números 1, 2 e 3 do artº 3º d`estes Estatutos.

Art º 10º - Estes socios reunidos elegerão a meza da Assembleia Geral que será constituída por um presidente, um vice – presidente e dois secretarios.

Artº 11º - A Direcção será eleita annualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleita, e será constituída por sete membros effectivos e outros tantos supplentes, a saber: - um presidente, um secretario, um thesoureiro e quatro vogaes.

Único – É obrigatória a reeleição de dois membros da direcção transacta.

Artº 12º - O Conselho Fiscal será igualmente eleito pela Assembleia Geral e compor-se-ha de tres membros, a saber: Um presidente, um secretario e um relator.

Artº 13º - Os corpos gerentes serão eleitos no primeiro domingo do mez de Maio de cada anno, devendo tomar posse dos seus cargos dentro do praso de oito dias.

Artº 14º - A eleição será feita pelo menos, com a maioria absoluta dos socios residentes na cidade de Ponta Delgada e, quando adiada por falta de numero, realizar –se-ha no domingo immediato com o numero de socios presentes.

Artº 15º - A Assembleia Geral resolverá sobre todas as iniciativas da competencia da Direcção, quando esta entender dever submete-las á sua apreciação.

Artº 16º - Só podem fazer parte da Assembleia Geral os socios nas condições previstas nos artigos 3º e 9º d'estes estatutos, e que estejam inscriptos ha mais de um ano.

Único – Exceptuam-se d'esta disposição os socios que se inscreverem no primeiro ano do funcionamento d'esta Liga.

Artº 17º - Só podem ser alterados os estatutos d'esta Associação, achando-se a Assembleia Geral constituída por um numero de socios superior a dois terços da sua totalidade.

Capítulo VIII – Disposições geraes

Artº 18º - Sempre que numa freguesia funcione um curso patrocinado pela Liga, será nessa mesma freguesia nomeada pela Direcção uma comissão composta pelo menos de tres membros, a fim de:

1º - Promover na localidade tudo quanto interesse aos fins da Liga.

2º - Angariar socios e donativos e arrecadar quotas, dando mensalmente conta dos seus actos á Direcção.

3º - Promover os fins da Liga que se acham consignados no nº 3 do artº 2º, destes estatutos.

Único – D'esta commissão farão parte o parochó e um dos professores da freguesia, querendo acceitar este cargo.

Artº 19º - É expressamente prohibido a concessão de subsidios pecuniarios individuaes, seja qual for o fim que se invoque.

Capítulo IX – Disposições transitórias

Artº 20º - Até ao primeiro domingo de Maio de 1910 os corpos gerentes d`esta Associação são substituídos pela Comissão installadora d`esta Liga que poderá delegar as suas attribuições na sub-comissão technica que elaborou este projecto de estatutos.

Ponta Delgada, 3 de Julho de 1909

A Comissão Instaladora

O presidente – Francisco Maria Supico

Os vogais – Alexandre de Medeiros Albuquerque, Alfredo Gonçalves, Diniz Moreira da Motta, Francisco Machado Faria e Maia, Francisco de Mello Manuel Leite Arruda, Mont`Alverne de Sequeira, Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão, João Maria Berquó de Aguiar, José Maria Raposo d`Amaral, Luiz Botelho Motta, Luiz Francisco Rebello Bicudo, Manuel Ignacio d`Arruda.

ANEXO XXVI

Excertos dos estatutos do Monte-pio de Inhabilitação do Magistério Portuguez, com sede em Ponta Delgada³⁰⁵.

Estatutos

Capítulo I

Da natureza e fins do Montepio de Inhabilitação

Artº I – O Monte-pio de Inhabilitação do magistério primário portuguez terá a sua sede em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel (Açores) e rege-se-á pelos presentes estatutos:

Artº II – Os fins deste Monte-pio são:

1º Fornecer aos socios jubilados uma pensão vitalícia, destinada a substituir o subsídio de residência e gratificação de exercício de que veem privados após a jubilação.

2º Fornecer ao socio que não esteja incluído no 1º a importância de 25000 reis para o seu funeral.

Capítulo II

Dos socios e sua classificação

Artº III – As classificações ou especies de socios são:

1º Instaladores

2º Efectivos

3º Honorários

³⁰⁵ Revista Pedagógica do nº 38 ao nº 41)

- a) *Instaladores são os que instituírem o Monte-pio, devendo ser preferidos para o exercício de qualquer cargo, quer gratuito quer remunerado.*
- b) *Efectivos são os que forem admitidos depois de oficialmente aprovados os estatutos.*
- c) *Serão considerados honorários todos os beneméritos que se dignarem concorrer com qualquer dádiva para o florescimento do Monte-pio, ou os que se inscreverem como sócios contribuintes e não queiram gosar das vantagens do Monte-pio.*

Capítulo III

Modo e condições da admissão

Artº IV – Deste Monte-pio podem fazer parte todos os professores e professoras de instrução primária, secundaria e complementar com residência em todo o reino, abrangendo os professores ajudantes e todos os aspirantes que frequentem as escolas.

Artº V – Para qualquer indivíduo, nas condições do artº antecedente, ser inscripto socio deste Monte-pio, deve juntar ao seu requerimento a publica forma do seu diploma, cuja data indicará a importância com que deve entrar para começar a gosar das garantias dos socios.

1º Para os aspirantes atestado de frequência em qualquer escola de habilitação ao magistério.

2º Esse pagamento poderá ser feito em prestações mensais ou trimestrais.

.....

Pagamentos

Artº VIII – O socio é obrigado ao pagamento da quota mensal que será de 200, 400, e 600 reis, conforme a cathegoria a que pertencer.

1º - São tres as cathegorias: de quota mensal de 200 reis, de 400 e de 600 reis.

2º - Os individuos diplomados que não tenham escola oficial poderão inscrever-se como socios.

Artº IX – O socio, enquanto vivo, qualquer que seja a sua situação, não fica isento de nenhum dos pagamentos a que é obrigado.

Artº X – Todos os pagamentos serão entregues ao thesoureiro ou aos seus delegados, contra recibo devidamente rubricado.

Vantagens

Artº XI – Todos os socios instaladores que desejarem gosar imediatamente das vantagens do Monte-pio, poderão entrar com a importância total das quotas que teriam desembolsado se a sociedade existisse ao tempo da data do seu diploma.

1º - Os socios receberão passados trinta anos a renda vitalicia de 40.000, 80.000 e 120.000 reis anuaes para a sua residencia segundo a categoria em que se inscreverem.

2º - Se se reformarem por doença terão direito a receber passados 10 anos, da sua inscrição uma renda proporcional a esse tempo.

3º - Os socios instaladores poderão entrar com qualquer quantia ficando com direitos adquiridos, conformemente aos anos que tiverem pago por uma só vez, numero de anos nunca inferior a dez, percebendo a renda estipulada no nº 2, relativa a esse praso.

4º - Caso faleça o socio, dará a sociedade á familia 25000 reis para o seu funeral.

ANEXO XXVII

Acta da instalação do Centro Escolar de Ponta Delgada redigida por Evelina de Sousa³⁰⁶.

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e cinco, pelas onze e meia da manhã, na sala da escola de instrução primária para o sexo masculino da freguesia de S. Pedro da cidade de Ponta Delgada, achou-se reunida a grande maioria do professorado primário do mesmo concelho, a convite da comissão iniciativa composta dos professores Carolina de Jesus Fernandes, Maria do Carmo de Sequeira Morais, Maria Evelina de Sousa, Virgínia Lino da Câmara, António Maria Lopes e Luiz Botelho Âmbar e pelo professor António Maria Lopes foi proposto que se nomeasse por aclamação um presidente, um escrutinador e um secretário, afim de se proceder à eleição por escrutínio de uma associação, composta de presidente, vice – presidente, dois secretários e três vogais, com o fim de representarem ao Governo, por intermédio do conselho directório de Coimbra em assuntos de interesse de classe.

Procedendo-se a esta eleição e aberto o escrutínio, foram eleitos: António Maria Lopes, presidente; Carolina de Jesus Fernandes, vice-presidente; Maria Evelina de Sousa, 1ª secretária; Virgínia Lino da Câmara, 2ª secretária; Maria da Glória Lima, Luís Botelho Âmbar e João Machado Benevides, vogais, os quais em seguida tomaram os seus lugares, declarando o presidente achar-se aberta a sessão.

Foram depois lidas pelo presidente cartas e officios dos professores que por motivos justificados não puderam comparecer, mas declaravam aderir incondicionalmente a quanto se resolvesse a bem da instrução pública e do magistério oficial.

³⁰⁶ Diário dos Açores nº 4193 de 6 de maio de 1905.

Concluída essa leitura apresentou o mesmo senhor à aprovação ou discussão dos colegas os seguintes pontos:

1º Têm ou não os professores de Ponta Delgada vantagem em aderir à Representação elaborada pelo conselho directório de Coimbra no dia 19 de Fevereiro de 1905?

2º Têm ou não necessidade de solicitar qualquer garantia desnecessária aos colegas do continente do reino?

3º Deve ou não a comissão do centro escolar ficar permanentemente constituída no intuito de promover, sempre que se proporcionar ensejo, o fomento da instrução e as garantias do professorado?

E havendo os presentes, respondido afirmativamente às interrogações acima exaradas, resolveu-se:

1º Representar para que os 15 dias de licença, facultados aos professores sem perda de vencimento, os quais são, pela lei vigente, concedidos pelos senhores inspectores das circunscrições, passassem a ser das atribuições dos senhores sub – inspectores das ilhas adjacentes, atendendo à grande distância existente entre estes arquipélagos e a metrópole.

2º Que as atribuições das Câmaras municipais, relativas ao material escolar, arrendamento dos edificios para escolas, habitação de professores, ou subsídios para renda de casas e tudo quanto esteja cometido a estas corporações, fosse da alçada da sub – inspecção por isso esta repartição está fatalmente bem mais ao facto das necessidades escolares.

3º *Que as rendas de casa, subsídios para renda de habitações de professores e folhas de expediente e limpeza de escolas, fossem pagas no fim de cada semestre, por folhas provisórias à maneira do que se faz com o vencimento dos professores.*

Deliberou-se mais, que a comissão pedisse ao Exmº Governador civil, Dr. Luiz Bettencout de Medeiros e Câmara que patrocinasse com seu alto valimento tão justa causa, fazendo chegar às mãos dos nobres deputados por este círculo, sem distinção de cor política, cópias da presente acta.

Antes de fechar a sessão propôs o Sr. Alexandre Ferreira de Medeiros, que se consignasse um voto de louvor à comissão iniciativa deste movimento associativo.

Tomou depois a palavra o Sr. Manuel Moniz Morgado propondo que igual voto fosse consignado à 1ª secretária, Maria Evelina de Sousa por haver promovido o estabelecimento da mesma comissão.

E usando a palavra o presidente, António Maria Lopes, propôs ainda que ao ilustre sub – inspector deste círculo escolar, Francisco Faria e Maia, fosse exarado um voto de louvor pela maneira brilhante por que se tem interessado pelo desenvolvimento da instrução e levantamento do magistério oficial, o que foi aprovado por aclamação de todos os professores presentes.

E de nada mais constou a sessão cuja Acta vai ser assinada por todos os vogais, depois de lida por mim, Maria Evelina de Sousa, 1ª secretária, que a escrevi e assino.

Presidente António Maria Lopes

Vice – presidente Carolina de Jesus Fernandes

1ª Secretária Maria Evelina de Sousa

2ª Secretária Virgínia Lino da Câmara

Vogais Maria da Glória Lima, Luiz Botelho Âmbar, João Machado Benevides

Está conforme.

Sala de Escola primária para o sexo masculino da freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada, aos 17 de Abril de 1905 – 1ª Secretária Maria Evelina de Sousa.

Junto seguem as assinaturas dos professores presentes:

Evangelina Leonídia Pinheiro, Isabel Tavares de Melo, Maria Germana do Rego, Elisa dos Anjos Martins, Maria da Conceição Silva, Christina Carreiro, Isabel da Glória Lima, Adelaide Guilhermina Raposo, Carolina de Jesus Fernandes, Maria da Glória Lima, Maria Evelina de Sousa, Virgínia Lino da Câmara, José Maria Pavão, Manuel Francisco de Melo Moniz, Alexandre Ferreira de Medeiros, João Machado Benevides, Manuel Moniz Morgado, Luiz Botelho Âmbar, António Maria Lopes.

Justificaram as faltas, os professores: Helena Deodata Lopes, Jacinta da Glória, Maria José Machado, Miquelina e Ana Elisa Furtado.